

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Camila Galan de Paula

**Passados e presenças: ‘índios’, tempo e história em Coronel José Dias, Piauí**

Versão corrigida

São Paulo

2025

CAMILA GALAN DE PAULA

**Passados e presenças: ‘índios’, tempo e história em Coronel José Dias, Piauí**

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de  
São Paulo para a obtenção do título de Doutora  
em Ciências (Antropologia Social)

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia Duarte  
Rocha Marques

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte ou logotipo do Creative Commons.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P 324p Paula, Camila Galan de  
Passados e presenças: 'índios', tempo e história em  
Coronel José Dias, Piauí / Camila Galan de Paula;  
orientadora Ana Claudia Duarte Rocha Marques - São  
Paulo, 2025.  
347 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Antropologia. Área de concentração:  
Antropologia Social.

1. Antropologia Rural. 2. Indígenas. 3. Relações  
Étnicas e Raciais. 4. História. 5. Piauí. I. Marques,  
Ana Claudia Duarte Rocha, orient. II. Título.



**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a):** \_Camila Galan de Paula

**Data da defesa:** 12/12/2024

**Nome do Prof. (a) o/rientador (a):** Ana Claudia Duarte Rocha Marques

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13/01/2025

*(Assinatura do (a) orientador (a))*



Nome: PAULA, Camila Galan de. **Passados e presenças: 'índios', tempo e história em Coronel José Dias, Piauí.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

Aprovado em: 12/12/2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra.

Marta Rosa Amoroso

Instituição:

Universidade de São Paulo

Julgamento:

Aprovado

Profa. Dra.

Emilia Pietrafesa de Godoi

Instituição:

Universidade Estadual de Campinas

Julgamento:

Aprovado

Prof. Dr.

Jorge Luan Rodrigues Teixeira

Instituição:

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Julgamento:

Aprovado

Dedico esta tese:

a dona Adolfina, seu Adolfo e dona Nildes, *in memoriam*, de quem tive o prazer de ouvir histórias na elaboração desta pesquisa.

a Íris, minha filha, que antes mesmo de nascer deu o impulso final para eu terminar esta tese.

## AGRADECIMENTOS

É já um clichê começar um agradecimento de tese afirmando que uma pesquisa não se faz só. Há um motivo para essa ideia ter se tornado um clichê. Assim, agradeço às pessoas, instituições e situações que possibilitaram que minha pesquisa existisse da forma como se deu.

No PPGAS da USP, agradeço àqueles que foram meus professores no período do doutorado: Fernanda Peixoto, Marina Vanzolini, Karen Shiratori e João Felipe Gonçalves. A este último professor, agradeço especialmente, pois foi em sua disciplina que ouvi pela primeira vez a ideia de uma “antropologia da história”, e que orientaria alguns percursos desta tese. Aos demais professores do PPGAS da USP, agradeço por ter aprendido com alguns deles em outras ocasiões – e saliento os agradecimentos àquelas que foram minhas orientadoras anteriormente, com quem aprendi imensamente: Marta Amoroso e Dominique T. Gallois. A cada novo passo dessa caminhada acadêmica, consigo olhar para trás e entender melhor o quanto aprendi com cada uma de vocês.

Os agradecimentos maiores, no PPGAS da USP, sem dúvida vão a minha orientadora, Ana Claudia Duarte Rocha Marques. O comprometimento e a seriedade com que aceitou me orientar, e seguiu me orientando até o final, foi maior do que eu imaginava poder esperar numa relação de orientação. Um verdadeiro presente. A liberdade intelectual que me foi franqueada nessa relação, combinada às altas doses de rigor nas leituras de tudo o que eu escrevi (em várias versões!), demonstram a elegância de Ana Claudia em tomar seus orientandos como pares.

Agradeço a todas as pessoas que, no município de Coronel José Dias, tornaram esta pesquisa possível. Se no restante da tese opto pelo uso de pseudônimos, aqui agradeço-os pelos prenomes ou apelidos pelos quais fui apresentada. Em ordem alfabética, e sem os epítetos que são de bom tom usar (“professora”, “vereador”, “seu”, “dona”, “doutora”), agradeço enormemente a: Adélia, Adolfina, Adolfo, Agostinho, Aldo, Alexandre, Alfredo, Alcília, Aline, Altair, Andreino, Angela, Antônio, Armando, Auricélio, Berto, Belonísia, Benta, Bidó, Carmelita, Carmosina, Coló, Cristiane, Cristiane, Dara, (Maria) dos Santos, Edivaldo, Elias, Enóquio, Eremita, Ester, Exedito, Francílio, Gabriel, Geísa, Gerson, Gonçalo, Goninha, Guiomar, Helen, Iraci, Isaías, Ivomar, Jailson, Jaime, Jesus, João, Jorlan, José Calixto, José Casimiro, Julia, Juraci, Lausina, Leônidas, Lucia, Luisinho, Luiz, Manelino, Manilim, Manu, Marciano, Maria, Maria Alves, Maria de Fátima, Maria de Lourdes, Maria Emília, Maria Galega, Maria Nazaré, Maria Pequena, Marian, Marileide, Marília Marilu, Mario, Mena,

Naildes, Nailer, Nicole, Narcisa, Nazareno, Neca, Netinha, Nigrinho, Onofre, Osmar, Pedro, Pedro Branco, Pereirinha, Porciano, Rafael, Raimundo, Ranulfa, Rogério, Rosangela, Rosina, Roso, Rudinalva, Rui Rei, Sandra, Santo, Sebastião, Socorrinha, Socorro, Tereza, Tiago, Tió, Valdomir Filho, Veríssimo, Zé Bonfim, Zezé, Zilda. Nem todas essas pessoas são “participantes de pesquisa”, nos termos de formalização de metodologias de pesquisa exigidos por instâncias como CEPs. Algumas dessas pessoas foram gentis em me indicar caminhos, apresentaram-me outras pessoas, intermediaram comunicações. Outras, hospedaram-me em suas casas, ao que sou imensamente grata. Ainda outros, me receberam para almoçar, para merendar. Agradeço ainda às tantas filhas e esposas de homens com quem conversei, que muitas vezes não participaram das conversas, mas ofereceram-me água e café.

Esta pesquisa só pôde ser realizada porque contei com assistentes de pesquisa que me apresentaram a muita gente, me ensinaram caminhos, acompanharam-se nas estradas que eu jamais poderia acertar. Ainda, ouviram minhas ideias incipientes, explicaram-me um tanto de coisas. Na sede do município, Vanessa Costa Silva, Lorayne Dias Carvalho Paes e José Reinaldo de Oliveira Filho, todos meus ex-alunos, abriram muitos caminhos. Estendo esses agradecimentos às famílias de Vanessa (sobretudo a seus pais, Teresa e Zé Bonfim, excelentes anfitriões) e Lorayne. Lucrécia Oliveira Assis, então também estudante de antropologia, me guiou por algumas estradas e casas no primeiro distrito, lugares em que eu jamais acertaria chegar só – por não saber os caminhos nem físicos, nem relacionais. Foi também ela quem me conduziu a meu assistente de pesquisa no segundo distrito, Miguel Araújo Gomes Neto. Sem sua eficiência em combinar visitas, e sua sensibilidade em fazer perguntas (e em responder minhas dúvidas), seria impossível eu conhecer essa parte do município, quanto mais começar a compreender alguma coisa. Estendo a seus pais, Josélia e Edivaldo, e a sua irmã Juliana o agradecimento pelo acolhimento e pelas ajudas.

Contei também com ajuda para algumas das transcrições de áudios gravados. Pela execução dessa tarefa, meu muito obrigada a: Marcus Venícius (Dudu) Santos, Fernanda Café, Lucrécia de Oliveira Assis, José Reinaldo de Oliveira Filho e Edmar Mota dos Santos.

Sou muitíssimo grata a todos no Hybris, o grupo de pesquisa coordenado por Ana Claudia e por Jorge Villela (UFSCar). Correndo o risco de esquecer nomes, agradeço, além de a Ana e Jorge, a todos e todas que fizeram parte do grupo ao longo do tempo em que estive no doutorado; sou grata pelas trocas a Daniela Perutti, Florbela Ribeiro, Gabriela Marcúrio, Jesser Ramos, João Fernandes, Júlia Duarte Jorge, Juliana Caruso, Lennon Matos, Matheus Araújo, Lúcia Miguez, Miguel Muhale, Natália Guerreiro, Otávio Maia, Renan Martins, Sara Munhoz.

Agradeço aos colegas-amigos dos tempos de graduação, de mestrado e de doutorado, e a outros colegas, amigos e colegas-amigos que conheci ao longo da vida acadêmica, e com quem tive conversas sobre pesquisa, trabalho acadêmico e muito mais ao longo do tempo do doutorado: Arthur Fontgaland, Augusto Ventura dos Santos, Gabriela Freire, Helena Manfrinato, Isabela Venturoza, João Vitor Fontanelli, Karina Coelho, Leonardo Braga, Lux Ferreira Lima, Noshua Amoras, Olavo Pinto Filho, Otávio Penteado, Rafael Pacheco, Renata Albuquerque, Rodrigo Brusco, Tatiane Klein, Thais Tiriba, Victor Alcântara, Yara Alves. Agradeço ainda a todos os colegas da minha turma de doutorado, a turma de 2019, pelas trocas, sobretudo no primeiro ano.

Agradeço a meus colegas de trabalho no Colegiado de Antropologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) pela parceria, e especialmente pela compreensão no momento de escrita da tese e pela concessão de períodos de afastamento. Agradeço, em ordem alfabética a todos aqueles que são ou foram meus colegas em algum período da duração deste doutorado: Alcides José Delgado Lopes, Bernardo Curvelano Freire, Edilma do Nascimento Sousa, Henrique Junio Felipe, Jaqueline Pereira de Sousa, João Victor Varjão, Joaquim Izidro do Nascimento Junior, José Jaime Freitas Macedo, Natacha Simeir Leal, Rainer Miranda Brito.

Em São Raimundo Nonato, muitas foram as amizades que garantiram o ânimo para finalizar esta tese, agradeço aos amigos que fiz em terras piauienses.

Realizei etapas de pesquisa documental no Arquivo Público do Estado do Piauí e no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI), ambos em Teresina. Nesta última instituição, agradeço à prestatividade do chefe do arquivo, Lourival de Carvalho Santos.

Foram algumas as bibliotecas em que realizei pesquisa bibliográfica – embora elas tenham permanecido fechadas por parte do tempo de minha pesquisa, por causa da pandemia. Agradeço a todos os servidores dessas bibliotecas (FFLCH-USP, IEB-USP, UFPI, UESPI em São Raimundo Nonato, UNIVASF), e menciono nominalmente Kênia Leandra Ferreira Alves, bibliotecária da UNIVASF, campus Serra da Capivara, pelo auxílio em conseguir acesso a alguns textos via COMUT.

Ao longo dos anos de doutorado, apresentei partes da pesquisa em diversos congressos, e gostaria de agradecer aos organizadores de grupos de trabalho, comentadores e aos demais participantes desses espaços. Se não é possível agradecer a todos, faço questão de notar a importância desses ambientes para o amadurecimento desta tese.

Aos integrantes do Grupo de Trabalho “Os indígenas na História – Seção ANPUH Piauí”, agradeço por ter encontrado colegas que compartilham interesses.

Agradeço aos pesquisadores do Projeto Temático “Métis – Artes e semânticas da criação e da memória”, Processo nº 2020/07886-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do qual participei como estudante de doutorado. As trocas nesse espaço enriqueceram minha pesquisa enormemente.

Agradeço a Ana Flavia Bádue, que em 2020 conduziu um workshop sobre bolsas de pesquisa estadunidense, oportunidade que me ajudou imensamente a obter os recursos para a realização da pesquisa de campo desta tese.

Esta pesquisa só pôde ser realizada do modo que foi porque contou com os seguintes fomentos e possibilidades. Fui contemplada com uma bolsa de Doutorado, processo n. 2019/00395-1, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo período de 01/03/2020 a 31/08/2020. Além disso, obtive recursos da Wenner-Gren Foundation, via seu programa de Dissertation Fieldwork Grant (Gr. #10110), o que possibilitou a pesquisa de campo nos moldes como foi realizada. Ainda, estive afastada com vencimentos das minhas funções como professora do magistério superior na Universidade Federal do Vale do São Francisco em diferentes períodos entre os anos de 2019-2022 e em 2024.

Esta tese só existe porque há no Brasil universidades públicas e gratuitas, e os seus programas de pós-graduação são financiados pela CAPES. Sou produto da existência da Universidade de São Paulo, uma universidade pública estadual, e sou professora numa universidade federal, a Universidade Federal do Vale do São Francisco. Sem as universidades públicas brasileiras e o seu financiamento público, eu não seria pesquisadora. Sem a expansão do ensino superior público para os interiores do Brasil, a pesquisa que fundamenta esta tese não existiria. Esta tese é resultado da universidade pública brasileira em sua multiplicidade, e existe graças ao tripé universitário, em que ensino, pesquisa e extensão se retroalimentam.

Agradeço, por fim, ao apoio de minha família: meus pais, Lenice e Carlos Henrique, em São Paulo, pelo imenso apoio e cuidado ímpar na fase final da escrita desta tese; minha irmã, Paula, meu apoio em Petrolina; minha avó-de-coração, em Santos; minhas tias e primos, no estado de São Paulo e além. Agradeço a meu companheiro, Rodrigo, por ser lar entre o Piauí e a Bahia, pelas teses escritas lado a lado, pela vida partilhada e sonhada. Espalhados pelo Brasil também estão meus amigos, a quem sou grata pela existência na proximidade ou na distância, e que fizeram os dias e a escrita desta tese um pouco menos só.

## RESUMO

PAULA, Camila Galan de. **Passados e presenças: ‘índios’, tempo e história em Coronel José Dias, Piauí.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Esta pesquisa iniciou-se de uma constatação: na região sudeste do Piauí, não existem presentemente movimentos de reivindicação étnica de povos indígenas; no entanto, algumas famílias reconhecem suas ascendências indígenas. A partir de uma pesquisa etnográfica no município de Coronel José Dias, esta tese busca compreender como essas famílias se relacionam com suas ascendências, destacando tanto a obliteração dessas relações quanto a presença da indianidade nos corpos. O percurso da pesquisa levou a uma abordagem oblíqua da questão inicial de investigação. Realizando uma antropologia da história, a tese investiga uma questão mais ampla: como as histórias, por meio de seus enredos e efeitos performativos, criam pertencimento e exclusão? Este trabalho, assim, examina processos de focalização e eclipsamento dentro das narrativas históricas, considerando quem conta (n)a história do município e quais grupos se formam a partir dessas histórias. As duas questões centrais da pesquisa – (1) como as famílias se relacionam com suas ascendências indígenas; (2) quem conta (n)a história do município – integram uma indagação mais ampla sobre os processos de diferenciação e pertencimento nas e através das narrativas históricas. A análise dos processos de historicização, ou seja, as formas de articular passado, presente e futuro, contribui para responder tanto à questão ampla quanto às indagações mais específicas. Isso revela como certos modos de concatenar tempos relegam agentes ao passado, como os ‘índios’, retratados como parte de um mundo externo e anterior à formação de Coronel José Dias e das famílias que ali residem. Por outro lado, a história pode ser mostrada (em vez de contada), trazendo elementos do passado à presença. Os corpos das pessoas com antepassados indígenas, desse modo, muitas vezes são apontados como sinal da relação do presente de uma família com seu passado. Em suma, esta pesquisa elabora uma etnografia que explora os processos e as semânticas de pertencimento e exclusão em um município. Assim, contribui para uma antropologia da história e aprofunda a compreensão das formas contemporâneas de relação com as ascendências indígenas.

Palavras-chave: Antropologia da História. Indígenas. Município. Tempo. Coronel José Dias (PI). Piauí.

## ABSTRACT

PAULA, Camila Galan de. **Pasts and Presences: 'Indians', Time, and History in Coronel José Dias, Piauí.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

This research began with an observation: in the southeastern region of the Brazilian state of Piauí, there are currently no ethnic claims by Indigenous peoples, yet some families acknowledge their Indigenous ancestry. Through ethnographic research conducted in the municipality of Coronel José Dias, this dissertation explores how these families engage with their ancestries, highlighting both the erasure of these relationships and the embodied presence of Indigenous identity. The research journey led to an indirect approach to the initial investigative question. Engaging with an anthropology of history, the dissertation addresses a broader question: how do histories, through their narratives and performative effects, create belonging and exclusion? Thus, this work examines processes of focus and silencing within historical narratives, considering who narrates the history of the municipality, who are the characters in these narratives, and what groups are formed by the histories themselves. The two central questions of the research – (1) the ways families relate to their Indigenous ancestries; and (2) who tells the history of the municipality and who is featured in it – integrate into a broader inquiry into the processes of differentiation and belonging within and through historical narratives. The analysis of processes of historicization, or the ways of articulating past, present, and future, contributes to answering both the broader question and the more specific inquiries. This reveals how certain ways of concatenating times relegate certain agents to the past, such as the ‘Indians,’ who are portrayed as part of an external world that predates the establishment of Coronel José Dias and the families residing there. Conversely, history can be *shown* (instead of told), bringing elements of the past into presence. The bodies of individuals with Indigenous ancestors are often seen as indicators of a family's relationship with its past. In summary, this research develops an ethnography of the processes and semantics of belonging and exclusion in a municipality, thereby contributing to an anthropology of history and to deepening the understanding of contemporary relationships with Indigenous ancestries.

Keywords: Anthropology of History. Indigeneity. Municipality. Temporalities. Time. Coronel José Dias. Piauí, Brazil.



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. Pesquisa de campo em tempos pandêmicos. Foto posada, segundo distrito do município.	37
Fotografia 2. Igreja de São José	70
Fotografia 3. José Dias de Souza.	70
Fotografia 4. Imagem parcial da bandeira municipal de Coronel José Dias.	77
Fotografia 5. Caderno de histórias da comunidade São Pedro	80
Fotografia 6. trecho do Diário Oficial do Estado do Piauí em que consta a publicação da lei de desmembramento do município de Coronel José Dias em 1962	115
Fotografia 7. Mapa da área pretendida para o município de Coronel José Dias	136
Fotografia 8. Placa indicando estrada de terra para os povoados Lajes de Pedra (ou Lages de Pedra) e Salinha	147
Fotografia 9. Bandeira da Unidade Escolar Zeferino Ramos de Oliveira, fotografada dentro do pátio da escola	150
Fotografia 10. Placa de rua no povoado Lajes de Pedra em homenagem a Newton de Castro Macedo.	154
Fotografia 11. Busto em homenagem a Francisco Rodrigues Galvão, Tiinho, na praça do povoado Lajes de Pedra. Ao fundo, vê-se a Unidade Escolar Manoel Agostinho de Castro.	155
Fotografia 12. Detalhe do texto que acompanha o busto em homenagem a Francisco Rodrigues Galvão, Tiinho, na praça do povoado Lajes de Pedra.	156
Fotografia 13. Capa de “A história de minha história genealógica”, de autoria de Marciano de Sousa Lima	174
Fotografia 14. Última página do “A história de minha história genealógica”, de autoria de Marciano de Sousa Lima	175
Fotografia 15. Raquel me mostrando seus filhos e netos em uma fotomontagem pendurada na parede da sala de sua casa	252
Fotografia 16. Casa de seu Isidoro na localidade Curral de Ramos	260

Fotografia 17. Barraginha na localidade Curral de Ramos _____	261
Fotografia 18. Barreiro na localidade Curral de Ramos, visto da estrada _____	261
Fotografia 19. Poço que Newton Macêdo mandou furar na localidade Curral de Ramos __	262
Fotografia 20. Poço furado pelo prefeito Maninho, na localidade Curral de Ramos _____	263
Fotografia 21. Santinho do falecimento de Manoel Agostinho de Castro, encontrado na casa de uma senhora que, junto de seu finado esposo, foi vaqueira desse fazendeiro _____	266
Fotografia 22. Fachada parcial da Unidade Escola Manoel Agostinho de Castro, no povoado Lajes de Pedra_____	266
Fotografia 23. Cisterna de captação de água da chuva, localidade Lagoa _____	276
Fotografia 24. Cisterna calçadão, aos fundos de uma casa no povoado Salininha _____	276
Fotografia 25. Tampa de fossa séptica, com data inscrita no cimento, localidade Lagoa __	277
Fotografia 26. Poço particular, localidade Bendó _____	277
Fotografia 27. Barril de madeira guardado no fundo da casa, localidade Lagoa _____	278
Fotografia 28. Cabaça trazida a minha presença, na sala de uma casa na localidade Barro Vermelho _____	278
Fotografia 29. Forma de fazer tijolos, localidade Bendó _____	279
Fotografia 30. Casal mostrando prensa de fazer farinha, localidade Barro Vermelho _____	279
Fotografia 31. Ralo para mandioca, localidade Barro Vermelho _____	280

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Regiões Geográficas Estado do Piauí, com marca indicando o município de Coronel José Dias. _____	54
Mapa 2. Mapa de Coronel José Dias indicando algumas localidades, o Rio Piauí e o Parque Nacional Serra da Capivara _____	55
Mapa 3. Mapa simplificado da sede do município indicando algumas igrejas, o centro e o bairro São Pedro _____	56
Mapa 4. Mapa do Piauí com a localização de Coronel José Dias. _____	70
Mapa 5. Cartograma da Divisão Administrativa do Piauí, 1964. _____	127
Mapa 6. Regiões Geográficas Estado do Piauí. _____	128
Mapa 7. Detalhe do Cartograma da Divisão Administrativa do Piauí, 1964, enfocando a região de São Raimundo Nonato. _____	129
Mapa 8. Detalhe do mapa Regiões Geográficas Estado do Piauí, enfocando a região geográfica intermediária de São Raimundo Nonato _____	129
Mapa 9. Mapa municipal de Coronel José Dias, inserido em transparência da Prefeitura Municipal de Coronel José Dias _____	130
Mapa 10. Detalhes de mapa indicando localidades visitadas na região das Lajes, no segundo distrito de Coronel José Dias _____	149
Mapa 11. Porção sul de Coronel José Dias, região das Lajes. Detalhe do mapa apresentado como Mapa 9. _____	265

## **LISTA DE DIAGRAMAS**

Diagrama 1. Genealogia parcial de políticos das famílias Dias Ribeiro, Castro e Ferreira _	112
Diagrama 2. Genealogia parcial de políticos das famílias Macêdo e Castro/Isaías _____	113
Diagrama 3. Diagrama com os ascendentes de José Dias de Souza _____	206

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. População da Freguesia de São Raymundo Nonato, quanto a raça e sexo - 1890 160

Tabela 2. Recenseamento de 1872 - cruzamento de critérios de raça e condição para São Raimundo Nonato \_\_\_\_\_ 162

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Quadro Geral da População da Páróquia de São Raimundo Nonato a partir do Censo de 1872 por cor (“raça”) (percentuais) _____	162
Gráfico 2. População da Freguesia de São Raymundo Nonato, quanto a raça - 1890 (em percentual) _____	163
Gráfico 3. População de São Raimundo Nonato em 1872, por raça _____	164
Gráfico 4. População de São Raimundo Nonato em 1890, por raça. _____	164

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ALEPI	Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
BA	Bahia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PA	Pará
PARNA	Parque Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PFL	Partido da Frente Libera
PL	Projeto de Lei
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
SARS-CoV-2	Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Terra Indígena
UDN	União Democrática Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>24</b>
<i>I. Começo 1</i> .....	<i>24</i>
[Conversa com uma bibliografia 1 – parentesco como processo e etnicidade no Nordeste indígena] .....	26
<i>II. Começo 2</i> .....	<i>31</i>
<i>III. Continuando a história</i> .....	<i>33</i>
O campo e o deslocamento das perguntas .....	34
<i>IV. [Conversa com uma bibliografia 2 – antropologia e história]</i> .....	<i>37</i>
Etnografia das historicidades .....	38
O passado é um país estrangeiro? Formas de concatenar tempos .....	39
Forma e conteúdo .....	44
Histórias: versões conflitantes .....	47
<i>V. As conversas com as bibliografias</i> .....	<i>51</i>
<i>VI. Coronel José Dias, primeira apresentação</i> .....	<i>53</i>
<i>VII. Pseudônimos e outras práticas da antropologia (para pessoas leitoras não antropólogas)</i> .....	<i>56</i>
<i>VIII. Convenções desta tese</i> .....	<i>59</i>
<b>CAPÍTULO 1. HISTÓRIAS DE CORONEL JOSÉ DIAS</b> .....	<b>60</b>
<i>1.1 Introdução</i> .....	<i>60</i>
1.1.1 Coronel José Dias na história de São Raimundo Nonato .....	63
1.1.2 Os materiais analisados .....	66
<i>1.2 Histórias de Coronel José Dias em documentos públicos oficiais</i> .....	<i>68</i>
1.2.1 [Conversa com uma bibliografia 3 – histórias municipais e homogeneização] .....	72
1.2.2 Uma história eivada de pequenas diferenças .....	74
<i>1.3 A comunidade São Pedro</i> .....	<i>78</i>
1.3.1 Conhecendo (e compondo) o caderno .....	79
1.3.2 O conteúdo do caderno .....	83
1.3.3 Listar a comunidade: as listas e o tempo no caderno .....	87
1.3.4 As margens da BR-020 às margens da <i>História da comunidade São Pedro</i> .....	93
<i>1.4 Quem conta a história? História de onde?</i> .....	<i>97</i>
1.4.1 Os fazendeiros do “Piauí” .....	104
<i>1.5 Considerações finais</i> .....	<i>106</i>



<b>CAPÍTULO 2. COMO SE CRIA UM MUNICÍPIO?</b> .....	<b>108</b>
2.1 <i>Introdução</i> .....	108
2.2 <i>Emancipando Coronel José Dias ou desmembrando São Raimundo Nonato? As disputas políticas</i> .....	110
2.3 <i>O segundo distrito e a segunda emancipação – algumas histórias</i> .....	126
2.3.1 <i>O que contam as leis e projetos de lei: os limites territoriais e um PL esquecido</i> .....	132
2.3.2 <i>Passar a município: o que contam as pessoas</i> .....	136
2.3.2.1 <i>Passar a município, visto da sede</i> .....	137
2.3.2.2 <i>Uma pausa em um momento de uma política (aparentemente) sem lados</i> .....	140
2.3.2.3 <i>Passar a município: rumo ao segundo distrito</i> .....	147
2.4 <i>Considerações finais e uma pequena abertura para histórias do segundo distrito</i> ..	153

**UM SOBREVÃO SOBRE AS PRESENCAS INDÍGENAS NA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO E AS PESQUISAS SOBRE ELAS ..... 158**

<b>CAPÍTULO 3. OS ‘ÍNDIOS’ NAS HISTÓRIAS DE E EM CORONEL JOSÉ DIAS: A FUNDAÇÃO E SEU ANTES, O MATO E SEU OPOSTO</b> .....	<b>169</b>
3.1 <i>Introdução</i> .....	169
3.2 <i>“A história de minha história genealógica”</i> .....	171
3.2.1 <i>A fundação: a história da “civilização do povo do Vitorino”</i> .....	176
3.3 <i>Semântica dos ‘índios’</i> .....	178
3.3.1 <i>Semântica da indianidade</i> .....	180
3.3.1.1 <i>[Conversa com uma bibliografia 4 – o ‘mato’ e seu oposto em pesquisas em contextos rurais no semiárido nordestino]</i> .....	184
3.3.1.2 <i>Caatingona, fazenda, sítio, localidade: desdobramentos entre o dado e o feito</i> .....	188
3.3.2 <i>O antes ou fora da história</i> .....	194
3.3.2.1 <i>[Conversa com uma bibliografia 5 – histórias municipais e regionais e o começo da história]</i> .....	194
3.3.2.2 <i>Os ‘índios’ e a não história</i> .....	199
3.3.2.3 <i>Uma brevíssima parada</i> .....	202
3.3 <i>Reintroduzindo uma ancestral indígena: a biografia de José Dias de Souza</i> .....	204
3.4 <i>Considerações finais</i> .....	208

<b>CAPÍTULO 4. FAMÍLIA, ‘RAÇA’, ‘ÍNDIOS’, ‘MISTURA’: POR UMA HISTÓRIA MOSTRADA .....</b>	<b>211</b>
4.1 <i>Introdução</i> .....	211
4.2 <i>Antepassados ‘pegos no mato’: os ‘índios’ em algumas histórias familiares</i> .....	215
4.2.1 Carmela .....	216
4.2.2 Dona Alinda .....	217
4.2.3 Dona Antônia e Marivânia .....	221
4.2.4 Adaulta, Raquel e Marly.....	226
4.2.5 Visitando seu Veridiano: ao encontro da mistura .....	229
4.3 <i>Famílias, ‘raças’, lugares, ‘misturas’</i> .....	232
4.3.1 Raça, ‘raça’, racismo.....	233
4.3.2 Todo mundo é misturado.....	238
4.3.3 [Conversa com uma bibliografia 6 – miscigenação, ideal de branqueamento e reações] .....	241
4.3.4 Discutir raça para falar de ascendências indígenas? .....	244
4.3.5 ... exceto quem não é: ‘casar na família’.....	247
4.4 <i>Por um estudo das histórias mostradas</i> .....	250
4.5 <i>Considerações finais</i> .....	255
<b>CAPÍTULO 5. UMA HISTÓRIA MOSTRADA: TEMPOS E COISAS DA ÁGUA NA REGIÃO DAS LAJES .....</b>	<b>258</b>
5.1 <i>Introdução</i> .....	258
5.2 <i>As Lajes</i> .....	264
5.3 <i>Um tempo das ‘dificuldades’</i> .....	268
5.4 <i>A ‘descoberta das facilidades’ e suas coisas</i> .....	272
5.5 <i>As coisas e a presença do passado em uma história mostrada</i> .....	275
5.6 <i>Considerações finais</i> .....	282
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>284</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>293</b>
<i>Bibliográficas</i> .....	293
<i>Documentais e legislação:</i> .....	313
<b>APÊNDICE A – PROJETO DE LEI Nº. 540/62 .....</b>	<b>316</b>

**APÊNDICE B - CERTIDÃO A REQUERIMENTO DO ADVOGADO  
ANTÔNIO RIBEIRO DIAS..... 327**

**APÊNDICE C – CERTIDÃO A REQUERIMENTO DO DR. EDISON  
DIAS FERREIRA ..... 329**

**APÊNDICE D – PRONUNCIAMENTO DO DEP. WALDEMAR  
MACÊDO, 1969..... 331**

**ANEXO A - QUADRO SÍNTESE COM BIOGRAFIA POLÍTICA DE  
POLÍTICOS DA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO ..... 343**



## INTRODUÇÃO

A história desta tese tem pelo menos dois começos. Ambos se iniciam em 2017, ano seguinte a minha chegada ao município piauiense de São Raimundo Nonato para trabalhar como professora efetiva no Colegiado de Antropologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Começo por um deles.

### *I. Começo 1*

Era junho de 2017 e a primeira turma do bacharelado em Antropologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) iniciava a disciplina obrigatória de segundo período intitulada Etnologia Ameríndia. As aulas ocorriam na sala cinco do campus Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. A professora era eu. Iniciei a primeira aula perguntando o que os estudantes sabiam sobre os povos indígenas no Brasil. O intuito era saber o que conheciam, mas também levantar ideias preconcebidas e equivocadas, para que pudessem ser abordadas ao longo do semestre acadêmico. Como resposta, obtive o silêncio da turma. É verdade que o silêncio no ambiente de sala de aula pode ter muitos motivos. Mas um aluno finalmente se pronunciou: eles não tinham muito o que dizer, porque ali na região em que nos encontrávamos não havia mais povos indígenas, tinham sido todos mortos nas guerras do passado.

O semestre seguiu e as perguntas sobre povos indígenas apareceram e se desdobraram. Ainda no início da disciplina, uma estudante contou que em sua cidade natal, Coronel José Dias, na região de São Raimundo Nonato, havia pessoas com ‘sangue de índio’. Essa mesma estudante, em uma aula em que discutíamos “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é” (Viveiros de Castro, 2006), pediu que eu desse uma definição taxativa de quem era ou não era indígena. Sua demanda se esclareceu em seguida: explicou-me que uma pessoa de sua família havia se inscrito em um concurso público nas vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos e pardos e fora reprovado na banca de heteroidentificação.<sup>1</sup> Esse parente

---

<sup>1</sup> A Lei Nº. 12.900, de 9 de julho de 2014 “Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”. Esta lei não diz respeito a reserva de vagas para pessoas indígenas em cargos públicos. A justificativa de ser ou parecer indígena, assim, claramente não qualificaria esta pessoa a uma vaga reservada.

não era negro, mas tampouco era branco. Ele *parecia* indígena, e por isso julgou que poderia concorrer nas vagas reservadas, declarando-se pardo. No contexto da disciplina Etnologia Ameríndia, respondi aos apelos dessa estudante da forma como sabia e a partir da bibliografia que eu selecionara para iniciar as discussões sobre “a questão indígena” (Cunha, 2009b; Viveiros de Castro, 2006). Minha resposta às indagações da estudante seguiu, muito possivelmente, os seguintes argumentos: os direitos indígenas dizem respeito, no Brasil, a coletivos de pessoas que reivindicam sua indigenidade com base na relação entre o passado pré-cabralino de seus ascendentes (ou em formas coloniais de gestão dos indígenas) e o presente e futuro que almejam como povos indígenas. A indianidade pode emergir onde se julgava que não existisse mais, como o Piauí, a partir do que se conhece na literatura antropológica como processos de etnicidade ou “viagem da volta” (Oliveira, 2004). E os povos indígenas seguem sendo indígenas a despeito das transformações culturais ocorridas, afinal, culturas não são imutáveis, mas sempre existem em relação a outras e encontram-se em constante transformação (Cunha, 2009b; Lévi-Strauss, 2017b). Importa notar, no entanto, que ser indígena no Brasil refere-se a enquadres coletivos, isso é, a povos indígenas, e não a pertencas individualizadas.

Sete anos separam o período dessa anedota com que abro este trabalho e a finalização da escrita da tese propriamente dita. Dada a distância entre os acontecimentos narrados e o momento atual, pode ser que as coisas não tenham sido exatamente assim. Mas estou certa de que a resposta que dei a estudante em 2017 seguiu essas linhas. Esses são argumentos que eu ensinava na época, e que ainda ensino, considerando-os apropriados. Essa é uma linha de argumentação válida, mas insuficiente, como pude constatar pela persistência de dúvidas semelhantes às daquela estudante, que se repetem a cada edição da disciplina desde então.<sup>2</sup> Esta tese teve origem nestas limitações: como estudar pessoas e famílias que reconhecem sua ascendência indígena, mas não convocam seus antepassados ‘índios’ ou ‘caboclos’ para promover movimentos étnicos de reivindicação de presentes e futuros como povos indígenas? Como levar a sério a importância da aparência física na indicação de uma ascendência indígena?

---

<sup>2</sup> Até o momento, ministrei quatro vezes a disciplina Etnologia Ameríndia para o bacharelado em Antropologia da UNIVASF.

## [Conversa com uma bibliografia 1 – parentesco como processo e etnicidade no Nordeste indígena]

Esta pesquisa, deste modo, se formulou a partir de um cruzamento entre meus interesses anteriores de pesquisa, na etnologia indígena, e minha inserção profissional como professora efetiva na UNIVASF. Tendo realizado um mestrado em etnologia indígena (Paula, 2015), cheguei em 2016 ao sudeste do Piauí interessada em conhecer mais sobre os povos indígenas no estado. Na época, os processos de reivindicações de povos indígenas no Piauí estavam se fortalecendo, e se tornaram mais visíveis nos anos que se seguiram. Basicamente, o estado era entendido como um lugar em que os indígenas ocupavam apenas o passado. Como notaram alguns historiadores na década de 2010, ao longo de todo o século XX a historiografia piauiense construiu reiteradamente a ideia de um Piauí em que os indígenas teriam sido massacrados ou se miscigenado, conformando uma população rural mestiça (Assis, 2016; Baptista, 2017; Costa, 2011). “A farsa do extermínio” foi como o historiador João Paulo Peixoto Costa (2011) se referiu a essa produção historiográfica do século XX. Contrapondo-se a essa escrita da história que silencia as presenças indígenas, podemos acrescentar às críticas historiográficas, as reivindicações mais recentes de povos indígenas no Piauí. Essas presenças indígenas contemporâneas são atestadas em suas aparições públicas, em legislações estaduais (Lei Estadual 7.389 de 27 de agosto de 2020) que refletem as demandas recentes dos povos indígenas e nos trabalhos de antropólogas que vêm estudando os movimentos de etnicidade indígena no estado (Barroso, 2018; Bottesi, 2018; Kós, 2015; Solano, 2020; Vieira; Kós, 2017).<sup>3</sup>

Na região de São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, no entanto, não existem presentemente reivindicações por parte de povos indígenas. Há, contudo, pessoas e famílias que reconhecem sua ascendência indígena, algumas delas dizendo ter ‘sangue de índio’. Em uma das versões de meu projeto de doutorado, apresentei as seguintes questões: “Para além de reivindicações de diferença *étnicas*, há outros modos de gestão da diferença entre grupos e famílias no semiárido piauiense? De que modo essas diferenças articulam-se à memória de antepassados indígenas?” A pesquisa para esta tese, assim, iniciou-se com uma questão sobre a produção da diferença e da identidade, buscando localizar se e como a ascendência indígena contribui como operador de pertencimento ou exclusão social em um contexto em que a etnicidade não se faz presente.

---

<sup>3</sup> Em um capítulo recente de autoria múltipla, apresentamos de forma sintética um quadro (sempre em modificação) das reivindicações indígenas no estado (Guajajara *et al.*, 2023).

Apresento, a seguir, os caminhos que me levaram a formular esse objeto de pesquisa, a partir da interconexão com campos de discussão mais amplos na antropologia. Posteriormente, indico de que modo o início da pesquisa de campo deu novos contornos ao objeto desta pesquisa, levando o tema desta tese a se ampliar e a se deslocar. O problema da produção e manutenção das diferenças e das pertencas, contudo, seguiu no centro da investigação. É através de uma antropologia da história que persigo as questões inicialmente colocadas. Esta tese, assim, estuda os processos e os operadores de produções de diferença e de pertença em Coronel José Dias, município localizado no sudeste piauiense, na microrregião de São Raimundo Nonato. Para tanto, abordo as focalizações e eclipsamentos nas narrativas históricas e os modos de conectar passado-presente-futuro, como pretendo deixar claro ao longo desta introdução.

De uma forma talvez um pouco ingênua, meu interesse inicial de pesquisa era compreender as diferenciações marcadas entre (ou por) pessoas com ascendência indígena e aquelas sem essa ascendência. Meu projeto inicial de pesquisa buscava entender as retóricas da produção e expressão dessa diferença. De início, planejei realizar minha pesquisa no município de Caracol, na mesma microrregião de São Raimundo Nonato<sup>4</sup>. Ali, especificamente numa localidade chamada Assentamento Saco, uma família, Dias Marreca, era apontada por alguns trabalhos iniciais como de origens indígenas (Assis, 2016). Ainda, um falecido advogado daquele município, William Palha Dias (2003), escrevera algumas páginas sobre esta família, em tons notadamente racistas, no seu volume de história do município. De acordo com Dias, essa família teria se originado de um filho de fazendeiro raptado pelos indígenas Pimenteira no início do século XIX, e que teve filhos com uma mulher indígena, de nome Marreca. A história de um filho de fazendeiro que, raptado por indígenas, voltou casado com uma indígena aparece em registros da década de 1820 (Naud, 1971). A dissertação do historiador Rafael Assis (2016), cujo intuito mais amplo foi discutir o ensino de história indígena na região, apresentou alguns dados de uma breve pesquisa entre os moradores do assentamento Saco. A partir da leitura de

---

<sup>4</sup> O termo atual para designar as microrregiões, segundo o IBGE (2017) é Regiões Geográficas Imediatas, e as antigas mesorregiões atualmente são Regiões Geográficas Intermediárias. A Região Geográfica Intermediária de São Raimundo Nonato inclui as Regiões Geográficas Imediatas de São Raimundo Nonato e de São João do Piauí. A Região Geográfica Imediata de São Raimundo Nonato, por sua vez, inclui os seguintes municípios: Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, Jurema, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca. Como estou mobilizando a ideia de “microrregião” tão somente como um recurso descritivo para tratar de uma região que tem uma história comum, sigo usando o termo antigo.



seu trabalho, eu levantara a hipótese de que as diferenças entre os Dias Marreca (alguns carregando esse sobrenome, outros não) e outros expressavam e produziam famílias distintas.<sup>5</sup>

Minha hipótese baseava-se na leitura de uma bibliografia que, não tomando *família* como algo dado, estuda os processos de constituição de família (Comerford, 2003, 2014; Comerford; Carneiro; Dainese, 2015; Marques, 2002, 2014, 2015; Villela; Marques, 2017). A hipótese de trabalho era que a ascendência indígena seria mais uma das características potenciais para o acionamento nos processos de mapeamentos familiares (Comerford, 2014) ou “mapas mneumônicos de socialidade” (Marques, 2015).

As perguntas iniciais de pesquisa apresentadas acima, decorrem, além das leituras dessa bibliografia sobre família, de certa interpelação da produção antropológica sobre o Nordeste indígena, sobretudo dos trabalhos produzidos no final dos anos 1980 e na década seguinte.<sup>6</sup> Especificamente, penso que a ênfase no estudo dos processos sociopolíticos de etnicidade e de territorialização, que marcam essa produção, não abrem espaço para o estudo das formas como as ascendências indígenas são acionadas por pessoas ou famílias que não vivem em processos de etnicidade.

Desde o final da década de 1980, grande parte da produção antropológica sobre os povos indígenas no Nordeste brasileiro se centrou no estudo dos processos sociopolíticos de etnicidade e no concomitante “processo de territorialização” (Oliveira, 1998). A questão central passou a ser a de compreender como foi possível ocorrer processos de “sociogênese” (ou “viagem da volta”) (Oliveira, 2004). Como emergiram povos indígenas diante da mistura em que se imaginava estar imersa a população rural do Nordeste? Essa questão teve adesão de grande parte dos interesses antropológicos sobre os povos indígenas na região até muito recentemente (Carvalho; Reesink, 2018). A produção antropológica brasileira sobre o fenômeno da etnicidade é ampla e conhecida, o que me exime de produzir uma longa revisão

---

<sup>5</sup> Posteriormente, uma pesquisa de mestrado em antropologia foi realizada sobre esta família e localidade por Carmecilia Ferreira dos Santos (2021). Um dos subtítulos do terceiro capítulo deste trabalho é “indianidade sem emergência étnica” (*Ibid.*, p. 123), o que, a meu ver, reforça a pertinência das questões que formulei no início de minha própria pesquisa.

<sup>6</sup> A produção é extensa, mas cito alguns dos trabalhos produzidos a partir de questões semelhantes, que poderíamos sintetizar sob os termos *eticidade* ou *etnogênese* (Arruti, 1996, 2006a, 2009; Barreto Filho, 2004; Brasileiro, 2004; Carvalho, 1984, 1994; Grünewald, 2004; Neves, 2007; Oliveira, 1998; Sampaio, 2012; Souza, 1992; Valle, 2004). Essa produção dos anos 1980 e que avança até o começo do século XXI (Carvalho; Reesink, 2018) não é homogênea, e destaco algumas diferenciações a partir da chave de leitura que estou propondo.

bibliográfica ou explicação sobre o tema. Teço apenas breves comentários sobre como as questões que originaram esta tese se intersectam nessa bibliografia.

Recusando tanto uma visão nominalista da noção de *grupo* quanto uma abordagem substantivista de *cultura*, a abordagem da etnicidade enfoca o processo político de produção de diferenças e fronteiras sociais. Como argumentou João Pacheco de Oliveira (1998), grupos étnicos são um tipo específico de conformação social, que se organizam na presença do Estado-Nação, e articulam-se a processos de territorialização peculiares. Como uma categoria administrativa e jurídica, um *povo indígena* existe a partir da inter-relação entre pertenças localizadas e a produção mais geral dessa categoria no plano nacional e transnacional (Luciano, 2006; Maybury-Lewis, 2006; Merlan, 2009; Sissons, 2005). Os estudos sobre povos indígenas no Nordeste brasileiro na virada dos anos 1980 para os anos 1990, ao enfocarem a produção de etnicidades indígenas localizadas, estiveram prioritariamente preocupados com o estudo da formação de grupos, relegando aos aspectos culturais ou simbólicos o lugar de epifenômeno.

Além da focalização do estudo dos movimentos políticos de produção de diferenças e fronteiras étnicas, essas pesquisas priorizavam o estudo das *gêneses* dos grupos étnicos estudados. Ou seja, são etnografias que enfocam os processos de constituição de identidades e de territorializações. Nesses trabalhos, há unanimidade em entender que os povos indígenas que ascenderam no século XX não possuem continuidade linear com os grupos indígenas outrora existentes no Nordeste brasileiro. Nas distintas etnografias, contudo, há diferenças de ênfase quanto às condições de formação de tais grupos.

Em sua exploração da etnicidade dos Atikum, Rodrigo de Azeredo Grunewald, por exemplo, põem em xeque a “ilusão autóctone” (Grunewald, 2004), e aponta “para a possibilidade de existência de comunidades indígenas que possivelmente surgiram – por entre descontinuidades histórias – a partir de alianças e coalizões sob situações de conflito” (*Ibid.*, p. 147). Assim, os grupos indígenas atuais, nessa chave de leitura, nada têm a ver com os grupos indígenas de outros tempos históricos, e surgem como grupos a partir da relação com conflitos atuais. Nessa análise,

trata-se de um grupo camponês que, ameaçado de perder seu recurso básico – a terra – pelo poder local (fazendeiros ligados ao município de Floresta), investe contra isso no intuito de reverter a situação em seu proveito, utilizando-se, para tanto, de uma construção cultural: o toré. (*Ibid.*, p. 155).

Por outro lado, Carlos Guilherme do Valle etnografa situações em que existe um “campo semântico da etnicidade” (Valle, 2004) que ultrapassava o grupo de famílias que estavam no processo de reconhecerem-se como indígenas (Tremembé). Várias pessoas da região diziam

descender de avós “pegadas a dente de cachorro”, reconhecendo uma distinção entre caboclos brabos e mansos. No caso daqueles que estavam em processo de etnicidade, os Tremembé, esse campo semântico passou a ser acionado com maior rendimento de sentido, e indicava a busca por um futuro étnico indígena. Também o capítulo de Henyo Trindade Barreto Filho (2004), ao buscar estudar os processos de estabelecimento de “identidades categóricas” (*Ibid.*, p. 112) entre os Tapeba no Ceará, atenta-se que esse processo de estabelecimento de uma identidade ocorreu “a partir da gramática e da sintaxe dos próprios sujeitos” (*Ibid.*, p. 112).

A etnicidade indígena, possibilitada pela inter-relação entre processos locais, nacionais e transnacionais, faz emergir grupos que se diferenciam a partir de uma linguagem da etnicidade e, mais contemporaneamente, dos *povos indígenas*. Esses novos grupos, contudo, assentam-se em linguagens e práticas regionais de diferenciação que existiam previamente? As respostas de Grünewald (2004), por um lado, e de Valle (2004) e Barreto Filho (2004), de outro – tomados acima apenas como pontos polares dentro de um mesmo livro – apontam para duas respostas possíveis. João Pacheco de Oliveira (1998) nota que os processos de territorialização atuais não são os primeiros. De todo modo, ele deixa claro que a “‘viagem da volta’ não é um exercício nostálgico de retorno ao passado [...] desconectado de presente” (*Ibid.*, p. 65). Outros trabalhos, por sua vez, argumentam que a indianidade contemporânea, expressa sob a forma “povos indígenas”<sup>7</sup>, se assenta sobre conhecimentos anteriores das ascendências indígenas. É isso que expressa a formulação de Maria Rosário Carvalho (1994) de “índios misturados” a “índios regimados”; ou de José Augusto Sampaio (2012 [1986]) “de caboclo a índio”. É verdade, como notou Grünewald, que a mudança de caboclo a índio “estabelece um contrato para uma etnicidade, para um sentido novo e potencialmente estável de identidade” (Grünewald, 2004, p. 156), ou uma “identidade categórica” (Barreto Filho, 2004). Mas a nova identidade indígena emergente não é aleatória, nem no contexto inter-societário, nem do ponto de vista da autopercepção de pertencas. Trata-se, para dizer como Manuela Carneiro da Cunha, da emergência de outra “retórica usada para demarcar o grupo” (2009a, p. 244), uma retórica apoiada na ideia de origem comum e da cultura compartilhada. Uma retórica da diferença que ocorre dentro do Estado-Nação, como nos ensina o próprio João Pacheco de Oliveira (1998). Entendendo a especificidade das identidades indígenas formadas a partir dos processos de etnicidade, não creio ser necessário desconsiderar processos prévios de demarcações de diferenciações e pertencas entre grupos sociais. E não estou sozinha.

---

<sup>7</sup> Ou, nas décadas anteriores, “comunidades indígenas” ou “etnias indígenas”.

Em suas etnografias, outros antropólogos apontaram que as diferenças entre aqueles que vieram a se reivindicar indígenas e seus vizinhos também eram marcadas, embora não em linguagem da cultura ou da etnicidade, e não com fronteiras tão rígidas (Andrade, 2008; Pedreira, 2016; Valle, 2004; Viegas, 2007). Os trabalhos de Edwin Reesink (1999, 2011) também são inspiradores para pensar que as alteridades indígenas preexistiram a processos de emergência étnica em diversos casos, sendo explicitadas em linguagens de “alteridades substanciais” – algumas vezes, de sangue, “sangue de índio” –, estando entremeadas a outros processos de classificação e conformação de diferenças entre grupos sociais.

Todos os trabalhos que mencionei aqui tratam dos processos de etnicidade, estão preocupados com as gêneses de povos indígenas contemporâneos. No entanto, se tomarmos partido a favor da chave de leitura que as etnicidades atuais podem se articular a processos prévios de produção de diferença entre agrupamentos e de agenciamentos de pertenças, é possível colocar a pergunta que deu origem a tese: em um contexto em que não existe etnicidade indígena, qual o lugar ocupado pelas ascendências indígenas na produção de diferenciações e pertencimentos sociais? Ao colocar essa pergunta, não penso estar recaindo em “ilusão autóctone”: ‘índio’ e ‘caboclo’ são termos de talhe colonial, que circulam na região de minha pesquisa (como provavelmente em todo o Brasil) e que produzem sentido – é preciso estudar quais. As diferenças que podem estar conectadas à ascendência indígena, desse modo, não remetem a um procedimento de tomar *indígena* como uma essência.

## **II. Começo 2**

A Universidade Federal do Vale do São Francisco é uma universidade multicampi e atua em três estados brasileiros. Na época em que eu fui admitida como professora ali, a UNIVASF tinha sua sede na cidade pernambucana de Petrolina, e possuía campi em três municípios baianos (Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso), além do campus em que eu trabalhava e ainda trabalho, São Raimundo Nonato, no Piauí. Em 2017, como nos tempos pré-internet, as reuniões de todas as comissões deliberativas da universidade ocorriam de forma presencial em Petrolina. E lá íamos nós, representantes dos colegiados acadêmicos dos cursos, todos os meses para a sede da universidade, participar desta ou daquela comissão que integrávamos.

Em uma caminhonete da universidade, íamos os representantes dos Colegiados de São Raimundo Nonato existentes na época (Antropologia, Arqueologia e Preservação Patrimonial

e Ciências da Natureza), conduzidos por um motorista que trabalhava como terceirizado para a UNIVASF, ou por um dos colegas autorizados a dirigir os carros da instituição. Saindo cedo pela manhã de São Raimundo Nonato, rumávamos a Petrolina. Cerca de 25 quilômetros após o início da viagem, passávamos pelo pequeno agrupamento urbano que corresponde à sede municipal de São Lourenço do Piauí. Mais uns 20 quilômetros e a caminhonete cruzava outra pequena cidade, Dirceu Arcoverde. Dalí saíamos do Piauí, e uns 30 quilômetros de rodagem sem asfalto e em más condições nos davam as boas-vindas à Bahia, mais especificamente ao município de Remanso. De Dirceu Arcoverde à cidade de Remanso propriamente dita, uns 50 quilômetros. O próximo núcleo urbano só chegaria depois de mais 140 quilômetros de estrada, na sede de Casa Nova, município também baiano. Depois, Santana do Sobrado é o próximo agrupamento urbanizado, e pertence a Casa Nova. Cruzando o limite de estados, chegávamos finalmente a Petrolina, a tempo de almoçar antes da reunião vespertina.

Além da grande distância (300 km), percorrida muitas vezes nos dois sentidos em um mesmo dia, e das más condições de um trecho, na época não asfaltado, chamava-me a atenção o tamanho diminuto dos municípios piauienses pelos quais passávamos antes de chegar aos estados da Bahia e de Pernambuco. Segundo os dados mais recentes do IBGE, os municípios piauienses pelos quais passávamos meus colegas e eu têm 4.410 habitantes (São Lourenço do Piauí) e 7.054 habitantes (Dirceu Arcoverde). Em 2022, os cerca de 3 milhões e 200 mil habitantes do Piauí estavam espalhados em seus 224 municípios, sendo que 44% da população do estado vive nos 10 maiores municípios.<sup>8</sup> Apenas dois municípios piauienses têm mais de 100 mil habitantes, a capital Teresina e Parnaíba. Nessas duas cidades vivem cerca de um terço da população do estado (32%).

Numa dessas viagens de bate-e-volta a Petrolina, um colega com mais tempo de UNIVASF chamou minha atenção para o nome da Lotérica em Dirceu Arcoverde: Bom Jardim. Esse era o nome daquele povoado, quando o município ainda não existia, e integrava São Raimundo Nonato. Foi em meio às articulações políticas para o desmembramento do município, efetivado no início dos anos 1990, que o nome de Dirceu Arcoverde (falecido senador e governador do período ditatorial), foi indicado por algum deputado. Se a história do desmembramento específico desse município não é a que esta tese conta, dedico as páginas que

---

<sup>8</sup> Segundo o Censo de 2022, a população total do estado do Piauí era de 3.271.199 pessoas. Os dez maiores municípios em termo de população eram: Teresina (866.300), Parnaíba (162.159), Picos (83.090), Piripiri (65.450), Floriano (62.036), Barras (47.416), Altos (46.416), União (46.119), Campo Maior (45.793), José de Freitas (42.559) (Marreiros, 2023).

seguem a explicar os processos de criação, via desmembramento de São Raimundo Nonato, de outro município: Coronel José Dias.

Por que São Raimundo Nonato foi desmembrado em tantos pequenos municípios? Como se cria um município? O que é um município?

### *III. Continuando a história*

Escolhi contar essa tese a partir das reminiscências de dois conjuntos de perguntas que se instalaram em minha cabeça no começo de minha vida em São Raimundo Nonato. Primeiro e segundo começos não foram assim denominados ao acaso. De fato, minha pesquisa surgiu a partir do desenvolvimento, sob a forma de um projeto de pesquisa, das questões do primeiro início: como estudar pessoas e famílias que reconhecem sua ascendência indígena, mas não convocam seus antepassados ‘índios’ ou ‘caboclos’ para promover movimentos étnicos de reivindicação de presentes e futuros como povos indígenas? Como levar a sério a importância da aparência física na indicação de uma ascendência indígena?

Foram os caminhos da pesquisa que me levaram ao segundo conjunto de perguntas: Por que São Raimundo Nonato foi desmembrado em tantos pequenos municípios? Como se cria um município? O que é um município?

Ao longo da pesquisa de campo, e em grande medida da escrita – dos diários de campo, dos relatórios de campo e finalmente desta tese – é que fui, como no divã, conectando aquilo em que minha pesquisa ia se tornando, a perguntas e curiosidades que eu tinha desde minha chegada ao sudeste do Piauí.

Esta tese responde de forma transversal aos dois conjuntos de perguntas formulados nos dois começos desta história. Esta não é nem uma tese sobre famílias com ascendência indígena, nem uma tese sobre a criação de municípios. E de algum modo, ela é também as duas coisas.

Ao iniciar minha pesquisa de campo no município de Coronel José Dias, intentava obter informações sobre famílias com ascendências indígenas, mas também queria saber como outras pessoas falavam sobre ‘índios’ e ‘caboclos’ na região, para entender se esses termos – e as relações de ascendência com pessoas assim designadas – produziam diferenciações sociais. Logo entendi que falar de ‘índios’ era falar sobre o passado – algo que exploro em mais detalhes nos Capítulos 3 e 4. Desse modo, passei a indagar sobre “a história do município e dos lugares”.

Foi pelo desenvolvimento da pesquisa de campo, que detalho a seguir, que esta tese se tornou também uma tese centrada na formação de um município e de sua história.

Como se cria um município e como se cria a história de um município? Essas perguntas gerais conduziram à indagação sobre os processos de circunscrição de novos limites territoriais e da produção de uma história de Coronel José Dias. Como tais processos traçam pertenças e exclusões? Esta é uma tese sobre os processos de homogeneização que decorrem da produção de um município e de sua história – do território, dos coronelinos, da história. Mas é também uma etnografia sobre a multiplicidade de modos de traçar de pertenças e exclusões nas diferentes histórias contadas em Coronel José Dias. O que se enfoca e o que é eclipsado na produção do município e de sua história? Que agrupamentos se produzem a partir dessas histórias? E, por outro lado, que outras histórias, modos de historicização e espaços – mais abertos – coexistem com esses processos de criação de um município e de sua história?

A seguir, explico o modo pelo qual os caminhos da pesquisa de campo levaram a história desta tese a desviar das perguntas de seu primeiro início. Em seguida, apresento uma conversa com um segundo conjunto bibliográfico. Dessa vez, posiciono minha pesquisa dentro de uma antropologia da história.

### **O campo e o deslocamento das perguntas**

Iniciei o doutorado em 2019, e em meados de fevereiro de 2020 retornei ao Piauí para começar o trabalho de campo. Março, por sua vez, deu lugar a um evento que alterou os rumos do mundo e, por decorrência, desta pesquisa: no dia 11 daquele mês, a Organização Mundial da Saúde decretou a COVID-19 como uma pandemia. Os rumos da pesquisa, portanto, foram alterados em definitivo a partir daí.

Ainda entre o final de fevereiro e o início março de 2020, antes da uma pandemia ser decretada, fui levada por duas então estudantes do curso em que sou professora, Vanessa Costa e Lorayne Paes, a conversar com algumas pessoas em Coronel José Dias que contavam sobre seus ascendentes indígenas, pessoas ‘pegas no mato’. Ainda, conversei inicialmente com pessoas que não tendo essa ascendência (ou falando pouco sobre ela), me contaram sobre os ‘índios’ que habitavam a região até a chegada do fundador Vitorino Dias Paes Landim, que os expulsou ou massacrou. Aprendi, nessas conversas iniciais, que falar sobre ‘índios’ ou ‘caboclos’ era falar sobre o passado.

Nesse brevíssimo pré-campo pré-pandêmico, conversei com duas professoras aposentadas, residentes no bairro São Pedro, que me contaram sobre a fundação da Várzea Grande – o povoado que originou aquele bairro e, de certo modo, o próprio município de Coronel José Dias – e fotografei um caderno de histórias da comunidade São Pedro, guardado na casa de uma delas. A pandemia iniciou-se, e me recolhi em minha casa, em São Raimundo Nonato, mantendo contatos telefônicos esporádicos com algumas pessoas em Coronel José Dias. Tinha em mãos, assim, uma narrativa escrita da história do bairro São Pedro, que em muitos sentidos se aproximava das narrativas escritas sobre a história do próprio município, e que eu coletei em meios digitais – sites, documentos públicos. Falar em ‘índios’ era falar em passado – um passado encerrado das famílias, um passado acabado com a fundação das fazendas de Vitorino Dias Paes Landim. Em paralelo, iniciei a pandemia com um caderno de história em mãos. Foi a continuidade da pesquisa que me levou a fazer uma antropologia da história, alçando a produção de diferenças e pertencas nas narrativas de história ao foco desta tese.

A pesquisa de campo pôde prosseguir de forma vacilante em meio às várias ondas de COVID-19, e foi retomada de forma mais firme em agosto de 2021, quando eu já tinha tomado as duas primeiras doses da vacina, assim como tinham também se imunizado as pessoas com quem conversava em campo. De janeiro a maio do ano seguinte as entrevistas e conversas se intensificaram. Entre idas e vindas, minha pesquisa de campo se iniciou na sede do município de Coronel José Dias, retomando contato com as pessoas que eu conversara em fevereiro e março de 2020 e expandido minha rede de contatos, o que foi possível a partir da mediação de minha anfitriã Teresa, de sua filha Vanessa e de Lorayne e José Reinaldo, que atuaram como assistentes de pesquisa na sede do município e localidades próximas, marcando entrevistas e conversas, me acompanhando e fazendo intermediações a meu favor. Conforme ia conversando com mais pessoas, percebi que focar as conversas nos ‘índios’ ou ascendentes indígenas não rendia muitos frutos. Os comentários sobre esses antepassados eram esparsos – o que não significa que os sentidos locais de ‘índio’ não possam ser estudados, e o faço no Capítulo 3 – e as conversas não rendiam. Mas falar de ‘índios’ era falar do passado dos lugares e de algumas famílias – como exploro no Capítulo 4. Assim passei a reformular meu tema de conversa: queria saber sobre as histórias das famílias e dos lugares. Como forma de estender minha rede de contatos no município, e para não definir de antemão a que *lugar* eu me referia, passei a dizer às pessoas com quem ia travando contato que estava interessada nas histórias das famílias e



lugares *no* município de Coronel José Dias. Foi essa formulação, adotada um pouco ao acaso, que me levou a estudar as histórias *de* um município tanto quanto as histórias *em* um município.

Ocorre que o município é grande, apesar de ser habitado por menos de 5 mil pessoas. Eu não conseguiria aprender as histórias de todos os lugares: são muitas as localidades, propriedades, sítios e povoados rurais em Coronel José Dias. O segundo distrito, sobretudo a região das Lajes, era muito longe e diferente dali, comentavam comigo na sede do município. Nas histórias que eu lia e ouvia na cidade, nada aprendia sobre as localidades mais distantes, aquelas localizadas nos chamados primeiro e segundo distritos. Foram esses comentários que me levaram à região das Lajes, região em que concentrei os últimos meses da pesquisa de campo.

As narrativas sobre as histórias e formações das famílias e dos lugares, no decorrer da pesquisa, deixaram de ser apenas um meio para eu aprender sobre o modo como a ascendência indígena e os ‘índios’ produzem (ou não) diferenças entre famílias e na conformação de lugares. Minha pesquisa tornou-se uma pesquisa sobre história, ou *histórias*. Detalho minhas abordagens dentro de uma antropologia da história adiante. Por ora, adianto que segui interessada nas questões mais amplas que minhas perguntas iniciais sobre ascendências indígenas colocavam: quais os operadores de pertença e exclusão produzidos *pelos* diferentes narrativas históricas e *expressas* nessas histórias? Em outras palavras: quem conta *na* história e quem conta *a(s)* história(s) de Coronel José Dias? Ainda, que clivagens se percebem a partir no confronto de narrativas de história distintas? Como essas diferenciações podem ser vistas a partir do contraste com o que é focalizado em diversas narrativas? E, antes ainda, a partir de que disputas se cria um município? Essas questões são enfrentadas nos Capítulos 1 e 2.

A fase final da pesquisa de campo foi dedicada a conversas no segundo distrito. Nesse período, segui vivendo em São Raimundo Nonato e saía de minha casa cerca de três vezes na semana para passar as manhãs naquela região. Miguel, meu assistente de pesquisa ali, me levou a conversar com muita gente em uma ampla área do município. O último capítulo da tese (Capítulo 5), desse modo, dedica-se a tratar das conversas que conformam a porção final do trabalho de campo. Este capítulo, em primeiro lugar, dá a ver as histórias daquela região, não contadas em nenhuma das histórias *de* Coronel José Dias. Enfoco, assim, uma *história* não contada na história municipal. A formação dos lugares da região das Lajes é distinta e apartada da formação da Várzea Grande (povoado que deu origem a Coronel José Dias).

Ao longo da pesquisa de campo, conforme ouvia ou lia as histórias *de* e *em* Coronel José Dias, passei me interessar pelos modos de articular tempos nas narrativas da história. Tempo e

história são o foco desta tese, que se ocupa em estudar os processos sociais de traçar diferenciações e pertencas. O lugar ocupado pelas ascendências indígenas nesses processos é o ponto de partida desta pesquisa. Permanece como foco parcial da tese, que dele se desvia, buscando outras histórias para contar.

*Fotografia 1. Pesquisa de campo em tempos pandêmicos. Foto posada, segundo distrito do município.*



*Fonte: arquivo da Autora, 2022. Fotografia de Miguel Araújo Gomes Neto.*

#### ***IV. [Conversa com uma bibliografia 2 – antropologia e história]***

As aproximações entre antropologia e história são tão antigas quanto diversas. Alguns autores propõem revisões bibliográficas abrangentes sobre essas articulações entre campos disciplinares e metodologias da antropologia e da história (Dube, 2021; Hirsch, 2021; Palmié; Stewart, 2016; Schwarcz, 2005). Meu intuito aqui não é percorrer os diversos caminhos e as intersecções entre antropologia e história. Pretendo apresentar três enfoques que são importantes para as discussões que seguem nesta tese.

Em primeiro lugar, aponto a existência de um campo de estudos dedicado ao estudo dos modos cultural e historicamente referenciados de concatenar tempos nas narrativas históricas. Em segundo lugar, argumento que diversas pesquisas apontam a importância de estudar não somente os conteúdos das histórias, mas também a dimensão performativa das narrativas. Por fim, aponto para debates que põem em relevo a dimensão do conflito a partir da qual se produzem as narrativas históricas. Introduzo, assim, minhas entradas nesses debates.

## Etnografia das historicidades

Em suas revisões bibliográficas, Lilia Schwarcz (2005) e Saurabh Dube (2021) apontam a etnografia de E. Evans-Pritchard (1999) entre os Nuer como um marco na introdução da análise das categorias espaciais e temporais dos povos estudados. Também na metade do século XX, os trabalhos de Claude Lévi-Strauss (2010, 2017a, 2017b) reascenderiam o debate entre antropologia e história (Goldman, 1999; Hirsch, 2021; Schwarcz, 2005). Em “Raça e história” (Lévi-Strauss, 2017b) a divisão proposta pelo antropólogo francês entre “história cumulativa” e “história estacionária” não se refere a termos substitutivos para sociedades com e sem história, mas é uma divisão que indica modos relacionais de ver a maneira pela qual outras sociedades refletem sobre o devir.<sup>9</sup> E são, ainda, formas de caracterizar o modo como diferentes sociedades reagem à história. Mais precisamente ainda, a distinção entre “história cumulativa” e “história estacionária”, para Lévi-Strauss, não serve para “caracterizar sociedades distintas da nossa” (Lévi-Strauss, 2017b, p. 353), mas permite perceber modos diferentes de relação com o tempo no interior de uma mesma sociedade. Como exemplifica o autor: “Pessoas idosas geralmente consideram estacionária a história que transcorre durante a velhice, em oposição à história cumulativa que testemunharam em seus anos de juventude” (Lévi-Strauss, 2017b, p. 353).

A oposição proposta posteriormente também por Lévi-Strauss no final d’*O pensamento selvagem* (Lévi-Strauss, 2010) entre “história fria” e “história quente” trata dos modos como as sociedades reagem ao devir histórico e pode ser explicada de forma resumida a partir das próprias palavras de Lévi-Strauss em outro texto, “As discontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico e social”:

Não se trata de saber se as sociedades ditas ‘primitivas’ possuem ou não uma história, no sentido que nós damos ao termo. Essas sociedades estão na temporalidade como todas as demais, e tanto quanto elas, mas à diferença do que ocorre entre nós, recusam a história e se esforçam por esterilizar em seu germe tudo o que possa vir a ser algum devir histórico. [...] Nossas sociedades ocidentais são feitas para mudar, é esse o princípio de sua estrutura e de sua organização. As sociedades ditas ‘primitivas’ assim nos parecem, sobretudo, porque foram concebidas por seus membros para durar. Sua abertura para o exterior é mínima [...] (Lévi-Strauss, 2017a, p. 335–336).

---

<sup>9</sup> Assim como antropólogos inspirados por trabalhos de Bakhtin (Palmié; Stewart, 2016; Wirtz, 2016) notam que sua noção do tempo se baseava nas então novas teorias científicas que indicavam a relatividade tempo-espacial, também Lévi-Strauss, em “Raça e história” - um dos primeiros escritos em que aborda a questão da história - é afetado pela noção de relatividade (Goldman, 1999).

Voltando a *O pensamento selvagem* (Lévi-Strauss, 2010), o autor argumenta que as sociedades que recusam a história, isso é, aquelas com “histórias frias” subordinam o devir histórico à estrutura, incluem os eventos na estrutura como signos. Já as sociedades com “história quente” operam com séries finitas. A história quente – e história é sempre “história para” – enquanto organização linear de eventos, é tão somente uma das formas possíveis de se classificar e de se pensar o tempo. Em suma, está aberto o caminho para pensar formas distintas de relação com o tempo e com o devir histórico.

No âmbito desta tese, o estudo das temporalidades é central para as análises que seguem das narrações da história em Coronel José Dias. Para explicitar as abordagens mais recentes sobre as formas de concatenação entre tempos que inspiram minha tese, apresento-as a partir da explicitação de por que optei por trabalhar com uma antropologia da história ou com uma etnografia das historicidades, e não tratar do tema da memória – ou, mais precisamente, por que optei por não investir em uma distinção entre história e memória.

#### *O passado é um país estrangeiro? Formas de concatenar tempos*

Os distintos modos de relacionar tempos marcam a distinção entre memória e história de acordo com autores que apostam na diferenciação desses conceitos. O passado é um país estrangeiro? Essa pergunta foi respondida por um historiador e três antropólogos em 1992 no ciclo de debates promovido por Tim Ingold (1996). No cerne da distinção entre aqueles a favor da moção (sobretudo David Lowenthal)<sup>10</sup> e aqueles contrários a ela (Gillian Feeley-Harnik e Suzane Küchler) estava uma distinção entre uma “abordagem histórica” e uma “abordagem memorial” do passado, para usar os termos mobilizados por Lowenthal no debate (Ingold, 1996, p. 191).<sup>11</sup>

Nesse debate, David Lowenthal, em sua defesa da ideia de que o passado é um país estrangeiro, enfatizou a historicidade dessa afirmação, notando que até o Iluminismo, o passado era visto como imutável (Ingold, 1996). A mudança do modo europeu de ordenar o tempo – o processo de “temporalização da história” descrito por Reinhart Koselleck (2006) – levou à

<sup>10</sup> A outra debatedora a favor da moção “O passado é um país estrangeiro”, Penelope Harvey, centrou sua defesa em torno da discussão da ideia de “estrangeiro”, mais do que no “passado”. Seu argumento centra-se na ideia de que o passado é um país estrangeiro, se tomarmos a ideia de que a diferença expressa em “estrangeiro” não representa incomensurabilidade.

<sup>11</sup> Esta e todas as demais citações diretas de obras que consultei em língua estrangeira são traduções minhas.

ideia de que, no passado, as pessoas faziam coisas de modos distintos, segundo Lowenthal (Ingold, 1996, p. 169).<sup>12</sup> Articuladamente, esse novo “regime de historicidade” (Hartog, 2019), que alterou o lugar do passado e do futuro – não mais como exemplo, numa história que pensava o presente como igual ao passado – levou a uma mudança do sentido de futuro (Koselleck, 2006). Essa nova experiência histórica deu lugar à experiência de aceleração e foi central para a emergência do pensamento progressivo ocidental (Ingold, 1996; Koselleck, 2006). É no interior desse tipo de discussão que Lowenthal argumentará, como historiador, que o passado é um país estrangeiro. Ele admite que no senso comum euroamericano, bem como em outras culturas, “o passado é visto como um outro presente” (Ingold, 1996, p. 169), embora, para ele, isso não seja desejável, posto que recairia em presentismo.

Por outro lado, há a posição contrária à ideia de que o passado é um país estrangeiro. Gillian Feeley-Harnik, por exemplo, inicia sua argumentação defendendo que “nosso conhecimento do ‘passado’ se baseia na evidência ‘presente’, e que no nível mais profundo de nosso ser, essa evidência é intensamente espacial, mediada pelos nossos movimentos corporais” (Ingold, 1996, p. 172). Seu argumento seguirá centrando os processos de rememoração, situando-se num campo de discussões a partir da noção de memória. Também Suzanne Küchler centra seu argumento nas discussões sobre rememoração e cognição. Segundo ela, o passado é moldado pela memória e vice-versa. Ou seja, em sua visão, o passado engaja-se ativamente no presente “como um constituinte do mundo real” (Ingold, 1996, p. 183). Sua discussão, que se afasta da visão de memória como repositório, pensando-a como generativa, entende que o passado não pode ser pensado de forma purificada, “lá”, mas apenas como produto do trabalho da memória.

Na introdução da versão escrita do debate, Tim Ingold sintetiza essa diferença entre as posições que resumi acima nos seguintes termos: “como história, o passado localiza-se *atrás* de nós, como memória, ele permanece muito *conosco*” (Ingold, 1996, p. 164). Temos, portanto, a questão dos modos de relacionar passado e presente. Pierre Nora (2012) é uma referência central para as reflexões sobre a distinção entre memória e história em termos semelhantes:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e

---

<sup>12</sup> Nesse debate, Lowenthal não mobiliza o pensamento de Koselleck e de Hartog – essas são composições bibliográficas que fiz para explicar o argumento desse historiador.

incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (Nora, 2012, p. 9)

As diferenças entre memória e história seguem: aquela, afetiva, esta, operação intelectual; aquela, “emerge de um grupo que ela une” (Nora, 2012, p. 9), enquanto a história tem “vocação para o universal” (*Ibid.*, p. 9). A memória, para Nora, seria um fenômeno que acabou: sob o jugo da história, a memória só existe como lugares de memória, isso  , como rastro;   que a história “  deslegitima o do passado vivido” (*Ibid.*, p. 9). Não enveredarei pela abordagem desse autor sobre os lugares de memória, o centro de seu argumento sobre a rela o entre memória e história. Apenas gostaria de pontuar que tanto o debate promovido por Tim Ingold (1996) quanto as reflexões de Pierre Nora (2012) tratam de dois modos de relacionar passado e presente. Em um deles, o passado passou,   “outro país”. Já em outros, tem-se as interpela es do passado a partir do presente.   possível, como fazem esses autores, situar essa diferença a partir da distin o entre história e memória. Mas esse não   o único caminho possível, e não foi o que optei por trilhar nesta tese.

Em seu verbete sobre a rela o entre antropologia e história, Eric Hirsch (2021) expõe sua leitura sobre o campo a partir de suas próprias proposi es, isso  , a partir do que, em um artigo de introdu o a um dossiê em coautoria, denominou “etnografias da historicidade” (Hirsch; Stewart, 2005). Partindo da premissa de que “a rela o passado-presente-futuro   inerente a todas as formas de temporaliza o” (Hirsch, 2021, p. 13), Hirsch argumenta que o historicismo – isso  , a ideia de que o passado deve ser compreendido em seus próprios termos, como um país estrangeiro –   um modo específico de compreender essa rela o entre tempos. Ou seja, a ideia de que a rela o entre passado e presente seja de alteridade radical   apenas um modo cultural e historicamente referenciado.<sup>13</sup> Indo além do historicismo ocidental, Hirsch e Stewart (2005) defendem a promo o de etnografias da historicidade, isso  , o estudo empírico das “rela es multifacetadas do passado, presente e futuro” (Hirsch, 2021, p. 15). O passado, então, pode não ser um país estrangeiro. E ainda assim,   possível abordar o tema dos modos de relacionar passado e presente sem recorrer   no o de memória.

Na introdu o de um livro-texto sobre o amplo e multifacetado campo dos estudos da memória nas ciências humanas e sociais, Susannah Radstone e Bill Schwarz (2010) notam, justamente, a multiplicidade de campos e preocupa es com o tema da memória. Segundo os

---

<sup>13</sup> Embora referenciado a certo momento do pensamento europeu, esta versão que separa o passado, o presente e o futuro com mundos distantes uns dos outros foi levada a outras partes do mundo, a partir dos processos de coloniza o, e alterou modos de percep o do tempo (Hermann, 2005).

autores, é difícil distinguir “entre a memória e suas teorizações, pois a categoria da memória é ela mesma notoriamente propensa à fragmentação (*fissily*) (Radstone; Schwarz, 2010, p. 5). Ao explicitar a organização de seu livro, esses autores explicam que “distintos padrões de teorização [...] persistem até o presente” (*Ibid.*, p. 8), e apesar de haver conexões possíveis entre as diferentes conceituações em torno da memória, há sobretudo incomensurabilidades entre os modos de conceber essa noção. Sendo o campo da memória, portanto, tão diverso e amplo, e tendo eu formulado o foco da minha pesquisa a partir das articulações entre antropologia e história, memória não é uma noção com a qual dialogo de forma detida ao longo desta tese.<sup>14</sup>

Se antropólogos vêm pondo em questão o historicismo da disciplina acadêmica história (Hirsch, 2021; Hirsch; Stewart, 2005; Palmié; Stewart, 2016), também pesquisadores da história e da teoria da história o fazem (Bevernage, 2021; Hartog, 2019; Koselleck, 2006). Por caminhos distintos, mas com inspiração do primeiro no pensamento do segundo, Reinhart Koselleck e François Hartog, como notei, historicizaram os “regimes de historicidade” e a estruturação do tempo em cada um deles, ao prestar atenção às experiências temporais na história europeia. Quando a história foi temporalizada, os tempos deixaram de ser tidos como homogêneos. Assim, instaurou-se um regime de historicidade aberto para o futuro, e em que o passado deixou de ser pensado como lócus de ensinamento para inspiração para o futuro. *Futuro passado* é o título de um dos livros de Koselleck (2006): antes da instauração de um regime moderno de historicidade, o futuro era pensado em outros termos.<sup>15</sup>

Mais recentemente, reflexões no campo da teoria da história como as expostas por Berber Bevernage (2021) põem em questão a posseidade do passado, elemento central para o historicismo. Dentre os diversos tipos de críticas à posseidade do passado – de cunho ontológico, epistêmico ou político – apontadas por Bevernage está, por exemplo, a crítica de afro-americanos estadunidenses ao modo de inserir a escravidão em um passado encerrado, e a concomitante evocação do passado da escravidão como “uma questão doméstica do aqui e do agora” (Palmié, 2010, p. 375). Essas críticas vêm de muitos campos de estudo, inclusive da antropologia (Bevernage, 2021, p. 7).

---

<sup>14</sup> Em uma tese recente em antropologia defendida no Brasil que tem a memória como foco (Pereira, 2023, p. 82–95), apenas como exemplo, vemos que os autores discutidos numa revisão bibliográfica sobre o tema da memória, bem como os seus temas e preocupações de interesse, distinguem-se muito daqueles mobilizados nesta revisão bibliográfica que realizo aqui, para os fins da formulação dos interesses de pesquisa de minha própria tese.

<sup>15</sup> Aqui, construo uma aproximação sintética do pensamento desses dois autores, e uso termos que são usados por um ou por outro. O intuito é gerar um sentido de síntese, e não proceder a uma exegese dos textos.

No campo da história e da teoria da história, as posições a respeito do que fazer com a crise da passividade do passado são divergentes; Bevernage, por sua vez vê o “repensar crítico da passividade como uma condição para um entendimento mais sofisticado do presente.” (Bevernage, 2021, p. 28). A passividade do passado, irmã do historicismo, não corresponde à mera asserção de que o passado é cronologicamente anterior ao presente, mas ao movimento epistemológico (e político) de posicionar esse passado como radicalmente outro; é a transformação do “cronologicamente anterior ou antigo para o ‘desatualizado’, ‘antiquado’ ou ‘obsoleto’” (*Ibid.*, p. 29). E a passividade do passado depende da ideia de “um presente histórico contemporâneo a si mesmo” (*Ibid.*, p. 30), o que vem sendo confrontado com a ideia de que há “heterogeneidade (histórica) que caracteriza o presente cronológico” (*Ibid.*, p. 31). Em suma, o que pode ser considerado “passado” por pessoas em um ponto do mundo pode ser experimentado como presente por outras pessoas, mesmo todas vivendo num mesmo tempo cronológico e potencialmente em um mesmo ponto do planeta (Massey, 2005).

Importam ainda, discussões recentes em teoria da história que se dedicam a pensar as presenças do passado (Domanska, 2006; Runia, 2006), e que tomo como inspiração em algumas reflexões desta tese.

É contra uma visão universalista dos modos de apreender a relação entre os tempos (passado, presente e futuro) que os diversos autores comentados nesta seção se colocam. Nas últimas duas décadas, essa preocupação, dentro da antropologia, foi sintetizada pelas propostas de “etnografias da historicidade” (Hirsch; Stewart, 2005) ou “antropologia da história” (Palmié; Stewart, 2016). Essas proposições – e as etnografias que com elas dialogam, explicitamente ou não (Geană, 2005; Gonçalves, 2017; Hermann, 2005; Hoëm, 2005; Lambek, 2016; Lucca, 2021; Mello, 2021; Wirtz, 2016) – estão interessadas em compreender os diferentes modos de historicização, isso é, modos de concatenar tempos, nas produções concretas de histórias. Ao fazê-lo, esses trabalhos privilegiam o estudo das temporalidades – ou *cronotopos*, como preferem alguns autores (Palmié; Stewart, 2016; Wirtz, 2016)<sup>16</sup> – envolvidas nas produções de

---

<sup>16</sup> De acordo com Kristina Wirtz (2016), Bakhtin forjou conceito de cronotopos para analisar a literatura, como um modo de estudar “como textos mobilizam motivos e enquadres temporais, espaciais e de personagens para expressar diferentes tipos de trajetórias narrativas, estruturas eventuais e pontos de vista” (*Ibid.*, p. 347). Como o termo deixa claro, cronotopo diz respeito à indissociabilidade entre tempo e espaço como constructos semióticos; ainda na leitura de Wirtz, “essas ordens espaço-temporais semioticamente mediadas dão forma a nossa experiência e, por consequência, à nossa sensação de história e lugar” (*Ibid.*, p. 344). Por fim, Wirtz defende que “nossa imaginação histórica emerge através de interações dialógicas através de cronotopos múltiplos” (*Ibid.*, p. 344). Ou seja, um uso propriamente analítico do conceito de Bakhtin não pode se dissociar de uma análise dialógica. Wirtz inclusive é crítica ao uso mais figurativo do que analítico que a antropologia vem fazendo do conceito. Palmié e Stewart



história e estão atentos à sobreposição ou concorrência de distintos modos de ordenamentos dos tempos. Inspiro-me nesses trabalhos recentes, que não distinguem o estudo etnográfico da história dos historiadores do estudo de outros modos de relacionar tempos, tratando tudo como *história* e prestando atenção às múltiplas historicidades existentes nas diferentes situações etnografadas.

Em minha pesquisa, estudo de que modo as narrativas de história de Coronel José Dias articulam tempos e os efeitos desses modos de historicização para os processos de traçar pertencas e diferenciações sociais. Essa discussão está presente em diferentes capítulos. No Capítulo 1, mostro de que maneira uma forma de seriar tempos estáticos promove a própria conformação do grupo que se narra. No Capítulo 3, ao abordar os sentidos atribuídos localmente a ‘índios’ e ‘caboclos’, demonstro de que maneira os ‘índios’ são inscritos em um passado encerrado. Um modo de narrar a história que situa o presente como radicalmente distinto do passado, e a seta do tempo tida como um caminho de progresso, contribuem para a inserção da ideia de ‘índio’ num passado finito, com o qual não se relaciona o presente. Assim, os modos de historicização contribuem para processos de pertencimento e exclusões, criando os contornos dos grupos narrados. Já no Capítulo 4, a percepção emergente do Capítulo 3 é matizada: a ascendência indígena, inscrita num passado encerrado e eclipsada pela retórica da mistura pode se fazer presente em alguns momentos, em comentários sobre aparências físicas. Uma história *mostrada* conecta o passado ao presente, em um outro modo de historicização que emerge no contexto da pesquisa. Esse modo de historicização que torna presente *coisas* e relações do passado é retomado no Capítulo 5 da tese, no estudo das *coisas* relacionadas ao acesso à água na região das Lajes.

### **Forma e conteúdo**

Uma generalização possível é dizer que “a partir da segunda metade dos anos 1970 uma ênfase crescente na prática, processo e poder vieram a caracterizar a investigação antropológica” (Dube, 2021, p. 9). Com efeito, diferentes abordagens colocaram o conflito no centro da análise sobre as representações do passado – ou diferentes “passados”, como prefere Arjun Appadurai (1981). Em “The Past as a Scarce Resource”, Appadurai põe e relevo a

---

(2016, p. 219), por sua vez, afirmam que cronotopos são “interruptores modais que ativam – frequentemente de forma não intencional e espontânea – passados particulares em atenção conjunta ou individual”.

importância de estudar as normas culturalmente variável dos modos de debater o passado. As representações sobre o passado – que ele chama de “passados” (*pasts*)<sup>17</sup> – não são infinitos: existem normas culturais que determinam as autoridades e as formas de acesso ao passado que tornam um “passado” legítimo. Com Appadurai, assim, temos o estudo dos “passados” em debate, e sobretudo, o estudo dos critérios pelos quais as pessoas em determinada sociedade validam um “passado” como possível.

Pensar em “passados” diz respeito a lidar com a história como representação do passado. Assim, quando estamos diante de histórias sobre eventos narrados que conflitam entre si, coloca-se a questão sobre as correlações entre o texto e “o mundo” (Brenneis, 1988, p. 281). Na divisão explicitada por Elizabeth Tonkin (1992, p. 2), temos a questão da relação entre a história-como-vivida (*history-as-lived*) e a história-como-registrada (*history-as-recorded*). Como discuto adiante, sigo a abordagem de Michel-Rolph Trouillot (2016), que requalifica essa divisão entre acontecimento e representação.

A ênfase no conflito está no cerne do trabalho de Appadurai (1981), e também na seção especial organizada por Charles Briggs (1988b) no periódico *Anthropological Linguistics*, por exemplo, em que se vê o papel performativo das narrativas na produção dos sentidos da disputa.<sup>18</sup> Por caminhos distintos, a atenção desses antropólogos sai do conteúdo das narrativas e centra-se nas narrativas em si, nos contextos de enunciação e nos debates sobre os critérios de validação da história. No caso das abordagens que se centram nas narrativas, o deslocamento do conteúdo para a forma – ou, mais precisamente, o deslocamento do olhar ao conteúdo para a análise da inter-relação entre forma e conteúdo – levou ao estudo das performances verbais e ao aspecto pragmático das narrações; passou-se a estudar também a relação entre narrador e sua audiência e a estruturação das narrativas. Em suma, passou-se da análise puramente do conteúdo das narrativas para um olhar atento a “como dimensões formais fornecem dados cruciais sobre a estrutura e o significado das narrativas” (Briggs, 1988b, p. 274).<sup>19</sup> Os colaboradores da seção organizada por Briggs (1988b) e o livro de Bauman (1986) estavam interessados em contribuir, a partir do campo da antropologia linguística, para o estudo das artes

---

<sup>17</sup> Em suas palavras: “Minha preocupação é com ‘passados’ no sentido de Malinowski: versões do passado coletivamente mantidas, publicamente expressas e ideologicamente carregadas, que tendem a variar entre os grupos que formam uma sociedade” (Appadurai, 1981, p. 202).

<sup>18</sup> Posteriormente os artigos publicados originalmente nesse especial foram reeditados no livro *Disorderly Discourse*, publicado em 1996, ao qual não tive acesso (Basso, 1988; Brenneis, 1988; Briggs, 1988a, 1988b; Haviland, 1988; Herzfeld, 1988; Mertz, 1988; O’Barr; Conley, 1988).

<sup>19</sup> Neste trecho, Briggs menciona outros pesquisadores não citados aqui como Dennis Tedlock e Dell Hymes.

verbais. De todo modo, a ênfase nos aspectos formais das narrativas orais também afetou os estudos de história oral (Perks; Thompson, 2016, 2016; Tonkin, 1992), e a preocupação imediatamente anterior de poder usar o conteúdo das narrativas como fontes históricas passou a ser suplementada pela análise de dimensões formais e performativas.

No campo da história oral propriamente dita, Robert Perks e Alistair Thompson (2016) identificam que a gênese da história oral contemporânea, estabelecida a partir do final dos anos 1940, correspondeu ao uso da memória como fonte para a pesquisa histórica. Já a partir dos anos 1970, segundo esses autores, houve uma virada “pós-positivista”: respondendo a críticas de falta de fiabilidade da memória como documento para a história, os praticantes da história oral passaram a prestar atenção à relação entre passado e presente, entre memória e história. Assim como no campo da antropologia linguística, no campo da história oral o foco saiu exclusivamente do conteúdo das narrativas históricas, e passou a levar em consideração, por exemplo, o contexto de produção das narrativas: as considerações sobre a relação entre entrevistado e entrevistador e o estatuto de objetividade das narrativas constituem o centro do que Perks e Thompson identificam como a terceira transformação na história oral. Também nos estudos de antropologia linguística a entrevista como gênero discursivo foi posto em foco (Briggs, 1986).

Se esta tese não se debruça especificamente sobre performances orais e sobre a dimensão performativa das narrações de história – até porque eu trabalhei com conversas e entrevistas produzidas a partir de relações dialógicas específicas entre pesquisados e pesquisadora –, não deixo de estar atenta à inter-relação entre forma e conteúdo nas narrativas históricas escritas sobre o município de Coronel José Dias. A própria produção escrita de histórias é performativa na medida em que produz continuamente a comunidade narrada. No Capítulo 1, apresento o caderno de *História da comunidade São Pedro*, ao qual tive acesso na casa de uma professora aposentada. Após digitar esse caderno e devolver uma cópia a minhas interlocutoras em campo, o caderno cresceu, e recebi a demanda de acrescentar novas partes e novas autoras ao próprio caderno. A leitura e manejo deste caderno fez uma de suas autoras notar ausências, às quais ela trabalhou para redimir: uma importante personagem da comunidade estava ausente das páginas do caderno, e foi prontamente incluída. A comunidade, assim, é narrada no caderno, que também contribui, reciprocamente, para fazer a comunidade.

Nesta seção, apresentei a importância que a forma ganhou nos estudos de narrativas, sobretudo de narrativas orais. O início da apresentação desse corpo bibliográfico, contudo, foi a partir da exposição da importância da dimensão do conflito e do estudo da produção de

diferentes “passados” ou diferentes *histórias*. Retomo este tema na próxima seção, quando explicito as inspirações desta tese para lidar com tal problemática.

### ***Histórias: versões conflitantes***

Na seção anterior, notei a importância da dimensão do conflito nos estudos sobre narrativas e sobre história. Como lidar com diferentes narrativas de história ou com diferentes *histórias*? Essa questão, como também já notei, põe em foco o tópico da relação entre a história vivida e a da história narrada. As abordagens de dois antropólogos inspiram-me na abordagem dessas questões, o livro *Silenciando o passado*, de Michel-Rolph Trouillot (2016) e os trabalhos de Fernanda Figurelli (2011, 2015). Apresento as contribuições de ambos, enfatizando o modo como minha leitura desses trabalhos informam a abordagem que segue na tese.

Os debates em torno dos limites do estudo da história como narrativa têm uma longa e intrincada história em diversos campos de discussão acadêmica. Não tenho qualquer pretensão de saber discorrer sobre todo o debate que gira em torno da distinção entre história como narrativa *versus* o caráter referencial da história.<sup>20</sup> Dentro deste amplo, controverso e interdisciplinar debate, apoio-me nas proposições de Michel-Rolph Trouillot (2016). Sua abordagem, aliada à leitura que faço de trabalho de Fernanda Figurelli (2011, 2015), permitem-me abordar a existência de diferentes narrativas de história (Trouillot, 2016), ou diferentes *histórias* (Figurelli, 2011, 2015), *em e de* Coronel José Dias. Apresento essas leituras, para em seguida explicitar como elas informam minhas análises que seguem.

Michel-Rolph Trouillot (2016) centra sua antropologia da história no estudo do exercício do poder na produção da história e nos silenciamentos que podem ser percebidos a partir desse estudo. Duas são suas principais proposições de seu trabalho: 1) a sobreposição parcial entre processo e narrativa histórica e 2) o estudo da produção de narrativas históricas específicas.

---

<sup>20</sup> Esse é um dos problemas que se ocupa longamente Paul Ricoeur (2018) em sua investigação da uma epistemologia da história em *A memória, a história, o esquecimento*. A questão entre inscrição e acontecimento, ou entre narrativa e referente (para simplificar enormemente a discussão) é abordada pelo autor para as diferentes fases da “operação historiográfica”, a saber, a fase documental, a fase explicativa/compreensiva e a fase escriturária/literária. De diversos modos, Ricoeur defende a importância de “especificar o momento referencial que distingue a história da ficção” (Ricoeur, 2018, p. 266), o que se apreende na “dimensão testemunhal do documento” (*Ibid.*, p. 292) e, possivelmente, na dimensão do indício (cf. Ginzburg, 1989), posto que “a noção de rastro pode ser tida como a raiz comum ao testemunho e ao indício” (Ricoeur, 2018, p. 185).

Trouillot coloca-se contrário tanto ao positivismo quanto ao construtivismo em história. Aquele teria a pretensão de que as narrativas históricas se desvinculam absolutamente do processo histórico, sendo possível chegar a conhecer o que efetivamente ocorreu. Já o construtivismo “nega a autonomia do processo sócio-histórico” (Trouillot, 2016, p. 26), equivalendo as narrativas à ficção. Trouillot argumenta que o que distingue a narrativa histórica da ficção é sua “pretensão de verdade” (*Ibid.*, p. 27), pretensão essa que varia transculturalmente. Apesar das diferenças dos critérios para a verdade histórica, é a demanda por um tipo de credibilidade o que separa história de ficção. A solução encontrada por esse antropólogo para sair da dicotomia entre positivismo e construtivismo é a de distinguir entre “a materialidade do processo sócio-histórico (historicidade 1)” e “as narrativas históricas” (historicidade 2) (*Ibid.*, p. 61). Mas o nexos entre historicidade 1 e historicidade 2 não é aleatório, como querem as abordagens construtivistas. Isso é: o processo histórico “deixa indícios, alguns dos quais são bastante concretos – edifícios, cadáveres, censos, monumentos, diários, fronteiras políticas – que limitam o alcance e o significado de qualquer narrativa histórica.” (*Ibid.*, p. 61). Ainda assim, esses indícios não são capazes de determinar de modo absoluto as narrativas. E é porque existem distintas narrativas históricas que é possível perceber aquilo que elas silenciam.

Chega-se, assim, ao segundo ponto central da abordagem de Trouillot no seu estudo do poder na produção da história. É preciso estudar narrativas históricas específicas. Não basta identificar *quem* produz as narrativas, mas estudar detidamente *como* a história funciona e é produzida. Afinal, se algumas narrativas são “poderosas o bastante para se tornarem a história aceita”, ainda assim “nem todos os vencedores contam a mesma estória” (Trouillot, 2016, p. 26). Assim o antropólogo sintetiza sua posição:

Somente focalizando esse processo [de produção de narrativas históricas específicas] será possível desvelar as formas em que se entrelaçam num dado contexto os dois lados da historicidade. Somente através dessa sobreposição poderemos descobrir o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras. (Trouillot, 2016, p. 55)

Os silêncios na história, dessa forma, “aparecem nos interstícios dos conflitos entre os intérpretes” (Trouillot, 2016, p. 59), ou seja, a partir da contraposição entre diferentes narrativas da história. Em termos distintos de Trouillot, Fernanda Figurelli realizou um estudo sobre como

*histórias* distintas recriam entidades distintas (a *família*, a *escravidão*, a *luta*) que constituem um parâmetro segundo o qual se pensa o passado. As várias *histórias* não produzem diferentes versões de um mesmo passado, ao contrário, os passados que reconstroem nos falam de coisas diferentes de acordo com o lugar social onde a reconstrução é realizada (Figurelli, 2015, p. 347)

Ao estudar a contraposição de diferentes *histórias* narradas por pessoas que ocupam posições variadas com relação da antiga fazenda “Belém” no semiárido do Rio Grande do Norte e das lutas de trabalhadores que ali viviam, Figurelli (2011, 2015) percebeu que cada *história*, ao compor um ente, centraliza alguns temas, deixando outros nas suas margens.

Diferentemente de Trouillot, Figurelli não está tão preocupada com a dimensão referencial da história, ou da relação entre narrativa e evento. Sua questão, pelo contrário, aborda a conformação de entes a partir das histórias contadas. O estudo dos diferentes passados conformados pelas narrativas – o que convoca a ver a dimensão performativa da história – me inspira a pensar nos processos de *focalização* das narrativas. O que é reiterado? O que se repete em diferentes narrativas da história? O que se produz a partir dessa focalização? No Capítulo 1, estudo a formação de uma história *do* município de Coronel José Dias e a história *da* comunidade São Pedro. Mostro que alguns temas e personagens se repetem nessas narrativas – que em alguns casos, constroem-se com pequenas variações de um mesmo tema, por vezes com o mesmo texto. No caso em que a história da comunidade ou do bairro São Pedro se distanciam de uma história mais geral do município de Coronel José Dias, vê-se a formação de outra entidade: a *comunidade São Pedro* se forma a partir da narrativa, seja pela repetição e reiteração dos personagens da história, seja pelo modo de contar essa história. Ao estudar o que é reiterado ou focalizado, o que fica nas margens dessa *história*? Voltemos a Trouillot.

Para Trouillot, é na contraposição de diferentes narrativas da história que percebemos os silenciamentos. De acordo com sua proposição, os silêncios “ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais” (Trouillot, 2016, p. 58), que são distintos, mas que se inter-relacionam: na produção das fontes, na elaboração dos arquivos, na elaboração das narrativas e “no momento da significância retroativa” (*Ibid.*, p. 57); esses momentos são analiticamente distinguíveis, mas se retroalimentam, de sorte que “qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios” (*Ibid.*, p. 58). E os silêncios podem ser percebidos nas narrativas a partir da contraposição de diferentes *histórias* (Figurelli, 2011, 2015), ou de diferentes narrativas da história (Trouillot, 2016). É porque o processo histórico deixa indícios materiais, ainda, que os silêncios são apreensíveis, audíveis, visíveis.

Um ponto pouco abordado por esses dois antropólogos que venho comentando é o de que é possível estudar para além da dimensão narrativa das histórias. Os modos de concatenar tempos (passado, presente e futuro) não ocorrem apenas a partir de narrativa (Palmié; Stewart, 2016). Nos Capítulos 4 e 5 desta tese argumento em favor de uma história *mostrada*. Entre o que se diz e o que se *mostra* é possível perceber um intervalo, flutuações de sentidos, distintos

modos de articular passado e presente. Exploro essa disjunção entre narração e os corpos ou *coisas* que me foram mostradas em campo. Nesse sentido, exploro tanto certa dimensão de silenciamento na história (Capítulo 4) quanto a presença de um passado sempre à espreita (Capítulo 5).

Esta tese não se centra exclusivamente no estudo dos silenciamentos na história, tal qual faz Trouillot. Procedendo pelo avesso do silenciamento, os Capítulos 1 e 3 abordam as reiteraões e focalizaões: o que se repete na conformaão de histórias e dos entes narrados? A partir dessas *histórias* e de seus conteúdos, o que pode se depreender dos procedimentos de exclusão e pertencimento em Coronel José Dias? No Capítulo 1, noto que certa equivalência da história *do* município de Coronel José Dias à história da comunidade São Pedro produz – ou pretende produzir – efeitos de exclusão daqueles que vivem em outras partes. Esse processo de pertencimento/exclusão está inscrito em uma retórica mais ampla que opõe os ‘filhos’ do lugar aos ‘forasteiros’. Origem, como se verá transversalmente nesta tese, é um ponto central para marcar pertencas e exclusões. O Capítulo 2 estuda a emancipação de Coronel José Dias e o que contam os documentos e as pessoas sobre esse processo. O que aparece tanto nas histórias contadas sobre Coronel José Dias ‘passar a município’ e os documentos sobre o desmembramento do município? O que não se pode ver somente a partir do estudo dos documentos? Novamente aí, de forma mais indireta, debruço-me sobre o estudo dos atores e lugares focalizados nas histórias contadas (pelos documentos e pessoas em diferentes lugares), bem como indico pessoas e lugares que ficam às margens dessas *histórias*.

Já o Capítulo 3 novamente busca entender de que modo se produz um pertencimento a partir de exclusões. Especificamente, da exclusão para o passado e para o espaço do ‘mato’ daqueles que não pertencem à história. Isso é, estudo como certo modo de historicização em que a história é progressiva, o passado é o lugar da não sociedade, e é ali que os ‘índios’ são encerrados. Mas essa não é toda a história: é no passado da própria família do Coronel José Dias que uma antepassada indígena reaparece, como inscrevendo-se certamente num passado, mas num passado que tem linhas de continuidade (via genealogia) com o presente.

O Capítulo 4 explora esse tema de que os ‘índios’ são o Outro e são os antepassados de um passado encerrado pela retórica da mistura das ‘raças’. Também ali, contudo, o passado se faz presente, através das origens indígenas que podem ser vistas nos corpos. Assim, outro modo de historicização se abre, um que convoca o passado à presença, dando outra forma à relação entre presente e passado.

Por fim, o Capítulo 5 apresenta algumas histórias de um lugar que está às margens (Figurelli, 2011, 2015) das histórias *de* Coronel José Dias: a região das Lajes, sul do segundo distrito do município. Ali, através de um estudo focado nas *coisas*, esmiuçou os ‘tempos’ usados para se referir ao passado e ao presente. A cada tempo correspondem distintas *coisas*, marcando uma diferença radical entre passado e presente. No entanto, essas *coisas*, com sua contínua presença nas casas e nas suas adjacências, releva uma história *mostrada* em que os tempos de antes e de agora podem estar em copresença.

### ***V. As conversas com as bibliografias***

Até o momento nesta introdução, apresentei duas [Conversa com uma bibliografia]. Talvez seja agora o caso de explicar a opção de separar do texto principal essas conversas, e deixar claro os diferentes tipos de conversas que estabeleço com a bibliografia ao longo desta tese.

A primeira [Conversa com uma bibliografia] objetivou explicitar de que modo minhas perguntas iniciais de pesquisa – sobre a possibilidade ou não de ascendências indígenas diferenciarem famílias fora de um contexto de emergência étnica – se construíram. Assim, apresentei minhas interpelações a uma bibliografia sobre processos de produção de família, por um lado, e trabalhos sobre etnicidade indígena no Nordeste brasileiro. Ali, o diálogo com esses textos teve o objetivo de justificar as formulações de perguntas, a partir da identificação da possibilidade de fazer perguntas de outro modo – a partir da aproximação de campos bibliográficos que costumam ser apartados.

Já a segunda [Conversa com uma bibliografia] tem um propósito distinto nesta tese. Se eu tivesse que a situar esta tese a partir de uma preocupação subdisciplinar nomeada, diria que é uma tese em antropologia da história. Desse modo, meu diálogo com a bibliografia que conecta antropologia e história se deu a partir de um duplo sentido. Em primeiro lugar, apresentei alguns pontos centrais a partir dos quais construo esta tese. Em segundo lugar, que é conectado ao primeiro, se esta tese é em antropologia da história – e é uma tese – convém demonstrar certa amplitude de leitura sobre esse tema.

Este é um ponto central: a opção de situar as [Conversa com uma bibliografia] em separado do corpo central do texto decorre da minha compreensão do que é uma tese. Se, por um lado, as longas revisões bibliográficas e marcos teóricos em início ou meio de teses são aborrecidas, por outro, se estão completamente ausentes, parece-me difícil situar a tese a partir



dos diálogos que ela propõe. É disso que se tratam as conversas que aqui proponho: de explicitar o que eu reconheço como os campos, ou as bibliografias, com os quais eu dialogo.

O tema da história é central. A história que esta tese conta é a história da criação de histórias – e tempos, lugares, agrupamentos, homogeneizações e diferenciações. Mas outros diálogos emergem ao longo da tese, em cada capítulo. Assim, dialogo também com a antropologia da política, com algumas discussões da antropologia rural, de branqueamento e miscigenação; ainda, com a produção historiográfica e arqueológica sobre as presenças indígenas no sudeste do Piauí... Se esta tese não fosse uma tese, mas um livro, é possível que essas [Conversa com uma bibliografia] pudessem ser resumidas, tornadas notas de rodapé ou parágrafos genéricos. Aqui, contudo, julgo importante mostrar as conversas – que são, afinal, fruto de minha própria apreensão do que é cada conjunto bibliográfico com que eu dialogo a cada caso.

Se esta é uma tese em antropologia da história, para resumir a conversa, é preciso ainda dizer, mais uma vez, que está é uma tese preocupada em etnografar os processos de delineamento de pertencas e exclusões. A etnografia sobre história é um modo de olhar para tais processos. Olho, como expliquei, os enfoques e eclipsamentos narrados nas *histórias* e produzidos por elas.

A [Conversa com uma bibliografia 2], portanto, não é um “marco teórico” desta tese. Entendo que fazer etnografia é fazer teoria (Goldman, 2003; Peirano, 2014). Mas se há alguma inspiração mais ampla para as preocupações centrais desta tese, eu diria que ela se situa em um conjunto de trabalhos em antropologia que venho lendo desde meus tempos de graduação e que colocam em primeiro plano a diferença, as relações e a multiplicidade, no lugar das identidades, dos termos e dos fechamentos. Não se trata aqui de fazer uma conversa com essa bibliografia – embora eu possa mencionar alguns dos trabalhos a que me refiro (Strathern, 2014; Tarde, 2007; Viveiros de Castro, 2014) – mas talvez de resumir o que tomo como central nessas leituras a partir das palavras de Gabriel Tarde: “existir é diferir” (Tarde, 2007, p. 98).

Meu estudo do processo de criação de um município, com seus limites territoriais e sua história, portanto, é animado pelo entendimento de que a homogeneização do espaço e da história não encerra as múltiplas histórias, as flutuações de sentidos, os vários pertencimentos e as mais variadas relações com o tempo e com o espaço. Trata-se, portanto, de notar a existência de espaços-tempos abertos a múltiplas trajetórias, histórias e tempos, em que se negociam constantemente os lugares e a história, mas reconhecendo que há também processos constantes de fechamentos do espaço e das pertencas (Massey, 2005).

## ***VI. Coronel José Dias, primeira apresentação***

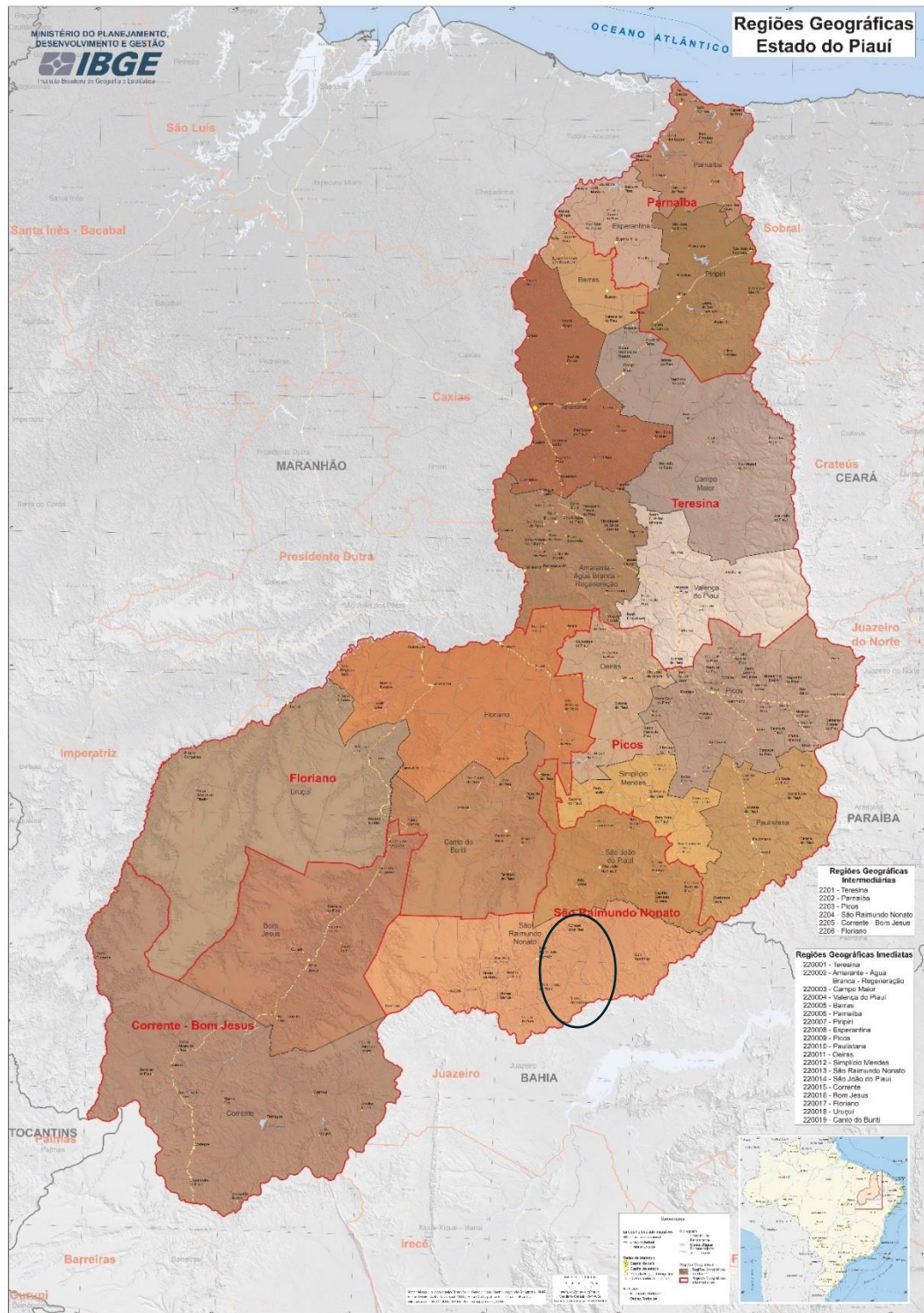
O município de Coronel José Dias será apresentado e reapresentado diversas vezes ao longo desta tese, a partir do entrecruzamento entre histórias escritas ou contadas por coronelinos e pelas minhas próprias descrições dessas histórias. Esta primeira apresentação visa tão somente produzir um ponto de apoio inicial para situar a leitora em sua jornada.

Em 2022, Coronel José Dias era um município com população de 4.250 habitantes (IBGE, 2023a). Ainda de acordo com dados encontrados no *IBGE Cidades*, o município tem salário médio formal entre os trabalhadores de 1,6 salários-mínimos, mas apenas 9,86% da população ocupada. 56% da população tinha renda mensal per capita de até meio salário-mínimo. O PIB per capita do município é de R\$ 8.694,47 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,546. O bioma do município é o de caatinga e o território municipal é de 1.926,103 km<sup>2</sup>.

Coronel José Dias se localiza na região imediata de São Raimundo Nonato e na região intermediária de mesmo nome, como se vê no Mapa 1.

Já o mapa mais abaixo (Mapa 2), mais aproximado, permite ver os contornos dos limites municipais e algumas das localidades que serão referenciadas ao longo da tese.

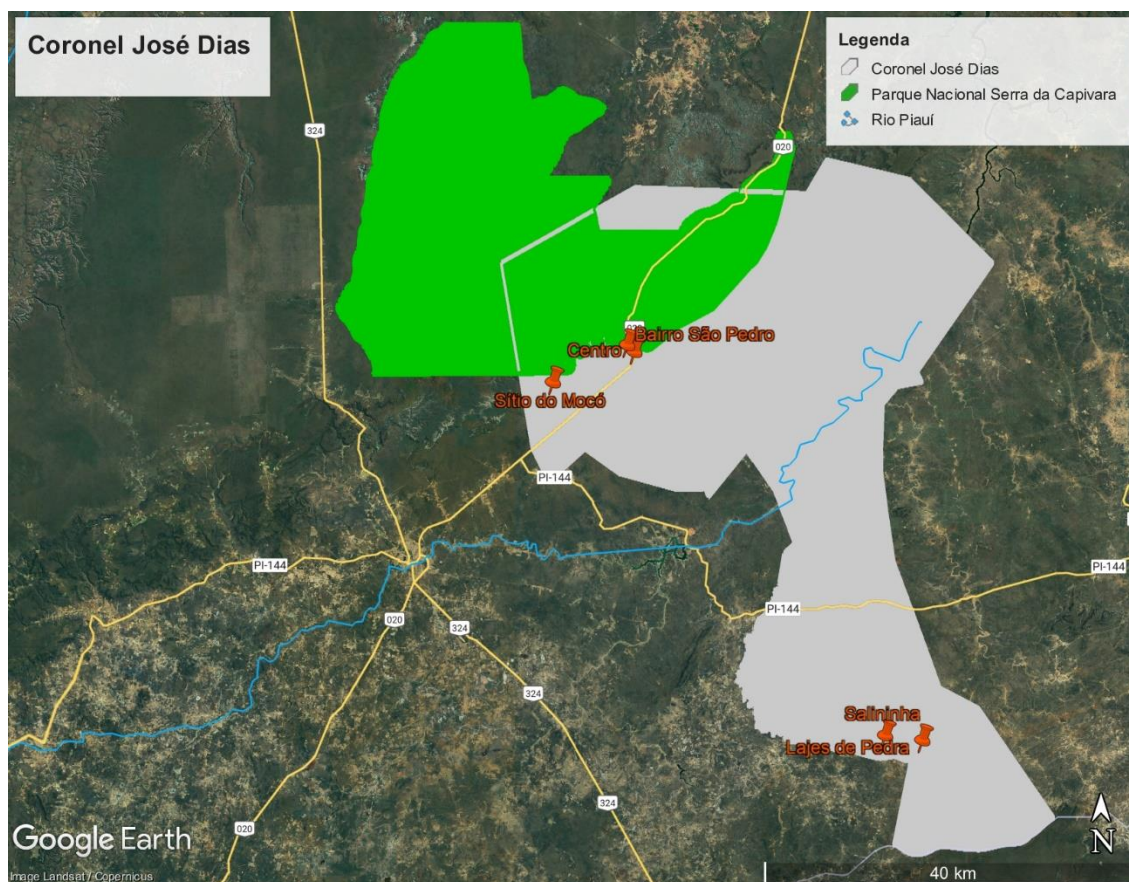
Mapa 1. Regiões Geográficas Estado do Piauí, com marca indicando o município de Coronel José Dias.



Fonte: Modificado de IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.



Mapa 2. Mapa de Coronel José Dias indicando algumas localidades, o Rio Piauí e o Parque Nacional Serra da Capivara



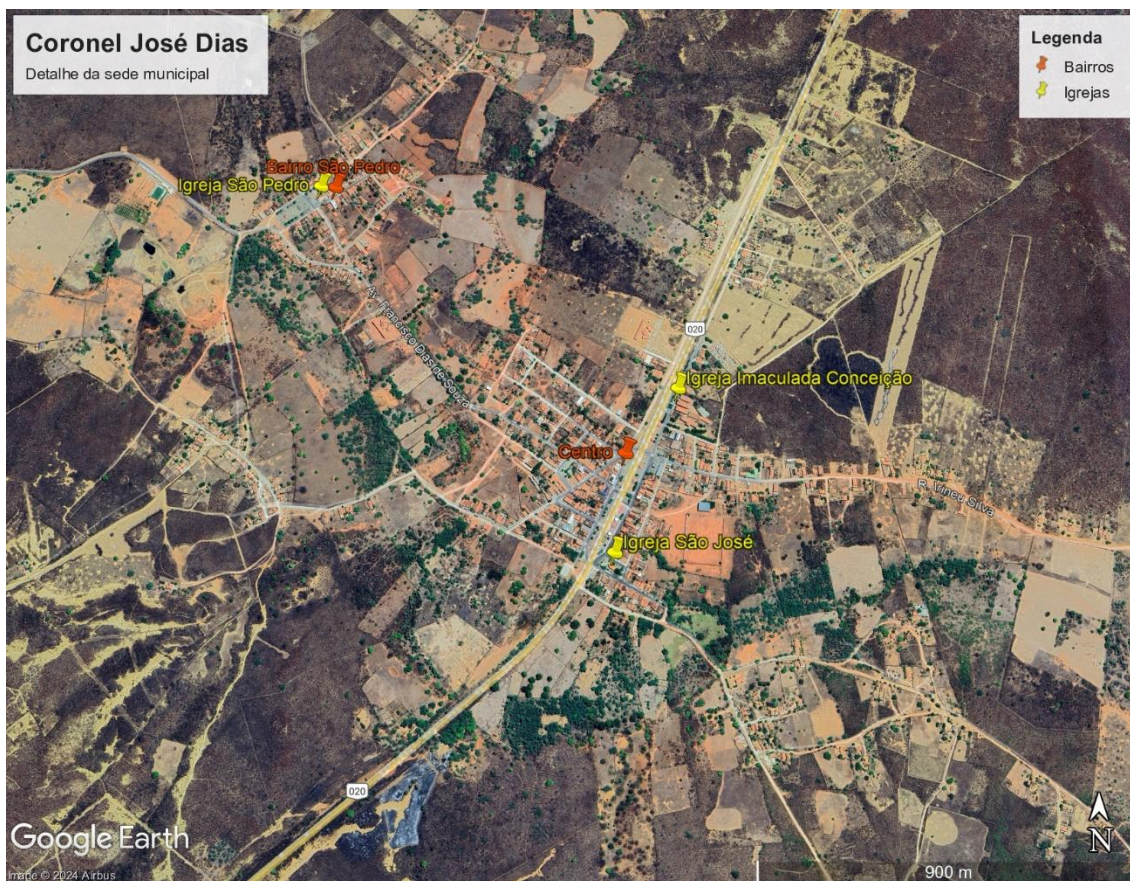
Fonte: elaborado pela autora usando Google Earth e a partir de Antunes (2021), IBGE (2023b), ICMBio (2024)

Coronel José Dias, como é possível ver, é cortado por duas rodovias asfaltadas: a rodovia BR-020, próxima à qual se localiza a sede do município. A outra rodovia que cruza os limites municipais é a PI-144. As localidades rurais que ficam ao sul desta rodovia integram o chamado segundo distrito do município, sendo o primeiro distrito correspondente às localidades rurais ao norte desta rodovia e a sede do município. O termo ‘primeiro distrito’, no entanto, é usado mais comumente para se referir às localidades rurais a leste a sul da sede, e não à sede propriamente dita, ou às localidades a oeste do centro. O rio que pode ser visto no mapa é o Rio Piauí, um rio intermitente. Vê-se ainda que grande parte da área do Parque Nacional Serra da Capivara se localiza dentro do município de Coronel José Dias.

Em grande medida, Coronel José Dias tem sua origem no povoado da Várzea Grande. Fundado na segunda década do século XX, este povoado pertencia ao município de São Raimundo Nonato. A Várzea Grande se iniciou próxima à Igreja de São Pedro. Com a construção da BR-020, nos anos 1950, o centro deste povoado se deslocou paulatinamente para as margens desta rodovia. Quando, em 1992, Coronel José Dias se tornou um município, via desmembramento de São Raimundo Nonato, seu centro seguiu próximo à rodovia federal.

Ainda quando o povoado não havia se desmembrado, a região próxima à Igreja São Pedro passou a ser chamada de Rua Velha, por oposição à nova ‘rua’, isso é, ao novo centro de ocupação mais adensada. Após a emancipação municipal, a região da Rua Velha foi rebatizada com o nome de bairro São Pedro. O Mapa 3, a seguir, mostra em mais detalhamento essa parte da sede do município.

Mapa 3. Mapa simplificado da sede do município indicando algumas igrejas, o centro e o bairro São Pedro



Fonte: elaborado pela Autora a partir do Google Earth, 2024.

Haverá oportunidade para aprender mais sobre o município, suas regiões e suas gentes ao longo da tese. Espero que a apresentação inicial ajude a situar quem lê nas páginas que seguem.

## ***VII. Pseudônimos e outras práticas da antropologia (para pessoas leitoras não antropólogos)***

Ao longo desta tese, faço uso de pseudônimos, substituindo o nome de quase todos os meus interlocutores em campo. As exceções foram no caso de pessoas públicas, que falavam de sua trajetória, de pessoas públicas mencionadas em documentos públicos, ou pessoas autoras de algum material que julguei ser necessário incluir a autoria. As tantas e tão gentis pessoas que



me receberam em suas casas, que me ensinaram tanto, desse modo, ficaram nomeadas apenas nos agradecimentos da tese, pelos seus primeiros nomes. O uso de pseudônimo na antropologia é uma prática convencional há muitas décadas na disciplina, mas seus motivos são pouco discutidos, conforme notaram recentemente Erica Weiss e Carole McGranahan (2021). Como discutem essas antropólogas, o pressuposto ou a exigência pelo anonimato, em muitos casos de pesquisa, se dá mais por parte dos antropólogos e suas inscrições de pesquisa – comitês de ética em pesquisa, por exemplo – do que pelos pesquisados.

Imagino que muitas das pessoas com quem conversei em Coronel José Dias não se importassem em ter seus nomes reais usados, e até preferissem que este fosse o caso. Um aspecto francamente negativo do uso de pseudônimos é o de apagar as autorias das histórias e conhecimentos que aprendemos em campo. Estando ciente dessa questão, mas não tendo conseguido estabelecer uma reflexão conjunta com as pessoas sobre o uso ou não de pseudônimos (e também por ter assim informado em meu projeto de pesquisa submetido ao comitê de ética em pesquisa), optei pela manutenção do uso de pseudônimos. Ainda, o uso de pseudônimos, claro, não permite obliterar as pessoas que aparecem nesta tese ao olhar de todos os leitores. É possível que uma leitora coronelina consiga identificar este ou aquele personagem da tese. Tentei ao máximo evitar a identificabilidade em situações que poderiam gerar embargos aos envolvidos. É que o que se conta para uma pesquisadora e seu gravador em uma conversa na sala de casa pode ter efeitos distintos da mesma história ou comentário reproduzido numa tese, a partir da apreensão da pesquisadora.

O uso de pseudônimos não é o único dos procedimentos que alguém externo à antropologia pode estranhar. Aqueles acostumados a trabalhar com metodologias da história oral não encontrarão nos anexos desta tese as transcrições das entrevistas completas, por exemplo. É que a etnografia, como a entendo, se dá a partir de uma cadeia de práticas que se iniciam com a construção de conhecimento pela relação da pesquisadora e seus interlocutores em campo e/ou pelas pesquisas em arquivos físicos e digitais, passando pela inscrição do material produzido em campo para arquivos de áudio cadernetas e diários de campo. E, por fim, a leitura/escuta e a análise desses diários, áudios, transcrições, notas informam uma escrita etnográfica que é vinculada a esse processo de produção de conhecimento como um todo. Todo esse processo, a etnografia propriamente dita, como a entendo – a partir de algumas leituras (Goldman, 2003; Peirano, 2008, 2014) –, não compõe uma série de técnicas de pesquisa, mas se refere a um modo de indagar o mundo que se articula às questões formuladas a partir de leituras antropológicas prévias e posteriores. Ou seja, fazer etnografia é fazer teoria

antropológica, é acrescentar um ponto em conversas disciplinares. Encarar a etnografia como “teoria vivida” (Peirano, 2008) faz dela “uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (*Ibid.*, p. 4). Etnografia, portanto, não é um método de coleta de dados, mas a articulação na escrita entre que foi visto em campo e a teoria antropológica. Essa forma de compreender a etnografia, a meu ver, passa pelo papel da etnógrafa/antropóloga como produtora de um conhecimento que não se dissocia de suas próprias relações em campo. Dessa feita, não me parece apropriado o compartilhamento irrefletido dos “dados de campo” – que, claro, são produzidos nas relações de pesquisa, e não são verdadeiramente dados.

É verdade que existiram tradições de pesquisa de campo em antropologia que se iniciaram de práticas de pesquisa coletivas, como as missões francesas, por exemplo (Jamin, 2014). E mesmo no Brasil, lembro-me vagamente que Charles Wagley e Eduardo Galvão – cuja obra conjunta em etnologia indígena estudei em uma iniciação científica – compartilhavam suas notas de campo, para ficar apenas em alguns exemplos. Essas práticas de pesquisa mais antigas, no entanto, entendiam a pesquisa de campo de outro modo, como coleta de dados.

É possível pensar modos colaborativos de fazer pesquisa antropológica, tanto de compartilhar informações obtida em conversas e observações em campo com outras pesquisadoras, como produzir os dados e as reflexões de pesquisa em conjunto com as interlocutoras de pesquisa. Para isso ser feito de forma adequada, a pesquisa deve ser pensada como colaborativa desde sua origem. Não foi o caso desta pesquisa.

Por fim, gostaria de notar que esta tese se debruça sobre a produção de história *em* Coronel José Dias, com uma ênfase inicial na produção de uma história municipal. Não tenho a pretensão de ter conhecido todo o município e todos os processos e produções de conhecimento que ali existem. Não conheci inúmeras localidades, e em várias das quais estive, fui apenas uma ou duas vezes. Assim, esta tese não pretende reproduzir a realidade do que ocorre no município em sua integralidade. O que seguem são descrições minhas a partir do que ouvi, vi, li e aprendi em Coronel José Dias. São descrições produzidas a partir das minhas notas, das transcrições das entrevistas e conversas, da leitura documentos públicos, mas que são mediadas pelas questões de pesquisa que carreguei comigo em campo – e que foram mudando, a partir do contato com esse mesmo material de pesquisa. Ou seja, como em qualquer forma acadêmica de produção de conhecimento, não pretendi produzir um decalque da realidade. Se Coronel José Dias lhe parecer muito estranha em minhas linhas, pode ser que eu tenha entendido

tudo muito parcialmente. É provável. Mas pode ser também que estejamos olhando as coisas a partir de outras lentes, de outros lugares, de outras questões.

### ***VIII. Convenções desta tese***

Ao longo desta tese, adoto as aspas simples (‘exemplo’) para marcar algumas expressões usadas pelos meus interlocutores em campo, em especial para termos usados com bastante frequência. As aspas duplas (“exemplo”) são reservadas para seu uso comum, de transcrição de citação direta da bibliografia ou de documentos. Uso as aspas duplas com texto em itálico (“*exemplo*”) para a transcrição de trechos obtidos em entrevistas gravadas ou anotadas em caderneta de campo ou diário de campo. O itálico, usado sem acompanhamento das aspas, se destina ao destaque de alguns conceitos ou à ênfase em certas explicações, além do uso convencional para palavras em língua estrangeira.

Optei por traduzir para o português todos os trechos de referências bibliográficas consultadas em língua estrangeira. Sempre que um texto das referências estiver em língua estrangeira, e eu o tiver feito citação direta em português, a tradução é minha. Para evitar o excessivo uso da expressão “minha tradução” nas citações, optei por não a incluir. A decisão de verter para o português as citações em outras línguas se deu por motivos de acessibilidade, uma vez que o acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras infelizmente não é democratizado em nosso país.

Esta tese usa o sistema de citação Autor-data no corpo do texto, seguindo as *Diretrizes para Apresentação de Dissertações e Teses da USP* (Funaro *et al.*, 2024). A exceção a essa convenção de citação e referências ocorreu no caso de documentos encontrados em arquivos públicos e repositórios de arquivos digitais. Nesse caso, os documentos têm suas referências completas citadas em notas de rodapé. Essas referências estão incluídas nas referências finais desta tese de forma separada das referências bibliográficas propriamente ditas.



## CAPÍTULO 1. HISTÓRIAS DE CORONEL JOSÉ DIAS

### 1.1 Introdução

Coronel José Dias em Verso e Prosa - Filomena Neiva de Oliveira Santos

Ao Senhor peço licença  
E também inspiração  
Para escrever em versos  
A história da fundação  
Desse lugar que adoro  
E amo de coração

O lugar que me refiro  
Teve como fundador  
Um senhor de Vitorino  
Que com trabalho e ardor  
E com bravura tamanha  
Foi dos índios expulsor

Isso tudo aconteceu  
Pelo século XIX (dezenove)  
Como prêmio recebeu  
Três fazendas muito nobres  
E com o passar do tempo  
Foi entregue ao povo nobre

Sempre contam os mais velhos  
Tudo o que aqui passou  
Muitas vezes não ligamos  
Ou não damos valor  
Muitas vezes nem sabemos  
Que nos contam por amor

A minha avó sempre conta  
Desde o tempo de menina  
Da chegada a essa terra  
Desse senhor Vitorino  
Que vinha a ser bisavô  
De Coronel José Dias

Na época da fundação  
Vieram muitos migrantes  
Por causa da maniçoba  
Que era muito importante  
Produto de exportação  
Para outras terras distantes

A Fazenda Serra Nova  
Passou a ser povoado  
Com o nome Várzea Grande  
Mas no século passado  
Com o nome de São Pedro  
Foi a bairro nomeado

Mas antes de aqui chegar  
Muita coisa aconteceu  
Desde o primeiro automóvel  
Que aqui apareceu  
Até o comércio  
Com o tempo desapareceu

Na época aqui era a sede  
Das casas comerciais  
Que vendiam de tecidos  
A carnes de animais  
Só não tinham as riquezas  
De origem mineral

No mercado as banqueiras  
Negociavam o que tinham  
Bolo e tapioca  
A mandioca e a farinha  
O requeijão e o toucinho  
E tudo o mais que faziam

Nas casas comerciais  
Que se chamavam bodegas  
Vendiam medicamentos  
Tecidos e outros trecos  
Que cobriam as necessidades  
De quem vivia nessas terras

Na casa da professora  
A escola funcionada  
E todo conhecimento  
Aos alunos repassava  
Das lições do ABC  
À famosa tabuada

Naquela época os alunos  
 A provas não respondiam  
 Mas tinham argumentos  
 Que todos se submetiam  
 As respostas que erravam  
 Para o castigo eles iam

No campo da medicina  
 Se valiam das rezadeiras  
 As mulheres para parir  
 Corriam atrás de parteiras  
 Se a coisa complicasse  
 A cavalo era carreira

Pois o médico mais próximo  
 Só se encontrava em São João  
 E só era para aqueles  
 Que tinham mais condições  
 Os pobres que adoeciam  
 Iam mesmo pro caixão

Se fosse narrar aqui  
 A história desde o começo  
 Pensando um dia ter fim  
 Saibam que só fiz um terço  
 Mas a história completa  
 Começa mesmo é no berço

\*\*\*

O poema acima foi escrito pela professora Filomena Neiva de Oliveira Santos, moradora do bairro São Pedro, na cidade de Coronel José Dias, sudeste piauiense. Esse poema, ou cordel, é um dos diversos escritos em verso que ela compôs para sua cidade. É dela também a letra do hino de Coronel José Dias musicado, gravado e apresentado publicamente em abril de 2024, por ocasião do 32º aniversário do município. No poema acima, vemos alguns dos temas que aparecem em outras narrativas da história de Coronel José Dias: a chegada do fundador Vitorino Dias Paes Landim (em meados do século XIX) e a correspondente expulsão dos indígenas, o que lhe garantiu a posse de três fazendas; o fato de que o Coronel José Dias que nomeia o município (José Dias de Souza<sup>21</sup>) foi bisneto de Vitorino; a passagem das fazendas de Vitorino ao povoado de Várzea Grande e este transformado no bairro São Pedro, quando da emancipação de Coronel José Dias; a chegada de forasteiros com o ciclo da extração de látex de maniçoba (nas primeiras décadas do século XX); a pujança do comércio no povoado Várzea Grande, localizado inicialmente no atual bairro São Pedro; o posterior deslocamento da sede do povoado; as primeiras escolas; as dificuldades enfrentadas num tempo sem assistência à saúde. E, por fim, aprendemos que a “a história completa / Começa mesmo é no berço”, isso é, é aprendida pelos ‘filhos’ do lugar com os mais velhos, no curso da vida e no seio da família.

Este capítulo ocupa-se em descrever quem conta a história de Coronel José Dias e quem conta *na* história de Coronel José Dias. Ou seja, investigo quais os agentes que aparecem listados e narrados nas histórias do município, bem como quem são os contadores legitimados

---

<sup>21</sup> José Dias de Souza, ou José Dias de Sousa, é um dos diversos nomes que encontrei com grafias diferentes em distintos documentos e fontes. Em todos os casos, optei por usar uma só grafia ao longo desta tese, mantendo as grafias usadas por outros autores nos documentos citados.

dessa história. A partir do estudo do que se reitera e do que varia em diferentes narrativas da história do município, mostro que há certas personagens e certos eventos que se constituem como centrais na produção desta história. E há uma correlação entre quem conta na história e quem é tido como um contador autorizado. São os ‘filhos’ do lugar – por contraposição aos ‘forasteiros’ – aqueles tidos como bons contadores da história de Coronel José Dias.

Em diálogo com uma bibliografia antropológica sobre escritas de histórias municipais no Brasil, estudo os processos de homogeneização e produção de certa imparcialidade na escrita das histórias municipais (Lacerda, 2021, 2023; Marques, 2013, 2015). Noto, com essas autoras, que as particularidades e parcialidades das histórias não se apagam por completo quando dessas histórias mais gerais são escritas.

A partir do aporte de uma antropologia da história dedicada a refletir sobre as diferenças nas narrações de história (Trouillot, 2016) ou sobre a constituição de diferentes entes a partir da conformação de diferentes *histórias* (Figurelli, 2011), estudo os efeitos das diferentes narrativas. Olho, assim, em primeiro lugar, para aquilo que as diferentes narrativas reiteram e para os entes que elas criam: Coronel José Dias, a comunidade São Pedro, os ‘filhos do lugar’ (e, por contraste, os ‘forasteiros’). Em segundo lugar, contrasto narrativas no intuito de mostrar o que uma história municipal em formação não dá a ver, isso é, o que é obliterado ou silenciado. Seguindo a esteira de Trouillot (2016), introduzo histórias e comentários (escritos ou apreendidos em conversas em campo) em Coronel José Dias, mas que não se pretendem histórias *do* município. É pelo contraste das narrativas, ensina o antropólogo haitiano, que se percebem as brechas e, assim, o que é silenciado se dá a ver.

Também me preocupo com o modo como as narrativas analisadas contam a história. Mesmo escritas, essas histórias são performativas: produzem, a partir do modo como listam (ou não listam) lugares e agente; em suma produzem uma comunidade. A visada à forma também se estende aos modos de historicização encontrado nas narrações. Estudo também, assim, os efeitos dos encadeamentos temporais encontrado nas histórias para a constituição de uma história, de um agrupamento e de sua gente.

Os diálogos com esses conjuntos bibliográficos – cujas bases mais amplas são explicitadas na introdução desta tese, e são retomadas mais pontualmente adiante – objetivam abordar uma preocupação central desta tese: descrever de que modo as histórias produzem pertencas e exclusões. Acompanho, ao longo do capítulo, quem conta a história *de* Coronel José Dias, quem conta *nesta* história, e *o que* se constitui como Coronel José Dias. Os processos de traçar agrupamentos e exclusões, como veremos, não é estático. A história de Coronel José Dias

não está encerrada, ela é disputada, aberta a outros traços de inclusão e exclusão *na história do município*. Para além disso, há ainda atores que não parecem estar interessados na construção desta história municipal.

Apesar de ter mais de três décadas de existência como um município autônomo, não existem livros publicados sobre a história de Coronel José Dias. Essa situação contrasta com outras regiões pesquisadas por antropólogas. Nas suas pesquisas no sertão pernambucano, Ana Claudia Marques (2013, 2015) encontrou muitos livros, genealogias e outros escritos por gente dos municípios em que fez campo; muitos dedicavam-se a contar as histórias das cidades. Ela também encontrou livros de histórias municipais e memórias nas suas pesquisas na região de expansão do agronegócio de Mato Grosso. Localizado numa região de fronteira de expansão no Pará, o município de Novo Progresso foi desmembrado um ano após Coronel José Dias, em 1993. E as pesquisas de Renata Lacerda (2021, 2023) sobre as histórias desse município tratam a existência de escritos – sobretudo de autoria de mulheres pioneiras sulistas – que narram a fundação e história de Novo Progresso, bem como das famílias pioneiras que ali se estabelecerem. Curiosamente, Coronel José Dias, no sudeste do Piauí, não parece ter tantas histórias escritas. Podemos especular que o tamanho do município, de apenas 4.250 habitantes segundo o Censo de 2022 (IBGE, 2023a), contribua para a pouca produção de histórias escritas. Não se trata, no entanto, de buscar a causa dessa ausência de histórias publicadas. Procuremos a(s) história(s) de Coronel José Dias. Como Coronel José Dias é um município desmembrado de São Raimundo Nonato (primeiro em 1962, depois finalmente em 1992), talvez seja o caso de buscar nas narrações de história deste município as histórias de Coronel José Dias?

### **1.1.1 Coronel José Dias na história de São Raimundo Nonato**

O povoado da Várzea Grande foi desmembrado em definitivo de São Raimundo Nonato e tornou-se o município de Coronel José Dias em 1992, na mesma ocasião em que outros municípios também se desmembravam na região. Localizei um livro com a história de São Raimundo Nonato. *São Raimundo Nonato de Distrito-Freguesia a Vila* foi escrito e publicado pelo advogado e jornalista caracolense William Palha Dias (2001), que também escreveu sobre sua Caracol natal (Dias, 2003).<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Este foi o único livro que encontrei que conta uma história *do* município, ou seja, o único livro análogo às histórias municipais – mormente não acadêmicas – estudadas por Ana Claudia Marques (2015) no sertão pernambucano e em zonas de expansão no Mato Grosso, e por Renata Lacerda (2021, 2023) no

No seu prefácio ao livro de Palha Dias, a historiadora Claudete Maria Miranda Dias nota o caráter não acadêmico do livro, que não segue os “paradigmas, critérios, princípios muitas vezes rigoroso” (Dias, 2001, n.p.) adotados pelos historiadores. Em sua avaliação, no entanto, o livro possui valor histórico, por ser fruto de pesquisas em documentos, biografias e trabalhos de historiadores. Com efeito, William Palha Dias é cioso em trabalhar sobretudo com documentos escritos, mesmo sem hierarquizar essas fontes diversas: publicações de jornais, biografias publicadas, relatórios de pesquisas escolares, livros de historiadores... O relato oral é priorizado em somente duas ocasiões: nas histórias das “famílias primitivas” e na biografia de José Antunes Piaulino de Macêdo.

O livro de Palha Dias inicia com um capítulo que caracteriza a região em termos de sua geografia física e geologia (onde inclui informações arqueológicas). Em seguida passa à narração da passagem do distrito-freguesia a vila e depois a município. Apesar das pretensões de coletivização da memória (Marques, 2015), ou seja, da escrita de uma história de São Raimundo Nonato não equivalida às memórias de uma só família, o livro dá a ver o lugar parcial de onde escreve seu autor. O protagonismo de José Dias Soares nas batalhas contra indígenas na região atual de Caracol é destacado no livro<sup>23</sup>; São Raimundo Nonato iniciou-se no lugar Confusões, atual município de Caracol, e só posteriormente passou à sua localização contemporânea. Como aprendemos no seu livro sobre a história de Caracol, William Palha Dias (2003) descende de José Dias Soares.

O livro sobre São Raimundo Nonato continua com a história do catolicismo na região, seguida pela parte que trata do “desenvolvimento econômico e social”. Posteriormente, trata das “famílias primitivas”. Lamenta Palha Dias que “o calendário não se preocupou com o registro das famílias que concorreram para o povoamento da vila que virou cidade” (2001, p. 80), e assim, ele ousa “apenas comentar de oitiva alguns aspectos” (*Ibid.*, p. 80) sobre o tema.

---

Pará. Além desse livro, que pretende narrar uma história municipal mais ampla, há diversos outros trabalhos acadêmicos de historiadores, arqueólogos e, mais recentemente, de antropólogos que tratam de aspectos do passado da região; dentre alguns (Kestering, 2013; Oliveira, 2002, 2007; Paes Landim; Oliveira, 2014; Santos, 2019; Silva, 2013; Viana, 2018). O trabalho de Leal e colaboradores (2023) menciona também as pesquisas genealógicas e históricas do Padre Herculano Negreiros, clérigo e ex-prefeito de São Raimundo Nonato. Ouvi relatos de outras histórias familiares ou de genealogias publicadas e circuladas em domínios mais familiares das elites sanraimundenses, mas esses exemplares não estão disponíveis nas bibliotecas das universidades locais, por exemplo.

<sup>23</sup> Não confundir José Dias Soares com José Dias de Souza, o Coronel José Dias. O primeiro participou das lutas contra os indígenas Pimenteira, que se estenderam do final do século XVIII ao primeiro quartel do século XIX (Oliveira, 2007). Já o Coronel José Dias nasceu no último quartel do século XIX.

Além dos Dias Soares da sua Caracol, provavelmente os Ribeiro Soares estavam entre os primeiros povoadores de São Raimundo Nonato. Além dessas, outras famílias que

[...] despontaram em São Raimundo Nonato e que ainda se conservam com maior ou menor número de representantes, são as seguintes: Rúbem, Macêdo, Antunes (quase desaparecidos), Paes Landim, Silva, Castro, Dias de Souza, Silveira, Ferreira, Miranda (Cacos) Meneses, Deusdará, Oliveira, Vaz da Costa, Carvalho, Guerra, Paixão, Gonçalves de Assis, Boson e Lima, Negreiro, Barreto e outras que a omissão nesta resenha não caracteriza qualquer despreço à sua não inclusão” (Dias, 2001, p. 82)

Alguns desses sobrenomes retornarão ao longo deste e dos próximos capítulos desta tese. Voltaremos a encontrar esses nomes de família marcando os lados da política (no Capítulo 2), bem como referido a famílias proprietárias de grandes fazendas na região. O livro de Palha Dias, em seguida, apresenta o texto inscrito em um monumento construído em 1975 pelo então prefeito Newton de Castro Macêdo – ele também retornará nas páginas desta tese – “como homenagem aos *filhos de São Raimundo Nonato* que lhe antecederam” (Dias, 2001, p. 82, ênfase minha). É na transcrição do texto da placa que encontramos a única menção a algo ou alguém que é tratado nas histórias narradas de Coronel José Dias: “Victurino Dias”, o Vitorino Dias Paes Landim, que já encontramos no poema da professora Filomena. O texto da placa do monumento inicia notando que “primitivamente a terra era ocupada por indígenas, talvez da tribo dos tapuias existindo vestígios de aldeias em todo o vale do rio Piauí” (*Ibid.*, p. 83). Domingos Afonso Mafrense, ligado à Casa da Torre, chegou à região e posteriormente as terras por ele conquistadas foram doadas aos jesuítas. Mas “não haviam catequizado os índios e muito menos explorado a terra fértil [...] quando o Piauí se constituiu em capitania, ordenando o governador D. João Amorim Pereira” (*Ibid.*, p. 83) a conquista do vale do Rio Piauí.

Muita coisa aconteceu entre a explosão[sic] dos indígenas e a povoação por civilizados. Muita, é verdade, mas, em resumo, sabemos que dos primeiros povoadores temos notícia de José Justino do Espírito Santo, do Padre Francisco de Paula da Silva e depois de Francisco Xavier de Macêdo, João de Macêdo Peixoto, Modesto Vaz da Costa ou José Vicente de Oliveira, *Victurino Dias*, Francisco José Paes Landim etc. (Dias, 2001, p. 83, ênfase minha)

O livro ainda segue com algumas listas dos “primeiros” – primeiro casamento religioso, primeiro casamento civil, primeiro bacharel em direito, primeira professora normalista etc. –, de intendentess e prefeitos municipais, de conselheiros e vereadores antes de seguir para o folclore e festas populares. O capítulo que encerra o livro é composto por breves biografias das “figuras notáveis que tanto fizeram por São Raimundo Nonato” (Dias, 2001, p. 101). Dentre essas figuras encontramos “José Dias de Souza (Coronel)” (*Ibid.*, p. 125), nascido em 24 de

abril de 1878 em São Raimundo Nonato, que irá nomear o município cujas histórias apresento neste capítulo. Reencontraremos parte da biografia de José Dias de Souza no Capítulo 3.

Aprendemos ainda no livro que “Manuel Carlos de Oliveira (Major)” (Dias, 2001, p. 138) nasceu na Fazenda Lajes. Essa fazenda também aparecerá novamente, mas não nas histórias escritas de Coronel José Dias. A região das Lajes integra o segundo distrito do atual município, porção esta que não aparece nas histórias municipais.

Na história de São Raimundo Nonato, tal qual narrada por William Palha Dias, pouco aprendemos sobre a história do território que desde 1992 constitui-se como Coronel José Dias. Também não lemos sobre o povoado da Várzea Grande que, em certa medida, é o antecessor de Coronel José Dias. O nome de Vitorino Dias é listado, mas nada sabemos sobre a região que ele fundou e povoou. Temos nomes de famílias cujas fazendas se estendiam e se estendem pelo então extenso município de São Raimundo Nonato, algumas delas estando atualmente em Coronel José Dias. Aprendemos algo da história do homem que nomeia o município, mas nada sabemos da sua relação com a região do antigo povoado de Várzea Grande. É preciso, então, nos debruçarmos sobre as esparsas histórias escritas de Coronel José Dias.

### **1.1.2 Os materiais analisados**

Foi um pouco ao acaso que passei a me interessar pelas histórias escritas. Logo num primeiro contato com o campo conheci o caderno de histórias que era guardado por uma professora aposentada no bairro São Pedro. A busca pela história municipal em documentos oficiais, acessíveis online, decorreu do período de distanciamento social causado pela pandemia de COVID-19. Apesar de os primeiros três capítulos desta tese se debruçarem de forma central sobre documentos escritos, a pesquisa de campo foi central para situar esses documentos. Em primeiro lugar, porque foi através do campo que obtive alguns desses escritos. Em seguida, porque a inteligibilidade deles só é possível conhecendo os autores, personagens e lugares dessas histórias. As análises que seguem, assim, são entremeadas por descrições de interações que tive em campo, bem como por comentários e histórias decorrentes de conversas e entrevistas.

Como já notei, não existe um livro que conte a história de Coronel José Dias, seja ele publicado pelo poder público, seja escrito por iniciativa de cidadãos coronelinos. Existem, contudo, além dos versos da professora Filomena, alguns outros escritos em prosa que relatam

a história *de* e *em* Coronel José Dias.<sup>24</sup> Apresento, assim, três conjuntos de materiais escritos que analisarei na tese. Neste capítulo, analiso os três primeiros. Os demais entrarão em análises ao longo da tese.

O primeiro conjunto de narrativas escritas que analiso são histórias publicadas em documentos do município que repetem, com acréscimos ou supressões, uma mesma narrativa da história de Coronel José Dias. Trata-se do texto sobre a história do município que está ou estava no: site do *IBGE Cidades*, no *Portal da Transparência* do município, no *Plano Municipal de Educação 2015-2022*, no *Plano Municipal de Saúde 2018-2021*. Uma versão dessa mesma narração pode ser encontrada na página da enciclopédia digital *Wikipedia*.

Em segundo lugar, há um caderno de história do bairro ou da comunidade São Pedro que localizei na casa de uma professora aposentada, e em seguida o digitei.

Em terceiro lugar, existem alguns trabalhos acadêmicos, sobretudo trabalhos de conclusão de cursos de graduação, que tratam de aspectos da história da região, recorrendo sobretudo a entrevistas e metodologias de história oral (Braga *et al.*, 2006; Castro, 2017; Paes, 2021; Paes, 2011; Rodrigues, 2011; Sousa, 2005).

Por fim, há uma genealogia e uma biografia, com escopo distintos. A primeira é um breve relato genealógico de seu Marciano, que inicia com um de seus antepassados, o fundador Vitorino Dias Paes Landim, e seus feitos pela região. A segunda é uma biografia de José Dias de Souza publicada pelo seu neto em edição do autor (Dias Irmão, 2014).

Neste capítulo, como já aponte, lanço distintos olhares a esses escritos, com o intuito de acompanhar como as *histórias* (cf. Figurelli, 2015), a um só tempo, tematizam e produzem pertencas e exclusões. Em suma, interessa-me acompanhar como essas histórias constroem um município, sua história e sua gente.

De início, descrevo as breves versões de uma história municipal contidas em documentos oficiais. Ao prestar atenção às repetições e reiteraões, mostro o que e quem se enfoca como pertencente à história municipal e, por conseguinte, ao município. Por outro lado, as variações – por vezes sutis – entre as narrativas dão a ver as parcialidades e as aberturas de uma história que não está consolidada. E que talvez nunca esteja.

---

<sup>24</sup> Entendo histórias *de* Coronel José Dias aquelas narrativas escritas com a pretensão de se constituir como histórias municipais. Já as histórias *em* Coronel José Dias são aquelas que narram (por escrito ou oralmente) a constituição de agrupamentos menores do que o município, como as que contam histórias de uma família, uma ‘comunidade’, uma ‘localidade’.



Em seguida, trato do caderno de história da comunidade São Pedro, e indago, de forma mais ampla: quem pode contar a história de Coronel José Dias? Quem e o que integra Coronel José Dias e pode, então, pertencer a uma história municipal? Analiso o conteúdo do caderno e as formas da narrativa, com atenção específica às temporalidades empregadas na escrita dessa história, e nos seus efeitos.

## ***1.2 Histórias de Coronel José Dias em documentos públicos oficiais***

Iniciemos nossa passagem pelas narrativas da história de Coronel José Dias em documentos oficiais com a versão publicada em 2017 no site do *IBGE Cidades*, em texto anônimo. A história começa com a chegada de Vitorino Dias Paes Landim:

No século XVIII<sup>25</sup>, época da luta pela posse das terras, apareceu o jovem Vitorino Dias Paes Landim, que tomou conta desta região, expulsando os índios, construindo casas e roças para criação de gado. No século XIX o senhor Vitorino Dias Paes Landim recebeu do governador três fazendas: Serra Nova, Boqueirãozinho e Serra Talhada. A fazenda Serra Nova com valorização e extração de borracha da maniçoba, passou a chamar-se fazenda Várzea Grande, em 1º de abril de 1855. (IBGE, 2017)

Logo, ela avança para a chegada do Coronel José Dias à região, já no século XX:

Em 1910, chegaram à fazenda Várzea Grande o Coronel José Dias, advogado e promotor de justiça do sul do Piauí, vindo também grande número de imigrantes dos estados: Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas. Em 1916 a fazenda Várzea Grande passou a povoado com o mesmo nome. Coronel José Dias fundou a primeira escola pública no povoado Várzea Grande, o mesmo pertencia ao município de São Raimundo Nonato. (IBGE, 2017)

O tema seguinte é a primeira emancipação do município, na década de 1960 e as rivalidades políticas que deram fim a ela:

Em 1962 o Povoado Várzea Grande passou a município com o nome de Coronel José Dias. O senhor Batista Dias tomou posse do município no mês de janeiro de 1963, sendo prefeito da cidade, mas governou por pouco tempo, por ser o desmembramento ilegal. O deputado Edson Ferreira, irmão do senhor Gaspar Ferreira, cassou o mandato de Batista Dias por não ter havido plebiscito. (IBGE, 2017)

Em seguida, conta-se da emancipação exitosa de 1992, destacando os “lutadores” para que ela ocorresse:

---

<sup>25</sup> O registro eclesiástico de 1855 localizado por Emília Pietrafesa de Godoi (1999, p. 106) aponta o ano de 1829 como aquele em que Vitorino Paes Landim declara-se possuidor do sítio Serra Nova por ter “havido por descoberta” aquele local, e que autorizou dessa posse por “concessão do Governo, feita a quem tomasse parte na conquista dos índios que habitavam essas caatingas”.

Em 29 de abril de 1992 o Povoado Várzea Grande foi desmembrado do município de São Raimundo Nonato pela Lei 4.477, esta Lei foi votada pela assembleia legislativa e sancionada pelo governador Antonio de Almeida Freitas Neto.

Os grandes lutadores pelo desmembramento do povoado foram: Marcelo Castro, Valdemar Macedo, Expedito Rodrigues do Nascimento e o prefeito na época, Dr. Hamilton Baldoíno. (IBGE, 2017)

Após apresentar ainda as características demográficas e climáticas da região, essa primeira narrativa trata do potencial turístico associado ao Parque Nacional Serra da Capivara, localizado majoritariamente em Coronel José Dias. Segue tratando da religiosidade, centralizando na importância do padroeiro São Pedro:

A religião predominante é a católica, o padroeiro do município é São Pedro, cuja festa é comemorada no dia 29 de junho. São Pedro foi escolhido como padroeiro pela população desde o século XIX para amenizar o cangaço daquela época que era muito constante. (IBGE, 2017)

Em seguida, lemos que:

O primeiro Prefeito do município de Coronel José Dias foi Valdir Cesário de Oliveira. O segundo Prefeito, o engenheiro civil, Dr. Ramiro da Silva Costa que governou 8 anos, e o atual prefeito é José Alencar Pereira. (IBGE, 2017)

Por fim, o texto se encerra com informações sobre os equipamentos urbanos (prefeitura, centro de convenções, escolas, igrejas, postos de saúde, delegacia, posto dos Correios, praças e comércios privados) e sobre as atividades econômicas predominantes no município (caprinocultura, ovinocultura, apicultura e cerâmica).

Percebe-se que essa narração da história do município ganha ares de história oficial quando se vê sua repetição em documentos públicos posteriores. Ela foi repetida, por exemplo, no texto que podia ser encontrado no site do *Portal da Transparência Município de Coronel José Dias* em 2021 (Prefeitura Municipal de Coronel José Dias, 2021). Nessa segunda narrativa, a história do município é contada ao lado de três imagens, todas retiradas do verbete da Wikipedia sobre o município: uma fotografia da igreja de São José, a reprodução de uma fotografia de José Dias de Souza e um mapa que mostra a localização do município no estado do Piauí.

*Fotografia 2. Igreja de São José*



*Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel José Dias, 2021.*

*Fotografia 3. José Dias de Souza.*



*Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel José Dias, 2021.*

*Mapa 4. Mapa do Piauí com a localização de Coronel José Dias.*



*Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel José Dias, 2021*

O texto dessa segunda narrativa é uma repetição da versão da história encontrada no *IBGE Cidades* (IBGE, 2017). Este site, junto com a *Wikipedia* são, inclusive, citados como as fontes para o texto que constava no site da prefeitura. Uma leitura mais atenta dessa segunda narrativa, contudo, começa a revelar algumas diferenças. E essas diferenças ligam-se ao homem em cuja homenagem o município foi batizado: José Dias de Souza. Na primeira versão, do *IBGE Cidades* (IBGE, 2017), ele foi apresentado como um forasteiro vindo do sul do estado. Seu nome é mencionado ao lado de imigrantes de outros estados que foram atraídos à região pela onda de extração de látex de maniçoba. Já a segunda narrativa, a do site do município, suprime essa informação, e a substitui por parágrafos que tratam do mesmo homem:

O nome do município foi dado em homenagem ao Coronel José Dias de Souza (24 de abril de 1878 a 7 de Dezembro de 1962), filho de Mariano Dias de Souza e de Ana Maria da Silveira. Natural de São Raimundo Nonato, onde sempre viveu, prestando relevantes serviços à comunidade, onde foi advogado, promotor público, prefeito municipal, deputado estadual e Tenente-coronel da Guarda Nacional.

Foi casado em primeiras núpcias em 1897 com Maria Martins e em segundas núpcias em 1911 Ana da Silva Dias (mãe Dié), teve 22 filhos.

Coronel José Dias de Sousa fundou a primeira escola pública no povoado Várzea Grande que pertencia ao município de São Raimundo Nonato-PI.

Em 20 de janeiro de 1910 por decreto do hoje extinto “Ministério da Justiça e Negócios Interiores” (publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 1910) José Dias de Souza é nomeado Estado-maior-Tenente-coronel da Guarda Nacional à frente do 153o Batalhão da Infantaria da Comarca de São Raimundo Nonato, daí o título de Coronel. (Prefeitura Municipal de Coronel José Dias, 2021)

Os parágrafos adicionados na narração da história do site da prefeitura (em 2021) derivam da página da *Wikipedia* (cuja parte sobre a história do município segue intacta na data da escrita deste capítulo, em 2024) (Coronel José Dias, 2021). Nessa terceira narrativa, a da enciclopédia virtual, colaborativa e anônima, mais um parágrafo acrescenta informações sobre José Dias de Souza e sua descendência:

As terras pertencentes ao Parque Nacional da Serra da Capivara faziam parte do patrimônio do Coronel José Dias e foram doadas pelos seus descendentes à República Federativa do Brasil, ato que reconhece a importância da gestão desse patrimônio arqueológico. Atualmente, diversos descendentes do Coronel desenvolvem carreira acadêmica ligada a História, Geografia e Arqueologia como a Msc. Claudete Maria Miranda Dias e o Eng. Cid de Castro Dias (neto) e outros ganharam destaque não só no estado, mas nacionalmente, como o Senador Manoel da Silva Dias (filho) e o deputado estadual João Batista de Castro Dias (neto). (Coronel José Dias, 2021)

A despeito da introdução de pequenas diferenças nessas narrativas, uma repetição de motivos fica explícita: a fundação por Vitorino Dias Paes Landim após a expulsão dos

indígenas; a transformação de suas fazendas no povoado da Várzea Grande; a extração de látex de maniçoba e a atração de pessoas de outros estados;<sup>26</sup> a tentativa de emancipação do município em 1962; a emancipação exitosa de 1992; a importância da devoção a São Pedro. Alguns desses temas já vimos no cordel da professora Filomena que abre este capítulo.

Na próxima seção, após a breve [Conversa com uma bibliografia 3], ao seguirmos na leitura de outras variações dessa mesma história, no entanto, será mais fácil perceber que ao lado de alguns temas comuns – e que vão aos poucos compondo uma história *do* município – existem inserções que dizem respeito a histórias (ou memórias) mais localizadas. Apesar dessas narrativas escritas serem todas anônimas, é possível perceber que elas são contadas de lugares específicos. A conformação, ainda inicial, de uma história municipal, releva esforços de uma composição mais homogênea e totalizante de histórias que outrora eram conhecidas nas suas parciaisidades e a partir de um modo mais fluido de apreender o passado a partir do presente.

No caso das três narrativas já mostradas, temos, na primeira, um José Dias de Souza forasteiro. Já na segunda e na terceira narrações, José Dias de Souza é ‘filho’ de São Raimundo Nonato.<sup>27</sup> E, como indica a narração da *Wikipedia* (Coronel José Dias, 2021), ele é o iniciador de um grupo familiar de destaque, em que se inclui Batista Dias, que foi o primeiro prefeito de Coronel José Dias, em 1962.

### 1.2.1 [Conversa com uma bibliografia 3 – histórias municipais e homogeneização]

Em suas pesquisas sobre as escritas de histórias municipais no sertão de Pernambuco e em zonas de expansão do agronegócio no Mato Grosso, Ana Claudia Marques (2013, 2015) notou que quando se passa das memórias coletivas para as narrações escritas de histórias municipais, ocorrem processos de homogeneização e de pretensão de imparcialidade. Renata Lacerda, em sua pesquisa sobre os escritos da história de Novo Progresso (PA), também apontou que constituições de histórias municipais obliteraram “estigmatização, diferenciações,

---

<sup>26</sup> Nas narrações aqui encontradas, a extração de látex de maniçoba se insere na metade do século XIX. Pesquisas em história econômica (Queiroz, 1984), história social (Oliveira, 2014) e em estudos de preservação do patrimônio (Paes Landim, 2014) dedicados ao tema produção de látex de maniçoba e dos modos de vida dos maniçobeiros no sudeste do Piauí, contudo, indicam que a onda extrativista mais importantes data das primeiras duas décadas século XX, com ondas de menor expressão até os anos 1960.

<sup>27</sup> A contraposição entre ser ‘filho’ de um lugar ou ‘forasteiro’, como exploro adiante, é fundamental. Ser ‘filho do lugar’ indica o pertencimento que franqueia às pessoas tanto a autoridade para contar a história quanto para nela figurar.

divergências e tensões” (Lacerda, 2023, p. 109), que podem ser recuperadas nas narrativas orais obtidas a partir do trabalho de campo etnográfico.

Nesta tese, optei por estudar a constituição da história de Coronel José Dias, ou das *histórias*, não operando com a separação entre memória e história. Enfrentar a polissemia do termo história nesta tese é um desafio que decorre desta escolha. Caso eu tivesse optado por trabalhar com a oposição entre memória e história a partir de, por exemplo, Pierra Nora (2012), eu diria que a escrita da história de Coronel José Dias, ainda incipiente, guarda relação com os processos de memória e com esse modo de abordar o passado. De todo modo, a escrita e a conformação paulatina de uma história municipal instaura “lugares de memória” (Nora, 2012), transformando eventos, pessoas e lugares e objetos de celebração, inscritos, por exemplo, em poemas celebratórios da história do município, em documentos oficiais com seus “históricos”, na bandeira municipal, em estátuas e placas. As escritas de histórias municipais, como descrevem Marques (2013, 2015) e Lacerda (2021, 2023) – e mantendo por agora a oposição entre memória e história – tendem a suprimir as disputas, as parcialidades e as relações dos autores com o passado, típicas dos modos da memória social de abordar o passado. Histórias municipais são projetos de homogeneização e estabilização de um passado não marcado pelas parcialidades e localizações das memórias de segmentos familiares.

Apesar dessa pretensão de uniformização da constituição de histórias municipais, Marques e Lacerda mostram em suas pesquisas que as parcialidades ligadas à memória coletiva persistem nessas histórias escritas. Conforme indiquei, meu primeiro olhar às histórias de Coronel José Dias em documentos oficiais objetiva entender o que se constitui como Coronel José Dias, o que se conforma como o referente desta história. Na esteira de Fernanda Figurelli (2015, 2011), indago pelo ente que essas *histórias* constituem. Mas não é somente isso que as narrativas estudadas revelam.

O confronto das narrativas permite ver as diferenças entre versões, como já comecei a apontar. Isso sinaliza que as histórias escritas não são tão homogeneizadoras assim, ou que a história de Coronel José Dias, ainda não consolidada, é plástica o suficiente para abarcar versões em disputa. Paul Ricoeur (2018) nos lembra que toda narrativa é inerentemente seletiva: sempre se pode “narrar de outro modo, suprimindo, destacando ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (Ricoeur, 2018, p. 455). E é somente quando se impõe uma história oficial “autorizada, imposta, celebrada, comemorada” que ocorre “uma forma ardilosa do esquecimento” (*Ibid.*, p. 455). Por um lado, uma história oficial imposta de Coronel José Dias não existe por completo, o que permite essa plasticidade de adições. Por

outro lado, as repetições de temas e personagens indica que as possibilidades de ênfases e reconfiguração dos protagonistas estão dadas a alguns, e não a tudo ou a todos. Em outras palavras: há silenciamentos (Trouillot, 2016), existe o “desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (Ricoeur, 2018, p. 455). O Capítulo 2 começa a contar sobre um dos lugares que, até o momento, as histórias *de* Coronel José Dias não contam: o segundo distrito.

Explicitamente, as disputas acerca da legalidade da primeira emancipação de Coronel José Dias são as únicas contendas e parcialidades encontradas nessa incipiente história municipal. Como notaram Ana Claudia Marques (2015) e Renata Lacerda (2023), as escritas de histórias municipais tendem a suprimir as disputas e parcialidades – inerentes à vida social e aos modos de narrar a história – em favor da escrita de uma história mais homogênea. No entanto, e como essas duas antropólogas também percebem, o estudo dos temas e repetições das histórias municipais possibilitam apreender quem e o que se inclui ou se exclui dessas histórias. De modo semelhante, o contraste entre essas três primeiras narrativas de documentos oficiais já nos faz vislumbrar que as narrativas de histórias *de* Coronel José Dias estão encerradas em um contexto de disputas entre distintas *histórias* – no sentido de Figurelli (2011, 2015). Ou seja, saber o que *é* a história *de* Coronel José Dias depende do que se considera sendo o município de Coronel José Dias.

### 1.2.2 Uma história eivada de pequenas diferenças

Até o momento, ao descrever as histórias municipais contadas por documentos oficiais, enfatizei o fato de elas serem repetições de um mesmo texto, com algumas variações. Exploro neste momento os sentidos dessas diferenças.

Já vimos, por exemplo, que se a narrativa do IBGE (IBGE, 2017) e do *Portal da Transparência* (Prefeitura Municipal de Coronel José Dias, 2021) mencionam o padroeiro São Pedro, as narrativas do *Portal da Transparência* e da *Wikipedia* (Coronel José Dias, 2021) trazem a imagem da igreja de São José. A igreja de São Pedro localiza-se no bairro de mesmo nome, que por sua vez fica onde originalmente iniciou-se o povoado Várzea Grande. Já a igreja de São José fica no centro da cidade, às margens da BR-020 (ver Mapa 3 na Introdução). Lorayne Dias Paes (2021) notou em sua monografia que existe certa rivalidade entre moradores desses dois bairros. Abordaremos esse dissenso adiante, ao formular a seguinte questão: a história de Coronel José Dias é a história da Várzea Grande?

Apenas a fim de refrescar a memória de quem lê esta tese: Várzea Grande foi um povoado do município de São Raimundo Nonato fundado na década de 1910; localizava-se nas proximidades da atual igreja São Pedro (no atual município de Coronel José Dias). Com a construção da BR-020, a partir do final dos anos 1950, a centralidade desse povoado passou para as proximidades da rodovia. A região em que se iniciou o povoado da Várzea Grande, assim, passou a ser referida por “Rua Velha”, por oposição à nova “Rua”, ao novo centro do povoado, próximo à nova estrada. Quando Coronel José Dias se tornou um município desmembrado de São Raimundo Nonato, em 1992, seu centro se manteve nas imediações da BR-020. A “Rua Velha”, então, se tornou o bairro São Pedro.

Olhemos agora para *Plano Municipal de Educação* vigente entre 2015-2025, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Coronel José Dias. (Prefeitura Municipal de Coronel José Dias. Secretaria Municipal de Educação, 201?) Especificamente, corramos os olhos sobre o “Histórico do Município”. A história narrada é a mesma que já vimos, com pequenas reformulações que, possivelmente, visam a uma melhor fluidez da leitura. A primeira mudança substantiva é a supressão da informação de que José Dias de Souza fundou a primeira escola do local. Já quando trata da criação do município de 1992, os “lutadores” pela emancipação, enfatizados nas narrações do IBGE e do Portal da Transparência, Expedito Rodrigues do Nascimento e de Hamilton Baldoíno, são excluídos nessa narração do *Plano Municipal de Educação*, que opta por afirmar que “o processo de desmembramento foi movido pelos deputados Marcelo Castro e Valdemar Macêdo”. Essa versão também introduz a presença das pesquisas arqueológicas na região, que vieram a motivar a criação do Parque Nacional Serra da Capivara:

Apesar de o então povoado ter sido agraciado pela pesquisadora Niéde Guidon, arqueóloga que pesquisa os registros na Serra da Capivara, ao batizar um estilo de pinturas rupestres com o nome Várzea Grande, este foi mantido ao se tornar município. (Prefeitura Municipal de Coronel José Dias. Secretaria Municipal de Educação, 201?, p. 13)

Esta narrativa, mais recente que as demais, atualiza a lista de prefeitos:

Em 1º de janeiro de 2005 sendo o terceiro prefeito e quarto mandato do município de Coronel, que governou até 2008, o empresário José Alencar Pereira, em 1º de janeiro de 2009 até agosto de 2009, governou o Engenheiro Civil, Ramiro da Silva Costa, o quarto prefeito e o quinto mandato, entretanto no dia 17 de setembro de 2009 até 10 de março de 2012, governou o senhor José Alencar Pereira, sendo o quinto prefeito e o sexto mandato, porém em 15 de março de 2012 até 11 de maio de 2012, governou a Professora Elis Regina Silva Santana, sendo o sexto prefeito e o sétimo mandato, na época Presidenta da Câmara Municipal de Coronel José Dias.

No dia 06 de maio de 2012, houve a eleição suplementar, sendo eleito o sétimo



prefeito para o oitavo mandato, O Enfermeiro Isaac Rodrigues Passos, tomando posse a partir do dia 12 de maio de 2012 e governando até 31 de dezembro de 2012.

A partir de 1º de janeiro de 2013, toma posse, o oitavo prefeito para o nono mandato, o Empresário, Manoel Oliveira Galvão, que encontra-se no seu terceiro ano de mandato. (Prefeitura Municipal de Coronel José Dias. Secretaria Municipal de Educação, 201?, p. 14)

A parte final do histórico é preenchida por informações mais extensas sobre a localização geográfica, o clima e o bioma caatinga.

Chegamos ao quinto e último documento oficial, ao lermos o “Histórico” contido no *Plano Municipal de Saúde* vigente entre 2018 e 2021, atualizado em 2020 (Secretaria Municipal de Saúde, 2020). O “Histórico” é pela primeira vez assinado: é de autoria de Cleriston de Castro Ramos. Trata-se, contudo, do texto repetido *ipsis litteris* da narrativa do IBGE. A subparte seguinte ao “Histórico”, ainda dentro do título mais abrangente “Aspectos políticos e culturais”, intitula-se “Hábitos de vida, comportamentos, desejos, interesses e necessidades da população, manifestações culturais”. Ali, vemos algumas novidades:

Como o próprio nome diz, Coronel José Dias foi criado oficialmente como município pelo então Coronel José Dias, voltando a povoado, passando a se chamar Vargem Grande, que teve como destaques as famílias Oliveira e Costa, talentos natos para o comércio, pecuária e agricultura, mas com destaque no comércio através do desbravador José Cesário de Oliveira (Zé Preto), um dos primeiros da nossa região a comprar tecidos e artigos variados na capital de São Paulo, assim estabelecendo uma das maiores Lojas de tecidos e vestuários da nossa região enquanto povoado, superando até o município “mãe” São Raimundo Nonato em alguns aspectos, isso tudo nas décadas de 50, 60 e 70 e sendo um dos primeiros vereadores do município de São Raimundo Nonato, tendo seu filho Valdir Cesário de Oliveira como o primeiro prefeito do já e novamente Coronel José Dias.

Vale destacar que, nos tempos atuais, o fundamental trabalho desenvolvido pela família Costa através do seu patriarca Aldemar Costa. Ele e seus filhos, criaram, através das indústrias de cerâmicas, a maior geração de empregos do município até os dias atuais, para citar apenas esses dois casos, embora muitos outros mereçam igualmente seus nomes na história do município. (Secretaria Municipal de Saúde, 2020, p. 6)

Aqui temos explícita a ligação entre o nome do município e José Dias de Souza: diz-se que foi ele quem criou o município. Muito embora essa seja a única vez que li ou ouvi tal versão, não se pode esquecer que todas as demais narrativas notam que o primeiro prefeito, dos anos 1960, foi Batista Dias, descendente do José Dias de Souza. Em seguida, além dos Dias, os Oliveira e os Costa são notados como famílias de “destaque”. A aparição dessas famílias é inédita nas histórias até aqui expostas.

A narrativa do *Plano Municipal de Saúde* segue apresentando o povo coronelino como espirituoso, católico e contador de “causo” nas portas das casas no fim dos dias. Os talentos musicais no acordeom são notados: o instrumento, segundo essa versão, foi levado à região pelo “saudoso Gilberto”, e depois dele, outros nomes se destacam: Marlozinho Ricardinho, Netinho. Segue descrevendo o desempenho dos coronelinos no futebol, as comidas típicas (“bode, carneiro, galinha ensopada, farinha, beijú, cuscuz de milho”), o crescente turismo na região, derivado das visitas ao Parque Nacional Serra da Capivara, as danças e festejos típicos – tanto de São Pedro quanto de São José.

Se essa última versão introduz os Oliveira na história *de* Coronel José Dias, uma rápida olhada à bandeira do município indicará que os Oliveira estavam já ali inscritos.

*Fotografia 4. Imagem parcial da bandeira municipal de Coronel José Dias.*



*Fonte: Acervo da Autora, fotografia de Lorayne Dias de Carvalho Paes, 2024.*

No centro da bandeira está o brasão do município. Nele, lê-se, na parte de cima “Município de Cel. José Dias – 01/01/1993”. Retratam-se no brasão: um par de chaves, um ramo de oliveira, um ramo de pé de milho e o número um ordinal, “1<sup>o</sup>”. Segundo me explicou uma pessoa com quem conversei – e que desgosta dessa bandeira por seu particularismo –, o brasão foi desenhado pela professora Auristé Oliveira, esposa do primeiro prefeito do município, Valdy Cesário de Oliveira. A data inscrita no brasão não corresponde à data da lei de criação do município, mas ao dia de início do primeiro mandato do primeiro prefeito, e é a isso que o número um corresponde. Se o ramo de milho representa um alimento plantado

localmente, o ramo de oliveira é, na realidade, um ramo de Oliveira. Numa cidade que homenageia um coronel de sobrenome Dias, são os Oliveira que estão estampados na bandeira e no brasão. A Várzea Grande/Coronel José Dias dos Dias, conforme nos movemos no tempo e ajustamos a escala para olhar mais de perto, pode ser também dos Oliveira. As disputas sobre quem conta *a* história e quem conta *na* história desse município estão escancaradas desde a dissociação entre o nome do município e a sua bandeira.

Estamos diante da Coronel José Dias dos Dias ou dos Oliveira? Fato é que nenhuma das duas opções é inteiramente adequada, uma vez que o município não é exclusivamente habitado por nenhuma dessas duas famílias; há inúmeras outras famílias e sobrenomes ali. Contudo, Dias e Oliveira são os nomes de família que, nos meados dos séculos XX, marcaram os dois lados da política da Várzea Grande, de maneira articulada aos lados da política de São Raimundo Nonato, município que integrava. As formas desta política – bem como a relação da ‘política’ com os processos de constituição do município de Coronel José Dias – são o objeto de discussão do Capítulo 2.

### ***1.3 A comunidade São Pedro***

Até o momento, as narrativas analisadas contam a história *de* Coronel José Dias, ao menos parcialmente, como a história da Várzea Grande. Mesmo sem conhecer os autores das narrativas escritas abordadas até aqui, é possível perceber que essas histórias contam da fundação de fazendas que dão lugar a um povoado e este a um município. As demais histórias ocorridas nas fazendas, localidades e sítios rurais do município integram apenas parcialmente uma história *de* Coronel José Dias. Argumento adiante, a partir da análise de outro material, que o modo de contar o passado no caderno de *História da comunidade São Pedro* mais *lista* do que propriamente narra histórias. E as listas constituem a comunidade narrada. A história, desse modo, narra e perfaz a comunidade narrada.

Ao compor um caderno com a *História da comunidade São Pedro*, suas autoras ajudam concomitantemente a compor essa mesma comunidade. Como veremos, o próprio caderno se expandiu durante o tempo da minha pesquisa e a partir da minha relação com uma de suas autoras. A ‘comunidade’, assim, é esmiuçada conforme o caderno ganha acréscimos ou quando se lamentam as autoras por aqueles que não foram lembrados. Se o caderno conta a história *da* comunidade *São Pedro*, não se pode deixar de notar que parte dos temas ali tratados reiteram aqueles que aparecem nas histórias *de* Coronel José Dias analisadas anteriormente. Em alguma

medida, assim, a história *de* Coronel José Dias é contada *como se fosse* a história do bairro São Pedro ou do local inicial do antigo povoado Várzea Grande.

O bairro São Pedro, outrora conhecido por ‘Rua Velha’, era onde o povoado Várzea Grande ficava, antes da mudança do centro para as margens da BR-020. O caderno da comunidade São Pedro, assim, só deixa ver a história *de* Coronel José Dias até certo momento. Com a mudança da centralidade do povoado, e posteriormente do município, a história *de* Coronel José Dias não pode ser apenas a história do bairro São Pedro.

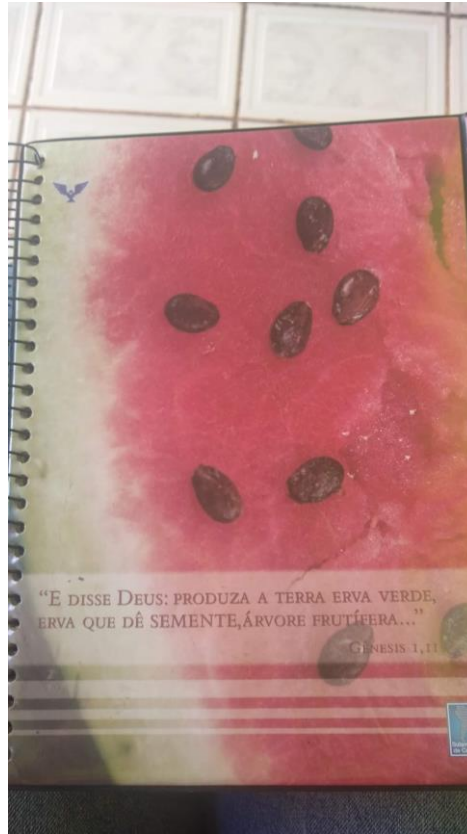
Esta seção do capítulo continua perseguindo os processos de traçar pertencas e exclusões nas narrativas de história, ao colocar no centro a questão: a história *de* Coronel José Dias é a história da comunidade São Pedro? Quem pode ou não contar a história do município, e quem consta nessas histórias, são questionamentos que atravessam o capítulo.

### **1.3.1 Conhecendo (e compondo) o caderno**

O vírus SARS-CoV-2 vinha circulando na China e em outros países já há alguns meses. Aos poucos, as notícias terríveis da doença causada pelo novo coronavírus enchiam os noticiários. Foi justamente em março de 2020, no intervalo entre os primeiros casos da doença no Brasil e a caracterização da COVID-19 como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde, que conheci o caderno que viria a ser intitulado *História da comunidade São Pedro*.

Em uma das minhas primeiras aproximações ao município de Coronel José Dias para averiguar possibilidades de fazer pesquisa de campo ali, passei um dia na cidade, acompanhada de Lorayne Dias de Carvalho Paes, então estudante no curso em que sou docente. Pela manhã, visitamos um senhor conhecedor de muitas histórias sobre Coronel José Dias e sobre as famílias. Pela tarde, fomos ao bairro São Pedro. Estacionei o carro perto da igreja de São Pedro e seguimos para uma das várias casas que circundam a praça. Tínhamos marcado de encontrar dona Neide, uma professora aposentada. Ela contou um pouco sobre a história do local: ela fora já entrevistada por pesquisadores e estudantes diversas vezes, estava acostumada a contar. A certo momento, entrou em sua casa e voltou com um caderno.

Fotografia 5. Caderno de histórias da comunidade São Pedro



Fonte: Autora (2020).

Tratava-se de um caderno em espiral, estampado com a fotografia de uma melancia partida ao meio e um versículo do livro de Gênesis. No caderno, dezessete páginas estavam preenchidas com duas caligrafias distintas, ambas em tinta azul. Algumas intervenções à lápis também apareciam por aqui e por ali. Conforme contou dona Neide, ela pagou uma pessoa para copiar um caderno que seu “tio Sancho”, Sancho Roberto Dias, escrevera sobre a história da cidade. Fotografei as páginas do caderno para ler depois. Durante nossa conversa, a vizinha e cunhada de Neide apareceu e nos contou alguns episódios da história de Coronel José Dias. Foi a primeira vez que ouvi sobre a emancipação de 1962. Dona Adelina passou a ser minha principal interlocutora sobre o caderno, sobre as histórias do bairro São Pedro e sobre Coronel José Dias a partir de então. Dirigi os trinta quilômetros que separam aquele município da minha casa, em São Raimundo Nonato, acompanhada de meu gravador, minha caderneta de anotações, as fotografias do caderno, um saco de umbus e outro de goiabas, regalos de minhas novas conhecidas. Não sabia ainda que meses transcorreriam entre esta e a minha próxima visita a Coronel José Dias.

Enquanto os meses iniciais de isolamento social da pandemia se passavam, Lorayne e eu digitamos o texto do caderno que fotografei em março de 2020.<sup>28</sup> Intitulamos essa versão “Caderno de Dona Neide”, pois fora em sua casa que eu o conheci. Cerca de dez meses transcorreram entre as fotografias do caderno e se tornar seguro levar o caderno até o bairro São Pedro. Foi quando retomei minhas conversas com dona Adelina. Aprendi, então, que o caderno que eu digitara não era de Neide, como eu sugeria com o título que dei à versão digitada. A primeira parte fora mesmo copiada de um caderno de seu Sancho, mas a segunda parte foi redigida por seis mulheres do bairro São Pedro. Elas fizeram o livro porque sempre tem gente querendo pesquisar a história de lá, daí o caderno mantém registrada essa história. De algum modo, a escrita, então, faz prescindir as narradoras/entrevistadas. Mas isso é somente parte da história. Eu prometi arrumar o título do caderno na versão digitada, incluir os nomes das autoras corretamente e imprimir uma nova cópia. Inicialmente, combinamos que ele deveria se chamar “História do *Bairro São Pedro*”.

A segunda onda da COVID-19, no primeiro semestre de 2021, a mais letal, logo se aproximou, e novamente tive que permanecer em São Raimundo Nonato. Apenas vários meses depois eu pude levar a nova versão à apreciação de dona Adelina. Por telefone, confirmei o título do caderno, e ela sugeriu uma nova mudança: “História da *comunidade São Pedro*”. A mudança indica que o São Pedro não foi sempre um *bairro* de Coronel José Dias. Com esse nome, esse lugar existe após a emancipação do município. No entanto, é onde hoje fica esse bairro que se iniciou o povoado Várzea Grande; a região e o povoado integravam até 1992 São Raimundo Nonato. A partir dos anos 1950, o comércio da Várzea Grande começou a se transferir para as margens da BR-020, cuja construção iniciou-se em 1959 e o asfaltamento, em 1979 (Paes, 2011). Quando, nos anos 1980, Emília Pietrafesa de Godoi (1999) realizou suas pesquisas naquela porção do então município de São Raimundo Nonato, o atual bairro São Pedro era conhecido como “Rua Velha”, por oposição à nova ‘rua’, isso é, o novo centro urbano, às margens da BR-020. O novo nome do caderno, “História da *comunidade São Pedro*”, assim, indicava que a comunidade é anterior ao bairro, afinal aquela região é habitada pelo menos desde a fundação da Várzea Grande.

Narro os detalhes de como vim a conhecer este caderno porque meu interesse nele, o processo de digitá-lo, imprimi-lo e entregá-lo a uma de suas autoras, permitiu tanto que eu conhecesse os sentidos para a existência daquele escrito, quanto que o próprio caderno fosse

---

<sup>28</sup> Lorayne inclusive usou o caderno como material para sua pesquisa do trabalho de conclusão de curso em Antropologia na UNIVASF (Paes, 2021).

aumentado. A história da comunidade São Pedro (como a própria comunidade) não estava pronta, embora estivesse registrada por escrito em um caderno cuidadosamente guardado. Ainda, as conversas posteriores que tive com dona Adelina sobre as histórias *de e em* Coronel José Dias fizeram com que ela inclusive notasse lacunas nos escritos. Algumas insuficiências ela se esforçou por sanar, fazendo acréscimos ao caderno. Outras, não. A versão final do caderno foi estabelecida depois de Adelina se lembrar de uma sétima autora, e de pedir também para eu incluir uma passagem sobre a senhora mais idosa da comunidade, que tínhamos visitado juntas. Dona Adelina me telefonou para dizer que tinham esquecido de escrever sobre essa senhora, que fora catequista na comunidade. Numa visita posterior, ela me entregou uma folha de papel em que outra professora escrevera sobre essa senhora e também sobre as “festividades religiosas”: o festejo de São Pedro, a devoção a Virgem Maria em maio, as rezas de São Sebastião que ocorriam no passado na comunidade Olho D’Água, e o festejo de Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro.

O caderno foi pensando para, como já me dissera, registrar a história “*da cidade, da comunidade*”, uma vez que as cunhadas ex-professoras eram amiúde consultadas por estudantes sobre esse tema. O registro servia “*para não ficar só na memória*”, afinal, as pessoas morrem e também, ao envelhecer, esquecem da história. O processo de elaboração do caderno ocorreu a partir de conversas com os mais velhos, alguns já falecidos. Cada autora fez sua pesquisa e suas anotações. Depois, reunidas, elegeram as “*escrivãs*”, isso é, as pessoas que efetivamente escreveram no caderno.

As autoras do caderno pesquisaram quem eram os comerciantes, a primeira professora, o primeiro farmacêutico etc. e então escreveram o que aprenderam. O intuito era pesquisar e escrever sobre “*como as pessoas viviam naqueles tempos em que ali era isolado*”. O modo pelo qual o caderno responde a essa inquietação é, como discuto nas seções que seguem, a partir da relação detalhada das pessoas que compuseram esse passado. Trata-se de um modo de narrar a história que se faz a partir da listagem de pessoas e eventos. Os relatos do cotidiano, das dificuldades, do dia a dia não integram o que se entende como uma *História da comunidade São Pedro*. O que, então, está no caderno? Primeiro, façamos um sobrevoo ao conteúdo do caderno. Em seguida, esmiuço alguns aspectos das práticas de historicização (Palmié; Stewart, 2016) observados no caderno, e argumento que há um entrelaçamento dos *modos* de contar passado e os modos de temporalizar esse passado.

### 1.3.2 O conteúdo do caderno

O caderno inicia-se com um trecho do discurso que Sancho Roberto Dias proferiu por ocasião da cerimônia de posse do prefeito Batista Dias em 22 de dezembro de 1962.<sup>29</sup> No manuscrito, uma caligrafia a lápis intitula esta parte de “Povoamento do Bairro São Pedro”, intervindo e suprimindo um subtítulo anteriormente traçado a caneta, “O início”.

Assim começa o início/povoamento, nas palavras copiadas de Sancho Roberto Dias:

“...Para esse rincão de terra piauiense veio um homem de sangue forte, cheio de virtudes e de heroísmo, comprovado pelos seus feitos e de sua grande descendência; este homem se chamava Vitorino Dias Paes Landim. Ele derramou muitas gotas de suor e sangue expulsando os índios que habitavam nesta região; em meados do século XIX.

Como prêmio de seu heroísmo o governo deu-lhe três fazendas: - a Fazenda Boqueirãozinho, a Fazenda Serra Talhada e a Fazenda Serra Nova, hoje - Várzea Grande; isto se passou no ano de 1829, e foi autenticado, levado ao cartório da Vila de São Raimundo Nonato no ano de 1855 ao 01 de abril, pagando de emolumento a quantia de um cruzeiro e cinquenta centavos, pelo Cônego Sebastião Ribeiro Lima, – Este homem já acostumado com as lutas nativistas se ofereceu ao Imperador, quando nossa Pátria foi invadida pelos estrangeiros, para fazer parte na defesa nacional; seguiu juntamente a um de seus jovens filhos, compondo um pelotão de bravios voluntários através de rincões caminhos, pelos sertões incultos de Maranhão e Goiás até atingir a província invadida que era Mato Grosso, donde voltou triunfante trazendo os trunfos da vitória e sua bandeira flamejando respeitada... o jovem filho que levou à guerra era o avô do homem que deu seu nome à esta cidade.”<sup>30</sup>

Sancho Dias narra a história da Várzea Grande, então tornada Coronel José Dias. Novamente, encontramos Vitorino Dias Paes Landim. Aqui, a história de Coronel José Dias é a história da Várzea Grande. O coronel que nomeia o novo município é apontado como neto de um dos filhos desse ancestral fundador. Vitorino, pai de uma “grande descendência”, “foi dos índios expulsor”, para retomarmos as palavras da professora Filomena que abrem o capítulo.

No caderno, o discurso de seu Sancho segue por mais dois parágrafos, em que lisonjeia algumas figuras, incluindo um primo seu, descendente direto de José Dias de Souza. Por fim, elogia o Coronel José Dias:

“As sumidades e celebridades: na medicina, na advocacia, na filosofia, na engenharia, na religião, na política, no parlamento, no legislativo, no executivo e no comércio... na cidade onde viveu sua vida inteira, ele atingiu

<sup>29</sup> Um trecho deste discurso também está citado na dissertação de Marian Rodrigues. Esta pesquisadora apresenta Sancho Roberto Dias como um “ilustre político e intelectual do município, [que] era residente do Barreiro Grande” (Rodrigues, 2011, p. 49).

<sup>30</sup> Exceto quando indicado contrariamente, todos os trechos com citações diretas nesta subseção advêm do caderno *História da comunidade São Pedro*.



todas as posições, foi tudo finalmente: – foi o soldado, o oficial de justiça, o delegado, o escrivão, o promotor, o advogado e o juiz, mas não foi o réu... foi o político silencioso e comerciante; teve adversários mas não inimigos”

O manuscrito continua com alguns temas que já conhecemos, e já segue para além do discurso de seu Sancho. Primeiro, a época da maniçoba: “Em 1910, com a extração e valorização da borracha de maniçoba, vieram um grande número de migrantes vindos da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas.” Em seguida, trata da elevação da fazenda Várzea Grande a vila em 1916 e esclarece que “a sede do povoado é atualmente localizado [n]o Bairro São Pedro”.

Logo depois, as emancipações de 1962 e de 1992 são contadas em maior detalhamento do que já conhecemos nas histórias dos documentos públicos, e esclarece algumas alianças políticas – tema que retomo no próximo capítulo.

“Na história política do Bairro São Pedro merece destaque a emancipação política que aconteceu no ano de 1962, com o nome de Cel. José Dias e a nomeação do Sr. Batista Dias a Prefeito, pelo então Governador do Estado do Piauí Chagas Rodrigues; empossado em 22 de dezembro de 1962, chegou a governar por mais de um ano, período em que realizou obras como o Posto de Saúde Mãe Francisca. Nessa época Batista Dias havia disputado com Gaspar Ferreira a Prefeitura de São Raimundo Nonato e com a derrota lá, assumiu o mandato aqui. Esse ato foi desaprovado por seus adversários que iniciaram ‘campanha’ pela cassação de Batista Dias por considerarem a emancipação irregular, visto que não houve plebiscito. O principal responsável pela ‘queda do município’ foi o então deputado Edson Ferreira, irmão de Gaspar Ferreira. Retornando a condição de povoado, Várzea Grande contribuiu com a história política quando o Sr. José Cesário (que já havia sido vereador pelo município de São Raimundo Nonato no mandato do Prefeito Manoel Dias) foi eleito Vice-prefeito na chapa com Newton Macêdo nas eleições de 1966 e em 1974. Já na década de 80 torna a ser eleito Vice-prefeito na chapa Gaspar Ferreira; nessa época o mesmo já morava na atual sede do município. Ainda merecem destaque o Sr. Sancho Roberto Dias – Professor, líder político, Coletor da Fazenda; Adelaide Francisca de Sousa e José Camilo da Silva – Fiscais da Fazenda; Manoel Rodrigues do Nascimento 1º Delegado nomeado.

Trinta anos depois, em 21 de abril de 1992 foi realizado o plebiscito que decidiu sobre a emancipação política do Povoado Várzea Grande, outra vez com o nome Cel. José Dias. Em 29 de abril de 1992 a lei foi homologada. No mês de outubro houve a primeira eleição para Prefeito e Vereador, sendo que houve candidato único a Prefeito o Sr. Waldir Cesário de Oliveira que, eleito foi empossado dia 1º de janeiro de 1993. A cerimônia de posse, ou seja, a missa foi celebrada na Igreja de São Pedro. Nesse mesmo ano, a antiga sede do povoado Várzea Grande, foi registrado como Bairro, sendo o primeiro do município de Cel. José Dias.”

Conforme já notei, a partir da interlocução com outras antropólogas (Lacerda, 2021, 2023; Marques, 2015), as escritas de histórias municipais pretendem conformar narrativas que digam respeito a todos os cidadãos do novo município e, assim, obliteram disputas. No entanto, as contendas envolvendo a primeira emancipação do município aparecem tanto nos documentos públicos analisados na primeira parte deste capítulo, quanto neste caderno de história da

comunidade São Pedro. É que as disputas entre os dois lados da ‘política’, que aprofundo no Capítulo 2, integram a história da constituição de Coronel José Dias. Uma política com dois lados é constitutiva de Coronel José Dias.

Ainda no tópico da política, as autoras do caderno acrescentam que:

“Na eleição de 2000, o Bairro São Pedro elegeu seu primeiro vereador Renato Dias dos Santos que sempre trabalhou em prol de sua gente. Na eleição de 2004 disputou novamente uma cadeira na Câmara, não chegando a atingir os votos necessários o que o deixou na posição de suplente. Foram estes os fatos mais relevantes que marcaram a vida política do Bairro São Pedro.”

A menção ao vereador Renato Dias dos Santos como alguém que trabalhou “em prol da sua gente” ganha interesse quando notamos, saindo do próprio caderno, que “sua gente” efetivamente se refere ao bairro São Pedro. Na ata da terceira sessão legislativa do ano de 2002 da Câmara Municipal de Coronel José Dias, lemos que:

Dando continuidade a essa sessão o vereador Renato Dias dos Santos coloca em apreciação um requerimento, solicitando ao poder executivo a realização de um concurso público para a seleção de duas vagas de zelador para atuação exclusiva no Bairro São Pedro tendo como um dos requisitos principais, só poderá participar desse concurso moradores do referido bairro, esse requerimento foi votado, obtendo por unanimidade (08) oito votos a favor.<sup>31</sup>

Seguindo com a exposição do caderno, ele passa a tratar do comércio e dos comerciantes que se instalaram ali a partir de 1910, no contexto da onda de trabalhadores atraídos pela extração de látex de maniçoba. Lemos, então, uma lista com o nome de dez comerciantes e o tipo de produtos que vendiam. Além do comércio no povoado, o caderno lista três “comboeiros” – pessoas que vendiam produtos nas comunidades rurais – seis “banqueiras” de alimentos na feira e dois donos de pensão.

O primeiro carro, aprendemos, foi um Jeep comprado por José Cesário de Oliveira, o Zé Preto, comerciante local que foi também político em São Raimundo Nonato e pai do primeiro prefeito de Coronel José Dias (Valdy Cesário de Oliveira).

“Com a transferência do comércio para a margem da BR-020 e a construção de um novo Mercado Público, as vendas caíram e o Mercado velho foi demolido por ordem do Sr. José Cesário, vice-prefeito da época.”

É aqui que a história da comunidade São Pedro deixa de ser a história da Várzea Grande, pois a centralidade deste povoado sai do local próximo à igreja de São Pedro rumo às margens da recém-construída BR-020, a partir de meados dos anos 1950 e na década seguinte. O

---

<sup>31</sup> Câmara Municipal de Coronel José Dias. Ata da terceira sessão ordinária do ano legislativo de 2002 da Câmara Municipal de Coronel José Dias. Livro de atas, 01 de 2001. p. 16-17. (Câmara Municipal de Coronel José Dias). 14 maio 2002.

caderno, assim, segue narrando uma história mais particular, específica à região próxima à igreja de São Pedro. Listam-se os comércios montados nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo.

Em seguida, o histórico da educação escolar na região é também exposto. Ao final deste trecho, são listados os nomes das primeiras professoras licenciadas e daquelas que ainda estavam concluindo seus estudos superiores.

O parágrafo seguinte homenageia as parteiras, que também realizavam rezas e preparavam “remédios caseiros feitos de plantas medicinais”. O tema dos cuidados à saúde segue, com a menção aos primeiros médicos de São Raimundo Nonato. “Com a emancipação política de Cel. José Dias, o serviço médico ficou mais acessível e as pessoas tem acesso a médicos, dentista, enfermeiro e agentes de saúde.” E novamente os olhares se voltam exclusivamente ao bairro: “No Bairro São Pedro, além da agente de saúde, há o trabalho da Pastoral da Criança no acompanhamento a gestantes e crianças com a verificação do peso, taxa de desnutrição e desidratação desde o ano 2000”. O nome de uma das agentes de saúde é listado, ao lado do de outras mulheres que integram um grupo chamado Mulheres Vida Verde, e que se dedicavam a produzir remédios de plantas.

Aqui, o caderno muda de caligrafia e as festas – feitas em casa “devido à falta de clubes” – são então as protagonistas. “Dançava-se ao som de “cavaquinho, sanfona, pandeiros e surdos.”

Os dias de domingos eram feitos os matinês, onde as pessoas se divertiam e o toque era: marcha, xote, bolero, valsa e forró. Quando a casa era pequena faziam latadas cercada de pau-a-pique e ascendiam uma grande fogueira dentro e fora nos terreiros de casa, devido a falta de energia utilizavam, candeiros e velas de cera de abelha. “

Em seguida, o caderno menciona o “primeiro tocador”, Estevão, conhecido por Tiú, e aqueles que o sucederam no ofício. “Tínhamos também a festa do Santo Reis, roda de S. Gonçalo e as brincadeiras de roda onde a criançada se divertia.”

Em seguida, encontramos o trecho sobre as festas religiosas que foram incluídas pelas autoras após a impressão da segunda versão digitada do caderno.

O tema seguinte é o esporte, singularmente, o futebol. Listam-se os nomes dos melhores jogadores do bairro São Pedro desde a década de 1940.

As “atividades das mulheres antigamente” é o tópico final: “cuidar da casa dos filhos, e nas horas vagas faziam rendas, fiavam algodão para tecer redes e coxonilho, costuravam, faziam

louças, e havia também as boleiras que faziam bolos para vender no mercado do Bairro”. Essas boleiras são listadas. Em seguida, as listas das costureiras e das “louceiras” (ceramistas) podem ser encontradas. Por fim está a lista das mulheres que, “com a modernidade hoje [...] fazem crochê, pintura e bordados”.

As duas últimas páginas do caderno são compostas de duas listas de “pessoas que serão homenageadas” – não consegui saber em que ocasião. A primeira delas lista aqueles já falecidos, “In memoriam”. Encontramos ali o nome de Vitorino Dias Paes Landim e a informação da segunda coluna: “Fundador do povoado”. Em seguida, Coronel José Dias, “homenageado”. Em seguida os nomes da primeira e da segunda professoras, de duas parteiras, de um farmacêutico, de um “comerciante político” (José Cesário), de um açougueiro, de um poeta, de um tropeiro, de dois comerciantes, de uma benzedeira, do primeiro delegado e do coletor da fazenda (Sancho Roberto, o autor do discurso que abre o caderno). Já a última página, a das pessoas homenageadas que eram então ainda vivas, contém os nomes de quatro professoras (uma das quais minha interlocutora sobre o caderno), da “moradora mais idosa”, de três benzedeiros, de um “tocador” (músico), do ex-vereador do bairro, Renato, do primeiro, segundo e terceiro prefeitos – o que faz imaginar que o caderno seja anterior a 2009, quando iniciou-se o mandato do quarto prefeito – do ex-vereador de São Raimundo Nonato Expedito Rodrigues e de uma “líder do bairro” (também autora do caderno).

### 1.3.3 Listar a comunidade: as listas e o tempo no caderno

O caderno de histórias da comunidade São Pedro se encerra com listas. As duas últimas páginas são explicitamente listas de pessoas homenageadas. E as páginas que imediatamente as antecedem também, ao seu modo, listam: as mulheres que fazem fitoterápicos, os “tocadores” (músicos), a primeira catequista, as responsáveis pelos festejos deste ou daquele outro santo, os melhores jogadores de futebol da comunidade divididos por décadas, as costureiras, as louceiras, as rendeiras, as mulheres que fazem tricô e crochê. Alguns dos parágrafos são compostos, basicamente, por essas listas, como por exemplo:

“As costureiras que mais se destacaram na época foram: Bárbara, Ana Vita Dias, Elvidina Libório, Joantina do José Honório, Zabelsinha, Lourdes Oliveira, Elisabete Oliveira, depois veio outros como: Espedito Popular Santo, Julinho, Dolores, Nailde, Mafalda Lúcia, e atualmente temos Maria do Raimundinho.”

Já em outros casos, as menções às responsáveis por certas atividades vêm incluídas em parágrafos um pouco mais longos, que contam sobre como ocorriam as coisas com relação a

determinado aspecto da vida na Várzea Grande ou na comunidade São Pedro. É o caso dos parágrafos sobre as festividades religiosas, incluídos no caderno ao longo da minha pesquisa de campo:

“Em relação às festividades religiosas, destaca-se o Festejo de São Pedro, celebrado entre os dias 20 e 29 de junho. A cada ano, inúmeras pessoas e até famílias inteiras vinham de outras cidades homenagear o Santo Padroeiro. Por quase cinquenta anos as chaves da Igreja de São Pedro estiveram sob a guarda de Maria Alves – a primeira catequista –, responsável pela evangelização de centenas de pessoas da comunidade; outro evento religioso muito importante para a comunidade e região é a devoção a Maria, no mês de maio. Hoje em dia, essa celebração é menos frequentada, mas até a década de 90, durante todo mês, havia os noiteiros de cada dia; esses noiteiros eram os aniversariantes do referido dia – de 1º a 31 do mês – rezavam o terço, os cânticos, ladainhas e ao final, comemoravam com fogos de artifício.

Havia ainda dois festejos celebrados na comunidade, com grande significados para quem os frequentavam: as Rezas de São Sebastião, 20 de janeiro, da D. Ritinha, tradição trazida do Olho D’Água, hoje localizada no município de João Costa. O outro festejo também bastante celebrado era do de Nossa Senhora da Conceição, no mês de dezembro. Durante a novena, onde cada dia tinha um noiteiro responsável, havia também a bandeira com a pomba, que era “arriada” no último dia. Quem pegasse a pomba, seria responsável pelo próximo ano. A responsável era D. Catarina.”

Aqui, as responsáveis pelos festejos ou rezas de São Pedro, São Sebastião ou Nossa Senhora da Conceição aparecem listadas, mas essas celebrações religiosas são também descritas, explicadas. Nesse e em outros casos no caderno, as listas de pessoas e atividades referem-se a um tempo passado estável, sem uma passagem do tempo – ou, com apenas uma marca que distingue o antes do agora. A cada ano as pessoas *vinham* festejar, os festejos *eram* celebrados. Ou, para o tema das festas não religiosas, vejamos novamente um trecho já citado:

“Os dias de domingos *eram* feitos os matinês, onde as pessoas se *divertiam* e o toque *era*: marcha, xote, bolero, valsa e forró. Quando a casa *era* pequena *faziam* latadas cercada de pau-a-pique e *acendiam* uma grande fogueira dentro e fora nos terreiros de casa, devido a falta de energia *utilizavam*, candeeiros e velas de cera de abelha.” (ênfases minhas)

Em certas partes do caderno pode-se ver uma estabilização de um passado que *era* de tal modo, e em que as coisas *ocorriam* de certa maneira. Estamos diante de um passado sem especificação de data, sem cronologias, aparentemente sem passagem do tempo. Ou seja, trata-se, à primeira vista, de um modo de contar a história que estabiliza um passado sem tempo, um modo mais frio de contar a história (Lévi-Strauss, 2010). Mas a essa história composta de séries de tempos estáticos, combina-se um passado em que o tempo corre, no sentido de que um antes e um agora se contrastam. É o caso dos parágrafos dedicados ao futebol:

“Na área do esporte o Bairro São Pedro é destaque desde a década de 40. Os jogadores que mais se destacaram nesta época foram: Jordino, Petrônio,

Mizael.

Na década de 50 se destacaram: Raimundo Cobra Preta o melhor goleiro da região.

Na década de 70 os destaques foram: Edinho, Euclides Rodrigues, Otávio, Leonidas, Cremildo, Agenor, Helvécio, Raimundo Ferreira, José Miranda (Piriaca). E na década de 80 os destaques foram: Ruival, Genival, Tércio, José Helli, Raimundo Pereira, Renato, Juraci, Lourival, Júnior.

Na década de 90 teve o início o campeonato municipal anual onde se destacou a equipe do Bairro São Pedro com quatro títulos consecutivos e os jogadores que se destacaram foram: Jerson, Geone, Ralado, Jair, Herbert, Jael, Paulo, Jônatas, Avelar, Cleiton, Elias Neto, Veríssimo Filho, Emerson, Galberto, Neto, Dênis, Eliomar, Gilmar, José Ramos, Cleivan Veloso, todos os Campeonatos levaram a torcida inteira para animar seus jogadores.

Em 2006 com a Seleção do município foram campeão da Segunda Copa Piauiense de amadores em Teresina, onde a Seleção contou com a participação de três jogadores do Bairro S. Pedro, que foram: Jair, Herbert, Ralado e Gerson na comissão.”

Temos, no trecho acima, uma divisão da lista de jogadores de destaque pelas décadas, começando nos anos 1940. É diferente, por exemplo, do trecho já citado das celebrações religiosas. No futebol, não se escreveu como se os jogadores de destaque existissem num passado estável, mas se reconhece uma passagem do tempo, em que os bons jogadores mudaram conforme as décadas foram passando. Essa contraposição entre tempos, em que uma década está em relação a outra, mostra que apesar das estabilizações, há um interesse na continuidade, em ligar tempos, como nas cronologias “quentes”, para voltar a Lévi-Strauss (2010).

Alternando entre uma historicidade fria e quente, o caderno compõe o passado a partir da *listagem* das personagens importantes para a história da comunidade São Pedro – e, em grande medida, para uma história que se pretende uma história *de* Coronel José Dias.

Na composição de histórias municipais, as listas são importantes, como vimos, no livro de William Palha Dias (2001) sobre São Raimundo Nonato. As genealogias encontradas por Ana Claudia Marques em suas pesquisas em municípios no sertão pernambucano também constituem-se de listas, ainda que qualitativamente distintas daquelas a que me refiro aqui: são feitas a partir dos casais ancestrais e seguem com os seus ascendentes (Marques, 2015, p. 209). Um aspecto significativo dessas genealogias é que elas se servem da memória coletiva para ser formuladas, ao mesmo tempo em que, uma vez escritas, servem para coletivizar essa memória para além do que cada grupo de pessoas seria capaz de recordar. As genealogias têm por leitores as mesmas pessoas que detêm as parciais dessas memórias; esse conjunto de leitores/detentores de memórias constituem-se como uma comunidade imaginada a partir das narrativas e listas genealógicas (Marques, 2015, p. 214). Traduzindo para os termos do

manuscrito que estou analisando, as listas nos dizem quem conta *na* história e, ao fazê-lo, produzem essa comunidade narrada.

No caso do caderno da *História da comunidade São Pedro*, as listas e os modos de listar o passado se articulam nesse processo de produzir a comunidade. O caderno lista tempos estáticos, que se sucedem, como séries – assim como as genealogias, que são também listas que ligam tempos a partir de pontos (Marques, 2015). O caderno é, assim, composto por trechos que narram a partir de uma cronologia, e outros que estabilizam um passado. A passagem do tempo, assim, se faz a partir da listagem de tempos estáticos que se sucedem.

Logo após a transcrição do discurso de seu Sancho Dias, o caderno introduz uma cronologia do estabelecimento da comunidade: em 1910 chegaram migrantes de estados vizinhos, atraídos pelo aumento da extração de látex de maniçoba e em 1916 a “Fazenda Várzea Grande foi elevada à categoria de Povoado com o nome de Várzea Grande”, pertencente a São Raimundo Nonato. Em seguida, segue-se a história política que conta a emancipação de 1962 e a perda do status de município e listam-se os políticos do São Pedro. A história política segue, com a emancipação de 1992. O tema da política encerra-se com a eleição do vereador Renato, em 2000. Finda-se o tema da história política, mas mantém-se numa narrativa cronológica, perpassada por momentos de estabilização de um passado fixo, que conta como as coisas *eram*:

“Em relação ao comércio podemos afirmar que antigamente era composto por casas comerciais com destaque para os primeiros comerciantes que aqui chegaram em 1910 vindos de Remanso da Bahia, atraídos pela exploração da borracha de maniçoba e da resina de trapucá extraída do Jatobá. Os senhores João Gonçalo e João Luís compravam esses produtos e revendiam para grandes comerciantes do Estado da Bahia; com o dinheiro das vendas as pessoas compravam gêneros de primeira necessidade como comida, tecidos, remédios, calçados (feitos sob encomenda nos sapateiros) e até bebida.”

E segue-se uma lista dos comerciantes e dos produtos que vendiam cada um deles. E a história continua, retratando um tempo estático:

“Todos esses comerciantes compravam produtos como fumo, algodão, pele, maniçoba, resina de trapucá, milho, feijão, farinha e semente de birro (para fazer sabão). Até a década de 50 esses produtos eram transportados para São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Remanso e até para o Estado do Maranhão, em lombo e animais, utilizando-se da estrada que vinha de Teresina e passava pelo povoado, seguindo para a Bahia. Esses animais voltavam carregados dos produtos que aqui eram vendidos.”

Aqui, ao descrever como eram as coisas num certo passado, as autoras inseriram um marco temporal: até a década de 1950. Nos demais temas, que já listei na seção anterior, os dois modos de pensar o tempo – cronológico e estável – se interrelacionam no caderno. No entanto,

o final do caderno, logo antes das listas de homenageados, revela uma tendência a uma estabilização de um passado não datado, um passado estável.

No que implica uma história que *lista* mais do que narra, descreve ou explica? Como já notei, Ana Claudia Marques (2015), em suas pesquisas no sertão pernambucano, notou o papel de coletivização da memória desempenhado pelas listas de genealogias: tendo sido escritas, essas listas são lidas por um conjunto de pessoas que antes possuíam apenas parcialidades das memórias, possibilitando a constituição de uma comunidade imaginada. Com efeito, no caso do caderno de história da comunidade São Pedro, as listas dos tocadores e comerciantes, dos jogadores e das louceiras, das professoras e dos políticos, contribuem para a conformação da própria *comunidade São Pedro*. Uma história que lista, assim, produz a comunidade listada (que é também a comunidade das escritoras do caderno e dos leitores pretendidos). O próprio nome do caderno, *História da comunidade São Pedro* foi escolhido *a posteriori* da escrita do manuscrito. Se a comunidade, em certa medida, preexiste a narração de sua história, ela ganha contornos mais fixos com uma circunscrição a partir da história que ali se *lista* e se *conta*. A ‘Rua Velha’, afinal, só passou a se chamar São Pedro após a instauração do município de Coronel José Dias.

Em uma seção dedicada à memória e ao tempo no pensamento mítico na Grécia Antiga em *Mito e pensamento entre os gregos*, Jean-Pierre Vernant (1990) investiga a solidariedade entre a imagem da memória, as técnicas mnemônicas e a experiência temporal. Em um estudo detalhado, o autor percebe uma mudança no papel atribuído à memória por volta do século VII a. C., que corresponde a uma transformação concomitante da imagem de pessoa, das técnicas de rememoração e da experiência temporal. Com relação às transformações da memória, tem-se que num primeiro momento os mitos sobre Mnemosýne eram mitos cosmológicos, que davam conta de um passado antigo, um passado primordial; a memória era o olhar para o passado em busca de uma gênese. Posteriormente, no início da filosofia na Grécia Antiga, a memória passou a ser entendida no campo da escatologia, e com relação à experiência temporal, não buscavam reconstituir o tempo humano ou pessoal, nem exaltar o passado. Pelo contrário, a memória era “o instrumento de uma liberação em relação ao tempo” (Vernant, 1990, p. 160). O estudo dos mitos da memória e sua absorção pelo início da filosofia levam Vernant a concluir que “não há elo necessário entre o desenvolvimento da memória e os progressos da consciência do passado. A memória é anterior à consciência do passado e ao interesse pelo passado como tal.” (*Ibid.*, p. 164). Seu estudo instiga a pensar na solidariedade entre as práticas de rememoração, o contexto mental e os sentidos do tempo.



É quando analisa os mitos cosmológicos da memória que Vernant menciona uma forma de escrita que recorreu a algo que se assemelha às listas. Os Catálogos, “uma dessas intermináveis enumerações de nomes de homens, de regiões, de povos” (Vernant, 1990, p. 140), aparecem por exemplo na *Ilíada* e são muito frequentes nas obras de Homero e de Hesíodo. É que os Catálogos “constituem os arquivos de uma sociedade sem escrita” (*Ibid.*, p. 140), servem como instrumento de treinamento da memória. Acrescenta o autor que são “arquivos puramente lendários, que não correspondem nem às exigências administrativas, nem a um desejo de glorificação real, nem a uma preocupação histórica” (*Ibid.*, p. 140).

Voltando ao meu contexto de pesquisa, estamos, é evidente, muito distantes tanto da Grécia Antiga, quanto do tipo e da quantidade de material escrito analisado por Vernant. Início esta tese analisando materiais escritos; não estamos, portanto, diante de uma sociedade completamente de tradição oral. Porém, é possível indagar a que servem as listas nesse modo de escrever a história que vemos no caderno da comunidade São Pedro. Como essas listas se relacionam com uma certa noção de tempo? As listas, de um modo geral, aparecem no caderno como um modo de relacionar as pessoas e as práticas de um tempo passado. Um tempo que é descrito, ao menos parcialmente, como estático. Mesmo quando o caderno lança mão de datas, elas vão se acumulando para dar conta da gênese de uma comunidade – a ‘comunidade São Pedro’. Mais do que uma cronologia, as datas compõem conjuntos de tempos contrastantes, que dão lugar a uma história quente, no sentido de Lévi-Strauss (2010).

Escrito, o caderno tem a intenção de informar pesquisadores e estudantes com as suas listas de nomes e de fatos cronologicamente alinhados. E o caderno realiza esse objetivo a seu modo: como as histórias dos documentos oficiais analisados anteriormente, estamos diante de um modo de historicização que lista eventos do passado, sem conectá-los a contextos mais amplos, sem estabelecer relações de causalidade ou implicação entre um fato e o que o sucede.<sup>32</sup> Em alguma medida o tempo corre, existe uma cronologia. Por outro lado, há também estabilizações de um antes, de um passado. De todo modo, os eventos são *listados* e não contextualizados ou explicados. O caderno pouco narra. Ele lista tempos estáticos de forma serial.

---

<sup>32</sup> É típico do historicismo moderno explicar eventos a partir de sua disposição cronológica, numa linha progressiva, e pretender explicar o passado historicamente a partir do exercício de contextualização (Hirsch; Stewart, 2005). Esse não parecer ser, ao menos não completamente, o procedimento adotado pelas autoras do caderno do bairro São Pedro.

Como retomo adiante, há histórias sobre personagens importantes que são contadas oralmente, mas não são *listadas* no caderno. É o caso, por exemplo, das anedotas que me foram contadas por diversas pessoas em campo sobre o notório capitão Tomazinho, homem muito rico e influente, com grande capacidade de mobilizar homens em seu entorno. Essas histórias – como várias outras – não aparecem aqui, e tampouco aparece esse homem, um proprietário de fazenda de gado ‘no Piauí’, isso é, em uma região próxima ao rio Piauí. Relativamente distante da Várzea Grande, sua história não cabe nas listas que dão conta de situar as pessoas numa comunidade. Estamos diante, assim, de nomes e episódios que não cabem numa história *da comunidade São Pedro*. Nessa história *listada*, cujos contornos do que se lista resulta na conformação e narração da própria comunidade narrada, o modo de narrar e o seu conteúdo são solidários entre si. Quem conta *a* história da comunidade São Pedro, quem conta *na* história, e o *modo* de se contar essa história são aspectos articulados.

O caderno conta – ou melhor, *lista* – uma comunidade, a de São Pedro, discriminando quem integrou seu passado, e estabilizando esse passado coletivo, suas gentes e seus modos de vida. Num modo de contar história em que família ganha centralidade – como venho discutindo transversalmente ao longo do capítulo –, integra a comunidade aquele cujos pais ou avós também o fizeram.

A história do caderno não é uma história *de* Coronel José Dias. Ela pretende dar conta da totalidade da história *da comunidade São Pedro*, o coletivo que interessa às autoras do caderno. No entanto, há certa sobreposição entre os acontecimentos ocorridos na Várzea Grande/Coronel José Dias àqueles da comunidade São Pedro. A conformação ou a reiteração da comunidade através do caderno, portanto, também indica os coronelinos mais aptos a contar a história *de* Coronel José Dias, como argumento mais adiante.

#### **1.3.4 As margens da BR-020 às margens da *História da comunidade São Pedro***

Se a história da comunidade São Pedro e a história da Várzea Grande, em certa medida, se confundem, não se sobrepõem completamente. Alguns dos temas recorrentes nos documentos públicos municipais expostos na primeira parte deste capítulo aparecem no caderno da *História da comunidade São Pedro* como pertencentes à história dessa comunidade. É o caso da fundação por Vitorino Dias Paes Landim e de suas fazendas darem origem ao povoado da Várzea Grande. Outros temas se repetem: a ida de muitas pessoas à região atraídas pela extração de látex de maniçoba; a emancipação anulada de 1962 e os desentendimentos correlatos; a

emancipação de 1992. Sobre este último evento, o caderno enfatiza que a missa da cerimônia de posse do prefeito ocorreu na igreja de São Pedro. Ou seja, mesmo que na década de 1990 o centro da Várzea Grande – agora tornada Coronel José Dias – já estivesse distante da igreja São Pedro, as autoras do caderno optaram por enfatizar que foi nesta igreja que ocorreu essa missa de inauguração do mandato do primeiro prefeito do novo município.

O olhar ao caderno permitiu perceber a comunidade traçada pelas autoras do manuscrito. Quem escreve e quem figura nas suas páginas são aqueles que integram a comunidade São Pedro. Nos termos de Fernanda Figurelli (2011, 2015), ao estudar a *história* contada no caderno, foi possível compreender o ente que essa história cria.

Cabe, neste momento, indagar, ainda com Figurelli, pelo que fica nas margens dessa *história*, procurando entender o que é secundário ou ausente da história do caderno. Nas páginas da *História da comunidade São Pedro*, há referências à mudança de centralidade do povoado da Várzea Grande para as margens da rodovia em abertura, a BR-020, a partir do final da década de 1950. A partir do momento em que o povoado foi se centrando em torno da recém-aberta rodovia federal, as histórias da tornada ‘Rua Velha’ dissociam-se da história do que viria a ser Coronel José Dias.

Se ajustarmos o foco, saímos da história da comunidade São Pedro rumo à busca de outras histórias que podem se constituir como histórias *de* Coronel José Dias, embora não integrem as histórias municipais que se ensaiam nos documentos públicos analisados anteriormente.

Neste momento, convido a olharmos para essa história da mudança da centralidade do povoado da Várzea Grande a partir da monografia de conclusão de curso em arqueologia e preservação patrimonial de Rianne Maria Oliveira Paes (2011). Antes de tratar propriamente da mudança de localização do povoado Várzea Grande, vale acompanhar como esta arqueóloga iniciou sua apresentação da formação deste povoado. Ali ganham protagonismo duas famílias que ainda não apareceram com destaque em nenhuma das narrativas de história até aqui descritas: a família Coelho – família materna de Rianne Paes, como aprendemos em seus agradecimentos – e a família Roberto. Assim começa a seção “Várzea Grande: sua economia e memória”:

Uma das primeiras famílias a chegar à região foi a Família Coelho. No início do século XX, chegou a São Raimundo Nonato, provavelmente vindo de Pernambuco, Manoel Coelho Cavalcante (Neco) com sua esposa Ana e os filhos. Ele trabalhou, inicialmente, como escrivão na fazenda Serra dos Gringos, que pertencia ao industrial americano (segundo alguns informantes,

seria um inglês) Adolpho Hirchs. Relatos de médicos do Instituto Oswaldo Cruz, que passaram pela região em 1912 e visitaram a fazenda Serra dos Gringos, citam a presença de mais de 400 trabalhadores no que foi considerado, o maior empreendimento da região (PENA e NEIVA, 1916)<sup>33</sup>. Neco Coelho adquiriu posteriormente, outras propriedades, dentre elas a fazenda Jurubeba. (Paes, 2011, p. 29)

Após algumas considerações sobre esta fazenda, a autora trata da chegada de uma outra família pernambucana, os Roberto:

Na segunda fase da maniçoba anos 40 ainda houve grande migração de pessoas oriundas de Pernambuco, Bahia e outros lugares em busca de extrair e comercializar a borracha.

No ano de 1942, chegou à região a Família Roberto vinda de Tacaratu em Pernambuco em busca da extração da maniçoba. Aqui chegando o Manoel Roberto da Silva, apossa-se da Fazenda Gongo que tinha quatro léguas em quadra, servia para a exploração da maniçoba, onde o mesmo possuía um “barracão”, local que servia para venda e troca de produtos. No barracão existia um responsável que tratava pelo o nome de contador e cuidava da transação comercial entre extrativista e proprietário. Em 1946 possuía um comércio no Povoado Várzea Grande, onde fornecia produtos alimentícios para os trabalhadores da maniçoba.

A maniçoba adquirida pelo senhor Manoel Roberto era vendida em São João do Piauí. Em 1959 Manoel Roberto e seus filhos compram uma área de terra vizinha onde hoje é a BR-020 e transfere sua casa e comércio. Neste mesmo ano inicia-se a construção da BR-020. (Paes, 2011, p. 30)

O local onde Manoel Roberto abriu seu novo comércio era conhecido por Barragem. Segundo Rianne Paes (2011, p. 32), a barragem ali existente data dos anos 1960. Posteriormente, esse mesmo homem construiu a igreja de São José (ver Mapa 3, na Introdução). Descendentes desse homem estão entre aqueles que presentemente se engajam nos festejos de março, em homenagem a este santo.

Rianne Paes (2011) argumenta que o fim dos ciclos da maniçoba associado à demanda por mão de obra para a construção da BR-020 contribuiu para o deslocamento do adensamento populacional de Várzea Grande, ocorrendo assim uma mudança de centralidade. Em conversas com seu Paulo, ele me contou que a estrada foi feita em 1958, na época em que Juscelino Kubitschek foi presidente da República. De acordo com Expedito Rodrigues, entrevistado por Rianne Paes (2011, p. 33), as pessoas não se mudaram de uma vez para a Barragem:

Foi em 1960 quando já tinha movimento da estrada BR-020, que as pessoas começaram a transferirem seu comercio para a Barragem. O primeiro a construir seu comercio foi o Senhor José Cesário (Zé Preto) e como ele os outros comerciantes, o abrigo onde funcionava a feira livre onde eram vendidas carnes, frutas e verduras, onde não só as pessoas da comunidade

<sup>33</sup> PENA, Belisário; NEIVA, Artur. Viagem científica ao Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: 1916.

faziam compras como também de algumas fazendas vizinhas, como por exemplo, a Fazenda Alma, Fazenda Lagoinha e outras. (Paes, 2011, p. 33)

A mudança de centralidade do povoado não ocorreu sem disputas. De acordo com a pesquisa de Lorayne Dias de Carvalho Paes (2021), “a mudança não foi bem aceita, a ponto do mercado recém-construído no centro não ser frequentado pelos moradores da Várzea Grande, os comerciantes mudaram para o centro, mas nem todos foram para o Mercado” (Paes, 2021, p. 15). A rejeição pelo mercado foi tanta que ele acabou abandonado.

A mudança para as margens da rodovia BR-020 implicou também na mudança das festividades de São Pedro para lá. De acordo com Lorayne Paes (2021, p. 18), houve ressentimento com “o deslocamento das barracas e festa do padroeiro, transferidas para o novo centro em meados de 1962 a 1964”. Após idas e vindas, os festejos de São Pedro são atualmente celebrados no bairro e na igreja homônimos. O ressentimento com a mudança de centralidade da Várzea Grande para onde atualmente é o centro de Coronel José Dias pode também

[...] ser visto nas relações sociais, em fatores como território e disputa de títulos esportivos. Um evento que elucidava a centralidade dessas tensões sociais em torno do bairro de São Pedro em Coronel José Dias, são os campeonatos municipais de futebol que contam com times de vários bairros, porém os jogos mais esperados são do Bairro São Pedro e Vila São José, que representa os torcedores do centro.

A disputa é tão acirrada que durante muito tempo um ou outro time era o vencedor do campeonato. O acirramento das disputas dos jogos entre São Pedro e Vila São José, podem ser fatores do resultado das diversas situações que envolvem a história do bairro São Pedro e o Centro (Barragem), representado pela Vila São José, ou Vila Garrancho como apelidada por algumas pessoas. Os times são uniformizados e escalados tradicionalmente por integrantes dos seus lugares. É um insulto um bom jogador de qualquer dos dois times não jogar nos times de seus respectivos bairros. Tal fato de mudança de time já aconteceu, e é um fator que causa mal estar na comunidade e até entre famílias. (Paes, 2021, p. 19)

Nas páginas dos trabalhos de conclusão de curso de Rianne Paes (2011) e de Lorayne Paes (2021), assim, aprendemos um pouco sobre os eventos que estão de fora do caderno *História da comunidade São Pedro*, assim como reiteramos o conhecimento já adquirido sobre a comunidade São Pedro. Quando a história de Coronel José Dias/Várzea Grande deixa de ser a história da “comunidade São Pedro”, o caderno de histórias centrado numa localidade específica deixa de nos fazer ver o que ocorre em outra parte, às margens da BR-020. O que ocorre ali está nas margens da história da comunidade contada e conformada pelo caderno.

A monografia de Rianne Paes (2011), ainda, desloca nosso olhar para outras duas famílias que até então não tinham aparecido nem nos escritos dos documentos oficiais, nem no caderno: os Coelho e os Roberto. Manoel Roberto e um de seus filhos tiveram comércios na

Várzea Grande quando esta era localizada no atual bairro São Pedro. Gilberto Roberto, filho de Manoel, é mencionado no Cadernos da *História da comunidade São Pedro* como um “tocador”; ele tocava acordeom. Contudo, nem o comércio de Manoel Roberto, nem o salão de festas de seu filho sanfoneiro estão incluídos na história do bairro São Pedro. “*Acho que deixamos ele de fora...*”, exclamou uma das autoras do caderno, quando me contou sobre as matinês neste salão. Esta ausência, no entanto, não ensejou esforços para remendar o caderno, diferindo do caso da ausência da primeira catequista, que também fora esquecida. Ele “*era pernambucano...*”, exclamou outra autora do caderno. Estamos aqui diante de uma economia de quem conta ou não para a feitura da comunidade São Pedro e de seu passado.

Adiante, me debruço sobre o tema de quem conta *na* história, mas também sobre quem conta *a* história. Argumento que quem serve para contar a história *de* Coronel José Dias são aqueles ‘filhos’ do lugar, aqueles que podem traçar origens familiares no São Pedro, mesmo que vivam atualmente no centro.

#### ***1.4 Quem conta a história? História de onde?***

Ser ‘pernambucano’ é um atributo que pode se estender aos descendentes daqueles que vieram do estado de Pernambuco. Uma pessoa pode ser da segunda geração nascida piauiense e, ainda assim, ser taxada de ‘pernambucana’ numa briga entre vizinhos. Quem é coronelino mesmo e quem é ‘pernambucano’ ou ‘forasteiro’? Quem pode contar a história de Coronel José Dias? Essas são, como se pode imaginar, questões em debate.

Numa casa não muito longe da igreja de São José, no centro de Coronel José Dias, eu conversava com o seu Paulo, que se considera dali. Seu pai teve um comércio na Várzea Grande, sua família “*era tudo aqui, aqui era difícil se casar com um de fora.*” Por parte de mãe, ele é Dias, seus filhos não receberam o sobrenome de seu pai; são, portanto, também Dias. Ele descende de Vitorino, o fundador, e sua bisavó chegou inclusive a conhecer a primeira casa da Várzea Grande (que ficava no atual bairro São Pedro). Já seu pai veio de um lugar hoje pertencente ao município de Dirceu Arcoverde e que na época também integrava São Raimundo Nonato.

Seu Paulo me foi apontado como alguém que sabe contar a história da cidade e das famílias. E ele próprio parece se considerar alguém autorizado a contar a história *de* Coronel José Dias. Em mais de uma de nossas conversas, ele fez questão de comentar que seu Antônio, um homem da família Roberto, era também velho, mas não sabia contar a história dali, pois

chegou na região nos anos 1940, já rapaz. Segundo ele, tampouco saberia contar a história dona Mariazinha, então a senhora mais idosa do bairro São Pedro. Por sua idade, ela era muito procurada por estudantes, pesquisadores ou outras pessoas interessadas na história da Várzea Grande/Coronel José Dias. Contudo, ela chegou ali adulta. Segundo Paulo, só ele e outra senhora, centenária, saberiam contar a história. Os demais, ou ficaram muito tempo fora, ou são demasiadamente jovens, ou não sabem contar.

No início dos anos 2000, a Cáritas Brasileira realizou um projeto de convivência com o semiárido em Coronel José Dias. No início do projeto, os agentes da Cáritas pediram para alguém contar a história do lugar. Conforme me contou seu Paulo, seu Antônio levantou a mão. Ato contínuo, o próprio Paulo se levantou e disse que Antônio não era de lá, não sabia contar. Uma senhora, moradora do bairro São Pedro, então, se voluntariou. Seu Paulo concordou que ela contasse, porque ela era dali. Assim, vemos que quem pode contar a história são as pessoas consideradas dali.

O que é ser dali? O que faz alguém ser considerado do lugar? E, ainda, que lugar é este? As respostas a essas perguntas não são unívocas.

Uma das primeiras pessoas com quem conversei em Coronel José Dias foi Raquel, uma mulher na casa dos sessenta anos. Ela mora em uma localidade rural nas imediações do centro da cidade, e seus parentes mais próximos (mãe e irmãos) vivem no bairro Boa Vista, subindo a BR-020 em direção a São João do Piauí, por cerca de um quilômetro. Minhas primeiras conversas com ela foi para que escutasse o que ela tinha a dizer sobre ter ‘sangue de índio’. Posteriormente, ela me levou a conhecer sua mãe Adaulta e sua irmã Marly. Pelo meu interesse no tema das elaborações em torno das ascendências indígenas, conversei seguidas vezes com essas mulheres. Suas histórias aparecem novamente no Capítulo 4. Essa família viveu em uma localidade que atualmente está dentro dos limites do Parque Nacional Serra da Capivara, na porção que integra hoje em dia o município de João Costa. E o finado João Salvador, esposo de Adaulta, chegou ali vindo de uma região que fica atualmente no município de Dom Inocêncio. Quando comentei com outras pessoas em Coronel José Dias que eu conversava com essa família, obtive várias reações de espanto e afirmações de que aquela família, ‘os Salvador’, não eram dali e, conseqüentemente, não saberiam contar a história do lugar. “*João Salvador era lá do Gongo [que] é município de João Costa, hoje é João Costa. Eles já vieram de lá já...*”, seu Paulo estala os dedos sinalizando que faz tempo. Mesmo há décadas vivendo no que hoje é o município de Coronel José Dias, seu Paulo não considera que ‘os Salvador’ sejam dali; não estão, portanto, aptos a contar a história de Coronel José Dias, ou sequer inscrever suas histórias

nas histórias de Coronel José Dias. Juízo semelhante tem dona Neide, a professora aposentada em cuja casa encontramos o caderno de histórias do bairro São Pedro: ‘os Salvador’ não são dali, João veio de Dom Inocêncio.

Eu estava na casa de outro interlocutor, seu Cícero e dona Zelina quando comentei que conversava com Adaulta, Raquel e Marly. Seu Cícero então me perguntou se a conversa delas “prestava”. Uma cunhada desse casal, uma senhora da família Roberto, me disse igualmente que Adaulta e seus filhos “*não são daqui*” e “*que esse pessoal não sabe de nada pra contar, não*”. Sua filha contemporizou: “*ela sabe as histórias que o pai dela contava...*”, ao que a mãe insistiu que eles não sabiam contar, só ela própria saberia contar.

‘Os Salvador’, além de ‘não serem dali, são de uma das famílias que ‘ajudam’, para recorrer a um termo usado por outra pessoa para se referir às pessoas que prestam serviços domésticos para outras famílias. Adaulta ela própria foi criada pelos pais de seu Cícero, uma vez que seus pais não tinham condição de criá-la. E ao menos por um tempo a família de Adaulta morou na propriedade do pai de seu Cícero. Também Raquel foi morar com seus padrinhos a partir dos quinze anos de idade. Após quase uma década vivendo e trabalhando para eles, Raquel retornou, se casou, teve diversos filhos, sobre os quais me contou. Sua trajetória de vida, assim, inclui morar em casa alheia, trabalhar para os outros lavando roupas. A história de sua mãe, também. Não é apenas porque não são dali – e sim ‘de João Costa’ – que esse pessoal é tido como quem “*não sabe de nada pra contar, não*”.

Foi dona Antônia, uma pernambucana, quem me disse que essa família não saberia contar nenhuma história. Ao contrário das mulheres que conheci no bairro São Pedro, no entanto, dona Antônia não me foi indicada para contar a história de Coronel José Dias, mas para falar sobre a história de sua própria família que, vinda de Tacaratu, Pernambuco, nos anos 1940, tinha ascendência indígena. Nas nossas conversas, essa senhora gostava de me contar de sua avó, de suas reminiscências do pouco mais de uma década que viveu em Pernambuco, de sua família, de seu conhecimento sobre rezas, do tempo em que a arqueóloga Niède Guidon se hospedou na pensão de seu esposo. Em suma, parte de suas histórias sequer se referia a Coronel José Dias, mas a Pernambuco. E a outra parte apenas frouxamente se referia a uma história *de* Coronel José Dias.

Como notei, para seu Paulo, um dos irmãos de Antônia não era apto a contar a história de Coronel José Dias porque chegou ali já rapaz. Não era dali. Dona Antônia, por sua vez, julga que outras mulheres não sabem contar nada. Sequer suas histórias familiares cabem nas histórias dignas da pesquisadora ouvir. Apesar de ‘forasteira’, ‘pernambucana’, dona Antônia



se casou com um homem dali. Seu finado esposo, Diogo, como me contaram, inclusive era da descendência da família do Coronel José Dias: um de seus avôs era tio do José Dias. É possível, assim, que via casamento, Antônia tenha um lugar como alguém dali. O nome do finado Diogo consta no caderno de histórias da comunidade São Pedro: ali ele teve uma pensão, que posteriormente transferiu para o local onde vivia dona Antônia quando conversei com ela, nas margens da BR-020. A família de Diogo, isso é, de seus pais, não era propriamente rica, pois ali ninguém era, mas “*eles tinham as coisas*”, como outra pessoa me explicou. Dona Antônia, assim, não se casou numa família ‘que ajudava outras famílias’; ou seja, ela não morava junto de outra família, não ‘lavava os panos’ para outra família. Pelo contrário, ela era ajudada – e assim, ajudava outras mulheres que a ajudavam. Talvez por esse motivo as histórias de Antônia, em sua avaliação, fossem mais relevantes que as da família de Adaulta.

Outro ponto, que aprofundo no Capítulo 4, é que essa família, ‘os Salvador’, – que me contou ter ‘sangue de índio’ – é racializada como ‘morena’ ou ‘preta’, como me disse um senhor, usando esse segundo termo (“*eles são pretos*”), muito mais pejorativo do que o primeiro quando na boca dos mais velhos. A maior parte das pessoas com quem conversei na sede de Coronel José Dias sobre o tema das ascendências indígenas apontaram que ali todo mundo é ‘misturado’.<sup>34</sup>

Embora dona Neide e seu Paulo sejam mais criteriosos em circunscrever quem é dali, e, portanto, está autorizado a contar a história de Coronel José Dias, vemos que algumas histórias em Coronel José Dias parecem ser mais legítimas do que outras, alguns narradores podem ser mais dali do que outros. Se critérios raciais ou de estrato social estão em jogo na validação dos contadores adequados, essas diferenciações são atravessadas pela oposição entre ‘filhos’ do lugar e ‘forasteiros’. E há indícios de que essa oposição seja antiga.

Em seu livro baseado nas pesquisas feitas nas comunidades Barreiro Grande, Barreirinho, Rua Velha (atual Bairro São Pedro) e Zabelê, Emília Pietrafesa de Godoi notou que as pessoas que ali viviam se pensavam, como “uma família do tronco véio do Vitorino, uma *nação de gente* que tem no mais fundo da memória genealógica um ancestral comum: o

---

<sup>34</sup> Como aprofundo no Capítulo 4, se na sede a maioria das pessoas se veem como ‘misturadas’, isso ocorre em contraposição às ‘famílias’ os grandes fazendeiros que só ‘casavam na família’, expressão de forte conotação racial, que indica um fechamento das relações de afinidade entre pessoas brancas. A mistura da maior parte das pessoas da sede não deixa também de ser um marcador de branquitude – ainda que não tão alva quanto ‘as famílias’ – que se contrapõe a certas localidades rurais do ‘segundo distrito’, como a Salininha, que entendem ser habitada por ‘morenos’ (como dizem os mais velhos) ou negros (como dizem as pessoas mais acostumadas aos termos raciais mais nacionalizados).

bisavô Vitorino” (Godoi, 1999, p. 52). Nas palavras de seu Paulo para mim, essa família de descendentes do Vitorino é “*da gema aqui dos Dias*”. E conforme os interlocutores de Emília Pietrafesa de Godoi lhe contaram, eles não queriam que outros entrassem na família. Foi no “tempo da maniçoba”, contaram-lhe, que os de fora começaram a entrar na família: “é neste tempo que registramos uma entrada considerável de *gente de fora* e, paralelamente, uma expansão do campo genealógico, mediante alianças matrimoniais” (Godoi, 1999, p. 117) e rituais de compadrio (de batismo e de fogueira). Esta antropóloga ainda notou que

a entrada de *gente de fora* [...] é justificada pela adesão ao *sistema do lugar*. O *sistema do lugar* implica na solidariedade, no respeito à honra e à hierarquia [...] mas também refere-se a um conjunto de direitos combinados sobre a terra e demais recursos naturais. (Godoi, 1998, p. 110–111)

A chegada de forasteiros, atraídos pela onda de extração de látex de maniçoba foi marcada por muita violência e desentendimentos entre os “da família” e os recém-chegados. Nem todos os de fora entraram na grande família descendente de Vitorino. Esse “tempo da maniçoba” é hoje distante, mas as histórias de violência daqueles tempos são ainda contadas por alguns. Seu Paulo, por exemplo, assim me contou:

“Aqui, na época de [19]40, de 32 a 40, aqui era o minério de maniçoba. Aí vinha esse povo do Pernambuco para cá, da Bahia. Ficou muitos aqui. Aí era um minério mesmo. Morreu muita gente, mataram muita gente. O povo daqui mataram muito. Que era uma família só e eles [de fora] chegavam aqui e danava beber cachaça e provocar. Ô! Dizia minha bisavó que naquele cemitério velho ali [...], ela contava que ainda chegou a ver muito enterrar três numa cova só. Eles diziam: “- Vamos abrir uma cova e botar esses três aqui para não estragar a terra”. Matava. Aqui era lugar horrível, lugar daqueles tempos de quem mandava e quem era valente. Família mesmo. Gente de fora aqui, não... É poucos, assim. Pernambucano aqui, do tempo da maniçoba, só ficou parece que veio Antonhão, o veio Baiano, só ficaram eles dois, que eram moles. Os duros mataram tudinho. Diziam elas que todo sábado, domingo era dois, três que eles matavam”. (Paulo – entrevista gravada)

A violência desses tempos da maniçoba ficou também registrada nos jornais da época. Nas páginas d’*A Imprensa*, de Teresina, o sanraimundense Severino R. De Carvalho descreveu, em 1926, sua cidade natal. E assim trata da gente de fora, vinda para extrair maniçoba:

O povo raimundense é tido fora de sua terra, como um elemento mau, sanguinário, cangaceiro e mais alguma coisa: é isso uma inverdade. É valente, muito trabalhador não trepida da luta, gosta de boa justiça: o que acontece é que, pelo trabalho da borracha, vem gente de toda espécie do sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará, elemento perigosos e aí chegando vão tratando de cometer assassinatos, roubos e outros crimes, dando lugar a revanche do sertanejo raimundense o qual, no fim das contas, é quem leva toda a culpa do

acontecido.<sup>35</sup> (Carvalho, 1926, p. 1)

O texto de opinião em defesa da “Cultura da maniçoba e A defesa da borracha” assinado por J.J. Fonseca em 1912 no *Diário do Piauí*, permite perceber a avaliação que Severino de Carvalho rebate: a de que os trabalhadores da borracha em São Raimundo Nonato reuniam o que havia de pior:

Mas em S. Raimundo Nonato, sul do estado, com especialidade, o povo que se reúne para proceder a colheita da borracha é escória do que há de pior: - assassinos, desordeiros, enfim o caboclo extremamente ignorante, que apenas trabalha para satisfazer as suas pouquíssimas necessidades.<sup>36</sup> (Fonseca, 1912, p. 1)

E o autor segue tratando das “desumanidades” cometidas pelos donos de barracão.

Como vemos na opinião de 1926 de Severino de Carvalho, são os forasteiros, “gente de toda espécie do sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará”, que trazem a violência. No contexto da Várzea Grande, são esses ‘duros’ que foram todos mortos. Os ‘moles’ instalaram-se com suas famílias em zonas rurais da região ou entraram ‘na família’ dos descendentes de Vitorino. Ainda de acordo com o trabalho de Emília Godoi, é possível perceber que os casamentos com as pessoas ‘de fora’ eram mediados por uma clivagem racial, como é possível ver na seguinte citação de um(a) interlocutor desta antropóloga:

E a vizinha que é a vó de nós tudo, dizia assim, quando aparecia um que queria entrar na família: Minhas filhas, tem o pé pequeno? Tem o cabelo duro? Se tiver o cabelo duro não entra no céu. Porque nossa vizinha era alva... Diz que espetada Deus Nosso Senhor e não queria que as netas casassem com gente de fora de jeito nenhum e foi entrando, entrando. (T., 73 anos, Zabelê) (Godoi, 1999, p. 117).

Há ainda outros pernambucanos em Coronel José Dias: os Coelho e os Roberto, como vimos na monografia de Rianne Paes (2011), por exemplo. No caso desses que chegaram mais recentemente, muitos se casaram com gente dali, como já contei. Mas é sempre possível que, aqui e ali, a pecha de ‘pernambucano’ seja evocada. Sempre se pode ser menos dali, menos adequado a contar histórias que podem ser convertidas em histórias *de* Coronel José Dias.

---

<sup>35</sup> Na ortografia original publicada na época: “O povo raymundense é tido fora de sua terra, como um elemento mau, sanguinario, cangaceiro e mais alguma coisa: é isso uma inverdade. É valente, muito trabalhador não trepida da lueta, gosta de boa justiça: o que acontece é que, pelo trabalho da borracha, vem gente de toda especie do sertão da Bahia, Pernambuco e Ceará, elemento perigosos e ahi chegando vão tradando de commeter assassinatos, roubos e outros crimes, dando lugar a revanche do sertanejo raymundense o qual, no fim das contas, é quem leva toda a culpa do acontecido.”

<sup>36</sup> Na ortografia original da época: “Mas em S. Raimundo Nonato, sul do estado, com especialidade, o povo que se reúne para proceder a colheita da borracha é escoria do que ha de peior: - assassinos, desordeiros, enfim o caboclo extremamente ignorante, que apenas trabalha para satisfazer as suas pouquissimas necessidades.”

Além desses ‘forasteiros’ ou ‘pernambucanos’, ou de seus descendentes tidos como menos apropriados para contar uma história *de* Coronel José Dias, há ainda quem não dispute os sentidos dessa história, como as famílias descendentes dos grandes fazendeiros da região. De algum modo, não são também *dali*, não eram da Várzea Grande.

Em seu livro *O trabalho da memória*, Emília Godoi registra que as pessoas com quem estudou na Rua Velha e nas comunidades rurais Barreiro Grande, Barreirinho e Zabelê se entendiam como uma mesma “nação de gente”, ao passo que “era muito comum, por exemplo, eles se referirem à fazenda Lagoinha como sendo uma outra nação de gente – a do Modesto Costa” (Godoi, 1999, p. 100–101). Não ouvi o termo “nação de gente” ao longo da minha pesquisa de campo, mas me parece que de algum modo, a questão segue sendo se “*a gema aqui dos Dias*” (como disse seu Paulo) é a única apta a (ou mesmo a única interessada em) contar a história de Coronel José Dias ou se os sentidos de ser *daqui* se ampliaram.

Como me disse um senhor, criado em outra parte do então grande município de São Raimundo Nonato: ninguém é *daqui* mesmo. Conversando comigo em um lugar próximo à BR-020, ele explicava que aquela região específica só passou a ser habitada nos anos 1960. E que Coronel José Dias propriamente dito só existe como um município desde 1992. Saber quem pode contar a história *de* Coronel José Dias, assim, depende do que se entende por *Coronel José Dias*.

O atual centro de Coronel José Dias pode ser referido por ‘rua’, mas também por ‘Coronel José Dias’ ou simplesmente ‘Coronel’. Estando no ‘interior’ do município (isso é, na zona rural), as pessoas falam que vão ‘a Coronel’ para se referir a uma ida ao centro urbano. Assim, o que aquele senhor me explicava era que o centro de Coronel José Dias só passou a existir após os anos 1960 e, assim, ninguém era propriamente *dali*, pois todos se instalaram posteriormente *ali*. Uma vez que o referente *Coronel José Dias* se desloca, os pertencimentos a este lugar se modificam. Nesse entendimento, todos são, em alguma medida, forasteiros. E, seguindo essa lógica, todos estariam igualmente aptos a contar histórias que sejam histórias *de* Coronel José Dias. Exceto, é claro, quem não se interessa por tal empreitada. Contudo, como descrevi acima, a opinião deste meu último interlocutor não é compartilhada por outras pessoas, como as autoras do caderno de histórias ou por seu Paulo.

Os sentidos de pertencimento total ou parcial associados à oposição entre ‘filhos’ do lugar e ‘forasteiros’ podem mudar, a depender do que se desenha como esse lugar. De toda maneira, ser ‘filho’ do lugar – e, portanto, ser filho de gente que também era ‘filho’ dali – é um critério de legitimação do narrador da história. Para contar a história de Coronel José Dias é

preciso ser filho dali, coronelino ‘da gema’ – mesmo que coronelino seja um gentílico com apenas três décadas de existência. Ou seja: os narradores autorizados são aqueles que preexistem à própria criação do município de Coronel José Dias.

#### 1.4.1 Os fazendeiros do “Piauí”

Ao longo da minha pesquisa de campo, eu queria entender se na época do povoado Várzea Grande, as pessoas que viviam nas fazendas e comunidades rurais do que hoje é chamado de ‘primeiro distrito’ frequentavam o povoado. Novamente foi em uma conversa com seu Paulo que isso se tornou mais claro. Ele me contou então que seu pai comprava criação (caprinos e ovinos) e gado (bovino), “*ia buscar as boiadas tudo aí pra baixo*”, para “*o Piauí*”, como a região era conhecida, por ser próxima ao rio Piauí. “*O criatório era tudo no interior*”, me contou. Ou seja, essa região era constituída por fazendas. Perguntei quais eram as famílias de lá: “*os ricos mesmos eram os Oliveiras e os Assis*”, me respondeu seu Paulo. “*Eles ficavam aqui, mas os negócios deles era tudo em São Raimundo*”; não ficavam exatamente no povoado, mas em suas fazendas.<sup>37</sup>

Conversando com seu Raul, um Oliveira “*almista*”<sup>38</sup>, que vive atualmente no centro da cidade de Coronel José Dias, ele explicou que “*os maiores comerciantes de São Raimundo Nonato são todos filhos daqui; na época não tinha comércio por aqui, daí botaram comércio em São Raimundo Nonato*”. Por isso, “*os Oliveiras aqui dentro são pouquinho*”, mas não na região como um todo. Ou seja, na Várzea Grande não tinha ninguém rico, só “*pessoas que tinha as coisas*”, nas palavras de outra pessoa.<sup>39</sup> Para seu Raul, os fazendeiros que mantinham comércio em São Raimundo Nonato e ali viviam eram “*filhos daqui*”. Suas fazendas ocupavam regiões que atualmente pertencem ao município de Coronel José Dias. Esses mesmos fazendeiros, no entanto, não frequentavam a Várzea Grande, não viviam ou comercializavam ali. Assim, ser “*filho daqui*”, nas palavras de seu Raul, projeta no passado o presente

---

<sup>37</sup> Embora seja importante notar que alguns fazendeiros de renome (já com mais nome do que cabeças de gado), na metade do século XX, puseram filhos para estudar na Várzea Grande, vivendo com padrinhos e amigos.

<sup>38</sup> Há mais de uma família Oliveira ou de Oliveira em Coronel José Dias, e este senhor me explicou que ele é um “almista”, isso é, alguém que descende dos Oliveira da fazenda Almas, próxima ao rio Piauí. É, portanto, dos Oliveira dos grandes fazendeiros.

<sup>39</sup> Mas, explicou, seu Paulo “inclusive aqui tinha um comerciante rico que era o Zé Preto [José Cesário de Oliveira] e esse foi vice-prefeito três vezes de São Raimundo”. E o filho desse comerciante, como já contei, foi eleito o primeiro prefeito (dos anos 1990) de Coronel José Dias.

pertencimento territorial a Coronel José Dias. Apesar de serem filhos dali, isso é, de Coronel José Dias, não parecem que seus descendentes estejam interessados em disputar os sentidos da nascente história municipal.

Dentre os grandes fazendeiros ‘do Piauí’ estava o capitão Tomazinho, Tomaz Gonçalves de Assis, proprietário da Fazenda Água Verde.<sup>40</sup> Algumas histórias envolvendo seu nome estão na memória de muitas pessoas com quem conversei. Seu nome consta no caderno da *História da comunidade São Pedro* apenas na seguinte passagem: “Em 1965 chegou ao povoado a primeira professora formada, Auristé Francelina de Oliveira que começou a lecionar na Unidade Escolar Tomás Gonçalves – nome dado em homenagem ao Sr. Tomazinho, grande líder político das margens do Rio Piauí.” Segundo um de seus netos, o capitão Tomazinho não era dali, mas se estabeleceu na fazenda Água Verde, e “*todo ano ele ferrava mil bezerros, com mil vacas*”. Era também um “*chefe político*”. Mesmo nunca tendo ocupado cargos eletivos, era aliado dos Macêdo. O capitão Tomazinho, contou-me seu neto,

*“era um chefe muito forte. Ele fazia, como dizem os crentes, ele tinha um rebanho, no tempo de votar, iam tudo de cavalo e a maior parte do povo não tinha nenhuma roupa pra ir votar, só tinha aquele trapinho de ficar ali. [...Dai] ele arrumava. Naquele tempo comprava os tecidos naquelas lojas, aí tinha as costureiras e ele comprava as roupas, dava e se precisasse de um calçado ele dava, dava o animal ali com a sela e tudo.”* (entrevista gravada)

Além de levar as pessoas para votar, dando-lhes roupa e montaria, alimentava-os. Era quem resolvia os problemas na região. Várias pessoas com quem conversei ‘não alcançaram’ esses tempos, mas contam sobre o prestígio do capitão Tomazinho: falam de sua capacidade de levar muitos homens para votar, vestidos e alimentados. Também se lembram de uma história em particular, sobre uma vez em que Tomazinho adoeceu e foi transportado deitado numa rede, por uma tropa de homens que, caminhando, se revezavam para o carregar até Remanso, Bahia, de onde pegou um barco a vapor que seguia para Salvador pelo rio São Francisco. Um homem lembrado até hoje por seu prestígio e por sua capacidade de mobilizar pessoas em torno de si – para votar ou para carregá-lo doente numa rede –, não consta nas histórias escritas de Coronel José Dias. É que a história do município é contada a partir de sua sede – a partir do centro ou do bairro São Pedro – e não a partir das fazendas, povoados e localidades rurais do ‘interior’. Prestigiosos, os fazendeiros ‘do Piauí’ do passado aparecem em diversos episódios contados

---

<sup>40</sup> De acordo com Ribeiro *et al.*, “localizada no município de Coronel José Dias - PI, a Fazenda Água Verde tem um contexto histórico que remete ao processo de colonização do Piauí. Abarca a implantação dos primeiros currais. Passa pelo período Jesuíta e chega à guerra de conquista contra os índios. Ao longo de sua existência, pertenceu a muitos proprietários dentre os quais se destaca o capitão Thomaz Gonçalves de Assis, vulgo Capitão Tomazinho” (Ribeiro *et al.*, 2014, p. 249).

em campo. No entanto, não eram *da* Várzea Grande, não integram o passado *de* Coronel José Dias. Apesar de ter ocorrido um alargamento do senso de pertencimento a Coronel José Dias descolado da antiga localidade do povoado Várzea Grande – o atual bairro São Pedro –, a história de Coronel José Dias segue, em grande medida, sendo tida como a história da Várzea Grande, ou seja, a história contada e protagonizada pelos ‘filhos’ da Várzea Grande, da comunidade São Pedro.

### ***1.5 Considerações finais***

Este capítulo se debruçou sobre histórias de Coronel José Dias e da comunidade São Pedro. A discussão central do capítulo objetivou entender os modos pelos quais as histórias traçam pertencas e exclusões – de pessoas, famílias e locais – das histórias municipais ou da história de uma comunidade/bairro em especial.

Em primeiro lugar, apresentei o conteúdo da história municipal em formação. Ao comparar as seções de história de documentos oficiais, pude mostrar que alguns temas são recorrentes, enquanto outros podem ser adicionais, suprimidos, modificados a cada nova versão. Aproveita-se o corpo central do texto, modificando-o; isso indica as disputas e dissensos em torno de quem conta na história *de* Coronel José Dias. O olhar para as histórias de Coronel José Dias contadas nos documentos oficiais, bem como para o caderno de *História da comunidade São Pedro*, mostra que a cada narração, é possível haver adições ou supressões de personagens, lugares, igrejas, festejos. As histórias, assim, contam sobre uma comunidade, na medida em que também a produzem. E numa história *municipal*, traça-se quem são os *coronelinos* e os limites das histórias que contam.

Desse modo, um objetivo transversal do capítulo foi perseguir as contendas sobre quem é tido como alguém que conta na história *de* Coronel José Dias e, assim, como alguém apto a contar a história *do* município. Fornecer uma resposta definitiva escapa ao meu objetivo, inclusive porque o delineamento de uma história municipal segue ocorrendo – assim como segue em disputa o que é Coronel José Dias e quem é suficientemente ‘filho’ do lugar para contar a história do lugar. Pretendi, assim, descrever os termos das disputas. A diferença entre ser ‘filho’ da terra ou ‘forasteiro’, como apresentei, é central na determinação de quem pode contar. Ser ‘filho’ dali depende do que se considera como sendo *ali*. Coronel José Dias é o filho direto da Várzea Grande? A Várzea Grande, por sua vez, corresponde ao que atualmente é o bairro São Pedro? Esses sentidos podem ser continuamente disputados. De toda maneira, “a

história completa / Começa mesmo é no berço”, como ensina a professora Filomena em seu cordel.

Por fim, também estudei o modo como o tempo é mobilizado no caderno da *História da comunidade São Pedro*, argumentando que ali a história é *listada* a partir de uma sucessão de tempos estáticos que levam de um ponto a outro. O caderno com a história da comunidade São Pedro *lista* as pessoas que compuseram a comunidade e diferentes momentos, em diferentes passados. Indicando quem pertencia a essa comunidade, de forma estática, a narrativa fixa uma lista de nomes daqueles cujos descendentes podem conhecer a história “desde o berço”. Além de registrar quem integrou a história da comunidade São Pedro, o caderno, performativamente, faz as narradoras/autoras e a própria comunidade.

Estudar a história mais circunscrita da comunidade São Pedro permitiu perceber a sobreposição parcial desta história com as histórias municipais. Notar os intervalos e as diferenças entre uma história do São Pedro e histórias de Coronel José Dias, por sua vez, dá a ver os diferentes entes criados a partir de cada um desses enquadres (cf. Figurelli, 2011, 2015).

Se tratei neste capítulo da história de Coronel José Dias, o Capítulo 2 indaga: como se criou o município de Coronel José Dias? Ali, trato das disputas entre os dois lados da ‘política’ nas articulações para ‘emancipar’ ou ‘desmembrar’ Coronel José Dias de São Raimundo Nonato. Explicito ainda um enorme silenciamento, que as narrativas aqui estudadas neste primeiro capítulo sequer deixam entrever: o segundo distrito de Coronel José Dias e sua integração aos limites do novo município.



## CAPÍTULO 2. COMO SE CRIA UM MUNICÍPIO?

### 2.1 Introdução

Nas histórias *de* Coronel José Dias e da comunidade São Pedro apresentadas no primeiro capítulo, vimos que a reversão do desmembramento do município de Coronel José Dias nos anos 1960 é explicada como decorrente de disputas políticas. Relembremos como Sancho Roberto Dias explicou essa situação em seu discurso, copiado no caderno *História da comunidade São Pedro*:

Nessa época Batista Dias havia disputado com Gaspar Ferreira a Prefeitura de São Raimundo Nonato e com a derrota lá, assumiu o mandato aqui. Esse ato foi desaprovado por seus adversários que iniciaram “campanha” pela cassação de Batista Dias por considerarem a emancipação irregular, visto que não houve plebiscito. O principal responsável pela “queda do município” foi o então deputado Edson Ferreira, irmão de Gaspar Ferreira. (*História da comunidade São Pedro*, p. 4)

Pouco apreendemos, nas histórias lidas, sobre o processo de emancipação do município que data de 1992. Este capítulo busca reconstituir o que aprendi sobre esse processo a partir da pesquisa de arquivo nas caixas do Poder Legislativo no Arquivo Público do Estado do Piauí e no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Componho e contrasto esta recomposição feita através dos documentos aos modos que me falaram as pessoas em campo sobre o tema.

Se o primeiro capítulo indagou como se compõe uma história municipal e quem é apto a contá-la, neste capítulo busco investigar como se cria um município. Para além das consultas a arquivos públicos em Teresina, realizei a pesquisa de campo quase exclusivamente no município de Coronel José Dias. A realização da pesquisa de campo em Coronel José Dias explícita, assim, alguns limites: para saber como se cria um município, talvez convenha olhar para processos políticos que ultrapassam os limites territoriais do novo município. Ou seja, um novo município não se cria apenas entre aqueles que vivem ali. A pesquisa em arquivos em Teresina e online, desse modo, foi central para poder entender alguns aspectos que não pude aprender nas histórias escritas, nem nas conversas em campo.

Além de buscar entender como se conforma um novo município via emancipação, este capítulo tem outra motivação. Nos primeiros meses de pesquisa, quando eu entendi que não seria possível estudar exclusivamente o tema da indianidade, passei a explicar que queria entender “as histórias das famílias e lugares em Coronel José Dias”. Diante da megalomania da

minha intenção, várias pessoas me explicaram que as localidades rurais do primeiro distrito eram muitas e diferentes entre si. Era também diferente da sede do município o Sítio do Mocó. Mas mais diferente ainda era o segundo distrito, ‘as Lajes’. Essa parte do município, segundo a percepção das pessoas com quem conversei em campo, esteve por muito tempo sob a influência do fazendeiro e político Manoel Agostinho de Castro, e depois de seu genro Newton Macêdo. “*Manoel Agostinho era dono dessa região aí [...] e adquiriu umas famílias de gente, uns pretos, e ficaram morando lá, lá 90% é negro*”, como me contou seu Veridiano no bairro São Pedro. O segundo distrito, assim, é um lugar em que a maior parte dos habitantes da sede de Coronel José Dias não têm parentes. Poucos moradores da zona urbana conhecem aquela região, e alguns só estiveram lá em momentos específicos, como partidas de futebol ou comícios de campanhas eleitorais. Tempos depois, quando passei finalmente a frequentar localidades no segundo distrito, de fato pude aprender que as pessoas dali pouco frequentam o centro de Coronel José Dias. Elas tampouco frequentavam o povoado da Várzea Grande. Sempre foram e seguem indo a São Raimundo Nonato resolver a maior parte de seus afazeres urbanos. Como, então, essa região passou a fazer parte de Coronel José Dias? Esta pergunta integra a primeira: como se compõe um município? Indagar como ‘as Lajes’ se tornaram parte do segundo distrito de Coronel José Dias evidencia, também, o silenciamento desta região nas histórias municipais.

A integração ou confronto entre o que contam os arquivos e o que contam as pessoas não tenciona complementar a memória com alguma verdade que a extrapola. A partir das reflexões de Palmié e Stewart (2016) em sua proposta de uma antropologia da história, estudo sob o termo “história” as diferentes práticas de relacionar passado, presente e futuro. Desse modo, convém estudar o que contam os documentos e o que contam as pessoas, percebendo as sobreposições entre narrações e as brechas.

Nos termos de Michel-Rolf Trouillot (2016), penso os documentos como narrações da história, isso é, como historicidade 2. O antropólogo haitiano distingue historicidade 1 – o que aconteceu – de historicidade 2 - narrações sobre o que aconteceu. Para ele, só podemos acessar o que aconteceu (historicidade 1) a partir dos múltiplos relatos sobre o passado ausente (historicidade 2). Assim, convoco documentos aqui, confrontando-os e justapondo-os às narrativas sobre as emancipações de Coronel José Dias que me contaram diferentes pessoas. O que é possível entender exclusivamente através dos documentos? Quais as sobreposições entre o que contam os documentos e o que contam as pessoas. Ao fundo dessas indagações, o silenciamento do segundo distrito se faz perceptível pela confrontação de diferentes documentos e desses e de histórias ouvidas em campo.

Se separo o que contam os documentos e o que contam as pessoas, não o faço o tempo todo. Se é verdade que em certas ocasiões, alguns de meus interlocutores se mostraram desinteressados em minhas buscas pelos documentos em Teresina, relembro que vários coronelinos e sanraimundenses são também estudantes ou profissionais nas áreas de história, antropologia, geografia, arqueologia... Dessa feita, este capítulo também pretende tornar público alguns documentos encontrados no Arquivo Público do Estado do Piauí, no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e em repositórios digitais, no intuito de contribuir para o estudo da história na região de São Raimundo Nonato.

Ao estudar os processos políticos que se podem ver a partir das emancipações de Coronel José Dias, também descrevo os contornos da política na região. Desse modo, este capítulo também dialoga com trabalhos da antropologia da política (Heredia; Palmeira, 2006; Palmeira; Heredia, 2010; Villela; Marques, 2017; Villela, 2009). A criação de uma história municipal é imbuída de disputas em torno de quem conta na história daquele município. Quando se trata de entender a própria formação do município, novamente estamos diante de disputas políticas. Fazendo a ponte entre as disputas percebidas na criação de uma história municipal, no Capítulo 1, e as disputas que dão origem a um município, este capítulo trata das relações de poder na criação de uma história municipal e na criação do próprio município.

## ***2.2 Emancipando Coronel José Dias ou desmembrando São Raimundo Nonato? As disputas políticas***

Nesta seção, delinheiro os contornos das disputas políticas que fazem surgir o município de Coronel José Dias, bem como outros municípios na região de São Raimundo Nonato. Adianto que a política é feita em termos familiares e é uma política composta por dois lados.<sup>41</sup> Assim, minhas reflexões acompanham as de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia que notaram “a polarização da vida das localidades do interior entre ‘situação’ e ‘oposição’, em especial das sedes dos municípios” (Palmeira; Heredia, 2010, p. 16). Acompanham ainda as reflexões de

---

<sup>41</sup> Uso o termo ‘política’ para me referir, como fazem as pessoas na região da pesquisa, a um período de subversão das relações cotidianas (Palmeira, 2002), um tempo referido às campanhas eleitorais, notadamente o período dos pleitos aos cargos municipais. Esse uso de “política”, ou “tempo da política” para se referir a um período específico em que os grupos ou facções políticas existem plenamente e dividem as adesões dos eleitores nos pequenos e médios municípios deve aos trabalhos de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (Heredia; Palmeira, 2006; Palmeira, 1996, 2002; Palmeira; Heredia, 2010).

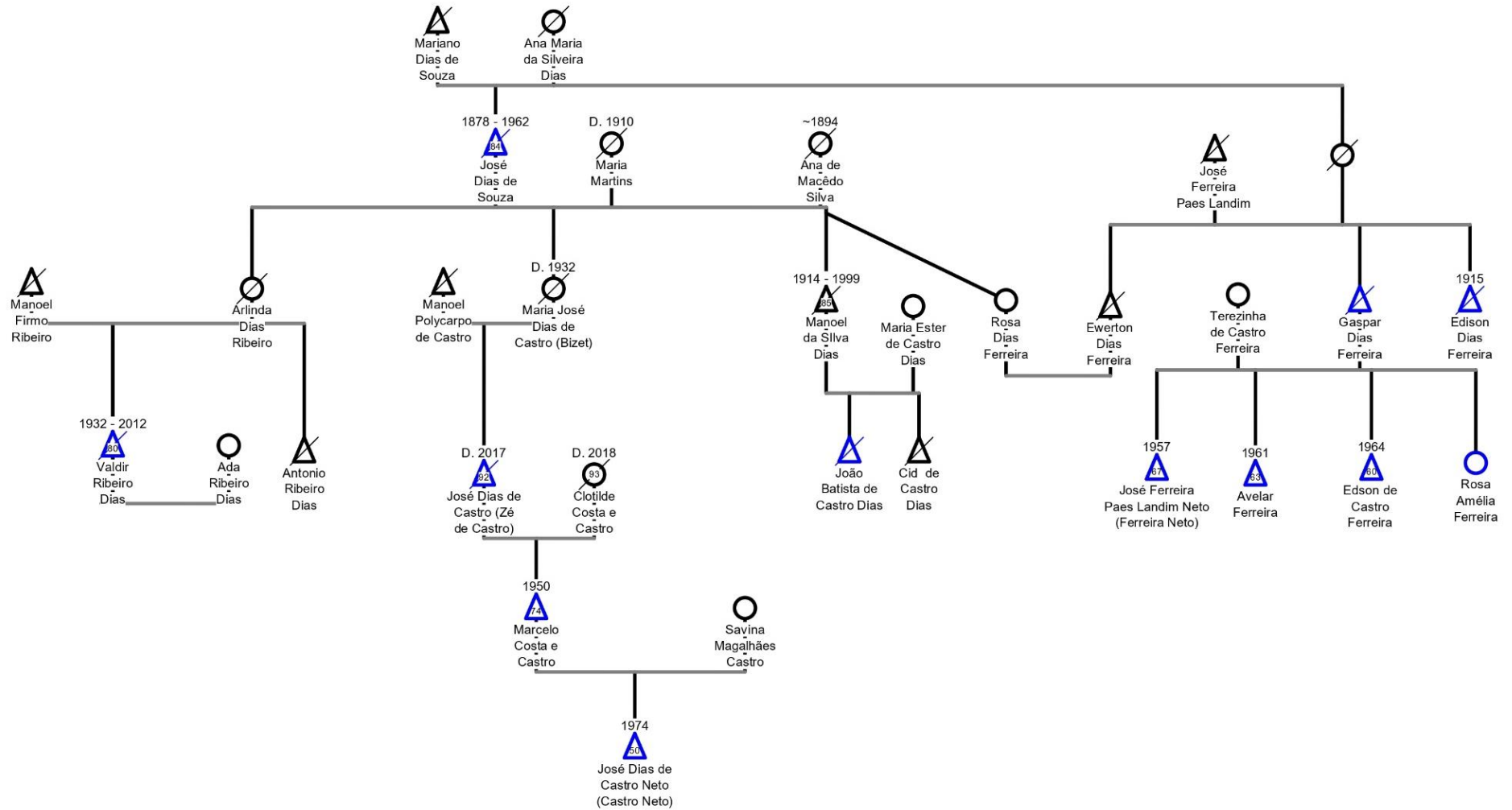
Jorge Villela e Ana Claudia Marques sobre a íntima articulação e coprodução recíproca de família e política no sertão de Pernambuco (Villela; Marques, 2017; Villela, 2009).

No caso que etnografo adiante, os lados da política podem ser os Macêdo *versus* os Ferreira em dado momento histórico. Mas é possível haver rearticulações dos grupos, quando então uma família – expressa por um sobrenome – ou parte dessa família ‘muda de lado’. De todo modo, os lados permanecem.<sup>42</sup> Antes de avançar para a descrição de como isso pode ser percebido a partir dos processos de emancipação de Coronel José Dias, introduzo dois diagramas de parentesco parciais para situar genealógicamente alguns dos políticos que aparecem adiante, e outros cujos nomes estão já no capítulo anterior. Os diagramas a seguir são simplificados e foram elaborados por mim com base em alguns documentos escritos e no rastreamento de matérias de jornal online. Noto assim, em primeiro lugar, que as relações genealógicas existentes entre os políticos não são sempre ativadas; elas existem de forma virtual, e podem ser atualizadas nos processos de refamiliarização da política, quando alguém muda de lado na política. Minha inspiração aqui são novamente as reflexões de Villela e Marques (Villela; Marques, 2017; Villela, 2009) e também o livro de Ana Claudia Marques (2002), em que ela descreve, para seu campo de pesquisa no sertão de Pernambuco, que família é um termo fluido que se refere a agrupamentos contextuais, o princípio de cognação não operando como critério automático de formação de grupos (Marques, 2002, p. Cap. 2). Em segundo lugar, só pude reconstituir as relações genealógicas até certo ponto: até onde elas são apontadas em escritos (Dias Irmão, 2014) e até onde os políticos ou seus familiares deixaram registradas essas relações (em documentos públicos, votos de pesar, homenagens a prédios públicos, matérias jornalísticas, verbetes da *Wikipedia*). Esse segundo ponto se coaduna ao primeiro: a reconstituição de genealogias por alguém externo às próprias relações genealógicas implica em só poder conhecer as relações que são dadas a ver, isso é, as relações que, efetivamente, fazem família. Em terceiro lugar, noto que optei por inserir principalmente pessoas que participam ativamente da política, especificamente tendo ocupado cargos eletivos. Em azul estão destacadas as pessoas mencionadas adiante neste capítulo, ou no capítulo anterior. O Anexo A desta tese inclui um quadro-síntese com as principais informações da biografia política das pessoas que figuram nos diagramas.

---

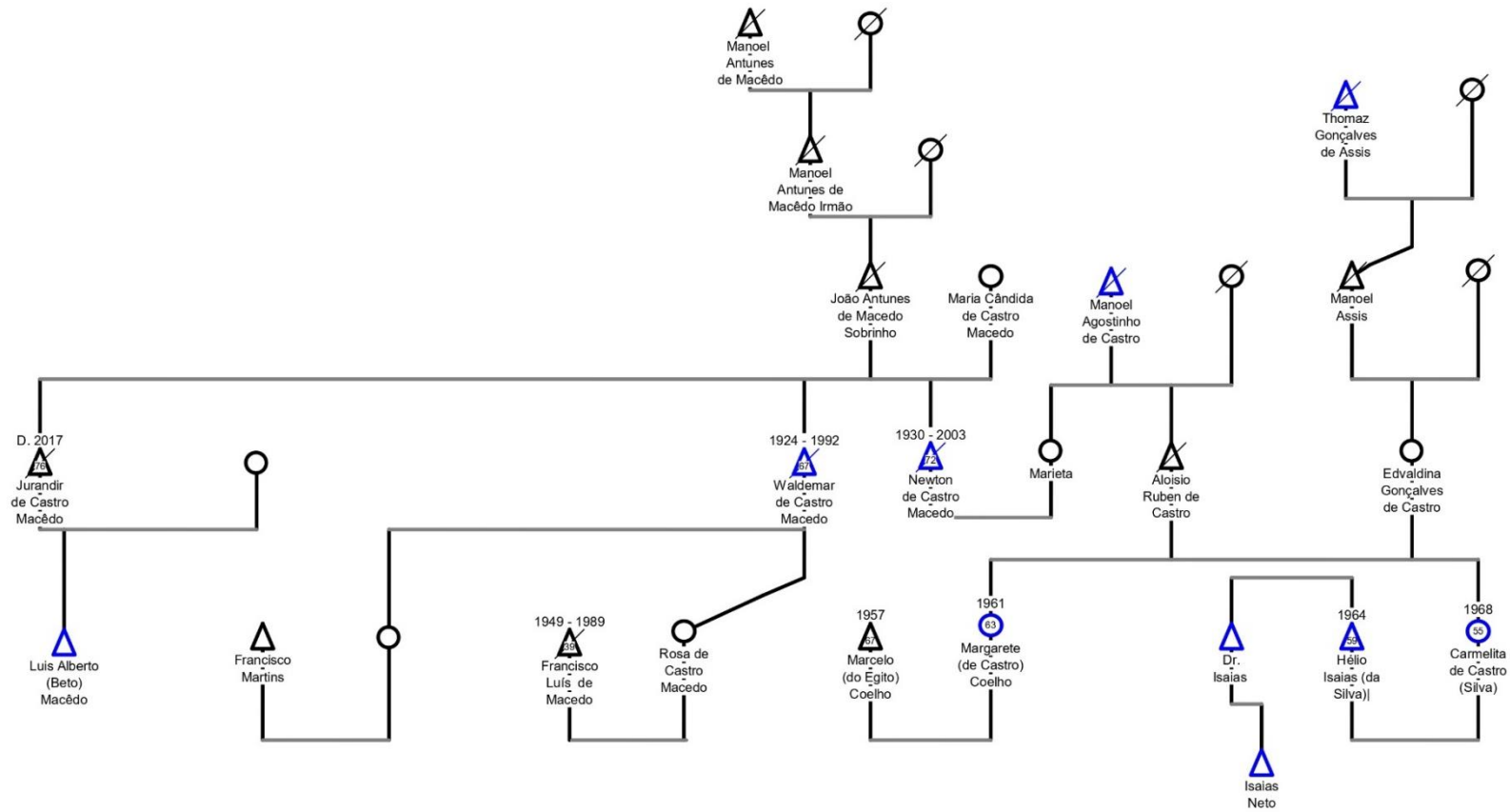
<sup>42</sup> Nesse sentido, parece-me que apesar de a política se fazer a partir de processos de familiarização (e de desfamiliarização) em São Raimundo Nonato ao longo de todo o século XX e entrando no século XXI, os grupos políticos não estão associados de forma tão estanque entre “dois lados oponentes identificados a duas famílias tradicionais e antigas locais”, como notaram Villela e Marques (2017, p. 33), ao menos até o início do século XXI, para o caso que analisaram no sertão de Pernambuco.

Diagrama 1. Genealogia parcial de políticos das famílias Dias Ribeiro, Castro e Ferreira



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023, a partir das referências listadas no Anexo A.

Diagrama 2. Genealogia parcial de políticos das famílias Macêdo e Castro/Isaiás



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023, a partir das referências listadas no Anexo A.

Coronel José Dias foi emancipado pela primeira vez em 1962, assim contam o caderno de *História da comunidade São Pedro* e os históricos em documentos oficiais do município. O Projeto de Lei Nº. 540/62, de 1962, de autoria do deputado estadual Waldemar Macêdo “Cria o Município de Cel. José Dias, e da outras providencias”.<sup>43</sup> Vejamos, a seguir, este projeto de lei transcrito em sua integridade.<sup>44</sup>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

TERESINA

PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_

Cria o Município de Coronel José Dias  
e dá outras providências

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ:

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Coronel José Dias, desmembrado do Município de São Raimundo Nonato, com sede no atual / povoado de Várzea Grande, que por esta lei fica elevado à categoria de cidade.

Art. 2º - A área do Município de Coronel José Dias será composta das seguintes datas: - Várzea Grande, Serra Talhada, Serra Grande, Buqueirãozinho, Esteira, Lagoinha, Almas, Mulugú do Jorge, Bôa Vista, Poções, Carpina e Água Verde, todas desmembradas do Município de São Raimundo Nonato, doadas pela Lei Municipal nº. 122, de 25 de outubro de 1962.

Art. 3º - O município de Coronel José Dias será instalado no dia ~~26 de fevereiro de 1963~~ **22 de Dezembro de 1962**, devendo o Governador do Estado nomear o seu Prefeito nos termos da Constituição do Estado, que administrará o município até a posse dos eleitos que se dará em 31 de janeiro de 1967.

Parágrafo único – A eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e cinco (5) Vereadores do município ora criado, realizar-se-á simultaneamente com as eleições para Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito em 1966.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí em Teresina, 19 de novembro de 1962.

[Assinatura manuscrita:] Waldemar Macêdo

Protocolado sob N. 540-62

Em 20/11/1962

[Assinatura manuscrita:] M<sup>a</sup>. da Conceição Carvalho

[Carimbo] PROTOCOLISTA

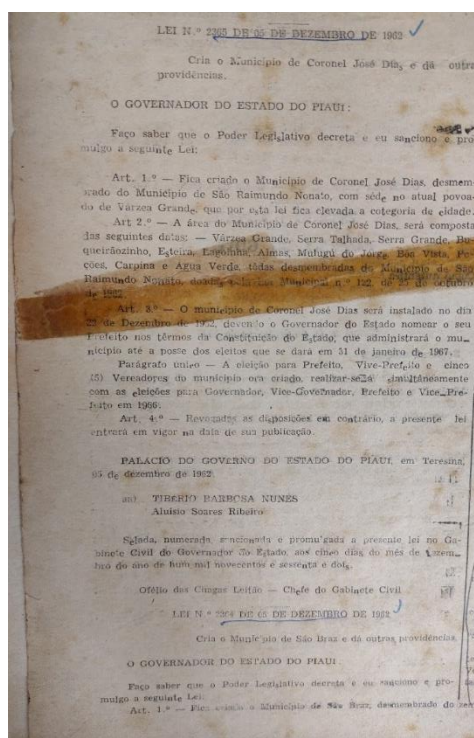
<sup>43</sup> Macêdo, Waldemar. Projeto de Lei No. 540/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 26 nov. 1962. A fotografia deste documento consta no fim da tese como o Apêndice A.

<sup>44</sup> Neste capítulo, todas as vezes que eu inseri os textos dos documentos em sua integralidade, optei por oferecer uma versão digitada do texto, para fins de acessibilidade.

Este Projeto de Lei se faz acompanhar de alguns documentos. Dentre eles está uma certidão emitida pela Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato que apresenta o teor da Lei municipal Nº 118, de 25 de outubro de 1962, que “propõe a criação do Município de Coronel José Dias desmembrado do Município de São Raimundo Nonato Estado do Piauí”. Nesta lei municipal, o município de São Raimundo Nonato autoriza a criação do município de Coronel José Dias pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e descreve a área que integrará Coronel José Dias. Trata-se das mesmas datas descritas no PL estadual, com a especificação de que “ficando encravado nessa área o Povoado Moreira”. Este povoado, atualmente, integra o município de Dom Inocêncio. O Projeto de Lei 540/62, de 1962 foi aprovado como a Lei Nº 2365, de 05 de dezembro de 1962.<sup>45</sup>

Após uma de minhas idas a Teresina, para realizar pesquisa em arquivos, localizei a lei de criação de Coronel José Dias em 1962. Como uma das primeiras pessoas a me contar sobre essa emancipação fora dona Adelina (ver Capítulo 1), imprimi uma cópia colorida da fotografia que fiz da publicação desta lei no Diário Oficial do Estado do Piauí.

*Fotografia 6. trecho do Diário Oficial do Estado do Piauí em que consta a publicação da lei de desmembramento do município de Coronel José Dias em 1962*



*Fonte: Piauí, 1962.*

<sup>45</sup> Piauí. Lei No. 2365, de 05 de dezembro de 1962. Cria o Município de Coronel José Dias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí, 07 de dezembro de 1962, p. 2. Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.



Levei, então, essa cópia a minha interlocutora. Eu pretendia mostrar a ela que eu estivera em Teresina pesquisando sobre a história de Coronel José Dias. Ela disse que essa informação constava no caderno. Ou seja, eu não trazia nenhuma informação nova. Em seguida, ela leu a lei em sua integralidade, mas sem muito interesse.

Apesar de eu jamais ter duvidado da emancipação de 1962, me interessava procurar outros rastros dessa história e inserir essa emancipação em uma história política mais ampla que pudesse contar como o município passou a existir. Eu queria contextualizar o desmembramento municipal. E, por que não, me interessava ver a materialidade do documento. Afinal, meu interesse pelos documentos certamente se deu um pouco pelo “sabor diacrônico” (Lévi-Strauss, 2010, p. 289) que eles apresentam para mim. Como discuto no último capítulo desta tese, existe uma dimensão de exibição da história que opera entre as pessoas com quem conversei em campo. Mostrar os objetos e coisas do passado evoca os tempos de antes, e por vezes, substitui a narração de histórias. Dona Adelina, inclusive, foi uma das pessoas que, após muitas conversas, me mostrou alguns objetos de seus pais que ainda guarda em um pequeno quarto no ‘muro’ (quintal) de sua casa. No entanto, a materialidade da lei impressa no papel não a interessava. No limite, o pedaço de papel que trouxe de Teresina a fez crer que eu não acreditava em suas histórias. As divergências entre o que se escreve e o que os mais velhos contam, no entanto, podem ser alvo de disputas sobre a verdade histórica – retomo este ponto no próximo capítulo, quando a ascendência indígena de José Dias de Souza foi alvo de debates entre duas interlocutoras da minha pesquisa. Voltemos, por ora, à emancipação de Coronel José Dias nos anos 1960.

Como aprendemos no caderno, o município de Coronel José Dias deixou de ter esse status antes de 1967, quando estava prevista o início do mandato de um primeiro prefeito eleito por voto popular. João Batista de Castro Dias, o Batista Dias, foi nomeado prefeito em 1962, informação que aprendemos nas histórias escritas de Coronel José Dias e nas conversas em campo, mas que não consta nos documentos que consegui encontrar nas caixas do Poder Legislativo no Arquivo Público do Estado do Piauí ou nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina. É também nas histórias encontradas nos escritos *em* Coronel José Dias que aprendemos que o mandato de Batista Dias durou menos de um ano.

O projeto de lei para criar Coronel José Dias em 1962 é de autoria de Waldemar Macêdo. No mesmo ano, esse mesmo deputado estadual de São Raimundo Nonato foi autor de outros projetos similares, que visavam a desmembrar municípios de São Raimundo Nonato. O Projeto

de Lei 144/62<sup>46</sup> objetivava criar Bonfim do Piauí, e foi aprovado como a Lei N<sup>o</sup>. 2366 de 05 de dezembro de 1962<sup>47</sup>. O Projeto de Lei 541/62<sup>48</sup>, que pretendia desmembrar Curral Novo, aprovado como a Lei N<sup>o</sup>. 2.363 de 05 de dezembro de 1962.<sup>49</sup> Posteriormente, em 1963, esse município foi rebatizado de Dom Inocêncio.<sup>50</sup> O PL 544/62 cria o município de Bom Jardim do Piauí, igualmente desmembrado de São Raimundo Nonato.<sup>51</sup> Ainda o PL 542/62<sup>52</sup> cria São Braz, o que se efetiva com a Lei N<sup>o</sup>. 2364, de 05 de dezembro de 1962<sup>53</sup>. Não localizei o PL de sua criação, mas também Anísio de Abreu foi criado pela Lei N<sup>o</sup>. 2353, de 05 de dezembro de 1962<sup>54</sup>, dessa vez desmembrado do município de Caracol, que se desmembrara anteriormente de São Raimundo Nonato.<sup>55</sup>

O projeto de emancipação de Coronel José Dias de 1962, assim, não foi um projeto isolado.<sup>56</sup> Diversos outros municípios da região de São Raimundo Nonato foram emancipados na mesma ocasião, vários deles por iniciativa legislativa de Waldemar Macêdo.<sup>57</sup> No caderno

---

<sup>46</sup> Macêdo, Waldemar. Projeto de Lei No. 543/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4<sup>a</sup> Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 19 nov. 1962.

<sup>47</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 07 de dezembro de 1962.

<sup>48</sup> Macêdo, Waldemar. Projeto de Lei No. 541/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4<sup>a</sup> Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 26 nov. 1962.

<sup>49</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 07 de dezembro de 1962.

<sup>50</sup> Piauí. Lei No. 2488, de 21 de novembro de 1963. Dá a denominação “Dom Inocêncio” ao Município de Curral Novo. Diário Oficial do Estado do Piauí, 29 de novembro de 1963, p. 4. Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

<sup>51</sup> Macêdo, Waldemar. Projeto de Lei No. 544/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4<sup>a</sup> Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 19 nov. 1962.

<sup>51</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 07 de dezembro de 1962.

<sup>52</sup> Macêdo, Waldemar. Projeto de Lei No. 542/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4<sup>a</sup> Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 26 nov. 1962.

<sup>53</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 07 de dezembro de 1962.

<sup>54</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí em 07 de dezembro de 1962.

<sup>55</sup> De acordo com informações constantes no site IBGE Cidades, Caracol foi emancipada pela primeira vez de São Raimundo Nonato em 1912, mas perdeu o status de município em 1931, novamente se tornando um município em 1947 (IBGE, 201?).

<sup>56</sup> A emancipação de Coronel José Dias era pretensão dos Dias. Outros povoados pretendiam se desmembrar. A observação de Ana Claudia Marques acerca das criações de município no sertão pernambucano ressoa no caso ora em estudo: “As fundações de municípios parecem obedecer freqüentemente a clivagens do ponto de vista dos grupos e em suas repercussões no *sangue* e no território [...] Um distrito costuma estar vinculado a determinada família ou grupos de família que passam a distinguir-se de modo cada vez mais profundo dentre os seus ancestrais e vizinhos)” (Marques, 2002, p. 223)

<sup>57</sup> O sudeste do estado, no entanto, não estava sozinho nesse processo. Alguns dos outros municípios emancipados também em 1962 foram: Santa Luz, Barreiras do Piauí, Socorro, Paes Landim, Prata do Piauí, Aroazes, Morro da Mariana, Bom Princípio, Olho D’Água Grande, Marcos Parente, Cristalândia, Redenção da Gurguéia. Fonte: Ementário 1956-1969, Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

*História da comunidade São Pedro*, aprendemos que a cassação do mandato de Batista Dias foi resultado de ações do deputado estadual Edison Dias Ferreira, irmão de Gaspar Dias Ferreira, prefeito de São Raimundo Nonato a partir de 1963. Ali diz-se que não houve plebiscito, por isso a emancipação do município foi irregular e, assim, foi revertida. Em campo, mais de uma pessoa frisou que Batista Dias era sobrinho de Edison Dias Ferreira; a disputa política, assim, teria ocorrido, em um sentido, dentro de uma mesma família. Se olharmos o Diagrama 1, vemos que Batista Dias era neto de José Dias de Souza, o Coronel José Dias. Já os irmãos Dias Ferreira, eram filhos de uma irmã de José Dias de Souza. Batista Dias, assim, era filho do irmão da mãe (MBS) de Edison Dias Ferreira. Batista Dias, assim, descende diretamente de José Dias de Souza, enquanto os Ferreira são descendentes de uma irmã do Coronel José Dias, casada com José Ferreira Paes Landim. Apesar de genealogia comum, os Ferreira estiveram do lado oposto dos Dias na questão do desmembramento de Coronel José Dias de 1962. No entanto, muitas pessoas em campo contaram-me que nos anos 1950, os Dias e os Ferreira foram aliados políticos, e voltaram a sê-lo posteriormente, nos anos 1970. Adiante veremos que os Ferreira também foram aliados políticos dos Dias Ribeiro, ao menos no final dos anos 1960, com quem também podem traçar relações genealógicas (ver Diagrama 1). Por outro lado – e como veremos mais ao fim do capítulo – os Ferreira e os Castro (Zé de Castro e Marcelo Castro, especificamente) estiveram por várias décadas em lados opostos da política. Numa reaproximação contemporânea, seus laços genealógicos são retraçados, ativados. Ou seja, possuir laços genealógicos comuns não resulta automaticamente na formação de grupos políticos. Mas os grupos políticos são grupos familiares. Realinhamentos políticos fazem, desfazem e refazem famílias (Villela, 2009).

Gostaria, neste momento, de examinar o que é possível localizar em documentos escritos – em composição ou em contraposição aos relatos de campo – sobre a disputa entre os Ferreira e os Dias no que toca ao tema da emancipação de Coronel José Dias e sobre como essa contenda levou ao fim desse município nos anos 1960. Como veremos, naquele momento, os Ferreira contra os Dias, no nível da Várzea Grande, era a expressão local da disputa entre os Ferreira e os Macêdo em São Raimundo Nonato como um todo.

Retomemos o relato de 1926 de Severino R. de Carvalho no jornal *A Imprensa* sobre sua São Raimundo Nonato natal, já mencionado no primeiro capítulo. Veja-se especificamente a parte em que ele explica a “dança” da política naquele período:

No campo da política a dança é complicada. O chefe local é o coronel Angelo Acylino, deputado e milionário mais de uma vez, político jeitoso e prático, porém um tanto cansado e doente. A família Macedo que é bem importante o

acompanha, José Ferreira, chefe da oposição, era bom governista, tem bons elementos, vem substituindo o seu velho pai que era político intransigente. É comerciante conselheiro e obedece à orientação do desembargador Vaz da Costa; Deusdará (ou Deus querendo como por engano o chamou um sertanejo) também é político, tem o eleitorado de Caracol nas mãos e alguma coisa em Canto do Burity, obedece ainda ao dr. Vaz da Costa; Francisco Guerra, moço trabalhador e simples, tem no seu grupo de amigo, é oposicionista local e obedece a dr. Lucrecio Avelino; Jose Dias, promotor inteligente e culto, pode se dizer é dono do eleitorado de todo o município; vivendo seu trabalho; está rico; todos o obedecem, acompanha o cel. Angelo; é sogro de José Ferreira, não podendo assim ser contra este, daí a situação de Dias, um tanto atrapalhada em conter os compadres Emiliano Landim, o general daquela zona, toca o clarim e em poucos dias tem ao seus lado, centenas de caboclos, abraçando o seu inseparável 44. É homem de luta. Não teme o inimigo; obediente na paz, serviçal, comerciante adiantado e adorado pelo sertanejo e tem como seu único chefe o dr. Vaz da Costa. Eis aí, em ligeiros traços, coisas e homens da minha comarca, não devendo esquecer de mais dois tipos de prestígio e cavalheirismo ali – Newton e Abel Macedo” (Carvalho, 1926, p. 4)<sup>58</sup>

Em 1926 tínhamos, assim, de um lado o grande chefe local Angelo Acylino de Miranda<sup>59</sup>, acompanhado pelos Macêdo. Já o chefe da oposição era José Ferreira, que obedecia ao desembargador Vaz da Costa; acompanhavam-nos Deusdará. Já “Jose Dias, promotor inteligente e culto, pode se dizer é dono do eleitorado de todo o município; vivendo seu trabalho; está rico; todos o obedecem, acompanha o cel. Angelo” (Carvalho, 1926, p. 4). No entanto, a posição dos Dias é delicada, pois José Dias era sogro do líder da oposição.<sup>60</sup> De todo modo, está delineado em 1926 que os Macêdo e os Ferreira constituem-se como lados distintos na

---

<sup>58</sup> Texto com a ortografia original: “No campo da política a dança é complicada. O chefe local é o coronel Angelo Acylino, deputado e millionario mais de uma vez, politico geitoso e pratico, porem um tanto cançado e doente. A família Macedo que é bem importante o acompanha, José Ferreira, chefe da oposição, era bom governista, tem bons elementos, vem substituindo o seu velho pae que era politico intransigente. É commerciante conselheiro e obedece à orientação do desembargador Vaz da Costa; Deusdará (ou Deus querendo como por engano o chamou um sertanejo) também é politico, tem o eleitorado de Caracol nas mãos e alguma coisa em Canto do Burity, obedece ainda ao dr. Vaz da Costa; Francisco Guerra, moço trabalhador e simples, tem no seu grupo de amigo, é opposicionista local e obedece a dr. Lucrecio Avelino; Jose Dias, promotor inteliigente e culto, pode se dizer é dono do eleitorado de todo o município; vivendo seu trabalho; está rico; todos o obedecem, acompanha o cel. Angelo; é sogro de José Ferreira, não podendo assim ser contra este, dahi a situação de Dias, um tanto atrapalhada em conter os compadres Emiliano Landim, o general daquela zona, toca o clarim e em poucos dias tem ao seus lado, centenas de caboclos, abraçando o seu inseparável 44. É homen de luta. Não teme o inimigo; obediente na paz, serviçal, commerciante adiantado e adorado pelo sertanejo e tem como seu único chefe o dr. Vaz da Costa. Eis ahi, em ligeiros traços, coisas e homens da minha comarca, não devendo esquecer de mais dois typos de prestígio e cavalheirismo ali – Newton e Abel Macedo”

<sup>59</sup> Nome completo obtido através da listagem de deputados estaduais no *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940*. Ano 1926, Edição 82. Vol III. p. 1213. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, acesso em 21 ago. 2023).

<sup>60</sup> Na biografia escrita por um dos filhos do Coronel José Dias, entende-se que José Ferreira era cunhado – marido da irmã (ZH) – de José Dias de Souza (Dias Irmão, 2014, p. 66)

política. Na ocasião, José Dias (o coronel José Dias) apoiava o mesmo lado que os Macêdo, embora sua posição fosse difícil.

É difícil traçar o que ocorreu em termos de manutenção e da formação de grupos políticos entre os anos 1920 e os anos 1960. De todo modo, seguimos diante de uma oposição entre dois grupos associados a sobrenomes: é uma disputa entre os Dias e os Ferreira que se pode entrever no que diz respeito à emancipação de Coronel José Dias em 1962. E, como veremos, é sempre uma política que envolve dois lados: algumas pessoas podem mudar de lado, mas esses seguem existindo. Ao que tudo indica, Waldemar Macêdo apoiou a pretensão dos Dias ao novo município, desmembrando-o de São Raimundo Nonato, que passaria a ser governada por Gaspar Dias Ferreira a partir de 1963. Considerando que os projetos de lei de criação de Coronel José Dias e dos demais municípios desmembrados de São Raimundo Nonato foram aprovados no final novembro de 1962<sup>61</sup>, parece-me plausível levantar a hipótese de que esse movimento foi uma reação à eleição de Gaspar Dias Ferreira como prefeito municipal de São Raimundo Nonato, cujas eleições ocorreram em 07 de outubro de 1962.<sup>62</sup>

O que é possível rastrear dessas disputas nos arquivos? As leis que emancipavam alguns desses municípios foram suspensas através da Resolução N<sup>o</sup>. 19, de 1966 do Senado Federal, por inconstitucionalidade.<sup>63</sup> A emancipação de Bom-Jardim do Piauí, Curral Novo/Dom Inocêncio, São Bráz, Coronel José Dias e Bonfim do Piauí ficaram, assim, suspensas em 1966. De acordo com os relatos escritos sobre a história de Coronel José Dias, Batista Dias governou por menos de um ano. Não consegui acompanhar os caminhos que levaram essas leis a ser consideradas institucionais, mas existem alguns indícios de que, se os Ferreira não foram os causadores diretos do fim desses municípios, as “facções”<sup>64</sup> contrárias aos Macêdo tiveram

---

<sup>61</sup>Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4<sup>a</sup> Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí).

<sup>62</sup>Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Prefeitos e Vice-prefeitos eleitos a 7 de outubro de 1962, para o quadriênio de 31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967. 62Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4<sup>a</sup> Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. 1962. (Arquivo Público do Estado do Piauí).

<sup>63</sup>Brasil. Senado Federal. Resolução do Senado Federal n<sup>o</sup> 19, de 25 de abril 1966. Suspende a execução das Leis n<sup>os</sup> 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí. Diário Oficial da União de 19 maio 1966, p. 5340, col. 1. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/578781>. Acesso em 21 ago. 2023.

<sup>64</sup>Esse é um termo usado pelo deputado estadual Waldemar Macêdo em um pronunciamento de 1969 e comentado adiante. Na literatura da antropologia da política, o termo facção é também usado por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (Heredia; Palmeira, 2006; Palmeira; Heredia, 2010) para caracterizar os enquadres da política eleitoral municipal em pequenos e médios municípios. Atualmente, o termo ‘grupo político’ me parece ser mais usado, na região em que fiz pesquisa.

envolvimento nesse processo. São dois os documentos que indicam insatisfações com a emancipação dos novos municípios de São Raimundo Nonato.

Cronologicamente, o primeiro documento é uma certidão que atesta que a Assembleia Legislativa do Piauí estaria defendendo a emancipação dos municípios perante o Procurador Geral da República em 1963. Esta certidão foi emitida a pedido do advogado Antônio Ribeiro Dias, irmão de Valdir Dias Ribeiro<sup>65</sup>, que, como veremos em um discurso de Waldemar Macêdo, era um de seus opositores políticos. Apesar do sobrenome Dias, e de também descenderem de José Dias de Souza, esses irmãos estão ligados ao projeto de emancipação de Anísio de Abreu, e não da Várzea Grande/Coronel José Dias. A integralidade deste documento está apresentada como Apêndice B.<sup>66</sup>

Já o segundo documento, também uma certidão, foi emitida a pedido de Edison Dias Ferreira, e esclarece sobre a lei estadual de 1952 que regulamentava então a criação de municípios no Piauí, especificamente destacando trechos sobre o processo de eleição de prefeitos e vereadores.<sup>67</sup> Não consegui rastrear os percursos legislativos e judiciários que levaram as leis de 1962 a ser julgadas inconstitucionais. A leitura da Lei Nº. 547 de 30 de janeiro de 1952, que “dispõe sobre a organização dos municípios do Estado do Piauí”, no entanto, pode trazer alguns indícios de como as emancipações eram contrárias a essa própria lei.<sup>68</sup>

De acordo com a Lei Estadual Nº. 547, de 30 de janeiro de 1952, a criação de um município por desmembramento deve ter por iniciativa a Câmara Municipal mais “seiscentos eleitores, no mínimo, dentre as populações interessadas”. Além disso:

Parágrafo único - A formação do novo município dependerá, em qualquer caso, da coexistência das seguintes condições:

A) população mínima de oito mil habitantes;

<sup>65</sup> Costa, Josefina. Requerendo votos de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Ribeiro Dias, ocorrido em Brasília. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 7ª Legislatura (1971-1975), ano 1971, caixa 185. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 8 jun. 1971.

<sup>66</sup> Soares, Maria do Perpétuo Socorro. Certidão a requerimento do advogado Antônio Ribeiro Dias. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 5ª Legislatura (1963-1967), ano 1963, caixa 131. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 11 jun. 1963.

<sup>67</sup> Silva, Dinah Belo da. Certidão a requerimento do Dr. Edison Dias Ferreira, Procurador Judicial do D. N.E.R. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 5ª Legislatura (1963-1967), ano 1963, caixa 131. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 11 jun. 1963. Apêndice C.

<sup>68</sup> Piauí. Lei Nº. 547, de 30 de janeiro de 1952. Dispõe sobre a organização dos municípios do Estado do Piauí. Diário Oficial do Estado do Piauí, Ano XXII, 64ª da República, Nº. 16, 16 de fevereiro de 1952. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)

B) renda anual mínima de vinte mil cruzeiros;

C) existência, na sede, de, pelo menos, duzentas moradias, edifícios com capacidade e condições para o governo municipal, instrução pública, pôsto de Higiene, matadouro mercado público bem como terreno para cemitério e templo religioso

Conforme os históricos do município que apresentei no Capítulo 1, tudo indica que não houve plebiscito. Assim, a iniciativa para o desmembramento de Coronel José Dias não foi de seiscentos eleitores, conforme preconizava a lei. Ainda, é pouco provável que a região pretendida para o novo município – que não inclui o atual segundo distrito – tivesse oito mil habitantes. Com área ainda maior atualmente, o município de Coronel José Dias tem menos de cinco mil habitantes.

As histórias que contam os documentos encontrados nos arquivos em Teresina e em repositórios digitais, assim, não permitem que sigamos investigando de que modo as ações de Edison Dias Ferreira levaram à anulação dos desmembramentos municipais. Temos indícios, contudo, de que este homem estava interessado no assunto, tendo escrito à Assembleia Legislativa para saber sobre os fundamentos legais para os desmembramentos e para a indicação de prefeitos.

Fato é que em 1966, os municípios desmembrados de São Raimundo Nonato em dezembro de 1962 tiveram seu desmembramento anulado pelo Senado Federal. Na mesma microrregião de São Raimundo Nonato, Anísio de Abreu, emancipado de Caracol, por sua vez, seguiu com um município. Por quê? Encontramos um indício de resposta na monografia de conclusão de curso em licenciatura em geografia de Romário Costa (2015):

Anísio de Abreu, segundo Oliveira & Oliveira (2012: 05)<sup>69</sup>, foi nomeada com o nome desse ex-senador e ex-governador do Piauí devido à ‘emancipação política ter sido intermediada pelo Deputado José Auto de Abreu filho do ex-governador’ (Costa, 2015, p. 26).

Assim, ao que tudo indica, esta emancipação estava ligada a políticos de Caracol, e não a Waldemar Macêdo, deputado que assinou os projetos de lei dos desmembramentos de São Raimundo Nonato em 1962. Ainda de acordo com Oliveira e Oliveira, citados por Romário Costa, na mesma ocasião da emancipação de Anísio de Abreu, outros municípios também foram emancipados (e os autores citam apenas São Braz e Bonfim do Piauí). E seguem:

Após dois anos de emancipação o então Deputado Edson Ferreira natural de São Raimundo Nonato entrou com projeto para vetar as emancipações que

---

<sup>69</sup> Oliveira, V.S; Oliveira, Jaime de Santana. Memória Social e Patrimônio: O povoamento de Anísio de Abreu-PI (1940-1962). **IV Encontro Regional de Estudantes de Arqueologia**, 2012. Não consegui localizar esta referência.

ocorreu na microrregião de São Raimundo Nonato. Derrubando as emancipações de São Braz e Bonfim do Piauí que pertencia na época a São Raimundo Nonato. Anísio de Abreu antes da emancipação pertencia à cidade de Caracol. Então deputado Edson Ferreira consultou o prefeito de Caracol Pedro Ribeiro – aliado político se vetaria a emancipação de Anísio de Abreu. Como Pedro Ribeiro era filho e proprietário do povoado Tamanduá foi favorável a emancipação política de Anísio de Abreu realizando as eleições diretas sendo eleito e empossado prefeito Aurindo Batista de Oliveira (Oliveira; Oliveira, 2012, p. 14 *apud* Costa, 2015, p. 27).

Se a interpretação desses autores é correta, então a reversão das emancipações de 1962 dos demais municípios da região é também imputada a Edison Dias Ferreira. Foi justamente por estar nas mãos de seus aliados políticos que Anísio de Abreu se manteve desmembrada – e de Caracol, não de São Raimundo Nonato.

Os documentos contam, ainda, que a disputa entre os Ferreira e os Macêdo seguiram ao longo dos anos 1960. Foi um requerimento do deputado estadual Edison Dias Ferreira que fez com que o discurso proferido pelo deputado Waldemar Macêdo na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí em 14 de agosto de 1969 chegasse aos nossos dias.<sup>70</sup> O discurso, “gravado em fita magnética”, de acordo com o requerimento, foi transcrito e fornecido a Ferreira e está anexado ao processo de requerimento. Desse modo, conseguimos saber mais sobre as disputas políticas em São Raimundo Nonato e Caracol no final dos anos 1960. De acordo com o que pude averiguar, as fitas gravadas das sessões legislativas não existem mais. Esta transcrição, assim, é uma oportunidade única de testemunharmos o teor das disputas políticas em São Raimundo Nonato aos fins dos anos 1960, e por esse motivo, apresento este documento integral como Apêndice D da tese; convido o leitor a conferir o documento completo. São nessas seis páginas datilografadas que ouvimos Waldemar Macêdo, “o chefe único de todos os políticos sanraimundenses”, segundo suas próprias palavras. Aqui, seleciono alguns trechos para minha discussão.

O discurso trata de um encadeamento intrincado de disputas políticas. Segundo Waldemar Macêdo, as “fôrças oposicionistas” apresentaram uma chapa encabeçada por Valdir Ribeiro Dias para enfrentar a chapa do próprio Waldemar Macêdo nas disputas municipais do Diretório da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Segundo ele, “num clima de disputa absoluta, nunca se viu em terras sanraimundense interêsse tão grande pelo resultado de uma eleição, quando desta feita”. Essa oposição em 1969 corresponde à articulação de dois grupos

---

<sup>70</sup> Ferreira, Deputado Edison. Requerendo uma cópia do discurso pronunciado pelo deputado Waldemar Macedo, no dia 14 do corrente nesta casa. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 6ª Legislatura (1967-1971), ano 1969, caixa 180. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 20 ago. 1969.



políticos (liderados respectivamente por Valdir Ribeiro Dias e por Edison Dias Ferreira) derrotados em 1966 pelos Macêdo no pleito municipal, um que disputara pela ARENA, outro pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro); a junção de pessoas outrora de grupos rivais tinha “o objetivo de derrotar os Macêdos”. O grupo de Waldemar Macêdo ganhou novamente em 1969, “o povo foi novamente vitorioso, não os Macêdos”.<sup>71</sup>

Após elencar algumas das obras públicas que realizou em São Raimundo Nonato, Waldemar Macêdo prossegue em seu discurso. “Desta feita derrotamos todas as forças oposicionistas juntas. Elegemos 10 dos 18 membros do Diretório, elegemos todos os Delegados”.<sup>72</sup> É assim que o deputado estadual explica seu próprio discurso:

Eu sou um homem municipalista, em falo em termos de município, então, todas estas forças são oposição ao sistema dominante da terra. Eu falo aqui como Deputado Sanraimundense, como Presidente do partido único existente no meu Município, sou por conseguinte, me permitam senhores deputados, povo piauíense, eu sou por conseguinte, o chefe único de todos os políticos sanraimundenses, porque eu sou o Presidente da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL em São Raimundo Nonato, queiram ou não queiram. Eu sou o presidente, por força da vontade popular, por força que o povo disse nas urnas, e por força que preceitua todas as leis vigentes no País, ninguém poderá protestar.<sup>73</sup>

Entra em alguns pormenores sobre a questão de a ARENA ser o único partido no município. Em aparte ao discurso, o deputado Nogueira Filho explica que o deputado Edison Ferreira estava indicado para organizar o MDB no município, mas “não houve quantitativo necessário à formação do Partido”<sup>74</sup>, e então este deputado se filiou à ARENA.

Macêdo assim retoma a questão da oposição à chapa que encabeçou. Acusado de ameaçar sua oposição pelos colegas deputados, ele retruca:

eu não faço ameaças, eu fui ameaçado por ocasião desta fusão que há pouco falou o Deputado Nogueira Filho, a euforia foi tão grande que estouraram em cima da minha casa, do meu irmão Prefeito, 30 dúzias de foguetes, vale dizer, eu sou remanescente da UDN, daquela segunda filosofia do deputado Afrânio Nunes, daquela que matou Getúlio; pois bem, iniciei a minha vida pública de baixo, botei o de cima para baixo, e passei para cima pelo processo popular, pelo processo do voto. Eles então subiram pelo processo e adesismo, subiram, não se conformaram de baixo, então me atiraram dentro da ARENA, aquela força que remanesceu do PSD, eu derrotei, agora me atiraram outra do PTB, hoje MDB; botaram as duas juntas, as duas eu derrotei, é que querem fazer de Mim?<sup>75</sup>

---

<sup>71</sup> *Ibid.*

<sup>72</sup> *Ibid.*

<sup>73</sup> *Ibid.*

<sup>74</sup> *Ibid.*

<sup>75</sup> *Ibid.*

As palavras de Waldemar Macêdo dão notícia de sua importância política e de sua rivalidade com os oponentes Valdir Ribeiro Dias e Edison Dias Ferreira, entre outros. Valdir Ribeiro Dias foi o primeiro prefeito de Anísio de Abreu, indicado pelo governador em 1962.<sup>76</sup> Posteriormente, nas

eleições de novembro de 1970, ainda pelo MDB, elegeu-se prefeito de São Raimundo Nonato. Pouco depois da posse, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação política ao governo militar, do qual se desligaria no ano seguinte (Fundação Getúlio Vargas, [s. d.])<sup>77</sup>.

Curiosamente, o discurso de Waldemar Macêdo dá notícias de que, em 1969, apenas a ARENA existia no município. Segundo a relação de deputados estaduais eleitos em 1966 para a legislatura de 1967 a 1971 publicada na *Cronologia histórica da Assembleia Legislativa do Piauí* (Santos, L., 2021), Edison Dias Ferreira foi eleito pelo MDB.<sup>78</sup> Mas foi pela ARENA que ele foi eleito suplente em 1970 para a legislatura de 1971 a 1975. Seja como for, o discurso de Waldemar Macêdo desenha uma situação em que o MDB não existia em São Raimundo Nonato, estando todos os políticos locais filiados à ARENA.<sup>79</sup> Dentro do mesmo partido, no entanto, existiam ao menos dois grupos políticos de oposição – ou duas “facções” –, que se uniram contra “os Macêdo”, sendo derrotados. Nesse sentido, a política segue tendo dois lados: “os Macêdo”, a “situação”, e seus opositores, que se uniram na tentativa de se impor como maioria. Ao dizer que todos os políticos, mesmo seus opositores, eram seus “comandados”, Waldemar Macêdo tentava englobar os lados da política, neutralizando sua oposição, acabando com os lados. Uma política sem oposição, veremos adiante, foi o que aconteceu nas eleições de 1992 em Coronel José Dias

As contendas políticas que vislumbramos no discurso de Macêdo se estendem no tempo, os lados da política se mantêm, mas ocorrem mudanças de lado nas décadas seguintes, como mostro mais adiante. Nos anos 1980, mais dois projetos de emancipação do município de Coronel José Dias são criados até que o desmembramento definitivo do município seja incluído

---

<sup>76</sup> Apesar de constar em sua biografia no CPDOC da FGV (Fundação Getúlio Vargas, [s. d.]) que ele foi eleito prefeito de Anísio de Abreu em 1962 pelo Partido Social Democrático, sabe-se pela lei de criação do município, já mencionada, que o primeiro prefeito seria indicado pelo governador, ocorrendo novo pleito municipal apenas em 1966.

<sup>77</sup> Valdir Ribeiro Dias, assim, sucedeu a Newton Macêdo, irmão e aliado político de Waldemar Macêdo na prefeitura de São Raimundo Nonato.

<sup>78</sup> Ele fora eleito deputado estadual anteriormente pelo PSD em 1950 e em 1954 (Santos, L., 2021)

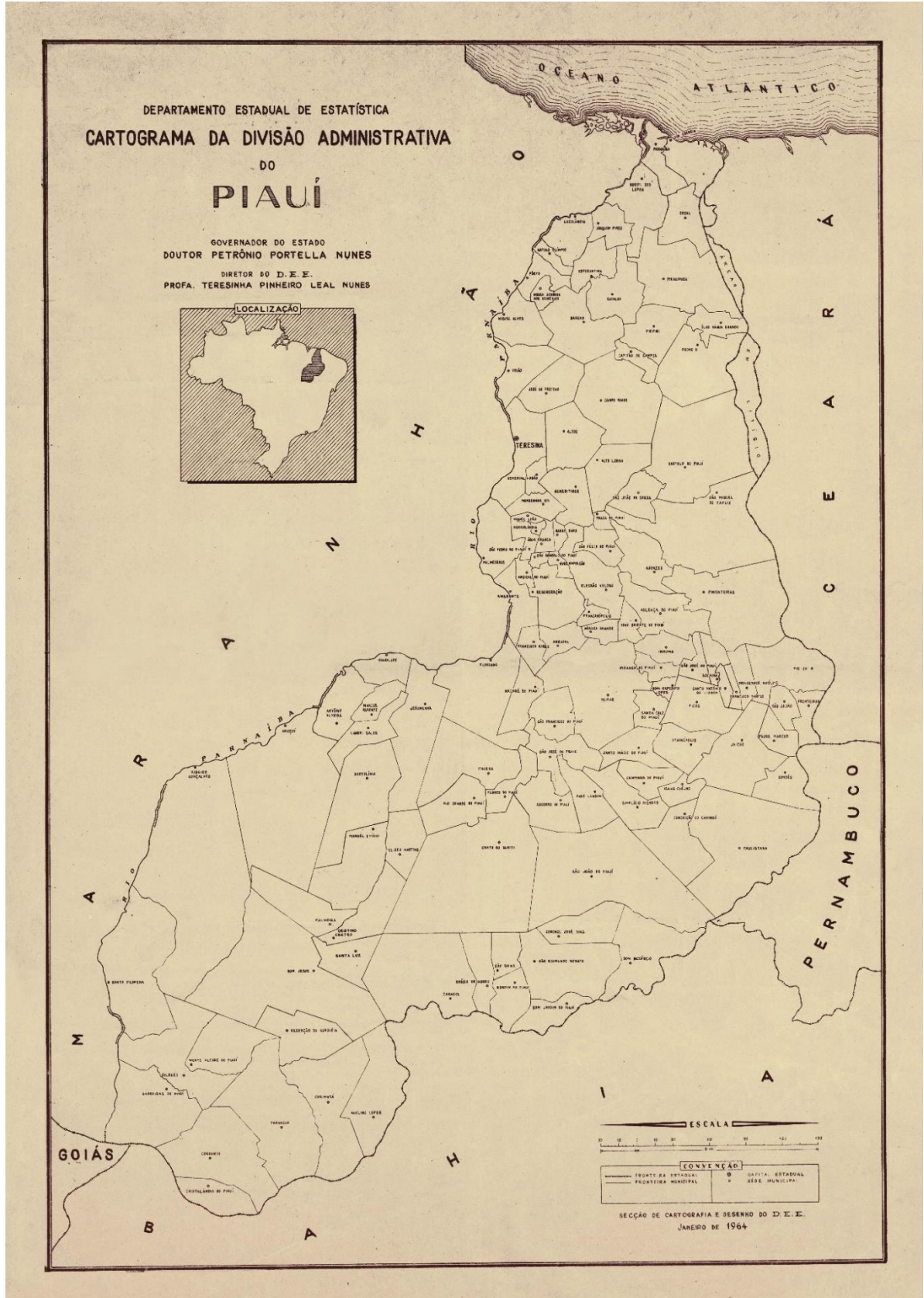
<sup>79</sup> Escrevendo nos anos 1970, Daniel Gross (1973, p. 138) notou que em muitas cidades pequenas no Brasil, as facções políticas “utilizaram ‘sublegendas’ ARENA I e ARENA II, uma vez que nenhuma delas gostaria de se identificar com o MDB potencialmente sem poder, o partido de ‘oposição’ tolerado pelo governo militar”.

como parte do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual do Piauí no pós-ditadura. Até lá, veremos que o primeiro prefeito eleito para iniciar seu mandato em 1993, Valdy Cesário de Oliveira, foi apoiado tanto por Waldemar Macêdo quanto pelos Ferreira. E, ainda, a região das Lajes, controlada politicamente pelos Macêdo, passou a integrar o traçado do município, posteriormente constituindo parte do segundo distrito de Coronel José Dias. As disputas políticas em torno da segunda emancipação, contudo, não são tão enfatizadas nas narrativas de história que ouvi, e não podem ser traçadas pelos tipos de documentos que consegui acessar na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. É dessa segunda emancipação que trato a seguir.

### ***2.3 O segundo distrito e a segunda emancipação – algumas histórias***

Nos anos 1960, desmembrou-se como Coronel José Dias uma região menor do que aquela que corresponde atualmente ao município de mesmo nome. Comparemos o *Cartograma da Divisão Administrativa do Piauí* elaborado em 1964 pelo Departamento Estadual de Estatística ao mapa da *Regiões Geográficas Estado do Piauí*, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017.

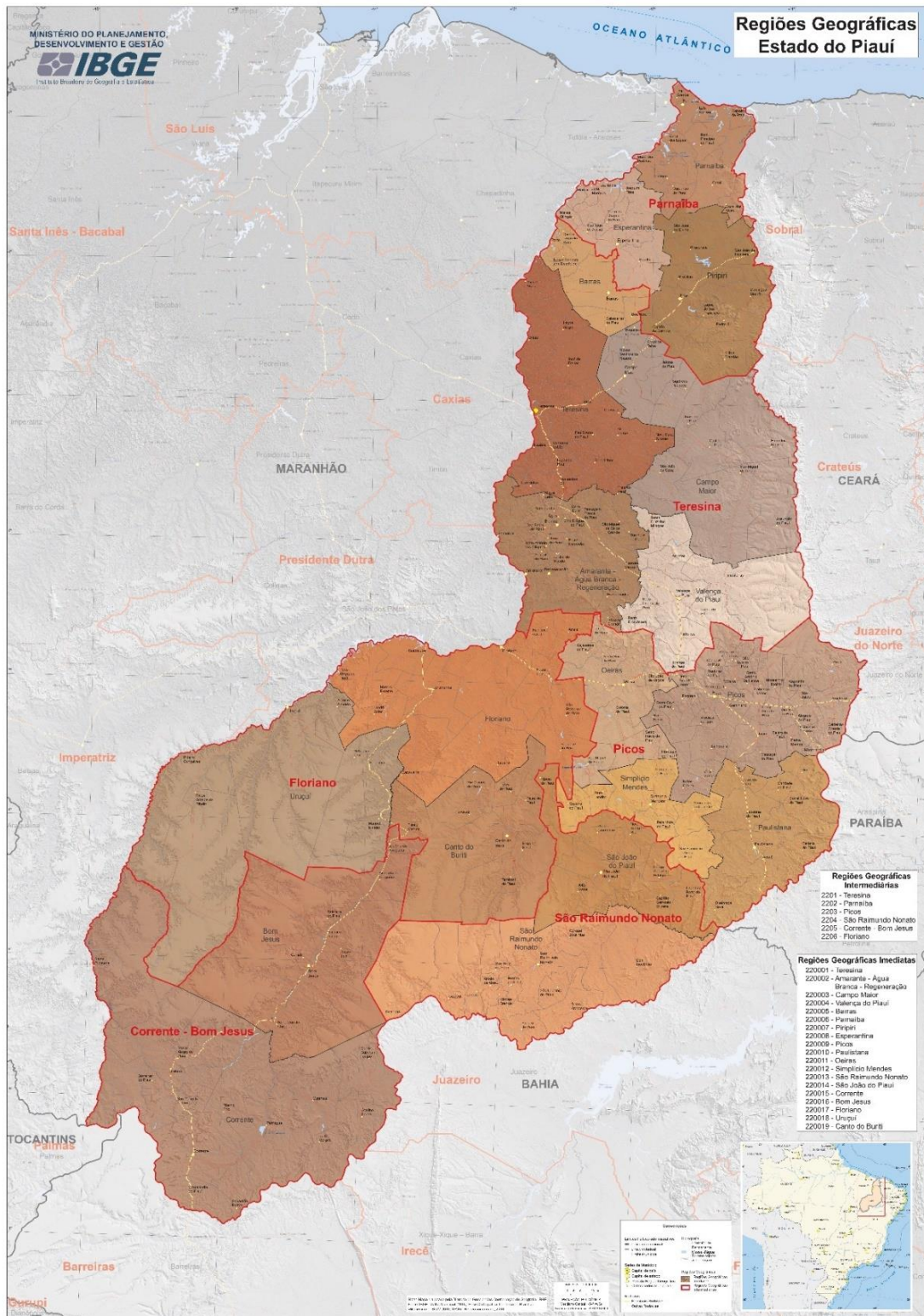
Mapa 5. Cartograma da Divisão Administrativa do Piauí, 1964.



Fonte: Departamento Estadual de Estatística, 1964.<sup>80</sup>



Mapa 6. Regiões Geográficas Estado do Piauí.



<sup>80</sup> Departamento Estadual de Estatística. Cartograma da Divisão Administrativa do Piauí. Rio de Janeiro: DEE, 1964. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=66608> Acesso: 23 set. 2024.





Vemos que em 1964, toda a parte sul do atual município de Coronel José Dias, a parte que faz divisa com o estado da Bahia e com o atual município de Dirceu Arcoverde, era então São Raimundo Nonato – não tinha entrado no traçado do novo município desmembrado.

Olhando agora o mapa de Coronel José Dias elaborado no início dos anos 2000 pela Cáritas Brasileira, vê-se que a parte que não existia na Coronel José Dias dos anos 1960 corresponde ao que atualmente se chama “segundo distrito” de Coronel José Dias.

Mapa 9. Mapa municipal de Coronel José Dias, inserido em transparência da Prefeitura Municipal de Coronel José Dias



Fonte: Segundo informações obtidas em campo, o mapa foi elaborado pela Cáritas Brasileira no início dos anos 2000. Adaptado de fotografia do mapa obtido em campo, Autora (2022).

Segundo consegui entender, o segundo distrito corresponde aos povoados, fazendas, localidades e sítios rurais que estão ao sul da rodovia PI-144 (ver Mapa 2, na Introdução). Algumas pessoas me contaram que a divisão em primeiro e segundo distritos é informal. Em minhas pesquisas na Câmara Municipal de Coronel José Dias, não pude encontrar menção a uma divisão oficial do município. Contudo, note-se que os livros de ata que existem para consulta restringem-se aos anos de 2001 a 2008 e depois de 2010 a 2013. Os documentos anteriores provavelmente se perderam em um incêndio na prefeitura, segundo explicações que me deram na Câmara Municipal e na Prefeitura. Já datando de duas décadas, o mapa da Cáritas é usado como uma espécie de mapa oficial, ainda que esteja desatualizado.

A partir da comparação entre esses mapas, vê-se que entre a emancipação dos anos 1960 e a dos 1990, uma porção territorial considerável foi integrada ao novo projeto de município. Duas perguntas centrais, assim, orientam esta seção: como se deu o processo exitoso de emancipação de Coronel José Dias? Como o segundo distrito veio a integrar este novo município?

Como já descrevi no primeiro capítulo, as disputas em torno do desmembramento de Coronel José Dias e de sua anulação nos anos 1960 são comentadas nas histórias municipais e na história da comunidade São Pedro. Já a emancipação dos anos 1990, bem-sucedida, é apresentada apenas a partir de alguns de seus “lutadores”. Os então deputados estaduais Marcelo Castro e Waldemar Macêdo, o ex-vereador de São Raimundo Nonato e morador da Várzea Grande Expedito Rodrigues e o prefeito de São Raimundo Nonato, Hamilton Baldoído, são citados na versão constante no site IBGE cidade (IBGE, 2021). Ou apenas os dois deputados estaduais, na versão constante no *Plano Municipal de Educação* vigente entre 2015-2025 (Prefeitura Municipal de Coronel José Dias. Secretaria Municipal de Educação, 201?).

Também a partir das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, é difícil reconstituir as disputas em torno da emancipação que deu origem a Coronel José Dias em 1992. Igualmente, a abertura de caixas do arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí foi frustrante: não se pode encontrar ali muito mais. No intuito de responder à pergunta mais ampla sobre como se cria um município, alinhavo a seguir pedaços de história sobre o tema.



### 2.3.1 O que contam as leis e projetos de lei: os limites territoriais e um PL esquecido

O desmembramento definitivo de Coronel José Dias pode ser rastreado a partir do texto da *Constituição do Estado do Piauí* promulgada a 5 de outubro de 1989.<sup>81</sup> O Artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição, decreta que “Ficam criados os seguintes municípios:” O inciso primeiro lista dezessete municípios cujas circunscrições territoriais já tinham sido definidas. O inciso dois lista mais de trinta municípios com circunscrição territorial a ser definida. Coronel José Dias se enquadra no primeiro caso: “CORONEL JOSÉ DIAS, com sede no povoado Várzea Grande, desmembrado de São Raimundo Nonato, abrangendo as datas Várzea Grande, Alagoinha, Almas, Água Verde, Caiçara, Serra talhada e Gerais”. A Lei N<sup>o</sup> 4.477, de 29 de abril de 1992 “dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado do Piauí, estabelece topônimos, circunscrições territoriais e limites dos Municípios criados no art. 35, incisos I e II do A.D.C.T. dá Constituição Estadual e dá outras providências”<sup>82</sup>. Nesta lei, a circunscrição territorial do novo município de Coronel José Dias não é mencionada em Datas, mas em marcos geodésicos orientados por uma combinação entre coordenadas geográficas, corpos hídricos e Datas. É a primeira vez que expressamente a data Lajes (localizada no atual segundo distrito) é mencionada no traçado municipal: “...Daí segue nos limites das Datas Lajes e Santana, como rumo 2o SE, medindo 7.400,00 metros até o Marco M-35...”.

Em 1989, no ADCT da nova constituição piauiense, Coronel José Dias é criado. A lei de 1992 que regulamente sua criação é precedida pela Lei Complementar N<sup>o</sup> 06, de 01 de outubro de 1991.<sup>83</sup> Essa lei regulamenta a criação de municípios por desmembramento, incorporação ou fusão de municípios. Para um município passar a existir, assim, é preciso haver uma lei de criação, em que se estabelece seu topônimo, seus limites e seus distritos, se for o

---

<sup>81</sup> Piauí. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Piauí. Teresina: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70447>. Acesso em 24 ago. 2023.

<sup>82</sup> Piauí. Lei No. 4.477, de 29 de abril de 1992. Dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado do Piauí, estabelece topônimos, circunscrições territoriais e limites dos Municípios criados no art. 35, incisos I e II do A.D.C.T. dá Constituição Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí, n. 80, 29 abr. 1992.

<sup>83</sup> Piauí. Lei Complementar No. 06, de 01 de outubro de 1991. Estabelece requisitos e procedimentos para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí, n. 190, 04 out. 1991.

caso. Como requisitos para a criação de um município por desmembramento, o Art. 2º determina ser necessário:

“I - ter a área territorial a ser desmembrada, população mínima de quatro mil habitantes;

II - contar a futura sede do Município com um mínimo de cem unidades residenciais, mercado público, cemitério e o templo religioso;

III - não inviabilizar o Município ou Municípios-tronco nem quebrar a continuidade e unidade histórico-cultural do ambiente urbano”<sup>84</sup>

Além de seguir esses requisitos, a lei de criação do município deve ser precedida de uma “consulta plebiscitária” a ser organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral. Os votantes serão “todos os eleitores da área pretendida à emancipação, inscritos há mais de um ano da realização da consulta”.<sup>85</sup> A maioria absoluta dos eleitores deverá ser favorável à criação do novo município.

O projeto de lei de criação do município deve vir também instruído de “seus limites, na forma de memorial descritivo, [e] fará constar, anexo, o mapa correspondente.”<sup>86</sup> O procedimento para a criação do município será iniciado com o “recebimento do processo instruído” pela Assembleia Legislativa, que “solicitará à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro órgão oficial”, a apuração dos requisitos. A partir daí ocorrerá a consulta plebiscitária, sucedida pela criação de um projeto de lei ou pela arquivagem do processo, a depender do resultado do plebiscito.

Sabemos que a Lei Nº 4.477, de 29 de abril de 1992 criou diversos municípios previstos na constituição piauiense. E, ainda de acordo com essa lei, sabe-se que houve um plebiscito. Antes mesmo de encontrar os projetos de lei de criação do município de Coronel José Dias datados de 1985 e 1989 na caixa “Coronel José Dias” no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, eu sabia que esse plebiscito havia ocorrido. Essa foi uma das poucas coisas que praticamente todas as pessoas que tinham idade para votar no início dos anos 1990 sabiam ou lembravam para contar. Antes de chegarmos ao que me contaram em campo, sigamos mais um pouco o rastro dos papéis.

Na caixa em que deveriam constar os documentos sobre a criação do município de Coronel José Dias, encontrei dois projetos de lei para sua criação. Um deles, de 1985, tem por autor o então deputado estadual Batista Dias. Batista Dias, o mesmo homem que fora prefeito

---

<sup>84</sup> *Ibid.*

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> *Ibid.*

de Coronel José Dias a partir de dezembro de 1962! Pouco é possível aprender sobre esse PL e seus caminhos. A capa do processo indica que ele chegou à Diretoria Legislativa em 16 de maio de 1985, entrou na pauta em dois dias distintos no mesmo mês e seguiu para Comissões Técnicas em 22 de maio de 1985. A capa ainda nota, a lápis, que o processo está “Incompleto”. De todo modo, é possível perceber que o PL não foi aprovado. No texto da lei pretendida, lê-se os limites territoriais pretendidos:

“A área do Município CORONEL JOSÉ DIAS, será composta das seguintes datas: Várzea Grande, Serra Talhada, Serra Grande, Boqueirãozinho, Esteira, Lagoinha, Mulungu do Jorge, Boa Vista, Poções, Carpina e Água Verde, todas desmembradas do Município de São Raimundo Nonato”<sup>87</sup>

Trata-se das mesmas áreas que foram anteriormente desmembradas, em 1962, para compor Coronel José Dias. Vinte e sete anos após a primeira emancipação, o primeiro prefeito pretende refazer seu município tal qual ele existiu em décadas anteriores. Se os rastros de papel apenas nos trazem até aqui nas intenções de Batista Dias em desmembrar o município que outrora governou, as histórias narradas em campo tampouco encontram ecos nesse projeto de lei. Em nenhuma conversa Batista Dias foi mencionado como alguém envolvido na emancipação definitiva de Coronel José Dias. E o traçado do município indicado nesse projeto de lei de 1985 não corresponde aos limites atuais do município.

Não localizei um projeto de lei que seja posterior a 1991 para a criação de Coronel José Dias. Apenas localizei um documento em que o deputado Waldemar Macêdo requeria, com bases nesta lei complementar de 1991, a criação do município de Coronel José Dias.<sup>88</sup> Este requerimento menciona que está anexo a ele um mapa com a área total do município, o memorial descritivo da área do novo município, o mapa do perímetro urbano e o memorial descritivo do perímetro urbano. No entanto, o documento que encontrei não está reunido em um processo, constituindo-se de uma folha avulsa.

Na pasta sobre a criação do município de Coronel José Dias, encontrei ainda um processo que data de 1989 e é de autoria, novamente, de Waldemar Macêdo. Seguindo para a Diretoria Legislativa em dezembro de 1989, este projeto de lei é posterior à promulgação da Constituição estadual do mesmo ano. Talvez esse ainda não seja o projeto de lei que deu origem,

---

<sup>87</sup> Batista Dias. Projeto de Lei. Cria o Município de Coronel José Dias e dá outras providências. Protocolo Geral No. AL – 0460/85. Pasta Coronel José Dias (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí). 16 maio 1985.

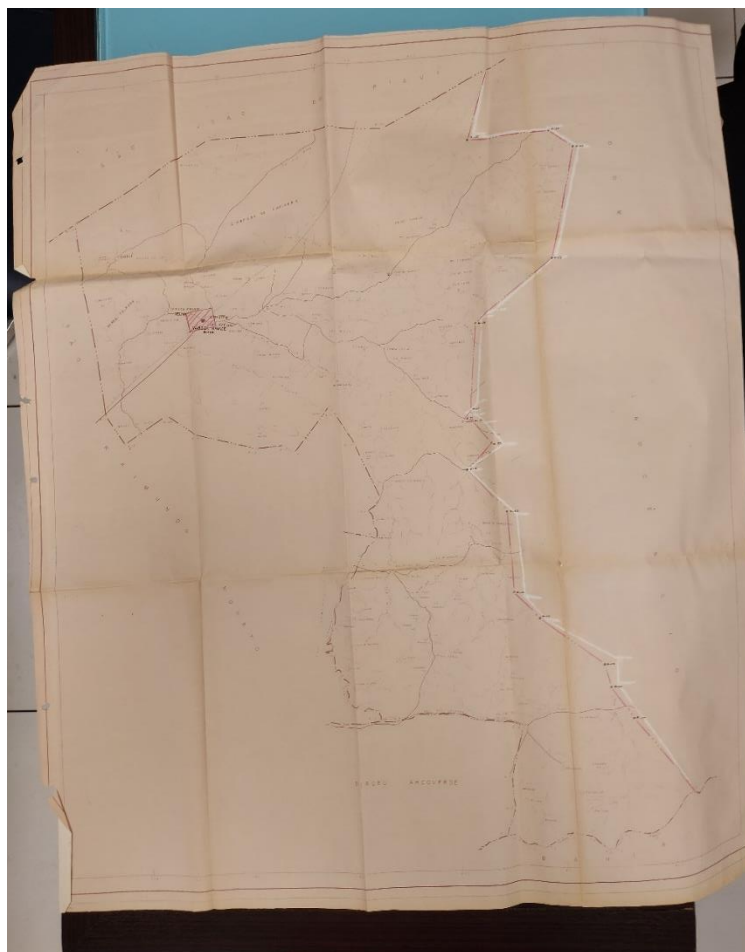
<sup>88</sup> Macêdo, Waldemar. “Waldemar Macêdo, abaixo assinado, Deputado Estadual, vem, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 06 de 01.01.91...” Pasta Dep. Waldemar Macêdo 1973 a 1991 (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí). 10 out 1991.

finalmente, ao município previsto no ADCT de 1989, pois a lei complementar que regulamentava a criação de municípios perante a nova Constituição estadual não tinha passado. De todo modo, este projeto de lei para criar Coronel José Dias em 1989 menciona as mesmas Datas que no ADCT de 1989. Além do projeto de lei em si, o processo é acompanhado de certidões de memoriais descritivos das datas mencionadas. A leitura do projeto de lei e do ADCT da Constituição difere, com relação às áreas, da lei de 1992. Especificamente, a lei faz referência aos marcos geodésicos que efetivamente passam a marcar os limites do novo município. E ali, como notei, a data Lajes é mencionada, além de outras que não aparecem no PL ou no ADCT. Talvez essas áreas correspondam a “Gerais” que aparece na ADCT e no projeto de lei? Quando eu tentava entender a inclusão do segundo distrito no município nos anos 1992, perguntei a uma senhora sobre as Datas indicadas no ADCT da Constituição. “Gerais”, ela me explicou é como se dizia de terras públicas, “do governo” e que não mora ninguém.

Além dos projetos de lei de Batista Dias (1985) e Waldemar Macêdo (1989), a pasta sobre a criação do município de Coronel José Dias no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí inclui dois mapas. O primeiro deles mostra o perímetro definido para o novo município, e é datado de janeiro de 1992. O segundo, indica o traçado urbano da sede do município. O primeiro mapa corresponde à área indicada no projeto de lei de Waldemar Macêdo de 1989, e ao que constava, no mesmo ano, no ADCT da Constituição estadual do Piauí no mesmo ano? Não é possível dizer. De todo modo, em 1992 cria-se o município com o traçado atual. É o que indica o mapa de janeiro de 1992, depois descrito pelos marcos geodésicos na Lei N<sup>o</sup> 4.477, de 29 de abril de 1992.

A combinação do tamanho e cor do mapa com a iluminação do arquivo em que se encontra tornaram difícil fotografá-lo. De todo modo, eis abaixo uma imagem do mapa completo:

Fotografia 7. Mapa da área pretendida para o município de Coronel José Dias



Fonte: pasta sobre a criação do município de Coronel José Dias.<sup>89</sup>

Seguindo os papeis, é possível ir somente até aí. Temos, de um lado, um projeto de lei de 1985, proposto por Batista Dias, sobre o qual ninguém fala. E tal projeto não incluía ainda a região do segundo distrito. Mas como, então, essa região passou a integrar Coronel José Dias? Vejamos o que falam as pessoas com quem conversei.

### 2.3.2 Passar a município: o que contam as pessoas

Até aqui neste capítulo, apresentei o que a legislação trata como criação de um novo município por *desmembramento*. Também usei o termo “emancipação”, que aparece no caderno *História da comunidade São Pedro* para tratar da criação de Coronel José Dias como um

---

<sup>89</sup> Reis, Antonio Alves dos. Mapa do Município de Coronel José Dias. Pasta Coronel José Dias (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí). Jan. 1992.

município autônomo em 1962. Agora, trato do momento em que Coronel José Dias ‘passou a município’ ou ‘passou a cidade’, modo pelo qual a maioria das pessoas com quem conversei falam sobre esse processo. Primeiro, conto as histórias que ouvi sobre o tema na sede do município. A partir dessas histórias, abro uma seção que é um ponto de parada para retomarmos uma questão já introduzida no capítulo: quais os contornos da política na região de São Raimundo Nonato? Em seguida, rumamos finalmente ao segundo distrito, para ouvir o que contam ali sobre o modo como aquela região passou a Coronel José Dias.

### *2.3.2.1 Passar a município, visto da sede*

Em geral, as pessoas com quem conversei tinham pouco a contar sobre o modo pelo qual Coronel José Dias ‘passou a município’. Uma senhora no bairro São Pedro me explicou que em 1992 houve um plebiscito, Expedito Rodrigues do Nascimento foi quem estava à frente. Esse homem, como vimos, fora vereador de São Raimundo Nonato. A Várzea Grande já tinha as condições para ser município, seguiu minha interlocutora: tinha uma igreja, um cemitério e outras coisas que precisava para passar a município. Foi o deputado Marcelo Castro, que é da mesma família dos Dias, quem ajudou Coronel José Dias a se tornar município.

Já outras pessoas com quem conversei me contaram apenas vagamente sobre ter havido um plebiscito e que Valdy Cesário de Oliveira – cujo pai fora vice-prefeito em São Raimundo Nonato – foi o primeiro prefeito de Coronel José Dias. Como me contou um senhor no primeiro distrito: “o Valdy Cesário era um político meio forte assim, que ele tinha o apoio do Waldemar Macêdo. Ele era o presidente do PFL, o partido do Newton [Macêdo] e o Valdy Cesário era o presidente, aí se candidatou”. Ele foi candidato único e “ficou batalhando aí com medo de perder para os [votos] brancos”. Várias pessoas se lembram disso: o candidato único a primeiro prefeito teve medo de perder para os votos brancos.

Assim, aprendemos que Valdy Cesário foi apoiado por Waldemar Macêdo e por seu irmão Newton Macêdo. Mas como parte do atual segundo distrito, politicamente controlado por Newton Macêdo por algumas décadas, veio a integrar Coronel José Dias? Antes de percorrermos as dezenas de quilômetros que levam da sede de Coronel às localidades rurais próximas das Lajes (segundo distrito), vejamos como Expedito Rodrigues, um dos ‘lutadores’ pela emancipação me contou sobre esse processo.

Seu Expedito me contou que *“eu nunca fui rico, nunca fui pobre demais”* e sempre esteve envolvido na política. Seu pai era cabo eleitoral de políticos de São Raimundo Nonato. Conforme seu pai envelheceu, deixou o filho, de dezoito anos, em seu lugar.

*“Aí dali eu já comecei a mexer com política, já fazia alistamento, já fazia registro de pessoas. Tinha o Cartório de São Raimundo, que me entregava já por confiança do velho, me entregava os papéis de registro”.* (Expedito – entrevista gravada)

Era, assim, o responsável por registrar e alistar os eleitores. Tinha lugares ali, seguiu ele, que eram muito *“atrasados”*: ele chegou a registrar onze filhos de um só homem que já tinham idade de *“se alistar”* para votar – isso é, de tirar o registro como eleitor.

*“Para ser político precisa fazer [...] tem que ter a escada, para ir subindo o degrau”*, seguiu contanto Expedito. Ele certamente subiu essa escada, e se elegeu vereador em São Raimundo Nonato. Foi Valdir Ribeiro Dias quem o convidou para se candidatar. *“A oposição nunca tinha feito um candidato aqui, um vereador. Quem mandava aqui era os Oliveira, e eu era da família Dias”*. Nesse relato, assim, reencontramos as disputas entre os Macêdo (e seus aliados Oliveira, na Várzea Grande) e os Ribeiro Dias (e Dias, na Várzea Grande), que já rastreei antes nos documentos. No entanto, de acordo tanto com o relato de Expedito quanto de outra interlocutora na sede do município, nos anos 1970 e 1980 os Ferreira estavam do mesmo lado dos Dias: *“Família Dias é Ferreira, Zé Ferreira, aquele povão todinho, Ferreira, é tudo Dias”*, esclareceu Expedito. Assim, parece haver uma reorientação dos grupos políticos da região nessa época. Ou então, a reversão da emancipação de Coronel José Dias orquestrada por Edison Dias Ferreira nos anos 1960, que a tomou de seu primo Batista Dias, foi um ato isolado.

Sigamos com a trajetória política de Expedito e sua participação na criação de um novo município, segundo a história que me contou. O processo de conseguir se eleger vereador em São Raimundo Nonato foi difícil e oneroso, mas ele conseguiu: *“Nessa campanha, eu tive 350 votos, fui eleito em um monte de lugar”*. Na sua segunda campanha eleitoral como vereador, obteve 1.180 votos. Conseguiu esse feito *“subindo na escadinha, que eu tinha feito. Fazendo favor, indo buscar um doente lá na caatinga, fazendo parto dentro do carro. Tudo eu fiz em política, menos roubar”*.

Prosseguindo sua história na política, chegamos ao momento em que os povoados com certo número de habitantes poderiam se emancipar.

*“Aí nós fizemos uma reunião, os vereadores [de São Raimundo Nonato]. O certo é que aí fizemos um requerimento ao governo, pedindo a emancipação daquele povoado. Aí entrou Várzea Grande, que era o meu povoado. Entrou Bonfim, que foi onde eu falei, o povoado que era do Lino, entrou a Fartura,*

*que era do ... eu não me lembro o nome dele, um grande amigo meu. Aí entrou São Lourenço, que era o Salvador, entrou Curral Novo que era do Antonino Costa. Finalmente, os novos municípios, todos entraram nesse projeto que nós fizemos. Tinha um projeto chave, e tinha as emendas que eram para cada município, né?”* (Expedito – entrevista gravada)

Depois desse documento pronto, o projeto foi para Teresina.

*“Aí o Waldemar Macêdo, deputado [estadual] Waldemar Macêdo, tomou de conta dos projetos todos [...] Aí o Waldemar morreu. Mas quando o Waldemar morreu, estava tudo preparadinho, tudo só no ponto de ser votado. Aí o Marcelo Castro, que é daqui também, tomou de conta de tudo, de novo. [...] Aí quando foi no dia 29 de abril de 1992, recebi o telegrama do Marcelo Castro: ‘Seu município passou, está emancipado’.”* (Expedito – entrevista gravada)

“Nenhum varzea-grandense, me ajudou economicamente em nada. Nem mesmo o meu chefe, que era o Valdy Cesário de Oliveira. Ele era o meu chefe aqui”, mas de início não acreditou que o projeto fosse passar. Antes, Expedito contara que seu grupo político era a oposição dos Oliveira. “A Várzea Grande, na época, era um grande curral eleitoral dos Ferreira”, nas palavras de uma professora com quem conversei. E os Ferreira eram, na Várzea Grande, aliados aos Dias nos anos 1970 e 1980. Espantei-me, então, que Expedito dissesse que Valdy, seu oponente político, fosse seu “chefe”. Então lhe perguntei se neste momento da luta pela emancipação eles já estavam juntos. Trabalharam juntos, contou, a partir do momento que chegou a autorização para fazer a emancipação do município. “Mas o agrimensor quem fazia [a demarcação], né? Eu passei aqui mais de mês, com a casa cheia de agrimensor, comendo galinha, comendo coisa boa, e medindo o município”. Criar um município, aprendemos, depende de empenho político e requer dispêndios como alimentar agrimensores, pagar por documentos...

Passado o município, seu “chefe”, Valdy Cesário de Oliveira, lhe informou que seria o prefeito. De início, os aliados políticos de Expedito (os Ferreira) o apoiaram como candidato pela oposição. Contudo, adiante, acabaram por fazer uma reunião pedindo que cedesse a candidatura para Valdy Cesário. A proposta foi vantajosa, então ele voltou atrás em suas pretensões à prefeitura.

*“Rapaz foi uma conversa de gente sabida para gente besta como eu, é complicado a gente acredita nos trens, que gente não é trem. Eu terminei acreditando, dei minha candidatura para ele, ele ficou único. Votaram 2 mil eleitores. Vou fazer outra jogada, outra brincadeira. Faz um cálculo de quantos votos em branco ele teve, em 2 mil eleitores? [Camila - Eu ouvi dizer que ele quase perdeu para os brancos, eu ouvi essa história.] Já tem uma notícia. Ele teve, saiu em 2 mil eleitores, saiu 834 votos em branco”.* (Expedito – entrevista gravada)



A história segue, com as promessas rompidas, e outro candidato para as eleições seguintes. De todo modo, eis uma história de como se criou o município de Coronel José Dias.

Perguntei a ele, então, como a região que agora é o segundo distrito entrou no município. “*Lá não pegou São Lourenço e não pegou o Dom Inocência*”, respondeu. Se entendo, esses outros municípios que também se emanciparam de São Raimundo Nonato no início dos anos 1990 não tiveram interesse naquela região. Como, afinal, as Lajes, ‘o curral’ do Newton Macêdo, passou a Coronel José Dias?

### 2.3.2.2 *Uma pausa em um momento de uma política (aparentemente) sem lados*

Antes de rumar ao segundo distrito, gostaria de fazer uma pausa em um momento na história política de que venho tratando em que a política teve um só lado. Em uma seção anterior, argumentei que a política, tal qual praticada e entendida na região, tem sempre dois lados. Ou seja, sempre existe uma ‘situação’ e uma ‘oposição’. No entanto, Valdy Cesário de Oliveira disputou a prefeitura municipal de Coronel José Dias em 1992 sem que houvesse um candidato de oposição. Como nos contou Expedito Rodrigues, seu nome chegou a ser cotado pela oposição. No entanto, isso não ocorreu, e ficou a promessa (que não foi mantida) de que ele seria apoiado no próximo pleito pelo “*seu chefe*” político e opositor na Várzea Grande, Valdy Cesário de Oliveira.

Fica a questão: o que ocorreu para que os Dias Ferreira apoiassem a candidatura de um filho de José Cesário de Oliveira, aliado dos Macêdo? Os meandros desse realinhamento não consegui aprender lendo documentos em arquivos, e tampouco em campo. Mas um relato escrito por Rosa Amélia Ferreira, filha de Gaspar Dias Ferreira, por ocasião do octogésimo aniversário de seus pais, relata essa aliança inusitada dos anos 1970. Em seu discurso, publicado em um portal de notícias da região, Rosa Amélia relembra antes os embates políticos entre os Macêdo e os Ferreira: em 1963, Gaspar Ferreira foi eleito prefeito de São Raimundo Nonato. Após um mandato turbulento, ficou oito anos afastado da política, quando torna a se candidatar à prefeitura, apoiado por Valdir Dias Ribeiro. Na ocasião, perde para Newton de Castro Macêdo, irmão de Waldemar Macêdo.

Em 1976 um fato importante marcou a história política de São Raimundo Nonato: a união da família Ferreira com a família Macêdo. Gaspar recebe nessa época do então deputado Waldemar de Castro Macedo o convite para compor a chapa como vice-prefeito de Pedro Macário de Castro obtendo vitória grandiosa. Em 1982 Gaspar Ferreira se candidata a prefeito com o apoio do deputado Waldemar de Castro Macedo. Nesta eleição Gaspar Ferreira

foi eleito com mil e oitocentos votos de maioria, por um período de 6 anos juntamente com seu vice o senhor José Cesário de Oliveira (Zé Preto) grande líder político de Várzea Grande hoje Coronel José Dias (Ribeiro, 2013)

Se no final dos anos 1960 havia, de um lado, os (Dias) Ferreira, aliados aos Dias Ribeiro, e, de outro, os (de Castro) Macêdo, há um realinhamento na década seguinte. Gaspar Ferreira passa para o lado de Waldemar Macêdo.<sup>90</sup> José Cesário de Oliveira inclusive foi seu vice-prefeito. Quando Coronel José Dias se emancipa de São Raimundo Nonato, assim, Valdy Cesário de Oliveira não teve opositores, pois era apoiado por Waldemar Macêdo e pelos Ferreira, que estavam então integrando um mesmo grupo político. Se na Várzea Grande os Dias e os Oliveira compunham os lados opostos da política, em 1992 esses lados encontravam-se juntos, apoiando o mesmo candidato a primeiro prefeito. Essa foi uma situação pontual, única, numa política marcada por um lado e sua oposição.

Mas não se pode esquecer que, como me contaram muitas pessoas em campo, na eleição em que Valdy Cesário foi candidato único, houve muitos votos em branco. Descrevendo uma eleição municipal em 1972 no interior da Bahia, Daniel Gross descreveu um caso semelhante, em que as facções opostas apoiaram um único candidato. O fato de quase 30% dos votos foram votos em branco, no entanto, pode ser interpretado como um protesto contra a candidatura de alguém que era ligado tradicionalmente a um dos lados (Gross, 1973, p. 138). Há uma diferença nos casos, contudo: no caso analisado por Gross, havia tentativas do governo militar em “pacificar” os municípios cujas políticas eram marcadas por faccionalismo (Gross, 1973, p. 140). De todo modo, em 1992 em Coronel José Dias, Valdy Cesário não foi candidato único: ele concorreu com os votos em branco.

Passado o mandato do primeiro prefeito de Coronel José Dias, e não havendo à época reeleição, Valdy Cesário apoiou Ramiro Costa, que dessa vez teve uma ‘oposição’. Na eleição seguinte, Valdy Cesário lançou um candidato contra a reeleição de Ramiro, estando, agora, no lugar de ‘oposição’. Estamos novamente diante da política com dois lados. Todos os pleitos municipais que seguiram tiveram uma ‘situação’ e uma ‘oposição’. Os lados permanecem, mas as pessoas podem mudar de lado. É o caso do próprio Ramiro Costa, por exemplo, que foi candidato em 2016 contra Maninho, Manoel Oliveira Galvão, prefeito entre 2013-2020.<sup>91</sup> Em

---

<sup>90</sup> Ouvi, em campo, que em algum momento dos anos 1980 também Waldemar Macêdo e Newton Macêdo teriam brigado, só se aliando politicamente novamente quando se uniram para integrar a região das Lajes no traçado de Coronel José Dias. No corpo do texto, no entanto, trato do realinhamento dos Ferreira, mas que provavelmente é correspondente à divisão dos Macêdo. Trata-se de uma dupla mudança de lados.

<sup>91</sup> Candidatos a Prefeito de CORONEL JOSÉ DIAS - PI (2016)

2020 passou a integrar o grupo político de seu anterior oponente<sup>92</sup>, e assim, Ramiro Costa elegeu-se vice-prefeito na chapa apoiada por Maninho e encabeçada por Rafael Oliveira, sobrinho de Maninho. Nas eleições de 2024 que se aproximam, Ramiro Costa integra o grupo político da situação, que apoia o nome de Maninho como pré-candidato à prefeitura de Coronel José Dias.<sup>93</sup>

Temos, assim, uma política que tem sempre dois lados, uma situação e uma oposição. O caso da primeira eleição para prefeito em Coronel José Dias é singular, um ponto fora da curva, que logo é retomada. Além de possuir dois lados, a política é uma política de família. Os Ferreira contra os Macêdo, na política de São Raimundo Nonato dos anos 1950-70, como vimos. É mais fácil perceber a continuidade de um modo de tratar dos lados da política a partir dos nomes de família no caso da política municipal de São Raimundo Nonato. Avancemos no tempo, já adentrando no século XXI. Não intento descrever todos os meandros da política municipal, e apenas descrever de que modo a política de dois lados, que faz ou desfaz família, se mantém. Os lados se mantêm, são as pessoas que podem mudar de lado – ou ser acusadas de o fazer.

Iniciemos essa exposição a partir de uma matéria de portal eletrônico escolhida a esmo. E aqui sugiro um retorno aos diagramas de parentesco do início do capítulo. Em 2017, o deputado estadual Edson de Castro Ferreira (filho do finado Gaspar Dias Ferreira e sobrinho de Edison Dias Ferreira) lamentava o falecimento de José de Castro, o Zé de Castro, que fora deputado estadual, e era pai do senador Marcelo Castro. A matéria segue: “apesar de Castros e Ferreiras terem travado, durante décadas, ferrenhas disputas políticas na região Sul do Piauí, o parlamentar enalteceu o legado deixado pelo ex-prefeito”. Em seguida, a palavra é de Edson Ferreira: “Seu Zé de Castro também era meu parente, primo legítimo do meu pai [Gaspar Ferreira]. Ele era o último dessa geração, mas deixa um legado de trabalho, de exemplo, de homem dedicado, disciplinado e lutador em prol da sua região.” (Almeida, G., 2017). Os Castro e os Ferreira estavam em lados distintos da política, nota a matéria. Mas eram todos de uma mesma geração. Percebe-se que Castro e Ferreira, nesta matéria em específico, são os nomes usados para expressar as disputas políticas. No velório de Zé de Castro, contudo, Edson Ferreira, sem deixar de lado a disputa, retoma um laço genealógico comum: Zé de Castro era “primo legítimo” de Gaspar Ferreira. As relações genealógicas entre Gaspar Dias Ferreira e Zé de Castro, existentes como um “estoque virtual” (Villela; Marques, 2017, p. 41), são

---

<sup>92</sup> Ramiro Costa integra grupo político do Prefeito Maninho em Coronel José Dias (2020)

<sup>93</sup> Redação Remanso News (2022)

parcialmente atualizadas na fala de Edson Ferreira. Veremos, contudo, que é só um efetivo realinhamento dos grupos políticos que fará os Ferreira e os Castro (ou parte dos Castro) serem efetivamente uma família.

Numa coluna do site *Cidade Verde*, datada de março de 2023, lemos a manchete “Eleições 2024: Família Castro divi[di]da em São Raimundo Nonato” (Almeida, 2023). Essa manchete pode ser lida em conjunto a outras duas matérias de portais eletrônicos: “Marcelo Castro diz que seu grupo foi excluído por Hélio Isaías e Carmelita” (Almeida; Santos, 2023) e “Hélio Isaías acusa Marcelo Castro de se unir a opositores, mas na prática tem sido diferente” (Moreira, 2023). Vejamos a inter-relação entre essas três matérias e como elas mostram, em primeiro lugar, a associação entre família e lados da política e, em segundo lugar, que os lados são entendidos como fixos, as pessoas que mudam de lado, se unindo à oposição.

No mandato de 2021-2024, a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato é ocupada por dois Castro. Carmelita Castro é a prefeita, e Rogério Castro, seu vice. É essa, portanto, a “família Castro” que estaria agora dividida. É que Rogério Castro é pré-candidato a prefeito pelo MDB, em 2024, apoiado por um primo de seu pai, o senador Marcelo Castro. Carmelita Castro, por sua vez, irá apoiar Isaías Neto, um sobrinho de seu esposo e deputado estadual, Hélio Isaías (PT).<sup>94</sup> Passa a ser importante entender, assim, quem segue sendo a ‘situação’ e quem passou à ‘oposição’ nessa reconfiguração dos Castro. Em primeiro lugar, é interessante notar que a matéria mencionada trata de uma divisão da família Castro. No entanto, apesar do mesmo sobrenome, a relação de parentesco entre Carmelita e Marcelo Castro não costuma ser apresentada publicamente. De todo modo, há agora uma parcela dos Castro – o grupo liderado pelo senador Marcelo Castro – que estaria se unindo aos Ferreira, passando, assim, à ‘oposição’.

Do ponto de vista de Marcelo Castro, o que ocorreu foi um escanteamento do seu grupo político por Carmelita Castro e Hélio Isaías (Almeida; Santos, 2023). Nas eleições de 2022, Carmelita Castro e Hélio Isaías apoiaram a irmã de Carmelita, Margarete Coelho (PP) como candidata a deputada federal. Já o vice-prefeito Rogério Castro (MDB) apoiou Castro Neto (MDB), filho do senador Marcelo Castro, para o mesmo cargo. Este foi eleito, enquanto Margarete, não. De todo modo, “informações apontam que a prefeita ficou sentida com a apoio do vice-prefeito que faz parte do mesmo grupo político, à candidatura de Castro Neto em detrimento de Margareth Coelho.” (Almeida, 2023). Para as eleições municipais de 2024,

---

<sup>94</sup> Hélio Isaías e Carmelita Castro eram filiados ao Progressistas até, respectivamente, 2022 e 2023.

assim, a aliança entre os Castro ficou abalada.<sup>95</sup> As eleições municipais de 2024, por sua vez, também já adiantam as eleições gerais de 2026. É que as políticas municipais dependem dos apoios a candidatos a deputados federais.

Em uma matéria de 2023, encontramos as seguintes palavras do senador Marcelo Castro, a respeito do rompimento entre os Castro:

O que nós sentimos é que nosso grupo político foi excluído das articulações políticas do deputado [estadual] Hélio e da prefeita Carmelita. Eles já têm candidato a deputado federal, que é o Merlong [Solano Nogueira, PT] e o Zé Santana. Nunca sentaram com a gente, eu é que procurava. Eles nunca nos procuraram para nenhum diálogo. Então nos excluíram. Se fomos excluídos, vamos fazer nosso trabalho. (Almeida; Santos, 2023)

Já nas palavras de Hélio Isaías, o que teria ocorrido seria uma união de Marcelo Castro aos Ferreira também na eleição estadual de 2022: “Na eleição estadual o grupo do senador se uniu com o grupo dos Ferreiras e essa junção vem desde o processo de 2022.” (Almeida; Santos, 2023). Quem mudou de lado? Seja como for, a divisão de apoios a candidatos a deputados estaduais e as movimentações para apoios em 2026 fez com que “os Castro”, isso é, o grupo de Hélio/Carmelita e o grupo de Marcelo/Rogério, tenham lançado candidaturas distintas para a prefeitura de São Raimundo Nonato em 2024.

Já afastado do grupo político de Hélio Isaías e Carmelita Castro, o grupo político de Marcelo Castro foi buscar apoio à candidatura de Rogério Castro para a prefeitura entre os Ferreira. Rosa Amélia Ferreira – irmã do ex-prefeito Avelar Ferreira e do ex-deputado estadual Edson Ferreira e filha do ex-prefeito Gaspar Dias Ferreira – é a candidata a vice-prefeita na chapa de Rogério Castro. Em uma coluna política que anunciava o provável nome de Rosa Amélia, o colunista nota que Rogério Castro “é apoiado pelo primo, senador Marcelo Castro (MDB), que também é parente dos Ferreira. No entanto, Castro e Ferreira não disputam juntos há mais de 30 anos.” (Carvalho, 2023).<sup>96</sup> Se uma matéria nota que a “família Castro” está

---

<sup>95</sup> Parece que estamos diante de um caso ligeiramente diferentes daqueles examinados por Palmeira e Heredia (Palmeira; Heredia, 2010) em um aspecto específico. Quando esses antropólogos tratam das eleições como “pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades”, argumentam que isso “vale especialmente para as eleições municipais, que representam uma espécie de matriz para as demais. As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcionar nos municípios pequenos e médios [...] como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais” (*Ibid.*, p. 125). Parece-me, no caso que apresento, que os lados da política municipal servem de matriz para as articulações em nível estadual e federal. Contudo, o apoio a diferentes deputados federais e estaduais é indicado como o causador das rearticulações do que era, em nível municipal, um mesmo grupo político.

<sup>96</sup> Uma primeira versão deste capítulo foi redigida em agosto de 2023. A revisão final deste capítulo ocorreu em setembro de 2024. Informo nesta versão corrigida que o prefeito eleito de São Raimundo Nonato no pleito de 2025 foi Rogério Castro.

dividida, aqui o colunista enfatiza os laços de parentesco entre Marcelo Castro e os Ferreira. Se Marcelo e Rogério Castro se aproximaram dos Ferreira depois de três décadas integrando lados distintos, é assim possível reativar laços genealógicos. A política, assim, faz e refaz família (Villela, 2009).

Do lado do grupo político de Carmelita Castro, Isaías Neto – novato como candidato a um mandato eletivo –, sobrinho de Hélio Isaías, encabeça uma chapa pura do PT, com o vice José Alonso Dias, Zé Alonso, indicação do deputado federal Merlong Solano (Camêlo, 2024). Nas matérias encontradas, o deputado estadual Hélio Isaías “acusa Marcelo Castro de se unir a opositores” (Moreira, 2023). Nessa chave de leitura, assim, foi Marcelo e Rogério Castro quem mudaram de lado, saíram da situação, indo para o lado da oposição, para o lado dos Ferreira. Outras matérias – possivelmente mais alinhadas ao outro grupo político – lembram que a família Isaías outrora estava ao lado dos Ferreira.<sup>97</sup> Como recapitula uma matéria do *Portal SRN*, em 2004 Hélio Isaías indicou seu irmão Dr. Isaías como candidato a vice-prefeito na chapa de Avelar Ferreira, que derrotou Padre Herculano e Castro Júnior. Em 2008, ele apoiou Padre Herculano. Já em 2012, novamente o Dr. Isaías saiu candidato a vice-prefeito ao lado de Avelar Ferreira, derrotando Beto Macedo e Rogério Castro. Foi só em 2016 que houve uma mudança de lado por parte de Hélio Isaías, e ele virou a ‘oposição’ dos Ferreira, que na época eram ‘situação’. Nesse ano de 2016, Hélio Isaías “indicou sua esposa [Carmelita Castro] como candidata a prefeita, buscando Beto Macedo como vice-prefeito” (Moreira, 2023). Carmelita Castro elegeu-se prefeita naquele ano, derrotando Avelar Ferreira em sua pretensão à reeleição. Já para a reeleição de Carmelita, em 2020, foi Rogério Castro o escolhido como vice, num “entendimento entre o Governador Wellington Dias e o Senador Marcelo Castro”.<sup>98</sup>

Ao tratar do caso das disputas atuais para a prefeitura municipal de São Raimundo Nonato, desviei do tema central tratado no capítulo – a emancipação de Coronel José Dias e as disputas política que esse evento deixa ver –, mas o fiz para poder examinar três aspectos que são apenas vislumbrados pelo material de que disponho para o tema central do capítulo. O sobrevoo sobre os movimentos contemporâneos da política em São Raimundo Nonato serviu como apoio para percebermos que: 1) A política ali é entendida como uma política de dois lados, uma ‘situação’ e uma ‘oposição’. O conjunto de pessoas que está em cada lado pode mudar a cada nova eleição, mas os lados se mantêm. Importa saber quem mudou de lado, quem

---

<sup>97</sup> Hélio Isaías e seu irmão, o Dr. Isaías, são de uma família de Oeiras, também no Piauí, mas atuam na política municipal de São Raimundo Nonato há muitos anos.

<sup>98</sup> Rogério Castro será o companheiro de chapa de Carmelita em São Raimundo Nonato (s. d.)

passou à oposição. 2) Os lados da política são compostos por grupos organizados em torno de laços familiares, e são expressos pelo sobrenome da principal família que está em cada lado. 3) Os contornos das disputas da política municipal não se encerram no município: os apoios a deputados estaduais e federais são centrais para os contornos e mudanças de contornos dos grupos políticos. Nenhum desses pontos apontados para a política local são inéditos, e foram abordados por outros autores para outras regiões em ou leituras de síntese (Heredia; Palmeira, 2006; Marques, 2002; Palmeira; Heredia, 2010; Villela; Marques, 2017; Villela, 2009).

Conectando os três pontos notados acima, temos que eles também podem ser vislumbrados no caso das disputas em torno do desmembramento de Coronel José Dias e na história política circundante, mesmo que não possam ser exaustivamente descritos: 1 e 2) A disputa entre os Macêdo e os Ferreira, que ganha contornos com outros nomes de família na Várzea Grande – Oliveira e Dias – foi suficientemente demonstrada ao longo do capítulo; no discurso de Waldemar Macêdo na ALEPI, também vemos como ele tenta anular sua oposição, ao dizer-se “o chefe único de todos os políticos sanraimundenses”.<sup>99</sup> 3) No caso da história política de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato nos períodos esquadrinhados para tratar das emancipações, não é tão clara a relação entre a política local e a política estadual. Porém Waldemar Macêdo, um nome que se repete nos documentos dos anos 1960 aos 1990 foi deputado estadual por todo esse período. Também era deputado estadual Edison Dias Ferreira, seu maior opositor. Foi atuando na ALEPI em Teresina que esses homens se empenharam em desmembrar municípios ou em se informar sobre as leis que regiam os desmembramentos municipais. Atuando na capital estadual, Waldemar Macêdo e Edison Dias Ferreira estavam empenhados na política municipal de São Raimundo Nonato – isso é claro no discurso de Waldemar. Seus irmãos, Newton Macêdo e Gaspar Dias Ferreira foram prefeitos. A política local, assim, estende-se de São Raimundo Nonato a Teresina, e vice-versa.

Comecei esta seção mostrando de que a eleição de Valdy Cesário de Oliveira como candidato único em Coronel José Dias foi um momento raro. Segui delineando alguns aspectos da política local. Voltemos, agora, para as vésperas da eleição de Valdy Cesário. Como Coronel José Dias ‘passou a município’ e como ‘as Lajes’ integram este município? Saímos da sede do

---

<sup>99</sup> Ferreira, Deputado Edison. Requerendo uma cópia do discurso pronunciado pelo deputado Waldemar Macedo, no dia 14 do corrente nesta casa. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 6ª Legislatura (1967-1971), ano 1969, caixa 180. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 20 ago. 1969

município, paramos na São Raimundo Nonato contemporânea. Agora, nos dirigimos ao segundo distrito de Coronel José Dias.

### *2.3.2.3 Passar a município: rumo ao segundo distrito*

Saindo de carro ou de moto do centro de Coronel José Dias rumo ao povoado Lajes de Pedra, enfrentam-se mais de sessenta quilômetros de estrada, praticamente todo o percurso é feito em estrada de terra. Primeiro, passa-se por localidades rurais do primeiro distrito, e por áreas sem casas. É um caminho longo, essa estrada é bastante esburacada. Depois de um curto percurso no asfalto – igualmente esburacado – da rodovia estadual que liga São Lourenço do Piauí a Dom Inocêncio (PI-144), novamente pega-se outra estrada de terra. Para acessá-la, basta entrar na estrada com uma placa que indica o nome dos dois povoados do segundo distrito: Lajes de Pedra e Salininha. Esse segundo trecho de estrada de terra tem melhores condições: a estrada é piçarrada<sup>100</sup>, as máquinas passam com frequência, tirando o excesso de areia e terra que caem no leito da estrada. Mesmo no período de chuvas essa estrada é transitável, bastando apenas passar com o carro sobre partes alagadas, ou desviar delas com a moto. Mais trinta quilômetros devem ser percorridos para chegar até as Lajes de Pedra.

*Fotografia 8. Placa indicando estrada de terra para os povoados Lajes de Pedra (ou Lages de Pedra) e Salinha*



*Fonte: Autora, 2022*

Esse caminho da sede de Coronel José Dias às Lajes de Pedra eu só conheço em sua integralidade por ouvir falar. A estrada de terra que corta lugares do primeiro distrito está em más condições. Como não me desloco de moto, me recomendaram não usar esse percurso. Não

<sup>100</sup> Estradas de terra ‘piçarradas’ têm seus leitos revestidos de piçarra, isso é, de uma mistura de pedra, terra e areia.



só eu, mas algumas outras pessoas que transitam entre esses dois lugares também optam por fazer o caminho mais longo, mas mais seguro: as estradas estão em melhores condições e todo o percurso é margeado por localidades habitadas. Se alguém ‘ficar no prego’, o socorro é mais fácil. Então, saindo da sede de Coronel José Dias, é preciso pegar a BR-020 em direção a São Raimundo Nonato, e dirigir por cerca de 30 quilômetros. Depois, o caminho prossegue pela BR-324 até São Lourenço do Piauí, por mais 22 quilômetros. Dobrando à esquerda, chega-se à esburacada rodovia estadual (PI-144) que leva a Dom Inocêncio, até encontrar a placa da estrada de terra que leva aos povoados do segundo distrito de Coronel José Dias. A totalidade desse percurso, que sai do município de Coronel José Dias e passa por outros dois até retornar ao mesmo município, tem mais de noventa quilômetros.

Seja como for, esses dois caminhos não são percorridos por todos que moram no segundo distrito. As visitas ao segundo distrito são rotina para trabalhadores da prefeitura e para alguns professores temporários da rede estadual. No mais, pouco as pessoas da sede precisam ir ali. O contrário também é verdadeiro: a não ser quando precisam resolver alguma questão no sindicato rural, os moradores do segundo distrito pouco frequentam a sede do município. Na sede, ouvi anedotas de pessoas ‘das Lajes’ que foram já adultas pela primeira vez à cidade de Coronel José Dias. É que Coronel José Dias não possui bancos, cartório eleitoral, cartório, posto do INSS. Todos esses serviços se localizam em São Raimundo Nonato. Então, os deslocamentos a São Raimundo Nonato são mais comuns para os moradores do segundo distrito de Coronel José Dias. É ali que muitos têm sua referência urbana, possuindo uma segunda casa – onde vivem filhos universitários ou trabalhadores do comércio – ou hospedando-se em casas de parentes.

Ao longo dos meses da pesquisa de campo, conheci os povoados Lajes de Pedra e Salininha, além de localidades e sítios rurais do segundo distrito. De um modo geral, conheci a região ‘das Lajes’, sendo o segundo distrito mais amplo.



Este povoado teve origem dentro da fazenda Lageas [sic] do proprietário Manoel Agostinho de Castro, que na década de 50, quatro irmãos sendo os senhores Maximiniano [...], Santos, Elesbão e Bigô, juntamente com suas esposas, adquiriam através de compra alguns hectares da fazenda, e foram os primeiros moradores a habitarem esta parte da terra que antes era usada somente como pastagens do gado (Braga *et al.*, 2006, p. 24)

A escola municipal localizada no povoado Salininha homenageia o pai desses quatro irmãos.

*Fotografia 9. Bandeira da Unidade Escolar Zeferino Ramos de Oliveira, fotografada dentro do pátio da escola*



*Fonte: Autora (2021).*

Como me contou seu Conrado na localidade Barro Vermelho – que comprou para si alguns hectares de terra da antiga fazenda Santa Teresa, que faz limites com a data Lajes –, em 1957 iniciou-se o processo de “*demarcação*”, ou seja, de divisão e demarcação dos limites das fazendas.<sup>101</sup> “*As terras só era os ricos que tinha, só dos ricos. Os pobres foram comprando aqueles pedacinhos...*”, me contou. Primeiro foi demarcada a data Lajes, e cada cinco hectares foram comprados por um cruzeiro. Já quando a data Santa Teresa foi demarcada, “*deu oito*

<sup>101</sup> Em sua pesquisa na Várzea Grande, Emília Pietrafesa de Godoi (1999) notou que ali foi em 1951 que se iniciou o processo de demarcação de titulação das terras.

*hectares para cada cruzeiro [...] aí eu comprei quatro cruzeiros, trinta e dois hectares”* fora os gastos com cartório, “*para constar nos autos*”. Entre as pessoas com quem conversei, muitas me contaram que suas famílias ‘moravam para’ os fazendeiros da região, até conseguirem comprar terras nesse período da ‘demarcação’; conversei com famílias que compraram terras desse período até os anos 1980.

O nome de Manoel Agostinho era comum na boca dos mais idosos. Entre aqueles um pouco mais novos, pessoas na casa dos sessenta ou setenta anos, ‘as Lajes’ são associadas a Newton Macêdo. Genro de Manoel Agostinho, a fazenda passou a ser administrada por ele. Mas mais do que isso: a região tornou-se, nos termos que ouvi de uma pessoa, “*o curral das Lajes*”, todos votavam no candidato indicado por Newton Macêdo. Essa situação passou a mudar quando o Ferreira Neto, filho de Gaspar Ferreira, entrou ali. Foi “*quando caiu a cerca do homem*”, ou seja, quando acabou o ‘curral’.

Assim, quando Coronel José Dias ‘passou a município’, já não era completamente um ‘curral’ eleitoral de um só político. Como as Lajes passaram a Coronel José Dias?

Seu Conrado se lembra do plebiscito:

*“Teve uma eleição de sim ou não. [...] Lá chamava Várzea Grande, aí eles fizeram a eleição sim ou não, para o povo daqui, se sim era se a gente aceitava aqui ser de lá [da Várzea Grande], se não, aqui tinha ficado para São Lourenço ou então Dirceu [Arcoverde], aí o sim ganhou, o pessoal votaram, aí votou muitos dizendo que não.”* (Conrado – entrevista gravada)

Depois teve a eleição de Valdy Cesário de Oliveira, candidato único. Comentei que a sede de Coronel José Dias era bastante distante dali, seu Conrado concordou:

*“Ficou muito contramão aqui para nós, é ruim demais, é longe demais a cidade da gente, a gente passa por duas cidades para poder ir para lá. Passa por São Lourenço, São Raimundo para ir para lá. Pior que por aqui é perto, mas as estradas não compensam.”* (Conrado – entrevista gravada)

Outras pessoas com quem conversei têm lembranças parecidas: de um plebiscito seguido das eleições do primeiro prefeito. “*Quem dividiu esse município foi Valdy Cesário*”, foi algo que ouvi em outra casa no Barro Vermelho. Ouvi explicações semelhantes em diversas outras conversas. Assim, as articulações políticas para o desmembramento de Coronel José Dias são pouco conhecidas ou lembradas. As pessoas se lembram do plebiscito e do primeiro prefeito, que pediu votos na região.

Uma história um pouco diferente ouvi nas Lajes de Pedra, do seu Ari. Diferentemente da maior parte das pessoas com quem conversei no segundo distrito, seu Ari era filho do homem que, por muito tempo, foi o único comerciante das Lajes de Pedra. Conversando com ele, ficou

claro que, se não era um homem de muitas posses, era alguém que não trabalhou para os outros; pelo contrário, seu pai era um homem com ‘mais condição’, os outros trabalhavam para ele. Era, ainda, alguém que se relacionava socialmente com Manoel Agostinho. Ele foi a única pessoa cuja explicação sobre a divisão de Coronel José Dias incluiu menções sobre articulações políticas mais amplas. Contava-me que ali antes era tudo São Raimundo Nonato:

*“Depois que dividiu, aqui passou para Coronel. Que nós era para ter ficado era para São Lourenço, mas devido o Moreira, que o Padre Lira não aceitou o povo de lá para completar a unidade de passar município, aí o Padre Lira não deixou. Aí o finado Newton mais o Waldemar ajeitaram aqui, botaram pra passar, aí nós ficamos para Coronel, mas nossa cidade era para ter sido era São Lourenço, que era mais perto, só 40 km daqui.” (Ari – entrevista gravada)*

Conforme descrevi anteriormente, a primeira emancipação de Coronel José Dias, nos anos 1960, era composta pelo povoado Moreira. Já nos anos 1980, Padre Lira, importante político de Dom Inocêncio, não deixou que esse povoado entrasse em Coronel José Dias. Não é claro como isso ocorreu; de todo modo, Dom Inocêncio desmembrou-se de São Raimundo Nonato antes, em 1988.<sup>102</sup> Houve dois projetos de lei para a criação de Dom Inocêncio nos anos 1980: um de Batista Dias em 1985<sup>103</sup>, outro de Marcelo Castro em 1988.<sup>104</sup>

A partir do segundo distrito, não é possível rastrear as negociações entre os políticos que levaram à criação de novos municípios. Mas seu Ari atribui a entrada nas Lajes em Coronel José Dias à articulação de Waldemar e Newton Macêdo: era necessário atingir um número mínimo de habitantes para constituir um município por desmembramento. Para que a Várzea Grande pudesse realizar sua emancipação política, as Lajes precisaram entrar para completar o número de habitantes. Atualmente, como me disseram várias pessoas nas Lajes, é o segundo distrito quem decide eleição: o número de eleitores ali é maior. Os dois últimos prefeitos, inclusive, são do segundo distrito.<sup>105</sup>

<sup>102</sup> Piauí. Lei Estadual n.º 4.206, de 07 jun. 1988.

<sup>103</sup> Dias, Batista Dep. Projeto de Lei. Cria o Município de Dom Inocêncio e dá outras providências. 15 maio de 1985. Caixa Dom Inocêncio. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí).

<sup>104</sup> Castro, Marcelo Dep. Projeto de Lei. Cria o Município de Dom Inocêncio e dá outras providências. 26 maio de 1988. Caixa Dom Inocêncio. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí).

<sup>105</sup> Manoel Oliveira Galvão (Maninho), prefeito de Coronel José Dias entre 2013 e 2020 e seu sobrinho, Rafael Oliveira da Silva, prefeito desde 2021. Não pretendi seguir as disputas políticas de Coronel José Dias para além dos anos 1990, quando da criação do município.

#### ***2.4 Considerações finais e uma pequena abertura para histórias do segundo distrito***

No primeiro capítulo, descrevi os processos pelos quais se delimita quem pode contar a história de Coronel José Dias e quais histórias são constituídas como histórias *do* município. Numa história municipal ainda em formação, é possível rastrear as reiteraões, a conformação concomitante de uma história municipal e do ente que ela constrói (cf. Figurelli, 2011, 2015).

Se estudo uma história municipal – mas também a contraposição entre essa história e outras histórias *em* Coronel José Dias –, é importante entender as disputas de poder a partir das quais esse município foi criado. Compreender esse processo foi o intuito central deste capítulo. Para entender os processos de emancipação/desmembramento do município, recorri ao estudo do funcionamento da política, descrevendo as disputas entre os ‘grupos políticos’, inspirada em outros antropólogos, que já notaram a inter-relação entre disputas das facções políticas – ou disputas intrafaccionais (Palmeira; Heredia, 2010, p. 92) – e os desmembramentos municipais (Gross, 1973; Marques, 2002, p. 223). Adentrei essa discussão sobre política na medida em que foi importante entender como se criou um município, uma vez que iniciei esta tese abordando a produção de uma história municipal e seus silenciamentos. A discussão sobre política, assim, é um ponto que precisou ser abordado para seguir com o percurso mais amplo da tese.

A partir da introdução de histórias que não figuram nas histórias municipais escritas – que pude conhecer através da pesquisa de campo – é possível ver outras histórias, histórias *em* Coronel José Dias, mas que mostram o silenciamento de certos agentes e lugares na conformação de uma história *do* município. Segundo a abordagem de Trouillot (2016), que já apresentei na introdução, é porque existe uma separação – embora haja também sobreposição parcial – entre historicidade 1 (o que aconteceu) e historicidade 2 (as narrativas sobre o que aconteceu) que pode haver diferentes narrativas de história. A materialidade da historicidade 1, contudo, “deixa indícios, alguns dos quais são bastante concretos – edifícios, cadáveres, censos, monumentos, diários, fronteiras políticas – que limitam o alcance e o significado de qualquer narrativa histórica” (Trouillot, 2016, p. 61). Assim, aquilo e aqueles que são silenciados se dão a ver. Este não foi o foco central deste capítulo, mas não posso terminá-lo como uma primeira abertura para ver as histórias contadas e mostradas na região das Lajes.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Noto, ainda, que a contraposição entre o que contam os documentos escritos localizados em Teresina e o que contam as pessoas em campo sobre o processo de Coronel José Dias ‘passar a município’ também permite uma iluminação recíproca do que cada uma dessas histórias evidencia, por um lado, e silencia, por outro.

Algumas narrativas sobre esta parte de Coronel José Dias podem ser vistas, por exemplo, em um trabalho de conclusão de curso em história de um grupo de estudantes que inclui um professor do povoado Salininha (Braga *et al.*, 2006). Ainda, os nomes das escolas e ruas contam parte dessa história.

*Fotografia 10. Placa de rua no povoado Lajes de Pedra em homenagem a Newton de Castro Macedo.*



*Fonte: Autora (2021)*

Por fim, um monumento erguido na praça das Lajes de Pedra pelo prefeito Manoel Oliveira Galvão, o Maninho, conta a história de seu próprio pai (Francisco Rodrigues Galvão, o Tiinho), homenageando-o com um busto.



Fotografia 11. Busto em homenagem a Francisco Rodrigues Galvão, Tiinho, na praça do povoado Lajes de Pedra. Ao fundo, vê-se a Unidade Escolar Manoel Agostinho de Castro.



Fonte: Autora (2021)



Fotografia 12. Detalhe do texto que acompanha o busto em homenagem a Francisco Rodrigues Galvão, Tiinho, na praça do povoado Lajes de Pedra.



Fonte: Autora (2021)

Nenhum dos nomes inscritos em nomes de escola, placas e monumentos – Newton Macêdo, Manoel Agostinho de Castro, Zeferino Ramos de Oliveira, Francisco Rodrigues Galvão – aparecem nas histórias *de* Coronel José Dias. Menos ainda aparecem as tantas pessoas com quem conversei em campo, ex-vaqueiros, ex-trabalhadores agregados e seus filhos – apenas o nome de Zeferino Ramos de Oliveira (pai de Maximiniano, Santos, Elesbão e Bigô, os fundadores da Salininha) está inscrito num prédio escolar. Silenciado da história do município, o segundo distrito teve uma trajetória à parte da Várzea Grande. Desde 1992, contudo, essas histórias correm entrelaçadas.

Escrevendo sobre seu campo de pesquisa no sertão pernambucano, Ana Claudia Marques notou que

como na Itá descrita por Wagley (1977:45-49), a divisão administrativa do município não delimita aqui uma comunidade de sentimentos ou de coesão interna homogênea. Ao contrário, as pertenças comuns se constroem mediante os espaços e os tempos singulares dos serviços da administração, das feiras, das festas, dos ofícios religiosos, do passeio em volta do açude, das mesas dos bares, das conversas nas bodegas, que entrecortam em periodicidades específicas a continuidade dos afazeres rotineiros, laborados na solidão individual ou apenas entre os parentes e vizinhos mais próximos. (Marques, 2002, p. 47)

No meu campo, um sentimento de pertença a um município, como coronelino, é algo que está em pleno desenvolvimento, e não esgota as pertenças mais localizadas.

De todo modo, ao menos até o momento, não é *a partir do* segundo distrito que se narra ou escreve uma história *de* Coronel José Dias. No Capítulo 5, apresento histórias centradas na região das Lajes, histórias *em* Coronel José Dias, mas que não se pretendem histórias municipais. Assim mesmo, histórias que iluminam processos de articulação entre tempos que ocorrem também em outras partes do município.

Os dois primeiros capítulos relacionam-se centralmente ao segundo começo desta tese, descrito na introdução. Ou seja, respondem aos questionamentos acerca da formação de municípios na região de São Raimundo Nonato, e à formação das histórias desses municípios. Ainda acompanhando os processos de traçar pertenças e exclusões a partir das histórias contadas – preocupação central no Capítulo 1 – o próximo capítulo se relaciona mais ao primeiro início desta tese e indaga: qual o lugar ocupado pelos indígenas nas histórias *de* e *em* Coronel José Dias? Uma breve seção separa a primeira parte da tese da segunda, apresentando um sobrevoo sobre as pesquisas e as fontes acerca das presenças indígenas na região sudeste do Piauí.

## UM SOBREVOO SOBRE AS PRESENCAS INDÍGENAS NA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO E AS PESQUISAS SOBRE ELAS

O Capítulo 3, a seguir, se dedica ao estudo dos modos como os ‘índios’ ou ‘caboclos’ são compreendidos pelas pessoas com quem realizei pesquisa de campo, bem como esses agentes aparecem nas histórias *de* e *em* Coronel José Dias. Antes de prosseguir para o capítulo, contudo, proponho um breve sobrevoo sobre as pesquisas e fontes existentes sobre as presenças indígenas na região de São Raimundo Nonato.

A produção arqueológica sobre a região de São Raimundo Nonato é profusa, sobretudo as pesquisas sobre o período pré-histórico. Já as pesquisas sobre presenças indígenas no período histórico são menos numerosas. O trabalho mais completo sobre a presença indígena nesta região é a tese de doutorado em história social de Ana Stela de Negreiros Oliveira (2007) sobre as guerras contra os Pimenteira. Muito resumidamente: no final do século XVIII a região era habitada pelos índios Pimenteira, localmente conhecidos como Prassaniu e Coripó, que provavelmente descendiam de grupos indígenas outrora aldeados no submédio São Francisco. A partir de 1770, reclamações dos proprietários sobre os ataques desses indígenas às fazendas de gado da região fez com que houvesse sucessivas entradas contra eles até 1815.<sup>107</sup>

Apesar de a guerra ter acabado, alguns relatos dão conta da presença de indígenas na região após essa data, como um documento assinado pelo Barão de Parnaíba em 1827 (Naud, 1971, p. 336): viviam às margens do rio Piauí “seis índias grandes e dez pequenas da dita nação Pimenteira, já domesticadas e um cristão denominado José Dias brabo que foi criado com os gentios”. Quando Spix e Martius (1981) cruzaram o Piauí em 1819 e estiveram no antigo aldeamento de São Gonçalo do Amarante (atual município de Regeneração), tiveram notícias dos Pimenteira, que ainda vagariam em bandos pelas caatingas.

Mas os relatos sobre os Pimenteira parecem diminuir a partir da metade do século XIX. Em sua *Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí*, publicada em 1857, Alencastre escreveu sobre os Pimenteira:

Não havendo mais no Piauí nação alguma indígena que precisasse ser chamada ao seio da religião e civilização (!), pois que os Pimenteiras estavam completamente aniquilados por amor da civilização, e as demais aldeadas em várias localidades [...] (Alencastre, 2015, p. 64)

---

<sup>107</sup> Este e alguns dos próximos parágrafos integram um capítulo de minha autoria (Paula, 2023b). Inclui aqui comentários sobre outras leituras e fontes.

Um século e meio depois, a tese de Oliveira (2007, p. 136) não fala em aniquilamento, mas em mestiçagem como o destino dos indígenas na região. Embora sua tese termine aludindo às possibilidades de reelaboração identitária por meio de processos de emergência étnica, a ideia da mestiçagem completa, da indistinção de origem, é a que emerge de seu trabalho. Mas afinal, a diferenciação entre descendentes dos indígenas e populações de outras origens da região foi efetivamente apagada?

Algumas poucas fontes primárias e secundárias, obtidas em levantamento inicial, indicam que não, ao menos para o restante do século XIX. Em uma carta de 1856 o padre Sebastião Ribeiro Lima, vigário da vila de São Raimundo Nonato, descreve a população da vila a pedido do presidente da província Frederico d’Almeida Albuquerque:

Está porém ainda muito atrasada a povoação da maior parte de todo este território [...] Portanto, deve hoje a população exceder de 6 mil almas livres e escravas, sendo muito inferior o número dos últimos por serem os habitantes em sua maioria paupérrimos, e espacialmente d’escravatura. Situada sobre caatingas, entrecortadas de íngremes serras, montes, outeiros e [ilegível]; regada somente na estação invernososa pelo estreito e arenoso Piauí, e por outros riachos parciais, habitada em sua maior parte por um povo ainda originariamente descendente de Indígenas, que há menos de 40 anos ocupavam muitos d’estes lugares, esta Paróquia por ter de isto está em uma posição assaz apoucada, precisa a todos os respeitos de desenvolvimento.<sup>108</sup>

Assim, percebe-se que grande parte da região, segundo o relato do padre, era habitada por descendentes de indígenas. Em sua dissertação de mestrado sobre escravidão em São Raimundo Nonato na segunda metade do século XIX, Nyanne Viana (2018) refere-se a uma carta do pároco de São Raimundo Nonato remetida ao presidente da província em 1884, em que ele escreve que, entre as dificuldades de manter regularidade no Registro Eclesiástico dos vivos e mortos estava “o estado de civilização dos povos que ainda se recente das centenas de indígenas” (*apud* Viana, 2018, p. 36–37). Esses são indícios de que havia no último quartel do século XIX indígenas vivendo de modo não completamente integrado à sociedade regional.

Viana (2018) também é a primeira pesquisadora a apresentar os dados censitários de 1872 para pensar a questão indígena nesta região: contabilizaram-se 172 pessoas como “cabocla”, o que perfazia 3,6% da população da freguesia de São Raimundo Nonato, sendo 69,19% mulheres.

---

<sup>108</sup> Arquivo Público do Estado do Piauí – Série municípios/ subsérie: São Raimundo Nonato. Vigário. 13 de janeiro de 1856.

Já o recenseamento de 1890, primeiro Censo republicano, era uma fonte inexplorada para a história indígena na região até a publicação do meu capítulo (Paula, 2023b). Vê-se nas tabelas que elaborei, a seguir, a composição racial da região:

*Tabela 1. População da Freguesia de São Raymundo Nonato, quanto a raça e sexo - 1890*

Homens					Mulheres					
Branços	Pretos	Caboclos	Mestiços	Total	Branças	Pretas	Caboclas	Mestiças	Total	TOTAL
750	265	<b>1350</b>	756	3.121	681	259	<b>1320</b>	616	2.876	5.997
24%	8,5%	<b>43,3%</b>	24,2%		23,7%	9,0%	<b>45,9%</b>	21,4%		

*Fonte: Elaborada a partir de Directoria Geral de Estatísticas (1898, p. 100). Obs: Há uma inconsistência na soma do total de homens na tabela original; corrigi nesta tabela.*

Tem-se, assim, que em 1890, 75 anos após o fim das guerras contra os Pimenteira, 44,5% da população da região de São Raimundo Nonato era “cabocla”, o que pode indicar alguma ascendência indígena de grande parte da população. No estado do Piauí como um todo, cerca de 20% da população era “cabocla” e 36,6%, “mestiça” (Directoria Geral de Estatística, 1898).

Abaixo da categoria “caboclos” e “caboclas”, nas tabelas do censo de 1890, leem-se as traduções em francês “*indiens*”, “*indiennes*”. João Pacheco de Oliveira (1997) pondera que após o final da escravidão, o aumento de casamentos de pretos e pardos libertos com índios redefiniu a categoria caboclo, passando a incluir não só os indígenas “mas também os seus descendentes por linha paterna ou materna, em uniões com ex-escravos, fossem estes ‘pretos’ ou ‘pardos’”. Isto permitiria explicar o grande aumento de ‘caboclos’ no censo de 1890” (*Ibid.*, 1997, p. 74).

Se a asserção de João Pacheco de Oliveira (1997) pode ser verdadeira a partir de uma visão mais ampla do recenseamento de 1890, esse não parece ser o caso para os dados da paróquia de São Raimundo Nonato. Em que pese a sub-representatividade do Censo de 1890 – que recenseou 5.997 habitantes *versus* os 6.228 do recenseamento de 1872 para São Raimundo Nonato – é improvável que o aumento da categoria caboclo tenha se dado por uniões de escravizados com os “caboclos” do censo de 1872. Afinal, estes eram apenas 172 pessoas.

É difícil saber, dessa forma, se a categoria “caboclo” do Censo de 1890 recobre apenas pessoas com ascendência indígena. À exemplo do que argumentou a historiadora Hebe Mattos para o Sudeste cafeeiro e canavieiro (sobretudo o norte fluminense) sobre o final do período escravocrata e o pós-abolição, será que também na região de São Raimundo Nonato “com o fim do cativo, as categorias socioculturais que constituíam a ordem do mundo rural [...], subitamente deixaram de fazer sentido” (Mattos, 2013, p. 282)? No livro *Das cores do silêncio*,

Mattos desenvolve o argumento, a partir de um entrecruzamento cuidadoso de fontes variadas, de que a categoria “negro” no Sudeste esteve associada ao status social de cativo em toda a segunda metade do século XIX. Com a abolição, a partir dos registros que ela estuda, a categoria “negro” seguiu sendo associada aos ex-escravizados, mas paulatinamente a categoria “pardo” aumentou. De acordo com sua análise, esse aumento não decorreu, naqueles primeiros anos pós-abolição, de mestiçagem, mas de um processo de recategorização social. Para sustentar sua tese, a historiadora mostra que, por exemplo, na freguesia de São Gonçalo, norte fluminense, a proporção entre “brancos” e não brancos nos censos de 1872 e 1890 se mantiveram estáveis. Caso o aumento de “pardos” resultasse de miscigenação, também haveria “um decréscimo relativo do grupo ‘branco’” (Mattos, 2013, p. 322).

A questão de que me ocupo é distinta da que Hebe Matos tratou e, no entanto, parte de seus procedimentos metodológicos me inspiram. A categoria “negro”, no Sudeste, estava associada à condição cativa, e por esse motivo, perdia uso conforme deixava-se de distinguir entre os emancipados pela abolição e aqueles nascidos livres nos anos anteriores à 1888. No caso do uso que estou fazendo dos censos do século XIX para São Raimundo Nonato, trata-se de perguntar: a categoria “caboclo” estaria abarcando parte da população ex-escravizada, população esta que já era diminuta com relação ao total da população da freguesia? Essa pergunta se coloca porque no recenseamento de 1872, aprendemos que os “caboclos” não contavam entre os escravizados; eram todos livres.

Vejam, em primeiro lugar, uma tabela com os dados da população em 1872 a partir do cruzamento de informações sobre raça e condição:

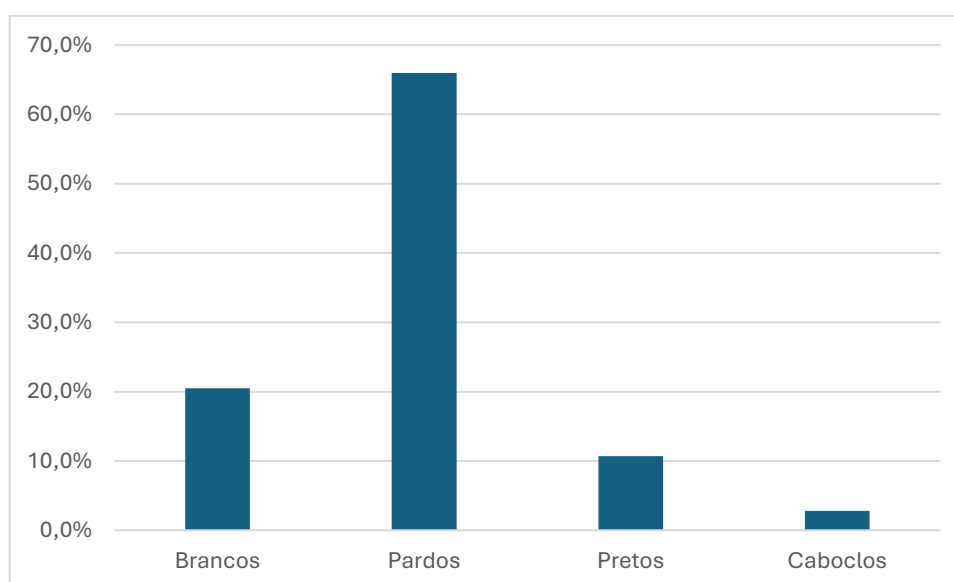
Tabela 2. Recenseamento de 1872 - cruzamento de critérios de raça e condição para São Raimundo Nonato

	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Total
Homens Livres	657	1.915	198	53	2.823
Mulheres livres	619	1.961	180	119	2.879
Homens escravos		132	96		228
Mulheres escravas		105	193		298
Total	1.276	4.113	667	172	6.228
Percentual	20,5%	66%	10,7%	2,8%	

Fonte: elaborado pela Autora a partir de Recenseamento... (1874).

Vemos, assim, que em 1872, 20,5% da população em São Raimundo Nonato era branca, a maioria da população era não branca, sobretudo, parda, o que se visualiza no gráfico abaixo de forma mais clara:

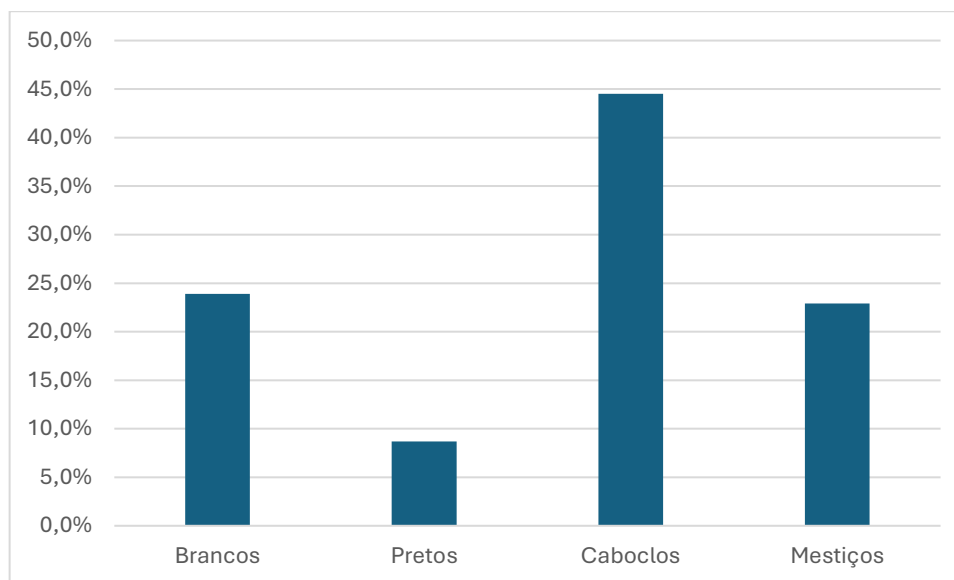
Gráfico 1. Quadro Geral da População da Páróquia de São Raimundo Nonato a partir do Censo de 1872 por cor ("raça") (percentuais)



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de Recenseamento...(1874).

Já em 1890, conforme dados que eu já apresentei, o percentual de “brancos” permanece semelhante, perfazendo 23,9% da população sanraimundense. Os não brancos seguem constituindo a maioria da população local, com predominância dos “caboclos”:

*Gráfico 2. População da Freguesia de São Raymundo Nonato, quanto a raça - 1890 (em percentual)*



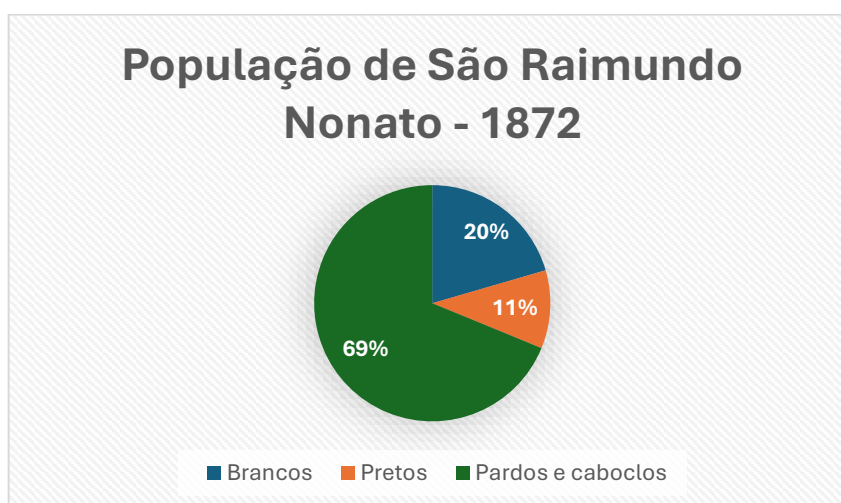
*Fonte: Elaborado pela Autora a partir de Directoria Geral de Estatística (1898).*

O percentual da população branca não se alterou. Assim, o aumento da população “cabocla” possivelmente se deu pela mudança das categorias de classificação da população. Diferentemente do caso estudado por Mattos (2013), contudo, o percentual de “pretos” pouco se alterou entre 1872 e 1890, como podemos visualizar a seguir<sup>109</sup>:

<sup>109</sup> Duas considerações importantes sobre esta comparação: (1) Mattos combina os dados censitários aos registros civis e paróquias de nascimentos e óbitos; (2) Mattos, por usar essas outras fontes, faz referência à categoria “negro”, que constam nesses tipos de registro, e que pode não se sobrepor por completo à categoria “preto” utilizada nos recenseamentos.

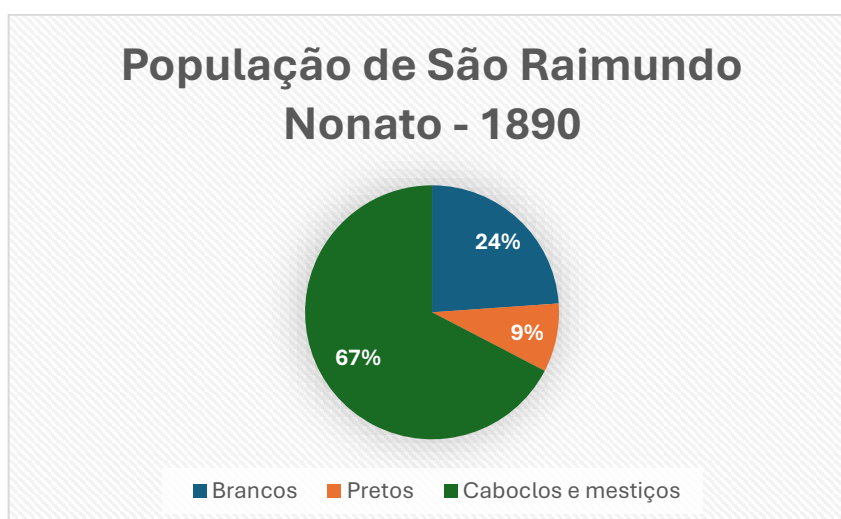


Gráfico 3. População de São Raimundo Nonato em 1872, por raça



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de Recenseamento... (1874).

Gráfico 4. População de São Raimundo Nonato em 1890, por raça.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de Directoria Geral de Estatística (1898).

“Pardos” e “caboclos” no Censo de 1872, “caboclos” e “mestiços” no Censo de 1890 perfazem mais de dois terços da população de São Raimundo Nonato no último quartel do século XIX. Com essa longa discussão sobre categorias sociais/raciais, a partir das considerações de João Pacheco de Oliveira (1997) e da inspiração em procedimentos analíticos de Hebe Mattos (2013), entendo que é difícil dizer de forma categórica se os “caboclos” de 1890 era indígenas ou pessoas com ascendências indígenas (auto ou hetero) reconhecidas. O que se pode ver é uma recategorização, ao menos no plano estatal dos recenseamentos, da população apreendida nas categorias da mistura (pardo, caboclo, mestiço). Mas, como nos alerta Mattos (2013), o que lemos à primeira vista como miscigenação pode indicar mudança de

condição no pós-abolição ou de outras relações locais que não tenho condições de apreender e que, até onde pude pesquisar, não foram abordadas para a região de estudo.

De todo modo, esse levantamento inicial em fontes primárias e secundárias indica que existem indícios de presenças indígenas ou caboclas na região para a segunda metade do século XIX, o que dizer quando avançamos para o século XX? Como indica a literatura, no início do século XX a questão indígena configurou-se no Brasil como uma questão de fixação populacional e controle territorial, em que “populações e terras [foram organizadas] numa rede nacional de vigilância e controle” (Souza Lima, 1995, p. 75).

A partir do estabelecimento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, “os índios”, essa categoria jurídica transitória, passaram a ser vistos como futuros trabalhadores nacionais. Já estes, os “trabalhadores nacionais”, eram entendidos como “os descendentes dos mártires da escravidão africana e da espoliação indígena, em parte argamassados com os herdeiros dos usurpadores” (RMAIC, 1911 *apud* Souza Lima, 1995, p. 127). Como se sabe, o não houve povoações indígenas geridas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) no estado do Piauí.<sup>110</sup>

A guerra contra os Pimenteiras, trabalhada em detalhes na tese em história social de Ana Stela Negreiros de Oliveira (2007) e na dissertação em arqueologia de Rômulo Negreiros (2012), constitui-se o marco a partir do qual se tratava da presença (ou ausência) indígena na região de São Raimundo Nonato. Finda a guerra, teria os indígenas sido mortos, alguns capturados e levados a Oeiras, o restante se miscigenado. Essa posição é retomada em trabalhos acadêmicos e confunde-se com um certo senso comum da região e do estado sobre o fim dos indígenas.

Mais recentemente, no entanto, há diversas pesquisas que prescrutam as presenças indígenas na região de São Raimundo Nonato. Informadas pelas críticas mais recentes ao modo racista e estático com que a historiografia piauiense tratou os indígenas ao longo de todo o século XX, a dissertação em ensino de história de Rafael Assis (2016) e o trabalho de conclusão de curso em arqueologia e preservação patrimonial de Pablo Patrick Santos (2019) apresentam

---

<sup>110</sup> Note-se, contudo, que o estado do Piauí foi um dos primeiros a manifestar interesse na criação de centros agrícolas após a fundação do SPILTN (Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1911, p. 54). O Centro Agrícola David Caldas, localizado no município de União, estava em 1914 instalado em caráter provisório, vivendo ali os antigos ocupantes das terras (Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1915). Além de um livro de memórias do agrônomo Francisco de Assis Iglesias (1951), que foi diretor do Centro Agrícola David Caldas (em 1914), não localizei pesquisas sobre esse Centro.

entrevistas de pessoas com ascendência indígena. Baseadas em poucas entrevistas, e trabalhando na perspectiva da história oral, esses trabalhos tentam reconstruir relações entre o presente e o passado, bem como dar a ver um passado não documentado por registros escritos.

Numa visada propriamente antropológica, a dissertação de Carmecilia Ferreira dos Santos (2021) estuda os processos de territorialização e de marcações de diferença operados com relação a e pelos Dias Marreca. Apesar do título de sua dissertação (*Tapuia/Pimenteira: história e processo de territorialização dos Dias Marreca no município de Caracol – Piauí*), os integrantes dessa família não se identificam como indígenas e não reivindicam de forma enfática os etnônimos Tapuia ou Pimenteira. Essa dissertação, em conjunto com os trabalhos de história oral, indicam a reorientação da visão do término completo dos indígenas e da diferença associada à indianidade na região. Existem famílias, pessoas e locais associados a “índios”, indígenas e “caboclos”.

Outros trabalhos em arqueologia e em antropologia indicam a existência de lugares e objetos associados a ocupações, estruturas e cemitérios indígenas e a “aleivosias” (aparições), indicando que as presenças indígenas, se não ocorrem a partir de processos de etnicidade, jamais deixaram de constituir certos espaços e imaginações na região (Assis; Kesting, 2016; Barbosa; Barbosa; Kesting, 2016; Macêdo, 2021; Macêdo; Mageste; Amaral, 2023; Paula *et al.*, 2018; Souza, 2022).<sup>111</sup> Mesmo mortos, esses indígenas relacionam um passado ao presente. O tempo antigo pode, inclusive, ser referido como “tempo do escravo” ou “tempo do índio”, como na pesquisa de Diego Ribeiro de Souza (2022, p. 53) na comunidade Lagoa dos Torrões, São Raimundo Nonato. Essa dimensão qualitativa dos tempos, no entanto, não foi explorada na pesquisa deste arqueólogo. Entender a temporalidade associadas aos “índios”, e a relação entre o passado e o presente, é tarefa em que me detenho no Capítulo 3 desta tese.

Na última década, assim, aumentaram as pesquisas que abordam os sentidos contemporâneos associados a ‘índios’ na região. Recorrendo à história oral ou a metodologias etnográficas, algumas dessas pesquisas em história e em arqueologia se ocupam em contar as histórias não registradas pelas escritas mais oficiais da história. Tomadas em conjunto, sobretudo as pesquisas que trabalham com arqueologia do presente, esses trabalhos reconhecem que as narrativas obtidas não podem ser tomadas apenas pelos *dados* que fornecem, mas devem ser abordadas a partir das categorias e modos locais de apreender o passado. Ainda assim, com

---

<sup>111</sup> Emília Pietrafesa de Godoi (1998) já aventara a possibilidade de categorias como *livosias*, *gritador*, *dona do mato* e *encantado* serem resultado de “sincretismo luso-ameríndio” (p. 104), em sua etnografia nesta mesma região.

raras exceções (Mageste; Amaral, 2024), esses trabalhos iniciam-se com tentativas de estabelecer uma correspondência entre as fontes escritas e os conhecimentos locais. Ou apresentam um quadro inicial das ocupações indígenas documentadas na região.

São os trabalhos em arqueologia de Gessika Macêdo, Alencar Amaral e Leandro Mageste (Macêdo; Mageste; Amaral, 2023; Mageste; Amaral, 2024) que vêm colocando questões teóricas mais amplas sobre como estudar essas presenças indígenas na região e as remissões a ascendências indígenas.<sup>112</sup> Em um artigo recente, Mageste e Amaral (2024) indagam sobre como fazer pesquisas arqueológicas que ultrapassem os pressupostos dos discursos oficiais do patrimônio, abrindo espaços para outros saberes e outras formas de articulação entre seres “sobrenaturais” (*livusias*, entre outras) e coisas. Desse modo, defendem uma arqueologia aberta aos afetos e a outros modos de fazer mundos, fazendo caber outros indícios, outras articulações e uma perspectiva multitemporal.

Já o artigo de Gessika Macêdo, Leandro Mageste e Alencar Amaral (2023) propõe o uso do conceito de “amefricanidade”, proposto por Lélia Gonzalez (1988), para pensar uma arqueologia decolonial que faça frente aos discursos coloniais que exaltam a branquitude e baseiam-se na ideia de um passado fixo.<sup>113</sup> O intuito central é mostrar o apagamento colonial de presenças negras e indígenas e, por outro lado, o potencial de pensar “as expressões da amefricanidade que se apresentam nas interfaces entre coisas, pessoas e saberes” (*Ibid.*, p. 180). Os autores propõem pensar, por exemplo, a assombração dos cemitérios indígenas como dispositivos de resistência. A partir deste e outros casos, argumentam em favor de requalificar as narrativas sobre os indígenas, subvertendo as ideias consolidadas de extermínio na

---

<sup>112</sup> O artigo de Mageste e Amaral (2024) trata especificamente de *livusias* (ou alevoisias), aparições “sobrenaturais” e as possibilidades de estudo arqueológico numa perspectiva aberta à ideia de pluriverso e de multitemporalidades. De todo modo, penso que as reflexões desses autores – sua abertura para outros saberes e modos de concatenar seres e tempos – pode ser aproximada da minha discussão.

<sup>113</sup> Segundo a leitura que esses autores fazem do artigo de Lélia Gonzalez, a unidade constituída pela categoria *amefricanidade* integra os africanos trazidos escravizados ao continente, bem como aqueles que “chegaram à América muito antes de Colombo” (Gonzalez, 1988, p. 77), o que os autores entendem como integrando tanto ameríndios e quanto descendentes de escravizados. Minha leitura do ensaio de Lélia Gonzalez difere da de Macêdo, Mageste e Amaral (2023), pois me parece que quando fala daqueles que chegaram antes de Colombo, a autora se refere a uma teoria de Van Sertima – que ela menciona duas páginas adiante – de que os olmecas teriam tido sua cultura influenciada por contatos com povos navegadores africanos ao continente americano. Em um artigo dedicado a contestar a teoria de Van Sertima com evidências arqueológicas e antropológicas, Haslip-Vieira, Montellano e Barbour (1997) afirmam que o livro de Van Sertima foi ignorado pela comunidade arqueológica do período, e o consideram pseudocientífico; no anos 1980, o livro foi retomado por pensadores do movimento afrocêntrico. Apesar da minha discordância no uso do termo *amefricanidade* para tratar das interconexões históricas entre pessoas descendentes de africanos e pessoas de descendência ameríndia, o argumento do artigo (Macêdo; Mageste; Amaral, 2023) permanece interessante.

historiografia. É que as narrativas ouvidas em São Bráz do Piauí entrelaçam “passado e presente de uma forma não dicotômica” (*Ibid.*, p. 195) e deixam aberta a possibilidade de os caboclos (materiais ou aparições, mas visíveis) se fazerem presentes. Mas, alertam os autores, “as narrativas sobre os caboclos sinalizam para ativação de memórias relacionadas com indígenas e a ocupação da região, elas também apontam para a participação de povos negros escravizados e seus descendentes” (*Ibid.*, p. 198), o que os leva a sugerir o abandono de “visões de um passado indígena purificado para pensar em Amefricanidades” (*Ibid.*, 199)

A meu ver, esses dois artigos recentes abrem espaço para uma agenda de pesquisa sobre os sentidos de ‘índios’ e ‘caboclos’ na região que vá além da elaboração de uma história indígena, por um lado, ou da construção de narrativas históricas a contrapelo da historiografia mais tradicional, por outro. Tampouco se trata, entendo, de imaginar que a etnicidade indígena é a o único destino possível para conectar passados indígenas ao presente.

É diante deste cenário de pesquisas sobre a temática indígena na região que insiro as considerações de meus próximos dois capítulos desta tese. Especificamente, é animadora a existência de outras pesquisas que indagam sobre os modos de encarar teoricamente as presenças indígenas na região, e que abrem espaço para formas localizadas e múltiplas de relacionar tempos e seres.

## **CAPÍTULO 3. OS ‘ÍNDIOS’ NAS HISTÓRIAS *DE E EM* CORONEL JOSÉ DIAS: A FUNDAÇÃO E SEU ANTES, O MATO E SEU OPOSTO**

### ***3.1 Introdução***

No capítulo anterior, descrevi os processos envolvidos na criação por desmembramento do município de Coronel José Dias. Ali, apresentei os contornos da política na região e explorei o contraste entre o que as pessoas me contaram sobre o processo de ‘passar a município’ e o que contam os documentos sobre o desmembramento de Coronel José Dias. Adicionando outras narrativas às histórias já analisadas, estudo no presente capítulo os sentidos locais atribuídos a ‘índios’ e ‘caboclos’, enfocando o lugar ocupado na história por esses agentes. Este capítulo, assim, liga os dois começos desta tese: como se cria um município, e por conseguinte, como se cria a história de um município? Que lugar nessa história aparecem os ‘índios’? O sobrevoo que antecedeu este capítulo proporciona um olhar mais amplo sobre o tratamento da produção acadêmica acerca das presenças indígenas na região de São Raimundo Nonato.

Voltemos, mais uma vez, aos escritos sobre a história de Coronel José Dias. Especificamente, olhemos como é contado o início da história. Nos documentos escritos oficiais, a história começa assim: “No século XVIII<sup>114</sup>, época da luta pela posse das terras, apareceu o jovem Vitorino Dias Paes Landim, que tomou conta desta região, expulsando os índios, construindo casas e roças para criação de gado” (IBGE, 2017).

O discurso proferido por Sancho Roberto Dias, e diligentemente copiado a caneta no caderno *História da comunidade São Pedro*, conta o início da seguinte maneira:

...Para esse rincão de terra piauiense veio um homem de sangue forte, cheio de virtudes e de heroísmo, comprovado pelos seus feitos e de sua grande descendência; este homem se chamava Vitorino Dias Paes Landim. Ele derramou muitas gotas de suor e sangue expulsando os índios que habitavam nesta região; em meados do século XIX. (*História da comunidade São Pedro*)

A história do que veio a ser Coronel José Dias, assim, inicia-se com a fundação efetuada por Vitorino Dias Paes Landim. Esse homem ganhou terras a partir de “muitas gotas de suor e sangue” derramadas nas lutas contra os “índios” que ali viviam anteriormente; “foi dos índios

---

<sup>114</sup> Ao que tudo indica, pelos documentos encontrados na pesquisa e Emília Pietrafesa de Godoi (1999) e a partir da tese de Ana Stela Negreiros Oliveira (2007) sobre as guerras contra os indígenas Pimenteira, foi no século XIX que a chegada de Vitorino a essa região deve ter ocorrido.

expulsor”, nas palavras do poema da professora Filomena, que abre o primeiro capítulo desta tese; foi também dos indígenas, matador.

Em *O trabalho da memória*, Emília Pietrafresa de Godoi (1999) indica que localizou em Teresina a Declaração de Posse da fazenda Serra Nova no Registro Eclesiástico de 1855. Essa forma de registro foi instaurada após a Lei de Terras de 1850, que deu fim ao regime de posses no Brasil. Nessa declaração assinada por Victorino Paes Landim e referendada pelo vigário Sebastião Ribeiro Lima a vinte e um de abril de 1855 lê-se, de acordo com a transcrição de Godoi:

Eu abaixo assignado declaro que sou possuidor do sítio denominado Serra Nova, nesta freguesia de São Raimundo Nonnato, Província do Piauhý, havido por descoberta que d’elle fiz em o anno de mil oitocentos e vinte e nove e da qual me tenho autorizado em rasão da concessão do Governo, feita a quem tomasse parte na conquista dos índios que habitavam essas caatingas.<sup>115</sup>

Dos indígenas que lá estavam antes de Vitorino nada se sabe a partir dessas histórias. Expulsos e/ou mortos os indígenas, Vitorino construiu “casas e roças para criação de gado” (IBGE, 2017), isto é, fundou o lugar, deu início ao que existe ali.

Neste capítulo, descrevo alguns excertos de narrativas da história sobre a fundação de Vitorino Dias Paes Landim, com o intuito de olhar para o lugar (ou o não lugar) ocupado pelos indígenas na história de Coronel José Dias. Pretendo entender o campo semântico associado aos ‘índios’ na região e o lugar reservado na história a esses agentes. Ademais, prossigo no estudo das operações que traçam pertencas e exclusões a partir das narrações de histórias.

Início o capítulo examinando um escrito, “A história de minha história genealógica”, que encontrei na casa do seu Marciano. Ali, apresento o modo como ele conta a sua vinculação genealógica com Vitorino Dias Paes Landim e analiso quais relações ele traça entre o ato de fundação e a população indígena que anteriormente habitava aquela região. A partir desse escrito, somado a relatos obtidos em conversas e entrevistas, bem como a comparações com outros estudos sobre histórias municipais e regionais (Lacerda, 2021, 2023; Loureiro, 2007; Marques, 2015) argumento que os ‘índios’ são inscritos em um passado encerrado. Trata-se de um modo de historicização (Palmié; Stewart, 2016) – articulação entre passado, presente e futuro – que apresenta o ato fundacional de Vitorino como o começo da história. Para desenvolver esse argumento, inspiro-me nas proposições da antropologia da história que se debruçam sobre os diferentes modos de concatenar passado, presente e futuro em diferentes

---

<sup>115</sup> “Transcrição da Declaração de Posse da Fazenda Serra Nova (1855)”, transcrita em Godoi (1999, p. 106). Fonte: *Registro eclesiástico de 1855*, fls. 4v e 5. Arquivo Histórico da Casa Anísio Brito, Teresina.

sociedades (Hirsch, 2021; Hirsch; Stewart, 2005; Palmié, 2010; Palmié; Stewart, 2016), bem como nas proposições de historiadores que se dedicaram ao estudo dos “regimes de historicidade” na produção da história europeia (Hartog, 2019; Koselleck, 2006), já apresentadas na introdução desta tese.

O estudo do campo semântico associado a ‘índios e ‘caboclos’, ainda me levará a discutir uma multiplicidade de categorias e espaços associados a esses atores. Argumento que uma contraposição entre o campo do dado e o do feito é recoberta por uma série de pares de oposições flutuantes que inserem sempre os ‘índios’ no campo do dado, do natural. Isso se articula à inserção dos indígenas em um período antes da história, a-histórico.

O movimento final do capítulo parte da análise de outro relato escrito: da biografia de José Dias de Souza, o Coronel José Dias, escrita pelo seu filho Raimundo Dias Irmão (2014). Esse livro começa contando sobre antepassados do Coronel José Dias, dentre os quais Vitorino Dias Paes Landim. Nessa versão, Vitorino casou-se com uma filha de uma “índia tapuia”. De um lugar inusitado, assim, a ascendência indígena reinscreve-se na história de Coronel José Dias (do homem e do município de mesmo nome), e na de seu fundador Vitorino. Essa narrativa, como não pode deixar de ser, não se apresenta sem contestação.

Este capítulo, portanto, explora os lugares ocupados pelos indígenas nas histórias *de* e *em* Coronel José Dias, prestando atenção à semântica associada a ‘índios’. Argumento que as histórias *do* município – e as histórias *no* município –, dessa feita, não são histórias que relacionam os antigos habitantes ameríndios da região ao presente do município ou das famílias que ali vivem. Assim, este capítulo persegue os significados em torno de ‘índios’ e ‘caboclos’, prestando atenção à multiplicidade e à não fixidez de categorias que, não obstante, inscrevem esses atores em um antes da história e em um exterior à cultura. Esse Outro representado pelos indígenas, exterioridade necessária para traçar as pertencas do Mesmo, no entanto, permanece latente, e pode ser vislumbrado em seus retornos. O capítulo encerra, desse modo, com a história de uma dessas aberturas: a biografia de José Dias de Souza, o Coronel José Dias, e a reinserção de uma ancestral indígena em sua genealogia. Os dois capítulos que seguem dedicam-se igualmente a esse duplo movimento de externalizar e encerrar o passado, por um lado, e, por outro, de tornar presente o passado – seus agentes e relações – através de histórias *mostradas*.

### **3.2 “A história de minha história genealógica”**



Como o título sugere, “A história de minha história genealógica” é uma breve história genealógica de seu Marciano, morador da zona urbana de Coronel José Dias. Na minha primeira visita a sua casa, expliquei um pouco sobre minha pesquisa: “*eu estou fazendo essa pesquisa sobre como as pessoas contam as histórias da origem aqui do município, como era de primeiro, quais eram as famílias, essa parte dos índios também aí me interessa*”.

Como foi comum em minha pesquisa de campo, seu Marciano começou me dizendo que “*um que sabia muita história mesmo faleceu já tem uns anos, que esse foi quem me contou ainda algumas histórias*”: os mais velhos, que viveram antes, é quem sabiam contar a história. Mas ele, como alguns outros de meus interlocutores em campo, aprendeu algumas delas. “*É, no início aqui era habitado pelos índios, né?*”, prosseguiu ele, e emendou, entremeando as histórias ouvidas dos mais velhos às histórias aprendidas em seus poucos anos escolares, acrescidas por seu aguçado interesse pelo conhecimento do mundo:

*“Assim como em todo Brasil, quando falam que foi descoberto pelo Pedro Álvares Cabral com sua equipe. Era habitado pelos índios no início aqui e viviam à vontade aí, conservando a natureza como ela... como deus deixou né? Como a história conta, os índios são cuidadosos em conservar a natureza e aí com o desenvolvimento no Brasil né, o crescimento...”* (Marciano – entrevista gravada)

Mas chegou Vitorino:

*“Após ter... o governo da Bahia travado uma luta por os direitos aí... o Vitorino foi um dos forte lá nessa luta, aí quando terminaram tudo o governo da Bahia se ofereceu ele, o que ele quisesse podia procurar, aí ele preferiu a fazenda, vir morar por aqui, chegando aqui ficou morando por aí harmoniosamente com os índios sem divergências né?”* (Marciano – entrevista gravada)

De início, conta a versão de seu Marciano, vivia o pessoal de Vitorino em harmonia com os indígenas:

*“[...] cada quem... os índios cuidando da vida deles do jeito deles né e o Vitorino... tem um lado que a história conta que ele veio acompanhado de familiares, dois irmãos, uma irmã e um irmão. A irmã foi morar lá onde é chamado Sítio do Mocó agora né, com os filhos, tal. E o irmão foi para um lugar chamado Boqueirãozinho. E aí ele [Vitorino] ficou centralizado aqui onde hoje é a cidade de Coronel José Dias com a esposa e os filhos né.”* (Marciano – entrevista gravada)

Essa história da fundação do lugar por Vitorino e seus irmãos, que seu Marciano me contou em nossa conversa, foi também contada por escrito, em “A história de minha história genealógica”. Vamos a esse texto, e depois retornamos ao ponto de passagem da convivência pacífica entre Vitorino e os indígenas, e o momento em que o fundador branco passou a matar os indígenas.

Primeiro, apresento o curto escrito “A história de minha história genealógica” e inicio a descrição de como seu Marciano busca se vincular genealógicamente a Vitorino Dias Paes Landim, e de que maneira sua vinculação genealógica a uma “*bisavó descendente de índio*” é incerta. Essa é uma questão que analiso com maior aprofundamento no Capítulo 4: a obliteração parcial das ascendências indígenas das histórias familiares é um modo de negar ou silenciar essa relação, inscrevendo o elemento indígena em um passado encerrado. Em seguida, ainda neste capítulo, estudo como o fim dos indígenas na região é tratado nas histórias *em* Coronel José Dias. Adiante, sigo argumentando que os ‘índios’ são excluídos dessas histórias a partir do modo de articular tempos na narração da história: a história contada como uma sucessão de feitos civilizatórios progressivos inscreve os ‘índios’ em um passado pré-fundacional, em uma espécie de *pré-história* ou *não história* do lugar. Essa qualidade progressiva das histórias locais exclui das possibilidades de existência contemporâneas os indígenas – posto que são associados a características como brabeza, o lugar do mato, do não explorado, não trabalhado ou não civilizado.

Voltemos à minha visita a seu Marciano. Vitorino e os seus, ele me disse, de início viviam em paz com os indígenas. Após esses matarem um filho de Vitorino foi que ele “*começou a capturar, buscar, matar eles, exterminar pra ficar só ele, o povo dele*”. Posteriormente, Marciano ainda narraria “*a cilada*”, a “*tecnologia*” usada por Vitorino para exterminar os indígenas, a partir do que ouviu um tio contar. Naquele nosso começo de conversa, no entanto, ele só me disse que os índios acabaram. Em seguida, perguntei se por ali na região não tinha restado sequer uma descendência indígena. Ao que ele me respondeu:

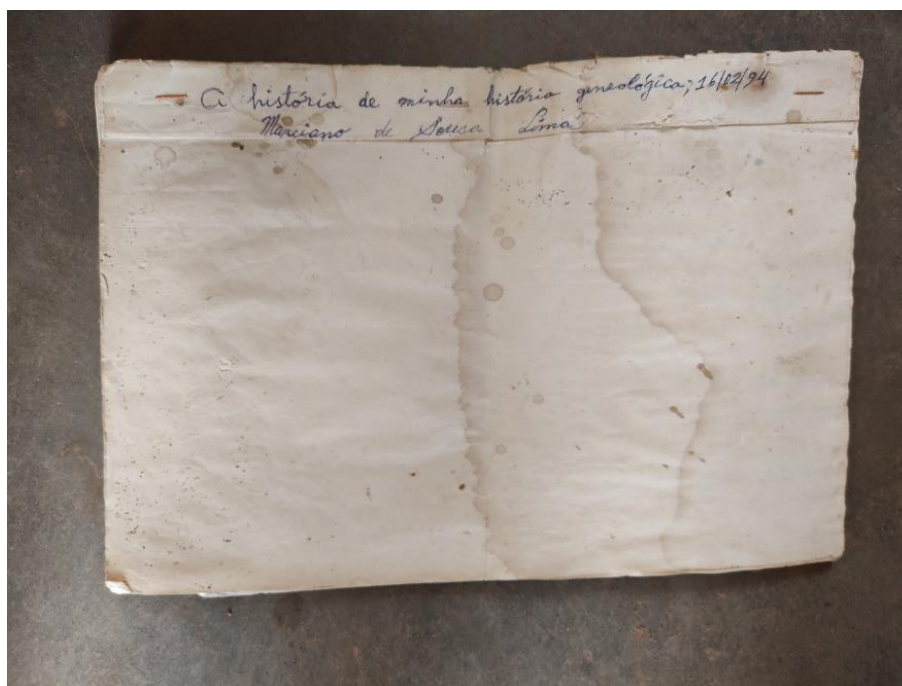
*“Marciano - É para ter ficado aí, mas já misturaram aí com o povo do Vitorino [...] dizem que... eu tinha uma bisavó que era descendente de índio.*

*Camila - E como era isso?*

*Marciano - Mas aí eu não sei como foi, disse que foi pega a dente de cachorro, sem dúvida colocaram ela na civilização do povo do Vitorino.”* (Entrevista gravada)

Foi nesse momento que ele me contou, então, que o Vitorino era seu “quatro trisavô”, informação que ele aprendeu ao realizar uma pesquisa genealógica no tempo em que foi professor leigo. Se bem entendi, ele foi formado professor leigo por uma iniciativa não governamental, e a pesquisa da história familiar foi uma atividade dessa formação de professores. Marciano entrou em um quarto, e enquanto eu esperava na sala de sua casa, revirou papéis até encontrar “A história de minha história genealógica”. Três grampos de papel mantêm unidas as seis folhas de papel sulfite que, em formato paisagem, compõem o livreto com esse título. Além do título, vemos o nome do autor e a data de escrita, 16 de fevereiro de 1994.

Fotografia 13. Capa de “A história de minha história genealógica”, de autoria de Marciano de Sousa Lima



Fonte: Autora (2021)

As quatro páginas centrais do pequeno caderno contam a história da família de Marciano. Ou melhor: ali ele listou os nomes de seus familiares e seus locais de nascimento. No primeiro parágrafo, apresenta seu nome, data e local de nascimento, e sua filiação. No segundo parágrafo, a filiação de sua mãe e o local de nascimento de seus avós maternos. Faz o mesmo com relação a seu pai, no parágrafo que segue. Depois, indica a filiação dos avós maternos e dos avós paternos, sempre anotando os nomes e os locais de nascimento das pessoas. Segue ainda até os bisavós, indicando a filiação de um bisavô (MFF) e duas bisavós (MMM e FFM). “Meus trisavós paternos não sei quem são e assim por diante”. Apesar de não ter conseguido pesquisar os nomes de vários de seus trisavós, Marciano indica dois de seus quatrissavós:

Meus quatrissavós maternos são:

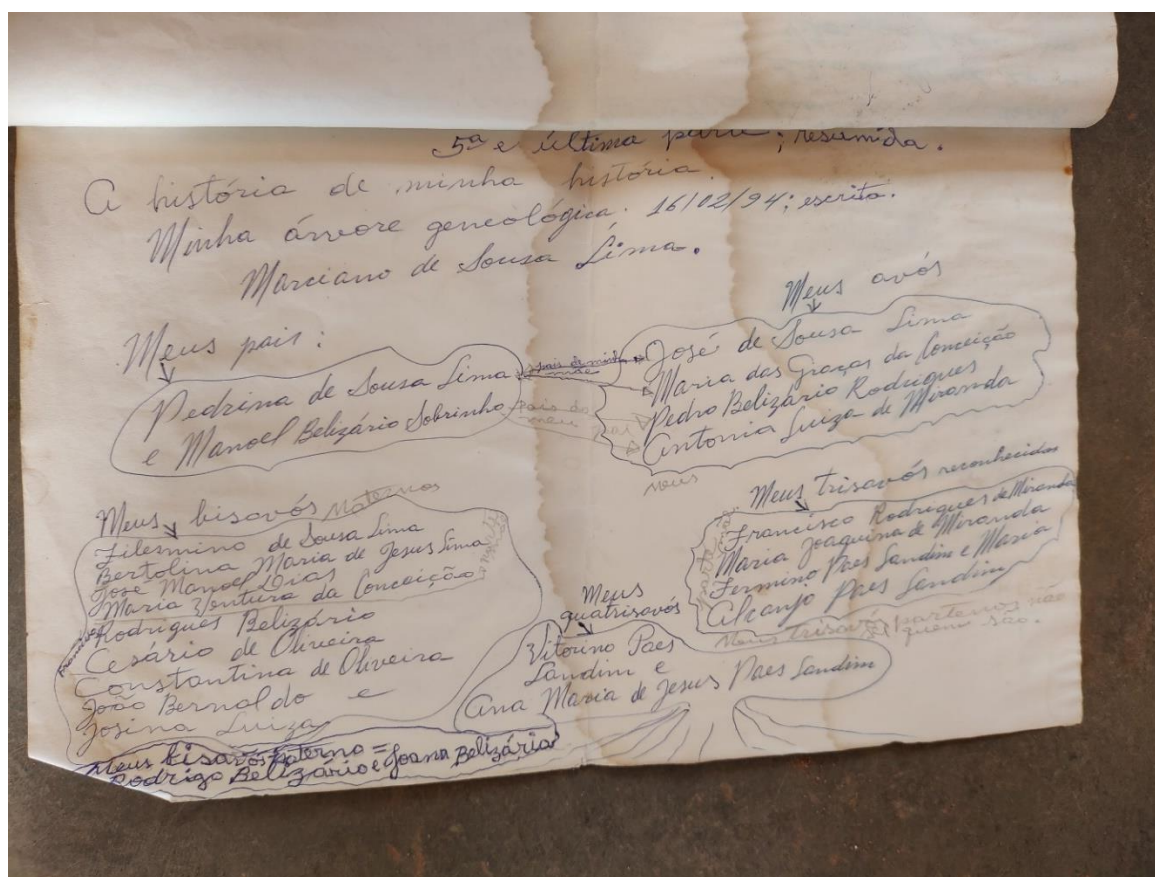
Vitorino Paes Landim e Ana Maria de Jesus Paes Landim. Chegaram ao local Várzea-Grande em 1815 em companhia de familiares. (“A história de minha história genealógica”)

Descobrimos, a partir de “A história de minha história genealógica”, que Marciano é descendente de Vitorino, o fundador. Apreendi, na conversa com ele, que ele também desce de uma “bisavó descendente de índio”. Para ambos os casos, a relação genealógica efetiva é vacilante. No caso dos quatrissavós Vitorino e Ana Maria, não é possível saber exatamente de quem eles são pais – embora, pelo sobrenome, provavelmente sejam pais do pai da mãe da mãe da mãe (MMMMF) de Marciano ou pais da mãe da mãe da mãe da mãe (MMMM) dele. No caso

da bisavó indígena, apesar de eu perguntar quais delas era essa descendente de indígena, ele não soube ou não quis me falar; é que “*sem dúvida colocaram ela na civilização do povo do Vitorino*”. Os indígenas, como argumento adiante, remetem a um passado superado, que acaba com a mistura e o ingresso ‘na civilização’.

Na imagem desenhada por Marciano, Vitorino Paes Landim e Ana Maria de Jesus Paes Landim são o tronco da sua árvore genealógica:

Fotografia 14. Última página do “A história de minha história genealógica”, de autoria de Marciano de Sousa Lima



Fonte: Autora (2021)

Em consonância com o que mostrou Emília Pietrafesa de Godoi (1999) em sua pesquisa nesta mesma região nos anos 1980, Vitorino segue sendo apontado como o fundador do lugar – o “tronco velho”, ponto de referência para instauração de um lugar e produção, através da memória, de um conjunto de pessoas que se veem como perfazendo uma comunidade. Mais recentemente, como mostrei no primeiro capítulo, Vitorino tem seu ato de fundação expandido: ele deixa de ser apenas o fundador de um grupo de base familiar situado nas terras das antigas fazendas que originaram a Várzea Grande e as localidades rurais próximas, e passa a ser o fundador do município como um todo.

### 3.2.1 A fundação: a história da “civilização do povo do Vitorino”

“A história de minha história genealógica” lista os parentes do seu Marciano, lista uma sucessão de tempos estáveis. Trata-se de um procedimento que inscreve o autor em uma família e na descendência de Vitorino. Como discuti no Capítulo 1, as listagens genealógicas e de pessoas contam sobre a comunidade narrada, ao mesmo tempo em que a produzem. Mas o pequeno livreto de seu Marciano, além de listar, narra brevemente a chegada de Vitorino e seus irmãos, e alguns de seus feitos. Nessa parte narrada, percebe-se a insinuação de uma historicidade progressiva, de uma história contada a partir de um início-fundação que se abre para um futuro incerto, mas sempre progressivo. A história é a história da “civilização do povo do Vitorino”, para retomarmos as palavras do próprio Marciano. Vejamos o breve trecho narrado. Vitorino e sua esposa Ana Maria:

chegaram ao local Várzea-Grande em 1815 em companhia de familiares. E se dividiram; cada família ficou em um local. A Isabel irmã do Vitorino ficou no Sítio do Mocó com o esposo, o Bráz também irmão do Vitorino ficou no Boqueirãozinho com a esposa; e o casal Vitorino e Ana Maria, ficaram na parte central Várzea-Grande onde se encarregaram de fazer várias transformações; uma delas de 1815 a 1828 a expulsão dos índios, que foi uma coisa que ele de início nem pretendia fazer; mas por causa deles terem matado um familiar dele, então ele decidiu expulsá-los e fazer um novo povoamento. Em 1829 registrou aqui como fazenda Várzea-Grande; em 1916 criou o povoado Várzea-Grande e em 1918 criou a 1ª escola pública que até hoje funciona atualmente no bairro São Pedro com o nome Tomás Gonçalves. E dizem que ele criou muitas outras entidades importantes. (“A história de minha história genealógica”)

Se é improvável que Vitorino estivesse vivo para fundar o povoado já no século XX, certo é que o texto de Marciano indica o ato de fundação daquele homem como o ponto inicial de “várias transformações”, o início da civilização. Dentre as transformações efetuadas, está a expulsão e matança dos indígenas que ali viviam, ponto fundamental para a existência da própria história. Como me explicou outro senhor, Afonso, Vitorino “*chegou aqui, com os jumentos, cavalos e aqui só tinha índio*”.

Segundo a narrativa de Marciano, tanto escrita quanto oral, havia certo convívio possível entre os indígenas e a turma do Vitorino, até que aqueles mataram o filho deste homem. Foi justamente pela criação de gado, segundo me contou Marciano, que esse assassinato ocorreu:

“*Aí começou o Vitorino criar gado, criar os animais por aí e os bichos começaram pisar lá pro o lado deles [dos índios], lá onde eles habitavam e eles já ficaram não gostando daquilo né, interferência diferente no meio deles, aí vai, vai, um dia o filho do Vitorino andando procurando os animais, cuidando por aí os índios pegaram e disse que... é... tiraram a vida do filho*”

*do Vitorino.” (Marciano – entrevista gravada)*

Vivendo próximos às serras, os indígenas “*ficavam naquele meio lá vivendo a vida deles*”, até que a chegada do gado produziu uma intromissão em suas vidas. O gado, item fundamental na fundação do lugar. Após esse episódio, o pessoal do Vitorino começou a matar os indígenas, conforme me narrou Marciano:

*“Os derradeiros que ficaram terminaram fugindo, alguns pouquinhos, ele armou uma cilada, uma tecnologia, inventou um jeito que acabou com eles numa noite quase todos, ficou só uns dois, quando perceberam que estavam sendo exterminado tudo desapareceram.*

*Aí o Vitorino passou a perseguir os índios a partir de quando mataram o filho dele e as história contam que certa vez ele escapou de ser morto por eles também. Uma história interessante, ele tinha um dia que tinha dado uma chuva ele saiu à procura de achar, matar... um fuzil e aí vai, vai, chegou num lugar, ele partiu pra cima deles pra atirar, matar mesmo, aí quando se deu conta tinha desmontado lá o gatilho, uma coisa lá do fuzil, aí ele ficou ali sem saber o que fazer, os índios perceberam, partiram para cima dele para pegar ele, aí ele... o Vitorino, a saída foi correr. Ele sabia de uma árvore que tinha assim uma abertura, um oco como a gente chama, a linguagem comum, bem grande que cabia um homem e ele era um homem forte, dizem que ele matava um boi com um murro. Era bem forte, essa árvore era bem grande, a gente dá para imaginar né, oco grande, correu e aí entrou, se protegeu dentro do oco e os índios vieram assim na pisada dele, aí viram onde ele entrou, chegaram ali falando a linguagem deles lá estranha que o Vitorino nem entendia, mas aí o Vitorino quando entrou, lembrou que tinha um canivetezinho, ajeitou ali no lugar do gatilho do fuzil e dava para mandar as balas, pra atirar né?*

*Primeiro índio que meteu a cara “ele tá aqui, vamos puxar ele aqui”, ele [Vitorino] “pá”, atirou, matou, o cabra caiu lá. Veio outro tentando e ali matou alguns, os outros correram, correram. Aí ficaram, mas aí ele, Vitorino fez um estudo bem bolado, assim a história que conta e essa história foi um tio meu que me contou, não é mais vivo não também disse que depois aí ele [Vitorino] disse: “com rifle não vai dar certo, não, porque pode os índios me pegar e matar, assim como andaram pegando.”*

*Aí o que que ele fez? Estudou um meio, a história que ele contava que já tinham contado para ele, esse meu tio. Aí ele pensou um meio, como é que podia acabar com eles sem perigo para ele, assim a história que conta, que ele me contou que contaram para ele, contratou uns padres, o padre e uma banda de música né, disse que os índios gostam muito da cor vermelha.*

[...]

*Isso para essa serra nova onde eles ficavam mais naquelas rochas, naquela, como é chamado? Naquelas tocas, né. [...] É, aí, armou o palanque, preparou tudo bonitinho, eles gostavam de música, da cor vermelha, pôs um monte de bandeira vermelha e contratou também o conjunto musical e colocou pra tocarem lá à noite e o padre disse que pra consagrar eles pra morrer. É o jeito... disse que eles gostavam muito das cores vermelhas, da música e aí lá que começaram esbanjar música lá, a noite, aí eles ouviram aquilo, vieram uma multidão, tudo ver aquilo, aí chegaram abismado, aquelas lampiãozona acesa a noite, bonito, tanta bandeira vermelha e música e aí tinha lá o padre celebrando e consagrando eles ali e os auxiliar ali com as guilhotina tudo ali,*

*um dado e outro de outro, chegavam abismado ali, o padre disse que consagrava ali, até a gente fica imaginando uma história desse jeito é assim mesmo?”* (Marciano – entrevista gravada)

Essa foi a única vez que ouvi sobre um episódio do massacre dos indígenas. Em geral, as pessoas me contavam o fim dos ‘índios’ de forma mais breve, como por exemplo seu Paulo: *“Tinha uma aldeia de índios. Quem atabocou eles foi Vitorino. [...] Contavam que ele [Vitorino] foi quem matou”*. Vitorino, assim, acabou com os índios. Essa é somente parte da história, claro, pois tanto seu Paulo quanto seu Marciano têm ascendência indígena, tinham bisavós ‘descendentes de índio’. A inscrição dessa ascendência indígena num passado encerrado das famílias é um dos temas do Capítulo 4. Por agora, detenho-me na análise do fim dos indígenas nas histórias de fundação de Várzea Grande/Coronel José Dias.

Outro homem ainda, seu Afonso, o mesmo que me contou que quando Vitorino chegou ali *“só tinha índio”*, tendo ele trazido jumentos e cavalos, me disse também que não sabe para onde *“a descendência desses índios foi”*. Mas explicou que Vitorino e seu pessoal foram *“educando o povo”*, *“sensibilizando”*. Similarmente, seu Marciano esclareceu que sua bisavó descendente de índios entrou *“na civilização do povo do Vitorino”*. Este homem, assim, é entendido como o instaurador da civilização. Foi o encarregado por *“fazer várias transformações”*. Foi, antes de tudo, o fundador do lugar, o iniciador da história. Os ‘índios’, veremos, situam-se fora e antes da história e da cultura.

### **3.3 Semântica dos ‘índios’**

Reputado conhecedor da história e das relações genealógicas locais, seu Paulo foi umas das primeiras pessoas com quem conversei em campo. Iniciei minha primeira conversa com ele, acompanhada de Lorayne, apresentando meu interesse em conhecer as famílias dali. Antes mesmo de mencionar meu interesse em saber o que ele poderia me contar sobre ‘os índios’ ou ‘os caboclos’, o termo ‘índio’ apareceu em nossa conversa.

Nessa conversa, seu Paulo mencionava algumas das famílias da região da Várzea Grande e do Sítio do Mocó e como eram conhecidas. Falamos, então, da ocupação de região que atualmente é o bairro do Barro Vermelho<sup>116</sup>, próximo de onde estávamos. Contou-me ele que ali havia apenas cinco casas quando ele ‘alcançou’, isso é, ele chegou a conhecer ali com

---

<sup>116</sup> Aqui, refiro-me ao que atualmente é o bairro do Barro Vermelho, na sede do município. No segundo distrito há uma localidade rural de mesmo nome.

apenas esse número de residências. Indaguei, então, se essas casas eram todas de uma mesma família, ao que ele me respondeu: *“Tudo primo, sobrinho. Aqui foi um lugar que gente de fora aqui não tinha apoio, não. Que [aqui] era que nem índio, quase. Índio assim, porque era só o povo daqui. Aqui era só família só”*. Essa foi a primeira vez que o termo ‘índio’ apareceu em nossa conversa. Viver *“que nem índio”*, assim, implica certa endogenia de relações.

A conversa prosseguiu, e seu Paulo seguiu demonstrando seu grande conhecimento das genealogias de famílias da região, ao contar histórias sobre episódios em que ele ajudou outras pessoas a elucidar suas próprias relações. A dado momento, mencionou os Dias, da família do Coronel José Dias – sua própria família, por linhagem materna. Lorayne, então, perguntou se os Dias foram a primeira família dali. Ele confirmou: *“Foi. Quem descobriu aqui foi o Vitorino”*. E Vitorino era Dias.

*“Foi quando ele descobriu isso daqui. Vitorino não é do meu tempo, só vejo a história dele porque minha avó contava demais. [...] Minha bisavó, que eu alcancei minha bisavó. Minha bisavó morreu com quase cem anos e nunca caducou. Contava tudo. Contava até a primeira casa que foi feita na Várzea Grande.”* (Paulo – entrevista gravada)

Essa primeira casa do povoado, prosseguiu meu interlocutor, foi erguida no ‘tempo da maniçoba’, por um ‘pernambucano’.

Na explicação de seu Paulo, vivia na região *“uma família só”*, os Dias. Conforme já explicado no Capítulo 1, a onda de extração de látex de maniçoba atraiu grande quantidade de gente de fora, e esse momento de entrada de forasteiros foi marcado por muita violência. Seu Paulo prosseguiu em sua narração, mencionando alguns dos ‘pernambucanos’ e ‘baianos’ que ali constituíram família. Ao tratar de certa família de ‘pernambucanos’ que chegou no final dos anos 1940, esclareceu que essa já não era do ‘tempo da maniçoba’, embora possa ser que eles tenham pegado *“uma ponta da maniçoba”*, de todo modo, *“já tinha evoluído muito. O povo não brigava mais. De [19]60 para cá aqui foi bom. Mas até [19]60 aqui era um lugar que... parece que nem índio.”*

Novamente a ideia de um lugar em que os modos de vida são *“que nem índio”* apareceu, e dessa vez, intrigada, pedi que me explicasse: *“como assim parece que nem índio?”*, indaguei. Ele riu e respondeu: *“Índio é porque não liga para as coisas, não é. Quer dizer que não tinham respeito uns com os outros, não.”* Lorayne, também interessada na temática indígena, emendou a pergunta: *“E o senhor escutava, seu Paulo, história aqui de caboclo, de índio antigamente?”*, ao que ele respondeu:

*“Não, ó. Os índios, quando eu me entendi, os índios aqui eram ali na*



*Queimada Nova, descendo da serra ali. Para cá tinha uma casa. Tinha uma aldeia de índios. Quem atabocou eles foi Vitorino.”* (Paulo – entrevista gravada)

Em seguida, ele explicou – de modo semelhante ao que fez seu Marciano, como abordei na seção anterior – que Vitorino matou todos os índios, “*não ficou nenhum para contar história*”. Lorayne, então, comentou que uma pessoa que ela conhece do bairro São Pedro, lhe contara que sua avó fora ‘pega no mato’, era indígena. Seu Paulo, então, discordou: “*Não, não, ele não era daqui mesmo, não. Daqui índio mesmo, raça de índio só tinha minha bisavó. Mas ela contava que a mãe dela foi pegada a dente de cachorro ainda*”.

Vitorino matou todos os índios, não sobrou nenhum para contar história. Ao mesmo tempo, a bisavó de seu Paulo era da “*raça de índio*”, sua mãe foi “*pegada a dente de cachorro*”. Essa aparente contradição, que já vimos na explicação de seu Marciano, relaciona-se ao fato que de os ‘índios’ viviam ‘no mato’, Vitorino e os seus foi quem os mataram ou os puseram na civilização, “*sensibilizaram*”, como disse seu Afonso. O sentido de ‘índio’ na fala de seu Pedro, contudo, é mais amplo. Estamos diante de um campo semântico da indianidade recobre não apenas a identificação àqueles que são da ‘raça de índio’ – ou têm ‘sangue de índio’, como também ouvi em campo –, mas diz também respeito à ideia de viver de forma não civilizada. É dessa semântica ligada a ‘índios’ que trato a seguir.

### **3.3.1 Semântica da indianidade**

Campo semântico ligado à ideia de ‘índios’, ou semântica da indianidade, é um empréstimo que fiz da ideia de “campo semântico da etnicidade”, formulada por Carlos Guilherme do Valle (2004) em sua pesquisa sobre a etnicidade entre os Tremembé no Ceará. Conforme expliquei em outro trabalho, Valle usa esse termo

para tratar da experiência da etnicidade nas três situações etnográficas que estuda entre os Tremembé. Sua pesquisa atenta ao fato de que essa semântica ultrapassa os Tremembé, e está entranhada na vida social da região como um todo. Em outras palavras, várias pessoas da região dizem descender de avós “*pegadas a dente de cachorro*”, reconhecem uma distinção entre caboclos brabos e mansos, por exemplo. No caso daqueles que estavam em processo de etnicidade, isso é, os Tremembé, esse campo semântico passava a ser acionado com maior rendimento de sentido, e indicava um presente e futuro identitários indígenas. Essa pista aberta por Valle, a meu ver, permite fazer algo que ele próprio não se propôs a fazer: investigar como se dão as semânticas da indianidade em locais em que não existe etnicidade indígena. (Paula, 2023b, p. 96–97)

Assim, no contexto em que realizei pesquisa de campo, a ideia de ‘índio’ parece indicar uma vida não civilizada. É uma vida que precede a chegada do fundador Vitorino, o instaurador da civilização. Mas isso não é tudo: esse tempo de viver ‘que nem índio’ pode sempre retornar. Mesmo instaurado um modo de vida adequado, ali as pessoas viviam ‘que nem índio’, isso é, casando-se com primos. Ainda, com a chegada do ‘tempo da maniçoba’, a violência prevaleceu, com as matanças relatadas pela bisavó de seu Paulo. Também ouvi da boca de mais de uma pessoa da sede municipal que os habitantes do Sítio do Mocó viviam ‘que nem índio’, casavam-se só entre si. “*Foi a [arqueóloga] Niède [Guidon] quem civilizou eles*”, cheguei a escutar.<sup>117</sup> Os ‘índios’, assim, correspondem, nas falas de meus interlocutores em campo, a um modo de vida oposto à vida civilizada. A indianidade, ainda, é associada à vida ‘no mato’ e aproximada a formas de vidas não domesticadas, à brabeza.

Em visita a uma localidade no primeiro distrito, conheci o proprietário de uma fazenda de gado, e nossa conversa seguiu um encadeamento curioso. Perguntei a ele se ele tinha ouvido falar sobre ‘índios’ na história da região, ao que me respondeu que a arqueóloga Niède Guidon, que atua na região desde os anos 1970, fez muitas pesquisas sobre isso, “*ela procurava muito aqueles ossos dos índios*”, explicou.<sup>118</sup> Perguntei em seguida se se ele ouvira falar de famílias com origens indígenas, disse-me que nunca, e assim refletiu: “*Por exemplo as coisas vão indo, vão acabando e não voltam mais. Ema, você conhece ema?*” Assenti, e ele prosseguiu: “*Ema, às vezes eu comento com alguma pessoa assim mais nova que se admira, que lá na casa do meu pai e dos baixões pra lá, e aqui também tinha ema demais*”. “*Elas foram embora?*”, perguntei. Tinha “*muita, muita! Foram embora, uma parte o pessoal matava, mas acho que*

---

<sup>117</sup> Niède Guidon é uma importante arqueóloga que desenvolveu pesquisas na região da Serra da Capivara desde os anos 1970, e foi a responsável pela implementação de uma série de instituições e ações ligadas à arqueologia na região desde então.

<sup>118</sup> Escrevendo sobre um município na mesma região em que faço pesquisa, São Braz do Piauí, Géssika Macêdo, Leandro Mageste e Alencar Amaral argumentam que a visão de que vigia ali, associada ao patrimônio arqueológico de origens indígenas, “indígenas antigos e anônimos” foi reforçada “com a institucionalização da Arqueologia na região, e de certa forma coadunaram-se com a narrativa do extermínio e contribuíram para a invisibilização das trajetórias e memórias indígenas nos discursos oficiais” (Macêdo; Mageste; Amaral, 2023, p. 198–199). O modo como a intensa presença de pesquisas arqueológicas na região – que culminaram na criação do Parque Nacional Serra da Capivara, na institucionalização da Fundação do Homem Americano e até na criação do bacharelado (e posteriormente do mestrado) em Arqueologia e Preservação Patrimonial na Universidade Federal do Vale do São Francisco – podem ter influenciado ou se sobreposto aos sentidos regionais de ‘índios’ é algo que não me propus a abordar. A presença do Parque Nacional Serra da Capivara, localizado em diversos municípios, mas com entradas de visita principais em Coronel José Dias, está propositalmente fora do foco desta tese, por motivos que abordo em mais detalhes nas considerações finais da tese.

*elas embrabeceram, mas eram muitas, lá perto da casa de meu pai tem umas árvores assim, umbuzeiro, juazeiro e elas se deitavam lá meio-dia, eram muito! Parece mentira*". Os 'índios', assim como as emas, "*vão indo, vão acabando e não voltam mais*", embrabecem e fogem. Emas e 'índios', associados à brabeza, pertencem a um passado encerrado, ou a um mundo distante, externo àquele de meu interlocutor.

A aproximação de 'índios' a outros seres não humanos não sugere uma associação daqueles à animalidade. Trata-se de uma associação dos 'índios' ao espaço do 'mato', das caatingas, ao espaço não civilizado, à brabeza.

Já em sua pesquisa na atual cidade de Coronel José Dias e em localidades rurais próximas, Emília Pietrafesa de Godoi (1998) notara a associação dos índios ou caboclos ao espaço selvagem. Segundo sua etnografia, uma oposição entre o "território conquistado" (*Ibid.*, p. 102) ou o espaço doméstico e o espaço selvagem perpassa a percepção local do território. É no espaço selvagem, no "*centre*", que vivem os animais selvagens como a onça e "os seres sobrenaturais como o *gritador*, e a *dona do mato*, o *encantado*" (*Ibid.*, p. 102). E é também "onde viviam os índios no tempo *da história do começo da vida aqui*" (*Ibid.*, p. 102). Além de corresponder a um espaço apartado da vida cotidiana, esse espaço selvagem correspondia a outro tempo. Nas secas, era preciso acessar esses espaços em busca de olhos d'água com água permanente. Esses períodos, contudo, eram tidos como "sendo de um 'outro tempo'" (*Ibid.*, p. 104).

Vejamos outra ocasião em que os 'índios' foram associados a espaços não domesticados e a outro tempo: conversando com seu Geraldo, no povoado Salininha, no segundo distrito, perguntei se ele conhecia história de 'índio' ou de 'caboclo'. Ele respondeu:

*"História dos índios, tinha muita história dos índios que andava de primeiro aí, mas essas aí quase nem sei muito contar que quando saiu, eu era muito novo [...], mas tinha essas histórias de índio, diz que andava aí com umas flechas e era assim, mas não sei bem, mas diz que tinha, tinha."* (Geraldo – entrevista gravada)

Insisti no tema dos indígenas, retomando um ponto anterior de nossa conversa. Logo antes, ele mencionara a cidade baiana de Remanso, às margens do rio São Francisco – atualmente, a Remanso nova localiza-se nas margens do Lago de Sobradinho. Remanso dista apenas cinquenta quilômetros dessa parte do segundo distrito de Coronel José Dias onde nos encontrávamos. Assim que no passado, muitos dali iam a Remanso vender a 'criação', isso é, os caprinos, ovinos e porcos, e voltavam abastecidos com mercadorias. Aproveitei a menção a essa região no médio rio São Francisco para comentar que na região do São Francisco havia

muitos indígenas. Ele concordou: “*É para o São Francisco diz que tinha muito índio*”. “*Ainda tem*”, eu completei. “*Ainda tem*”, ele concordou”. Comentei que agora esses indígenas são diferentes do passado, mas são indígenas, ou ‘índios’, como eu dizia em nossa conversa. “*Agora ficou mais tudo diferente, você vê eles aí, é como seja normal, como uma pessoa*”, concordou seu Geraldo. Miguel, meu assistente de pesquisa na região do segundo distrito, comentou que atualmente os ‘índios’ andam bem-vestidos. Geraldo emendou: “*bem-vestidos, que de primeiro tudo era...*”. Não completou sua frase, mas deixou a entender que, ‘de primeiro’, andavam nus. Eu segui comentando que na região da sede de Coronel José Dias, na região das serras, havia muitas histórias de índios. Eu sequer completei minha frase, seu Geraldo concordou: “*é, diz que para as serras de Coronel, diz que tinha esses índios aí. Mas aqui mesmo nessa região nossa nem macaco não existe.*” De caça, para lá, só tinha tatu, peba, veado, caititu... e muita onça! Mas as onças apareciam mais “*nas caatingonas, mais longe*”.

Essa conversa com seu Geraldo, cujo trecho destaquei acima, foi bastante mais longa. Mas o que ele tinha a contar sobre os ‘índios’ era apenas isso. Os ‘índios’, nus e com flechas, ficaram num passado longínquo e encerrado. É verdade que esse senhor ouviu falar em indígenas contemporâneos que andam ‘bem-vestidos’, que são “*como uma pessoa*”, mas esses não existem ali em sua região. De todo modo, a essas indígenas contemporâneos – que seu Geraldo só conhece de ouvir falar, que são distantes de sua experiência direta – contrastam-se os ‘índios’, aqueles associados à nudez e às flechas. Aqueles que podem ser postos lado a lado aos macacos e das onças, posto que viviam no mato, nas serras, nas ‘caatingonas’. Nas serras da região atualmente pertencente do Parque Nacional Serra da Capivara, havia índios. No segundo distrito, não. Sequer macacos há ali.

Vitorino Dias Paes Landim fundou a região correspondente à Várzea Grande, e seu nome é atualmente associado, como descrevi no Capítulo 1, à fundação do município de Coronel José Dias. A região do segundo distrito, por sua vez, não se relacionava à Várzea Grande até a emancipação definitiva do município, em 1992, como expliquei no Capítulo 2. Nas várias conversas que realizei nessa região, não ouvi sobre um fundador associado a toda aquela região. De toda maneira, é uma região em que se localizavam grandes fazendas, isso é, grandes propriedades de terra em que se criam gado bovino, além de ‘criações’. As pessoas com quem conversei em campo nessa região eram na sua maioria ex-vaqueiros ou seus filhos, ou então ex-trabalhadores agregados dessas fazendas. Aquela é uma região produtora de gado (bovino) e criação (caprinos e ovinos). Vitorino Dias Paes Landim, por sua vez, também ganhou propriedades em que estabeleceu fazendas. Ele construiu “casas e roças para criação de gado”

(IBGE, 2017). Chegou, ainda, com “*com os jumentos, cavalos*” quando ali “*só tinha índio*”, como contou seu Afonso, e relatei na seção anterior. Foi inclusive a intromissão do gado de Vitorino no modo de vida dos “índios” que provocou os primeiros conflitos.

Temos ‘os índios’, associados ao mato, às serras, às tocas, aos olhos d’água, à brabeza, à nudez, a certos itens materiais como flechas e potes de barro.<sup>119</sup> Os antepassados – notadamente, antepassadas – indicados como ‘índios’ ou ‘caboclos’ foram pegos ‘no mato’ e eram ‘pegados a dente de cachorro’ porque eram ‘bravos’. Em seguida, foram “*postos da civilização*”, como me explicou seu Marciano. Foram ensinados a ‘conversar’, a comer determinado alimentos. Assim, foram tirados de um espaço do *mato* e inscritos em outro modo de vida – aquele considerado por meus interlocutores como plenamente humano.<sup>120</sup> Os ‘índios’ podem ainda ser associados a animais que vivem na caatinga, no mato, como as emas e os macacos. Por um lado, há os animais de caça. Por outro, o gado, o jumento, o cavalo, animais criados, que se embrenham nas caatingas, mas não vivem sempre ali. São esses que, nas histórias que mostrei anteriormente, são associados à fundação de lugares plenamente humanos e civilizados, lugares que derem origem àqueles que existem no presente.

Os ‘índios’ são o Outro, que vive no passado e no ‘mato’. Os coronelinos de hoje traçam uma relação de exclusão dos indígenas das conformações de suas histórias familiares, de seus lugares e do próprio município.

### 3.3.1.1 [Conversa com uma bibliografia 4 – o ‘mato’ e seu oposto em pesquisas em contextos rurais no semiárido nordestino]

Pesquisas em outros contextos rurais no semiárido nordestino já apontaram a distinção operada entre o *mato* e os espaços de morada e roça (Woortmann, 1982), ou descreveram articulações entre os espaços e as divisões da paisagem (Teixeira, 2019). Ao estudar a lógica, o conhecimento e as estratégias reprodutivas camponesas sobre o “sítio”, unidade produtiva camponesa na região do sertão sergipano que estudou, Ellen Woortmann caracterizou o “sítio

<sup>119</sup> A associação dos índios à brabeza, ao mato e às serras, e também aos cacos e potes cerâmicos merece uma investigação comparativa que não tive condições de empreender. Alguns trabalhos etnográficos sobre distintas regiões do Nordeste (e certamente muitas outras etnografias) deixam ver essa associação (Ciarlini, 2009; Guerra, 2007; Kós, 2015; Macêdo, 2021; Mendes, 2023; Palitot, 2009; Teixeira, 2019; Valle, 2004). O espraiamento – mas também as especificidades locais – de uma ideia de indianidade nesses termos certamente é um tema que merece estudos comparativos.

<sup>120</sup> Introduzi este tema no presente capítulo, mas desenvolvo melhor as histórias dos antepassados indígenas no capítulo seguinte.

camponês enquanto um sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si” (1982, p. 164). A partir da história da estrutura fundiária dos municípios de Ribeirópolis e Itabí (Sergipe), a antropóloga mostra que *sítio* se opõe a *propriedade*. Assim, *sítio* correspondia ao modo camponês de ocupação territorial. “Idealmente, o *sítio* se compõe das seguintes partes: o *mato*, a *capoeira*, o *chão de roça* e/ou a *malhada*, o *pasto*, a *casa de farinha*, a *casa* e o *quintal*” (*Ibid.*, p. 176). O *mato*, no contexto da pesquisa de Woortmann, correspondia ao ponto de partida de um *sítio*: os *sítios* iniciavam-se “pela ocupação de um trecho de *mato*” (Woortmann, 1994, p. 177). Com o cercamento das áreas de uso comum, as áreas que correspondiam ao *mato*, essa relação alterou-se. Assim, *mato* se opunha diacronicamente ao *sítio*, ao mesmo tempo em que *mato* é uma das partes que compõe um *sítio*. De todo modo, um *sítio* se iniciava da ocupação de *mato*. E o *mato*, no interior do *sítio*, opõem-se sobretudo à *lavoura*. O *mato* corresponde à porção do *sítio* de onde se pegam a madeira e estacas para cercas. Oposto à *roça* (e à *casa* e ao *quintal*), assim, o *mato* é oposto à porção do *sítio* destinada aos humanos. Por outro lado, o *mato*, quando destinado ao gado, passa a se relacionar a esses espaços por relação de complementação. De todo modo, a autora argumenta:

*mato* possui ainda outro significado, o de natureza não domesticada pelo trabalho humano [...]; mas se o *mato* é a natureza não trabalhada, é ele que dará origem à terra de trabalho. [...] Ao ser trabalhado, ele está sendo “*amansado*”. [...] “Amansar” o *mato* é transformá-lo, de objeto da natureza em objeto de trabalho”. (Woortmann, 1982, p. 177)

Nessa etnografia, temos que *mato*, dessa feita, refere-se ao que veio antes do amansamento e do trabalho humano. Sincronicamente, refere-se sobretudo ao que é externo ao uso humano.

Em uma tese mais recente, dessa vez com etnografia sobre o sertão dos Inhamuns (Ceará), Jorge Luan Teixeira (2019) retomou a questão da organização do espaço em comunidades camponesas. Em sua pesquisa, cujo tema central é a caça naquela região, ele estudou a relação dos *moradores* com os “bichos ‘do mato’ e as ‘matas’” (*Ibid.*, p. 12). Esse antropólogo notou que, na sincronia, o estudo da caça e da criação permite perceber a múltipla transformação da paisagem e na relação entre *brutos* e *crístãos* e seus respectivos espaços. Diacronicamente, também se pode estudar as ações que fornecem aos lugares tais características. Em sua tese, o autor demonstrou que “mata” se caracteriza como um lugar sem atividades de agricultura ou morada, com “grande presença de espécimes vegetais de pequeno, médio e grande porte que ‘nasceram por conta’” (*Ibid.*, p. 87), que possui donos, e é a morada dos animais não *criados*.

Em diversos pontos, sua descrição das classificações e ações com relação entre os espaços vividos pelos sertanejos cearenses aproxima-se da descrição do sítio camponês sergipano de Ellen Woortmaan (1982), como o próprio Teixeira notou. Assim, a “mata” opõe-se aos espaços de uso cotidiano das pessoas estudadas, mas a oposição entre “mata” e espaços ocupados pela ação humana não é absoluta, como também notou Woortmann, pois os rebanhos pastam nas “matas” e delas são trazidos no fim da tarde.<sup>121</sup> Assim como também mostrou Woortmann para o sertão sergipano, na região cearense do Inhamuns uma roça inicia-se com a derrubada e posterior queima de uma “mata” (Teixeira, 2019, p. 108–120). Há, assim uma relação de exterioridade, mas também de anterioridade da “mata” com relação às roças. Embora, mostram ambos os antropólogos, existam interações mais dinâmicas entre esses espaços.

A etnografia de Jorge Luan Teixeira (2019) desfiou a diferença entre “brutos” e “cristãos”. Desvencilhando-se do que reconhece como o “agrocentrismo” (*Ibid.*, p. 98) nos trabalhos de Ellen e Klaus Woortmann – e também do naturalismo (cf. Descola, 1996, 2005) e dos pressupostos modernos da divisão estanque entre natureza e cultura (cf. Latour, 2013) –, Teixeira argumenta que a separação entre “brutos” e “cristão” é como “uma cortina com certo grau de transparência” (Teixeira, 2019, p. 140). “Bruto” ou “bicho” bruto é o modo local de se referir aos “animais”. Falar em “bruto”, assim, é delimitar pela negativa os seres humanos, em um processo de reflexão sobre o estatuto das formas de vida. Os “brutos”, isso é, os bichos, são pagãos, enquanto os humanos são “cristãos”. Mais especificamente, os “brutos” são aqueles que não possuem “entendimento”, são “inocentes”, não sabem distinguir as boas das más condutas. O único “entendimento” dos “brutos” é o da defesa. Além disso, os bichos brutos não são “criados” pelos humanos. Criação é um termo polissêmico que envolve modos locais de fazer parentesco e de fazer pessoas.<sup>122</sup> Criar gente é criar entendimento. A oposição entre “brutos” e “cristãos”, à primeira vista é entre animais e humanos. Mas vemos como essa

---

<sup>121</sup> A etnografia de Jorge Luan Teixeira tem longas e detalhadas descrições sobre os modos de apreensão dos diferentes tipos de mata, e da relação dos humanos com elas. Para os propósitos do meu argumento, selecionei as descrições que se aproximam do tipo de discussão que faço aqui.

<sup>122</sup> As semânticas da criação são um tópico de investigação coletiva do Projeto Temático “Artes e semânticas da criação e da memória”, financiado pela FAPESP (Processo n° 2020/07886-8), do qual faço parte. Apesar de minha pesquisa se aproximar dessa discussão, não realizei uma pesquisa de campo enfocada nessa questão e, por esse motivo, não tenho elementos para fazer uma descrição que destrinche os sentidos desse termo na região de minha pesquisa. Emília Pietrafesa de Godoi (2009) publicou um capítulo dedicado à circulação de crianças em algumas localidades que atualmente integram Coronel José Dias, e ali há alguns elementos para pensar a relação de filhos de “criação” e a “criação” de pessoas, de um modo mais amplo.

distinção deve ser matizada: crianças também não possuem “entendimento”; bichos de criação podem ser opostos aos “brutos”.

Outra oposição é estudada por Teixeira (2019): aquela entre bravo e manso. Em um plano de elevada abstração, a oposição entre bravo e manso é homóloga à oposição entre “brutos” e “cristãos”. Uma história sobre uma bisavó “pegada no mato” naquele sertão cearense serve para explicar a diferença entre bravo e manso e, igualmente, vai nos reaproximando dos sertões piauienses de minha própria pesquisa. Segundo a fala de Hermes, interlocutor de Teixeira, sua bisavó materna Maria Luísa foi “pegada no mato com cachorro, índia pura, índia pura” (*Ibid.*, p. 167). Criança, ela estava “com um rebanho” – notem o termo – que saiu e a abandonou. Maria Luísa, assim, foi pega “nas montanhas” quando foi acuada por cachorros dos vaqueiros que ali campeavam o gado. Como um “*vivente da mata, um bicho bruto*”, essa menina “*sabia se defender*” (Teixeira, 2019, p. 168). Índio é bravo, come “cru e insosso” (*Ibid.*, p. 168), nos termos de Hermes, mas “*depois que ele amansa, que ele fica aclimatado com as pessoas, não, ele pega o ritmo nosso*” (*Ibid.*, p. 168). Sua avó, assim, era brava, mas “*acostumou-se com as pessoas*” (*Ibid.*, p. 168), e ganhou entendimento. Os seguintes comentários de Teixeira resumem sua compreensão do assunto:

Embora Maria Luísa fosse uma ‘vivente da mata’ e, para Hermes, estivesse entre os *brutos* e os *cristãos*, assim como ocorre com as crianças, havia possibilidades de contornar a sua *natureza*. *Brava*, ela precisava ser ‘amansada’. O acostumar-se ‘com gente do nosso tipo’, evidencia que Maria Luísa, embora humana, não era concebida como semelhante aos *cristãos*. (Teixeira, 2019, p. 168)

Ainda na oposição entre *brabo* ou *bruto* e *manso* e sua associação ao mato ou à caatinga, podemos adicionar as reflexões advindas da etnografia de Renan Martins Pereira (2017) em Floresta, no sertão de Pernambuco. Refletindo sobre a imagem do vaqueiro, o antropólogo nota a distinção feita por seus interlocutores entre o gado *brabo* ou *bruto*, e o gado *manso*. Enquanto este é completamente domesticado, aquele “se refere ao animal bravio, pouco ou nada domesticado, feroz, selvagem” (*Ibid.*, p. 100), que o vaqueiro deve *caçar* na caatinga, isso é, deve encontrar e capturar. A imagem mítica do vaqueiro do passado corresponde ao gado *bruto*: assim como o animal que caçava na caatinga, também o vaqueiro era *bruto*. Contemporaneamente, dizem os interlocutores de Pereira (*Ibid.*, p. 55) “não existe mais gado brabo no sertão”; é que o gado já não é criado solto na caatinga, mas cercado. Mais uma vez encontramos uma situação em que o passado se liga ao mato e à brabeza, opostos ao mundo atual mais civilizado, domesticado e apartado do mato. Nesta etnografia, no entanto, o caráter *bruto* do vaqueiro do passado é um atributo positivo, de autenticidade. Na etnografia de Jorge



Luan Teixeira (2019), ao seres “brutos” se atribui certa ingenuidade e inocência. O campo semântico do mato, da bruteza e da brabeza, assim, embora em geral seja comumente marcado por atributos negativos, é plástico e pode ser contextualmente tornado positivo, ou ser associado a outras características como a ingenuidade e a infância.

### *3.3.1.2 Caatingona, fazenda, sítio, localidade: desdobramentos entre o dado e o feito*

Voltemos ao Piauí, à minha própria etnografia. Afastemo-nos brevemente do estudo da semântica da indianidade para ver alguns modos como ‘mato’ ou ‘caatingona’ são usados pelas pessoas com quem conversei. Se minha pesquisa de campo não compreendeu o estudo sistemático da semântica relacionada a “mato” e ao estudo da composição cognitiva e prática dos espaços, como fizeram Ellen Woortmann (1982) e Jorge Luan Teixeira (2019), algumas das acepções relacionadas aos espaços dos matos ou das caatingas apareceram espontaneamente em algumas entrevistas e conversas.

Em uma visita à localidade rural Barro Vermelho, no segundo distrito de Coronel José Dias, Miguel, meu assistente de pesquisa por ali, me levou a conhecer o casal formado por dona Madalena e seu Tarcísio. Após as desconfianças iniciais que podem e costumam cercar a atividade da pesquisa, eles resolveram confiar em mim – e, sobretudo, na mediação feita por Miguel e por sua mãe, que estivera ali na véspera para explicar sobre minha visita – e contar sobre a história daquela localidade e do acesso à água na região (ver Capítulo 5). Como não gravei essa conversa, recorro às anotações que fiz em minha caderneta e ao meu diário de campo, em que registrei:

O primeiro morador do Barro Vermelho foi o seu Conrado. Antes, ali era “uma caatingona terrível”, um “sertãozão”. O sogro de Madalena comprou ali; depois que mudaram e levaram sua mãe, ela também comprou terras ali. Ali é bem na divisa das datas Lajes e Santa Tereza. Mais para Santa Tereza. (Trechos do diário de campo, com modificações dos nomes mencionados)

Antes do Barro Vermelho se tornar uma localidade, isso é, um conjunto formado por uma rede de casas e roças próximas, ali era um ‘sertãozão’, uma ‘caatingona terrível’. Localizadas nas antigas fazendas Lajes e Santa Tereza, essas não eram terras de morada ou de roça. Os ex-trabalhadores e ex-vaqueiros das fazendas compraram propriedades ali em toda essa região do atual segundo distrito. O processo de instalar moradas em novos lugares nas grandes fazendas – a partir da compra de glebas de terra – dá lugar a sítios e estes a localidades, algumas das quais se tornaram povoados. Esse gradual processo de ocupação humana definitiva de espaços outrora de ‘caatingona terrível’ ou ‘sertãozão’ opõe o mato ao espaço habitado, tal

qual vimos na bibliografia abordada na seção anterior. Antes de eu seguir com mais descrições sobre este processo, cabe olhar para o léxico dos lugares tal qual aprendi na literatura e no segundo distrito de Coronel José Dias. Vejamos, assim, o que são ‘fazendas’, ‘sítios’, ‘localidades’ e ‘povoados’.

Escrevendo acerca da região sergipana em que realizou pesquisa, Ellen Woortmann (1982) escreveu, sobre o século XIX, que “a expressão fazenda não significava, então, como hoje, grande extensão de terras, mas uma atividade econômica” (*Ibid.*, p. 170), a saber, a criação de gado. Ao partir da metade daquele século e ao longo do século XX, esse termo foi substituído ali por propriedade, e usado novamente após os anos 1950 com outro sentido e em outra estrutura fundiária local. Na região de minha pesquisa, ‘fazenda’ segue designando, justamente, um espaço em que ocorre atividade econômica de criação de gado bovino.

Miridiam Knox Falci (1995), escrevendo sobre escravidão no Piauí colonial e imperial, apontou que

Fazenda, no Piauí, compreende [...] uma unidade econômica e social com produções diversificadas que vão desde a criação de gado vacum e cavalariça passando pela produção de alimentos de subsistência, até a produção de açúcar, algodão e fumo. Não se concebe uma grande ‘fazenda de gado’ no Piauí que não tenham outras atividades produtivas. (Falci, 1995, p. 148)

Essa posição é referendada pela pesquisa sobre o século XIX na região de São Raimundo Nonato de Nayanne Viana (2018, p. 39–42), que também aponta que fazenda se referia a propriedades com atividades econômicas heterogêneas, mas com centralidade da produção de gado bovino.

Esclarece ainda Viana (2018) que também no Piauí, assim como no sertão do São Francisco estudado por Elisângela Oliveira Ferreira, “fazenda, portanto, e por vezes sítio, podia indicar tanto a propriedade de um único dono, como estar ligada a um pequeno ajuntamento de casas onde viviam algumas famílias diferenciadas ou ainda os membros de uma mesma família, considerando a parentela mais ampla” (Ferreira, 2008, p. 41 *apud* Viana, 2018, p. 42)<sup>123</sup>. Desse modo, nos inventários estudados por Viana, para a região de São Raimundo Nonato, os inventariados podiam ser tanto os proprietários *de* fazendas quanto possuírem posses *nas* fazendas, algo que também fora notado por Emília Pietrafesa de Godoi (1999, p. 44). Godoi, também em pesquisa sobre a região de São Raimundo Nonato, apontou que nos registros

---

<sup>123</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazante, caatinga e serras: trajetórias familiares e uso do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. 2008. 404 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador/BA, 2008.

eclesiásticos que sucederam a Lei de Terras de 1850, o termo “fazenda” ou “fazenda de criar gados” indicava o prestígio da atividade pecuarista. A declaração de posse de Vitorino Paes Landim (que ali não assinava Dias), cujo trecho trago na introdução deste capítulo, registra um sítio, o que faz a autora especular que a atividade agrícola talvez predominasse em suas terras. De todo modo, ela também notou que é fazenda o “termo [...] empregado nos dias de hoje pelos camponeses quando fazem referência às mesmas terras e sob o qual estas terras se encontram, além do termo ‘data’, no Registro de Divisão, Separação e Aquisição de Posses no 1º Cartório de São Raimundo Nonato” (Godoi, 1999, p. 53).

Por fim, uma ‘fazenda’, como notei, se caracteriza pela criação de gado bovino. Embora ‘fazendas’ tenham outras atividades econômicas, só é ‘fazenda’ a propriedade que cria bovinos. O termo ‘fazenda’, no segundo distrito, é ainda usado – pelo menos para falar da realidade de meados do século XX – no seu sentido antigo mais amplo: a fazenda Lajes, de quem muitos me falaram, corresponde não apenas às terras da fazenda de mesmo nome, mas à data com esse nome, em que se localizavam outras fazendas, sítios, localidades e propriedades.

Dentro dessas grandes ‘fazendas’, algumas partes não eram ocupadas por moradas. Podiam ser apenas regiões de ‘sertão’, ou então locais usados para o pastoreio do gado em certas épocas do ano ou certas ocasiões. Foram essas regiões que foram compradas pelos então vaqueiros e trabalhadores agregados das fazendas Lajes e Santa Tereza. Essas propriedades que compraram localizavam-se *nas* fazendas, no sentido amplo em que o termo era usado.

‘Fazenda’, assim, contrasta-se ao ‘mato’, às ‘caatingas’, ao ‘sertão’. Nas histórias sobre o fundador Vitorino, contadas anteriormente neste capítulo, notei que a chegada de sua gente e de seu gado marcam a ocupação dos lugares pelos homens e pelos bois – em contraste ao mato, aos ‘índios’ e aos animais de caça. Como lugar marcado pela presença de gado bovino, ‘fazenda’, nesse sentido, certamente integra o polo do civilizado e do domesticado nas oposições paralelas entre mato e civilização, bravo e domesticado. No entanto, se tomarmos ‘fazenda’ em seu sentido mais *lato*, ainda usado nesta região de pesquisa, vemos que dentro das fazendas existem espaços de ‘mato’, ‘caatingona’, ‘sertão’, isso é, espaços que se contrastam ao espaço das moradas dos homens e da criação do gado.

O movimento de ocupar e civilizar essa “*caatingona terrível*” corresponde à fundação dos ‘sítios’. Quando uma família adquire uma propriedade *numa* fazenda, inicia seu processo de ocupar aquele espaço, de derrubar o mato. Instala, assim, um ‘sítio’. Um ‘sítio’ se caracteriza, como me explicaram, pela existência de uma única casa. Quando aquela família cresce, e os filhos se casam, constroem suas próprias casas em terrenos adjacentes. Tornar-se

uma ‘localidade’ é o destino provável de um sítio: com a construção de casas das gerações seguintes, o sítio vira ‘localidade’. Também uma ‘localidade’ pode se formar pelo estabelecimento de ‘sítios’ próximos uns dos outros. Já um ‘povoado’ se qualifica como tal pelo adensamento de moradias, pelo arruamento, pela presença de comércios e serviços públicos como escolas, ginásios, praças e postos de saúde, bem como igrejas. Uma ‘localidade’ se distingue de um ‘povoado’ por estarem as casas mais distantes umas das outras e em geral uma localidade corresponde às terras dos herdeiros de uma mesma pessoa.

Essa terminologia que apresentei aqui é válida para as pessoas com quem conversei na região das Lajes, porção sul do segundo distrito de Coronel Jose Dias. Na sede do município, ‘sítio’ é um termo usado exclusivamente para o Sítio do Mocó, povoado rural hoje muito marcado pela atividade de turismo ligada ao Parque Nacional Serra da Capivara. Ali, ouvi os termos ‘localidade’, ‘comunidade’, ‘bairro’, ‘fazenda’, mas não esmiucei esse léxico nas entrevistas e conversas.

Inicie esta seção contanto da fundação da ‘localidade’ Barro Vermelho, quando um homem comprou terras das datas Lajes e Santa Tereza e ali fundou seu ‘sítio’. Posteriormente, outros trabalhadores compraram terras próximas, e a região se estabeleceu como uma ‘localidade’. Vejamos alguns outros casos desse processo gradual de tornar ‘sertões’ e ‘caatingas’ das fazendas em locais habitados por gente de forma definitiva.

Os irmãos Elesbão, Maximiniano, Santos e Bigô<sup>124</sup> eram vaqueiros e juntaram o dinheiro que tiraram na ‘sorte’<sup>125</sup> e compraram “hectares da fazenda Lageas[sic], que na época pertenciam ao fazendeiro Elias Gameleira, genro do mais antigo dono da fazenda, Agostinho de Castro” (Braga *et al.*, 2006, p. 25). Creusa Damasceno Braga e colegas explicam que

Quando estes moradores chegaram a região, hoje povoado Salininha, o local era desabitado, apresentava poucos traços humanos, apenas uma cacimba e próximo a esta ficava uma salina, lugar onde os animais da fazenda lambiam o sal da terra. Desta salina originou-se o nome do povoado que é Salininha. Segundo seu Santos, um dos primeiros moradores, o referido povoado já foi chamado, por um bom tempo de Salininha das Macambiras, pelo fato de existir na vegetação muitas macambiras, uma planta típica da caatinga, que na época era usada para alimentar os porcos [...] (Braga *et al.*, 2006, p. 25)

Os fundadores desses dois lugares, Barro Vermelho e Salinha, assim, estabeleceram-se onde antes havia “poucos traços humanos”, em regiões pelas quais o gado dos grandes

<sup>124</sup> Aqui, menciono os nomes ou apelidos reais das pessoas, pois assim o faz o trabalho que uso como fonte.

<sup>125</sup> ‘Sorte’ refere-se à forma de pagamento do trabalho dos vaqueiros, que ficam com uma a cada quatro cabeças de gado bovino ou criação (caprinos/ovinos).

fazendeiros circulava, mas não era habitado por pessoas. Também na data Santa Tereza, Curral de Ramos igualmente foi fundado a partir da compra de terra de grandes fazendeiros por ex-vaqueiros nos anos 1980. Conforme registrei em meu diário de campo, após conversas com seu Isidoro e seu filho Narciso:

Ali onde vivem pertence à data Santa Tereza. Seu pai e ele compraram as glebas há mais de 40 anos. O nome Curral de Ramos já existia. Ali era um fundo de pasto da fazenda Santa Tereza. Tinha muito mato, então na época de seca, mandavam os animais para pastar ali, e faziam currais com ramos de plantas. Daí o nome que já tinham quando se instalaram ali. (Trechos do diário de campo)

A fundação de lugares, nos casos que acabo de mencionar, desse modo, foi precedida de “*muito mato*”, de uma “*caatingona terrível*” que teve que ser derrubada para que nesses lugares se criassem sítios e depois localidades ou povoados. Isso se reflete até na toponímia: Curral *de Ramos*, Salininha *das Macambiras*. O ‘mato’, assim, é associado a uma anterioridade da civilização e da ocupação perene por pessoas e animais criados. O ‘mato’, em suma, corresponde ao campo do dado, enquanto ‘sítios’, ‘localidades’ e ‘povoados’ estão no polo do feito. Contudo, essa oposição não é estanque: numa fazenda, há ‘mato’, que pode vir a ser ‘sítio’. Se isso ocorrer, o ‘mato’ é tido como anterior ao movimento de ocupação daquele espaço.

Desse modo – e voltando ao tema inicial deste capítulo – quando os ‘índios’ são associados ao ‘mato’, são conectados a um passado anterior (ou exterior) à ocupação humana. E ao *atraso*.

Ao longo da pesquisa de campo, fiz algumas visitas a dona Alinda e seu Bernardo, que vivem no centro de Coronel José Dias. Dona Alinda gostava de me contar sobre sua vida e, sobretudo, sobre seus filhos. Certa vez, me contava sobre a trajetória profissional de seu filho caçula. Após se formar no magistério de nível médio e complementar os estudos no magistério de nível superior, ele foi finalmente contratado como professor na rede municipal de São Raimundo Nonato – Coronel José Dias não era ainda emancipada. Ele foi designado como professor em uma localidade rural muito distante. Certo dia, dona Alinda quis ir com ele conhecer o local onde lecionava. Eles foram de moto, muito embora ele não quisesse que ela fosse junto, pois a estrada estava em péssimas condições. Quando chegaram, seu filho a deixou na casa de uma amiga, onde ele se hospedava, e seguiu para a sala de aula. Ela ficou com essa amiga, até o momento em que resolveu caminhar até a escola. Foi caminhando por um “*carreirinho*”. Para chegar à escola, era preciso passar por uma “*caatinga bem fechada*”, mas chegando à escola, “*era limpo*”. Ela viu a escola, esperou sentada na calçada da escola até seu

filho sair, e então caiu no choro. Ela não achava certo ele ter estudado tanto, em escolas particulares em Teresina e São Raimundo Nonato, para ter que dar aula “*no meio do capão*”. É que Dona Alinda sempre morou na ‘rua’ – termo que se opõe globalmente ao ‘interior’<sup>126</sup>. Ela não queria “*ser mais do que ninguém*”, fez questão de me explicar, mas não era correto seu caçula ter estudado tanto, se formado, para trabalhar “*naquele atraso*”. Distante da cidade, cercada por caatinga fechada, aquele lugar em que seu filho exercia o magistério era atrasado.

O ‘mato’, o ‘sertão’, a ‘caatingona’, a ‘caatinga fechada’, o ‘capão’, desse modo, são, em certo sentido, os lugares externos à ocupação humana, como argumentei acima. Mas são também o lugar de uma temporalidade atrasada, um tempo em que a civilização não se instalou para o completo. São um não tempo, ou um fora do tempo. Apesar de haver na região de pesquisa um modo de organizar a história linearmente, o ‘mato’ pode sempre irromper novamente. De toda maneira, o ‘mato’ é sempre anterior e exterior aos modos considerados adequados de vida. Corresponde, como argumento em seguida, a um fora da história.

Os ‘índios’, como venho mostrando, podem ser associados ao espaço do ‘mato’ e aos animais bravos que ali vivem, como as emas, os macacos e as onças. São associados à braveza, à não civilização. Além de se referir à exterioridade do campo do civilizado, os ‘índios’ remetem a um sentido de anterioridade e de atraso. Como as matas que são derrubadas para dar lugar às roças (Teixeira, 2019; Woortmann, 1982), os ‘índios’ e seus lugares são aqueles que foram derrotados, dizimados ou expulsos, para a instauração da “*civilização do povo do Vitorino*”, para retomar uma expressão de seu Marciano.

Esse contraste entre o Outro e o Mesmo como descrevi ao longo do capítulo, se desdobra em uma multiplicidade de categorias e oposições que flutuam contextualmente. Dessa maneira o ‘mato’ se opõe às ‘fazendas’ e aos ‘sítios’. Mas no interior de uma grande ‘fazenda’, o ‘sertãozão’ ou o ‘currel de ramos’ se opõem ao ‘sítio’ que posteriormente ali se instaura. O ‘meio do capão’ pode se opor à ‘rua’. Já o ‘interior’ (que engloba fazendas, sítios, localidades e povoados rurais) se opõe de forma mais geral à ‘rua’. Os índios ‘bravos’, quando amansados, se tornam ‘acostumados’ e entram na ‘civilização do Vitorino’. É impossível construir uma tipologia estável dessas oposições, as categorias e o léxico deslizam, além de não serem os mesmos em todas as partes do município. De toda maneira, essas oposições correspondem à contraposição entre o universo do dado e o do feito. A caatinga, os ‘índios’, o ‘mato’, o ‘capão’

---

<sup>126</sup> O ‘interior’, por sua vez, pode ser composto por uma pluralidade de categorias como ‘sítios’, ‘localidades’, ‘comunidades’, ‘bairros rurais’, ‘povoados’, ‘roças’. Como demonstrei acima, esse léxico não é estanque, e se desdobra.

são o exterior contrastivo contra o qual se desenham, sinuosamente, sentidos de pertencas mais localizados e, gradualmente, os sentidos de uma *coronelidade*.

### 3.3.2 O antes ou fora da história

Ocupando o lugar ‘do mato’ e caracterizados pela brabeza, os ‘índios’ ocupam uma espécie de pré-história. A fundação do lugar por Vitorino e pelos seus – junto com seu gado, seus jumentos, seus cavalos – inicia propriamente a história. Conforme demonstrei no primeiro capítulo, a história *de* Coronel José Dias vem sendo contada como correspondente à história da Várzea Grande. Esta, por sua vez, acompanha a história da fundação de Vitorino no apossamento e registro da fazenda (ou sítio) Serra Nova. Atualmente, o entendimento mais difundido é o de que Vitorino Dias Paes Landim fundou as terras que originaram a atual Coronel José Dias. A história desse município, desse modo, é contada a partir desse ato de fundação.

#### 3.3.2.1 [Conversa com uma bibliografia 5 – histórias municipais e regionais e o começo da história]

No primeiro capítulo, dialoguei com os trabalhos de Ana Claudia Marques (2015) e de Renata Lacerda (2021, 2023) sobre histórias municipais para discutir os processos de homogeneização das narrativas – por comparação às memórias escritas e/ou transmitidas oralmente – nas escritas de histórias municipais. Ainda em diálogo com essas antropólogas, demonstrei como a incipiente escrita da história de Coronel José Dias dá lugar a uma homogeneização, evidenciada na repetição de temas comuns nas histórias reproduzidas em documentos oficiais, mas é eivada de particularidades. Nesta seção, recorro novamente ao trabalho dessas antropólogas e a outro trabalho antropológico sobre histórias regionais (Loureiro, 2007) para discutir o tema das fundações de lugares. Essas pesquisas mostram como certas ocupações de lugares são tomadas por atos de fundação que iniciam as cidades, municípios ou regiões. Esses atos fundacionais instauram um corte entre um passado distante e o presente. Os atos de fundação iniciam propriamente a história, que será contada como avanço linear a partir daí.

Em sua tese sobre o município de Novo Progresso, no sudoeste do Pará, Renata Lacerda estuda os enredos e personagens das “memórias enquadradas como *histórias*” (Lacerda, 2023, p. 59). Em uma parte de seu trabalho em que contrasta duas narrativas presentes no site daquele

município, vemos que uma das versões prioriza o papel dos *colonos pioneiros*, aqueles *sulistas* que se estabeleceram ali com a “intenção de abrir terra para serem agricultores” (Lacerda, 2021, p. 78) e posteriormente tornaram-se pecuaristas. Já a segunda história aponta as presenças anteriores de indígenas na região, além de famílias que ali se estabeleceram nos anos 1940 e 1950 para a extração de borracha, bem como a instalação de uma unidade na aeronáutica na região. Quem ou quando começa a história de Novo Progresso? Conforme a análise de Lacerda,

Ambas as versões da prefeitura compartilham o reconhecimento de que a construção da BR-163 e os *pioneiros* e *fundadores* que chegaram com ela foram responsáveis pelo *nascimento* do município em sua forma atual, surgido a partir do povoado ou Vila Progresso, hoje sede municipal. Nesse ponto, convergem com livros sobre a *história local* escritos por habitantes de Novo Progresso. (Lacerda, 2023, p. 62)

Após análises bastante nuançadas desses livros de história local, Renata Lacerda sintetiza:

Em linhas gerais, as histórias de Novo Progresso e da região enfatizavam a aventura da chegada em um local dominado pelo imaginário da natureza como perigo e dádiva divina – só mato, animais selvagens, indígenas e grupos sociais que viviam da caça, pesca e coleta de plantas e minérios. Isso era contraposto a ideais civilizatórios conquistados pelo trabalho e visão de futuro: abertura de terras (agricultáveis e comercializáveis) e vicinais; construção de casas; loteamento; a chegada da política; a fundação de lugares para morar; economia baseada em vocações e negócios.

Se os pioneiros da BR-163 paraense foram aqueles que reproduziram seu modo de vida nas novas terras, os fundadores se destacaram como responsáveis pela fundação e desenvolvimento de comunidades, sociedades e áreas urbanizadas. Esse evento fundador, por sua vez, costuma ser retratado como inaugurador não só de cidades, mas da própria história. (Lacerda, 2023, p. 101–102)

O espírito pioneiro, assim, empurrava para frente, sempre para a fundação de novas cidades em novas fronteiras a ser exploradas.<sup>127</sup> Essas cidades foram abertas pelos pioneiros e instauradas em definitivo pelos fundadores, com em um processo progressivo de ocupação do espaço do mato. O progressense, notou Lacerda, valoriza o “fato da maior parte de sua população morar em uma cidade fundada onde supostamente só tinha mato” (Lacerda, 2021, p. 75). Se os indígenas que antes viviam ali podiam ser mencionados em alguns relatos, “os sulistas mencionavam essas populações como se pertencessem ao passado e à natureza” (*Ibid.*, p. 77). A história local, desse modo, começa com a instauração paulatina de agricultura, da

---

<sup>127</sup> Em um artigo em que discute com bibliografia sobre frentes pioneiras, Renata Lacerda aponta algumas especificidades do caso progressense (Lacerda, 2021). Por exemplo: ali, o garimpo era reconhecido como uma atividade integrante da história da região – mas os colonos seguiam “sempre em frente”; ainda, em Novo Progresso o papel governamental na ocupação da região é reconhecido.



pecuária e de uma cidade em um local onde havia apenas “mato”. Não há uma ligação entre o presente progressense e as presenças indígenas, inscritas num passado encerrado. É o trabalho cumulativo e pioneiros e fundadores que dá origem à cidade tal qual ele existe atualmente.

Ana Claudia Marques (2015), no último capítulo de sua tese de livre-docência, reflete sobre as genealogias, livros de memória e de histórias municipais publicados em municípios do sertão pernambucano e em zonas de expansão do agronegócio no Mato Grosso. Os livros de memória publicados em Pernambuco têm o “o objetivo de contribuir para a construção de uma história de um lugar e, nesse sentido, confundem-se parcialmente [...] com os textos de histórias municipais” (Marques, 2015, p. 219). Esses livros iniciam com o povoamento e a formação de uma localidade. Contar a história de um lugar, desse modo, é contar a história das famílias que o fundaram.

As histórias municipais diferenciam-se das memórias por pretender contar uma história imparcial – uma vez que o público que pretendem atingir é mais amplo – e por certa impessoalidade da autoria (Marques, 2015, p. 224–228). De todo modo, Marques percebe certa continuidade entre os livros de memória e as histórias municipais em ambas as regiões estudadas. Os livros de história municipal são formalmente semelhantes em Pernambuco e no Mato Grosso:

Dedicados ao meio físico e climático e ao contexto histórico que antecipa e determina um processo de ocupação territorial por populações de origem europeia [...], seus capítulos iniciais também trazem também informações básicas sobre populações indígenas que habitaram ou percorriam o território atualmente circunscrito ao município que é o objeto da descrição [...]. Essa primeira parte opera como um pano de fundo, formado por uma paisagem que será transformada e uma sorte de pré-história encerrada com a civilização. A história propriamente se inicia com ocupação desses territórios por populações de origem europeia que neles instalam seus domínios fundiários e desembocará sobre dados da evolução e atuais concernentes à saúde, à educação, à economia, à administração política, bem como à formação religiosa, ao lazer e às tradições culturais do município.” (Marques, 2015, p. 224)

Assim como no caso estudado por Renata Lacerda, a pesquisa de Ana Claudia Marques sobre os livros de história municipais em dois contextos brasileiros mostra que também ali os indígenas são inseridos em uma espécie de pré-história. O marco zero da história corresponde ao ato de fundação de um forasteiro.

Ao tratar das genealogias, sobretudo daquelas publicadas no sertão pernambucano, Marques notou que os genealogistas estão interessados “nas linhas que ligam o presente a um passado e um passado que liga presentes” (Marques, 2015, p. 210). O genealogista traça suas

próprias relações genealógicas de modo a se ligar a um ancestral considerado o fundador de algum lugar na região.<sup>128</sup> E esse “primeiro ancestral é sempre um forasteiro” (*Ibid.*, p. 210), um homem já casado que ali se estabeleceu ou alguém que se casa com a filha de outro pioneiro. Em seu livro, Marques escreveu que o fundador de família e de lugar é um patriarca de origem portuguesa que se casa “com alguma filha de pioneiro ou nativa, filha de um português ou de uma índia – sua origem também encerra-se nesses termos” (Marques, 2002, p. 214). Nos livros de história municipal, assim, a indianidade é relegada a um passado que não se conecta ao presente de seus autores e da identidade coletiva municipal cuja história ajuda a fomentar. Se o casal fundador de um lugar e uma família pode ser formado a partir do casamento com alguma mulher de suposta origem indígena, as genealogias tampouco têm interesse em aprofundar temporalmente para além da chegada do forasteiro. O ato fundacional, o começo da história, dá-se com a chegada de um homem de origens europeias.

É interessante olhar para uma terceira pesquisa sobre histórias regionais, a dissertação de Thiago de Niemeyer Loureiro (2007), que também discute os modos de relacionar o passado e o presente nas escritas da história da cidade de Ilhéus (BA). Ao estudar os escritos dos “historiadores regionais”, esse antropólogo enfatizou os modos de encadeamento do tempo nesses livros. Em sua análise, da qual apresento apenas os traços mais gerais, ele depreende que a história de Ilhéus é contada a partir da instauração da produção cacaueteira, na década de 1890. A história do período pré-cacaueteiro é contada a partir de uma historicidade mais fria (cf. Lévi-Strauss, 2010), que contrasta radicalmente com a historicidade que transparece na escrita da história do período cacaueteiro em diante, quando inicia-se uma história quente, linear evolutiva.

O período de ocupação colonial que antecede o final do XIX é narrado como um

outro tempo, sem ligação com o nosso senão em pequenos detalhes, manifestos em ruínas (missionários religiosos), nomes de comidas e ‘sincretismo religioso’ (povos africanos) ou nomes de formações geográficas como rios, montanhas e vales (populações indígenas). (Loureiro, 2007, p. 30).

Ou seja, a narração desses séculos iniciais os caracteriza a partir de uma relação estacionária com o tempo (cf. Lévi-Strauss, 2017). Já a história do período 1890-1930 é contada

---

<sup>128</sup> No caso estudado por Marques (2015, p. 210), não há interesse dos genealogistas em traçar a genealogia a partir de um ancestral primeiro, mas sim o contrário, de si ao fundador. Um pouco como o caso de seu Marciano, cuja genealogia abordei anteriormente neste capítulo, cuja genealogia indica o casal Vitorino Dias Paes Landim e Ana Maria de Jesus Paes Landim como seu tronco, mas não se interessa ou não pode por retrair todas as relações que ligam seus bisavôs ao casal fundador. Nos casos estudados por Marques, em que esses atos de fundação são bastante mais antigos do que o primeiro quartel do século XIX, os genealogistas estão separados dos ancestrais fundadores por muito mais gerações.

de forma mais nítida e mais relacionada ao presente. Trata-se de uma historicidade com um “encadeamento simultaneamente evolucionista e ‘heróico’ na forma de contar o passado desde o ponto de partida pós-1890 até o presente.” (Loureiro, 2007, p. 32).

Esse contraste de temporalidades ou historicidades introduz diferenças qualitativas no modo como os agentes da história são narrados. No que se escreve sobre o passado mais antigo,

jesuítas, aimorés, colonos europeus, autoridades da cidade, governadores gerais, primeiros escravos e demais personagens que povoam as narrativas dos primórdios da história de Ilhéus, são ‘seres’ dotados de qualidades diferentes das nossas, ou daquelas dos personagens que aparecem depois da introdução da cultura cacauera como força motriz do desenvolvimento da civilização grapiúna” (Loureiro, 2007, p. 41)

Após a introdução do cacau – e esse é o agente que propulsionou a série de mudanças que o seguem –, outra relação com o passado se introduz nos escritos estudados por Loureiro. É o cacau e seus agentes que introduzem o progresso na região de Ilhéus, assim apreende-se no modo de historicização presente nesses escritos. Como um agente do progresso e “acelerador do tempo” (Loureiro, 2007, p. 81), o cacau e seus coronéis têm suas histórias contadas a partir de um tempo que “aponta para o futuro” (*Ibid.*, p. 81).

Assim como nos casos estudados por Ana Cláudia Marques (2015) e Renata Lacerda (2021, 2023), temos também no trabalho de Thiago de Niemeyer Loureiro (2007) o caso de um momento em que se passa a contar uma história progressiva. Também ali, os autores desses livros de história de Ilhéus procuram traçar linhas de continuidade entre o presente e os eventos ligados à chegada do cacau à região. De maneira ligeiramente diferente, não é a uma fundação específica que corresponde a passagem de um modo de apreender o tempo e outro, e sim a uma atividade econômica mais ampla. Além disso, as produções estudadas por esse antropólogo distinguem-se das discutidas anteriormente ao não apresentar um passado completamente a-histórico antes da introdução uma história contada a partir de uma historicidade linear. Ou seja, os primeiros séculos de ocupação colonial da região de Ilhéus, apesar de concebidos a partir de uma temporalidade quase mítica e com uma temporalidade fria, dão lugar a um “esboço de progresso antecedendo um longo período de decadência” (Loureiro, 2007, p. 75). É que, segundo a tese de Loureiro, para os historiadores regionais “*Ilhéus nunca poderia deixar de existir*” (*Ibid.*, p. 74), e foi então preciso mostrar o desenvolvimento incipiente do que viria a ser Ilhéus.

Assim, a chegada do cacau não é contada ali exatamente como o início da história, mas como o começo de uma história contada de forma linear e conectada ao presente. Nesse sentido, são importantes os matizes que aparecem nas histórias analisadas por esse antropólogo: os

indígenas ali aparecem nas histórias regionais de maneira mais diversa, e são hierarquizados a partir da sua relação com os portugueses. Se a história antes do cacau é como uma proto-história da Ilhéus cacauera, não há passado antes dos primeiros séculos coloniais. Assim, esse período é apresentado como o “começo do universo, pois nada precede esse passado habitado por colonos, índios ‘dóceis’ e ‘selvagens’, negros chegados da África” (Loureiro, 2007, p. 56). Em suma, “Tudo se passa, assim, como se nada tivesse acontecido antes da chegada dos portugueses a Ilhéus, pois, não tendo os indígenas o hábito de registrar para a posteridade seus feitos, é como se não tivessem passado, pelo fato de nada se saber dele.” (*Ibid.*, p. 56). Diferentemente do caso de outras histórias locais que apresentei até aqui, esse caso de Ilhéus apresenta a irrupção de uma historicidade progressiva e evolutiva não a partir propriamente de um ato fundacional claro e marcado nas narrativas, mas a partir de uma série de eventos – narrados quase como um tempo homogêneo – em que se formou o que viria a ser a Ilhéus do cacau e dos coronéis. Contra a historicidade linear, assim, temos uma historicidade mais estática anterior.<sup>129</sup> Antes dessa, ainda, aí sim há a não-história, isso é, os indígenas que ali viviam.

### 3.3.2.2 Os ‘índios’ e a não história

Da Bahia, de Pernambuco, do Mato Grosso e do Pará, retornemos ao Piauí e às histórias e historicidades que venho estudando. Nas histórias *de* e *em* Coronel José Dias, a fundação efetuada por Vitorino Dias Paes Landim instaurou a história propriamente dita. O ato fundacional é entendido como uma ruptura com o que havia antes – os indígenas, o mundo não cultivado ou criado, formas de vida não civilizadas. Como apresentei, a partir de relatos também do segundo distrito do atual município de Coronel José Dias e da interlocução com outros trabalhos (Teixeira, 2019; Woortmann, 1994), a fundação de lugares seguiu sendo compreendida como o fim de um espaço não habitado por pessoas – uma ‘caatingona’, o ‘mato’, o ‘capão’ – que, ao ali se fixarem, instauraram um modo de vida que se relaciona ao presente. A instauração de sítios, justamente, corresponde ao processo de ocupação do que eram currais ‘de ramos’, de áreas de mato dentro das fazendas.

Os atos de fundação, desse modo, iniciam histórias que, a partir daí, seguem contadas de maneira linear e evolutiva e em encadeamento “evolucionista”, para recorrer à formulação

---

<sup>129</sup> Lendo esta história à luz das reflexões de Renata Lacerda (2021, 2023) e Ana Claudia Marques (2013, 2015), é possível indagar se esse período de ocupação colonial não corresponderia ao que, nas zonas de expansão do agronegócio, se caracteriza como frentes pioneiras. O cacau, para seguir com o paralelo, corresponderia ao período dos fundadores propriamente ditos.

de Thiago de Niemeyer Loureiro (2007, p. 32). Os indígenas, desse modo, estão inscritos no passado de Coronel José Dias e de seus habitantes. E num passado encerrado, que não guarda relações com o presente que se iniciou com a fundação das fazendas, sítios e povoados, isso é, com um modo de vida civilizado, com o qual as pessoas atualmente conseguem se relacionar. Esse modo de narrar a história e situar os ‘índios’ produz uma operação de demarcação do que e quem pertence à história de Coronel José Dias e das famílias que ali vivem.

Esse modo de historicidade – isso é, de relacionar presente, passado e futuro (Palmié; Stewart, 2016) – em que o passado é tido como acabado, guarda semelhanças com modos de historicização da própria disciplina História. Conforme detalhei na introdução a esta tese, pesquisadores da história estudaram os modos de relacionar tempos na produção da história europeia. Reinhart Koselleck (2006), por exemplo, estudou o processo de “temporalização da história”, a partir do qual o passado passou a ser compreendido como distinto do presente. O futuro, desse modo, deixou de ser pensando como semelhante a um passado exemplar, e introduziu-se no pensamento histórico a experiência de aceleração do tempo (Ingold, 1996). Foi a partir dessa mudança no modo de conectar tempos que foi possível a existência de um pensamento progressivo no ocidente. O “regime de historicidade moderno” (Hartog, 2019) não necessariamente equivale à escrita de uma história progressiva, evolucionista; apenas a uma história em que o futuro é incerto e, assim, não repete o passado, que se torna um “país estrangeiro” (Ingold, 1996). Os ‘índios’ entendidos como pertencentes a um passado da nação brasileira – que poderia até ser um passado glorioso – marcou as imagens da história progressiva produzida por historiadores no Brasil do século XIX, no início do processo de construção da nação.<sup>130</sup>

Na historiografia piauiense, como João Paulo Peixoto Costa (2011) já argumentou, viveu durante todo o século XX a imagem de que os indígenas pertenciam ao passado do estado. Há, desse modo, alguma semelhança entre o modo como historiadores no Piauí até recentemente e as pessoas do meu campo de pesquisa compreendem os indígenas como agentes do passado. Mas as semelhanças entre os modos de historicização das histórias que recolhi em campo e as histórias produzidas por historiadores não deve ser tomada como uma questão de influência de um tipo de produção de história na outra. Em realidade, não creio ser possível determinar precisamente a relação entre as produções dos historiadores piauienses e o modo

---

<sup>130</sup> As pesquisas sobre história indígena e sobre os modos como a historiografia brasileira abordou os povos indígenas em diferentes momentos conformam um enorme campo de pesquisa, que não tenho condições de abarcar nesta tese (Almeida, M. 2010, 2017; Monteiro, 2001; Pompa, 2012).

como meus interlocutores entendem e localizam os indígenas nas histórias que me contaram. Algumas das pessoas com quem conversei falavam dos indígenas a partir de conhecimentos escolares – sobretudo as professoras –, mencionando os jesuítas, Padre Anchieta, Pedro Álvares Cabral e outros eventos estudados na disciplina escolar história. A maior parte dos meus interlocutores em campo, no entanto, foram pessoas com pouca ou nenhuma escolarização. Entender os modos de disseminação de saberes acadêmicos – e, antes disso, de que modo a produção de historiadores é transposta didaticamente nos materiais didáticos e nas salas de aula – entre distintas parcelas da população é uma tarefa a que não me dediquei. Além disso, creio importante o alerta de Michael Herzfeld diante da aparente semelhanças entre retóricas do passado entre uma história oficial e o que chama de “tempo social”: “É importante reconhecer, então, que uma retórica compartilhada do passado, não importa o quão oficial ela pareça na superfície, pode ocultar interpretações e experiências múltiplas do tempo” (Herzfeld, 1991, p. 15).

A civilização instaurada com o ato fundacional de Vitorino dá lugar a uma história progressiva, mas não sem interrupções; um passado equivalido ao mato e à brabeza pode sempre irromper. O ‘tempo da maniçoba’, como explicou-me seu Paulo, foi marcado por violência e confusão; as pessoas, como ele formulou, viviam “*que nem índio*”. Esse tempo, como seu Paulo também explicou – e como explorei no Capítulo 1 – foi um tempo de chegada de muitos ‘forasteiros’; os ‘duros’, isso é, os ‘valentes’, os briguentos, foram todos mortos. Só os ‘moles’ que ficaram. Novamente estamos diante de uma oposição entre brabeza e mansidão. Assim como os ‘índios’ ‘pegos no mato’ que foram ‘amansados’ e ‘acostumados’, também os ‘forasteiros’ ‘duros’ foram mortos, enquanto os que ficaram foram os ‘moles’, ou os que foram de algum modo ‘amansados’ e entraram na família ‘filha’ da terra.

A formulação ‘tempo da maniçoba’ é também um modo de paralisar numa sincronia os acontecimentos e relações de um passado.<sup>131</sup> É que, seguindo as reflexões de Moacir Palmeira sobre esses usos de “tempo de”: “Trata-se menos de estabelecer um desenho qualquer de temporalidade e mais de descrever ou de postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento.” (Palmeira, 2002, p. 172). O

---

<sup>131</sup> Outra tarefa que escapou dos meus propósitos nesta tese seria a de compreender de que modo as produções em história social (Oliveira, 2014) e estudos do patrimônio (Paes Landim, 2014), aliadas à criação de circuitos turísticos no Parque Nacional Serra da Capivara sobre a exploração de maniçoba e à vida dos “maniçobeiros” (Oliveira; Bucu; Ignácio, 2009), contribuiriam para a estabilização da categoria “maniçobeiros”, tomada como um modo de vida com uma estabilidade temporal. Em outros termos, escapou dos meus propósitos estudar a culturalização ou a patrimonialização dos modos de vida desse tempo, marcado por violentas relações de trabalho.

‘tempo da maniçoba’, assim, corresponde a certo período de exceção numa história contada como progressiva; desse tempo, meus interlocutores ressaltam a violência oriunda da chegada de ‘forasteiros’.

Por fim, e como descrevo adiante, mesmo inscrita no passado genealógico da família de José Dias de Souza, o Coronel José Dias, sua antepassada tapuia aparece ou reaparece na biografia escrita por seu filho (Dias Irmão, 2014), e abre uma janela para outro lugar aos ‘índios’ nas histórias *de* e *em* Coronel José Dias. É dessa biografia que trata a última seção deste capítulo, após uma parada rápida.

### 3.3.2.3 Uma brevíssima parada

Até aqui neste capítulo, ao tratar dos modos como os ‘índios’ aparecem na história de Coronel José Dias, construí um panorama de homogeneização das opiniões de meus interlocutores sobre os ‘índios’. Algumas pessoas, como seu Geraldo na Salininha, me disseram saber que atualmente os ‘índios’ não vivem necessariamente como outrora. Aqui é o lugar, portanto, de eu tecer alguns comentários sobre a homogeneização que construí nas páginas anteriores.

O primeiro comentário decorre da seleção dos entrevistados. Como meu assunto era ‘história’, logo eu fui indicada a falar com os mais velhos dos lugares. O passado é para ser contato por quem o ‘alcançou’, ou por “pessoas de conhecimentos” (Marques, 2013, p. 719), pessoas que não conheceram os tempos sobre os quais sabem contar, mas que são ditas possuírem boa memória e gosto pelo “acesso íntimo às histórias dos outros” (*Ibid.*, p. 719). Desse modo, é possível que os sentidos de ‘índios’ na região estejam mudando, a partir de novos aprendizados nas escolas, ou de mais informações sobre povos indígenas no Brasil e no Piauí, transmitidos pela mídia tradicional ou pelas redes sociais. Essa é uma questão com a qual minha pesquisa não tem como lidar, pela forma como o trabalho de campo se desenhou.

O segundo comentário é que há em Coronel José Dias pessoas com estudos superiores em antropologia (egressos ou ex-estudantes da UNIVASF, onde sou docente), em história, em arqueologia, todas formações que existem na região e que contribuem para o fomento de novos modos de compreensão da indianidade na região – haja visto parte da produção acadêmica sobre o tema produzida por estudantes e pesquisadores da região, conforme apresentei no “Sobrevoo sobre as presenças indígenas na região de São Raimundo Nonato e as pesquisas sobre elas”.

Os seguintes trechos de meu diário de campo dão a ver alguma abertura e heterogeneidade nas ideias locais sobre ‘índios’, mesmo no caso das opiniões e conhecimentos de uma mesma pessoa. Trata-se de uma visita que fiz à casa de Teodora, uma senhora de 75 anos, acompanhada de Marly.

Cheguei e Marly estava sentada na frente da casa. Obviamente estava pronta para fazer visita: cabelos lavados, uma bermuda jeans e uma blusa azul arrumada. Atravessamos a pista e fomos para casa de Teodora (Dora). Ela nos recebeu com um vestido preto estampado, um óculo de sol – que devia ser de grau – dentro da casa. Junto estava seu neto Michael. A visão era dramática, de uma mulher de vestido preto, óculos de sol e cabelo crespo grisalho preso no topo da cabeça com uma presilha. Nos sentamos, Marly disse que eu era amiga dela e queria muito conhecê-la. Eu expliquei quem era, o que estudava. Ela disse que quem saberia contar as coisas eram os mais velhos. Perguntou mais de uma vez na conversa se eu era “da parte da Niède”. Expliquei que não, que era professora, estava fazendo um doutorado, uma pesquisa, e que ia escrever. Michael, que estava ali sentado ouvindo a conversa, explicou que era um trabalho, como um TCC. Eu falei explicitamente que me interessavam as histórias de família e as de caboclo.

Ela logo disse que a mãe dizia que sua mãe era cabocla. A mãe de Dora era dona Odélia. Ela era prima de João Salvador. [...]

Marly pediu para me contar as coisas de antigamente, que Adaulta já tinha me contado tudo sobre sua vida, da seca etc. Daí Dora contou do sofrimento; esse foi o teor da conversa o tempo todo. Dizendo que as pessoas estão falando em crise, mas crise conheceu ela, no passado. Passava três dias de fome, até conseguirem comer algo; ainda bem que deus nunca deixou passar mais de três dias sem comer. Comiam macambira, que é um mato muito espinhento, daí arranca os espinhos, queima para poder comer. Já o mucunã, precisa tirar a primeira casca e deixar de molho em nove águas, pois é bravo. Também comiam croatá. E raiz de imbu: cavavam, daí espremiavam e ralavam. [...] Hoje ninguém tem fome, dorme em cama, tem roupa para usar, então não tem crise. Para trás, tem. Hoje não tem pobre!

Dora teve sete filhos e criou três netos, dentre eles, Michael. Sua filha, Ana mora vizinha. Diz que ela e seu finado esposo contavam para eles tudo o que passaram, sofreram muito, mas “não tem história feia”, nunca nem pegaram um ferro velho para vender. Caçavam tatu – na época que podia, fez questão de dizer Marly – e trocavam por farinha, para comer com a carne de caça. [...]

Perguntei novamente sobre a origem da família. “Somos filhos daqui”, de certo modo sentenciou. Michael disse que o avô (a quem chama de pai) era do Ceará. Perguntei se veio na época da maniçoba; não, foi na época do DNOCS, na construção da estrada (BR-020). Casou, ficou.

Tornei a perguntar sobre o assunto de caboclo. A avó de Odélia foi “pegada no mato de cachorro”. Perguntei se ela tinha sido pegada aqui mesmo. Dora disse que sim. “O vô Francisco também era caboclo”, disse Michael, e acrescentou: “somos descendentes de índio”, e riu junto com a avó. O tema causa estranhamento e riso. Expliquei que me interessei pelo tema, que diziam que não tinha índio para cá, que acabaram todos, mas eu achava difícil não ter nenhuma descendência. Ela disse: “temos uns restinhos meio fraco de caboclos bravos”. Mas ela disse que vê na TV e hoje os índios estão muito mansos. “Se candidatam até a prefeito”, emendou Michael. “Já se comunicam



com repórteres”, disse Dora. E Marly explicou que quando seu avô foi pego no mato, “não queria saber de gente como nós, não”. Ele era “bem moreninho”. Ficou amarrado até amansar. Casou-se com a avó dela e eles vieram para cá.

Dora disse que o pai de sua mãe era “negão”. Falou algo do cabelo, não entendi. Perguntei se ele era caboclo: “não tem caboclo de cabelo duro!”. Eu perguntei então se fala assim “sangue de índio”. Ela disse que ninguém fala disso não, que só sabe dessas coisas porque o pai falou. Eu falei meio rindo: “ninguém fala disso, só as famílias e quando vem pesquisadora”. Eles disseram que eu era a primeira que queriam saber dessas coisas. [...]

Ela trabalhou em casa alheia, lavando panos, muitas coisas. Em Petrolina, também trabalhou. Foi por vários cantos, onde tinha trabalho. Pegava trouxona de pano, ia lavar nas cacimbas dos Catuabas.

Contou-me que viu nas redes sociais uma índia que ia cantar, e no programa perguntavam sobre a vida dela e ela contou o que sofreu, e que queria ganhar a competição para ajudar a família. E perguntaram o que ela passava no cabelo e a mulher respondeu: ovo, café e babosa, não teve vergonha.

Várias vezes Dora disse que não sabia contar, que quem sabia eram os mais velhos, que ela se fosse contar a vida dela era um romance, e que não tinha vergonha do que passou.

Hoje, “sou rica, tenho onde dormir, o que comer”.

Mostrei foto dos Wajãpi, com quem trabalhei no mestrado. Dora disse que eles estão modernos, usam roupa; “de primeiro” eram nus, os índios. Dora disse que sabe que hoje é para falar “os indígenas”. Marly não entendeu, e ela explicou: “é o apelido deles”, e disse que viu na TV que eles já estão sendo vacinados [para COVID-19].

(Trechos do diário de campo com modificações dos nomes mencionados)

### **3.3 Reintroduzindo uma ancestral indígena: a biografia de José Dias de Souza**

Em 2014, em edição do autor, Raimundo Dias Irmão (2014) publicou *Coronel José Dias: sua vida e seu tempo*. Apesar de a vida de José Dias de Souza ter transcorrido praticamente toda na vila/cidade<sup>132</sup> de São Raimundo Nonato ou em sua propriedade Fazenda Boa Vista<sup>133</sup>, o livro de Dias Irmão inicia e termina com a associação entre José Dias de Souza e regiões que integram o atual município cujo nome o homenageia. O último capítulo do livro explica que o município de Coronel José Dias foi emancipado de 1992, e corresponde ao que era o distrito da Várzea Grande (São Raimundo Nonato) e a porções dos municípios de Dirceu Arcoverde e São Lourenço do Piauí. O nome do município “resultou da emenda de autoria do então Deputado Estadual Marcelo Costa e Castro, bisneto do Coronel, em homenagem ao

<sup>132</sup> O Distrito Eclesiástico de São Raimundo Nonato foi elevado a vila em 1850, e esta tornou-se município em 1912.

<sup>133</sup> Essa fazenda de localiza no atual município de Jurema, também na microrregião de São Raimundo Nonato.

Deputado Coronel José Dias, nascido naquele distrito, no lugar Sítio do Mocó” (Dias Irmão, 2014, p. 85).

José Dias de Souza, que viria a ser o Coronel José Dias, portanto, nasceu no Sítio do Mocó, de acordo com seu filho e biógrafo. O primeiro capítulo do livro intitula-se “Ascendentes do Coronel José Dias” e inicia-se com um misterioso personagem, o primeiro ascendente conhecido do coronel, um estrangeiro conhecido por “Padre”. No entanto, ele não era sacerdote. A confusão que lhe garantiu essa alcunha se deveu ao fato de que “os primeiros missionários que visitaram a freguesia de São Raimundo Nonato” também não falavam português, “sinalizando que não eram brasileiros” (Dias Irmão, 2014, p. 18). Esses “homens simples e bondosos” pregavam o “Evangelho, disseminavam, também, noções de higiene e de saúde”, além de ensinarem “orações, práticas religiosas e cantos litúrgicos” (*Ibid.*, p. 18). Esses missionários estrangeiros conheceram as pinturas rupestres, tinham “grande interesse em conhecê-la[s] bem e, sempre que possível, visitavam aqueles lugares onde havia maior quantidade” (*Ibid.*, p. 18). Foi atraído pelas pinturas rupestres que chegou à região o “Padre”:

A prova de que houve a difusão desse achado arqueológico fica bem patente pelo fato de que, procedendo de um dos países nórdicos, mais provavelmente da Alemanha (ou da Holanda) foi enviado um cidadão, com bolsa de estudos fornecida por uma Universidade de um desses países, para proceder ao estudo do sítio arqueológico de que tomaram conhecimento.

O enviado nessa missão cultural é descrito como sendo um homem de pequena estatura, de cabelo alourado, de pouca conversa, não se sabe e por natureza ou pelo fato de não falar a língua dos nativos, sempre às voltas com papéis onde apareciam desenhos e anotações. [...]

Por falar língua de gringo e por estar sempre às voltas com livros e anotações, os nativos acreditaram que ele era um padre, especialmente por ser um cidadão pacato e sempre gentil e, também, porque os padres é que falavam língua estrangeira.

Em razão desse equívoco, apelidaram-no de ‘Padre’ e esse foi o nome pelo qual ficou conhecido.

Seu verdadeiro nome não se guardou. (Dias Irmão, 2014, p. 18–19)

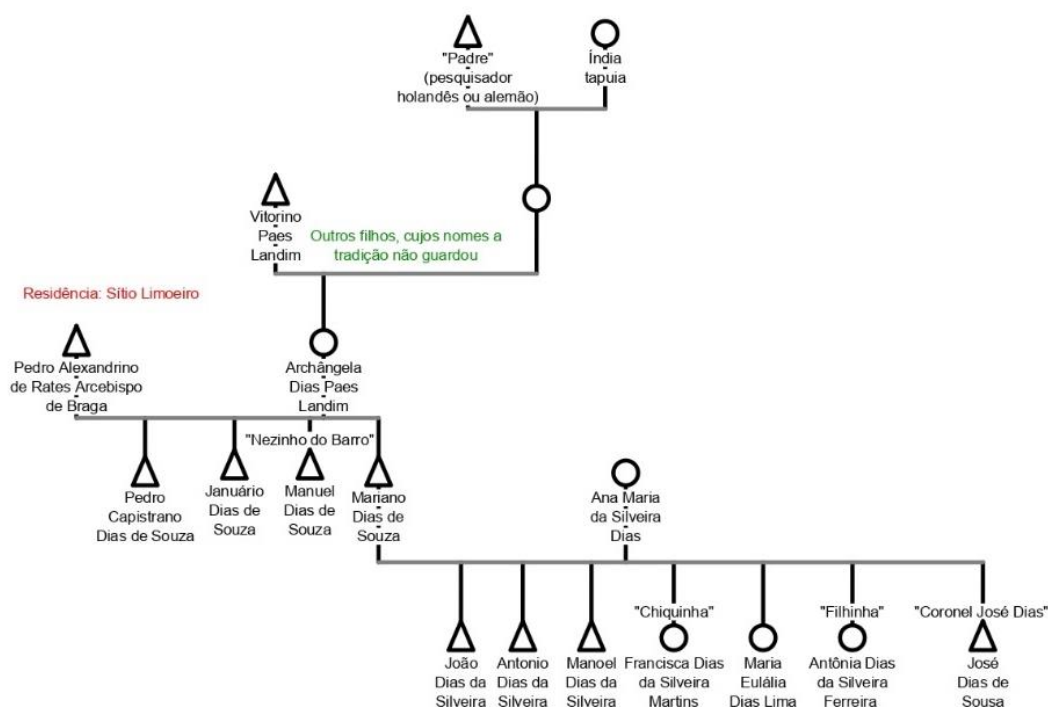
Por seu interesse nos estudos arqueológicos, segue o livro de Dias Irmão, o “Padre” “preferiu morar com a “tribo de índios tapuias” cuja “oca” ficava à beira da serra, no local próximo ao Sítio do Mocó. Os índios passaram a ser considerados por ele “como sua família” (*Ibid.*, p. 19), tendo o estrangeiro pouco contato com os demais habitantes da região.

Se não há documentos escritos sobre essa personagem, o biógrafo esclarece que seu pai, o Coronel José Dias, descendente do “Padre” pesquisador, guardou e transmitiu as memórias sobre esse seu ascendente.

Afeiçoado “ao povo da região e, principalmente, aos índios que o acolheram com muita ternura e amizade” (Dias Irmão, 2014, p. 20), o pesquisador estrangeiro casou-se “com uma índia da taba” (*Ibid.*, p. 20) em que residia. “A tradição não guardou o nome da índia com a qual ele se casou. Ao se referir-se a ela, o Coronel sempre dizia: ‘casou-se com uma nativa’” (*Ibid.*, p. 20). O casal formado pelo pesquisador e por essa “índia”, tiveram filhos e uma de suas filhas “foi tomada como esposa pelo Alferes Vitorino Paes Landim, cidadão vindo do Ceará, atraído pela notícia de boas terras para a implantação de fazendas” (*Ibid.*, p. 20).

Raimundo Dias Irmão prossegue apresentando os filhos de Vitorino e algumas das relações genealógicas até chegar em seu pai, José Dias de Sousa. Elaborei uma representação em diagrama do que ele explica:

Diagrama 3. Diagrama com os ascendentes de José Dias de Souza



Fonte: elaborado pela Autora de acordo com informações contidas no livro de Dias Irmão (2014).

Vitorino Paes Landim, segundo essa história, casou-se com uma mulher filha de uma “índia tapuia” com um estrangeiro. Como nos casos das genealogias dos fundadores no sertão de Pernambuco estudadas por Ana Claudia Marques (2002, 2013, 2015), temos então a história de um fundador estrangeiro que se casa com uma mulher de origens indígenas sobre o que

pouco ou nada se sabe. É o fundador estrangeiro e sua relação com o lugar recém fundado que irá estabelecer, como já demostrei, o início da história. Curiosamente, a biografia de José Dias de Souza introduz algumas novidades nessa semântica da indianidade e na inscrição dos indígenas em um passado de todo desconectado do presente.

Note-se que esta narrativa da história de Raimundo Dias Irmão (2014) coloca mais de uma novidade com relação a quase todas as outras narrativas de histórias *de e em* Coronel José Dias a que tive acesso, algumas das quais descrevi neste capítulo e nos precedentes. As diferenças são diversas. Primeiro, as pessoas em campo praticamente não mencionam o homem cujo nome batiza o município. Algumas pessoas fizeram questão de me contar que são da família Dias, e que seu pai ou mãe eram “primos legítimos” do José Dias, ou que seus avós eram tio do coronel. Essas menções, no entanto, eram sempre pontuais. A descendência de José Dias não mora em Coronel José Dias. As menções ao José Dias, nas narrativas escritas da história do município são poucas: no discurso de Sancho Roberto Dias, copiado no caderno *História da comunidade São Pedro*, o orador diz: “já descendente em linha reta do grande patrono o cauto e inesquecível[,] Coronel José Dias de Sousa, que viveu mais de oitenta anos para honra e glória de sua família e para o engrandecimento da Pátria”; também seu nome figura na lista de homenageados *in memoriam* do mesmo caderno, abaixo do nome de Vitorino Dias Paes Landim, “fundador do povoado”. Segundo, quando eu perguntei em campo se o José Dias vivera na Várzea Grande ou região, disseram-me que não, mas que ele tinha terras na localidade rural Limoeiro, próxima à Várzea Grande/bairro São Pedro. Após a leitura do livro de Dias Irmão, indaguei a mais de uma pessoa se sabiam sobre a origem de José Dias no Sítio do Mocó, e as respostas foram todas de que a essa informação estava incorreta. Terceiro, a indicação de um estrangeiro na região da Várzea Grande anteriormente a Vitorino é algo que não ouvi contada em nenhuma outra história. Ou melhor: ouvi a história desse “Padre”, e de seu casamento com uma “índia tapuia” da boca de duas pessoas. Ambas tinham lido o livro de Raimundo Dias Irmão (2014), e me contaram que foi ali que aprenderam sobre isso.

A versão de que Vitorino se casou com a filha de uma “índia”, inclusive, foi alvo de certa contenda entre duas professoras com quem conversei. Uma delas, tendo lido a biografia de Coronel José Dias, me contou essa história. A outra, por sua vez, comentou: “*não sei qual é a verdade*”. Afinal, ela lembrou, o “tio Sancho” contava diferente, e no caderno que ela tinha – composto parcialmente por um escrito de Sancho – não havia qualquer menção a essa história. Ao que a primeira, a leitora do livro, retrucou que o “Zé Dias” contou assim, e o “Zé Dias” era mais velho do que o Sancho, então a história dele era a verdadeira.

Não pretendo aqui solucionar a questão da verdade histórica. Interessa-me, isso sim, notar existem critérios locais que podem ser acionados para verificar qual história deve ser considerada mais verdadeira: quem ‘alcançou’ mais longe no tempo sabe o que ocorreu num passado mais longínquo.<sup>134</sup> A biografia escrita por Raimundo Dias Irmão (2014), desse modo, pode ser tomada por seus leitores coronelinos como uma história contada pelo seu pai, o velho Zé Dias.

A apresentação desta biografia, no entanto, tem outro interesse, mais central para a discussão deste capítulo: ela reintroduz os indígenas na história de Coronel José Dias, em seu início, e em outros termos. Vitorino, nessa história, não é apresentado como matador de índios – até porque ele não é o foco do livro. Ele é apresentado como alguém que se casou com uma mulher que descendia de uma “índia tapuia”. É verdade que um casal fundador pode usualmente ser formado por uma mulher indígena e um homem estrangeiro (Marques, 2002; Tiphagne, 2012) e dar origem a lugares em que o “passado ameríndio [é] esquecido numa ‘memória morta’” (Tiphagne, 2012, p. 524).

Como apresento no Capítulo 4, não é apenas José Dias de Souza que possui uma ascendência indígena, mas muitos coronelinos e muitas coronelinas com quem conversei. Assim como no caso das histórias sobre a fundação da Várzea Grande, as histórias familiares relegam os indígenas ao passado. No entanto, a relação com esses ascendentes indígenas pode ser contada – ou *mostrada* – de outra maneira, em um modo de historicização em que o passado e o presente podem se ligar. Os ‘índios’, mesmo no passado, deixam de estar em um lugar de a-história, de desconexão completa com o presente. De maneira um pouco mais tímida, é o que faz a biografia de Coronel José Dias, ao possibilitar a imaginação de um Vitorino que, se era matador de indígenas, era também pais de filhos com ascendências indígenas.

### ***3.4 Considerações finais***

Neste capítulo, pretendi prescrutar o lugar da indianidade nas histórias *de* e *em* Coronel José Dias. Esse interesse decorreu das inquietações que originam esta pesquisa. Se não há povos indígenas atualmente na região de São Raimundo Nonato, mas ao mesmo tempo há muitas

---

<sup>134</sup> Na introdução desta tese, na parte em que situo minhas preocupações nesta tese perante um campo de discussões entre antropologia e história, noto que o estudo dos critérios e normas regionais usados para debater o passado são o foco de alguns trabalhos, como o de Appadurai (1981). O Capítulo 1 também enfocou essa questão dos critérios usados para entender quem pode ou não ser um bom contador da história.

pessoas que dizem descender de indígenas, como os indígenas são inscritos nas histórias locais? Rafael Assis e Euclides de Medeiros já notaram, para a região de São Raimundo Nonato como um todo, que é comum na região que os “matadores de índios” sejam “alçados à condição de mito fundador de determinada comunidade” (Assis; Medeiros, 2017, p. 68). Este capítulo pretendeu detalhar a percepção generalizante desses dois historiadores.

Ao estudar a semântica da indianidade, ao longo deste capítulo, detalhei os modos dessa inscrição dos ‘índios’ na exterioridade e na anterioridade da civilização, demonstrando que os modos locais de contar histórias produzem uma linha demarcatória que exclui a possibilidade de existências indígenas atuais em Coronel José Dias. A semântica da indianidade não é isolada de outros modos de opor o dado e o feito. Assim, ‘índios’ e *emas* podem ser postos lado a lado em uma reflexão sobre a brabeza e sua fuga. Ou o ‘mato’, a ‘caatingona’, o ‘capão’, o ‘sertãozão’ ocupam também lugares do não social, por oposição aos termos a que, contextualmente, se opõem – que podem ser ‘sítios’, ‘fazendas’, ‘rua’. Não há uma estabilidade absoluta de um léxico referido ao dado e outro, ao feito. O que importa, nesse campo semântico – que inclui a indianidade, mas que a extrapola – são as oposições dos termos, que mudam, flutuam, caso a caso.

É diante desse campo múltiplo, deslizante e não exclusivo da semântica indianidade que caberia perguntar pelas possibilidades de uma ressemantização (Arruti, 2006b) do termo *indígena*. Para que o termo ganhasse novos sentidos, talvez fosse preciso que, além de se estabilizar, a categoria *indígena* se desassociasse da série de oposições que insere sempre ‘índio’ no campo do não cultural, do dado. Tal movimento de etnicidade e “viagem da volta” (Barreto Filho, 2004; Grünwald, 2004; Oliveira, 2004; Sampaio, 2012; Valle, 2004) só será possível, portanto, se houver uma renovação e uma estabilização dos sentidos associados a ‘índios’. Cabe acompanhar se há interesse – em Coronel José Dias ou em outras partes da região de São Raimundo Nonato – em articulações das pessoas com ascendências indígenas a movimentos políticos coletivos de autorreconhecimento indígena e às possibilidades de autodeterminação de povos indígenas inscritas nos instrumentos legais nacionais e transnacionais adotados pelo Brasil.

Abordando ainda a questão dos “modos de historicização” (Palmié; Stewart, 2016), descrevi também como a aparente exclusão da indianidade nas histórias municipais se relaciona às temporalidades operantes nessas histórias. O Capítulo 4, que trata do lugar do elemento indígena nas histórias familiares em Coronel José Dias, dialoga intimamente com este, no

sentido de mostrar que também ali os ascendentes ‘índios’ ou ‘caboclos’ são inscritos em um passado encerrado pela ‘mistura’.

Se este capítulo mostrou a inscrição da indianidade num passado que nada diz respeito ao presente, sua última seção apresenta indícios de possibilidades de aproximações do presente à indianidade do passado. O Coronel José Dias e seu bisavô Vitorino Dias Paes Landim relacionam-se a um passado em que um ancestral fundador estrangeiro se casou com uma “nativa”. Sub-reptícia e timidamente, assim, os indígenas se fazem presentes na história de Coronel José Dias, e na história de personagens importantes para a história do município. No Capítulo 4, também lido com esse duplo movimento de inserção dos ‘índios’ no passado das histórias familiares, por um lado, e da sua reaparição no presente. Se a ‘mistura’ oblitera qualquer caráter indígena das famílias, ela não o faz por completo; as origens não se desfazem. Algumas características atribuídas ao caráter indígena dos antepassados podem ser retomadas, conhecidas e vistas nos corpos dos descendentes. E essa constante presença dos ‘índios’ nas famílias ocorre a partir de uma história *mostrada*.

## CAPÍTULO 4. FAMÍLIA, ‘RAÇA’, ‘ÍNDIOS’, ‘MISTURA’: POR UMA HISTÓRIA MOSTRADA

### 4.1 Introdução

Ouvi, em duas versões, histórias semelhantes sobre as origens de famílias de fazendeiros da região do rio Piauí. Uma das histórias conta sobre a chegada das famílias Vaz da Costa e Oliveira à região. A outra, diz respeito apenas ao surgimento dos Oliveira ali. Essas histórias marcam o advento de famílias originalmente criadoras de gado na região, e não tratam da origem de lugares, em contraste às histórias do fundador da Várzea Grande, Vitorino Paes Landim, que apresentei anteriormente. Famílias e lugares, bem como ‘raças’, mostrarei neste capítulo, são dispositivos centrais para traçar diferenças e pertencimentos sociais.

Apresento inicialmente a versão de um senhor bem idoso, que foi vaqueiro de gado e mora em uma localidade rural no primeiro distrito de Coronel José Dias, seu Silvério:

*“A família Vaz da Costa não é de meu tempo não. Minha mãe era Vaz da Costa, mas não se assinava com Vaz da Costa, não, [...] mas a velha mãe dela era Vaz da Costa. Agora Vaz da Costa veio foi de São Paulo e veio corrido, com o nome trocado, lá era Manoel Vaz da Costa e veio com o nome de José Vicente Vaz da Costa. Ele matou um rapaz lá e o pai dele tirou ele lá pro interior de São Paulo e amoitou ele lá, aí um amigo, um rapaz amigo dele, chegou e pediu ao pai dele para deixar ele ir lá visitar ele, aí o pai dele ensinou [o caminho] e deixou. O rapaz foi, chegou lá ele [Manoel Vaz da Costa] estava dormindo, o rapaz abraçou a rede e disse: ‘- Quem tem inimigo não dorme’. Ele [Manoel] se espantou, infincou a faca, matou o rapaz. Fez dois [assassinatos]. Aí o negócio complicou, o vêi deu um jeito, tirou ele de lá, infincou ele aqui pro Piauí. Vaz da Costa, José Vicente Vaz da Costa. Saca de dinheiro, era rico e ele atocou pra cá, e atocou de lá pra cá, infincou de lá pra cá. Quando chegou aqui no estado de Minas [Gerais], disse que aí numa fazenda muito rica, muito bonita, uma malhada mostra, mas disse que tinha de tudo nessa malhada. Era meio-dia, ele encostou lá na casa, a dona da casa saiu ele pediu arrancho, [e ela] disse: ‘- Eu não dou arrancho que meu marido não aceita não’. Ele [Manoel, disse:] ‘Mas a malhada é grande eu arrancho pra lá’. [Ela] disse ‘- É por sua conta, pode ir’. Ele foi e arranchou pra lá, quando ele tava saindo o infeliz [do marido] chegou, entrou por o interior da casa, tava matando a mulher, a mulher pediu socorro, ele correu de lá, chegou cá infincou o pé na porta, quebrou a porta. O cara jogou a faca nele que entrou na parede, ele torceu infincou a faca no cara, matou. Aí ficaram ali, a mulher disse: ‘- E agora?’. Ele disse: ‘- Eu não sei’. O Vaz da Costa é dele e o Oliveira da mulher, a mulher se chamava Catarina de Oliveira. Aí ele disse: ‘- A senhora quer ir mais eu?’, [ela] disse: ‘- Eu vou’. ‘- Pois vamos embora”. Infincaram aqui pro Piauí, aí gerou a família Oliveira e o Vaz da Costa, hoje quase não tem mais Vaz da Costa não, tá pouco os Vaz da Costa, mas Oliveira é muito, a família Oliveira é muito grande, essa tem muito.” (Silvério – entrevista gravada)*



Os Vaz da Costa, nessa história, advêm de um homem triplamente assassino, chegado ao Piauí fugido. Já o sobrenome Oliveira viria da mulher que, em sua fuga, esse homem tomou no caminho. Nessa história, os Vaz da Costa e os Oliveiras provêm de uma origem no mínimo pouco exemplar: um assassino que toma como esposa a viúva de um homem que matou. Dessa história sem tempo preciso, com ares míticos, temos a narração de um início, da fundação de uma família. E o casal fundador dá origem a uma descendência bifurcada: por parte do homem, os Vaz da Costa, e da mulher levada, os Oliveira. Nessa versão é o sobrenome da mulher que segue prevalecendo na região, e não o do homem triplamente homicida. É como se o Oliveira, mesmo vindo pelo lado feminino, preponderasse sobre o Vaz da Costa, nome cujo iniciador teve um passado desabonador.

A segunda versão dessa história me foi contado por seu Raimundo, no povoado Lajes de Pedra, segundo distrito do município de Coronel José Dias. A história trata da origem dos Oliveira. Raimundo me explicava sobre as famílias que foram as primeiras com propriedades ali na região. Listou as famílias que, como a sua, tinham trabalhado para os grandes proprietários e depois adquirido terras. Mas contou também dos grandes proprietários: Né Carnaíba (Manoel Oliveira), na fazenda Carnaíba, Manoel Agostinho de Castro (que também era Oliveira), na fazenda Lajes e Carlos Oliveira, na fazenda Recreio. Esses Oliveira eram os “chefões” ali, eram da família Oliveira “original”, porque “é a família mais velha”. Mas no segundo distrito existe também a família *de* Oliveira. Segundo seu avô lhe contou “era porque naquela época filho não sabia o sobrenome e tinha esse pessoal que gostava de criar filho alheio, aí dava aquele sobrenome para não botar qualquer sobrenome e encaixava o sobrenome da família”. Uma família de agregados criados pelos Oliveira, assim, se tornou a família *de* Oliveira.<sup>135</sup>

Raimundo me contou pela primeira vez sobre os Oliveira da região ao narrar um desentendimento de seu avô com o próprio patrão. Explicou-me que “eram uma família só, esses Assis com esses Oliveiras, os Macêdos, os Castros eram uma família só, tudo amigo. Rico procura os outros”. Volto adiante à história do desentendimento do avô de Raimundo com seu patrão. Nela, o avô de Raimundo é chamado, numa conversa entre fazendeiros de sobrenome

---

<sup>135</sup> Não se pode excluir a possibilidade dessa família de Oliveira se originar entre trabalhadores escravizados nas fazendas da região uma vez que, como observou Miridiam Knox Falci, “alguns historiadores chamaram a atenção de que foi motivo de orgulho para os senhores que seus escravos usassem seus sobrenomes.” (Falci, 1995, p. 93). Por outro lado, essa mesma pesquisadora notou em sua pesquisa sobre o Piauí escravista que nos registros de casamentos em Picos e em inventários em Oeiras e Campo Maior os escravizados não tinham sobrenomes.

Castro e Assis, de “*seu nêgo*”. Como apresento oportunamente, era prática entre as famílias dos fazendeiros ‘casar na família’, expressão que sintetiza a preferência de casamento entre certas famílias brancas. É contra esse pano de fundo, examinado mais adiante neste capítulo, que a variação da história de origem dos Oliveiras ganha interesse. Vejamos o que me contou seu Raimundo:

*“Foi assim, meu pai que contava e meu avô contou muito: essa família Oliveira... chegou um cidadão numa Baixa Verde ou é Água Verde, por nome de Mario de Oliveira, Marcos Oliveira, mas eu acho que era Mario. E lá ele pediu pra ficar numa casa pra dormir, a mulher falou que não dava a dormida pra ele porque o marido dela era muito ciumento e se chegasse e achasse ele na casa era perigoso até matar ele. Ai ele falou: ‘- Não tenha susto não, eu só quero dormida e de manhã vou embora, pode entrar lá pra dentro de sua casa que eu de manhã vou me embora, não tem problema não, fico aqui fora.’ Antigamente o pessoal fazia umas latadinhas cobertas de folhas na frente da casa para fazer sombra, aí ele armou a rede lá e quando é de noite o marido dela chegou e [perguntou:] ‘- Quem é esse homem que tá aí?’ ‘- É um viajante, chegou aí e pediu modo pra dormir que vinha cansado e eu até falei pra ele que não dava a dormida pra ele não, aí ele falou não’ [, disse a mulher]. [O marido então retrucou:] ‘- Aí é algum companheiro seu’ e começou a judiar da mulher, não acreditou. E nessa brincadeira aí o velho [Mario Oliveira] fez uma pintura com o dono da casa e disse que apanhou a mulher e caiu fora no mundo, aí essa família são uns morenos e uns brancos, os brancos é da família dos Oliveira e a mulherzinha era morena, porque tem uns Oliveiras moreno e outros brancos, assim meu avô me contava e eu não sei. [...] Tinha uns morenos e outros brancos, que esse homem era de uma família que vinha de São Paulo.” (Raimundo – entrevista gravada)*

Se na primeira versão, os Vaz da Costa e os Oliveira têm um passado iniciado em assassinatos, aqui a origem dos Oliveiras igualmente se inicia de um assassinato e do rapto de uma mulher. Dessa vez, a mulher é raptada numa fazenda já da região de São Raimundo Nonato. Além do mais, estamos aqui diante de uma família iniciada de uma mistura racial. O sobrenome que predomina, nessa versão, segue sendo Oliveira. Mas o Oliveira, nesse caso, vem a partir do homem do casal fundador. Contudo a participação feminina do casal fundador não é desprezada: é porque “*a mulherzinha era morena*” que existem Oliveira (ou talvez *de Oliveira*) ‘morenos’, isso é, negros. Se na primeira versão o sobrenome da mulher se mantém – talvez como modo de obliterar o passado mais desabonador do homem –, aqui o sobrenome masculino permanece – talvez pelo desprestígio racial da mulher, que era ‘morena’. Na primeira versão, o desprestígio está preponderantemente do lado masculino, e o nome prepondera por linha materna. Mas no segundo caso, o desprestígio duplo – a mulher ‘morena’ e raptada – só dá lugar a uma bifurcação de cor da descendência do casal fundador, não do nome.<sup>136</sup>

<sup>136</sup> Nas conversas que tive em campo sobre racismo, a moral sexual das mulheres foi muitas vezes aproximada da experiência do racismo: mais de uma vez, ao me contar sobre festas em que pessoas

\*\*\*

As histórias de origem das famílias Vaz da Costa e Oliveira abrem este capítulo que trata, preponderantemente, sobre processos de diferenciação e mistura entre famílias, ‘raças’ e lugares. Novamente, o problema central da tese se coloca: investigo processos de traçar pertencas e exclusões sociais. Aqui, o foco sai das histórias municipais, e apresento histórias *em* Coronel José Dias. Mais particularmente, apresento histórias de famílias com ascendência indígena, e indago sobre o lugar dessa ascendência nos sentidos de construções de pertencimentos e identidade contemporâneas. Dessa forma, este capítulo dá continuidade ao Capítulo 3, ao aprofundar o lugar dos ‘índios’ nas histórias *de* e também *em* Coronel José Dias.

Ao colocar o foco sobre essa questão das ascendências indígenas, no entanto, me vi diante de um leque mais amplo de questões referentes a família, ‘mistura’, ‘raça’, raça e aparência física. As discussões sobre relações e classificações raciais, bem como sobre miscigenação e branqueamento, constituem um campo amplo de debates sobre os quais as ciências sociais vêm se debruçando há muitas décadas. São debates cujos resultados não se dão apenas no espaço acadêmico, mas integram amplas discussões sobre o caráter do povo brasileiro, se construíram a partir das lutas dos movimentos negros (ou de reação a elas) e orientam diversas políticas públicas de fomento à igualdade. Dessa maneira, apenas consigo tangenciar porções desse vasto e sempre crescente campo de debates, e o faço no limite em que se faz necessário para a demonstração de meu argumento. Noto, contudo, que minha pesquisa não se insere de forma contundente nesse campo de discussões.

Meu intuito neste capítulo, então, é mostrar etnograficamente de que maneira as pessoas com quem conversei em campo contam de seus antepassados indígenas e que relações traçam entre elas próprias e seus ascendentes ‘pegos no mato’. De início, noto que a relação com os antepassados ‘índios’ ou ‘caboclos’ é ambígua; em diversas conversas que tive, meus interlocutores oscilavam entre dizer que descendiam de uma pessoa indígena para, em seguida, dizer que não. Em outros casos, essa ascendência era reconhecida de maneira mais clara, mas as pessoas traçavam um distanciamento entre elas próprias e suas ascendentes.

---

‘morenas’ não podiam entrar nos salões, meus interlocutores faziam questão de acrescentar que ‘mães solteiras’ também tinham sua entrada impedida nos salões de festa e nas salas de visita das casas.

O distanciamento dos ascendentes ‘índios’ muitas vezes se fazia, como descrevo adiante, a partir da ideia de que houve ‘mistura’, o ‘sangue de índio’ acabou, não está mais presente nas pessoas que descendem de gente ‘pega no mato’. Principalmente na região mais próxima à sede do município, ouvi muitas pessoas dizerem que ali todos eram misturados, que era difícil quem não tivesse algum ‘sangue de índio’. O enunciado da mistura, nesses casos, servia para dizer de uma não racialização contemporânea, ou da impossibilidade de uma relação identitária com a indianidade.

Mas a ‘mistura’ – que é de ‘raças’, famílias, lugares de origens ou de ‘sangue’ – não elimina por completo o conhecimento das origens, não pressupõe “a *homogeneização* como horizonte da interação entre as diferenças” (Goldman, 2021, p. 10). Desse modo, o ‘sangue de índio’ ora se eclipsa, ora se releva nos corpos daqueles que o herdaram. Na parte final deste capítulo descrevo de que modo uma história *mostrada*, mais do que contada, deixa ver as ascendências indígenas obliteradas das histórias familiares narradas.

Como pano de fundo do debate deste capítulo está a branquidade desejada pelas ‘famílias’, isso é, pelas famílias originalmente proprietárias de fazendas de gado, que se dedicam a ‘casar na família’, ou seja, evitam casamentos com pessoas não brancas. A ‘mistura’, o ‘sangue de índio’ e o lugar de exclusão dos ‘morenos’ que permeiam as histórias deste capítulo, assim, se dão contra esse cenário, que já pôde ser vislumbrado nas histórias das origens da família Oliveira, e que sigo abordando transversalmente ao longo do capítulo.

#### **4.2 Antepassados ‘pegos no mato’: os ‘índios’ em algumas histórias familiares**

Conforme expliquei na introdução desta tese, iniciei minha pesquisa de doutorado interessada em compreender de que modo as pessoas na região de São Raimundo Nonato se relacionavam com suas ascendências indígenas. Desse modo, os primeiros passos do meu trabalho de campo no município de Coronel José Dias se deram em conversas com pessoas com reconhecida ascendência indígena. Nesta seção, conto excertos de histórias familiares de algumas das pessoas com quem conversei. Enfoco, sobretudo o modo como as pessoas me contaram sobre seus antepassados indígenas: o distanciamento ou aproximação, a escassez de informações, a hesitação.

Nas histórias que apresento adiante, noto a forma vacilante com que diversas pessoas parecem se relacionar com a ascendência indígena, admitindo-a para em seguida a negar, ou falando dela de forma dúbia e distanciada. No Capítulo 3, já me referi a algumas dessas relações

ambivalentes com a ascendência indígena, quando notei que tanto seu Paulo quanto seu Marciano pouco falavam de suas bisavós indígenas – seu Paulo inclusive afirmando que não restou na região nenhum ‘sangue de índio’.

#### 4.2.1 Carmela

Visitei dona Carmela na comunidade Sítio do Mocó algumas vezes. Na primeira vez que estive em sua casa, ela me contou um pouco sobre seus pais, sobre quando sua família trabalhava nas roças nas proximidades da Pedra Furada, atualmente um icônico monumento rochoso localizado no Parque Nacional Serra da Capivara. Vanessa, que me acompanhava nessa visita, perguntou a dona Carmela se ela já tinha ouvido história de ‘índios’ por ali. Ela disse que quando ia para a roça com a mãe, via os desenhos nas paredes e perguntava para a ela o que eram, ao que respondia que antes era cheio de ‘índio’ por ali. Perguntei para onde foram esses ‘índios’, e Carmela me respondeu: “*não sei o que viraram*”. Assim, sua referência de ‘índios’, na nossa primeira conversa, parecia advir das pinturas rupestres que preenchem muitas paredes de rochas da região. Eram a marca daqueles que viveram antes no mesmo espaço. Contudo, seu irmão Matias, também seu vizinho, que se juntara a nossa conversa há pouco, acrescentou: “*Minha mãe era parte desses índios*”; era “*cabocla*”, esclareceu, e tinha cabelos lisos. Seu pai, por outro lado, “*era branco do cabelo enrolado*”. Sua família, assim, tinha aqueles com cabelos lisos, e outros com “*cabelo ruim*”.

Voltei a visitar dona Carmela mais algumas vezes. Numa dessas visitas, pedi para ela me contar sobre a história de sua família e sobre o que seus pais contavam sobre o início daquela região do Sítio do Mocó. Ela me disse, assim, que quando ia com sua mãe trabalhar na roça dos padrões na Pedra Furada, ela indagava sobre os desenhos nas paredes, e sua mãe lhe explicava: “*minha filha, disse que isso daí foi dos índios, era o tempo dos índios que eles habitavam por aqui, é... tinha pote velho, tinha panela velha, tudo, tudo*”. Além das marcas dos ‘índios’, também era possível ver a marca de um pé de bode nas proximidades de um caldeirão, um reservatório natural de água. Como lhe explicou sua mãe: “*oh minha filha, disse que aí foi deus quando andou no mundo, a serra era mole e ele subiu por aqui, deixou o rastro*”.<sup>137</sup> As marcas

<sup>137</sup> Em contextos ameríndios tão díspares quanto os Xukuru de Ororubá em Pernambuco, e os Wajãpi no Amapá, é possível encontrar referências a um tempo mítico em que as pedras eram moles e o criador andou por ali. Por exemplo, Vânia Fialho (2011), ao registrar o “território sagrado” Xukuru notou que a Laje do Patreká é considerada sagrada, mesmo não sendo mais usada ritualmente, “porque e dizem nela encontrar-se ‘as pegadas de Nossa Senhora, do Menino Jesus e do burrico que andava com eles por Cimbres’” (Fialho, 2011, p. 67). Já na beira do rio Inipuku, na Guiana Francesa, os Wajãpi afirmam ver

dos ‘índios’ e a marca dos inícios dos tempos, quando a terra era mole, são os registros de um passado encerrado. Mas sua mãe chegou ainda a ver os ‘índios’. Perguntei, então, se ela era da descendência desses ‘índios’, se ela era ‘da parte’ desses índios, como me contara seu irmão em outra conversa. Ela negou, e mudou os rumos da conversa, relatando as dificuldades do tempo em que viviam, quando sua mãe criou todos “*na roça*”, dos tempos em que tanto a mãe quanto, posteriormente, ela própria, trabalharam e foram ‘criadas com’ o “*povo da [Fazenda] Jurubeba*”.

Nossa conversa seguiu, e a dado momento ela me disse que sua mãe “*era morena do cabelo pretinho, pretinho, eu ainda tenho uma filha que puxou o cabelo dela, só uma*”. Perguntei se o cabelo era liso, ela disse que sim, e que “*o nosso nós puxamos com o do papai, o cabelo do papai*”, que era um cabelo cacheado. Já sua mãe, “*moreninha*”, “*era do cabelo bom que era uma beleza*”. Diferentemente de seu irmão, no entanto, Carmela não deixou clara a relação do cabelo de sua mãe e o fato de ser ‘cabocla’. A textura capilar, mostro adiante, é uma característica que se insinua nas conversas sobre família, como a desembaraçar os fios das misturas.

#### 4.2.2 Dona Alinda

Não foi apenas na conversa com dona Carmela no Sítio do Mocó que a afirmação de uma ascendência indígena foi dúbia e um pouco embaraçada. Ainda no início da pandemia de COVID-19, em 2020, entrei em contato por telefone com um morador de Coronel José Dias, Ismael. Apesar de relativamente jovem, na casa dos quarenta anos, ele tinha gosto por contar episódios da história da cidade. Perguntou sobre meus interesses de pesquisa, indicando, para cada tipo de assunto, algum contador mais velho que poderia me fornecer boas histórias. Quanto à parte das histórias sobre indígenas, indicou-me sua sogra, dona Alinda. Segundo ele, ela era “*neta de uma índia*”, da Serra Branca. Quanto a ele próprio, Ismael me explicou ser descendente de uma “*família nativa*”, ou seja, de uma das famílias que primeiro se estabeleceu na região, e que é uma família “*miscigenada com índio e tudo*”. Ou seja, mesmo dois de seus avós tendo

---

as marcas do criador Janejarã; quando as pedras ainda eram moles, o criador andou por ali e deixou suas marcas (Cabral, 2014, p. 18). Registro essas observações aqui, sem pretender com elas afirmar qualquer semelhança simples entre os distintos contextos etnográficos. Como a análise estrutural do mito ensina desde os escritos de Lévi-Strauss, convém comparar não as similaridades entres excertos míticos de povos distintos – como estou compilando aqui –, mas atentar às transformações estruturais entre os pares de oposição de índices sensíveis que aparecem em diferentes mitos e lugares. Nos três casos, estamos diante oposições entre as pedras *moles* de outrora e os lajedos *duros* do tempo atual.

vindo de outros estados, sua família não era ‘forasteira’, pois essas pessoas se casaram com essas ‘famílias nativas’. Segundo ele, ainda, era muito vago o que sua mãe lhe contara sobre essa ascendência indígena, ele não sabia muito para contar, eu deveria me encontrar com dona Alinda, ela saberia me contar mais.

Mais de um ano após esse telefonema, pude me encontrar pessoalmente com Ismael e ele me levou para conhecer dona Alinda. Quando chegamos a sua casa, ela me recebeu cortesmente e confirmou que, de fato, tanto os pais de seu pai quanto os pais de sua mãe eram descendentes de ‘índio’. Mais adiante na nossa conversa, no entanto, a confirmação dessa ascendência indígena se tornou mais equívoca.

Dona Alinda me contou que sua família vivia na Serra Branca, furando maniçoba e “*começaram a se adaptar*”, seu pai passou a comprar maniçoba para vender, sua situação melhorou, até ir viver na Várzea Grande. A Serra Branca localiza-se atualmente no município de São Raimundo Nonato, no interior do Parque Nacional da Serra da Capivara. Ali, durante algumas décadas do século XX, foi forte a extração de látex de maniçoba, e muita gente viveu em tocas na região, conforme explicam outras pesquisas (Oliveira, 2014; Paes Landim, 2014). Seu avô paterno, Camilo, veio da Bahia trazendo sua esposa, e quando chegaram à Serra Branca, os moradores dali eram todos ‘índios’. Indagada se seus avós eram ‘índios’ ou descendentes, ela respondeu negativamente: “*Não, nós não têm mais descendência de índio*”. Indígenas, disse, eram os que vieram para trabalhar. Os outros. Seus pais mesmo “*não era índios legítimos*”, expressão que não exclui a possibilidade de uma ascendência indígena. Mas havia ‘índios’ na região, que iam à Serra Branca trabalhar, e seu Camilo dava arrancho para eles.

Em seguida, como a contradizer o que acabara de me contar, dona Alinda explicou: “*meu avô era índio, moreno do cabelo lisinho, falava puxado*” e “*morou muito com os índios na Serra Branca*”, até que os ‘índios’ “*foram sumindo*”. Se não era ‘índio legítimo’, seu avô tinha traços indígenas e inclusive outra característica associada aos ‘índios’: a ‘fala puxada’. É pelo jeito, pela fala, pelo “*pelo liso e redondo*” (cortado na base da cabeça) que se pode identificar os ‘índios’, segundo dona Alinda me ensinou.

Se seu pai era da Serra Branca, sua mãe era do Zabelê, povoado que se acabou com a expulsão de seus moradores para a consolidação do Parque Nacional Serra da Capivara no início dos anos 1990 (Pompa, 1987; Sousa, 2009). Contando-me os nomes de seus pais, dona Alinda disse seus nomes e sobrenomes. Perguntei sobre a origem de um desses sobrenomes, Abreu, ao que respondeu: “*os índios que inventavam de botar nos filhos!*”. Desse modo, dona Alinda

possui ascendência indígena de ambos os lados. Seu avô paterno, como me contou, não era “índio legítimo”, mas “*era índio, moreno, do cabelo lisinho, falava puxado*”. No entanto, “*nós não têm mais descendência de índio*”. Assim como nas histórias do município, os ‘índios’ ocupam um lugar no passado das histórias familiares. Se a ascendência indígena existe era percebida nos traços físicos e modos de falar de algum avô, parece ser também importante dizer de forma clara que qualquer característica indígena pertence ao passado.

Assim, na minha próxima visita a dona Alinda ela me mostrou uma fotopintura de seus pais, João Batista e Ana Maria. Comentei que seu pai era bonito e grande, alto. Ela repetiu e acrescentou: “*bonito, grande, branco*”. O esposo de dona Alinda, que estava sentado na calçada junto conosco, repetiu, como a me garantir: “*ele era branco*”. Ainda em outra ocasião, Alinda esmiuçou essa questão, me explicando que seu pai era “*bem branquinho, que nem você*”, já o pai de seu pai é quem tinha ‘descendência de índio’, porque seu cabelo era bem liso. Desse modo, mesmo sendo filho de um ‘descendente de índio’, o pai de Alinda, e ela própria, não o são, pois não herdaram, o ‘sangue de índio’, ou seja, não apresentam características físicas que os façam ser racializados como ‘índios’ ou como descendentes.

Também a família materna de dona Alinda possui antepassados indígenas, mas ela pouco sabia me contar sobre isso. Me apresentou uma tia, na realidade tia-avó, dona Maria Isabel. Em uma narrativa que ia e voltava no tempo, Maria Isabel explicou que quando os primeiros habitantes do Zabelê ali se estabeleceram, “*quando eles chegaram nas tocas quem morava era os índios*”, que “*foram embora com medo*”. “*Mas não ficou nenhuma descendência?*”, perguntei curiosa. “*Ficou, tem muita descendência de índios no meio de nós, de nossas famílias, tem muita descendência dos índios*”, mas ninguém conversa muito sobre isso “*porque não sabem*”, explicou Alinda, para em seguida seguir contando dos ‘índios’ que viviam na Serra Branca, que ela mesma chegou a ver. Mais uma vez, os índios estão ou no passado familiar, ou são o Outro. Alinda, nessa ocasião, negou outra vez ter ascendências indígenas, mas outras famílias, sim: “*ficou muita gente que casou com índio, gente que tinha descendência de índio, eles deixaram semente por aí tudo...*”. Tanto que é possível ver quem tem ‘sangue de índio’: “*quando nós morava no Barreiro Grande tinha as mocinhas, ficando mocinha, e o cabelo era bem lisinho, igual cabelo de índio, aquele ali era descendente de índio*’, emendou Alinda.

Maria Isabel, em seguida, seguiu pelos rumos talvez evitados pela sobrinha-neta: “*O meu vô mesmo, o pai da minha mãe, era filho de uma cabocla*”. Esse avô de Maria Isabel e bisavô de dona Alinda “*foi pegado de cachorro, disse que o cachorro tirou até uma banda da*



*orelha dele e engoliu, só tinha uma orelha e uma banda*”, disse-me a tia-avó. Esse homem foi ‘pegado de cachorro’ em Pernambuco, tendo posteriormente ido ao Piauí. Esse não foi o único caso de pessoas ‘pegas no mato’ em ‘Pernambuco’ que ouvi em campo. Essas histórias que ouvi e tentei decifrar, afirmam e não afirmam uma ascendência indígena; os descendentes dos ‘índios’ da região da Serra da Capivara ou da Serra Branca são em geral de outras famílias, ou as pessoas têm pouco a contar. A história que apresento a seguir, de dona Antônia e de sua filha Marivânia, também é de uma avó ‘pega no mato’ em Pernambuco. Sua filha, que também tem ascendência indígena dali da região pelo lado paterno da família, não soube me contar nada sobre essa história, e tampouco a irmã de seu finado pai o fez.

Deve-se reconhecer a grande distância genealógica e temporal que separa as pessoas com quem conversei e suas ‘bisavós’ ‘pegadas no mato’, ‘pegadas de cachorro’. Mas é também a mistura – preferencialmente embranquecedora – que faz com que os aspectos indígenas estejam distantes no tempo, não constituam um referencial identitário possível; abordo este tema mais adiante. Mas o reconhecimento das ascendências indígenas ocorre de forma pontual, no caso daqueles cujas cor de pele e textura capilar indicam o ‘sangue de índio’ inequívoco, tema do final deste capítulo.

A respeito da distância temporal e genealógica e de minhas próprias inscrições de pertencimento, não posso deixar de lembrar uma observação perspicaz de Ismael, genro de dona Alinda, que não me saiu da cabeça ao longo de todo o trabalho de campo. No início da pandemia, pouco depois de nosso contato telefônico inicial, Ismael me mandou uma mensagem pedindo colaboração para uma ação solidária que ele estava organizando para comprar cestas básicas para famílias carentes que tinham deixado de trabalhar por conta das restrições de circulação impostas pela onda de COVID-19. Fiz uma contribuição, e Ismael me adicionou em um grupo de mensagens do WhatsApp. Em seguida, mandou uma mensagem no grupo dizendo que tinham recebido uma contribuição de uma “*cidadã espanhola*”, enviando junto uma fotografia com a nota fiscal dos mantimentos que comprara com o dinheiro enviado. Invertendo os sentidos da pesquisadora e pesquisado, na nossa conversa telefônica, Ismael, que passara muitos anos em São Paulo e que sabia da grande quantidade de famílias oriundas de processos migratórios europeus e asiáticos no começo do século XX em meu estado natal, perguntou pela origem do meu sobrenome Galan. Disse-lhe que era um sobrenome espanhol, que chegou com meu bisavô paterno ao Brasil. Após a mensagem no grupo de WhatsApp, como a prever o que me responderiam as pessoas em campo sobre as ascendências indígenas e os sentidos de pertencimento à ideia de ‘índio’, lhe escrevi: “*hahaha não sou espanhola. Meus bisavós eram.*

*Lá nos 1900.*” Essa é uma asserção que, evidentemente, é verdadeira, sou unicamente cidadã brasileira, nascida em São Paulo, mas é também uma asserção que carrega uma certeza da diferença de natureza entre marcadores de nacionalidade e de etnia ou raça. Era preciso, e foi o que fiz ao longo do campo, prestar atenção ao que ‘índio’ ou às vezes ‘caboclo’, significavam nas conversas, e que tipo de relação as pessoas entendem como possível de estabelecer entre essas pessoas suas antepassadas e os referenciais de presente e futuro.

#### **4.2.3 Dona Antônia e Marivânia**

Marivânia e sua mãe dona Antônia foram duas das primeiras pessoas com quem conversei em campo. Na época de nossa primeira conversa, Marivânia, uma mulher na casa dos quarenta anos, estava muito interessada em saber mais sobre suas origens indígenas, curiosidade que se fortalecera após uma viagem a Tacaratu, Pernambuco, terra natal de sua mãe, e de ter conhecido os ‘índios’ que ali vivem. Nessa sua busca pelas histórias familiares, Marivânia, na ocasião de meu conhecimento inicial com ela e sua mãe, mantinha contato com uma tia, Ana, que morava em Pernambuco. Viúva de um falecido irmão de dona Antônia, dona Ana sabia algumas histórias da família para contar. Por intermédio de Marivânia, assim, mantive contato por telefone e WhatsApp com dona Ana e sua filha Amparo por algum tempo. A história que conto, assim, é composta pelo que me contaram essas quatro mulheres: Antônia, Marivânia, Ana e Amparo.

Dona Antônia e Marivânia são de uma família que chegou ao Piauí na década de 1940 tendo como origem Tacaratu em Pernambuco. Conforme já contei brevemente no Capítulo 1, a partir do trabalho de conclusão de curso de Rianne Paes (2011), essa família estabeleceu-se de início na localidade Gongo, no atual município de João Costa, onde o pai da família comprou um serviço, estabeleceu um barracão, isso é, uma venda. A família trabalhou na extração de látex de maniçoba, mas não foi uma das famílias que foram ao Piauí nas décadas anteriores, atraídos pelo trabalho nos maniçobais. Os Roberto, como me contou outra pessoa em Coronel José Dias, já chegaram mais “*estruturados*”, o que não excluí trajetórias pessoais que passaram por trabalho na roça, embora muitos membros desta família sejam hoje bastante escolarizados, ocupando-se como profissionais liberais, professores ou comerciantes.

Na versão de dona Ana, essa ida para o Piauí se deu da seguinte forma. Seu sogro:

*“Comrou uma terra para lá na serra e ficaram numa toca, numa toca na serra lá. Moraram foi muito tempo numa toca de serra. Moraram muito tempo*

*lá nessa toca, depois foi que saíram e ele comprou outros lugares lá e terminaram até bem de vida, mas no início foi muito sofrimento. E meu marido contava assim, que iam tirar a borracha, era aquele sufoco.”* (Ana – conversa pelo telefone)

A mãe de dona Antônia era Neide. Sua mãe, Quitéria, era “índia legítima”, como conto adiante.

Após estar em Tacaratu para os festejos de Nossa Senhora da Saúde em janeiro daquele ano, Marivânia estava entusiasmada com os ‘índios’ e com sua própria ascendência indígena. Nos festejos, há a noite dos ‘caboclos’, dos ‘índios’, como me contou, quando eles tocam em frente à igreja. Nessa ocasião, ela também comprou artesanatos “*dos índios*”, por quem se interessou. Para dona Antônia, são os “*caboclos do Brejo dos Padres*”, e explicou que “*quando eu era menina, que eu morava lá, todos vestiam a roupa de caroá, assoviando e às vezes de saia, né, aquelas moças tudo de um jeitinho só.*” E ainda “*Aí a gente passava lá na aldeia, depois tiraram a estrada.*”. Até o momento em que perguntou através do WhatsApp a uma prima que mora em Tacaratu, Marivânia não se lembrava do nome do povo indígena que vive naquele município, os Pankararu.<sup>138</sup> Se essa viagem a Tacaratu parece ter despertado o interesse pela parte indígena da família em Marivânia, dona Antônia não parecia motivada no assunto. Mesmo tendo voltado para lá nos festejos de janeiro diversas vezes, ela não se interessava pelo passado de sua família. Mais de uma vez pediu para a filha me contar dos “*caboclos da gema*” lá de Tacaratu, isso é, dos Pankararu, assunto que ela julgava mais interessante ou menos incômodo. Em todo caso, para elas ‘os índios’ ou são os Pankararu (nunca mencionados pelo nome do povo) ou remetem aos antepassados de um tempo já bastante remoto. São Outros.

Nessa viagem a Tacaratu, Marivânia descobriu que uns primos seus herdaram uma terra que agora está “*com questão com os índios*”, o que muito provavelmente indica que sua família é considerada posseira em alguma área reivindicada pelos Pankararu – mas não consegui entender ao certo. Como me contou:

*“Aí era para ter [a carteirinha], para dar para alguns primos lá. Só que um primo é muito bruto, disse que não queria de saber dessas coisas, não. Sabia que a família era tudo dos índios, mas ele não queria carteirinha, não queria nada. E a minha prima ficou brava. Porque meus primos, os outros, queriam, né. Os que estavam lá em Caruaru. Todo mundo se interessa, né.”* (Marivânia – entrevista gravada)

---

<sup>138</sup> No município de Tacaratu, há duas Terras Indígenas homologadas em que vivem o povo Pankararu: a TI Pankararu, homologada em 1987, cuja extensão se estende aos municípios de Petrolândia e Itaparica, e a TI Entre Serras, homologada em 2007 (Arruti, 2023).

José Maurício Arruti (1996), em seu trabalho sobre emergência étnica dos Pankararu em Tacaratu, trata das carteirinhas da FUNAI e dos embates em torno desse dispositivo burocrático de marca de identidade e direitos. Em um caso anedótico registrado em sua dissertação, nota a situação de uma mulher que tinha a “carteirinha de índio”, por ter pai Pankararu, mas nada sabia sobre as tradições e dificuldades daquele povo. A “carteirinha”, na visão do antropólogo, poderia apresentar vantagens para dar acesso a políticas como bolsas de estudos pagas pela FUNAI. Esse caso leva Arruti a comentar que se pode ter chegado ao ponto da desvinculação entre direitos, territorialidade e identidades indígenas, chegando à “caricatura do índio jurídico, abstrato, que não é sujeito de cultura, nem de laços comunitários e territoriais, nem mesmo da indianidade, mas apenas da tutela” (*Ibid.*, p. 178). O ponto é a possibilidade – temida pelo antropólogo e pelo movimento indígena organizado – de que pessoas desvinculadas de comunidades indígenas possam reivindicar a indianidade e os direitos associados, a partir de critérios meramente raciais ou de descendência. Não conheço o caso dos primos de Marivânia. Mas sigamos acompanhando, a partir do Piauí, os modos pelos quais ela e sua mãe vinculam seu presente ao passado indígena de sua família.

Quitéria, que era ‘*índia legítima*’, e cuja mãe foi ‘pega a dente de cachorro’ em Pernambuco, possivelmente nasceu ainda no século XIX, quando os sentidos da indianidade eram outros na região, um tempo antes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) atuar ali. A mãe de Quitéria, avó de dona Antônia, foi “*pegada a dente de cachorro*”, explicou Antônia, que quando um pessoal saía para caçar

*“madeira, uma capivara, um tatu [...] descobre que tem caboclo ali e eles ajunta para ver. E eles [os caboclos] têm medo, eles correm danado com essa menininha pequenininha caçada. [...] Foram embora e deixaram a bichinha. [...] Ai eles apanharam e criaram a bichinha”. Criaram a bichinha”. (Antônia – entrevista gravada)*

Dona Ana, cunhada de dona Antônia, contou assim:

*“O nome da mãe de Neide era Quitéria. E o pai era Cláudio. Agora, ela era índia. Os pais dela eram índios legítimos. [...] Moravam na Serra, naquela Serra de Tacaratuzinho, naquela Serra que tem lá, tocas por lá. Mas eu não sei se eles tinham aldeia, sei que eles eram de lá. [...] Que os índios antigamente eram difíceis de lidar. Era pegado a dente de cachorro, botava um cachorro para pegar aqueles índios para segurar. A mãe de Quitéria foi pegada a dente de cachorro. [...]. Sei que ela era índia, a mãe de Neide era índia legítima. Que Neide também parecia índia, não é? Ai isso é o que eu sei.” (Ana – conversa pelo telefone)*

Então Neide “*era cara de índia, ela tinha aparência de índia*”, como me contou dona Ana no telefone. E seu próprio marido, Adailton, “*era muito parecido com a mãe. [...] Moreno,*

com o narigão, era todo diferente, mas eu amava”, e a filha deles, “muita gente acha que ela tem a cara de índia, porque ela é a cara do pai.” Quitéria casou-se com Cláudio, que “não era cabôco não, ele era de outra raça, ele era moreno, mas não era índio, ela que era índia, aí tornou a família índia”, embora ele “devia ter alguma descendência, mas não era índio legítimo. Ela, a mulher, era.” Quitéria era índia legítima porque seus pais eram também índios legítimos; a legitimidade, então, advém da não mistura. Ser ‘índio’, assim, é parecer ‘índio’, na concepção de Ana, mas também de muitas pessoas com quem conversei no Piauí.

Além da aparência física, Quitéria possuía outras qualidades que a marcam como ‘índia’: ela sabia rezar. Segundo dona Antônia, ela “era muito rezadeira, eu não sei com quem os índios aprendem a rezar né, eu não sei. [...] dom deles mesmo”. Dona Ana, por sua vez, me contou duas histórias que exemplificam esse “dom”, que mostram que ela “era inteligente”. A primeira história ocorreu quando botaram fogo no alto de uma serra em Tacaratu, Serra do Giz:

*“Aí esta hora o povo ia: ‘olhe Quitéria, a serra tá pegando fogo, aí meu Deus o que que vai acontecer? Vai matar todo bichinho, tudo...’ Ela disse: ‘não, tenha calma. Saiam de perto de mim’. Aí ela se benzia, olhava pra lá, se benzia, fazia a oração dela, o fogo ia morrendo, no mesmo instante apagava. (Ana – conversa por telefone)*

Outra ocasião em que as habilidades de reza de Quitéria se mostraram importantes foi quando seu genro Sebastião estava com problemas com seus inimigos.

*“E eles andavam a procura dele para matar. Aí quando Quitéria soube, disse ‘Não, Sebastião, não tenha medo, não. Pode ir sossegado’. Aí uma vez eles estavam tocando tio Sebastião num lugar lá e ele ia passando num animal. Quando ele foi passando, aí algum deles disse ‘Olha, ele tá vindo acolá’. Aí olharam, quando eles olharam ele acabou-se, não viram mais, viram um pau, um pedaço de pau, uns troncos de pau, assim. Aí já lá na frente eles avistaram. ‘Olha, ele passou aqui, ele vai bem acolá’. Diz que eles correram atrás e não viram ele. Pelejaram e não viram ele. Era tudo oração que ela sabia fazer. Agora a história que me contavam, não sei, que eu acredito que era verdade. No tempo de Lampião, que Sebastião se escondia, tudo era oração que ela fazia. Aí ele foi protegido muito por ela.” (Ana – conversa por telefone)*

A capacidade de rezar e os traços físicos de Quitéria são acompanhados por outra característica muito atribuída aos ‘índios’ pelas pessoas com quem conversei no Piauí, e também pelas duas mulheres de Pernambuco com quem conversei via WhatsApp: ela era taciturna. “Nunca saía com ninguém, não conversava com ninguém, que os índios antigamente era tudo escondido, não tinha civilização nenhuma” (Ana em conversa por telefone).

Visitei dona Antônia em sua casa em Coronel José Dias algumas vezes. Nessas ocasiões, ela pouco se interessava em me contar sobre essas histórias relativas a seus ascendentes indígenas. Conversávamos sobre seus próprios conhecimentos de rezas e benzimentos, histórias

de seus poucos anos passados em Pernambuco, sobre histórias de Tacaratu que envolviam nomes conhecidos em terras sertanejas como Lampião e Padre Cícero, sobre a vida de sua família após a chegada ao Piauí. Marivânia, quem também encontrei outras vezes, pareceu cada vez menos interessada em suas buscas pelo passado indígena de sua família; o entusiasmo com o tema logo após a ida a Tacaratu pareceu esmorecer com o tempo. Já com Ana e sua filha Amparo tive contato por telefone e WhatsApp por algumas semanas, tempo suficiente para dona Ana lembrar das histórias da família de seu finado esposo. Assim, foi apenas em minha primeira visita a dona Antônia e Marivânia que ouvi sobre a “*índia legítima pegada a dente de cachorro*”. Também foi a única ocasião para aprender um pouco sobre a ascendência indígena na família paterna de Marivânia.

Sua família era ali mesmo da região em que atualmente se localiza Coronel José Dias. A bisavó paterna de Marivânia era ‘índia’. A avó paterna de Marivânia era quem lhe dizia “*minha filha, a minha avó, a mãe da minha mãe, era índia*”. Dona Antônia chegou a conhecer de vista a filha dessa ‘índia’, que via passar, montada num jumento para apanhar água num olho d’água próximo de onde sua família então vivia.

*“Dessa mesma serra, era uma serra só. Aí eu vi, tinha uma senhora que chegava montada num jumento, ela tinha uma cabecinha coberta de luto, saia comprida, blusa comprida, as viúvas andavam tudo de luto, né. [...] Ela ficava montadinha na cangalha e a companheira dela [...] que descia, pegava água para ela. Mas ela nunca descia do jumento. O guarda-chuva dela era uma cuia desse jeito [mostra com as mãos a cuia invertida, usada como um chapéu]. [...] Ela punha na cabeça para proteger do sol. Coisa de índio, né?”*  
(Antônia – entrevista gravada).

Marivânia, interessada que estava na época na sua ascendência indígena, telefonou à irmã de seu finado pai para investigar se ainda havia outros descendentes dessa senhora, afinal ela morava em uma localidade para o lado do atual município de São João do Piauí. Essa tia, ainda lembra da avó: era bonita, morena. Contou de alguns sobrinhos que essa avó ia visitar na localidade Alegre (atual município de João Costa); entusiasmada na época, Marivânia queria ir àquele lugar procurar esses parentes que não conhecia. Ela também tinha expectativa de entrar em contato com parentes em São Paulo, onde essa senhora ‘filha de índia’ faleceu. Ansiava conhecer as histórias dessa mulher, conseguir contatos telefônicos, trocar mensagens, áudios, fotografias, na esperança, talvez, de estabelecer um novo relacionamento com a essa indianidade. Até onde pude acompanhar, no entanto, essas buscas familiares se encerraram aí. Cheguei a conhecer a tia paterna de Marivânia, e ela não parecia inclinada a escavar essas memórias familiares, e, gentilmente, se recusou a me falar do assunto em todas as tentativas. Tampouco dona Antônia parecia querer dar prosseguimento a essas pesquisas pelo passado

índigena da sua família e da de seu finado esposo e expôs sua opinião: “*Sei que acabou os índios. É porque foi acabando a família, acabando, ninguém procurou conservar a família de índio, né. Aí foi todo mundo embora, aí acabou.*”

Foram todos embora, em alguns casos, é uma constatação literal: as famílias migraram, se dispensaram espacialmente, não favorecendo a continuidade de uma memória familiar compartilhada. Mas o fim dos ‘índios’ se dá também pela mistura. Em certa medida, essa mistura não é somente racial: após ‘pegos no mato’, ‘a dente de cachorro’, essas pessoas ‘índias’ ou ‘caboclas’ são retiradas de suas ‘aldeias’. Pessoas individuais, pouco sociáveis, que não sabiam falar ou falavam pouco, ao ter filhos com pessoas não ‘índias’, dão origem a filhos com outras características comportamentais. Mas a mistura é também racial. O ‘sangue de índio’, responsável pela aparência física atribuída aos ‘índios’ – cabelos lisos e pele morena – acaba pela mistura.

Não foi através de dona Antônia e Marivânia que ouvi o termo ‘sangue de índio’, mas nas conversas com Adaulta, Raquel e Marly, sobre quem conto na próxima seção. Mas usei esse termo para perguntar a dona Antônia se ela tinha ‘sangue de índio’, uma vez que seus bisavôs eram “*índios legítimos*”, ao que ela me respondeu: “*Eu não tenho não, acho que não, ainda foi da minha mãe ainda. [...] Vai acabando, meu pai não tinha, vai misturando uns com os outro...*”. Neide, a mãe de Antônia, parecia ‘índia’, como me contou dona Ana. Com a mistura, contudo, essa característica não chegou aos descendentes, na avaliação de dona Antônia.

#### **4.2.4 Adaulta, Raquel e Marly**

Conheci Raquel em julho de 2019, através de Vanessa, então estudante do curso de Antropologia da UNIVASF. Ao ir conversar com essa mulher para um trabalho de uma disciplina na universidade, essa estudante soube por Raquel que ela tinha ‘sangue de índio’. Sabendo de meus interesses pelo tema, Vanessa prometeu me levar conversar com ela quando eu estivesse na região.

Visitei Raquel em sua casa em uma localidade rural próxima à cidade, seja nessa etapa de pré-campo, como nos anos seguintes. Com o tempo, conheci sua mãe Adaulta e sua irmã Marly. Essas duas moram, cada uma em sua casa, no bairro Boa Vista, localizado às margens da BR-020, logo após o centro, em direção ao município de São João do Piauí.

Adaulta nasceu em 1932, ano de uma grande seca. Seu pai Gabriel era “*índio legítimo*”, ou “*índio puro*”, como também me contaram: ele foi “*pego no mato por cachorro*” quando era menino, em Pernambuco. Foi pego por uma tropa, junto com outros índios; jogaram os cachorros em cima dele e, cercado, Gabriel foi pego. Dizia-se que estava nu. Com o tempo, “*foi acostumando*” com os modos da gente, pois de início ele “*não sabia conversar*”, o que talvez explique o caráter pouco sociável explicitado pelas mulheres que me contavam sobre ele. Casou-se em Pernambuco com Eulália, uma mulher que não era ‘índia’; que era “*loura de olho azul*”. Após o casamento, foram para aquela região do Piauí, pois o pai de Eulália já morava por ali.

Gabriel trabalhou em muitas fazendas e localidades rurais da região, ‘furando maniçoba’ e se empregando em outros serviços. Nunca gostou de conversar; quando a esposa se punha a falar, refugiava-se na casa da vizinha, que era também sua parente. “*Nunca teve coligação*” com gente dali, nunca quis viver em cidade, preferindo “*o mato*”, “*os interiores*”. Antônio faleceu ainda novo, sem fios brancos em sua cabeça.

Adaulta sabe contar pouco sobre seu próprio pai, pois não viveu com ele e com sua mãe a maior parte do tempo, foi criada pelos padrinhos, pois a família não tinha condições de criar todos os filhos. A penúria daqueles tempos é epitomada nos relatos de falta de roupas e calçados, dos trapos para se vestir, bem como nos relatos de fome nas secas. Do pouco que se lembra, Adaulta guardou os versos de uma cantiga que seu pai cantava para ela

*“Cheiro, cheiro, cheiro da floresta  
Que é o olhar, o olhar desta mulher...”*

Quando o tempo da maniçoba acabou, a maioria dos filhos de Gabriel e Eulália “*ganharam o mundo*”:

*“Cinco irmãos que eu tenho, tudo aí pro Maranhão. E as irmãs era seis. Meu pai nunca andou brigando com eles, até quando ganharam o mundo. Ganha o mundo para caçar perigo das coisas aí, pelo mundo também, que não aguentaram mais dentro do barracão, que não tem mais maniçoba, acabou tudo, aí entrou tudo no mundo, foram embora tudo”* (Adaulta – entrevista gravada).

Depois sua mãe acompanhou uma dessas irmãs, “*sumiu no meio do mundo*”, contou Raquel, está “*para lá do Pará*”, se ainda for viva.

Aos doze anos, Adaulta se casou com João Salvador. Certa vez, me disseram que ele era baiano das Cacimbas do Ouricuri, mas posteriormente, firmaram na versão de que era das



Cacimbas de Baixo, localidade atualmente no segundo distrito de Coronel José Dias.<sup>139</sup> De todo modo, chegou à região da Várzea Grande para ‘furar maniçoba’, e foi acompanhado de “*três companheiros*”, dos quais apenas mais um se estabeleceu por ali. João e Adaulta foram morar no Olho D’Água, localidade atualmente desabitada por conta da implantação do Parque Nacional Serra da Capivara. Assim como seu marido, Adaulta furou muita maniçoba “*no Varedão, no Gameleira, no Dionísio, no Barracão*”. Dia de sábado, vendiam a maniçoba no barracão, nas tocas, e domingo iam ao Olho D’Água.

Adaulta teve catorze filhos, e os criou no Olho D’Água. Raquel, uma dessas filhas, à semelhança do que aconteceu com sua própria mãe, foi criada pelos próprios padrinhos a partir de certa idade. Raquel me contou sobre esse episódio de sua vida porque me explicava que, por seu avô ser ‘índio legítimo’, ela tinha ‘sangue de índio’: sua madrinha lhe contou que no seu batizado, ela parecia mesmo uma indiazinha, tinha o cabelo ainda curto, que escorria na cara, “*como uma índia*”, ela era assim “*escura bem fechada*”.

Raquel, que foi batizada antes mesmo de saber caminhar, só voltou a ver seus padrinhos aos quinze anos. Nessa idade, seu pai a levou até a casa dos padrinhos, casal com mais ‘condições’ em Boa Esperança (atual sede do município de João Costa) para lhe apresentar. Eles foram, o pai no jumento, ela a pé de chinelo. Chegaram lá e o padrinho disse que o compadre voltaria, mas ela não, que ele gostaria de ficar com ela lá, para terminar de criá-la. Dessa forma, ela trabalhou para seus padrinhos, vivendo com eles, por cinco anos e três meses.

Depois desse tempo, Raquel voltou para o Olho D’Água para junto dos pais. Uns dez dias depois de ter voltado, estava pegando água no tanque. Quando chegava próxima a sua casa com a lata de água na cabeça, avistou seu padrinho montado em um burro. Daí seguiram lado a lado para a casa de seu pai, ela carregando a água na cabeça, o padrinho montado no burro. Os compadres conversaram, e seu pai a chamou: o pai então perguntou se ela queria voltar com o padrinho. Ela disse que o pai quem sabia, que ela não podia dizer se queria ou não... Foi. Ficou mais quatro anos e meio. Chegando em Boa Esperança, seu padrinho contou que estavam fazendo uma casa em São João do Piauí, e que ela ia para lá ajudá-los. Após mais um período,

---

<sup>139</sup> A região mais ao sul do segundo distrito de Coronel José Dias faz limite com o município baiano de Remanso. Como na época essa região piauiense toda fazia parte do município de São Raimundo Nonato, a referência dos lugares das pessoas se dava pelos nomes das localidades e fazendas onde nasceram e pelas quais viveram e trabalharam. O município, assim, é apenas uma forma de pertencimento e referência de lugar de origem e, ao que me parece, não é o principal mesmo nos dias de hoje.

voltou para perto de seus pais, casou-se com Roberto e foram viver em uma localidade rural mais próxima, trabalhando para outras pessoas.

Raquel me contou sobre seus partos, os cuidados que é preciso ter no resguardo, os alimentos que não se deve comer. Também explicou onde está cada um dos seus filhos; apenas uma mulher e um homem seguem vivendo em Coronel José Dias. Outros estão em Brasília, em São Paulo, em Minas Gerais. Eles foram porque não tinha serviço para eles lá, mas ela nunca disse para eles irem. Na sala de sua casa, uma fotomontagem presta-se a recompor parcialmente a família espalhada. Na imagem estão ela, seu esposo, os filhos que moram em Coronel José Dias, um filho falecido, e alguns dos outros filhos e netos. É uma colagem digital de fotografias diversas, sobrepostas a uma paisagem. Nas vezes que a visitei em sua casa, ela me mostrava todos os filhos ali retratados. As fotografias também serviam como demonstração do ‘sangue de índio’ de sua família. Mostrava-me uma de suas filhas: “*igual uma índia*”! Puxou o sangue de índia. É que Raquel, filha de Adaulta, por sua vez filha de Gabriel, “*índio legítimo*”, tem “*sangue de índio*”. Volto a esse tema posteriormente.

Se Raquel tem ‘sangue de índio’, esse não é o caso de todos os filhos de Adaulta. Marly, por exemplo, nasceu com a pele mais clara. Se Gabriel era ‘índio legítimo’, João Salvador, finado esposo de Adaulta, era ‘branco’. Ao se referir aos parentes dele que moram em São Raimundo Nonato, com quem ela “*nunca se misturou*”, Adaulta falou que era um “*povo véio branco, gente branca*”. Marly, assim como outros filhos de Adaulta, puxaram para o pai, “*branco japonês*”. Diante do meu estranhamento dessa classificação curiosa, explicaram: é que ele e os filhos que puxaram para ele tinham os olhos puxados – é possível que ‘índios’ também sejam associados a esse formato de olhos. Quando criança, Marly mal conseguia abrir os olhos. Mas não é ‘raça’ de japonês, não. É “*branco japonês*”. “*Não tem branco japonês?*”, perguntou Adaulta, como fosse óbvio.

As histórias sobre esta família, bem como percepções de outras pessoas sobre ela, retornam ao longo do capítulo.

#### **4.2.5 Visitando seu Veridiano: ao encontro da mistura**

Seu Veridiano mora no bairro São Pedro, o mais antigo da cidade. Após ser apresentada a ele por uma professora aposentada com quem eu criei uma relação de amizade, telefonei a ele para marcarmos um horário para conversar. Talvez no intuito de se livrar logo do compromisso com a pesquisadora, perguntou se eu não poderia ir naquela mesma hora. Fui, e fui recebida

com enorme cordialidade. Sentados no pórtico à frente de sua casa, conversamos sobre a história de sua família, que vivia numa localidade do atual município de João Costa, do outro lado do Parque Nacional Serra da Capivara. Foram removidos dali quando da criação do Parque. A nostalgia pelas terras com muita água e fruteiras deixadas para trs permeou parte da conversa. Até o momento em que eu perguntei, retomando um dos meus interesses iniciais de pesquisa: “*E pra c tem família que tem parte com ndio?*”. “*Tem, com certeza*”, ele respondeu. Comentei que as pessoas não contam muito sobre o tema, e ele explicou:

*“Eu acredito que tem pessoas que sabem mais histórias de ndio, mas é para ter. Minha mãe falava que uma pessoa da família dela que tem ndio, ela não sabia dizer se era bisav ou tataravô. [...] E era para ser, que minha mãe era morena do cabelo liso, [...] os traços... As pessoas não se interessavam muito pela história, que da minha irmandade quem mais gosta desse tipo de coisa sou eu.”* (Veridiano – entrevista gravada)

Comentei com ele que estava em contato com a família de Adaulta, que ela me contara que seu pai era “*ndio legítimo*”, tendo sido ‘pego no mato’, e assim, alguns de seus filhos têm ‘sangue de ndio’. Como seu Veridiano e Adaulta tinham morado na mesma região, e ele conhecera o pai dela, resolvi perguntar sobre sua percepção daquela família. É que há poucos dias eu ouvira, numa conversa entre dois homens já nonagenrios, que a família de Adaulta não era cabocla ou indígena, como eu dissera ter ouvido. Um desses dois homens afirmou: “*eles são pretos!*”. Seguiram repetindo impropérios e ditos populares racistas. Deixaram claro, ambos, que eles próprios não eram pretos.<sup>140</sup> Tentando entender como seu Veridiano classificava o pai de Adaulta e sua família, comentei: “*falam de caboclo, falam de preto...*”, ao que ele respondeu: “* que muitas pessoas não definem as raças, na verdade aqui a gente tem um pouco de tudo*”. As misturas, assim, são raciais. Mas isso é só uma parte da história. É que ‘raça’ não recobre o mesmo campo semântico que raça, embora haja sobreposições de sentidos.

Cerca de um mês depois, tornei a agendar uma visita a seu Veridiano. Novamente iniciamos a conversa tratando de como era a vida no lugar que ele vivera com seu pai. Depois, ele me contou sobre o segundo distrito de Coronel José Dias, especificamente sobre a região do povoado chamado Lajes de Pedra. Perguntou se eu já tinha andado por lá. Como na ocasião eu

---

<sup>140</sup> Minha pesquisa se deu majoritariamente com pessoas idosas. De todo modo, levanto a hipótese de que as auto classificações raciais estejam mudando nas gerações mais novas, mas o modo como constrói a pesquisa de campo não permite confirmar essa percepção. Conto, no entanto, uma anedota que sustenta a hipótese, que necessitaria de continuidade da pesquisa: em uma palestra em uma instituição de ensino em São Raimundo Nonato, ouvi o neto de um desses dois senhores que categoricamente disseram não ser pretos, se afirmar preto. Segundo esse rapaz, ele era preto, assim como seu pai e seu av. Este av, aliás, é irmão de uma das mulheres cuja história familiar descrevi ao longo deste capítulo, e tem ascendência indígena reconhecida. Mas ele não é nem ‘preto’, nem ‘ndio’, diferentemente de seu jovem neto que se afirmou publicamente preto em um evento acadmico.

ainda não tinha, ele me explicou brevemente sua visão daquela região. Era uma região dominada por um grande fazendeiro, que “*adquiriu umas famílias de gente, uns pretos*” para morarem para ele. Não era mais “*uma escravidão como no tempo do reinado, mas terminava sendo*”. Essa foi minha deixa para voltar ao tema de raças e misturas. Perguntei se “*para cá*”, no centro da cidade, tinha também gente preta. “*Não, pra cá a gente é bem misturado, a mistura é grande*”, esclareceu Veridiano. Aproveitei para pedir que elaborasse sobre algo que ele me falara em nossa conversa anterior sobre ‘não definir as raças’, e ele explicou mais detidamente:

*Veridiano - É porque o seguinte, que outrora na região aqui era muito comum o pessoal querer casar e a família não aceitar porque era de outra família, usava muita rixa um com os outros. Hoje já não define mais esse tipo de coisa, já não é mesma coisa, ‘não, fulano não vai casar com fulano porque sicrano não gostava de fulano’.*

*Camila - Quando o senhor falou raça assim, é das famílias.*

*V - É das famílias.*

*C - Não tem a ver com a cor da pele, não?*

*V - Não, não, é da família. Antes ‘esse aqui é da raça do Limoeiro’. Não, esse pessoal do Limoeiro são uma raça branca, mas tem muitos briguentos. Isso é raça do Limoeiro.*

Nessa conversa, o equívoco entre o que eu entendia por raça e o que ele me explicava a partir do termo ‘raça’ fica patente. A “*raça dos Limoeiro*”, por exemplo, era um modo de se referir a uma família e seus jeitos, nesse caso a partir da inscrição do local de morada dessas pessoas. Mas essa “*raça dos Limoeiro*” eram também uma ‘*raça branca*’. Assim, como exploro ao longo deste capítulo, ‘raça’ tem significados distintos de raça; de toda maneira, existe também uma conexão entre ‘raça’ e raça, que cabe explorar.

\*\*\*

Se antes se ‘definia as raças’, e se em algumas partes isso ainda é feito, não é o caso ali no centro da cidade, onde todos são ‘misturados’. Conversando em outra ocasião com seu Cícero, casado com uma tia de Marivânia, sabendo que sua mãe tinha uma avó indígena, perguntei se ele conhecia alguma família com história de ‘índios’ para contar, ao que respondeu que “*é difícil ter uma família pra cá que não tem*” sangue de índio.

Certa vez, depois de um dia de visitas a algumas pessoas, retornei no fim da tarde para a casa de minha anfitriã na sede do município. Ela me indagou, então, se eu havia encontrado os ‘índios’. Emendei uma explicação demasiado longa e certamente aborrecida sobre eu não

estar querendo encontrar os ‘índios’, mas entender como as pessoas me contavam sobre seus antepassados indígenas. Ela seguiu me dizendo que eu não encontraria os ‘índios’ porque ali todos eram misturados. Ali, frisou, não havia nem ‘índios’ nem ‘pretos’. Mesmo quem tem o cabelo crespo – e ela mencionou uma senhora em uma localidade do primeiro distrito que me apresentara há alguns dias – não é negro, mas misturado. Preto mesmo, seguiu, apenas na Salininha, povoado do segundo distrito. A pureza e a não mistura, assim, estão sempre ou no passado ou alhures.

Ali – na cidade e nas localidades rurais circunvizinhas – todos eram misturados. Ao mesmo tempo, “*é difícil ter uma família para cá que não tem*” sangue de índio, como ensinou seu Cícero. Eu não encontraria pessoas indígenas em Coronel José Dias, me ensinavam meus interlocutores em campo, porque não havia mais ali ‘índios legítimos’. A ‘mistura’ produz pessoas que, se conhecem de suas origens, possuem outras características fenotípicas e comportamentais. Já não vivem no ‘mato’, já possuem cabelos não tão lisos, ou têm tons de peles mais claros. Se a ascendência indígena, mas também a negra, é conhecida de algumas famílias com quem conversei, é possível notar que a ‘mistura’ também torna as pessoas menos racializadas. Assim como persigo adiante os sentidos sobrepostos e dissonantes entre ‘raça’ e raça, também será interessante olhar para o que me dizem as pessoas em campo sobre as ‘misturas’, e comparar às críticas aos discursos de mestiçagem no pensamento social brasileiro.

### **4.3 Famílias, ‘raças’, lugares, ‘misturas’**

Conforme mostrei nas pequenas histórias de como algumas famílias contam sobre seus antepassados indígenas, esses são inscritos em um passado encerrado. Pesa a distância genealógica ser grande entre as ‘bisavós’ ‘pegas no mato’ e as pessoas com quem conversei. Mas essa distância não é somente genealógica e temporal, mas é mediada pela ‘mistura’. É porque apenas um ascendente é ‘índio’, ou apenas um lado da família, que essa distância se aprofunda. Houve ‘mistura’, por isso o ‘sangue de índio’ não se transmite a todos os descendentes, ou esse ‘sangue’ não é evidente o tempo todo. As misturas dos ‘índios legítimos’ com pessoas não ‘índias’ provocam mudanças que são fenotípicas, mas também comportamentais. Ser ‘índio’, como mostrei no capítulo anterior, se refere a uma vida ‘no mato’, ‘nas serras’. Os ‘índios legítimos’ das famílias foram ‘pegos’ e socializados, não sabiam falar, eram calados. Isso já não ocorre nas gerações seguintes.

As misturas sobre que me contavam em campo são ao mesmo tempo raciais e familiares. Descrevo, em primeiro lugar, os sentidos locais de ‘raça’, discutindo os modos como raça e ‘raça’ se articulam e se dissociam. Em seguida, adentro o tema da ‘mistura’, propondo alguns paralelos possíveis com as críticas às teorias da miscigenação racial no Brasil. Mais uma vez, a sobreposição possível entre essas discussões não oblitera as suas diferenças.

#### 4.3.1 Raça, ‘raça’, racismo

Desnecessário argumentar que raça é, como já fizeram antropólogos sociais e culturais há décadas, uma categoria com existência sociológica e social, e não biológica. Não existem raças humanas. Como pesquisas nas ciências sociais demonstram há muito, raça pode ser entendida como um fenômeno social (Wagley, 1952) que estrutura as estruturas das relações no Brasil contemporâneo (Guimarães, 1999). Raça não existe, mas ao mesmo tempo as pessoas se diferenciam corporalmente e essas diferenciações são usadas como marcadores de distinções, pertencimentos e exclusões em muitos lugares – inclusive onde faço pesquisa.

Para esse dilema, Stuart Hall (2017) propôs tratar raça discursivamente como um “significante flutuante” ou “deslizante”. Seguindo uma abordagem pós-estruturalista, ele se distancia de perspectivas que veem a diferença racial como tendo referentes biogenéticos no mundo, e tampouco apoia visões de que raça seja um fenômeno meramente linguístico. Trata-se de compreender que há diferenças muito variadas entre os corpos das pessoas, mas que elas só ganham sentido quando organizadas discursivamente. As variações corporais que importam no discurso da raça são aquelas que se organizam em sistemas de diferenciação. E embora o discurso racial seja pervasivo na história recente – e portanto “é o destaque de um sistema hierárquico que produz diferença” (Hall, 2017, p. 32–33) – os racismos são sempre historicamente específicos (*Ibid.*, p. 153).

Mesmo o termo *raça* tem uma história, e foi inicialmente usado de forma muito distinta em outros momentos: assimilado do árabe, o termo *raza* foi usado, após o século XIII, entre nobres na Península Ibérica para

destacar sua origem, sua descendência. Os primórdios da história da noção de raça, portanto, nada têm a ver com uma diferenciação de grupos humanos segundo cores de peles diferentes ou outros critérios fenotípicos (Hofbauer, 2006, p. 100)

Talvez numa coincidência, o uso de ‘raça dos’ Fulanos, ‘raça de’ Tal Lugar em Coronel José Dias também pode indicar pertencimento familiar via descendência. Como em outros

lugares do Brasil, o termo *raça* pode ser usado ali no lugar de *família*. Em sua pesquisa no sertão de Pernambuco, Ana Claudia Marques (2002) notou que o termo “raça” era usado algumas vezes para fazer referência a família e à transmissão de “famas”. No entanto, era um “termo evitado por outros, por seu teor pejorativo de atavismo, animalidade e *ignorância*” (*Ibid.*, p. 220). No contexto em que eu pesquiso, também o termo ‘raça’ como designativo de família parece carregar uma conotação negativa e uma reputação indesejada de certa família – referida pelo prenome ou alcunha de um dos membros proeminentes, ou pelo nome da localidade associada a um conjunto familiar. A família de Adaulta, ouvi certa vez, poderia ser referida como “*raça dos Salvador*”, em referência a seu esposo João Salvador. Também escutei que eram “*gaiteiros*”, “*vaidosos*”, outras qualificações pouco elogiosas.

A bem verdade, o termo ‘raça’ pouco apareceu na minha pesquisa de campo, e quase sempre foi associado a descrições familiares. De um modo geral, falar na ‘raça dos’ Fulanos (em geral o primeiro nome ou apelido de um homem) é considerado um modo antigo de tratar de ‘família’ do Fulano. Costuma também ser um termo pouco abonador, associado a famílias briguentas. Mas não necessariamente.

Seu Paulo explicou-me que ‘raça’ e família’ são a mesma coisa. Ele me explicava sobre a ‘tradição’ de cada família:

*“Aqui se o cara faz uma coisa errada, ainda vão atrás da tradição, às vezes o cara aí é filho de fulano, aqui ainda tem isso. [...] A tradição da família. Vai casar com filho de fulano, ‘aquele cara é um vagabundo, não tá com nada’. Que aqui ainda existe isso”.* (Paulo – entrevista gravada)

Perguntei se se falava na ‘raça’ do Fulano para se referir a família, ele assentiu:

*“Paulo - mesma coisa, o cara diz fulano vai casar com quem? ‘Com filha de fulano, é raça boa’.*

*Camila - é que eu não conhecia esse negócio de raça, que raça para mim só era cor da pele sabe, não é isso não?*

*Paulo - não, não, é o procedimento da pessoa, digamos assim.”*

Apenas uma vez ouvi o termo ‘raça’ referido a algo mais próximo do modo como eu conhecia o termo. Em uma localidade rural no primeiro distrito de Coronel José Dias, eu conversava com uma senhora de sobrenome Oliveira, uma almista (referida à Fazenda Almas). Ela me contava que certa mulher que vivia ali perto era da “*raça dos índios*”, tinha o cabelo liso. Aí temos um sentido que sobrepõe descendência e aparência. Também numa conversa com um senhor bem idoso, ele me contou que chegou a conhecer um velho que fora cativo antes da abolição; vivia pedindo esmola, era um ‘preto’. “*Ainda tem raça dele. Ainda tem muita gente*

*dele.*” ‘Raça’, aqui, novamente se refere a descendência, mas não se desconecta de cor (e à pretérita condição escravizada daquele homem).

Na região das Lajes, uma senhora me contou que a família de seu esposo era conhecida por não gostar de ‘pretos’ ou ‘morenos’. Explicou-me, então, que atualmente essa família já é ‘misturada’, pois ela mesma é “*bem morena*”. Vejamos os sentidos atribuídos às ‘famílias que se misturam:

*“Tinha essa coisa que a família dele não tem ninguém moreno, sendo da família já tem porque casou, misturado como eu mesma sou dos Oliveiras que casei com ele, já tem os filhos mais morenos, eu só tenho um bem moreno assim como eu, os outros não dá nem pra ver a diferença, logo um mora mesmo na cidade e trabalha na sombra, aí não tem essa diferença, mas agora na família dele já tem, mas antes não tinha dos mais velhos. [...] Era mais fechada a família, era só uma cor só, era só um jeito só, o cabelo era um só, agora já tem as misturas por via que foi casando, tá entendendo? Como eles mesmos que vieram lá da Bahia, lá a Bahia era tudo uma família só, eles lá era tudo um jeito só, tudo de uma maneira só, até o jeito de falar era outro, tá entendendo? Que cada família tem um jeito até de labutar, tá entendendo? É diferente, até pra fazer as coisas, você tá entendendo? Cada família tem sua maneira de labutar, de falar, de tudo, mas agora não. As comidas, as coisas [eram] diferentes, mas agora não, agora já tudo misturou as famílias deles misturou.”* (Luísa – entrevista gravada)

No trecho acima, vemos, que as misturas das ‘famílias’ e das ‘raças’ não se referem apenas a misturas de pessoas de diferentes cores de pele, mas ‘família’ diz respeito aos ‘jeitos’ de cozinhar, de labutar, aos temperamentos, ao “*procedimento da pessoa*”, nas palavras de seu Paulo. No entanto, essa mistura é também racial. Parafraseando Stuart Hall (2017, p. 37), vemos que o traço físico, tendo saído pela porta da frente, volta sorrateiramente pela janela de trás. A aparência física é o que indica as ascendências indígenas ou negras, e ela volta, para *mostrar* uma história em termos distintos dos quais se narram as histórias das famílias.

A mistura, vemos ainda na fala de dona Luísa, também é embranquecedora. Seus filhos que moram na cidade ficam na sombra, não trabalham de baixo do sol, não são tão ‘morenos’, “*não dá nem para ver a diferença*”.

Se ‘raça’, assim, e a mistura entre ‘raças’ e ‘famílias’ – que exploro mais adiante –, não se limitam ao campo do que eu estava acostumada a entender como raça, a experiência do racismo não deixa de atravessar as distinções familiares. E dentre os aspectos considerados nessas distinções, estão a aparência física e as origens – que incluem lugares, como Bahia, nomes de localidades e fazendas, mas também as origens cativas e caboclas. Desse modo, se o termo ‘raça’ tal qual ouvi em campo não corresponde a raça, existe certa sobreposição de sentidos. Nos termos de Stuart Hall (2017), ‘raça’ – ainda que esse não seja seu uso exclusivo



– também compõe esforços da manutenção entre um *nós* e um *eles*, em que o corpo racializado é o corpo não branco. E o racismo faz parte da experiência das pessoas com origens negras com quem conversei em campo.

Se no Brasil o preconceito racial pode ser dito de marca, como na conhecida hipótese de Oracy Nogueira (2007 [1954]), ou seja, entre outros aspectos, se é o fenótipo ou a aparência racial que define o pertencimento de uma pessoa ao grupo discriminador ou discriminado, a origem familiar não é menos importante no contexto de minha pesquisa. O mesmo senhor que chegou a conhecer um ex-cativo, tem uma filha casada em segundas núpcias com “*um nego da Odélia*”, o que lhe desagrada. Ao menos é “*um negro trabalhador*”, que trata bem a sua filha. Não passa despercebido que o “*negro trabalhador*” não é qualquer um, mas “*da Odélia*”, ou seja, pertence a uma descendência específica e conhecida, bem reputada como trabalhadora. O racismo ali, desse modo, é um fenômeno que articula aparência e pertencimento familiar via descendência.

Se nem ‘raça’ nem raça foram termos prevalentes nas conversas que travei em campo, isso não significa que a experiência do racismo não tenha aparecido nas conversas. O termo *racismo* foi apenas formulado por Raimundo, nas Lajes de Pedra, um senhor não tão idoso, que passou muitos anos vivendo em uma metrópole, talvez acumulando outras experiências com léxicos e políticas raciais. Certa vez, perguntei a uma senhora em uma localidade no segundo distrito: “*mas tinha essa parte que hoje em dia que diz preconceito, racismo e essas coisas? A senhora acha?*” Miguel, meu assistente de pesquisa naquela região, reformulou minha pergunta e acrescentou um exemplo, para que fosse compreendida mais facilmente: “*questão de cor por exemplo: não vou deixar meu filho casar porque é moreno, tinha?*” E ela respondeu: “*toda vida disse que teve, tem muita gente que tinha esse preconceito de não querer família misturada, que preto, falava preto*”. A experiência do racismo, portanto, é conhecida mesmo sem o uso do termo.

Mais para o final da pesquisa de campo, percebendo a importância de tratar desse tema, passei a perguntar especificamente sobre ela. Perguntei mais sobre o tema na região do segundo distrito, em que a distinção entre as famílias moradoras e ‘as famílias’ dos fazendeiros – uma divisão atravessada pela divisão racial, mas não de modo absoluto – era muito enunciada nas conversas.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> Comentei que a maior parte das pessoas com quem conversei na sede de Coronel José Dias se dizem ‘misturadas’ e em geral negam ou afastam seus antepassados ‘índios’ e, sobretudo, os ‘morenos’ ou ‘pretos’. Esse último fato é parcialmente verdadeiro. Houve ao menos duas mulheres com quem

Ainda numa localidade rural próxima à sede, estive conversando com um casal, seu Josué e dona Conceição. Assim que os conheci, através de sua filha, contei sobre a pesquisa, e disse que conhecera lugares também no segundo distrito, ao que me disse Josué que lá na região das Lajes “*tem uma família de um povo moreno, uns morenos que têm lá, são tudo da minha família.*” Foi uma das poucas vezes que, espontaneamente e sem eu tocar no assunto, as pessoas falaram de suas famílias como ‘morenas’. Como eles falaram no tema de cor, perguntei mais adiante se no passado havia muito preconceito contra ‘morenos’. Sim, responderam. “*Ali de primeiro, ali naquele clube do compadre Caetano, lá não entrava mulher solteira, não; entrava não*”, respondeu Conceição. “*Entrava não, entrava não*”, concordou o esposo. A filha do casal então prosseguiu: “*O papai uma vez estava no Dirceu, um dia dançando, aí bem esse Zezinho da [nome de sua localidade], disse com ele, ‘Sai do meio, nego, tira esse nego aqui do meio dos brancos. Foi.’ ‘Mas ele também é nego’*”, comentou Conceição.

Essa não foi a única festa com salões separados que frequentaram. Certa vez foram em uma festa em que os anfitriões “*separaram a sala, aquela sala, aquela sala, aquela sala de fora, de dentro era só para os brancos, e a de fora era para os morenos*”, contou-me Josué. A separação durou até o momento em que um homem branco começou a dançar com uma prima de Josué, e em seguida todos dançaram juntos, mesmo com resistência de alguns. Aí o anfitrião Ambrósio teria dito “*pronto aqui empreteceu agora foi tudo!*”

‘Raça’, como mostrei ao longo desta seção, refere-se a ‘família’: diz respeito a locais de origens, temperamentos, modos de trabalhar, de cozinhar, de se relacionar, de viver. Mas ‘raça’ também diz respeito a alguns aspectos que seu homônimo raça recobre. ‘Raça’ (e mesmo ‘família’), assim, também fala de diferenças fenotípicas. Diferenças entre tons de pele, texturas de cabelos... ‘Raça’ e raça, assim, possuem significados conflitantes, por vezes difíceis de apreender. No entanto, possuem também sobreposições de sentido, que penso ser interessante explorar. Sobretudo, mostrei que se o termo raça pode não ser tão usado, a experiência do racismo é muito tangível para diversas pessoas com quem conversei.

Penso ser um esforço importante descrever os modos locais de apreender diferenças entre grupos familiares, diferenças entre ‘raças’. Explorar as flutuações de sentidos entre ‘raça’ e raça, lembrar que há equívocidade entre os termos das minhas perguntas e as respostas de

---

conversei – ambas de ‘famílias que ajudam’, isso é, pessoas cujas trajetórias foram marcadas pelo trabalho doméstico em casas alheias – que falaram de avós negros. Como registrei no Capítulo 3, Teodora me disse que o pai de sua mãe era “*negão*”. Não era caboclo, “*não tem caboclo de cabelo duro!*”

meus entrevistados: tudo isso me parece fundamental em uma prática etnográfica. Mas convém lembrar que Coronel José Dias situa-se, afinal, no Brasil, país marcado pelo racismo e por visões estereotipadas dos povos indígenas e de populações negras, e no qual políticas de promoção da igualdade racial estão em curso há algumas décadas. É por esse motivo que, ao discutir o tema da ‘mistura’ – central para completar a apreensão dos sentidos de ‘raça’ –, não me furtei a pôr em paralelo as discussões locais sobre o tema às discussões mais amplas sobre miscigenação e branqueamento.

#### 4.3.2 Todo mundo é misturado...

As ‘misturas’ de que me falavam meus interlocutores em campo, assim, são misturas de ‘raças’, de ‘famílias’. E ‘raça’ pode tanto dizer respeito a certa fama ou reputação familiar, como se referir a modos de falar da cor ou aparência de pessoas ou famílias. Misturam-se fenótipos, lugares de origem, temperamentos e sobrenomes. A história da origem da família Oliveira, com que abro este capítulo, me foi contada por seu Raimundo, morador do povoado Lajes de Pedra, no segundo distrito de Coronel José Dias. Essa história surgiu em nossa conversa quando ele me contava sobre um desentendimento de seu avô com seu patrão, em cujas terras aquele morava como trabalhador agregado.

Tendo brigado com o próprio patrão, o avô de Raimundo foi acolhido pelo principal fazendeiro da região, cunhado de seu patrão. A fim de pacificar a contenda entre os dois cunhados – o fazendeiro que expulsou o agregado e aquele que o acolheu – um fazendeiro mais poderoso, Capitão Tomazinho, e possivelmente parente de ambos (“*eram uma família só, esses Assis, esses Oliveiras, os Macêdos, os Castro*”) disse ao que acolheu o homem, nas palavras de Raimundo: “*eu mandei lhe chamar aqui que é pra você botar um negro que tem lá dentro de sua fazenda pra fora de hora marcada*”. Ao que o fazendeiro respondeu: “*Muito bem, meu tio Tomazinho, o negro sai de lá de minha fazenda se o senhor comprar minha fazenda com tudo que tenho de porteira fechada pelo justo valor para eu sair junto com o negro. Do contrário, o negro não sai de lá, não. E o senhor me compra a fazenda pelo preço que vale com tudo o que tenho, pra mim sair junto com o negro? Do contrário negro não sai, não*”. Ao que o capitão Tomazinho então lhe disse: “*Então aquiete lá com seu negro, lá*”. Assim me contou Raimundo.

Raimundo, um homem que se entende como negro, me contou esse episódio e em seguida comentou o racismo da situação: “*é racismo, era muito racista!*”. Conforme a conversa avançou, Raimundo revelou: “*a minha família é indígena, sou descendente de índio. Olha,*

*minha bisavó era cabocla legítima. Ela foi pegada em uma serra a troco de cachorro, minha bisavó*” na região do atual município de Casa Nova, Bahia, próximo à região das Lajes de Pedra. Seu nome era Tapuia Rosa. E seguiu:

*“Aí de lá pra cá já veio muita gente da mesma família, aí foi misturando, casando com uns e outros, aí somos uma família misturada, uma miscigenação muito grande, que a minha mãe é baiana do município de Remanso, meu pai é aqui do município de Dom Inocêncio, aí nós já somos daqui.”* (Raimundo – entrevista gravada)

A mistura, então, é de famílias negras e indígenas. É também de famílias de lugares diferentes: da Bahia, de Dom Inocêncio no Piauí... Tanto a ascendência negra quanto a indígena seguem manifestando-se “*no sangue*” e nas aparências físicas, notadamente nas diferentes texturas capilares dos membros da família de Raimundo. Mas hoje, são misturados, e “*graças a deus é uma mistura que deu certo*”. Perguntei o sobrenome de Raimundo: “*Rodrigues da Silva, Rodrigues de meu pai e Silva de minha mãe, é a família, e hoje já tem umas misturas, já tem Almeida, Souza, Freitas, Oliveira já tem tudo que é tipo de mistura*”. As misturas, assim, são de fenótipos, sobrenomes, lugares e famílias. Em suma, de ‘raças’.

Seu Raimundo é um homem negro, que afirma ter origem indígena e negra. E é um homem que vive no segundo distrito do município, no povoado Lajes de Pedra. Já na sede do município, foram poucas as pessoas com quem conversei que espontaneamente se declararam negras ou ‘morenas’. São quase todas se disseram ‘misturadas’, quando perguntadas sobre as ascendências indígenas. Volto, assim, para a sede do município e seu entorno.

Nas conversas com pessoas com ascendências indígenas – algumas cujas histórias familiares selecionei para contar neste capítulo –, não foi incomum me dizerem que elas próprias não têm mais ‘sangue de índio’ porque houve mistura. É o que me explicou dona Antônio, quando lhe perguntei se ela tinha ‘sangue de índio’: “*Eu não tenho não, acho que não, ainda foi da minha mãe ainda.[...] Vai acabando, meu pai não tinha, vai misturando uns com os outro...*”. Ou ainda o que disse dona Alinda: “*nós não têm mais descendência de índio*”. Se seu avô era ‘índio’ ‘do cabelo lisinho’ e fala puxada, seu pai era branco. Também era branco o pai de Carmela. Apenas uma de suas filhas puxou o cabelo liso de sua mãe, segundo me contou. Ela e os demais puxaram seu pai, que “*era branco do cabelo enrolado*”. Também era branco João Salvador, o esposo de Adaulta, pais de Raquel e Marly, assim como era “*loura de olho azul*” a esposa de Gabriel, ‘índio’ ‘pego no mato’. Como contei, a avaliação de que João Salvador e os seus (“*a raça dos Salvador*”) fossem brancos não é unânime na região; “*eles são pretos*”, cheguei a ouvir. De toda maneira, a ‘mistura’ que expurga genealogicamente o ‘sangue

de índio’ é uma mistura com pretensões branqueadora, que igualmente afasta os antepassados ‘morenos’, sobre os quais as pessoas pouco falam.<sup>142</sup>

As pessoas que dizem ser fruto de ‘misturas’ na sede do município, quando perguntadas sobre seus antepassados ‘índios’, não se dizem brancas. Em verdade, jamais formulei de forma explícita a pergunta sobre autoclassificação de cor/raça para maior parte dessas pessoas. Pergunta certamente incômoda se formulada por uma pesquisadora claramente branca. Se eu fizesse essa indagação explicitamente, o pressuposto era a minha dúvida. Se o não saber é o que move a pesquisa, também o trabalho de campo em antropologia se faz entre uma dosagem de perguntas que soam incrivelmente óbvias aos interlocutores e a preocupação com a manutenção das boas relações. A tonalidade da minha pele foi evocada mais de uma vez como ponto de comparação para as afirmações de branquitude de algumas das pessoas com quem conversei. Dona Alinda me disse que seu pai era “*bem branquinho*”, que nem eu. Se era preciso dizer que ele tinha o meu tom de pele, é porque ela própria não tinha. Também Marly, que, diferentemente de sua irmã Raquel não tem ‘sangue de índio’, me explicou que sua tonalidade de pele e de alguns de seus irmãos que moram em São Paulo é clara. Mas como ela trabalhou muito tempo na roça, sua pele ficou mais escura.

As pessoas com quem conversei na sede de Coronel José Dias não se dizem brancas, mas falam das ‘misturas’ de que são frutos. Essas ‘misturas’, como argumentei, são de ‘raças’ e de ‘famílias’, não sendo exclusivamente misturas raciais. No entanto, elas costumam ser misturas que embranquecem as famílias. O ‘sangue de índio’ não se revela em todos os membros das famílias, e é apenas em alguns momentos que as pessoas chamam a atenção para as aparências indígenas deste ou daquele filho. Se não são necessariamente brancas, tampouco essas pessoas se reconhecem como negras, ‘morenas’, indígenas. Ou seja, a mistura produz pessoas não marcadas, não racializadas. A mistura, assim, produz certa branquitude – ainda que conteste.

No próximo tópico, dialogo com uma bibliografia sobre miscigenação e sobre o ideal de branqueamento no pensamento social brasileiro, abordando essas questões a partir de visões

---

<sup>142</sup> Não posso descartar o fato de não ter perguntado sobre o tema de forma explícita em todas as conversas e entrevistas. Foi ao longo do trabalho de campo que fui notando a pertinência de atributos de cor e texturas capilares para as classificações das famílias e para conectar o passado e o presente. Desse modo, é possível que certo silêncio das presenças negras emergja desta tese como resultado da elaboração do trabalho de campo. Contudo, outros autores também já se atentaram para o quão pouco se fala das presenças e contribuições negras nas histórias de outros municípios da região (Macêdo; Mageste; Amaral, 2023).

críticas. Não pretendo afirmar que a ‘mistura’ de que me falam as pessoas em Coronel José Dias corresponda ao ideário de miscigenação e do branqueamento. A última porção deste capítulo, voltada ao que denomino de histórias *mostradas*, argumenta justamente que a ‘mistura’, tal qual formulada por meus interlocutores, chama a atenção para a não obliteração das diferenças, ao tratar de uma composição entre elementos heterogêneos. Se a ‘mistura’ não é diluição das origens, tampouco me parece desprezível perceber que a semântica da ‘mistura’ aconteça diante de um ideal de branquidade das famílias das elites locais. Diante, também, do racismo que perpassa experiências de vida, como argumentei anteriormente.

#### **4.3.3 [Conversa com uma bibliografia 6 – miscigenação, ideal de branqueamento e reações]**

São muitas as pesquisas que tratam da construção de uma ideologia da miscigenação no pensamento social brasileiro e nas políticas públicas ao longo do século XX. Em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, Kabengele Munanga (2019) se debruça sobre as teorias da mestiçagem, mostrando que se baseavam em ideias raciológicas, isso é, pressupunham a existência de raças. Especificamente no caso brasileiro, a discussão da mestiçagem visava, a partir da abolição, a se debruçar sobre a questão da integração dos ex-escravizados no povo brasileiro. Qual o povo brasileiro pretendido? As respostas a essa pergunta – que jamais foram meramente acadêmicas – variaram, como mudavam as posições a respeito dos mestiços. Com o avançar do século XX, alguns pensadores como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro passaram a refletir sobre a mestiçagem não mais a partir de referenciais propriamente raciais, mas associando aspectos culturais a portugueses, negros e indígenas. De todo modo, a reflexão girou já em meados do século XX, ainda segundo Munanga, em torno de um projeto de miscigenação e assimilação.

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (Munanga, 2019, p. 78)

A ideia da construção da identidade brasileira no seio da “democracia racial”, por sua vez, esteve

baseada no ideal do branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social”. (Munanga, 2019, p. 96)

Em um livro que reconstitui uma longa história do desenvolvimento das categorias de cor no pensamento europeu e nos territórios colonizados, Andreas Hofbauer (2006) demonstra a historicidade das categorias que usam diferenças corporais para marcar inclusões e exclusões de pessoas. Esse longo percurso do desenvolvimento de uma ideia de raça foi marcado por um ideal de branqueamento, mesmo antes de uma biologização das diferenças, ou seja, da construção de uma ideia de raça como fato biológico a partir do fim do século XVIII. No Brasil, o ideal de branqueamento, como já notei a partir do livro de Kabengele Munanga (2019), se deu através de uma ode à miscigenação, e abria a possibilidade de branqueamento via estratégias matrimoniais. Na síntese de Hofbauer: “O ideário do branqueamento postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal. Traz em si um potencial de resistência contra qualquer tentativa de ‘essencializar’ os limites de cor e/ou de raça” (Hofbauer, 2006, p. 27)

Apesar da força do ideal de um Brasil miscigenado e das pretensões (acadêmicas e políticas) da construção de uma “sociedade uniracial e unicultural” (Munanga, 2019, p. 86), a partir da década de 1970 vozes dissonantes começaram a aparecer no cenário intelectual e político brasileiro, sobretudo vindas do mundo afro-brasileiro.

Em *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias Nascimento (2019 [1976]) denuncia os mecanismos racistas de embranquecimento que levam ao que ele reconhece como um genocídio do povo negro no país:

Monstruosa máquina ironicamente designada ‘democracia racial’ que só concede aos negros um único ‘privilégio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação*, *aculturação*, *miscigenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (Nascimento, 2019, p. 111)

As propostas de Abdias Nascimento para o fim do silêncio cúmplice com esse genocídio (assimilação/miscigenação) incluem o fomento a pesquisas sobre os afro-brasileiros na sociedade brasileira; a inclusão da categoria cor/raça nos Censos; a inclusão de “currículo sobre

a história e as culturas dos povos africanos” (Nascimento, 2019, p. 172); a promoção do ensino de línguas africanas; a compensação pela escravização, entre outras ações que visam a um país plurirracial (Munanga, 2019).

Na mesma linha de reflexão segue Lélia Gonzalez (1988), para quem a formação ideológica desse tipo de racismo, a ideologia do branqueamento e a chamada “democracia racial”, baseava-se na propagação da ideia de que “as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais” (*Ibid.*, p. 73). Assim, o ideal de embranquecer é internalizado pelos negros, “com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura” (*Ibid.*, p. 73).

\*\*\*

Esta breve [Conversa com uma bibliografia 6] teve por objetivo demonstrar que o ideal de branqueamento esteve por muito tempo ligado à ideia de miscigenação no Brasil. E esse ideal, longe de se dar apenas nos meios intelectuais, é pervasivo e adentrou as subjetividades das pessoas negras, como argumentam os autores comentados. Ser branco, ou mais próximo a isso possível, fez com que

Chamar a atenção para a cor de pele escura (ou ‘traços raciais negróides’) de alguém era uma grave ofensa, sobretudo para aqueles que buscavam ascender socialmente. Enquanto as palavras ‘negro’ e ‘preto’ estavam intrinsecamente associadas à vida escrava, a cor branca estava ligada ao *status* de ‘livre’.  
(Hofbauer, 2006, p. 177)

No caso da minha pesquisa, realizada sobretudo entre pessoas idosas, é notável que certo ideal de branqueamento segue vigente. As ascendências indígenas são assumidas para em seguida ser negadas. As ascendências negras, mais firmemente negadas. Assim surgem os avôs brancos do cabelo enrolado. A improvável avó “*loura dos olhos azuis*” em uma família que outras pessoas reconhecem como ‘preta’. O apontamento de que, longe do trabalho embaixo do sol, as pessoas são mais claras.

Como demonstro no fim deste capítulo, a exclusão das ascendências indígenas via ‘mistura’ não é definitiva, e reaparece nos cabelos e corpos das pessoas. Antes de seguir para esse argumento, toco ainda em dois pontos. Primeiro, respondo por que dialogo com uma bibliografia sobre raça para tratar das existências presentes de pessoas com ascendências



indígenas. Por fim, introduzo alguma nuance no quadro da mistura que venho elaborando aqui, pois todo mundo é misturado... exceto quem não é.

#### 4.3.4 Discutir raça para falar de ascendências indígenas?

Neste momento, talvez a leitora esteja se indagando como e por que um capítulo que se iniciou com histórias de famílias com ascendências indígenas esteja tratando de raça e racismo. A função desta seção é explicar esse ponto.

Em primeiro lugar, preciso deixar claro que não estou exatamente propondo tratar os povos indígenas no Brasil pelo viés da discussão de raça. A construção da alteridade indígena no Brasil, e em outros contextos nacionais latino-americanos, foi distinta do modo como se apreendeu a diferença e as identidades negras (Hooker, 2005; La Cadena, 2001; Saldívar, 2014; Wade, 2010). Também a construção transnacional da indigenidade global, e da formulação internacional da categoria “povos indígenas” se deu de forma separada da discussão sobre raça e racismo. Contemporaneamente, os povos indígenas são compreendidos e se compreendem como povos minoritários vivendo em estados pós-coloniais, e sustentam suas posições diferenciadas no interior das sociedades (pluri)nacionais a partir da ideia de autodeterminação coletiva (Luciano, 2006; Maybury-Lewis, 2006; Merlan, 2009; Singh, 2018; Sissons, 2005)<sup>143</sup>. Pessoas indígenas, desse modo, pertencem a povos indígenas. Já as inscrições de pertencimentos a partir da ideia de raça ocorrem de forma individual – embora as pertencidas raciais possam também fomentar formas de pertencimentos a coletivos mais amplos.

Mais recentemente, algumas pesquisas – apoiadas na tradição de investigações que mostram a importância da aparência para as classificações raciais na América Latina (Nogueira, 2007; Silva; Saldívar, 2018) – vêm estudando os processos de racialização de pessoas indígenas em contextos latino-americanos (Ravindran, 2021).<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> No caso específico do Brasil, e especialmente do Nordeste indígena, como já apresentei na introdução, a autodeterminação de muitos povos – ou, anteriormente etnias – indígenas baseou-se em compreensões da identidade e da etnicidade que se opunham a visões anteriores de miscigenação ou acamponesamento dos povos indígenas nordestinos.

<sup>144</sup> Parece-me que são trabalhos ainda recentes. Na reunião da *American Anthropological Association* de 2022, acompanhei uma mesa que tratava desse tema para a América Latina, intitulada “*Unsettling Latin America: Rethinking race, ethnicity, and Indigeneity in Abya Yala*”, da qual participaram Hector Callejas, Shannon Speed, Bianet Castellanos, Gabriela Spears-Rico e Ashley Agbasoga. Entrando em contato com o organizador da mesa, Hector Callejas, pude saber que os trabalhos ainda não foram publicados. Mas basicamente, algumas das pesquisas apresentadas demonstram que em certos contextos nacionais (México e El Salvador) existem grupos de pessoas com ascendência indígena que recusam a

Para o Brasil, só conheço uma pesquisa sobre povos indígenas com o foco específico em processos de racialização: o livro de Jonathan Warren (2001), que realizou pesquisa de campo com pessoas indígenas de diferentes povos em Minas Gerais, no Espírito Santo e no sul da Bahia. Este antropólogo pesquisou entre pessoas que, nos anos 1990, integravam povos que buscavam reconhecimento pelo Estado brasileiro, mas não eram reconhecidos como indígenas ou “índios” mais amplamente, e sim a partir de categorias raciais como caboclos, brancos, morenos etc. Ou seja, ao estudar as racializações de pessoas indígenas que integram povos indígenas, Warren se deparou com um ponto diametralmente oposto do que encontrei em minha pesquisa: pessoas indígenas, que se autoafirmam indígenas, que integram povos indígenas, mas que são racialmente heteroclassificadas de outra maneira. Seu argumento central – e nisso sua pesquisa vai, em alguma medida, ao encontro da minha – é que para a maior parte dos brasileiros a indianidade é uma questão de sangue (articulada a certos modos de vida), e não a categorias de autodeterminação de povos etnicamente diferenciados.<sup>145</sup> É porque as pessoas pesquisadas por Warren são mestiças e não têm traços físicos associados – no imaginário brasileiro mais difundido – à indianidade, que não são vistos como realmente indígenas. O contato dessas pessoas com outros povos indígenas abriu a possibilidade de novos entendimentos de indigenidade, a que ele se refere como “reimaginações raciais” (*racial reimaginings*) (Warren, 2001, p. 158). O autor discorda de hipóteses que tratam a assunção de identidades coletivas indígenas como formas de não se identificar como negro, uma vez que a indianidade aumentou onde ela era mais estigmatizada (Warren, 2001, Cap. 6). Apesar de citar as reflexões de Peter Wade para notar que entre acadêmicos latino-americanos, indígenas não são tomados como parte de questões raciais, Warren insiste que “a categoria índio é dependente de significantes físicos” (Warren, 2001, p. 240)<sup>146</sup>. De um ponto de vista da heteroidentificação, minha pesquisa de campo corroboraria esta visão.

A aparência física, as histórias de antepassados ‘pegos no mato’, ‘a troco de cavalo’, ‘a dente de cachorro’ foram os pontos iniciais de muitos processos de etnicidade indígena

---

subjetividade indígena sob a forma de povos indígenas, e isso se relaciona ao colonialismo interno e ao ideal de nação *mestiza* que construiu o pertencimento cidadão como universal, e que teve como resultado as desapropriações de terras desses grupos.

<sup>145</sup> A pesquisa de Warren é dos anos 1990, seu livro tendo sido publicado na década seguinte. Certamente houve uma mudança de percepções sobre os povos indígenas no imaginário nacional. De todo modo, na pesquisa de campo em Coronel José Dias, ao menos entre pessoas mais velhas, observei visões sobre ‘índios’ bastante semelhantes às que apontou este antropólogo há cerca de três décadas.

<sup>146</sup> Escrevendo em inglês, Warren usa o termo Indian. Optei por traduzir como índio, e não como indígena, pois esse era um termo mais usado, mesmo por antropólogos, até muito recentemente, e o livro de Warren é de 2001.

etnografados no Nordeste brasileiro (Andrade, 2008; Assis; Medeiros, 2017; Barroso, 2018; Kós, 2015; Lima, 2009; Reesink, 2011, dentre muitos outros). Conforme se fortaleceram esses processos, as narrativas que ligam o passado, o presente e o futuro indígenas se adensaram, como se complexificaram as exigências para pretensões de pertencimento a um povo indígena (Andrade, 2008; Valle, 2004). De todo modo, há certa lacuna de pesquisas sobre imaginações da indianidade entre pessoas não indígenas – inclusive entre pessoas que reconhecem ascendências indígenas. E nesses casos, a aparência física é central para marcar os ‘índios’ e ‘caboclos’ do passado, bem como as relações que medeiam esse passado ao presente das famílias. Marcadores de aparência, assim, estão entrelaçados aos sentidos locais de ‘índio’ em Coronel José Dias.<sup>147</sup> Nas conversas em campo, muitas vezes as aparências associadas a ‘índios’ eram comparadas às características físicas consideradas ‘morenas’, ‘brancas’, ‘pretas’, ‘negras’. Por esse motivo adentrei uma discussão sobre raça e racismo, sempre atentando aos sentidos locais de ‘raça’, cor, ‘mistura’ e preconceito.

Por fim, noto ainda que pesquisas que tratam do modo como pessoas com ascendências indígenas são racializadas no Brasil estão longe de ser novidade, embora pareçam ter esmorecido.<sup>148</sup> Menciono apenas uma pesquisa, realizada há mais de sete décadas. Na conhecida coletânea fomentada pela UNESCO e organizada por Charles Wagley (1952), *Race and class in rural Brazil*, Ben Zimmerman (1952) publicou os resultados de sua pesquisa em um município no semiárido baiano.<sup>149</sup> Ali, ‘caboclo’ era um termo predominantemente de classificação racial, havendo escassas tradições indígenas. Seu estudo, assim, segue entendendo os processos de auto e heteroclassificações raciais, bem como os estigmas e fechamentos raciais.

Comentando o capítulo de Zimmerman, a partir de sua própria experiência de pesquisa de campo com povos indígenas da região, Edwin Reesink (2007) comenta:

Desse modo, é certo de que uma pessoa de aparência indígena não é necessariamente um *índio*, mas que um *índio* é concebido como sendo derivado substancialmente de seus antepassados e, em função disso, não pode negar a sua herança [sic]. Esta última condição, é óbvio, somente se impõe

<sup>147</sup> Esse é o caso também em outras regiões do Brasil, mesmo que o tema não seja muito explorado etnograficamente. Edwin Reesink chama esse modo de articular identidade e aparência de “ideologia substancialista brasileira, de origens europeias (Reesink, 2007, p. 452) e desenvolve o argumento das “alteridades substanciais” em outros trabalhos (Reesink, 1999, 2011).

<sup>148</sup> É preciso fazer referência a um novo debate, ainda incipiente no Brasil, que trata da não exclusividade da categoria ‘pardo’ como uma categoria de pessoas negras (Bruta, 2024). Optei por não adentrar neste delicado debate político.

<sup>149</sup> Como fizeram todos os autores da coletânea, Zimmerman escolheu um pseudônimo, Monte Serrat, para o município pesquisado. Segundo Reesink (2007), trata-se do município baiano de Monte Santo.

quando é conhecido a história e origem familiar – não é à toa que o autor reporta a dúvida de alguém na hora de classificar por que ‘não conhecia sua família’. (Reesink, 2007, p. 452–453)

A articulação entre a aparência e o conhecimento das origens familiares de uma pessoa para sua classificação familiar-racial, desse modo, ocorre ou ocorria em outros lugares além de Coronel José Dias.

#### 4.3.5 ... exceto quem não é: ‘casar na família’

*Na realidade, uma das razões, para que um negro não possa nunca ser de classe alta na comunidade é porque ele não tem uma ‘família’ [...]. A razão dada pela maioria para isso é que os negros são descendentes de escravos, carregando as marcas físicas de sua ancestralidade, e são, por conseguinte, desprovidos de um dos atributos sociais mais importantes de status social na comunidade: boa família. Há até um ditado que diz que ‘quem é de família boa são os brancos’ (Zimmerman, 1952, p. 86–88)*

Se no centro de Coronel José Dias, e em alguma medida no segundo distrito, muitas das pessoas com quem conversei se dizem ‘misturadas’, é de se supor que haja aquelas que não o sejam. E todos ali são misturados; exceto, é claro, quem não é. A branquitude, em consonância com a forma regional de articular aparência e descendência, é expressa em termos de ‘famílias’. ‘As famílias’ se casam ‘só na família’.

‘Casar só na família’ é uma expressão que ouvi muitas vezes em campo, com sentidos um pouco distintos. Em alguns casos, ‘só casar na família’ se refere a um passado menos civilizado, quando as pessoas viviam ‘que nem índios’, como me explicou seu Paulo, e explorei no Capítulo 3. Em outros casos, esse sentido se refere a imaginadas purezas familiares do passado, que podem ou não ter a ver com cor. A família de seu Raimundo, nas Lajes de Pedra, misturou baianos e piauienses, caboclos e negros. A família do esposo de dona Luísa, também no segundo distrito, “*era mais fechada*”. Em alguns casos, como neste último, o fechamento familiar é também racial: a família de seu esposo não se casava com ‘pretos’. Por outro lado, falar em ‘mistura’ me parece um procedimento mais amplo de narrar um passado mais estável em que os encontros, casamentos e mudanças – as histórias familiares propriamente ditas – se dão como ‘misturas’ de coletivos narrados como previamente estanques. Por fim, temos o casamento entre ‘as famílias’ propriamente ditas, isso é, entre as famílias de fazendeiros

originalmente muito poderosos na região. É desse tipo de não mistura de que trato aqui, a partir de duas conversas que travei em campo.

Em uma visita a uma fazenda de gado no primeiro distrito, tive a oportunidade de conhecer um senhor que é neto de um reputado fazendeiro da região, falecido antes de seu nascimento. Se o tamanho de sua propriedade não faz par com a que tinha seu avô, e menos ainda se compara sua influência política, seu Pedro pertence a uma das ‘famílias’, é um Assis. Em uma conversa da qual participavam, entre outras pessoas, eu, seu Pedro e sua esposa Josélia, tivemos o seguinte mal-entendido sobre o sentido da ideia de só casar na família:

*Paulo - Naqueles tempos, o pessoal casava só uns com os outros, só a família.*

*Camila - era Assis com Assis?*

*Josélia - Era Assis com Oliveira.*

*Paulo - Hoje em dia tá tudo misturado, mas naquele tempo casava com a família.*

*Camila - Como assim? Não era misturado e agora é, não entendi muito bem.*

*Paulo - As coisas mudam, na verdade naquele tempo todo mundo ficava em seu lugar, hoje em dia se você for discriminar um moreno ou preto como a gente chama, não pode.*

*Camila - Ah tá, entendi, era dentro das famílias.*

*Paulo - Naqueles tempos, cada quem ficava em seus lugares, que eu acho que naquele tempo existia respeito por causa disso, eu acho que o certo é isso, cada quem fica em seu lugar, tem comportamentos diferentes, mas hoje em dia é diferente.*

Essa conversa, sobre cujos sentidos tive a oportunidade de conversar com outras pessoas em campo, sintetiza o modo pela qual os casamentos “*com a família*” são um modo de falar de casamentos que excluem ‘morenos’ ou ‘pretos’. São, assim, casamentos que perpetuam um ideal de branquitude.

Não conheci, em campo, muitas pessoas das ‘famílias’. É que muitos não residem em Coronel José Dias, além de eu não ter, evidentemente, conhecido todas as localidades e propriedades do município. Mas uma das únicas conversas que travei em São Raimundo Nonato esclareceu os sentidos do fechamento racial das elites locais. ‘Família’, assim como ‘raça’, encapsula uma gama ampla de sentidos flutuantes, como mostrei. Mas quando ‘as famílias’ falam sobre casar ‘nas famílias’ ou ‘na família’, o ideal da manutenção da branquitude é claro.

Acompanhada de uma conhecida que já o visitara, conheci seu Sílvio. Este senhor é membro de uma das importantes famílias da região, os Macêdo, e teve familiares próximos que protagonizaram as principais disputas políticas em São Raimundo Nonato na metade do século

XX (vide Capítulo 2). Sua esposa também é de uma das ‘famílias’, seu pai tendo sido um importante fazendeiro com terras no atual segundo distrito de Coronel José Dias.

A primeira coisa que seu Sílvio me contou foi sobre a origem de sua família, traçando em termos gerais uma continuidade entre Portugal e o Piauí:

*“A família dos Antunes de Macêdo chegou aqui no Piauí vindo de Portugal. Saiu de Portugal num navio para Salvador, Salvador vieram de transporte terrestre a Feira de Santana. Vieram até Juazeiro no trem de ferro. De Juazeiro a Remanso da Bahia, subiram no rio São Francisco no vapor. Chegando em Remanso, naquela época não tinha carro, foi de animal. Naquela época, então compraram uns animais de Remanso e vieram para cá, para esse Piauí. Chegaram na chapada... na Serra das Confusões, desceram para o Piauí, e chegaram aqui em São Raimundo Nonato. Chegando aqui, se instalaram no bairro Aldeia. Do bairro Aldeia, aí compraram a fazenda São Vitor. Da Fazenda São Vitor, também compraram a fazenda Onça, que é aqui abaixo no rio Piauí. E ficaram por aqui assim.”* (Sílvio – entrevista gravada)

Seguiu contando sobre os primeiros Macêdo nascidos na região do rio Piauí – José Antunes Piaulino de Macêdo, o Comendador, e Manoel José Ruben de Macêdo –, até chegar na família de seu pai, sempre mencionando os nomes das fazendas de cada um.

A família da esposa de seu Sílvio, Castro, também veio de Portugal para criar gado, apesar de não saberem contar a trajetória da família dos navios até o sertão do Piauí. Mas sua família também tinha Oliveira. Assis, Macêdo, Oliveira, Castro são algumas das ‘famílias’ da região. Nas palavras de seu Raimundo, das Lajes de Pedra, *“eram uma família só, esses Assis, esses Oliveiras, os Macêdos, os Castro”*. Ou seja, mantinham trocas matrimoniais entre si.

A conversa com seu Sílvio foi a única ocasião em que ouvi a explicação de uma trajetória familiar que remetesse a Portugal. Ao fim de nossa visita, nos levantamos todos: o casal, eu, minha conhecida. Seu Sílvio me perguntou se eu iria embora após o término dos meus estudos, e eu disse que não, que sou concursada em São Raimundo Nonato. Ele disse que era bom ter sangue novo na cidade; vai que eu me afeiçoava de alguém... Cortando a conversa, expliquei que fui para lá casada. Sem graça, disse que a gente não tinha entrado nesses pormenores, e notou que eu não uso aliança. Eu ri, disse que não tinha problemas. Sua esposa também deu risada da tentativa de seu esposo em me arranjar casamento. Minha conhecida, da minha idade, tampouco usava aliança, mas ele não sugeriu casamento a ela. Antes de partirmos, seu Sílvio pegou no braço de minha colega antes de se despedir dela com um aperto de mão. Disse que as pessoas antigamente diziam que não pode tocar assim; mas ele diz que não, que pode, afinal, somos todos iguais. Repete. Somos todos iguais. Eu, uma mulher branca, poderia

talvez me casar por ali com alguma das pessoas que, no mundo de seu Sílvio, contam. Minha conhecida, não.

Presenciando esse episódio de racismo, encerrei meu período de pesquisa de campo. E posteriormente pude refletir sobre o sentido mais preciso de uma pergunta que ouvira algumas vezes em campo, sobretudo no segundo distrito. Quando chegava para as visitar pela primeira vez, várias pessoas perguntaram a que ‘família’ eu pertencia. Eu julguei essa como uma pergunta corriqueira, afinal todos pertencem a alguma família, têm sobrenomes e são reconhecidos pelas “*tradições*” e reputações das descendências que integram. A pergunta, contudo, talvez tivesse um sentido racial mais preciso, que eu não percebera: as pessoas, vendo a pesquisadora branca que chegava de carro para fazer pesquisa, queriam mapear a qual das ‘famílias’ eu pertencia. Eu era talvez Castro? Assis? Oliveira? Macêdo? Costa?

As histórias de origem das ‘famílias’ que abrem este capítulo, dessa forma, relevam as ansiedades com a manutenção das fronteiras raciais, dos casamentos ‘na família’, bem como das reputações adequadas. Na primeira versão, os Vaz da Costa e os Oliveira se originam de uma união entre um homem assassino e uma mulher que ele raptou. Na segunda versão, que conta da origem dos Oliveira, a mulher em questão é ‘morena’. Uma das ‘famílias’, assim, teria uma descendência bifurcada: os brancos, e os ‘morenos’. Em ambos os casos, ainda, podemos olhar também para a ligação inicial entre o fugitivo forasteiro e a mulher que ele toma para si. As descendências originadas de relações fora de casamentos são tão escandalosas quanto a ‘mistura’ dentro de uma das ‘famílias’. Assim contam os casos de impedimento de ‘morenos’ de entrar nos salões das festas, sempre postos lado a lado à interdição de as ‘mães solteiras’ também o fazerem.

Se a ‘mistura’ é (também) embranquecedora, há aqueles mais brancos do que os outros, aqueles das ‘famílias’.

#### **4.4 Por um estudo das histórias mostradas**

As histórias de famílias com ascendentes indígenas do início deste capítulo dão a ver, a um só tempo, o conhecimento das origens indígenas, por um lado, e o eclipsamento dessa origem a partir da ideia de ‘mistura’. A mistura, como argumentei, tem um aspecto branqueador, ao produzir pessoas que se pretendem não racializadas. Como nas histórias municipais, os ‘índios’ (mas também os ‘morenos’) são afastados, inseridos em um passado encerrado das

histórias familiares. É que eles, os ‘índios’, pertencem a outros modos de vida e a um passado puro – dos ‘índios legítimos’ –, que a ‘mistura’ desfaz.

No entanto, apesar de branqueadora, a ‘mistura’ não oblitera por completo as ascendências indígenas. Se aproximei a noção de ‘mistura’ da literatura sobre miscigenação e ideal de branqueamento, cumpre admitir agora que a noção é mais ampla. O ideal de miscigenação, conforme a bibliografia que mobilizei em meu diálogo, preconizava a produção de uma nação mestiça, não negra, progressivamente branca. Nesse sentido, a miscigenação dilui a diferença, produzindo uma mistura indissociável de elementos. Já a ‘mistura’ não dissolve por completo as origens. Pelo contrário: as ‘misturas’ são de pessoas de famílias, lugares e aparências distintos. As pessoas sabem das suas origens: dos lugares de morada anterior, dos sobrenomes, das aparências, dos temperamentos.

São os corpos que revelam as ascendências indígenas. São as cores de pele, os cabelos que indicam a relação entre o passado e o presente das famílias. Já apresentei alguns dos momentos em que meus interlocutores em campo contavam de como elas próprias ou suas filhas puxaram as características indígenas de suas famílias. Vamos a mais alguns exemplos.

Raquel, filha de Adaulta, neta de Gabriel, ‘índio’ ‘pego no mato’ em Pernambuco, me contou mais de uma vez sobre seus filhos. Certa vez, indicou em uma fotomontagem em sua parede quais deles tinham ‘sangue de índio’.

Em uma de minhas primeiras visitas a sua casa, ela me explicava que ela e seu irmão tinham ‘sangue de índio’. Como eu não entendi bem o que era esse sangue, ela chamou à sala seu irmão Luís, que estava em um dos quartos da casa. Eu deveria *ver* em Luís o ‘sangue de índio’ manifesto. Assim como nas fotografias que ela me *mostrava*. É o tom da pele, cor escura dos cabelos e a textura mais lisa que faz com que Adaulta, Raquel e Luís tenham sangue de índio e Marly (outra filha de Adaulta), de pele mais clara, não. O ‘sangue de índio’, em certo sentido, dispensa a história narrada da família. Vê-se, nos corpos de seus membros, que uma família tem ascendências indígenas. É disso que tratam algumas das interações de Raquel com turistas que visitam o Parque Nacional da Serra da Capivara, sobre que ele me contou:

*“Ói, esse povo aí do Parque aí, os turistas, são muito amigo meu. Quando eles passam ali, a mamãe vê, quando a mamãe tá lá na minha casa lá. Quando eles passam, eles, as mulheres, os homens, dizem assim, chega perto d’eu e diz ‘A senhora, como é seu nome?’ Aí eu digo: ‘Meu nome é [Raquel...].’ ‘Não é obrigado a senha falar para nós não, a senhora é uma índia. A senhora tem sangue de índio?’ Eu digo, aí eu vou e falo: ‘Tenho sangue de índio por causa da minha mãe, por causa do meu vô, que meu vô era índio legítimo, e minha mãe tem sangue de índio, eu puxo para minha mãe.’ Pois é isso.”* (Raquel –



entrevista gravada)

*Fotografia 15. Raquel me mostrando seus filhos e netos em uma fotomontagem pendurada na parede da sala de sua casa*



*Fonte: Autora (2020)*

Em outra situação, fui conversar com dona Ernestina no bairro São Pedro. Sua neta, que me recebeu e foi chamá-la no terreiro atrás da casa. Sentamo-nos na sala, eu me apresentei novamente, expliquei que eu queria saber a história das famílias e do lugar. Provavelmente já sabendo de meu interesse nos ‘índios’ – afinal eu fora apresentada a ela por sua comadre Adelina, a professora aposentada com quem criei proximidade – a primeira coisa que Ernestina me falou e que anotei em meu diário de campo foi a seguinte:

Logo começou dizendo que lá atrás estava com a neta Virgínia, que estava lavando os cabelos. E o cabelo de sua neta lembrava os de sua própria mãe, Lucila, que também tinha os cabelos grossos e pretos, enrolados. Já ela própria tinha o cabelo liso, pois puxou para o pai, que tinha parte com caboclo. (Trecho do diário de campo com nomes alterados)

Ao fim de nossa conversa, em que ela contou alguns episódios da vida de sua mãe, dona Ernestina narrou um caso ocorrido em Brasília, onde mora um de seus filhos. Sua nora a levou ao salão de beleza. A cabeleireira indagou a sua nora: “*a tua sogra aqui ela tem parentesco com caboclo?*”, ao que a mulher respondeu, segundo Ernestina: “*dizem que o pai dela era caboclo, não era madrinha? – que ela me chama de madrinha – pois a senhora tem sangue de caboclo*”. E a cabeleireira retrucou: “*só a senhora chegar, e quando olhei para senhora vi que tinha sangue de caboclo*”.

Diferentes texturas capilares também revelam a origem misturada da família de Raimundo, o morador das Lajes de Pedra que contou de seu avô negro que foi agregado de um fazendeiro e de sua bisavó Tapuia Rosa. Ele e sua irmã me explicavam que tinham ‘sangue de índio’ e também de negro. Ele me disse: “*minha mãe é de família de negro, negro é aquele que tem o cabelo vermelho enrolado*”. “*Vermelho?*”, estranhei. “*É, cabelo ruim. Se chama de cabra, negro cabra*”, esclareceu. “*E o índio da parte de meu pai, então tinha as duas famílias*”, prosseguiu. Procurou em seu celular, e me mostrou:

*“Pois é, e em minha família eu tenho uma sobrinha que eu já procurei a foto dela aqui, que é mãe daquela menininha que eu mostrei pra senhora agora, que ela é bem morena, cabelo liso, quem vê diz ‘essa é original’, são tudo morena do cabelão”.* (Raimundo – entrevista gravada)

Também em visita a seu Cícero e dona Zelina, pedi para que ela me contasse sobre a história de sua família, que eu sabia ter alguma ascendência indígena, pelo que me contara sua sobrinha Marivânia. Ela foi evasiva: “*nem alembro para contar*”. Eu insisti um pouco. Disse que queria saber isso, porque contam que nessa parte não tem descendência de índio, mas que será que não tem nem um pouco... O casal sorriu e comentou, sobre uma das filhas que mora numa cidade grande: “*tem uma que puxa*”, a Josi; “*parece cabocla*”. Josi certa vez foi numa “*mesa branca*” nessa cidade, e o rezador disse para ela, só de ler a própria mão: “*você tem uma parte de índia, tem uma índia que acompanha você, e ela é sapatona e não quer que você namore, quer ficar com você; por isso você não arruma namorado*”. Dona Zelina não sabe se essa última parte é bem verdade, sua filha Josi é brincalhona e contou essa história aos risos. De todo modo, sua filha “*parece cabocla*” e isso é percebido através da percepção visual e, talvez ainda, de outros tipos de percepção.

Neste último caso, como na história de dona Ernestina no salão de beleza em Brasília, temos situações da percepção da ascendência indígena dessas mulheres em contextos em que as famílias são desconhecidas. Também em outra ocasião quando fiz uma breve pesquisa com estudantes da UNIVASF, uma mulher no Sítio do Mocó nos contou que quando viveu em

Salvador, lhe perguntavam se ela era ‘índia’, por conta de sua aparência (Paula *et al.*, 2018). Essas perguntas, feitas em lugares distantes do Piauí, me fazem refletir que a racialização das ascendências indígenas talvez seja mais espraiada do que em geral se comenta. Se o pertencimento a povos indígenas não é uma questão racial, ou de aparências e ascendências “puras”, no imaginário brasileiro de senso comum segue pensando o contrário sobre os ‘índios’, como observou Warren (2001).

Os cabelos, os tons de pele, em suma, as aparências, indicam as origens. Se a ‘mistura’ pode obliterar essas origens, ela não o faz por completo e nem o tempo todo. Nas suas reflexões sobre a relação afroindígena e sobre contramestiçagem, Marcio Goldman reflete que “exibir ou eclipsar a relação afroindígena depende das modulações de um mesmo saber que permite estabelecer relações com o que é diferente sem que a diferença e/ou a relação tenham que desaparecer para isso” (Goldman, 2021, p. 5). É possível aproximar a ideia de ‘mistura’ tal qual ouvi em Coronel José Dias dessas reflexões sobre os modos não homogeneizadores de articular diferenças de que trata Goldman. ‘Mistura’, assim, não pressupõe fusão de diferenças. O que este antropólogo chamou de contramestiçagem não é o oposto da mestiçagem, e pode inclusive contê-la. Trata-se, de “um dispositivo ótico de foco dinâmico alternando continuamente entre perspectivas de conjunto (onde diferenças podem ser eclipsadas) e de detalhes (onde são postas em relevo)” (p. 11), estrategicamente. A ‘mistura’ de que venho tratando pode ser encarada sob este viés. Se ela pode eclipsar diferenças, produzindo um cenário em que todo mundo é ‘misturado’, e essa mistura em certa medida apaga as origens raciais (ou origens ‘forasteiras’), as pessoas com quem conversei, quando perguntadas sobre suas ascendências indígenas, apontam o ‘sangue de índio’, que se revela nos corpos de alguns de seus parentes.

Em grande medida, em Coronel José Dias, as famílias obliteram suas origens indígenas, ou falam dela como pertencendo a um passado encerrado, distinto do presente. O passado, contudo, volta a conviver com o presente a partir dos corpos *mostrados*, que podem ser vistos. Se as histórias familiares narradas distanciam o passado (dos ‘índios’) do presente, os corpos dão a ver um passado que não passou. A ‘mistura’ diz respeito a ambos os processos.

São inspiradoras as reflexões de José Carlos dos Anjos (2019) sobre a perspectiva religiosa afro-brasileira a respeito da figura do preto velho. Partindo de uma visão minoritária para “analisar condições minoritárias de existência” (*Ibid.*, p. 508), o autor parte da “perspectiva religiosa afro-brasileira sobre *pretos velhos* para retirar consequências de uma proposição – a persistência da escravidão” (*Ibid.*, p. 508). Segundo ele, nos cultos afro-brasileiros é interessante explorar

o modo como ali se procede à decomposição da linearidade temporal que subjaz às narrativas hegemônicas da nação. Quando um *preto velho* é incorporado num terreiro, carrega marcas de sua inserção no tempo do cativo. Cachimbo, bengala, rosário, terço, figa, crucifixo, lenço, xale, chapéu de palha, cigarro de palha são parte dos artefatos pelos quais a corporalidade *preto velho* se presentifica. [...] É o conjunto corporalizado de movimentos que, ao trazer a presença do passado, provoca nos presentes a reverência ao estranho poder de sublimação de sofrimentos incomensuráveis. (Anjos, 2019, p. 508–509)

Essa existência do preto velho não representa o passado, mas ela própria é o passado da escravidão que perdura. E, de especial interesse para minha análise, dos Anjos aponta “a disjunção temporal entre as dimensões corporais ativadas e as narrativas pressupostas.” (*Ibid.*, p. 511). Ele segue:

Vejo que, quando o preto velho narra seus sofrimentos, trata-se de um discurso presente sobre um passado. [...] Mas esse passado do evento – a escravidão – permanece colado ao corpo, ou melhor, o corpo é plenamente o evento – o sofrimento escravo –, mesmo que esteja encadeado em séries, repetições de fluxos corporais ligeiramente diferentes desse corpo. (Anjos, 2019, p. 512)

Mas

o acontecimento passado – a escravidão – é aqui um extrato de tempo retirado do lugar e projetado no presente, apenas como fragmento. [...] permanece no tempo da escravidão. O tempo da escravidão é transportado por um conjunto de artefatos de atualização de virtualidades”. (Anjos, 2019, p. 513)

As reflexões de José Carlos dos Anjos sobre o lugar da corporalidade do preto velho são densas, e as descrições de meu campo que aproximo delas são, por comparação, tímidas. De todo modo, sugiro que a materialidade dos corpos, *mostrados, visíveis*, podem trazer o passado à presença. Os ‘índios’, antepassados de muita gente em Coronel José Dias, estão, de algum modo, sempre virtualmente presentes. A ‘mistura’, não custa repetir uma última vez, não eclipsa as origens por completo.

#### **4.5 Considerações finais**

Iniciei este capítulo apresentando duas histórias de origens de famílias na região sudeste do Piauí. Na versão que conta da chegada dos Vaz da Costa e dos Oliveira, os dois sobrenomes seguem existindo, embora o segundo prepondere sobre o primeiro. A ‘mistura’ decorrente dessa união, desse modo, não apaga as diferentes origens da descendência do homem Vaz da Costa e da mulher Oliveira. Há também uma bifurcação na descendência dos Oliveira, na segunda versão dessa história: os Oliveira brancos e os Oliveira ‘morenos’. A ‘mistura’ provocada pelas uniões (matrimoniais ou não) e pelas descendências delas decorrentes, conforme argumentei ao

longo do capítulo, não apagam por completo as origens diferenciadas, não diluem de todo os elementos que se misturam. E essas histórias de origem, essas histórias sem tempo, dão conta justamente de descrever esse processo.

Em ambas as histórias de origens familiares com que abri o capítulo, temos misturas de ‘raças’, de famílias, de origens. No primeiro caso, há uma mistura entre sobrenomes e lugares de origem: entre um homem paulista Vaz da Costa e uma mulher mineira Oliveira. No segundo caso, a mistura das ‘raças’ é também (mas não apenas) uma mistura racial: entre um homem paulista branco e uma mulher piauiense ‘morena’.

Se ‘raça’ diz respeito a jeitos de trabalhar, temperamentos, localidades de origem, também se relaciona a raça, como fiz questão de demonstrar ao longo do capítulo; vide as estratégias matrimoniais das famílias das elites sanraimundenses e coronelinas de excluir ‘morenos’. Mesmo nessas histórias quase míticas de origem, há uma hierarquia entre as famílias que se misturam, e ao menos no segundo caso, ela é de raça. O racismo contra negros e contra indígenas, e os correlatos estereótipos associados a essas pessoas, marcam as experiências de vida daqueles tidos como ‘morenos’, ‘caboclos’, ‘descendentes de índios’, ‘índios’, ‘pretos’. Assim, obliterar essas origens, não falar delas, ou tratar a ‘mistura’ como um dispositivo de apagamento da diferença, me parece um meio de se esquivar do racismo e do preconceito.

As duas histórias que abrem o capítulo contam da origem da família Oliveira. A segunda, especificamente, mostra uma fratura, uma bifurcação entre essa família Oliveira, ou entre essas diferentes famílias Oliveira. Em campo, me explicaram que há várias famílias Oliveira em Coronel José Dias. Há, na sede do município, uma família Oliveira descendente de um homem cearense. Há, ainda, “*os Oliveira misturados com os Coelho*”, na região da sede do município e adjacências. Há também os *de Oliveira*, tanto no primeiro quanto no segundo distrito, aqueles outrora agregados de grandes famílias fazendeiras. E existem os Oliveira cujos ramos verdejam no brasão municipal, são os Oliveira que aparecem também entre as “famílias primitivas” de São Raimundo Nonato descritas por William Palha Dias (2001). São, em suma, das primeiras famílias de fazendeiros da região. Desse modo, e conectando minhas reflexões atuais ao Capítulo 1, as histórias de origens familiares com que abri o presente capítulo falam também das famílias que contam: aquelas que contam *para* a história do município e da região, e aquelas que contam (na própria bandeira municipal), certa história *de* Coronel José Dias.

Se a ‘mistura’ é, por um lado, um dispositivo de obliteração da diferença, ela é também um modo de combinar diferenças sem as diluir. As pessoas sabem de suas origens, mesmo que as eclipsam. No caso das ascendências indígenas, que interroguei ao longo do capítulo, meus

interlocutores em geral dissociavam seu presente do passado ‘índios’ de seus bisavós. É que houve ‘mistura’... Mas a mistura não produz descendências homogêneas, e certas pessoas são como ‘índios legítimos’, com seus cabelos pretos, lisos, suas peles morenas. O passado, assim, se faz presente através desses corpos *mostrados*. É em certa dissociação entre uma história contada e uma história *mostrada*, assim, que é possível ver os dois lados da ‘mistura’.

No próximo capítulo retomo a ideia de uma história *mostrada* que se dissocia das histórias narradas. Ali, mostro a importância das *coisas* da água para contar sobre um ‘tempo das dificuldades’. Barris, barreiros, cabaças fazem com que o passado não deixe de existir no presente, não se torne apenas um tempo que passou, encerrado. O passado, latente, existe nas *coisas* guardadas e mostradas, nas coisas que seguem existindo em quintais e na paisagem.

## CAPÍTULO 5. UMA HISTÓRIA *MOSTRADA*: TEMPOS E *COISAS* DA ÁGUA NA REGIÃO DAS LAJES

*Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei*  
*Transformai as velhas formas do viver*  
(Gilberto Gil, *Tempo Rei*)

*Esse tempo nunca passa*  
*Não é de ontem nem de hoje*  
*Mora no som da cabaça*  
*Nem tá preso nem foge*  
(Gilberto Gil, *Parabolicamará*)

### 5.1 Introdução

Terminei no último capítulo uma discussão em favor do estudo de uma história *mostrada*. Conforme demonstrei ali, as ascendências indígenas, inscritas no passado encerrado das famílias, podem se fazer presentes nos corpos de alguns dos descendentes de ‘índios legítimos’. A mistura, que insere os ‘índios’ no passado, não dissolve as origens, que podem se dar a ver no presente, a partir dos corpos *vistos* e *mostrados*. Este capítulo desdobra a proposta de uma história *mostrada*, insistindo na presença do passado a partir de coisas mais *vistas* do que narradas.

A partir de um olhar às *coisas* relacionadas à obtenção e ao armazenamento de água na região das Lajes, apresento etnograficamente de que modo diferentes tempos ora se apartam, ora o passado se dá a ver no presente.<sup>150</sup> Iniciemos com uma visita à casa de seu Isidoro, na localidade rural Curral de Ramos, no segundo distrito de Coronel José Dias.

---

<sup>150</sup> Não iniciei a pesquisa na região das Lajes interessada no tema do acesso à água. Como notaram Natacha Leal e seus colaboradores, o tema da água é central na região semiárida de São Raimundo Nonato: em pesquisa anterior, a antropóloga Natacha Leal percebeu que “os interlocutores gostavam mesmo era de falar sobre água” (Leal *et al.*, 2023, p. 3). No caso da minha pesquisa, em alguma medida algo semelhante ocorreu. Falando do passado, meus interlocutores falavam sobre as dificuldades de acesso à água. Contudo, também devo notar que a leitura de alguns trabalhos sobre águas na região semiárida brasileira (Castro, 2021; Centelhas, 2022; Galizoni; Ribeiro, 2011) me estimularam a passar a perguntar explicitamente sobre água nas entrevistas e conversas em campo. Meu interesse sobre esse tema coincidiu com os meses em que concentrei o trabalho de campo na região das Lajes. Foi assim que apresentei dois trabalhos em GTs de congressos dedicados aos temas das secas e das águas: o GT “Políticas das Secas e das Ecologias Resilientes no Semiárido Brasileiro” na VII Reunião Equatorial de Antropologia, em abril de 2022 e o “GT Água e Energia na Antropologia: sobre usos, arranjos

\*\*\*

Nossa visita a seu Isidoro ocorre em uma manhã de pleno ‘inverno’, isso é, na época mais chuvosa do ano, em março de 2022.<sup>151</sup> Curral de Ramos é uma localidade fundada nos anos de 1980, quando Isidoro, que trabalhava como vaqueiro para o fazendeiro e então deputado estadual Newton Macêdo, conseguiu comprar, junto com seu pai e cunhados, as terras em que hoje vivem. A história de fundação desta localidade é semelhante à de outras do chamado segundo distrito do município de Coronel José Dias: a partir dos anos de 1950, vaqueiros ou trabalhadores agregados compraram terras dos fazendeiros da região, para quem antes *moravam*. A fazenda mais citada na região é a Lajes, de Manoel Agostinho de Castro, sogro de Newton Macêdo.

Além de fazendeiro, Manoel Agostinho de Castro foi prefeito, presidente da câmara de vereadores e 1º suplente de Juiz de Direito em São Raimundo Nonato. Para os mais velhos, a fazenda Lajes são ‘as Lajes do Manoel Agostinho’. Já Newton Macêdo, um de seus genros, apareceu no Capítulo 2 desta tese: foi eleito prefeito de São Raimundo Nonato pela Arena em 1966 e em 1972. Foi posteriormente eleito deputado estadual em 1978 e em 1986 e faleceu em 2003. Alguns de meus interlocutores que não eram tão idosos, na casa dos sessenta ou setenta anos, associavam a fazenda Lajes a Newton Macêdo.

Mesmo após a sua instalação em Curral de Ramos, Isidoro seguiu como vaqueiro de Newton Macêdo, olhando sua criação (caprinos ou ovinos). Como notou Renan Pereira (2017) em sua etnografia no sertão de Pernambuco, vaqueiro não designa uma só atividade e posição. Se há os vaqueiros que campeiam gado no mato, vaqueiro, na região das Lajes em Coronel José Dias, também possui um sentido mais amplo que se refere sobretudo a uma forma de trabalho em que aquele que olha o gado ou a criação é pago através da ‘sorte’, isso é, retira para si um a cada quatro animais. Há ‘vaqueiros de gado’ (bovino), mas também vaqueiros de ‘criação’

---

sociotécnicos e intersecções entre saber e poder” na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul em agosto de 2023.

<sup>151</sup> Parte das reflexões deste capítulo foram publicadas em outros espaços, sob a forma de anais de congresso (Paula, 2023a) e na publicação eletrônica *Classificados Métis* (Paula, 2024), dedicada à divulgação dos trabalhos em andamento dos integrantes do Projeto Temático “Artes e semânticas da criação e da memória” (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Processo nº 2020/07886-8). Retomo aqui trechos desses trabalhos, inserindo-os em uma discussão mais ajustada à integralidade da tese.



(ovinos e caprinos). ‘Vaqueiro’, nesse sentido mais amplo, pode se referir a uma ocupação de um casal ou de uma família. “*Fomos vaqueiros*” foi uma formulação que ouvi de mulheres para se referir à atividade que desempenhava em conjunto com seus esposos, ou de homens solteiros junto a seus pais.

Quando Curral de Ramos virou uma localidade, ali não havia água, era “*um sertão medonho*”, nos termos de seu Isidoro. Na época, então, a família de seu Isidoro caminhava para apanhá-la na barragem Salitre, que outras pessoas me contaram ter sido feita pelo então deputado estadual Newton Macêdo. Atualmente, a calçada da casa de seu Isidoro é ponto privilegiado para olhar para os muitos tipos de água e para as *coisas* da água.

*Fotografia 16. Casa de seu Isidoro na localidade Curral de Ramos*



*Fonte: Autora (2022)*

Chegando para visitar seu Isidoro, ao nos sentarmos em uma das cadeiras na calçada, vemos à nossa direita uma ‘barraginha’. Segundo seu relato, ela foi feita por um prefeito que chegou ali e disse: “*vou abrir um barraginha aí pra você*”.

*Fotografia 17. Barraginha na localidade Curral de Ramos*



*Fonte: Autora (2022)*

Adiante da ‘barraginha’, mais próximo da estrada de terra, há um ‘barreirinho’ cuja construção precede a da ‘barraginha’, e que foi aberto pela família de seu Isidoro. Era dali que se tirava água para beber.<sup>152</sup>

*Fotografia 18. Barreiro na localidade Curral de Ramos, visto da estrada*



*Fonte: Autora (2022)*

---

<sup>152</sup> Algumas pesquisas sobre água no semiárido brasileiro se dedicaram a estudar a multiplicidades das águas e dos distintos usos de água armazenada em cada tipo de estrutura (Castro, 2021; Centelhas, 2022; Galizoni *et al.*, 2008). Minha pesquisa não se dedicou a um estudo do cotidiano das famílias e dos usos das águas, e tampouco perguntei explicitamente sobre os distintos usos de cada tipo de água, retirada de diferentes corpos d’água ou armazenadas de diferentes formas.

Sentados ainda na calçada, inclinando a cabeça levemente à esquerda, vemos dois poços. O primeiro foi aberto pelo político e fazendeiro Newton Macêdo, que mandou fazê-lo quando ali era “*um sertão medonho*”. O outro foi furado mais recentemente, na gestão do prefeito Maninho, de Coronel José Dias.<sup>153</sup>

*Fotografia 19. Poço que Newton Macêdo mandou furar na localidade Curral de Ramos*



*Fonte: Autora (2022)*

---

<sup>153</sup> Manoel Oliveira Galvão, prefeito de Coronel José Dias entre 2013 e 2020 pelo PSB e candidato a prefeito novamente em 2024 pelo PT.



Fotografia 20. Poço furado pelo prefeito Maninho, na localidade Curral de Ramos



Fonte: Autora (2022)

Há ainda duas cisternas no quintal da casa, embora eu só tenha visto uma, perceptível pelo lado de fora. Além da casa de seu Isidoro, visitei várias outras casas e quintais na região do segundo distrito de Coronel José Dias, onde fui apresentada pelos moradores a barris, cabaças, cisternas, potes, cisternas-calçadão, poços tubulares etc. Falaram-me ainda sobre os olhos d'água, em que se buscava água na fazenda Lajes no passado.

Da casa de Isidoro vemos, assim, dois barreiros: um cavado pelos próprios moradores, e outro, mais adiante, também aberto por eles, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que pagava as diárias de trabalho.<sup>154</sup> Há ainda um poço perfurado “*pelo finado Newton*”. Seria destinado a seu compadre e vaqueiro para suas

<sup>154</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada nos anos 1950 com o objetivo de promover o desenvolvimento regional do Nordeste via industrialização e, para a região semiárida, objetivava torná-la mais resistente às secas e seus impactos. Não tenho informações sobre a construção deste barreiro em específico, mas Natacha Leal e colaboradores notaram que, na comunidade Lagoa de Fora, no município de São Raimundo Nonato, na mesma região de minha pesquisa, há um “Barreiro da Sudene”. Segundo eles: “Construído, na década de 80, durante um período de forte seca a partir de uma Frente de Serviço empreendida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, foi cavado, como as demais fontes instaladas sobre a lagoa, em sistema de mutirão por várias pessoas da comunidade” (Leal *et al.*, 2023, p. 13). É possível que o barreiro em Curral de Ramos tenha sido construído em uma política semelhante.

próprias criações ou o resultado de uma política pública por ele implementada quando este político estava no poder? Difícil dizer. Já a ‘barraginha’ e o segundo poço foram feitos por prefeitos de Coronel José Dias. As cisternas, por sua vez, inserem-se em políticas públicas federais (Um Milhão de Cisternas)<sup>155</sup> ou em programas sociais católicos (Cáritas Diocesana)<sup>156</sup>. Essas *coisas* da água que se podem avistar da calçada da casa de seu Isidoro, assim, dão a ver que diferentes abordagens do acesso à água no semiárido nordestino convivem na paisagem. Mais do que isso, diferentes tempos ligados à água coexistem. Se nos despedirmos de seu Isidoro, podemos percorrer outras calçadas e salas de visitas em diferentes localidades do segundo distrito de Coronel José Dias e, assim, ampliar nossa visão sobre essa questão.

## 5.2 As Lajes

O segundo distrito de Coronel José Dias, inscrito nos limites municipais na lei de desmembramento do município dos anos 1990 (mas não na dos anos 1960) corresponde aproximadamente às localidades, povoados, fazendas e sítios rurais que estão ao sul da rodovia estadual PI-144 (ver Mapa 2, na Introdução). Se o termo segundo distrito é atualmente mais usado no município, o termo Lajes era usado até recentemente, na sede do município, de forma intercambiável.

A região que estou denominando Lajes, no entanto, não corresponde à totalidade do segundo distrito. Chamo de Lajes uma série de povoados, localidades e sítios que se ligam à antiga fazenda Lajes.<sup>157</sup> Especificamente, visitei pessoas nos povoados Lajes de Pedra e

---

<sup>155</sup> Inspirado em projetos anteriores de captação de água da chuva no semiárido, o Programa Um Milhão de Cisternas foi criado em 2003, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e executado em parceria com a organização da sociedade civil Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Além da construção de cisternas de água de chuva, o programa tinha projetos de formação e educação atrelados a ele (Nogueira; Milhorange; Mendes, 2020).

<sup>156</sup> A Cáritas Brasileira é uma organização “fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Helder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As orientações do Concílio Vaticano II marcaram a ação da Cáritas que, desde então, vive sob os valores da pastoralidade transformadora. A Cáritas é um organismo da CNBB e possui uma rede com 187 entidades-membro, 12 regionais e cinco articulações.” (Cáritas Brasileira, 2023). A Cáritas Brasileira Regional Piauí implementou em 2001, em Coronel José Dias, o Projeto Fecundação, com o objetivo de construir cisternas de captação de água da chuva, poços, canalizações e de promover “ações político-pedagógicas” de conscientização sobre a convivência com o semiárido (Carvalho; Oliveira, 2010).

<sup>157</sup> Há dois povoados na região, Lajes de Pedra e Salininha, e esses assim se qualificam pelo adensamento de moradias, pelo arruamento, pela presença de comércios e serviços públicos como escolas, ginásios, praças e postos de saúde, bem como igrejas. São localidades os lugares rurais em que as casas estão mais distantes umas das outras, e em geral uma localidade corresponde às de terra de herdeiros de uma

Salininha, e nas localidades Curral de Ramos, Barro Vermelho, Salitre, Lagoa do Benedito, Riacho da Jurema, Caroá, Bendó, Água Fria, Boa Vista e mais um sítio não nomeado.

Mapa 11. Porção sul de Coronel José Dias, região das Lajes. Detalhe do mapa apresentado como Mapa 9.



Fonte: Segundo informações obtidas em campo, o mapa foi elaborado pela Cáritas Brasileira no início dos anos 2000. Adaptado de fotografia do mapa obtido em campo, Autora (2022).

Todas essas localidades – à exceção do Curral de Ramos e do Barro Vermelho – localizam-se nas terras da antiga data Lajes.<sup>158</sup> Nos anos 1950, houve a regularização fundiária e a demarcação das glebas que foram vendidas aos vaqueiros ou trabalhadores agregados que moravam e trabalhavam para Manoel Agostinho de Castro, o dono da fazenda (Braga *et al.*, 2006), ou para outros fazendeiros.

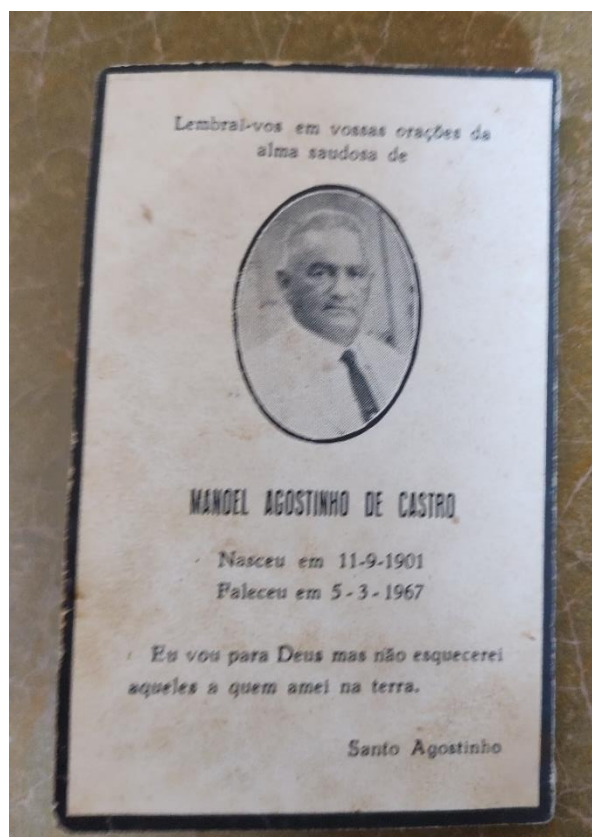
A maior parte das pessoas com quem conversei nesta região tinha relações prévias de trabalho, morada e/ou compadrio com Manoel Agostinho de Castro, o proprietário das Lajes e de suas muitas cabeças de gado e criação. Encontrei em algumas casas fotografias com a sua viúva, e o santinho de seu falecimento. Ainda, a escola estadual do povoado Lajes de Pedra leva seu nome.

---

mesma pessoa. Os sítios, em contraposição, são propriedades ou lugares em que há apenas uma casa. Uma localidade inicia-se como um sítio; a posterior construção de casas das gerações seguintes transforma um sítio em uma localidade.

<sup>158</sup> Segundo me disseram, Curral de Ramos e Barro Vermelho estão localizadas em terras da antiga Data Santa Tereza.

Fotografia 21. Santinho do falecimento de Manoel Agostinho de Castro, encontrado na casa de uma senhora que, junto de seu finado esposo, foi vaqueira desse fazendeiro



Fonte: Autora (2021)

Fotografia 22. Fachada parcial da Unidade Escola Manoel Agostinho de Castro, no povoado Lajes de Pedra



Fonte: Autora (2021)

Já outras pessoas com quem conversei trabalharam para outros fazendeiros no curso de suas vidas, ou trabalharam e moraram para Newton Macêdo, genro de Manoel Agostinho.

Apesar de hoje Lajes ser uma fazenda cercada, em que trabalham apenas dois vaqueiros, as histórias de todas as famílias com quem conversei entrelaçam-se à da fazenda Lajes: todos foram ou tiveram pais que foram vaqueiros de gado ou de criação seja morando para eles nas Lajes, seja já olhando a criação e tirando a ‘sorte’ em suas próprias terras. Mesmo aqueles que não foram trabalhadores ou vaqueiros de Manoel Agostinho ou de Newton Macêdo, viveram em uma região cuja principal referência política foram esses homens.

Assim, as diversas localidades em que eu estive ligam-se por sua história, por relações de parentesco e por vinculações de trabalho à fazenda Lajes. Como me explicou Miguel, meu assistente de pesquisa nessa região, “*da Veredas para cá, é todo mundo parente*”.<sup>159</sup>

Em minhas visitas às pessoas na região das Lajes – sempre agendadas por Miguel –, eu pedia que me contassem a história das localidades e das famílias. Assim, ouvi várias vezes a história narrada como a passagem de um tempo da ‘dificuldade’ a um tempo com maiores ‘facilidades’. A história das Lajes, desse modo, pode ser apreendida como tendo por passado um tempo difícil, que articulava as relações de morada e trabalho para os grandes fazendeiros a uma imensa carência material. Por outro lado, o tempo das ‘facilidades’, instaurado aos poucos, corresponde à compra de glebas de terra, pelos vaqueiros, ex-vaqueiros e ex-trabalhadores agregados, quando fundam sítios, que depois se tornam localidades – com o casamento dos filhos e a construção de novas casas e unidades domésticas – e, eventualmente, povoados.

Esses tempos, no entanto, não são síncronos para todas as pessoas com quem conversei; é que não se referem propriamente a uma cronologia, embora demarquem um antes e um depois. Quando seu Isidoro, nos anos 1980, acabara de adquirir terras, outros já haviam conquistado algumas ‘facilidades’, fato que só cresceu nas décadas seguintes, com o aumento de políticas públicas de saúde, educação, transferência de renda, projetos de incentivo à agricultura familiar, programas de convivência com o semiárido. Nas próximas seções, examino em maior detalhe esses dois ‘tempos’, e argumento que a eles correspondem distintas relações e distintas *coisas*, o que nos reconduz ao tema central deste capítulo: a história *mostrada*.

---

<sup>159</sup> Em grande medida meu deslocamento pelas localidades nesta região se deu através de relações de parentesco de meu próprio assistente de pesquisa, Miguel.



### 5.3 Um tempo das ‘dificuldades’

Ao pedir para as pessoas na região das Lajes me contarem sobre as histórias das famílias e das localidades percebi que ali, mais do que na sede do município, a prática de historicização – isso é, os modos de concatenar passado, presente e futuro (cf. Palmié; Stewart, 2016) – operava a partir do contraste entre um tempo de ‘dificuldades’ e o tempo presente, em que houve, como me disse dona Luísa, “*a descoberta das facilidades*”.

Não foi incomum que as pessoas comessem assim as conversas:

*“Então eu, no tempo que eu era novo, a dificuldade era tão difícil para gente sobreviver, que eu achei que do próprio avô dele aqui, eu já cheguei a sair daqui pra ir levar vinte porcos tocados por terra pra Remanso, dá oitenta quilômetros daqui pra Remanso no máximo. [...]. Uma dificuldade. Outra: meu pai criou a gente com dificuldade. Meu pai... eles eram... parece que se não for mentira minha, eles eram catorze irmãos, ou mais que eles eram. Mas meu pai sempre foi toda vida fraco de recursos, menos um pouco que os outros, o avô dele [Miguel], tinha outros tios meus para cá. [...] Naquelas épocas, a dificuldade era tão difícil, isso daqui era terreno de roça de meu tio, que era pai dela [de sua esposa], que era irmão do meu pai também [Camila – Então vocês são primos?] Somos. O que acontece: o meu pai não tinha mandioca, não tinha farinha, pra criar a gente era aquela dificuldade. Nós vinha buscar mandioca, nessa roça do meu tio e ralar ela no ralo, na mão, fazer um ralinho de uma peneirinha de lata e ralar ela para nós imprensar na mão e botar pra secar e fazer a farinha pra nós comer. Era difícil aquela época, eu alcancei esse tempo. O meu pai pegava as coisas daqui, às vezes criava um porco, ele matava o porco aqui e ia vender, sabe onde é o Anísio de Abreu, é longe não é? [Miguel – É!]. Naquela época a gente ia amontado num jumento, tocando o jumento e de lá comprar o milho para comer aqui.”* (Guto, localidade Boa Vista – entrevista gravada)

Ou ainda:

*“Na realidade, antigamente aqui era muito difícil, os pais pra criar os filhos, era muito difícil, aqui quando amanhecia o dia os filhos tinham que pisar aquele milho, pros pais botar no fogo, pra poder dar o almoço aos filhos, pra poder ir pra roça, plantava, os pais plantavam uma mamona.”* (Luísa, localidade Salitre – entrevista gravada)

Os relatos sobre dificuldades variam a cada interlocutor, mas giram em torno de alguns temas comuns: era um tempo sem escolas, em que os pais tinham que pagar para os filhos estudarem. No caso dos que estão na casa dos sessenta ou setenta anos, já havia uma sala de aula, nas Lajes, para a qual as crianças de toda a região tinham que se dirigir a pé para aprender. Era um tempo sem transporte, em que todos caminhavam para de deslocar. O gado, a criação e os porcos eram tocados a pé a longas distâncias. Não existia arroz, ou só na casa dos ricos. As famílias mais ‘fracas’ não tinham como vestir e calçar suas crianças; sapatos e camisas eram

emprestados a quem ia se casar. Poucos plantavam, menos ainda plantavam mandioca – atividades que, numa região de criação de animais na solta, depende não apenas da posse de terras, mas da possibilidade de fazer cercas. Além disso, o tempo das dificuldades é sumamente o tempo de muita dificuldade para se obter água.

Nesse tempo das dificuldades, no período de estiagem (‘seca’), a água era apanhada em cacimbas nas Lajes de Pedra (que não era então um povoado), ou num olho d’água na fazenda Lajes. Como me explicou dona Luísa:

*“Olha, água, no tempo do meu pai, não é nem no tempo dos meus avôs, dos meus avôs eu nem sei como era que eles apanhavam água. No tempo do meu pai, quando eu morei mesmo aqui na Salininha, nós apanhava à água nos barris feito de pau, aí nós ia para as Lajes, lá tem um olho d’água nas Lajes, que é do Newton Macêdo. E todo mundo apanhava água, ficava era fila”.* (Luísa, localidade Salitre – entrevista gravada)

Ou ainda

*“Era longe, minha filha, e aí de primeiro aqui tinha um tal olho d’água ali nas Lajes, fazia era fila de gente daqui da Lagoa, da Salininha para pegar água lá no jumento, tinha deles que pegava de madrugada, de madrugada, toda hora, não tinha água não, agora tá fácil graças a Deus tudo mudou, mudou as coisas, as pessoas têm as criações, tem tudo.”* (Diógenes, localidade Lagoa – entrevista gravada)

Já seu Saulo, na localidade Bendó, em minha segunda visita a sua casa, me explicou:

*“A gente vai comentar como era o seguimento das coisas do outro tempo, que no outro tempo as coisas eram tão diferentes que eu não sei nem se falei que as coisas eram difíceis, a gente labutava era com água, era difícil.”* (Saulo, localidade Bendó – entrevista gravada)

E seguiu explicando as dificuldades associadas ao acesso de água:

*“É porque as águas naqueles tempos... que as coisas no outro tempo era assim, a gente chegava naquelas cacimbinhas de água de riacho. Aí a gente ia e procurava uma aguada ali mais funda um pouquinho, aí pegava as águas era assim. Nós não tinha uma vasilha de ajuntar água, era umas cacimbinhas que a gente fazia no chão assim aí pegava e abria aquele buraquinho e ajuntava aquela água nas cabacinhas e outras vezes nos barris, barrilzinhos. [Camila – e onde que tinha água?] Era naqueles riachos. Tinha um aqui [aponta], outro aqui [aponta]. [...] Aí quando foi lá na frente, as coisas foram melhorando, porque poço, não existia poço. Aí os mais velhos, e não é nem eu, era os mais velhos que já faleceram deram para furar cacimbão na [a]lavanca. [Camila – cacimbão é o que?] É um buraco que a gente abre no chão até onde der água, aí aquela água vem na pedra. [...] A gente bate ela pra aumentar água, pra dar água ao criatório, a gente bebia, lavava e tomava banho com aquela água salgada, as águas aqui com fundura de setenta palmos dava água só salgada. [...] Quando acontecia um cacimbão aberto com setenta palmos, já era do rio a água, furava. Máquina não existia. Aí sei que aí começamos furar as cacimbinhas, e aí começava as águas, aquelas águas ali a cacimba subia a água e dava água ao criatório, e a gente pegava, tinha deles que levantava até a boca assim para cima para não vazar água*

*pra fora e nem os bichos também cair. Aí depois tinha uma lagoa que fazia dentro da lagoa aquele cacimbão. [Camila – Mas daí é na seca? Ou no inverno?] Tudo na seca, no tempo daquelas crisonas. [...] Como aconteceu com nós... Nós morava sendo vaqueiro de um homem ali e passava o dia todinho com a cacimbinha esperando aquela aguinha ali para pegar uma água melhor pra beber, aí um pegava e voltava e vinha trazer a aguinha para mulher fazer a comida e outro voltava e quando acabava ia tirar água nesse cacimbão com muita dificuldade, pra dar água aos bichinhos pra beber. E quando a gente vinha tocado de sorte de arrumar uma água para banhar, lavar uma roupa ou tomar um banho, tava com 24 horas. Era difícil, tudo era difícil. Se independente disso, aí ficava aquela crise, que uma galinha a gente não podia criar uma galinha, não existia. O milho era difícil, e a gente ia quebrar uma fruta que tinha no mato [...] macambira. Aí pegava ela e botava no fogo e queimava ela todinha e quando acabava pegava um pau ou um ferro quebrava ela todinha e fazia aquela massa pra alimentar as galinhas, cocar [galinha d'angola], pra ser, era desse jeito, os bichinho. E de certo tempo pra cá melhorou porque o povo deram pra trabalhar, plantava o milho, feijão, a mandioca também era boa.” (Saulo, localidade Bendó – entrevista gravada)*

Neste relato, temos um tempo das ‘dificuldades’ que é marcado pela dificuldade de acesso à água. E esse tempo se revela em certas estruturas e objetos de armazenamento e captação de água: cacimbas, cabaças, barris. Não havia poços, nota seu Saulo, não havia máquinas para furar poços ou cacimbas. Eles não tinham vasilhas para apanhar quantidades maiores de água. E no relato de dona Luísa, acima, vemos que a água era transportada em jumentos. Já como me contou seu Diógenes – no trecho também transcrito acima –, a água era apanhada em barris de pau. Aparecem aí elementos para os quais eu quero chamar a atenção. Em primeiro lugar, é o tempo em que se buscava água em barris ou cabaças, no jumento, nas cacimbas e nos olhos d’água. Barris, cabaças e jumentos são *coisas* pouco usados nos tempos de hoje. Apanhar água em olhos d’água também é prática que ficou em outro tempo. Essas *coisas* correspondem ao tempo das ‘dificuldades’.

O contraste entre um tempo das ‘dificuldades’ e tempo das ‘facilidades’ aparece, com termos distintos, em outras etnografias sobre o semiárido nordestino (Centelhas, 2022; Teixeira, 2014). Moacir Palmeira (2002) dedicou algumas páginas sobre os “tempos”. Segundo sua visão, esses diferentes tempos dizem respeito a “atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução” (*Ibid.*, p. 172). Ou seja, cada tempo possui qualidades distintas, e engloba atividades e relações específicas. Não se trata de um tempo cronológico, e o tempo das ‘dificuldades’ para uns pode ocorrer quando as ‘facilidades’ já eram descobertas por outros.

O tempo das ‘dificuldades’ é um tempo outro, tempo de outras relações (de trabalho, de morada, de mando, da política) e de outras *coisas*. É um tempo em que as pessoas não tinham as *coisas*. Quase não viam dinheiro. Trabalhavam por uma lata de óleo, um prato de feijão ou milho para levar à família. Um tempo em que não tinha as *coisas* (objetos e criação), e tampouco

trabalhavam, isso é, não plantavam. Seja porque era um tempo em que “*trabalhavam no alheio*” (em terras alheias, olhando criação alheia), seja porque não tinham como construir cercas e não possuíam ferramentas de trabalho. Tudo isso também dificultava que, por exemplo, barreiros fossem abertos. De todo modo, esse tipo de corpo de água só dura o tempo do ‘inverno’.

Assim, o tempo de apanhar água no olho d’água das Lajes ou nas cacimbas das Lajes de Pedra é também o tempo das ‘Lajes do Newton Macêdo’. É o tempo em que não existiam cisternas, caixas, barragens, carros-pipas. É o tempo, como me disseram, em que a região era conhecida como “*curral das Lajes*”. Esse era um tempo com eleições, mas de qualidade muito distinta das atuais. Como me contaram nas Lajes de Pedra, nesse tempo, “*o pessoal era muito dominado pelos pais, o pessoal era dominado pelos pais e o pai é quem dizia: ‘você vai para determinado lugar’*”, e dizia em quem votar. Todos votavam para Newton Macêdo e seus candidatos, me contam; muitos jovens eram registrados e alistados para votar pela primeira vez pelos Macêdo. Era um tempo, portanto, de outra política.<sup>160</sup> Era um tempo de outras relações sociais.

De um lado, no tempo das ‘dificuldades’, estamos diante de um tempo de “formas camponesas tuteladas” (Neves; Silva, 2008) – isto é, de formas de imobilização da mão de obra camponesa pela articulação entre trabalho e morada. Já o tempo das ‘facilidades’, como mostro adiante, é um tempo, com relação à ‘política’, de “intimidade hierárquica” (Ansell, 2014). Aaron Ansell usa esse termo para se referir às relações de implicação e vulnerabilidade mútua entre candidatos e eleitores nas adesões de voto. Corroborando os achados de uma literatura da antropologia da política (Heredia; Palmeira, 2006), a etnografia de Ansell no Piauí demonstra que as adesões de voto a determinado candidato vinculam este a seus eleitores a partir das expectativas de ajudas futuras. Esse tipo de relação hierárquica caracteriza-se pela vulnerabilidade mútua entre candidatos e eleitores, embora seja atravessada pela hierarquia. A mudança de um tempo das ‘dificuldades’ para um tempo das ‘facilidades’, portanto, corresponde menos a um período cronológico preciso, e mais a mudança das relações sociais e de poder, às rearticulações das relações de trabalho e das relações sociais de modo ampliado. E é, também, um movimento através do qual as pessoas passaram a ter as *coisas*, um tempo em que as *coisas* melhoraram.

---

<sup>160</sup> Uso o termo *política* para tratar do uso local de política – como relações que possuem uma temporalidade, o tempo da política, tal qual apontado por muitos trabalhos que se iniciaram com os de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (Heredia; Palmeira, 2006; Palmeira, 1996, 2002).

#### 5.4 A ‘descoberta das facilidades’ e suas coisas

A “*descoberta das facilidades*”, na expressão de dona Luísa, corresponde a uma mudança nas *coisas*. As *coisas* referem-se a um conjunto formado pelos objetos, pelas criações e pelas situações de vida, que incluem as relações com políticos e com as políticas públicas. É o que se percebe em afirmações como as seguintes, sobre os tempos das dificuldades:

*“Viemos ali para as Lajes, aí tivemos nas Lajes e nesse tempo, que era no tempo de meu pai, era mais dura as coisas, a gente passava que tinha dia que tinha e tinha outro dia que não tinha, hoje tá bom as coisas.”* (Isidoro, localidade Curral de Ramos – entrevista gravada)

Ou no seguinte trecho de uma entrevista, em que meu interlocutor explica um dos fatores da mudança dos tempos, as idas a São Paulo, e usa o termo “coisas” para tratar da ‘criação’ e dos objetos:

*“Aí uns iam para São Paulo e os outros ficavam olhando as coisas aqui, que tinham. Aí naquela época, como se diz, as coisas, a gente vivia... o dinheiro era pouco, mas já comprava muita coisa assim mesmo, hoje é que está caro né? As coisas encareceram...”* (Raimundo, povoado Lajes de Pedra, entrevista gravada)

Como eu dizia, o tempo de apanhar água com barril em jumentos no olho d’água nas Lajes era um tempo em que as pessoas não tinham as *coisas* e era um tempo em que as *coisas* eram difíceis. Era o tempo, como me disseram algumas pessoas, do “*curral das Lajes*”, em que todos votavam no Newton Macêdo.

*“Aí foi quem quebrou a cancela do curral das Lajes foi o senhor Gaspar Ferreira. Seu Newton Macêdo ficou muito empolgado de ter seu comandante dos votos do eleitor, era o chefe o poderoso e andou fazendo umas crueldades com as pessoas em modo de doença. O povo ia lá procurar ele e ele vinha com a maior estupidez com o pessoal, aí esse pessoal ali da Salininha acho que necessitaram dele e acho que ele pegou e não cumpriu com as necessidades deles e eles foram até o seu Gaspar Ferreira. E tinha o Ferreira Neto que era advogado de seu Gaspar, pegou amizade com eles aí e o Gaspar Ferreira foi candidato e foram trazendo ele pra cá e quando foi na eleição o pessoal descarregou os votos tudo no Gaspar Ferreira e o Newton perdeu a eleição, aí o Gaspar Ferreira ficou de dono da votação.”* (Raimundo, povoado Lajes de Pedra – entrevista gravada)

A “*quebra da cancela*” foi contada por pessoas diferentes, e ocorreu no tempo anterior à criação do município de Coronel José Dias. Ela é relacionada às coisas que os Ferreira

prometeram e trouxeram à região: uma sala de aula para o povoado Salininha.<sup>161</sup> E a garantia de uma pipa de água que ficava indo e vindo, dia e noite, pegando água nas barragens e levando para alguns lugares na região. Foi assim que “*caiu a cerca do homem*”, acabou o curral das Lajes. Uma sala de aula e um carro-pipa de água estão no centro do modo como essa mudança é narrada. *Coisas*, portanto, marcam essa mudança.

Essa história do carro-pipa enviada pelos Ferreira só foi contada por uma pessoa. Como me explicou posteriormente um homem que é controlador da água da operação Carro-Pipa, da Defesa Civil na sua comunidade, se havia essa pipa enviado pelos Ferreira, isso “*era só política, amizade*”, ele só mandava “*para os mais chegados, não era para o povo*”. Atualmente, a água que chega nos carros-pipa é, junto com a água dos poços particulares, a mais valorizada na região, por sua qualidade. E a água enviada pela operação da Defesa Civil é uma água sem política, sem amizade: a cada vez, vem uma pessoa diferente do Exército fazer a fiscalização, que “*é para não fazer amizade*”. Também os pipeiros são sorteados, e mudam a cada três ou quatro meses. O controlador de água não tem favorecimentos, a não ser poder pegar para si a primeira carrada de água. Essa é, como me disse esse interlocutor, uma água “*para o povo*”. Distingue-se, por exemplo, da água do poço da prefeitura do povoado Lajes de Pedra, que deveria ser bombeada para as casas dali, que contam com encanamento, o que não é feito com a frequência necessária; garantir esse fornecimento implica manter contínuas relações com o prefeito.

As águas dos carros-pipa, como se pode imaginar, são postas em cisternas. E diversas políticas públicas ou não governamentais revelam-se nessas estruturas. Algumas são dos anos 1980. A maioria, contudo, é ‘da Cáritas’ [Brasileira] ou do programa Um Milhão de Cisternas, ambos projetos ou programas baseados na perspectiva da convivência com o semiárido e implementados nas primeiras décadas do século XXI. São águas “*sem amizade*”, “*sem política*”, como diria meu interlocutor que é controlador de sua comunidade. São águas pensadas na perspectiva da autonomia e descentralização do fornecimento de água.

A ‘quebra da cancela’ do ‘curral das Lajes’, ou seja, o fim da hegemonia política de Newton Macêdo ocorreu, em uma das versões que ouvi, com a chegada de *coisas* trazidas pelos Ferreira: escola e carro-pipa. É o começo de uma mudança nas relações política da região. Na versão de alguns, é início das transformações que levaram ao fim do tempo das ‘dificuldades’.

---

<sup>161</sup> Durante parte significativa da segunda metade do século XX, os grupos políticos que marcavam os dois ‘lados’ da política em São Raimundo Nonato foram os Macêdo e os Ferreira, conforme descrevi no Capítulo 2.

Note-se que um carro-pipa, associado a um político específico, que levava água das grandes represas, parece se inserir no paradigma do combate à seca.

No que toca a questão do acesso à água no semiárido brasileiro, as políticas públicas dividem-se lógica e cronologicamente em políticas de combate à seca e políticas do convívio com o semiárido. A partir do ponto de vista deste último tipo de política, tem-se que as políticas do combate à seca baseiam-se em “instrumentos das famigeradas frentes de trabalho como os carros-pipa, a escavação de açudes em terras dos mais ricos e ações que mantinham uns cada vez mais ricos às custas da maioria pobre e miserável, forma a base da indústria da seca” (Baptista; Campos, 2013, p. 52). Já o paradigma da convivência com o semiárido enfatiza a cidadania da população do semiárido, reconhecendo a impossibilidade de combater a seca. Esse tipo de visão sobre o semiárido não se centra em tecnologias específicas, mas busca soluções locais para melhores modos de vida, a partir de ideais de cooperação e equidade. De todo modo, e com relação à água, enfatiza-se a descentralização de acesso em contraposição a grandes estruturas de água, “que concentra[m] a água e riqueza em mãos de poucas pessoas” (*Ibid.*, p. 53). Considerando a pluviosidade sazonal do semiárido, as políticas de convivência com o semiárido preconizam a estocagem de água (*Ibid.*, p. 54). Desse modo, a sua *coisa* característica certamente é a cisterna de captação de água da chuva, que pode também ser abastecida com caminhões pipa no tempo de estiagem.

Se é possível que para algumas pessoas nas Lajes o movimento que instaura um novo tempo, das ‘facilidades’, se dê com a pipa enviada pelos Ferreira, outros notam que essa era uma água “*para os mais chegados, não era para o povo*”, diferentemente da água que chega pela Operação Carro-pipa e abastece as cisternas próximas às casas. Curiosamente, as cisternas são muito pouco mencionadas quando eu pergunto sobre águas atualmente. Elas são tidas como dado. As águas mais mencionadas são das que chegam da Operação Carro-pipa e, sobretudo, os poços particulares. Furar um poço é o ideal contemporâneo a ser alcançado, um ideal de autonomia. E equipar o poço com uma bomba elétrica pode ser algo que demande negociações posteriores com algum candidato...

Com relação ao acesso à água, a divisão entre um tempo das ‘dificuldades’ e um tempo das ‘facilidades’, assim, é mostrada em diferentes tipos de *coisas* da água. Fui convidada a ouvir descrições ou a conhecer cabaças, barris, cacimbas, barreiros, carros-pipa, cisternas, cisternas-calçadão. Cada conjunto de *coisas* corresponde a um tempo e a suas relações. Mas há flutuações, entre os diferentes interlocutores, na definição entre o início e fim de cada tempo, entre quais relações poderiam ser associadas a cada tempo.

Relembremos nossa visita à casa de seu Isidoro na localidade Cural de Ramos. Ali convivem estruturas e *coisas* de vários tempos, ligados a diferentes paradigmas de acesso à água no semiárido. O caso do poço furado “*pelo finado Newton*”, patrão e cunhado de Isidoro, pode ser tomado como exemplo. Tratava-se ali de uma política pública de um deputado, ou uma ação realizada para seu vaqueiro-compadre e para sua própria ‘criação’? A que tipos de relação corresponde esse poço? Na visão de seu Isidoro, certamente é um processo que dá fim às ‘dificuldades’, que encerra o período em que Cural de Ramos era “*um sertão medonho*”. Se as políticas de combate à seca e as políticas de convivência com o semiárido sucedem-se no tempo, os tempos das ‘dificuldades’ e das ‘facilidades’ não correspondem *pari passu* – no que toca às *coisas* da água – a essa divisão das políticas públicas. Um tempo das ‘dificuldades’ e um tempo ‘das facilidades’ são, portanto, um tempo de antes e um de agora que indicam menos uma cronologia e mais

uma certa maneira de a população recortar/representar a estrutura social. Trata-se menos de estabelecer um desenho qualquer de temporalidade e mais de descrever ou de postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento. (Palmeira, 2002, p. 172)

E a esses tempos correspondem, defendendo, diferentes *coisas*. As *coisas* do tempo das ‘dificuldades’ – cabaças, barris, jumentos, olhos d’água, cacimbas – contrastam com as *coisas* do tempo das facilidades – cisternas, carros-pipa, poços.

### **5.5 As coisas e a presença do passado em uma história mostrada**

Ao longo deste capítulo, usei o termo *coisas* amplamente. Cabe explicar seu uso. Apostando na produtividade da não definição desse termo, como fazem Amira Henare, Martin Holbraad e Sari Wastell (2007), uso *coisas* de maneira não definida. Mais especificamente, o que me interessa na proposta desses autores, é a ideia de que diferentes mundos podem ser encontrados nas coisas (*Ibid.*, p. 15), e o trabalho antropológico é o de imaginar “como devemos pensar para conceber um mundo” (*Ibid.*, p. 15) como outras pessoas o fazem.

O tempo das ‘facilidades’, como mostrei, corresponde a uma mudança das *coisas* (situações), e a um tempo em que as pessoas puderam ter suas *coisas* (objetos, mas também criações). Roupas, calçados, móveis, televisores, geladeiras, fogões a gás, escolas e ônibus escolares, postos de saúde, dinheiro, benefícios sociais, aposentadorias rurais, ferramentas de trabalho, cercas, plantações: são todas *coisas* do tempo das ‘facilidades’. Essas *coisas* dizem respeito a um mundo específico, a certos modos de relação e de comportamento adequados.



Dentre as *coisas* da água que correspondem às ‘facilidades’ estão aquelas advindas após o fim do “*curral das Lajes*”, aquelas inauguradas por outras formas de política – seja pela entrada de atores de outro grupo político na região, seja pela efetivação de políticas públicas de convivência com o semiárido, seja por formas renovadas de relacionamento entre eleitores e candidatos, seja ainda por mudanças mais amplas das relações de trabalho. Assim, ao longo da minha pesquisa de campo, fui levada a ver cisternas, cisternas calçadão, fossas sépticas, poços particulares: *coisas* que dizem respeito ao tempo das ‘facilidades’.

*Fotografia 23. Cisterna de captação de água da chuva, localidade Lagoa*



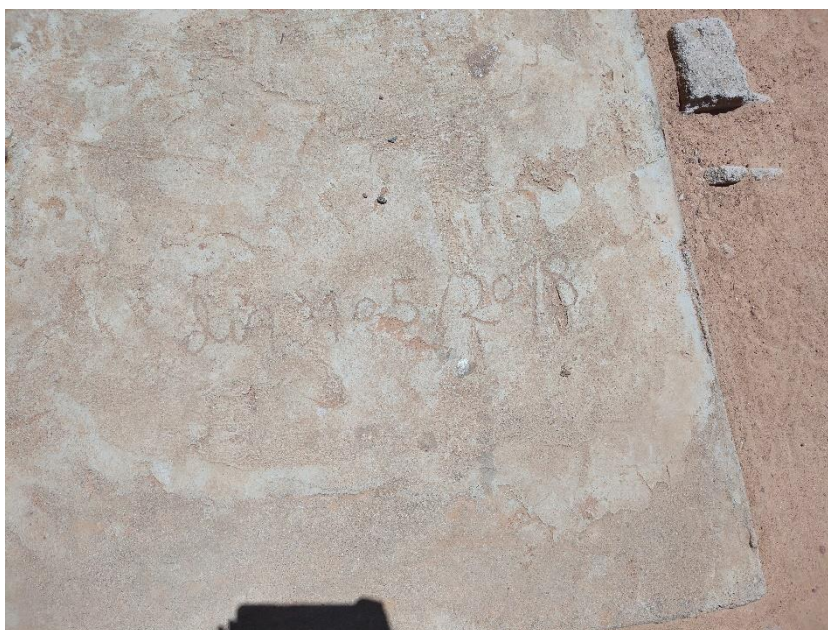
*Fonte: Autora (2021)*

*Fotografia 24. Cisterna calçadão, aos fundos de uma casa no povoado Salininha*



*Fonte: Autora (2022)*

Fotografia 25. Tapa de fossa séptica, com data inscrita no cimento, localidade Lagoa



Fonte: Autora (2021)

Fotografia 26. Poço particular, localidade Bendó



Fonte: Autora (2022)

Mas há também *coisas* que correspondem ao tempo das ‘dificuldades’: cabaças e barris, por exemplo. Nas conversas em campo, essas coisas do passado eram sempre mostradas ou



explicadas. “A senhora sabe o que é um barril?””, indagavam-me, e posteriormente me levavam a ver barris guardados em uma latada ou em um quarto do fundo do quintal.

*Fotografia 27. Barril de madeira guardado no fundo da casa, localidade Lagoa*



*Fonte: Autora (2021)*

Mostraram-me também cabaças, formas de fazer tijolo, sementes de mucunã, rodas e prensas de prensar mandioca para fazer farinha.

*Fotografia 28. Cabaça trazida a minha presença, na sala de uma casa na localidade Barro Vermelho*



*Fonte: Autora (2021)*

*Fotografia 29. Forma de fazer tijolos, localidade Bendó*



*Fonte: Autora (2022)*

*Fotografia 30. Casal mostrando prensa de fazer farinha, localidade Barro Vermelho*



*Fonte: Autora (2021)*

Fotografia 31. Ralo para mandioca, localidade Barro Vermelho



Fonte: Autora (2021)

Ao me mostrar um barril, guardado no muro (quintal) de uma casa, as pessoas expõem um mundo que já não existe. É outro mundo, outro tempo, com correspondentes outras relações, com outros modos de fazer as coisas.

O tempo das ‘dificuldades’, assim, é um tempo encerrado, radicalmente distinto do tempo das ‘facilidades’. No entanto, ao me contar sobre esse tempo passado e outro, meus interlocutores convocavam *coisas* para fazer ver esse tempo. Desse modo, esse outro tempo se apresentava em presença, convivendo com o tempo de agora. A história, assim, era *mostrada*.

As imediações da casa de seu Isidoro servem como bom exemplo para ver uma ampla gama de *coisas* da água, que marcam diferentes relações para sua implementação: barreiro construídos pelos próprios moradores, barreiro da SUDENE, cisterna de captação de água da chuva, poço furados por Newton Macêdo, poço furado por um prefeito de Coronel José Dias, barraginha feita por prefeito... Convivem nas cercanias da casa de seu Isidoro *coisas* de ambos os tempos.

Inspiro-me em algumas pesquisas em arqueologia para pensar em uma história *mostrada* e na copresença entre tempos distintos. Em suas pesquisas sobre narrativas ligadas ao garimpo em Serra Pelada, Márcia Bezerra notou que para seus interlocutores, estar entre os objetos do garimpo “ativava memórias do cotidiano no garimpo. [...] Ou emergiam com uma potência

narrativa tão intensa, que contar não era suficiente, era preciso encenar o ato narrado” (Bezerra, 2017, p. 77–79). De modo semelhante, em sua pesquisa no município de Afuá (PA), Queiton Carmo dos Santos (2021) pesquisou como as pessoas se relacionavam com as paisagens e com as coisas, e como por meio delas construía narrativas sobre os tempos e a história. Conversando com um senhor, este lhe dizia que “de primeiro” as coisas eram muito diferentes, e para evidenciar essa diferença, trouxe à presença do pesquisador diversos objetos para mostrar o modo de preparo do açaí para o consumo. Escreve o pesquisador:

O movimento de demonstração do seu Edilson da feitura do açaí de antigamente [...] em uma peneira, me conectou a outro tempo, aquele anterior à chegada das máquinas movidas a eletricidade dos motores que produzem energia ou das baterias carregadas com placas solares. Nesse sentido, as pessoas e as histórias da Ilha do Pará se configuram como uma constante presença entre os tempos de antes e os de agora. (Santos, Q., 2021, p. 120)

Barris, cabaças, rodas de farinha são *memorabilia* (Bezerra, 2017) que não somente memorializam outros tempo, mas carregam em si outra temporalidade. Trazem o passado à presença, em uma história que não é apenas narrada, mas *mostrada*.

Escrevendo no campo da teoria da história, Ewa Domanska (2006, p. 337) propõe estudar o “aspecto material dos traços do passado”, convocando a um “retorno às coisas” e a “coisidade” (*thingness*) do traço como forma de reconsiderar o status ontológico das relíquias do passado. Seu argumento – construído a partir de sua pesquisa sobre pessoas desaparecidas no período ditatorial argentino – é desenvolvido em torno da categoria de “um *passado não ausente* (um passado cuja ausência é manifesta)” (Domanska, 2006, p. 346). A partir dessa categoria, segundo ela,

nós evitamos o desejo de presentificar e representar o passado, e invés disso, voltamo-nos a um passado que é de algum modo ainda presente, que não vai embora, ou do qual não conseguimos nos livrar. O passado não ausente é o espaço ambivalente e liminar do “inquietante” (*uncanny*); é um passado que assombra como um fantasma e que, portanto, não pode ser facilmente controlado ou submetido a uma interpretação finita. É ocupado pelos ‘artefatos fantasmagóricos’. (Domanska, 2006, p. 346)

As *coisas* do tempo das ‘dificuldades, desse modo, são como metonímias do tempo passado (Runia, 2006), são as partes presentes de um passado não ausente, que segue assombrando. Com efeito, esse tempo passado se manifesta no presente com sua não ausência porque as *coisas* desse tempo seguem guardadas no fundo das casas. Em primeiro lugar, porque, por exemplo, barris ainda são úteis para apanhar água em barreiros e dar de beber à ‘criação’. Afinal, o tempo das ‘facilidades’ é também um tempo em que há um período de ‘seca’ (estiagem). Em segundo lugar, porque as *coisas* são guardadas como objetos pedagógicos para

mostrar aos mais jovens as agruras de um tempo passado que, não obstante, segue muito vivo nas memórias daqueles que viveram as ‘dificuldades’. Por fim, essas *coisas* servem como instrumentos para enfrentar um possível futuro que imita o passado – caso as ‘dificuldades’ porventura retornem. O tempo das ‘dificuldades’, de algum modo, assombra o presente, e, portanto, não é de todo ausente.

### 5.6 Considerações finais

Este capítulo lidou com as *coisas* da água na região das Lajes. A etnografia buscou evidenciar a existência de dois tempos distintos, o tempo ‘dificuldades’ e aquele das ‘facilidades’. Este segundo tempo é posterior ao primeiro, mas a divisão temporal não é propriamente cronológica, mas se refere a relações sociais e comportamentos adequados de cada um dos mundos existentes a cada tempo. De toda maneira, é possível falar em um tempo passado e um tempo presente, que são disjuntos nas narrativas. Ao pedir para me contarem sobre a história das famílias e dos lugares, muitos interlocutores recorreram a uma divisão que enunciava inicialmente um tempo de muitas agruras, para depois contar das ‘facilidades’ e dos modos como a vida melhorou.

Conforme argumentei, a cada um desses tempos narrados corresponde um conjunto de *coisas*, que me foram *mostradas*, coisas que são guardadas nas casas ou nas suas adjacências ou estruturas que existem na paisagem. O passado e o presente – ou, mais propriamente, o tempo das ‘dificuldades’ e o tempo das ‘facilidades’ – são, quando ouvimos as histórias, radicalmente distintos. As ‘dificuldades’ pertencem a um passado encerrado. Contudo, quando olhamos as coisas que são *mostradas*, vemos que a presença de “um passado não ausente” (Domanska, 2006).

Estes dois tempos, assim, são narrados como apartados de forma definitiva. No entanto, a história *mostrada* deixa ver partes de um passado que se mostra em presença. De forma semelhante, o Capítulo 4 lidou com uma questão análoga com relação ao modo de relação entre tempos. Conforme argumentei ali, os antepassados indígenas são postos no passado encerrado das histórias familiares narradas. Não obstante, ao *mostrar* as fotografias e as pessoas de suas famílias, meus interlocutores aproximavam esse passado (supostamente) encerrado do presente. Os corpos, assim como as *coisas*, desse modo, mostram um passado que assombra o presente, que relembra que passado e presente não são completamente disjuntos.

Por fim, gostaria de notar que este capítulo, o último desta tese, dá a ver parte da história da região das Lajes, no segundo distrito de Coronel José Dias. Região esta que não é contada nas histórias municipais que apresentei no primeiro capítulo. Acrescentando à apresentação inicial desta região que propus no Capítulo 2, pude aqui contar – e *mostrar* – um pouco das histórias daqueles que não contam (e parecem contar menos para) uma história *de* Coronel José Dias. *Histórias* que, até o momento, não parecem conformar o ente Coronel José Dias quando narradas (Figurelli, 2011), sendo apenas histórias *das* Lajes.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“E aquilo que nesse momento se revelará aos povos  
Surpreenderá a todos não por ser exótico  
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto  
Quando terá sido o óbvio”  
(Caetano Veloso – “Um índio”)*

A pesquisa que resultou nesta tese iniciou-se pela minha tentativa de apreender e compreender as presenças indígenas na região de São Raimundo Nonato que, embora existentes, não se dão a ver presentemente sob a forma de povos indígenas. Conforme mostrei ao longo deste trabalho, sobretudo na parte “Um sobrevoo sobre as presenças indígenas na região de São Raimundo Nonato e as pesquisas sobre elas”, não estou desacompanhada nesse empreendimento, e outros antropólogos, arqueólogos e historiadores vêm produzindo trabalhos sobre as memórias e os sentidos da indianidade na região sudeste do Piauí. Como apreender essas existências de pessoas e famílias que reconhecem suas ascendências indígenas, mas que não transformaram – ao menos não até o presente momento – sua relação com os passados familiares em objetos de reivindicações étnicas? Como apreender esse modo de relação com a indianidade que, à primeira vista, a escanteia para o passado, a oblitera? Escrevi esta tese como forma de responder estas perguntas. Ou, mais precisamente, esta tese é o esforço de recolocar perguntas, a fim de melhor apreender essas presenças indígenas.

Assim, a resposta que pude dar às minhas indagações iniciais só pôde ser oblíqua. Diante do pouco a me contar sobre os ‘índios’, e do fato de esses agentes serem comumente inseridos nos passados das famílias e dos lugares, me deixei levar pelos caminhos que conectam o presente ao passado. Assim, cheguei ao que apresentei como o segundo começo desta tese: às histórias municipais (Capítulo 1) e aos processos de criação de um município (Capítulo 2).

A pergunta sobre os modos de as pessoas se relacionarem a seus antepassados indígenas, e mesmo o avesso dessa pergunta – a inexistência de processos de etnicidade indígena na região – integra um conjunto de amplas indagações na antropologia e nas ciências sociais: como os grupos sociais se produzem como tal, como se criam os sentidos de pertencimentos aos grupos e, por conseguinte, como se produzem diferenças entre os grupos? Questões demasiado abrangentes para dar conta em um único trabalho, é evidente. De toda maneira, tanto minha inquietação inicial de pesquisa, quanto o tema das histórias municipais, me levaram ao

problema dos processos e das semânticas da produção e da manutenção de diferenças e de pertenças.

Foi através de uma antropologia da história (ou de uma etnografia das historicidades) que pude interrogar pelos modos de construir esses sentidos de pertencimento e de diferenciação. Assim, descrevi os processos pelos quais as pessoas e as histórias traçam pertencimentos e exclusão, ao prestar atenção àquilo que é focalizado nas narrativas, e o que se oblitera. A partir de jogo de inclusão e exclusão, de focalização e de silenciamentos, mostrei um vocabulário e processos múltiplos e flutuantes de pertencimentos/exclusões, que se desdobram e de modificam a cada nova história *de* ou *em* Coronel José Dias. Prestando atenção a uma semântica que opera uma divisão entre os ‘filhos’ da terra e os ‘forasteiros’, entre o ‘mato’ e os ‘sítios’ ou ‘localidades’, entre a ‘rua’ e o ‘interior’, entre os ‘legítimos’ e os ‘misturados’, entre os tempos das ‘dificuldades’ e o tempo das ‘facilidades’, descrevi essa multiplicidade de processos que traçam pertenças parciais, localizadas. Que produzem, a partir das histórias contadas, portanto, a comunidade São Pedro, os ‘filhos’ do lugar, os não índios, os ‘misturados’, aqueles que chegaram a um mundo com mais ‘facilidades’. Esses processos de circunscrever pertenças (e, por contraste, diferenças), que são produzidos *pelos* e *nas* histórias contadas e mostradas, não conformam um único modo de ser *coronelino*. As histórias *de* Coronel José Dias estão em franca produção; produzem seus agentes, com a exclusão de outros, mas não são capazes de firmar um sentido exclusivo de pertencimento que se sobreponha a tantos outros.

Ao olhar para histórias em Coronel José Dias a partir de diferentes lugares, questões e materiais, pude entender melhor a multiplicidade de modos de traçar de pertenças e exclusões nas diferentes histórias contadas em Coronel José Dias. Combinei esta abordagem da apresentação das semânticas da inclusão e da exclusão a uma investigação sobre as temporalidades. Os modos a partir dos quais as histórias contam (ou mostram) a relação entre passado, presente e futuro relevam os processos mesmo de traçar inclusões e exclusões, questão que tratei em todos os capítulos da tese, com exceção do Capítulo 2.

Diferentes histórias produzem diferentes entes, como defende Fernanda Figurelli (2011, 2015). Com efeito, distintos agrupamentos, orientados por pertenças específicas, se dão a ver nos diferentes capítulos desta tese. Mas, ao focar exclusivamente o que se vêm produzindo como histórias municipais, há, efetivamente, silenciamentos, no sentido de Trouillot (2016). Como nos lembra este autor, a historicidade 1, o processo sócio-histórico propriamente dito, “deixa indícios, alguns dos quais são bastante concretos – edifícios, cadáveres, censos, monumentos, diários, fronteiras políticas – que limitam o alcance e o

significado de qualquer narrativa histórica.” (Trouillot, 2016, p. 61). E são esses indícios, com sua materialidade, que relevam os silenciamentos, as brechas naquilo que as narrativas da história (a historicidade 2, nos termos de Trouillot) deixam de serem. Os corpos *mostrados*, que relevam as ascendências indígenas (Capítulo 4), de certa forma, bagunçam as narrativas fundacionais do município, que escrevem sobre o fim completo dos ‘índios’, seja pelo massacre, seja pela mistura. A ‘mistura’, como mostrei também no Capítulo 4, pode juntar famílias, ‘raças’, lugares, sobrenomes, sem desfazer o conhecimento das origens.

Assim, ainda diante de uma interrogação sobre as articulações entre os tempos, mostrei, sobretudo nos dois últimos capítulos, que há em uma história *mostrada* uma forma de trazer o passado à presença. Os modos de rearticular os tempos, em que o passado deixa de ser um país estrangeiro e distante, pode promover outras possibilidades de pertencimento. No caso do modo de trazer à tona o tempo das ‘dificuldades’, estamos diante de uma interrogação sobre a perenidade mesma das ‘facilidades’, e de uma reflexão sobre as explorações ligadas ao tempo das ‘dificuldades’ (Capítulo 5).

Por ora, mostrei nesta tese que as relações com ascendentes indígenas, embora existentes, são ambíguas. Elas são silenciadas das histórias do município (Capítulo 3), e, em grande medida, obliteradas nas histórias familiares (Capítulo 4). Mas retornam nos corpos daqueles que carregam essas ascendências (Capítulo 4). Quando perguntei a Raquel o que ela queria dizer quando me explicou que tinha ‘sangue de índio’, ela chamou seu irmão Luís a minha presença. Parafraseando a epígrafe de Caetano Veloso com que inicio estas considerações finais, aquilo que sempre esteve oculto deveria se revelar como óbvio diante de meus olhos. Se Raquel e Luís não são, no momento, indígenas, claramente possuem ‘sangue de índio’. No caso dos descendentes de ‘índios’ com seus cabelos que os tornam quase como um ‘índio legítimo’, abre-se uma possibilidade, ainda que pequena, de assunção para si da ideia de ‘índio’ ou indígena.

Estamos diante de um momento prévio a um processo de emergência étnica indígena em Coronel José Dias ou em outras partes da região de São Raimundo Nonato? Impossível dizer. Formular esta pergunta, inclusive, parece-me limitar as possibilidades de relacionamento das pessoas com suas ascendências a uma única forma possível. É evidente que a categoria *povos indígenas*, formulada ao longo de muito debate em foros internacionais, garante (ou deveria garantir) direitos a populações minorizadas dentro de Estados nacionais. Se as pessoas com quem conversei em campo – ou se outras pessoas no sudeste piauiense – irão se conectar às lutas dos movimentos indígenas, ressemantizando a ideia de ‘índio’, é algo a ser observado.

Para isso ocorrer, é certo que será necessária uma grande luta para o abandono dos estereótipos associados aos índios. Estereótipos esses assumidos inclusive por aquelas e aqueles com ascendências indígenas. Mas a ressemantização a ocorrer – nesse futuro apenas aqui francamente especulativo – depende de uma rearticulação mais ampla, uma vez que os estereótipos atribuídos aos ‘índios’, mostrei ao longo dos Capítulos 3 e 4, são localmente associados a uma semântica mais ampla que, a partir de categorias flutuantes e moventes, opõe o campo do dado ao campo do feito. Esse processo, ainda, dependeria de uma estabilização da ideia e ‘índios’ ou *indígena* na forma-identidade. Ou seja, uma mudança completa nos sentidos de ‘mistura’ seria necessária; esta precisaria se tornar sinônimo de miscigenação e branqueamento, e ser rejeitada de forma contundente. Se isso é captura (Goldman, 2021, p. 16) ou a melhor tática política para reivindicar a continuidade de modos de existir e os direitos associados a eles, é algo que apenas as decisões políticas daqueles e daquelas envolvidos nesses processos poderão dizer. Lembrando, claro, que estamos aqui no campo da especulação, num reino futuro que pode nunca existir. Ou sim.

\*\*\*

Antes de concluir esta tese, é preciso apontar alguns limites ou silenciamentos que reconheço na história que esta tese conta.

1. Fiz diversas visitas a dona Adelina no bairro São Pedro; ela foi uma grande interlocutora sobre a história de Coronel José Dias e me explicou tudo o que sei sobre a escrita do manuscrito *Histórias da comunidade São Pedro*. Nesta tese, priorizei o que ela me contou sobre uma história *do* município. Mas reconheço que ela me contou outras histórias, com outros enquadramentos. Ao me contar sobre os ‘índios’, minha pergunta inicial, articulou seus conhecimentos escolares como professora aposentada às histórias ouvidas de seus mais velhos. Padre Manuel da Nóbrega e Padre Anchieta, assim, foram personagens de histórias que ouvi. Em outra ocasião, me descreveu o processo de instalação de energia elétrica em São Raimundo Nonato, na Várzea Grande (já na beira da BR-020) e na ‘rua Velha’, isso é, no São Pedro. Contou-me, certa vez, sobre seu pai e sua família, sobre as dificuldades que ele enfrentou na seca de 1932; nessas histórias, o cotidiano aparece. Ainda, em uma de minhas últimas visitas, ela me levou a um quarto em seu quintal, onde me apresentou algumas ‘reliquias’ de seu pai

que ela ainda guardava. Por fim, após várias visitas, ela me disse que nunca me contara sua própria história, e que iria me contar: narrou então o processo de se tornar professora e o seu longo percurso formativo. Tudo se iniciou em uma formação de três meses que equivaleu ao primário: tornou-se professora. Depois, seguiu com estudos por correspondência, fazendo provas regulares em São Raimundo Nonato até finalizar o ginásio. Por fim, cursou o magistério em nível secundário em São Raimundo Nonato, alternando idas à cidade para tirar dúvidas e fazer provas à sua rotina como professora na Várzea Grande. Há, portanto, outras histórias, outros entes narrados e outros modos de historicidade que convivem com o caderno e suas autoras. Outros modos de concatenar os tempos e outras escalas, também promovem outros modos de situar o referente das histórias; e, assim, as personagens das histórias podem também ser distintos. Há histórias que se combinam a conhecimentos escolares, há histórias de si. Esses são alguns dos tipos de história que não abordei aqui. São limites, inclusive fomentados pelo modo que formulei minhas perguntas mais amplas, com as quais iniciava grande parte das conversas: “*quero saber sobre a história das famílias e dos lugares em Coronel José Dias*”.

2. Ao longo desta tese, há aqui e ali, indícios de que houve escravização na região de Coronel José Dias/São Raimundo Nonato. Trabalhos recentes em história tratam especificamente sobre o tema para a região de São Raimundo Nonato (Silva, 2013; Viana, 2018). Contudo, ao longo da tese, apesar de eu ter tratado do racismo contra pessoas negras, e mencionado uma única vez alguém que diz ter conhecido um ex-cativo, as possíveis ascendências oriundas das senzalas estão ausente desta tese. Teço algumas considerações sobre isso.

Na região das Lajes, região que meus interlocutores da sede do município associam a uma região ocupada por muitas famílias negras, o período da escravidão não foi mencionado em praticamente nenhum relato sobre as origens das famílias, mesmo no caso de famílias negras. Assim, não é possível precisar se as pessoas que ali vivem chegaram à região no pós-abolição, ou se o período escravocrata é um tema a ser evitado, pelo estigma que gera. Nyanne Viana (2018) em sua dissertação sobre o fim do período escravagista na região de São Raimundo Nonato, nota as dificuldades de perseguir, na pesquisa documental, o destino dos ex-escravizados.

A única exceção de menção sobre pessoas escravizadas na região das Lajes foi um breve comentário de seu Lourival, um homem branco, também ex-morador de fazendeiros da região,

fez, que registrei já no período final de meu trabalho de campo. Eis o que escrevi em meu diário de campo:

E ele me falou sobre algo que na região das Lajes ninguém tinha falado: sobre escravidão. Ele disse que os mais velhos contavam do tempo da escravidão. Não é do tempo dele, ele só ouvia contar, então disse que não ia contar, não me deixou gravar. Essas fazendas tinham escravos. “As Lajes tinha escravos, sabia?” O pai do Manoel Agostinho tinha escravos. E escravo era tudo separado, dividido. Os escravos não dormiam dentro da casa, só alguns que a família queria; “as famílias...”. Eles, os escravos, trabalhavam e não ganhavam nada. Se mandasse, tinha que fazer. Ganhavam só o ‘de comer’. Na época não se falava ‘moreno’, se dizia ‘os pretos’. Ele é branco, é preciso se dizer; embora não seja das ‘famílias’. Mais adiante, ele disse do tempo em que eram os pais que escolhiam com quem os filhos e filhas iriam se casar. Isso não é do tempo dele. É do ‘tempo dos escravos’. Essa é associação que eu nunca tinha ouvido ser feita, o tempo dos escravos com esse momento do poder paterno. Ele explicou que os pais mandavam. Então é um tempo de mando-obediência. Mas também, um tempo que os pais escolhiam para não deixar os filhos casarem com escravizados, pois havia uma separação taxativa entre escravizados e não escravizados. Uma divisão entre ‘as famílias’ e quem não é das famílias. Apesar de isso ser obviamente ligado a raízes escravocratas, foi a primeira vez que ouvi essa admissão de escravidão na região. Eu tinha ouvido falar de escravidão aqui, da animosidade entre brancos e negros na região das Lajes, apenas de pessoas que residem na sede de Coronel José Dias. (Trechos modificados do diário de campo)

Eu jamais perguntei explicitamente sobre escravidão, e esse tema apareceu essa única vez na pesquisa de campo. Possivelmente é um tema sobre o qual não se fala, ou não se fala com qualquer um. Pode ser que em circuitos familiares, a memória da escravidão circule. Não sei. De forma pública, em Coronel José Dias, não. Assim, não é de se estranhar que neste município não haja comunidades quilombolas, o que contrasta com diversos outros municípios da região.

3. Talvez o silenciamento mais gritante nesta tese seja o do Parque Nacional (PARNA) Serra da Capivara, que ocupa parte considerável dos limites municipais de Coronel José Dias. Este é um silenciamento deliberado. Muitas pesquisas sobre a região centram-se no Parque, nas missões arqueológicas, em empreendimentos que decorreram dessas ações, ou foram produzidas no seio desses projetos de conhecimento. Foi uma opção deixar como fundo o que tem aparecido em primeiro plano na maior parte da produção das ciências humanas e humanidades na região (Leal, 2021). Além disso, Leandro Mageste e Alencar Amaral também notaram a “violência epistêmica” que marcou “a construção do patrimônio arqueológico regional” (Mageste; Amaral, 2022, p. 8).

Ouvi menções aos Parque, à pesquisa arqueológica na região. Algumas, muito favoráveis. Outras, contadas com muito ressentimento e desgosto pela expulsão de certas famílias das terras em que viviam ou plantavam, das indenizações que custam a vir.

O PARNA Serra da Capivara certamente é importante para Coronel José Dias: promove empregos, algumas comunidades, como o Sítio do Mocó, estão se tornando bases turística. Empreendimentos como a Cerâmica da Serra da Capivara (Sousa, 2022) e o recente Museu da Natureza, que têm suas criações articuladas às mesmas iniciativas que fomentaram a criação do próprio Parque, são importantes locais de visita. Ainda, imagens do Parque aparecem nas fotografias dos vereadores de diferentes legislaturas na Câmara Municipal.

Se no poema “Coronel José Dias em verso e prosa”, da professora Filomena Neiva de Oliveira Santos, com que abro o Capítulo 1, não faz qualquer menção ao Parque Nacional Serra da Capivara, a situação não é a mesma na letra do hino municipal, também de sua autoria. Ali, o refrão marca: “Somos Berço das Américas / Encravada no sertão”. Os vestígios das recuadas ocupações humanas e as imagens que a arqueologia produziu sobre a região – *o berço do Homem Americano* –, assim, aparecem nesta nova história do município, inscritas em seu hino (que transcrevo em sua integralidade adiante). O próprio Parque e a pesquisa arqueológica aparecem no hino: “Exaltemos nossa fé / Na pedra fundamental / Da Igreja é São Pedro / E a pedra monumental / Descoberta por Guidon / Nosso Parque Nacional”. Assim, o Parque Nacional tem se convertido em objeto de orgulho e de pertencimento para coronelinos. O futuro por vir, proscree o hino, é de defesa do *patrimônio*, “para sempre até o fim”.

De todo modo, nas versões escritas das histórias *de* Coronel José Dias que apresentei no Capítulo 1, o PARNA é pouco mencionado, quando o é, é apenas um ponto em uma história mais antiga, mais longa. Foi de caso pensado que quis contar aqui outra história, uma em que o Parque Nacional Serra da Capivara existe, mas é coadjuvante. Uma história em que categorias como *berço do Homem Americano*, *patrimônio* e *preservação* estão ausentes, não integram os sentidos de pertencimento. Há muitas histórias possíveis *em* Coronel José Dias, há muitos modos de existir em e de pertencer a um município.

## Hino municipal de Coronel José Dias

Assentada sobre o chão de pedra  
 E coberta com céu de anil  
 O calor escaldante do sol  
 Festejada no mês de abril  
 Só as flores da primavera  
 Oferecem cores mais sutis

Assim é Cel. José Dias  
 Nossa terra, nosso esplendor  
 Sua fauna e flora encantadas  
 Traz pureza no seu labor  
 Tua gente humilde trabalha  
 Sem deixar de ser sonhador

Somos Berço das Américas  
 Encravada no sertão  
 Detentora das riquezas  
 A maior é o coração  
 Do teu povo caatingueiro  
 Orgulho da nação

Cidade do interior  
 A sudeste do Piauí  
 Desde sua Pré-História  
 O teu povo alegre sorri  
 Na defesa de sua terra  
 Lutamos sem medo por ti

Pelas lutas travadas aqui  
 Esse povo quis se libertar  
 Não tinham a sã consciência  
 Que já eram donos do lugar  
 Pois aqui chegaram primeiro  
 E escolheram para habitar

Somos Berço das Américas  
 Encravada no sertão  
 Detentora das riquezas  
 A maior é o coração  
 Do teu povo caatingueiro  
 Orgulho da nação

Os registros nas cavernas  
 A história e a ciência traduz  
 São marcas dos antepassados  
 Que nos dão caminhos e luz  
 Vestígios, pinturas rupestres  
 Que a arte hoje reproduz

Exaltemos nossa fé  
 Na pedra fundamental  
 Da Igreja é São Pedro  
 E a pedra monumental  
 Descoberta por Guidon  
 Nosso Parque Nacional

Somos Berço das Américas  
 Encravada no sertão  
 Detentora das riquezas  
 A maior é o coração  
 Do teu povo caatingueiro  
 Orgulho da nação

Cultura e tradição  
 Completam a natureza  
 A sanfona é animação  
 O vaqueiro é a destreza  
 Artesanato e a paisagem  
 Compõem nossa beleza

É a terra promissora  
 O passado está aqui  
 O presente nós vivemos  
 O futuro está por vir  
 Defendendo o patrimônio  
 Para sempre até o fim

Somos Berço das Américas  
 Encravada no sertão  
 Detentora das riquezas  
 A maior é o coração  
 Do teu povo caatingueiro  
 Orgulho da nação





## REFERÊNCIAS

### *Bibliográficas*

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica histórica e corográfica da província do Piauí**. 4. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], v. 37, n. 75, p. 17–38, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>. Acesso em: 13 maio 2021.

ALMEIDA, Gustavo. “Deixa um legado de trabalho”, diz Edson Ferreira sobre Zé de Castro. **Política Dinâmica**, [s. l.], 23 fev. 2017. Disponível em: <https://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/quot-deixa-um-legado-de-trabalho-quot-diz-edson-ferreira-sobre-ze-de-castro1487863008-7520.html>. Acesso em: 5 set. 2023.

ALMEIDA, Bartolomeu. Eleições 2024: Família Castro divide em São Raimundo Nonato. **CidadeVerde.com**, [s. l.], 13 mar. 2023. Direto da Fonte. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diretodafonte/121725/eleicoes-2024-familia-castro-divida-em-sao-raimundo-nonato>. Acesso em: 18 set. 2023.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

ALMEIDA, Gustavo; SANTOS, Junio. Marcelo Castro diz que seu grupo foi excluído por Hélio Isaias e Carmelita. **Lupa1**, [s. l.], 26 ago. 2023. Política. Disponível em: <https://lupa1.com.br/noticias/politica/marcelo-castro-diz-que-seu-grupo-foi-excluido-por-helio-isaias-e-carmelita-30062.html>. Acesso em: 18 set. 2023.

ANDRADE, Ugo Maia. **Memória e diferença: os Tumbalalá e as redes de trocas no submédio São Francisco**. São Paulo: Humanitas/ FAPESP, 2008.

ANJOS, José Carlos dos. Brasil: uma nação contra as suas minorias. **Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre**, [s. l.], v. 26, p. 507–522, 2019.

ANSELL, Aaron. **Zero Hunger: Political Culture and Antipoverty Policy in Northeast Brazil**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

ANTUNES, Luis Correia. **Rios Brasileiros**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.mapasnasaladeaula.org/mapas-do-projeto/brasil/rios-brasileiros>. Acesso em: 10 set. 2024.

APPADURAI, Arjun. The Past as a Scarce Resource. **Man**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 201, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2801395?origin=crossref>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ARRUTI, José Maurício. Da memória cabocla à História Indígena: conflito, mediação e reconhecimento (Xocó, Porto da Folha/SE). In: SOIHET, Rachel *et al.* (org.). **Mitos, projetos**

**e práticas políticas. Memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 249–270.

ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses Indígenas. *In*: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). **Povos Indígenas no Brasil, 2001-2005.** São Paulo, Brazil: ISA, 2006a. p. 50–54.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauro: Edusc, 2006b.

ARRUTI, José Maurício. **O Reencantamento do Mundo: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu.** 1996. 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ARRUTI, José Maurício. **Pankararu.** *In*: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu#Localiza.C3.A7.C3.A3o\\_e\\_hist.C3.B3rico\\_da\\_TI](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu#Localiza.C3.A7.C3.A3o_e_hist.C3.B3rico_da_TI). Acesso em: 12 ago. 2024.

ASSIS, Rafael da Silva. **Os índios do Território Serra da Capivara: História, memória e ensino.** 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.

ASSIS, Lucas Ribeiro dos Santos; KESTERING, Celito. Histórias, memórias e marcas dos tapuias no sudeste do Piauí. O açude das nações mortas de São Raimundo Nonato (a versão ocultada pelo colonizador). *In*: V EXPOSIÇÃO - IV CICLO DE PALESTRAS DO PROJETO ESCAVANDO HISTÓRIA: SÃO RAIMUNDO NONATO ALÉM DOS CEM ANOS, 2016, São Raimundo Nonato. (Celito Kesting, Org.) **Anais.** São Raimundo Nonato: Grupo PET Arqueologia / UNIVASF Campus Serra da Capivara, 2016.

ASSIS, Rafael da Silva; MEDEIROS, Euclides Antunes de. História de muitas vidas: memória dos índios do Piauí. **Escritas**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 61–78, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/4055/11476>. Acesso em: 24 set. 2024.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. Da “selva” ao sangue à vida: O discurso historiográfico indígena no Piauí. *In*: 29º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. **Anais do 29º Simpósio Nacional de História.** Brasília: ANPUH, 2017. p. 1–17. Disponível em: [www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846892\\_ARQUIVO\\_DaSelvaaoSangueaVi-da-ODiscursoHistoriograficoIndigenanoPiaui.pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846892_ARQUIVO_DaSelvaaoSangueaVi-da-ODiscursoHistoriograficoIndigenanoPiaui.pdf). Acesso em: 22 nov. 2019.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. *In*: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social.** Brasília: Editora IABS, 2013.

BARBOSA, Rômulo Timóteo Macedo; BARBOSA, Maharany Timóteo Macedo; KESTERING, Celito. Memória, história e herança da família Zabelê. *In*: V EXPOSIÇÃO - IV CICLO DE PALESTRAS DO PROJETO ESCAVANDO A HISTÓRIA: SÃO RAIMUNDO NONATO ALÉM DOS CEM ANOS, 2016, São Raimundo Nonato. **Anais da V Exposição - IV Ciclo de palestras do projeto Escavando a História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos.** São Raimundo Nonato: [s. n.], 2016. p. 51–58.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2004. p. 93–137.

BARROSO, Ilana Magalhães. **Emergência étnica indígena, territorialização, memória e identidade do grupo indígena Tabajara e Tapuio da Aldeia Nazaré**. 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

BASSO, Ellen B. The Trickster's Scattered Self. *Anthropological Linguistics*, [s. l.], v. 30, n. 3/4, p. 292–318, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/30028129>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BAUMAN, Richard. **Story, performance, and event**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BEVERNAGE, Berber. ‘A passeidade do Passado’: Reflexões sobre a política da historicização e a crise da passeidade historicista. *rth* |, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 21–39, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rth.v24i1.69673>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BEZERRA, Márcia. **Teto e Afeto: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia**. Belém: GKNoronha, 2017.

BOTTESI, Anna. “Se esconder para resistir, aparecer para existir”: autorappresentazione e riscatto dei saperi presso il Museo Indigeno “Anízia Maria” della comunità Tabajara e Tapuio-Itamaraty di Nazaré, Brasile. 2018. 245 f. Tesi di Laurea Magistrale in Antropologia Culturale ed Etnologia - Università degli Studi di Torino, Turim, 2018.

BRAGA, Creusa Damasceno Oliveira *et al.* **Perfil histórico do povoado Salininha - Coronel José Dias - PI**. 2006. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Universidade Estadual do Piauí, São Raimundo Nonato, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório [de 1910-1911] apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo no Ano 1911**. [S. l.]: Oficinas da Directoria Geral de Estatística, 1911. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Relatório [de 1914] apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti**. [S. l.]: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1915. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108/items>. Acesso em: 9 set. 2020.

BRASILEIRO, Sheila. Povo indígena Kiriri: emergência étnica, conquista territorial e faccionalismo. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004. p. 175–198.

BRENNEIS, Donald. Telling Troubles: Narrative, Conflict and Experience. *Anthropological Linguistics*, [s. l.], v. 30, n. 3/4, p. 279–291, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30028128>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRIGGS, Charles L. Disorderly Dialogues in Ritual Impositions of Order: The Role of Metapragmatics in Warao Dispute Mediation. **Anthropological Linguistics**, [s. l.], v. 30, n. 3/4, p. 448–463, 465–491, 1988a. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30028134>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRIGGS, Charles L. Introduction. **Anthropological Linguistics**, [s. l.], n. 3/4, p. 271–278, 1988b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30028127>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRIGGS, Charles L. **Learning how to ask: A sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CABRAL, Mariana Petry. **No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta**. 2014. 262 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CAMÊLO, Wanderson. Chapa pura em São Raimundo Nonato: Isaías Neto terá parceiro de partido como vice. **Oitomeia**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/colunas/wanderson-camelo/2024/06/10/chapa-pura-em-sao-raimundo-nonato-isaias-neto-tera-parceiro-de-partido-como-vice/>. Acesso em: 11 set. 2024.

CANDIDATOS A PREFEITO DE CORONEL JOSÉ DIAS - PI. **Gazeta do Povo**, [s. l.], 2016. Eleições 2016. Apuração. 1o turno. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/apuracao/resultados-eleicoes-2016-primeiro-turno/coronel-jose-dias-pi-prefeito/>. Acesso em: 19 set. 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA. **História**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://caritas.org.br/historia>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CARVALHO, Maria Rosário de. A Identidade dos Povos do Nordeste. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 82, p. 169–188, 1984.

CARVALHO, Maria Rosário de. De Índios “misturados” a Índios ‘regimados’. In: XIX REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 1994. **Anais**. [S. l.: s. n.], 1994. Disponível em: <https://pineb.ffch.ufba.br/downloads/1245096457CARVALHO,%20Maria%20do%20R%20-%20De%20%5C'indios%20misturados%5C'%20a%20%5C'Indios%20Regimados%5C'.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

CARVALHO, Ari. Rosa Amélia Ferreira é o nome para ser vice de Rogério Castro em SRN. **Meio Norte**, [s. l.], 3 ago. 2023. Disponível em: <https://www.meionorte.com/colunas/ari-carvalho/rosa-amelia-ferreira-e-o-nome-para-ser-vice-de-rogerio-castro-em-srn-364406/>. Acesso em: 5 set. 2023.

CARVALHO, Severino R. S. Raymundo Nonato. **A Imprensa**, Teresina, 8 maio 1926. p. 1 e 4. Disponível em: Acesso em: 4 ago. 2020.

CARVALHO, Rosângela Ribeiro de; OLIVEIRA, João Evangelista Santos. **Um Sonho Construído em Mutirão: Uma experiência de convivência com o semiárido**. Teresina: Cáritas Brasileira Regional Piauí, 2010.

CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, [s. l.], n. 87, p. 71–104, 2018.

CASTRO, Anderson de Santana. **Produção de cal: um estudo de arqueologia histórica no município de Coronel José Dias - PI**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2017.

CASTRO, Tainara de Santana. **Seca e inverno no sertão piauiense: a vivência no semiárido nordestino e os conhecimentos tradicionais sobre as previsões do tempo**. 2021. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2021.

CENTELHAS, Marcela Rabello De Castro. A multiplicidade das águas no fazer das pessoas: corpo, gênero e materialidades em um quilombo pernambucano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. e2230110, 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.36920/esa-v30-1\\_st02](https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st02). Acesso em: 13 jun. 2023.

CIARLINI, Alyne Almeida. Territorialidade, saudade, resignificação: índios Tabajara do Olho D'Água dos Canutos. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

COMERFORD, John. **Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COMERFORD, John. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 7–29, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/rr.v8i2.1986>. Acesso em: 24 set. 2024.

COMERFORD, John Cunha; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (org.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

CORONEL JOSÉ DIAS. In: WIKIPEDIA. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Coronel\\_Jos%C3%A9\\_Dias](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coronel_Jos%C3%A9_Dias). Acesso em: 1 set. 2023.

COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: Reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In: PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge (org.). **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena**. Teresina, Lisboa: EDUFPI, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2011. p. 140–161.

COSTA, Romário Borges. **A natureza do urbano em Anísio de Abreu, Piauí - notas sobre a conformação da cidade**. 2015. 40 f. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade Estadual do Piauí, São Raimundo Nonato, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009a. p. 235–244.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009b. p. 259–74.

DESCOLA, Philippe. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. *In*: DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli (org.). **Nature and society: anthropological perspectives**. London: Routledge, 1996. p. 82–102.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

DIAS, William Palha. **Caracol na história do Piauí**. 4. ed. Teresina: Edição do Autor, 2003.

DIAS, William Palha. **São Raimundo Nonato: de distrito-freguesia a vila**. Teresina: Edição do Autor, 2001.

DIAS IRMÃO, Raimundo. **Coronel José Dias: sua vida e seu tempo**. Brasília: Edição do Autor, 2014.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culta e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

DOMANSKA, Ewa. The material presence of the past. **History and Theory**, [s. l.], v. 45, n. 3, p. 337–348, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2303.2006.00369.x>. Acesso em: 9 set. 2024.

DUBE, Saurabh. History, Anthropology, and Rethinking Modern Disciplines. *In*: DUBE, Saurabh. **Oxford Research Encyclopedia of Anthropology**. [S. l.]: Oxford University Press, 2021. Disponível em: <https://oxfordre.com/anthropology/view/10.1093/acrefore/9780190854584.001.0001/acrefore-9780190854584-e-310>. Acesso em: 10 nov. 2023.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FALCI, Miridiam Britto Knox. **Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FIALHO, Vania. Parecer antropológico: faccionalismo xukuru. *In*: FIALHO, Vania; NEVES, Rita de Cássia Maria; FIGUEROA, Mariana Carneiro Leão (org.). **“Plantaram” Xicão: Os Xukuru do Ororubá e a Criminalização do direito ao território**. Manaus: PNCSAUEA/UEA Edições, 2011. p. 52–96.

FIGURELLI, Mónica Fernanda. **Família, escravidão, luta: histórias contadas de uma antiga fazenda**. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FIGURELLI, Fernanda. Vozes e entidades que circulam nas reconstruções do passado de uma antiga fazenda. **Mana**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 347–376, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p347>. Acesso em: 24 set. 2024.

FONSECA, J. J. Cultura da maniçoba e A defesa da borracha (Conclusão). **Diário do Piauí**, [s. l.], n. 163, Telegrammas, p. 1, 1912. Disponível em: Acesso em: 5 ago. 2020.

FUNARO, Vânia Martins Bueno De Oliveira *et al.* **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT) 5.ed.** [S. l.]: Universidade de São Paulo - USP, 2024. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1353>. Acesso em: 9 set. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dias, Valdir.** *In:* FGV CPDOC - VERBETE BIOGRÁFICO. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valdir-ribeiro-dias>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GALIZONI, Flávia Maria *et al.* Hierarquias de Uso de Águas nas Estratégias de Convívio com o Semi-Árido em Comunidades Rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 132–152, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2008.455>. Acesso em: 24 set. 2024.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 77–94, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2011000100005>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GEANĂ, Gheorghită. Remembering Ancestors: Commemorative Rituals and the Foundation of Historicity. **History and Anthropology**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 349–361, 2005. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02757200500219248>. Acesso em: 23 nov. 2023.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. *In:* GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143–179.

GODOI, Emília Pietrafesa. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. *In:* NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa (org.). **Além dos territórios: pra um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.** Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 97–131.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GODOI, Emília Pietrafesa. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. *In:* GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social.** São Paulo; Brasília: Editora da UNESP / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 289–302.

GOLDMAN, Marcio. Lévi-Strauss e os sentidos da História. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 42, n. 1–2, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77011999000100012>. Acesso em: 24 set. 2024.

GOLDMAN, Marcio. ‘Nada É Igual’. Variações sobre a Relação Afroindígena. **Mana**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. e272200, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n2a200>. Acesso em: 24 set. 2024.



GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 46, n. 2, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012003000200012>. Acesso em: 24 set. 2024.

GONÇALVES, João Felipe. Revolução, voltas e reveses: temporalidade e poder em Cuba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 93, p. 01, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/329305/2017>. Acesso em: 25 set. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, [s. l.], v. 92/93, p. 69–82, 1988.

GROSS, Daniel R. Factionalism and Local Level Politics in Rural Brazil. **Journal of Anthropological Research**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 123–144, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3629987>. Acesso em: 22 set. 2023.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e “regime de índio” na Serra do Umã. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004. p. 139–174.

GUAJAJARA, Aliã Wamiri *et al.* Organização e Resistência Indígena Contra a Invisibilização. *In*: RICARDO, Fany; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (org.). **Povos Indígenas no Brasil 2017/2022**. São Paulo, SP: ISA - Instituto Socioambiental, 2023. p. 511–514.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirros. **Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte**. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, [s. l.], v. 54, p. 147–156, 1999.

HALL, Stuart. **The fateful triangel: race, ethnicity, nation**. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HASLIP-VIERA, Gabriel; DE MONTELLANO, Bernard Ortiz; BARBOUR, Warren. Robbing Native American Cultures: Van Sertima’s Afrocentricity and the Olmecs. **Current Anthropology**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 419–441, 1997. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/204626>. Acesso em: 14 ago. 2024.

HAVILAND, John B. “We Want to Borrow Your Mouth”: Tzotzil Marital Squabbles. **Anthropological Linguistics**, [s. l.], v. 30, n. 3/4, p. 441–447, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30028133>. Acesso em: 3 nov. 2023.

HENARE, Amira; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. Introduction. Thinking Trough Things. *In*: HENARE, Amira; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. **Thinking Through Things: Theorising Artefacts Ethnographically**. London and New York: Routledge, 2007. p. 1–31.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. **Teoria e Cultura**, [s. l.], n. 1, 35-58, p. 1, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2006.v1.12138>. Acesso em: 25 set. 2024.

HERMANN, Elfriede. Emotions and the Relevance of the Past: Historicity and Ethnicity Among the Banabans of Fiji. **History and Anthropology**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 275–291, 2005. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02757200500219636>. Acesso em: 23 nov. 2023.

HERZFELD, Michael. **A Place in History: Social and Monumental Time in a Cretean Town**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

HERZFELD, Michael. Embarrassment as Pride: Narrative Resourcefulness and Strategies of Normativity among Cretan Animal-Thieves. **Anthropological Linguistics**, [s. l.], v. 30, n. 3/4, p. 319–344, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30028130>. Acesso em: 13 out. 2023.

HIRSCH, Eric. History. **Cambridge Encyclopedia of Anthropology**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.anthroencyclopedia.com/entry/history>. Acesso em: 10 nov. 2023.

HIRSCH, Eric; STEWART, Charles. Introduction: Ethnographies of Historicity. **History and Anthropology**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 261–274, 2005. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02757200500219289>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HOËM, Ingjerd. Stealing the Water of Life: The Historicity of Contemporary Social Relationships. **History and Anthropology**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 293–305, 2005. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02757200500219537>. Acesso em: 23 nov. 2023.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

HOOKER, Juliet. Indigenous inclusion/black exclusion: Race, ethnicity and multicultural citizenship in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 285–310, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022216X05009016>. Acesso em: 25 set. 2024.

IBGE, Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 15 fev. 2023.

IBGE. **IBGE / Cidades / Coronel José Dias / Histórias & Fotos**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/coronel-jose-dias/historico>. Acesso em: 4 mar. 2021.

IBGE. **IBGE / Cidades / Coronel José Dias / Histórias & Fotos**. [S. l.], 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/coronel-jose-dias/historico>. Acesso em: 14 set. 2023.

IBGE. **IBGE Cidades**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2019.

IBGE. **IBGE Cidades - Caracol**. [S. l.], 201DC. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/caracol/historico>. Acesso em: 21 ago. 2023.

IBGE. **Malha Municipal Digital da Divisão Político-Administrativa Brasileira**. [S. l.], 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=sobre>. Acesso em: 10 set. 2024.

IBGE, COORDENAÇÃO DE GEOGRAFIA. **22 - Regiões Geográficas Estado do Piauí = Mapa das Regiões Geográficas Estado do Piauí**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

ICMBIO. **Todas as Unidades de Conservação Federais**. [S. l.], 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados\\_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais). .

IGLESIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e chapadões: (notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro) 1912-1919**. São Paulo: Ed. Nacional, 1951. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/42>. Acesso em: 25 set. 2024.

INGOLD, Tim. 1992 debate The past is a foreign country. *In*: INGOLD, Tim (org.). **Key Debates in Anthropology**. London and New York: Routledge, 1996. p. 161–200.

JAMIN, Jean. Le cercueil de Queequeg. Mission Dakar-Djibouti, mai 1931 - février 1933. **Les Carnets de Bérose**, Paris, Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie, 2014. Disponível em: <https://www.berose.fr/article593.html?lang=fr>. Acesso em: 25 set. 2024.

KESTERING, Celito (org.). **Escavando a História de São Raimundo Nonato**. Petrolina: UNIVASF, 2013.

KÓS, Cinthya Valéria Nunes Motta. **Etnias, fluxos e fronteiras: processos de emergência étnica dos Kariri no Piauí. 2015**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2006.

LA CADENA, Marisol De. Reconstructing Race: Racism, Culture and Mestizaje in Latin America. **NACLA Report on the Americas**, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 16–23, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10714839.2001.11722585>.

LACERDA, Renata Barbosa. A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia. **Wamon**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 69–89, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/9085>. Acesso em: 25 set. 2024.

LACERDA, Renata Barbosa. **Terra sem lei? Sociedade e política no governo da Amazônia**. 2023. 488 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

LAMBEK, Michael. On being present to history: Historicity and brigand spirits in Madagascar. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 317–341, 2016. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau6.1.018>. Acesso em: 23 nov. 2023.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013.

LEAL, Natacha Simei *et al.* Criação, água e parentesco: Trajetórias e genealogias da família Negreiros no povoado de Lagoa de Fora, São Raimundo Nonato-PI. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. e214305, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/214305>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LEAL, Natacha Simei. Por uma Antropologia na Caatinga: um breve ensaio sobre o bacharelado em Antropologia na Univasf e a interiorização do ensino superior no Brasil. **Anuário Antropológico**, [s. l.], n. v.46 n.1, p. 39–57, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.7657>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico e social. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. São Paulo: Ubu, 2017a. p. 326–336.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **La pensée sauvage**. Paris: Plon, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. São Paulo: Ubu, 2017b. p. 337–376.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na Serra das Matas. *In*: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

LOUREIRO, Thiago de Niemeyer Matheus. **Os Séculos Perdidos e a Semente do Progresso: Temporalidades, histórias e verdades nas narrativas regionais de Ilhéus**. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LUCCA, Daniel de. **A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste**. Salvador: Edufba, 2021.

LUCIANO, Gersem dos Santos. Quem são e quantos são os índios no Brasil. *In*: LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 26–55.

MACÊDO, Géssika Sousa. **Retalhos afetivos de tecidos coletivos: vivências de arqueologias decoloniais em São Braz do Piauí**. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2021. Disponível em: [/www.univasf.edu.br/~tcc/000026/00002654.pdf](http://www.univasf.edu.br/~tcc/000026/00002654.pdf). Acesso em: 24 fev. 2023.

MACÊDO, Géssika Sousa; MAGESTE, Leandro Elias Canaan; AMARAL, Alencar de Miranda. Cabocos, coisas arqueológicas e amefricanidades em São Bráz do Piauí. **Cadernos do Lapaarq**, [s. l.], v. XX, n. 40, p. p.178-203, 2023.

MAGESTE, Leandro Elias; AMARAL, Alencar De Miranda. As arqueologias afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco: desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. e20200115, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MAGESTE, Leandro Elias Canaan; AMARAL, Alencar De Miranda. Caminhando no pluriverso: coisas, livusias e assombrações na perspectiva das arqueologias afetivas. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 227–258, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v37i1.1109>. Acesso em: 25 set. 2024.

MARQUES, Ana Claudia. Considerações familiares ou sobre os frutos do pomar e da caatinga. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 119–129, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.52426/rau.v6i2.126>. Acesso em: 25 set. 2024.

MARQUES, Ana Claudia. Founders, ancestors, and enemies: memory, family, time, and space in the Pernambuco sertão. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 716–733, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9655.12061>. Acesso em: 25 set. 2024.

MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e questões: Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia da política).

MARQUES, Ana Claudia. **Percursos e Destinos: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso**. 2015. 246 f. Tese de Livre Docência - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARREIROS, Lucas. As 10 maiores cidades do Piauí em população, segundo o Censo 2022 do IBGE. **G1. Piauí Tv Clube**, Piauí, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/06/29/as-10-maiores-cidades-do-piaui-em-populacao-segundo-o-censo-2022-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2024.

MASSEY, Doreen. **For space**. London: SAGE, 2005.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista : Brasil, século XIX**. [S. l.]: Editora da Unicamp, 2013.

MAYBURY-LEWIS, David. Indigenous Peoples. In: MAAKA, Roger C. A.; ANDERSEN, Chris (org.). **The indigenous experience: Global perspectives**. Toronto, ON: Canadian Scholars', 2006. p. 17–29.

MELLO, Marcelo Moura. Espíritos, história e colonialismo na Guiana. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 64, n. 2, p. e186650, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186650>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MENDES, Jainy da Conceição. **Os caboclos bravos em Massapê do Piauí: narrativas, materialidades, lugares e saberes**. 2023. 177 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2023. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~tcc/00003b/00003b4c.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MERLAN, Francesca. Indigeneity: Global and Local. **Current Anthropology**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 303–333, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/597667>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERTZ, Elizabeth. Consensus and Dissent in U.S. Legal Opinions: Narrative Structure and Social Voices. **Anthropological Linguistics**, [s. l.], v. 30, n. 3/4, p. 369–394, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30028132>. Acesso em: 3 nov. 2023.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. 2001. 233 f. Tese de Livre Docência - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOREIRA, Wesley. Hélio Isaias acusa Marcelo Castro de se unir a opositores, mas na prática tem sido diferente. **Portal SRN**, [s. l.], 5 set. 2023. Disponível em: [https://portalsrn-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/portalsrn.com.br/noticia/10957/helio-isaias-acusa-marcelo-castro-de-se-unir-a-opositores-mas-na-pratica-tem-sido-diferente/amp?amp\\_gsa=1&amp\\_js\\_v=a9&usqp=mq331AQIUAKwASCAAgM%3D#amp\\_tf=De%20%251%24s&aoh=16939221638908&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&ampshare=https%3A%2F%2Fportalsrn.com.br%2Fnoticia%2F10957%2Fhelio-isaias-acusa-marcelo-castro-de-se-unir-a-opositores-mas-na-pratica-tem-sido-diferente](https://portalsrn-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/portalsrn.com.br/noticia/10957/helio-isaias-acusa-marcelo-castro-de-se-unir-a-opositores-mas-na-pratica-tem-sido-diferente/amp?amp_gsa=1&amp_js_v=a9&usqp=mq331AQIUAKwASCAAgM%3D#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16939221638908&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&ampshare=https%3A%2F%2Fportalsrn.com.br%2Fnoticia%2F10957%2Fhelio-isaias-acusa-marcelo-castro-de-se-unir-a-opositores-mas-na-pratica-tem-sido-diferente). Acesso em: 18 set. 2023.

MUNANGA, Kagengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NAUD, Leda Maria Cardoso. “Documentos sôbre o índio brasileiro” (1500-1822) - 2a parte. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], p. 228–336, 1971.

NEGREIROS, Rômulo Macedo Barreto de. **As trilhas da morte no sertão das Pimenteiras - PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

NEVES, Rita de Cássia Maria. Resistência e Estratégias de Mobilização Política entre os Xukuru. In: ATHIAS, Renato (org.). **Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito**. Recife: EdUFPE, 2007. p. 113–136.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 1–35.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, [s. l.], v. 19, 2007.

NOGUEIRA, Daniela; MILHORANCE, Carolina; MENDES, Priscylla. Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro. **IdeAs**, [s. l.], n. 15, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/7219>. Acesso em: 17 jul. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática do lugar (Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [s. l.], v. 10, n. 0, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 8 nov. 2023.

O'BARR, William M.; CONLEY, John M. Ideological Dissonance in the American Legal System. **Anthropological Linguistics**, [s. l.], v. 30, n. 3/4, p. 345–368, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30028131>. Acesso em: 3 nov. 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **Catingueiros da borracha: vida de maníobeiro no sudeste do Piauí 1900-1960**. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2014.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O Povoamento Colonial do Sudeste Do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência**. 2007. 167 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7253>.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Os maníobeiros do sudeste do Piauí. **FUMDHAMentos**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 65–84, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 61–84, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831997000200004>. Acesso em: 25 set. 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 47–77, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 8 set. 2020.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; BUCO, Cristiane; IGNÁCIO, Elaine. “No Rastro da Maníoba”: Trilha interpretativa da Fazenda Jurubeba. **FUMDHAMentos**, [s. l.], v. XVIII, p. 125–132, 2009.

PAES, Rianne Maria Oliveira. **Identificação do Patrimônio Edificado da Cidade de Coronel José Dias- PI**. 2011. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2011.

PAES, Lorayne Dias de Carvalho. **Memórias em um terra de histórias: a fundação do município de Coronel José Dias a partir de moradores do bairro São Pedro**. 2021. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/http://www.univasf.edu.br/~tcc/000021/000021a2.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

PAES LANDIM, Joseane Pereira. **Serra Branca dos maníobeiros: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre)vive na memória**. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

PAES LANDIM, Joseane Pereira; OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **Caminhos da borracha: Memória e Patrimônio dos maniçobeiros do sudeste do Piauí**. Teresina: [s. n.], 2014.

PALITOT, Estêvão Martins. Um quadro de multiplicidade étnica: os povos indígenas em Crateús. *In*: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. *In*: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia da política, v. 12). p. 171–177.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. *In*: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PALMIÉ, Stephan. Slavery, Historicism, and the Poverty of Memorialization. *In*: RADSTONE, Susannah; SCHWARZ, Bill (org.). **Memory: Histories, Theories, Debates**. New York: Fordham University Press, 2010. p. 363–375.

PALMIÉ, Stephan; STEWART, Charles. Introduction: For an anthropology of history. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 207–236, 2016. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau6.1.014>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PAULA, Camila Galan de. A relação entre “tempo das dificuldades” e o “tempo das facilidades” em uma história mostrada. **Classificados Méteis**, [s. l.], v. 1, p. 1–13, 2024. Disponível em: <https://metis.fflch.usp.br/classificados-metis-vol-1-2024>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PAULA, Camila Galan de. As coisas da água, suas temporalidades e suas políticas: histórias mostradas e narradas em Coronel José Dias, Piauí. *In*: XIV REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2023a, São Paulo. **XIV Reunião de Antropologia do Mercosul: reconexões e desafios a partir do sul global [livro eletrônico] : anais eletrônicos**. São Paulo: Síntese Eventos, 2023. Disponível em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=170>. Acesso em: 6 set. 2024.

PAULA, Camila Galan de. Espaços e inscrições da diferença em uma cidade do sudeste piauiense: semânticas da indianidade em questão. *In*: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de (org.). **História dos Sertões: Conexões Coloniais**. Aracaju; Caicó: Criação Editora; Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023b. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras,). v. 2, p. 94–110.

PAULA, Camila Galan de *et al.* **História e documentação da presença indígena no sudeste do Piauí: Diagnóstico Cultural, Econômico e Social do Semiárido piauiense 1**. São Raimundo Nonato: Universidade Federal do Piauí, 2018. Relatório do Núcleo Temático Diagnóstico Cultural, Econômico e Social do Semiárido piauiense 1.

PAULA, Camila Galan de. **Num mundo de muitos corpos: um estudo sobre objetos e vestimentas entre os Wajãpi no Amapá**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia



Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2016.tde-11032016-140934>. Acesso em: 25 set. 2024.

PEDREIRA, Hugo Prudente da Silva. Índios do mato e índios de fora: Diferença e Relação entre os Pataxó Hã hã hã. *In*: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2016, Caxambu. **Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st25-4/10402-indios-do-mato-e-indios-de-fora-diferenca-e-relacao-entre-os-pataxo-ha-ha-hae/file>. Acesso em: 2 jun. 2020.

PEDREIRA, Hugo Prudente da Silva. **Os Pataxó Hã hã hã e o problema da diferença**. 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2017.tde-06022017-110145>. Acesso em: 25 set. 2024.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 20, n. 42, p. 377–391, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Acesso em: 25 set. 2024.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, [s. l.], n. 2, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>. Acesso em: 23 set. 2024.

PEREIRA, Renan Martins. **Ecologizar a memória: sertão, antropologia e crise ecológica no século XXI**. 2023. 321 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17585>.

PEREIRA, Renan Martins. **Rastros e memórias: etnografia dos vaqueiros do sertão (Floresta - PE)**. 2017. 274 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

PERKS, Robert; THOMPSON, Alistair. Introduction: a history of oral history. *In*: PERKS, Robert; THOMPSON, Alistair (org.). **The Oral History Reader**. 3. ed. London and New York: Routledge, 2016.

POMPA, Maria Cristina. **O Parque Nacional Serra da Capivara: um drama social**. 1987. Mimeo.

POMPA, Cristina. Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, [s. l.], v. 74, n. 2, p. 61–79, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOSÉ DIAS. **História do município**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://coroneljosedias.pi.gov.br/coroneljosedias/informacoesgerais>. Acesso em: 4 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOSÉ DIAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação Vigência 2015-2025**. [S. l.: s. n.], 201DC. Disponível em: <https://coroneljosedias.pi.gov.br/uploads/documentos/5a5136638ec8f93bc4ca7787edb6588c.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí (1900-1920)**. 1984. 258 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

RADSTONE, Susannah; SCHWARZ, Bill. Introduction: Mapping Memory. *In*: RADSTONE, Susannah; SCHWARZ, Bill (org.). **Memory: Histories, Theories, Debates**. New York: Fordham University Press, 2010. p. 1–10.

RAMIRO COSTA INTEGRA GRUPO POLÍTICO DO PREFEITO MANINHO EM CORONEL JOSÉ DIAS. **Portal do Sertão**, [s. l.], 8 jan. 2020. Disponível em: <https://portalosertao.com/ramiro-costa-integra-grupo-politico-do-prefeito-maninho-em-coronel-jose-dias/>. Acesso em: 18 set. 2023.

RAVINDRAN, Tathagatan. The Power of Phenotype: Toward an Ethnography of Pigmentocracy in Andean Bolivia. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 219–236, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jlca.12551>. Acesso em: 5 dez. 2022.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872. VOL. 9. PIAUHY. [S. l.]: Typ. G. Leuzinge, 1874. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v9\\_pi.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pi.pdf). Acesso em: 20 maio 2020.

REDAÇÃO REMANSO NEWS. Coronel José Dias: Grupo político da situação, lança ex-prefeito Maninho como pré-candidato a prefeito. **Remanso News**, [s. l.], 13 nov. 2022. Disponível em: <https://www.remansonews.com/2022/11/coronel-jose-dias-grupo-politico-da-situacao-lanca-ex-prefeito-maninho-como-pre-candidato-a-prefeito/>.

REESINK, Edwin. Alteridades Substanciais: Apontamentos diversos sobre índios e negros. *In*: CARVALHO, Maria Rosário G. de; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie A. (org.). **Negros no Mundo dos Índios: imagens, reflexos, alteridades**. Natal, Brazil: EDUFRN, 2011. p. 245–288.

REESINK, Edwin. Revisitando Os Sertões. Breves apontamentos sobre 50 anos de história sertaneja. *In*: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Livio (org.). **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 436–459.

REESINK, Edwin. Uma questão de sangue. *In*: BACELAR, J.; CAROSO, C. (org.). **Brasil: Um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas/CEAO, 1999. p. 187–206.

RIBEIRO, Samuel. Gaspar e Terezinha Ferreira completam 80 anos. **SãoRaimundo.com**, São Raimundo Nonato, 28 jul. 2013. Disponível em: [https://www.saoraimundo.com/noticias/headline.php?n\\_id=19064](https://www.saoraimundo.com/noticias/headline.php?n_id=19064). Acesso em: 5 set. 2023.

RIBEIRO, Marcelo Alves *et al.* Relatos históricos e detalhes arquitetônicos da Fazenda Água Verde. **Cadernos do Lepaarq**, [s. l.], v. XI, n. 21, p. 247–272, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. **Parque Nacional Serra da Capivara e Comunidade: Educação, Preservação e Fruição Social. Um estudo de caso em Coronel**

**José Dias, Piauí-Brasil.** 2011. 171 f. Dissertação de Mestrado - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Tomar, 2011.

ROGÉRIO CASTRO SERÁ O COMPANHEIRO DE CHAPA DE CARMELITA EM SÃO RAIMUNDO NONATO. **Portal O Sertão**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://portalosertao.com/rogerio-castro-sera-o-companheiro-de-chapa-de-carmelita-em-sao-raimundo-nonato/>. Acesso em: 18 set. 2023.

RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 1–29, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2303.2006.00346.x>. Acesso em: 9 set. 2024.

SALDÍVAR, Emiko. ‘It’s Not Race, It’s Culture’: Untangling Racial Politics in Mexico. **Latin American and Caribbean ethnic studies**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 89–108, 2014.

SAMPAIO, José Augusto L. De caboclo a índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil; o caso Kapinawá (com apresentações de Maria Rosário de Carvalho e João Pacheco de Oliveira). **Cadernos do LEME**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 88–191, 2012.

SANTOS, Lourival de Carvalho. **Cronologia Histórica da Assembleia Legislativa do Piauí.** Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, Escola do Legislativo, 2021.

SANTOS, Queiton Carmo dos. “De primeiro não era assim”: histórias, paisagens e as coisas da Ilha do Pará, Afuá, Amazônia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [s. l.], n. 36, p. 107–125, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/163626>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SANTOS, Pablo Patrick Jovino dos. **Memórias e narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato-PI e Microregião: uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais.** 2019. 68 f. Monografia (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2019.

SANTOS, Carmecilia Ferreira dos. **Tapuia/Pimenteira: história e processo de territorialização dos Dias Marreca no município de Caracol - Piauí.** 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos - CEBRAP**, [s. l.], n. 72, p. 119–135, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000200007>. Acesso em: 25 set. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Plano Municipal de Saúde de Coronel José Dias-PI 2018 a 2021 Atualizado 2020.** [S. l.: s. n.], 2020.

SILVA, Déborah Gonsalves. **Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888).** 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SILVA, Graziella Moraes; SALDÍVAR, Emiko. Comparing Ideologies of Racial Mixing in Latin America: Brazil and Mexico. **Sociologia & Antropologia**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 427–456, 2018.

SINGH, Priti. Global configurations of indigenous identities, movements and pathways. **Thesis Eleven**, [s. l.], v. 145, n. 1, p. 10–27, 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0725513618763837>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SISSONS, Jeffrey. **First peoples: indigenous cultures and their futures**. London: Reaktion, 2005.

SOLANO, Amélia Raquel Lima. **Emergência étnica e medicina tradicional dos Tabajara Ypy do Canto da Várzea**. 2020. 105 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional**. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUSA, Paula Layane Pereira de. **Objetos que são: as peças de cerâmica Serra da Capivara e suas relações**. 2022. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SOUZA, Diego Ribeiro. **Arqueologia no “meu interior”: tessitura das relações entre pessoas e patrimônio na comunidade Lagoa dos Torrões /**. 2022. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2022. Disponível em: [www.univasf.edu.br/~tcc/000036/000036e5.pdf](http://www.univasf.edu.br/~tcc/000036/000036e5.pdf). Acesso em: 17 abr. 2024.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. **As fronteiras do ser Xukuru: Estratégias e Conflitos de um Grupo Indígena do Nordeste**. 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Petropolis, Brazil: Vozes, 1995.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem de Oeiras, passando pela Vila de Caxias, a São Luís, capital do Maranhão. *In*: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. 4. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: USP, 1981. v. 2, p. 247–268.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?. *In*: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 231–239.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia - e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TEIXEIRA, Jorge Luan Rodrigues. **Caçando na mata branca: conhecimento, movimento e ética no sertão cearense**. 2019. 462 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, Jorge Luan Rodrigues. **Na terra dos outros: mobilidade, trabalho e parentesco entre os moradores do Sertão dos Inhamuns (CE)**. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TIPHAGNE, Nicolas. O índio em Salvador: uma construção histórica. *In*: CARVALHO, Maria Rosário de; CARVALHO, Ana Magda (org.). **Índios e caboclos: a história recontada**. Salvador: EDUFBA, 2012.

TONKIN, Elizabeth. **Narrating Our Pasts: The social construction of oral history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.

VALLE, Carlos Guilherme do. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004. p. 281–342.

VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo. *In*: VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 133–185.

VIANA, Nyanne Magna Ribeiro. **Traquejos e labutas: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX)**. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

VIEGAS, Susana de Matos. **Terra calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Rio de Janeiro, Brazil : Coimbra, Portugal: 7Letras ; Almedina, 2007.

VIEIRA, José Glebson; KÓS, Cinthya Valéria Nunes Motta. Invisibilidade, resistência e reconhecimento indígena. *In*: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). **Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016**. São Paulo: ISA, 2017. p. 519–522.

VILLELA, Jorge Mattar. Família como Grupo? Política como agrupamento? O Sertão de Pernambuco no mundo sem solidez. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 201–2045, 2009. Disponível em: Acesso em: 28 jun. 2020.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar; MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha. O sangue e a política: sobre a produção de família nas disputas eleitorais no sertão de Pernambuco. **Revista Pós Ciências Sociais**, [s. l.], v. 14, n. 27, p. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p33-51>. Acesso em: 25 set. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. *In*: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (org.). **Povos indígenas no Brasil, 2001-2005**. São Paulo: ISA, 2006. p. 41–49.

VIVEIROS DE CASTRO. O intempestivo, ainda. *In*: CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 301–360.

WADE, Peter. **Race and ethnicity in Latin America**. 2. ed. New York: Pluto press, 2010.

WAGLEY, Charles (org.). **Race and class in rural Brazil**. Paris: UNESCO, 1952.

WARREN, Jonathan W. **Racial Revolutions. Antiracism and Indian Resurgence in Brazil**. Durham and London: Duke University Press, 2001.

WEISS, Erica; MCGRANAHAN, Carole. **Rethinking Pseudonyms in Ethnography: An Introduction**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://americanethnologist.org/features/collections/rethinking-pseudonyms-in-ethnography/rethinking-pseudonyms-in-ethnography-an-introduction>. Acesso em: 10 set. 2024.

WIRTZ, Kristina. The living, the dead, and the immanent: Dialogue across chronotopes. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 343–369, 2016. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau6.1.019>. Acesso em: 3 fev. 2023.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 164–203, 1982. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6194>. Acesso em: 20 fev. 2024.

WOORTMANN, Ellen. Os sitiantes do Nordeste. In: WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo, Brasília: Hucitec, EdUNB, 1994. p. 217–310.

ZIMMERMAN, Ben. Race Relations in the Arid Sertão. In: WAGLEY, Charles (org.). **Race and Class in Rural Brazil**. Paris: UNESCO, 1952. p. 82–115.

### *Documentais e legislação:*

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. Ano 1926, Edição 82. Vol III. p. 1213. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional). Acesso em 21 ago. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Resolução do Senado Federal nº 19, de 25 de abril 1966. Suspende a execução das Leis nºs 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí. Diário Oficial da União de 19 maio 1966, p. 5340, col. 1. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/578781>. Acesso em 21 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL JOSÉ DIAS. Ata da terceira sessão ordinária do ano legislativo de 2002 da Câmara Municipal de Coronel José Dias. Livro de atas, 01 de 2001. p. 16-17.. 14 maio 2002. (Câmara Municipal de Coronel José Dias)

COSTA, Josefina. Requerendo votos de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Ribeiro Dias, ocorrido em Brasília. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 7ª Legislatura (1971-1975), ano 1971, caixa 185. 8 jun. 1971. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

CASTRO, Marcelo Dep. Projeto de Lei. Cria o Município de Dom Inocêncio e dá outras providências. 26 maio de 1988. Caixa Dom Inocêncio. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí).

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Cartograma da Divisão Administrativa do Piauí. Rio de Janeiro: DEE, 1964. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=66608> Acesso: 25 set. 2024.

DIAS, Batista. Projeto de Lei. Cria o Município de Coronel José Dias e dá outras providências. Protocolo Geral No. AL – 0460/85. Pasta Coronel José Dias. 16 maio 1985. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)

DIAS, Batista Dep. Projeto de Lei. Cria o Município de Dom Inocêncio e dá outras providências. 15 maio de 1985. Caixa Dom Inocêncio. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí).

FERREIRA, Deputado Edison. Requerendo uma cópia do discurso pronunciado pelo deputado Waldemar Macedo, no dia 14 do corrente nesta casa. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 6ª Legislatura (1967-1971), ano 1969, caixa 180. 20 ago. 1969. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

MACÊDO, Waldemar. “Waldemar Macêdo, abaixo assinado, Deputado Estadual, vem, nos termos do art. 29 da Lei Complementar no. 06 de 01.01.91....” Pasta Dep. Waldemar Macêdo 1973 a 1991. 10 out 1991. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)

MACÊDO, Waldemar. Projeto de Lei No. 540/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. 26 nov. 1962. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

MACÊDO, Waldemar. Projeto de Lei No. 541/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. 26 nov. 1962. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

MACÊDO, Waldemar. Projeto de Lei No. 542/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. 26 nov. 1962. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

MACÊDO, Waldemar. Projeto de Lei No. 543/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. 19 nov. 1962. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

MACÊDO, Waldemar. Projeto de Lei No. 544/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. 19 nov. 1962. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

PIAUI. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Piauí. Teresina: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70447>. Acesso em 24 ago. 2023.

PIAUI. Diário Oficial do Estado do Piauí em 07 de dezembro de 1962. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí).

PIAUI. Ementário 1956-1969. (Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí).

PIAUI. Lei Complementar No. 06, de 01 de outubro de 1991. Estabelece requisitos e procedimentos para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí, n. 190, 04 out. 1991.

PIAUI. Lei Estadual n.º 4.206, de 07 jun. 1988.

PIAUI. Lei No. 2365, de 05 de dezembro de 1962. Cria o Município de Coronel José Dias e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí, 07 de dezembro de 1962, p. 2. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)

PIAUI. Lei No. 2488, de 21 de novembro de 1963. Dá a denominação “Dom Inocêncio” ao Município de Curral Novo. Diário Oficial do Estado do Piauí, 29 de novembro de 1963, p. 4. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)

PIAUI. Lei No. 4.477, de 29 de abril de 1992. Dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado do Piauí, estabelece topônimos, circunscrições territoriais e limites dos Municípios criados no art. 35, incisos I e II do A.D.C.T. da Constituição Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí, n. 80, 29 abr. 1992.

PIAUI. Lei No. 547, de 30 de janeiro de 1952. Dispõe sobre a organização dos municípios do Estado do Piauí. Diário Oficial do Estado do Piauí, Ano XXII, 64ª da República, No. 16, 16 de fevereiro de 1952. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)

PIAUI. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí).

REIS, Antonio Alves dos. Mapa do Município de Coronel José Dias. Pasta Coronel José Dias. Jan. 1992. (Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí)

SÉRIE MUNICÍPIOS/ SUBSÉRIE: SÃO RAIMUNDO NONATO. Vigário. 13 de janeiro de 1856. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

SILVA, Dinah Belo da. Certidão a requerimento do Dr. Edison Dias Ferreira, Procurador Judicial do D. N.E.R. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 5ª Legislatura (1963-1967), ano 1963, caixa 131. 11 jun. 1963. Apêndice C. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

SOARES, Maria do Perpétuo Socorro. Certidão a requerimento do advogado Antônio Ribeiro Dias. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 5ª Legislatura (1963-1967), ano 1963, caixa 131. 11 jun. 1963. (Arquivo Público do Estado do Piauí)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI. Prefeitos e Vice-prefeitos eleitos a 7 de outubro de 1962, para o quadriênio de 31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967. [1] Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. 1962. (Arquivo Público do Estado do Piauí).



**APÊNDICE A – PROJETO DE LEI Nº. 540/62**

MACÊDO, Waldemar. Projeto de Lei No. 540/62, de 1962. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 4ª Legislatura (1959-1963), ano 1962, caixa 128. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 26 nov. 1962.

[Ver fotografias do Projeto de Lei nas páginas a seguir]



ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROTOCOLO GERAL

N.º 540/62

196.....

NATUREZA DO PROCESSO: Projeto de Lei  
 AUTOR: Dep. Waldemar Macêdo  
 ASSUNTO: Cria o Município de Cel. José Dias, e da outras providencias

LIDO NO EXPEDIENTE: .....

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Aprovado em 1.ª discussão: 26 / 11 / 62

Aprovado em 2.ª discussão: 27 / 11 / 62

Aprovado em 3.ª discussão: 29 / 11 / 62 Com emenda

Rejeitada .....

OBSERVAÇÕES: .....





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

N. ....

TERESINA

PROJETO DE LEI Nº .....

Cria o Município de Coronel José Dias  
e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ:

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Município de Coronel José Dias, desmembrado do Município de São Raimundo Nonato, com sede no atual / povoado de Várzea Grande, que por esta lei fica elevado à categoria de cidade.

Art. 2º - A área do Município de Coronel José Dias, será composta das seguintes datas: - Várzea Grande, Serra Talhada, Serra / Grande, Buqueirãozinho, Esteira, Lagoinha, Almas, Mulugú do Jorge, Boa Vista, Poções, Carpina e Água Verde, todas desmembradas do Município de São Raimundo Nonato, doadas pela Lei Municipal nº 122, de 25 de outubro de 1962.

Art. 3º - O município de Coronel José Dias será instalado no dia 26 de fevereiro de 1963, devendo o Governador do Estado nomear o seu Prefeito nos termos da Constituição do Estado, que administrará o município até a posse dos eleitos que se dará em 31 de janeiro de 1967.

Parágrafo único - A eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e cinco (5) Vereadores do município ora criado, realizar-se-á simultaneamente com as eleições para Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito em 1966.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente / lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí,  
em Teresina, 19 de novembro de 1962.

*Waldemar Maciel*

REGISTRE-SE

Em 20 / 11 / 62

*[Signature]*  
Diretor Geral

LIDO no Expediente.

Em 19 / 11 / 62

1º SECRETÁRIO





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

N. ....

TERESINA

PROJETO DE LEI Nº .....

Cria o Município de Coronel José Dias  
e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ:

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Município de Coronel José Dias, desmembrado do Município de São Raimundo Nonato, com sede no atual / povoado de Várzea Grande, que por esta lei fica elevado à categoria de cidade.

Art. 2º - A área do Município de Coronel José Dias, será composta das seguintes datas: - Várzea Grande, Serra Talhada, Serra / Grande, Buqueirãozinho, Esteira, Lagoinha, Almas, Mulugú do Jorge, Boa Vista, Poções, Carpina e Água Verde, todas desmembradas do Município de São Raimundo Nonato, doadas pela Lei Municipal nº 122, de 25 de outubro de 1962.

Art. 3º - O município de Coronel José Dias será instalado no dia <sup>22 de Dezembro de 1962</sup> ~~26 de fevereiro de 1963~~, devendo o Governador do Estado nomear o seu Prefeito nos termos da Constituição do Estado, que administrará o município até a posse dos eleitos que se dará em 31 de janeiro de 1967.

Parágrafo único - A eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e cinco (5) Vereadores do município ora criado, realizar-se-á simultaneamente com as eleições para Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito em 1966.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente / lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí,  
em Teresina, 19 de novembro de 1962.

PROTOCOLADO SOB N. 540/62

EM 20 / 11 / 1962

M<sup>da</sup> Conceição Cavalho

PROTOLISTA I

PROTOLISTA SE

Em 20 / 11 / 62

Director Geral





ESTADO DO PIAUÍ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO  
 GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO

Certifico que se encontra registrado no livro 2 de Registro de Leis da Secretaria desta Prefeitura a Lei numero cento e dezoito (118) cujo teor é o seguinte :-

" Lei nº 118 de 25 de Outubro de 1.962.

Propõe a criação de Município de Coronel José Dias desmembrado do Município de São Raimundo Nonato Estado de Piauí.

Faço saber que a Camara Municipal de São Raimundo Nonato decreta e eu sancione promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1º- Ficou autorizada a Assembleia Legislativa do Estado de Piauí, a criar o município de Coronel José Dias, desmembrado do Município de São Raimundo Nonato, com sede no atual povoado de Varzea Grande consuante o artigo 12, nº 1 da Constituição Estadual combinado com os artigos nº 2 e 3 da Lei Organica dos Municípios.

Artigo 2º- A área do Município de Coronel José Dias, será composta das seguintes datas - Varzea Grande, Serra Telhada, Serra Grande, Buqueiraõzinho, Esteira, Lagoinha, Almas, Mulungú de Jorge, Boa Vista, Pações, Carpina, e Agua Verde, todas pertencentes ao Município de São Raimundo Nonato, ficando encravado nessa area o Povoado Moreira, servindo de limites para o lado Norte com as terras devolutas do Estado nos antigos limites com Canto de Buriti e São João de Piauí, e para os outros lados, com as datas que se limitarem com as datas acima mencionadas.

Artigo 3º - Para constituir o Patrimonio do Município a ser criado a área necessaria será doada pelo Município de São Raimundo Nonato e por particulares.

Artigo 4º- Revogadas as disposições em contrario, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se publique-se e cumpra-se como Lei de Município. O Prefeito Municipal assim o faça executar.

Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato, 25 de Outubro de 1.962.

José Dias de Castro Prefeito Municipal

Francisca Paes de Castro Secretario Guarda Livros

Aprovada numerada sancionada e publicada a presente Lei nesta Secretaria da Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato em 25 de Outubro de 1.962

Francisca Paes de Castro

Francisca Paes de Castro  
 Secretario Guarda Livros

VISTO

Em 27/10/1962

José Dias de Castro  
 PREFEITO MUNICIPAL.





ESTADO DO PIAUI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO  
GABINETE DO PREFEITO

A T E S T A D O

Ateste para os devidos fins, que o povoado Varzea Grande pertencente a este Municipio de São Raimundo Nonato, Estado de Piauí, arrecadou nos anos de 1.960 e 1.961 renda superior a CR\$50.000,00 (Cinquenta mil cruzeiros) em cada ano.

Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato 5 de Novembro de 1.962

Francisca Paes de Castro  
Francisca Paes de Castro  
Secretaria-Guarda Livres

**VISTO**

Em 24/10/1962

Jose Dias de Castro  
PREFEITO MUNICIPAL

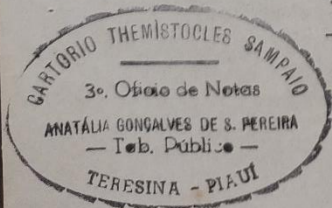
Reconheço verdadeira a firma Supra  
de Jose Dias de Castro

Em testemunho S. C. P. dou fé da verdade.

Teresina, 19 de Novembro de 1962.

Francisco Elias Castro Sampaio  
Tabelião do \_\_\_\_\_ Ofício

Escrevente Juramentado Autorizado  
3º. OFICIO





ESTADO DO PIAUÍ  
COLETORIA ESTADUAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO

ATESTADO

Ateste a pedido de parte interessada e para fins de direito, que esta  
Coletoria arrecadou renda superior a CR\$100.000,00 (Cem mil cruzeiros)  
no Povoado Varzea Grande pertencente a êste Municipio nos anos de 1.960  
e 1.961 respectivamente em cada ano.

Coletoria Estadual de São Raimundo Nonato, 5 de Novembro de 1.961

*Laerte Cesarie de Oliveira*  
Laerte Cesarie de Oliveira  
Coletor Estadual

Reconheço verdadeira a firma *supra*  
*Laerte Cesarie de Oli-* cou e.  
*veira* da verina.  
Em testemunho *F. C. P.* de 19 *61*  
Teresina, de *19* de 19 *61*  
*Franciscode Castro Campai*  
Tabelião do \_\_\_\_\_ Ofício

ATESTADO

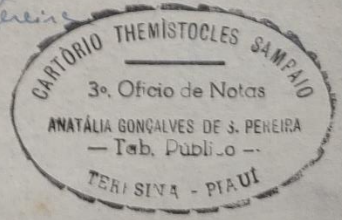
Ateste para os devidos fins, que o futuro Municipio de "CORONEL JOSÉ DIAS", desmembre deste municipio de São Raimundo Nonato, do Estado de Piauí, conforme resolução da Camara Municipal nº118 de 25 de outubro de 1962, possui uma população superior a 4.500 (quatro mil e quinhentos) habitantes, baseado no Recenseamento proximo passado, e na emigração que têm recebido ultimamente e fixado residencia na referida região.

São Raimundo Nonato, 5 de novembro de 1962.

Gabriel de Souza Rocha  
Gabriel de Souza Rocha  
A gente de Estatística

Reconheço verdadeiro a firma Gabriel de Souza Rocha ou fe.

Em testemunho, ASP da verdade.  
Termino, 19 de novembro de 1962  
Anatália Gonçalves de S. Pereira  
Tabelião do 3º Ofício







ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

TERESINA

N. ....

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº

540/62

Altere-se no art. 3º a data da instalação para 22 de dezembro de 1962.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,  
em Teresina, 16 de novembro de 1962.

*Christiano D. Amorim Jr.*



Ao Dep. Alfredo Nery,  
 para relator  
 em 30/11/62  
 [Signature]

Conferide e redacat bi-  
 melme forme do an-  
 tógrafo.

Em 30/11/62.

[Signature]  
 Alfredo Nery - R  
 Milton Cezario

Devoluido em 3-12-62

Dircal Belo  
 of. Legislativo.





*Assembleia Legislativa*

LEI Nº DE DE DE 1962.

Cria o Município de Coronel José Dias e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ  
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Coronel José Dias, desmembrado do Município de São Raimundo Nonato, com sede no atual povoado de Várzea Grande, que por esta lei fica elevado à categoria de cidade.

Art. 2º - A área do Município de Coronel José Dias, será composta das seguintes datas: - Várzea Grande, Serra Talhada, Serra Grande, Buqueirãozinho, Esteira, Lagoinha, Almas, Mulugú do Jorge, Boa Vista, Poções, Carpina e Água Verde, todas desmembradas do Município de São Raimundo Nonato, doadas pela Lei Municipal nº 122, de 25 de outubro de 1962.

Art. 3º - O município de Coronel José Dias será instalado no dia 22 de Dezembro de 1962, devendo o Governador do Estado nomear o seu Prefeito nos termos da Constituição do Estado, que administrará o município até a posse dos eleitos que se dará em 31 de janeiro de 1967.

Parágrafo único - A eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e cinco (5) Vereadores do município ora criado, realizar-se-á simultaneamente com as eleições para Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito em 1966.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 30 de novembro de 1962.

*Alberto Montenegro*  
PRESIDENTE

*Alberto Montenegro*  
1º SECRETÁRIO

*Caetano de Lima*  
2º SECRETÁRIO

AGC.







ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina,

### CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento do advogado Antônio Ribeiro Dias e em cumprimento ao despacho exarado no Proc. nº 404/63 (quatrocentos e quatro barra sessenta e três) pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, que revende os livros e documentos desta Celenda Assembléia, que no dia seis (06) de junho de mil novecentos e sessenta e três (1963) foi encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Deputado Procurador Geral da República, na Capital Federal, defesa referente à Representação arguida de nulidade de atos legislativos, firmada pelo advogado Antônio Ribeiro Dias e referente aos nove municípios de Curral Novo, Col. José Dias, Bom Fim de Piauí, Bom Jardim de Piauí e São Braz, desmembrados de município de São Raimundo Nonate, lide na Sessão de dia vinte e dois de abril próximo passado e protocolada na Secretaria desta Celenda Assembléia sob número duzentos e setenta e três barra sessenta e três) 273/63. Eu, Maria de Perpétua Socorro Soares, Assessora Técnica, passei a presente certidão, na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Piauí, em Teresina, em 2 de junho de mil novecentos e sessenta e três, que vai por mim assinada e visada pelo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa.//////

*Sessão, 11 de junho de 1963*  
 Maria de Perpétua Socorro Soares

VISTO:

*João Ribeiro de Carvalho*

Deputado João Ribeiro de Carvalho

Presidente da Assembléia Legislativa de Piauí

**APÊNDICE C – CERTIDÃO A REQUERIMENTO DO DR. EDISON  
DIAS FERREIRA**

SILVA, Dinah Belo da. Certidão a requerimento do Dr. Edison Dias Ferreira, Procurador Judicial do D. N.E.R. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 5ª Legislatura (1963-1967), ano 1963, caixa 131. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 11 jun. 1963

[Fotografia do documento na próxima página]





ESTADO DO PIAUÍ

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina.

## CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento do Dr. Edison Dias Ferreira, Procurador Judicial do D.N.E.R., que é de teor seguinte o Capítulo Segundo do Título Primeiro, da Lei nº 547 ( quinhentos e quarenta e sete) de 30 (trinta) de janeiro de 1.952 ( mil novecentos e cinquenta e dois), que dispõe sobre a organização dos municípios do Estado do Piauí". CAPITULO II (segundo) Da Instalação do Município. Art. 17 ( dezessete)-A criação do município, por lei do Estado, será comunicada pelo Governador ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins legais. § 1º (parágrafo / primeiro)- A lei que criar o município marcará a data da eleição. § 2º (parágrafo segundo)- Até a posse dos eleitos, o Prefeito será nomeado pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa. Art. 18 (dezoito) - O Prefeito, Vice Prefeito, os Vereadores, diplomados, // reunir-se-ão para instalar o município e a administração municipal no dia, hora e local designados pelo Juiz da Comarca. §1º (parágrafo primeiro) - Ao ato presidirá o Juiz da Comarca, que tomará compromisso e dará posse aos Vereadores e instalará a Câmara Municipal. O Prefeito e o Vice Prefeito tomarão posse na forma estabelecida nesta lei. § 2º (parágrafo segundo) - A instalação, compromisso e posse constarão de ata lavrada pelo membro eleito da administração municipal que o Juiz houver convidado para servir de Secretário. Da ata será enviada cópia autenticada ao Secretário Geral do Estado e ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para os efeitos legais. Art. 19 (dezenove) - O Mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores eleitos para o município recém-criado vigorará até findar o quadriênio administrativo / geral, de maneira que as eleições seguintes se realizem conjuntamente com as dos demais municípios. A Lei nº 547 ( quinhentos e quarenta e sete) de 30 ( trinta) de janeiro de 1.952 ( mil novecentos e cinquenta e dois), que dispõe sobre a organização dos Municípios do Estado do Piauí, de que são partes integrantes e vigentes, os artigos e parágrafos acima transcritos, foi sancionada pelo Governador do Estado, em 30 ( trinta) de janeiro de 1.952 ( mil novecentos e cinquenta e dois). A presente certidão foi passada nesta Secretaria da Assembléia Legislativa, aos trinta e um dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e três e vai por mim, Domiano Belo da Silva Oficial / Legislativo, assinada e com o visto do senhor Diretor Geral. // // // // //

VISTO :

*Jose Lourenço*  
Diretor Geral

**APÊNDICE D – PRONUNCIAMENTO DO DEP. WALDEMAR  
MACÊDO, 1969**

FERREIRA, Deputado Edison. Requerendo uma cópia do discurso pronunciado pelo deputado Waldemar Macedo, no dia 14 do corrente nesta casa. Poder Legislativo 1945-1995, Grupo: 6ª Legislatura (1967-1971), ano 1969, caixa 180. (Arquivo Público do Estado do Piauí), 20 ago. 1969.

[Transcrição do documento, seguida das fotografias, a seguir]

[brasão do estado do Piauí]  
ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Teresina,

CÓPIA DO DISCURSO PROFERIDO PELO DEPUTADO WALDEMAR  
MACÊDO, NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14-08-1969. ///

Sr. Presidente e Senhores Deputados.

Ocupo esta Tribuna para uma ligeira comunicação. Sr. Presidente, verificou-se a 10 de presente, a eleição das Convenções Municipais em todo Território Piauíense, porque não dizer, em todo o Brasil.

No Município de São Raimundo Nonato a onde tenho a honra de participar da vida pública, apresentamos uma Chapa, encabeçada pelo Deputado que hora ocupa esta Tribuna. As forças oposicionistas se fizeram presentes ao pleito, apresentando outra Chapa comandada pelo Dr. Valdir Ribeiro Dias, travou-se a eleição. Sr. Presidente, num clima de disputa absoluta, nunca se viu em terras sanraimundense interêsse tão grande pelo resultado de uma eleição, quando desta feita, votaram 3.440 eleitores. A [?] ARENA 1ª que em 1966 havia disputado a eleição de Prefeito e ganho, desta feita, enfrentou o MDB que se aliara, que se transformara em ARENA, assim sendo, os dois candidatos derrotados por nós em 1966, um da ARENA e outro do MDB e aliaram dizendo eles, o objetivo de derrotar os Macêdos, mais o povo não foi derrotado Sr. Presidente, o povo foi novamente vitorioso, não os Macêdos, porque a vitória não é nossa, a vitória é do povo, o povo está sendo assistido, assistido em toda sua plenitude, assistido com Obras Públicas, assistido das Administrações, permita-me, Senhores Deputados, que nesta oportunidade, pela 1ª vez eu assevere nesta Tribuna, eu trago a esta Casa um ligeiro relato da Administração pública Municipal, povo está sendo assistido com obras públicas, vale dizer, com calçamentos, com praças, com barragens, com escolas, com serviço de Assistência aos menos desamparados, com a 1ª Estação Rodoviária, que se constroe em terras piauíenses, uma obra da estrutura de cimento armado, uma obra que não existe no Piauí, nem em parte alguma, nem na capital e nem nas principais cidades, então o povo está assistido com a eletrificação e com tudo aquilo com o mínimo do indispensável, ao povo que não tem maiores condições para maiores empreitadas, então, Senhor Presidente, a vitória não foi nossa, a vitória foi do povo. Desta feita derrotamos todas as forças oposicionistas juntas. Elegemos 10 dos 18 membros do Diretório, elegemos todos os Delegados, todos por conseguinte, 11 membros porque tem mais um membro nato, recaiu a Presidência [fim da página 1]

- Fls. 02 –

do Partido por escôlha unânime de meus companheiros no humilde Deputado que vos fala Senhor Presidente. “O Senhor Deputado Nogueira Filho em aparte concedido pelo orador



disse: - Deputado Waldemar Macêdo nêsse insêjo quero congratular com Vossa Excelência sôbre a brilhante vitória que Vossa Excelência alcançou no seu Município, e ao mesmo tempo, afirmar aqui o que disse outro dia ao ilustre Deputado Pedro Portela, e estas palavras que Vossa Excelência vem também confirmar aquilo que hávamos confirmado antes, que realmente a ARENA não tem absolutamente, eis que êle afirmou de União, que todo mundo sabe o Piauí que Vossa Excelência chamou de oposição, oposição há numa administração profiqua é que cai o Prefeito da terra de Vossa Excelência, com quem congratulo-me também nêsse ensejo; mais isso significa que a ARENA e o Deputado Pedro Portela dizer, ser uma ARENA unida em todo o Estado, mais está provado que não é exatamente isto, tão longe das eleições, êste aspecto já está comprovado.” Deputado Nogueira Filho, agradeço as palavras de Vossa Excelência, no que tange a nossa vitória, a vitória de nosso povo, e quero dizer a Vossa Excelência e à Casa que não poderia deixar de considerar fôrças oposicionistas. Eu sou um homem municipalista, em falo em têrmos de município, então, todas estas fôrças são oposição ao sistema dominante da terra. Eu falo aqui como Deputado Sanraimundense, como Presidente do partido único existente no meu Município, sou por conseguinte, me permitam senhores deputados, povo piauíense, eu sou por conseguinte, o chefe único de todos os políticos sanraimundenses, porque eu sou o Presidente da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL em São Raimundo Nonato, queiram ou não queiram. Eu sou o presidente, por fôrça da vontade popular, por fôrça que o povo disse nas urnas, e por fôrça que preceitua todas as leis vigentes no País, ninguém poderá protestar. “O Senhor Deputado Nogueira Filho em aparte novamente, concedido pelo orador disse: - Eu acho que Vossa Excelência tem razão, vossa excelência é realmente o chefe de todas as fôrças em São Raimundo Nonato, inclusive é hoje um dos homens que pode dizer, muitos deputados federais, é chefe de dois deputados estaduais.” É verdade, agradeço Vossa Excelência, são realmente gargatalhos nossos, são realmente, integrantes de um partido [que?] tenho a honra de comandar, há que possa negar. Me escreví para falar na sessão de ontem, não o fiz porque não estava presente os meus comandados, deputados sanraimundenses, deixei para hoje, não transferi para a sessão e amanhã porque amanhã por certo não haverá sessão, mais poderei voltar na sessão de segunda ou têrça próxima, para reafirmar o que estou dizendo, nesta oportuni-[fim da folha 2]

- Fls. 03 -

dade são realmente os meus comandados. “Em aparte o senhor deputado Joaquim Bezerra que disse: - Quero congratular-me também com vossa excelência, mais quero reforçar aqui, a pergunta em relação a afirmação que vossa excelência, que é o chefe do partido único de sua terra, e que vossa excelência afirmando que lá não existe mais MDB.” Não existe MDB deputado Joaquim Bezerra; Novamente o Deputado Joaquim Bezerra, arrebatou orador com a expressão “Muito bem”. Eu não seie, eu não tenho conhecimento, se foi criado Comissão Provisória para organização do MDB em São Raimundo Nonato. Está aqui o Deputado Nogueira Filho que poderá prestar informações. Verdade é que não fora criado porque não encontraram número para estabelecer quantitativo mínimo para organização do Diretório, poderemos ouvir o Deputado Nogueira Filho. “Em aparte o deputado Nogueira Filho, que disse: - “É verdade que foi designado uma Comissão Provisória, eu não posso absolutamente contestar o que vossa excelência está dizendo, que não houve quantitativo necessário à formação do Partido, que a pessoa indicada para chefiar esta organização é o Deputado José de Castro, digo, Deputado Edison Ferreira, então êle antes da organização do Partido filiou-se à ARENA e não houve mais tempo, não tínhamos mais pessoas para designar outra Comissão Provisória no sentido de filiar pessoas para a organização do Partido, acredito no entanto, Deputado Waldemar Macêdo, conhecendo o povo de São Raimundo Nonato que lá em São Raimundo não faltaria oportunidade da organização de um partido de oposição, mesmo com a adesão do Deputado Edison Ferreira.”

Agradeço a informação de vossa excelência, é como diz aquela música “Vossas Excelências foram muito felizes”, não tiveram a felicidade de vida para fazer recaírem mãos de quem fôrças tivessem condições para a organização do partido de vossa excelência; confirmo entretanto que tem muita gente com vontade de fazer oposição, tanto a oposição tem vontade de fazer, que se combate a administração mais profíqua que se verificou em terras sanraimundenses, motivo para explicação não há, nem se poderia e poderá dizer publicamente, mais que vontade há, poderão ser excusas os motivos poderão ser de ordem absolutamente sem aquêle fundamento, que bem poderíamos aceitar, fundamento moral mais que a desejo tanto assim, que todas fôrças se opuseram, a chapa do povo emcabeçada pelo político, que tem mais ressonância popular em São Raimundo Nonato, que é o político que vos fala neste instante, que até hoje ninguém logrou vitória sôbre mim; fui até hoje o que mais conseguiu fazer, vamos dizer, presentes às necessidades populares. Fui até hoje o político que mais confiança ad-[fim da folha 03]

- fls. 04 –

qu Coast, e pequenos humildes, perante os menos poderosos, então Senhor Presidente, se fazia. “O Senhor deputado Afrânio Nunes em aparte do orador, disse: - “Mesmo nobre deputado me permite é para uma sugestão diante às ameaças que vossa excelência faz. “Ameaças?” rebateu o orador. Longe de mim de fazer ameaças, eu sou humilde, não faço ameaças. Novamente interrompeu o deputado Afrânio Nunes, dizendo: - “De vir repetir o mesmo assunto é verdade, o mesmo assunto dos comandados de vossa excelência em São Raimundo Nonato, não há dúvida é como sempre com muito prazer que vossa excelência é ouvido nesta Casa, mais como o assunto interessa mais aos deputados de São Raimundo e ao povo sanraimundense, eu quero sugerir à Vossa Excelência, a ameaça que eu quero evitar que vossa excelência apanhe a fita gravadora e leve para São Raimundo Nonato, e pode resar o dia todinho naquela praça, na Amplificadora local, esta ladainha já é conhecida demais, respondeu o Deputado Macedo, eu já fiz lá. Mais senhor Presidente e Senhor Deputados, falaram em ameaças, eu não faço ameaças, eu fui ameaçado por ocasião desta fusão que há pouco falou o Deputado Nogueira Filho, a euforia foi tão grande que estouraram em cima da minha casa, do meu irmão Prefeito, 30 dúzias de foguetes, vale dizer, eu sou remanescente da UDN, daquela segunda filosofia do deputado Afrânio Nunes, daquela que matou Getúlio; pois bem, iniciei a minha vida pública de baixo, botei o de cima para baixo, e passei para cima pelo processo popular, pelo processo do voto. Eles então subiram pelo processo e adesismo, subiram, não se conformaram de baixo, então me atiraram dentro da ARENA, aquela fôrça que remanesceu do PSD, eu derrotei, agora me atiraram outra do PTB, hoje MDB; botaram as duas juntas, as duas eu derrotei, é que querem fazer de Mim? Eu não sou Sansão, já derrotei separadamente e juntas, o que é que ainda falta, senhor Presidente? Ainda me aparece o Deputado Joaquim Bezerra, achando que eu deveria trazer atestado de óbito, eu não sou médico, o que é que eu vou fazer? eu derrotei nas urnas, matar não, matar não é dom meu, eu não fiz nenhum escandalo, nenhum discurso na convenção, eu me portei com a maior serenidade e o maior respeito às instituições ao eleitorado; fui para as urnas democraticamente, vencí, querer vitória por mais não é possível. “Em aparte o Deputado Joaquim Bezerra concedido pelo orador, disse: - “Reconhecendo depois da explicação de vossa excelência, já tinha conhecimento até do poderio eleitoral de Vossa Excelência. O meu aparte agora foi [fim da folha 05]

- fls. 05 –

certificar de tudo de que Vossa Excelência venceu não só uma facção, vossa excelência venceu duas facções como acabou de proclamar; vossa excelência venceu o outro partido; V. Exa., é realmente um homem forte. Acontece que na luta travada em São Raimundo, V. Exa., anteriormente, não aceitou acôrdo propôsto pelo Diretório, acôrds que foram até mais vantajosos no Diretório. O acôrdo solicitado, que este verificado nas urnas,

mas eu aproveito para dizer a V. Exa., que em termos de exclusão do povo eu não aceitava nem para ficar com 19 e eles com 1, porque eu só acredito em vitória emanada do povo. Em aparte o Deputado Joaquim Bezerra: - “Pois muito bem, V. Exa. desistiu de acôrdos e que politicamente fôsse mais cômodo, certo de que enfrentaria nas urnas, e agora V. Exa, deu uma demonstração disso, o que nos cabe aqui é respeitar a vitória de V. Exa. e trazer também nossas congratulações; nós só seremos democratas e aceitamos a vitória normalmente. Então sr. Presidente repito. Em aparte o Deputado Nogueira Filho , que dizer, chefe do Partido único de São Raimundo Nonato, já portanto de dois deputados estaduais na Arena, se repete [?] também não só de dois como diz V. Exa, teve mais prestígio, mais existe casos que um Deputado é chefe de dois deputados estaduais, graças a esta vitória junto à própria Arena nos municípios como é o caso de Piripirí, e há o caso também em que o Prefeito Municipal é chefe de Deputado, em alguns municípios, de modo que a Arena no Piauí ficou de certo modo, definido a posição dos homens que tem realmente prestígio nesta eleição, porisso eu solicitei ao Deputado Pedro Portela que deixasse para falar hoje e não com aquela antecipação toda, agradeço a V. Exa., mais esta oportunidade. Sr. Presidente, obrigado ao Deputado Nogueira Filho, pela referência feita novamente à minha pessoa, mas Sr. Presidente, a nossa vitória na eleição passada, foi a seguinte: nós vencemos um candidato por 719 votos e a outra por 140e tantos, então êsses dois se juntaram e foram derrotados agora, mas quero mais acrescentar o seguinte: esta Assembléia é integrada por três deputados sanraimundenses e ainda um que recebeu votação expressiva, o deputado do MDB, suplente de deputado que teve serventia nesta Casa e que tem ainda familiares, pois bem, então foi somada a vitória de três , do suplente, do ex-suplente do MDB e do deputado da Arena, então somou-se tudo para derrotar o homem que representa o povo, êste homem repito, sou eu, mais o resultado foi aquêle senhor Presidente, Sr. Presidente tivemos outras refregas, eu lutei muito aqui, para no Município de Butirí dos Lopes me darem um dos três mem-[fim da folha 05]

- fls. 06 –

bros da Comissão Provisória, então com muita benevolência do Diretório Regional, foi me dado um lugar, ficando a facção do deputado Wenceslau Sampaio com dois e a minha com um. Sr. Presidente, a minha facção elegeu cinco (5) dos sete (7) membros do Diretório de Burití dos Lopes; nós temos nestas condições, toda Comissão Executiva do Partido que compõe de sete (7); nós temos cinco (5) membros, todos os cinco membros são integrados da Comissão Executiva, como em São Raimundo Nonato toda Comissão Executiva é nossa, nós elegemos ainda, em São Raimundo Nonato dois (2) Delegados, como em Burití dos Lopes o Delegado. Senhor Presidente em Caracól foi chapa única, elegemos a maioria do Diretório e o Delegado. Em Anísio de Abreu também se repetiu um regime de disputa, nós elegemos, assim sendo Senhor Presidente, desta feita o povo dos Municípios que tenho a honra de representar, ainda não foi derrotado, continua de pé, continua vivo, vamos esperar nova oportunidade , se posso trazer aqui novas vitórias ou derrotas se houver, mais verdade repito que tanto em São Raimundo Nonato, Burití dos Lopes como Caracól temos a honra de ser o líder da Arena. Sr. Presidente, Senhores deputados, era para esta comunicação que usei a Tribuna, confesso senhor Presidente, que tive muita vontade de tocar 2 (dois) foguêtes apenas respondendo aqueles 30 (trinta) dúzias, não fiz senhor Presidente sabe Deus, não fiz desta feita, não fiz portanto por humildade, é porque não encontrei, os foguetes na cidade, mais vontade sempre tive mais vou aguardar nova oportunidade. Muito obrigado a todos. /////

Confer com o original

Teresina, 28 de agôsto de 1969.

[Assinatura a caneta]

Hortêncio Granja de Carvalho

Assistente de Rádio Técnico



ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROTOCOLO GERAL

N.º 431/69

196 9

NATUREZA DO PROCESSO: *Requerimento.*  
 AUTOR: *Deputado Edison Ferreira*  
 ASSUNTO: *Requerendo uma copia do discurso pro-  
 nunciado pelo pelo deputado Waldemar Macedo, no  
 dia 14 do corrente, nesta casa.*

LIDO NO EXPEDIENTE: .....

MOVIMENTO DO PROCESSO

	DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1	<i>Secretaria.</i>	<i>20/08/69</i>		
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

Aprovado em 1.ª discussão: ..... / ..... / .....

Aprovado em 2.ª discussão: ..... / ..... / .....

Aprovado em 3.ª discussão: ..... / ..... / .....

Rejeitada: ..... / ..... / .....

OBSERVAÇÕES: .....

.....

.....

.....

.....





ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Gabinete da Presidência

Of. \_\_\_\_\_

Teresina,

*Com. Enq. 19/8/69*

*Exmo. Sr. Presidente da  
Assembleia*

O abaixo assinado, Deputado Estadual, vem referir a V. Exa., se deseja mandar fornecer-lhe uma cópia do discurso pronunciado pelo Deputado Waldemar Macedo, no dia 14 do corrente, nesta Câmara, o qual foi gravado em fita magnética pelo Serviço próprio desta Assembleia.

P. Deferimento

*Teresina, 19/8/69*

*Edison Fereira*

PROTOCOLE-SE

Em 28/08/1969

*[Signature]*  
Diretor Geral





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina.

CÓPIA DO DISCURSO PROFERIDO PELO DEPUTADO WALDEMAR  
MACEDO, NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14-08-1969. ///

Sr. Presidente e Senhores Deputados.

Ocupo esta Tribuna para uma ligeira comunicação. Sr. Presidente, verificou-se a 10 de presente, a eleição das Convenções Municipais em todo Território Piauíense, porque não dizer, em todo o Brasil.

No Município de São Raimundo Nonato a onde tenho a honra de participar da vida pública, apresentamos uma Chapa, encabeçada pelo Deputado que hora ocupa esta Tribuna. As forças oposicionistas se fizeram presentes ao pleito, apresentando outra Chapa comandada pelo Dr. Valdir Ribeiro Dias, travou-se a eleição Sr. Presidente, num clima de disputa / absoluta, nunca se viu em terras sanraimundense interesse tão grande pelo resultado de uma eleição, quando desta feita, votaram 3.440 eleitores. A minha ARENA 1ª que em 1966 havia disputado a eleição de Prefeito e ganhou, desta feita, enfrentou o MDB que se aliara, que se transformava em ARENA, assim sendo, os dois candidatos derrotados por nós em 1966, um / da ARENA e outro do MDB se aliaram dizendo eles, objetivo de derrotar os Macêdes, mais o povo não foi derrotado Sr. Presidente, o povo foi novamente vitorioso, não os Macêdes, porue a vitória não é nossa, a vitória é do povo, o povo está sendo assistido, assistido em toda sua plenitude, assistido com Obras Públicas, assistido das Administrações, permita-me Senhores Deputados, que nesta oportunaidade, pela 1ª vez eu assevero nesta Tribuna, eu trago a esta Casa um ligeiro relato da Administração pública Municipal, o povo está sendo assistido com obras públicas, / vale dizer, com calçamentos, com praças, com barragens, com escolas, com serviço de Assistência aos menos desamparados, com a 1ª Estação Rodoviária, que se constroee em terras piauíenses, uma obra da estrutura de cimento armado, uma obra que não existe no Piauí, nem em parte alguma, nem na capital e nem nas principais cidades, então o povo está assistido / com a eletrificação e com tudo aquilo com o mínimo de indispensável, ao povo que não tem maiores condições para maiores empreitadas, então Senhor Presidente, a vitória não foi nossa, a vitória foi do povo. Desta / feita derrotamos todas as forças oposicionistas juntas. Elegemos 10 dos 18 membros do Diretório, elegemos todos os Delegados, temos por conseguinte, 11 membros porque tem mais um membro nato, recaiu a Presidência





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina,

- Fls. 02 -

do Partido por escôlha unânime de meus companheiros no humilde Deputado que vos fala Senhor Presidente. "O Senhor Deputado Nogueira Filho em aparte concedido pelo orador disse:-Deputado Waldemar Macêdo nêsse insêje quero congratular com Vossa Excelência sobre a brilhante vitória que Vossa Excelência alcançou no seu Município, e ao mesmo tempo, afirmar a - quí e que disse outro dia ao ilustre Deputado Pedro Portela, e estas pa vras que Vossa Excelência vem também confirmar aquile que háviamos con firmado antes, que realmente a ARENA não tem absolutamente, eis que êle afirmou de União, de que todo sabe o Piauí que Vossa Excelência chamou | de oposição, oposição há numa administração proffigua é que cai o Prefei to da terra de Vossa Excelência, com quem congratulo-me também nêsse en seje; mais isso significa que a ARENA e o Deputado Pedro Portela dizer, ser uma ARENA unida em todo o Estado, mais está provado que não é exata mente isto, tão longe das eleições, êste aspecto já está comprovado." De putado Nogueira Filho, agradeço as palavras de Vossa Excelência, no que tange a nossa vitória, a vitória do nosso povo, e quero dizer a Vossa / Excelência e à Casa que não poderia deixar de considerar forças oposici onistas. Eu sou um homem municipalista, eu falo em têrmos de município, então, todas estas forças são oposições ao sistema dominante da terra. Eu fale aqui como Deputado Sanraimundense, como Presidente do partido úni co existente no meu Município, sou por conseguinte, me permitam senhores deputados, povo piaufense, eu sou por conseguinte, o chefe único de to dos os políticos sanraimundenssss, porque eu sou o Presidente da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL em São Raimundo Nonate, queiram ou não queiram. Eu sou o presidente, por fôrça da vontade popular, por fôrça que o povo / disse nas urnas, e por fôrça que preceitua todas as leis vigentes no Pa ís, ninguém poderá protestar. "O Senhor Deputado Nogueira Filho em apar te novamente, concedido pelo orador disse:- Eu acho que é Vossa Excelên cia tem razão, vossa excelência é realmente o chefe de todas as forças em São Raimundo Nonate, inclusive é hoje um dos homens de que pode di zer, muitos deputados federais, é chefe de dois deputados estaduais." É verdade, agradeço Vossa Excelência, são realmente gargatalhos nesses, / são realmente, integrantes de um partido que eu tenho a honra de comandar, há que possa negar. Me escreví para falar na sessão de Montem, não o fiz porque não estava presente os meus comandados, deputados sanraimunden ses, deixei para hoje; não transferí para a sessão de amanhã porque ama nhã por certo não haverá sessão, mais poderei voltar na sessão de segun da ou têrça próxima, para reafirmar e que estou dizendo, nesta oportuni





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina,

- F 1s.03 -

dade são realmente os meus comendados. "Em aparte o Senhor deputado Joaquim Bezerra que disse:- Quere congratular-me também com vossa excelência, mais quere reforçar aquí, a pergunta em relação a afirmação que / vossa excelência, que é o chefe do partido único de sua terra, e que / vossa excelência afirmando que lá não existe mais MDB." Não existe MDB deputado Joaquim Bezerra; Novamente o Deputado Joaquim Bezerra, arrebateu orador com a expressão "Muito bem". Eu não sei, eu não tenho conhecimento, se foi criada Comissão Provisória para organização de MDB / em São Raimundo Nonato. Está aquí o Deputado Nogueira Filho que poderá prestar informações. Verdade é que não fôra criada porque não encontraram número para estabelecer quantitativo mínimo para organização do Diretório, poderemos ouvir o Deputado Nogueira Filho. "Em aparte o deputado Nogueira filho, que disse:-"É verdade que foi designado uma Comissão Provisória, eu não posso absolutamente contestar o que vossa excelência está dizendo, que não houve quantitativo necessário à formação de Partido, que a pessoa indicada para chefiar esta organização é o Deputado / José de Castro, digo, Deputado Edison Ferreira, então ele antes da organização do Partido filiou-se à ARENA e não houve mais tempo, não tínhamos mais pessoas para designar outra Comissão Provisória no sentido de filiar pessoas para organização do Partido, acredite no entanto, Deputado Waldemar Macêdo, conhecendo o povo de São Raimundo Nonato que lá em São Raimundo, não faltaria oportunidade da organização de um partido de oposição, mesmo com a adesão do Deputado Edison Ferreira". Agradeço a / informação de vossa excelência, é como diz aquela música "Vossas Excelências foram muito felizes", não tiveram a felicidade de vida para fazer recair em mãos de quem forças tivesse condições para organização do partido de vossa excelência; confirme entretante que tem muita gente / com vontade de fazer oposição, tanto a oposição tem vontade de fazer, / que se combate a administração mais proflua que se verificou em terras sanraimundenses, motivo para explicação não há, nem se poderia e poderá dizer publicamente, mais que vontade há, poderão ser excusas os motivos poderão ser de ordem absolutamente sem aquêle fundamento, que bem poderíamos aceitar, fundamento moral mais que a desejo tanto assim, que todas forças se opuseram, a chapa do povo encabeçada pelo político, que / tem mais ressonância popular em São Raimundo Nonato, que é o político que vos fala neste instante, que até hoje ninguém logrou vitória sobre mim; fui até hoje o que mais conseguiu fazer, vamos dizer, presentes às necessidades populares. Fui até hoje o político que mais confiança ad -





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina,

- fls. 04 -

quiriu pequenez, e pequenos humildes, perante os nomes poderosos, então Senhor Presidente, se fazia. "O Senhor deputado Afrânio Nunes em aparte do orador, disse:- "Mesmo nobre deputado me permite é para uma sugestão diante às ameaças que vossa excelência faz. "Ameaças?" rebateu o orador. Longe de mim de fazer ameaças, eu sou humilde, não faço ameaças. / Novamente interrompeu o deputado Afrânio Nunes, dizendo:- "De vir repetir o mesmo assunto é verdade, o mesmo assunto dos comandados de vossa excelência em São Raimundo, não há dúvida é como sempre com muito prazer / que vossa excelência é ouvido nesta Casa, mais como a assunto interessa mais aos deputados de São Raimundo e ao povo sanraimundense, eu quero sugerir à Vossa Excelência, a ameaça que eu quero evitar que vossa excelência apenhe a fita gravadora e leve para São Raimundo Nonato, e pode resar o dia todinho naquela praça, na Amplificadora local, esta ladainha já é conhecida demais, respondeu o Deputado Macedo, eu já fiz lá. / Mais senhor Presidente e Senhor Deputados, falaram em ameaças, eu não / faço ameaças, eu fui ameaçada por ocasião desta fusão que há pouco faleu o Deputado Nogueira Filho, a euforia foi tão grande que estouraram em / cima de minha casa, do meu irmão Prefeito, 30 dúzias de foguetes, vale dizer, eu sou remanescente da UDN, daquela segunda filosofia do deputado Afrânio Nunes, daquela que matou Getúlio; pois bem, iniciei a minha vida pública de baixo, botei o de cima para baixo, e passei para cima / pelo processo popular, pelo processo do voto. Eles então subiram pelo / processo de adesismo, subiram, não se conformaram de baixo, então me atiraram dentro da ARENA, aquela força que remanesceu do PSD, eu derrotei, agora me atiraram outra do PTB, hoje MDB; botaram as duas juntas, as duas eu derrotei, é que querem fazer de mim? Eu não sou Sansão, já derrotei separadamente e juntas, o que é que ainda falta senhor Presidente? Ainda me aparece o Deputado Joaquim Bezerra, achando que eu devia trazer o atestado de óbito, eu não sou o médico, o que é que eu vou fazer? eu derrotei nas urnas, matar não, matar não é dom meu, eu não fiz nenhum escandale, nenhum discurso na convenção, eu me portei com a maior serenidade, é maior respeito às instituições ao eleitorado; fui para as urnas democraticamente, venci, querer vitória por mais não é possível. "Em aparte o Deputado Joaquim Bezerra concedido pelo orador, disse:-" Reconhecendo depois da explicação de vossa excelência, já tinha conhecimento até do poderio eleitoral de Vossa Excelência. O meu aparte agora foi





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina,

- fls. 05 -

certificar de tudo de que Vossa Excelencia venceu não só uma facção, vos sa excelencia venceu duas facções como acabou de proclamar; vossa excelência venceu o outro partido; V.Exa., é realmente um homem forte. Aceitece que na luta travada em São Raimundo, V.Exa., anteriormente, não aceitou acôrdo proposto pelo Diretório, acôrdos que foram até mais vantajosos no Diretório. O acôrdo solicitado, que êste verificado nas urnas, mas eu aproveite para dizer a V.Exa., que em têrmos de exclusão de povo eu não aceitava nem para ficar com 19 e êles com 1, porque, eu não quero dito em vitória emanada do povo. Em aparte o Deputado Joaquim Bezerra: "Pois muito bem, V.Exa. desistiu de acôrdos e que politicamente fôsse / mais cômodo, certo de que enfrentaria nas urnas, e agora V.Exa. deu uma demonstração disse, o que nos cabe aqui é respeitar a vitória de V. Exa. / e trazer também nossas congratulações; nós somos democratas e aceitamos a vitória normalmente. Então sr. Presidente repito, em aparte o Deputado Nogueira Filho, que dizer, Chefe do Partido único de São Raimundo Nogueira, já portanto, de dois deputados estaduais na Arena, se repete isto também não de dois como diz V.Exa., teve mais prestígio, mais existe o caso que um Deputado é chefe de dois deputados estaduais, graças a esta vitória junto à própria Arena nos municípios como é o caso de Piri-piri, e há o caso também em que o Prefeito Municipal é chefe de Deputado, em / alguns Municípios, de modo que a Arena no Piauí ficou, de certo modo, / definida a posição dos homens que tem realmente prestígio nesta eleição, por isso, eu solicitei ao Deputado Pedro Portela que deixasse para falar hoje e não com aquela antecipação toda, agradeço a V.Exa., mais esta oportunidade. Sr. Presidente, obrigado ao Deputado Nogueira Filho, pela referência feita novamente à minha pessoa, mas Sr. Presidente, a nossa vitória na eleição passada, foi a seguinte: nós vencemos um candidato / por 719 votos e a outra por 140 e tantos, então êsses dois se juntaram e foram derrotados agora, mas quero mais acrescentar o seguinte: esta / Assembléia é integrada por três deputados sauraimundenses e ainda um que recebeu votação expressiva, o deputado do MDB, suplente de deputado que teve serventia nesta Casa e que tem ainda familiares, pois bem, então / foi somado a vitória dos três, do suplente, do ex-suplente do MDB e do deputado da Arena, então somou-se tudo para derrotar o homem que representa o povo, e êste homem repito, sou eu, mais o resultado foi aquêlê senhor Presidente, Sr. Presidente, tivemos outras refregas, eu lutei muito aqui, para no Município de Barití dos Lopes me darem um dos três mem





ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

- fls. 06 -

bros da Comissão Provisória, então com muita benevolência do Diretório Regional, foi me dado um lugar, ficando a facção do deputado Wenceslau / Sampaio com dois e a minha com um. Sr. Presidente, a minha facção ele- geu cinco (5) dos sete (7) membros do Diretório de Buriti dos Lopes; nós temos nestas condições, toda Comissão Executiva do Partido que compõe / de sete (7); nós temos cinco (5) membros, todos os cinco (5) membros / são integrados na Comissão Executiva, como em São Raimundo Nonato toda Comissão Executiva é nossa, nós elegemos ainda, em São Raimundo dois (2) Delegados, como em Buriti dos Lopes o Delegado. Senhor Presidente, em / Caracóí foi chapa única, elegemos a maioria do Diretório e o Delegado. Em Anísio de Abreu também se repetiu um regime de disputa, nós elegemos, assim sendo Senhor Presidente, desta feita o povo dos Municípios que te- nho a honra de representar, ainda não foi derrotado, continua de pé, con- tinua vivo, vamos esperar nova oportunidade, se posso trazer aqui novas vitórias ou derrotas se houver, mais verdade repito, que tanto em São / Raimundo Nonato, Buriti dos Lopes como Caracóí temos a honra de ser o / líder da Arena. Sr. Presidente, Senhores deputados, era para esta comu- nicação que usei a Tribuna, confesso senhor Presidente, que tive muita ventade de tocar 2 (dois) foguetes apenas respondendo aquelas 30 (trinta) dúzias, não fiz senhor Presidente, saba Deus, não fiz desta feita, não fiz não foi portanto por humildade, é porque não encontrei, os foguetes na cidade, mais ventade sempre tive, mais vou aguardar nova oportunida- de. Muito obrigado a todos.////

Confer com o original

Teresina, 28 de agosto de 1969

Hortensio Granja de Carvalho  
Assistente de Rádio Técnico

## ANEXO A - QUADRO SÍNTESE COM BIOGRAFIA POLÍTICA DE POLÍTICOS DA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Nome (ordem alfabética)	Informações biográficas sintéticas
Avelar Ferreira	Nasceu em 1961. Foi prefeito de São Raimundo Nonato em 2000, reeleito em 2005 e depois em 2013 novamente.
Carmelita de Castro Silva	Prefeita de São Raimundo Nonato entre 2007 e 2024.
Dr. Isaías	Vice-prefeito de São Raimundo Nonato eleito em 2004 e em 2012.
Edison Dias Ferreira	Formou-se em direito em 1938. Foi prefeito de São Raimundo Nonato. Foi deputado estadual no Piauí de 1947 a 1970, três mandatos pelo PSD e o último pelo MDB. Foi eleito para a suplência para deputado federal em 1958. Foi deputado federal entre 1964 e 1966.
Edson de Castro Ferreira	Médico. Deputado estadual no Piauí desde 1999.
Gaspar Dias Ferreira	Nasceu em 1933. Elegeu-se vereador de São Raimundo Nonato em 1954 e em 1958. Em 1962 elegeu-se prefeito de São Raimundo Nonato. Novamente foi candidato a prefeito em 1970, perdendo as eleições para Newton de Castro Macêdo. Faleceu em 2015.
Hélio Isaías da Silva	Nascido em Oeiras, em 1964, Hélio Isaías é fisioterapeuta e ocupa o cargo de deputado estadual no Piauí desde 2003.
Isaías Neto	Candidato a prefeito de São Raimundo Nonato em 2024.
João Batista de Castro Dias	Nasceu em 1940 em São Raimundo Nonato. Foi candidato e prefeito de São Raimundo Nonato em 1962 pelo PSD, não se elegendo. Em 1963 foi nomeado prefeito de Coronel José Dias. Posteriormente foi suplente de deputado estadual por dois mandatos pela ARENA, e elegeu-se para esse cargo pelo PMDB em 1982 e em 1990. Faleceu em 2003.
José Dias de Castro (Zé de Castro)	Foi vereador de São Raimundo Nonato e deputado estadual pela ARENA por dois mandatos, além de prefeito de São Raimundo Nonato entre 1958 e 1962. Faleceu em 2017.
José Dias de Castro Neto (Castro Neto)	Nascido em 1974. Engenheiro. Deputado federal pelo Piauí desde 2023.
José Ferreira Paes Landim Neto (Ferreira Neto)	Nasceu em 1959. Advogado. Elegeu-se deputado estadual em 1990 e em 1994.
Luis Alberto (Beto) Macêdo	Nasceu em 1967. Engenheiro. Vice-prefeito de São Raimundo Nonato entre 2017 e 2020.
Manoel Agostinho de Castro	Foi prefeito de São Raimundo Nonato, presidente da Câmara de Vereadores do mesmo município, além de exercer a função de 1º suplente de Juiz de Direito. Faleceu em 1967.
Marcelo Costa e Castro	Nasceu em 1950 em São Raimundo Nonato. Formou-se médico pela UFPI, com doutorado em Psiquiatria pela UFRJ. Sua primeira candidatura foi ao cargo de deputado estadual no Piauí em 1978 pela

	ARENA, não tendo sido eleito. Elegeu-se para esse mesmo cargo pelo PMDB em 1982, 1986 e 1990. Em 1998 elegeu-se deputado federal pela mesma legenda. Em 2018 foi eleito senador, cargo que exerce atualmente.
Margarete de Castro Coelho	Nascida em 1961 em São Raimundo Nonato. Bacharel, mestre e doutora em Direito, foi professora de Direito em diversas instituições no Piauí. Foi deputada estadual no mandato de 2011 a 2014 e vice-governadora do Piauí de 2015 a 2018. Posteriormente, foi deputada federal entre 2019 e 2023, tendo sido eleita para todos os cargos pelo PP.
Newton de Castro Macêdo	Nasceu em 1930 em São Raimundo Nonato. Foi eleito prefeito pela ARENA em 1966 e em 1972. Foi eleito deputado estadual em 1978 e em 1986. Faleceu em 2003.
Rosa Amélia Ferreira	Candidata a vice-prefeita de São Raimundo Nonato em 2024.
Thomaz Gonçalves de Assis	Fazendeiro, líder político.
Valdir Ribeiro Dias	Também referido em documentos como Valdir Dias Ribeiro. Nascido em 1932 em São João do Piauí. Médico formado em Salvador, foi diretor do Hospital Regional de São Raimundo Nonato entre 1961 e 1967. Foi prefeito de Anísio de Abreu entre 1962 e 1967. No período da ditadura militar filiou-se ao MDB, legenda pela qual se elegeu prefeito de São Raimundo Nonato em 1970. Em 1994 elegeu-se para suplência da Câmara dos Deputados pelo Piauí pelo Partido Progressista Reformador (PPR), assumindo o mandato no ano seguinte. Faleceu em 2012.
Waldemar de Castro Macêdo	Nasceu em São Raimundo Nonato em 1924. Foi deputado estadual no Piauí em nove diferentes mandatos entre os anos 1955 e seu falecimento, em 1992. Em 1978 foi eleito vice-governador de forma indireta.

### Fontes:

ALMEIDA, Gustavo. Avó de Marcelo Castro é homenageada com nome em casa de parto. **Política Dinâmica**, [s. l.], 27 abr. 2017a. Disponível em: <https://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/avo-de-marcelo-castro-e-homenageada-com-nome-em-casa-de-parto1493296019-8082.html>. Acesso em: 5 set. 2023.

ALMEIDA, Gustavo. “Deixa um legado de trabalho”, diz Edson Ferreira sobre Zé de Castro. **Política Dinâmica**, [s. l.], 23 fev. 2017b. Disponível em: <https://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/quot-deixa-um-legado-de-trabalho-quot-diz-edson-ferreira-sobre-ze-de-castro1487863008-7520.html>. Acesso em: 5 set. 2023.

BATISTA DIAS. In: **WIKIPEDIA**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Batista\\_Dias](https://pt.wikipedia.org/wiki/Batista_Dias). Acesso em: 11 jul. 2024.

BETO MACEDO. **G1**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/politico/beto-macedo.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Castro Neto. *In: CÂMARA DOS DEPUTADOS*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/220699/biografia>. Acesso em: 12 jul. 2024 a.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Edison Ferreira. *In: CÂMARA DOS DEPUTADOS*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130951/biografia>. Acesso em: 5 set. 2023 b.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Margarete Coelho. *In: CÂMARA DOS DEPUTADOS*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204430/biografia>. Acesso em: 12 jul. 2024 c.

CARVALHO, Ari. Rosa Amélia Ferreira é o nome para ser vice de Rogério Castro em SRN. **Meio Norte**, [s. l.], 3 ago. 2023. Disponível em: <https://www.meionorte.com/colunas/ari-carvalho/rosa-amelia-ferreira-e-o-nome-para-ser-vice-de-rogerio-castro-em-srn-364406/>. Acesso em: 5 set. 2023.

CORPO DE JOSÉ DE CASTRO É LEVADO PARA SÃO RAIMUNDO NONATO. **GPI**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2017/2/23/corpo-de-jose-de-castro-e-levado-para-sao-raimundo-nonato-409738.html>. Acesso em: 5 set. 2023.

DAMASCENO. Saiba quem foi Coronel José Dias, o sertanejo obstinado do Piauí que deu nome a cidade vizinha a Dom Inocêncio. *In: CRISTAL PRODUTOS PARA LIMPEZA*. 13 dez. 2012. Disponível em: <http://cristalprodutosparalimpeza.blogspot.com/2012/12/saiba-quem-foi-coronel-jose-dias-o.html>. Acesso em: 5 set. 2012.

DIAS IRMÃO, Raimundo. **Coronel José Dias: sua vida e seu tempo**. Brasília: Edição do Autor, 2014.

EDSON FERREIRA. *In: WIKIPEDIA*. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Edson\\_Ferreira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Edson_Ferreira). Acesso em: 5 set. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dias, Valdir**. *In: FGV CPDOC - VERBETE BIOGRÁFICO*. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valdir-ribeiro-dias>. Acesso em: 22 ago. 2023.

HÉLIO ISAÍAS DA SILVA. *In: WIKIPEDIA*. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio\\_Isa%C3%ADas\\_da\\_Silva](https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio_Isa%C3%ADas_da_Silva). Acesso em: 5 set. 2023.

KRUEL, Kenard. **Chagas Rodrigues : grandes vultos que honraram o Senado**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/550684/001137838.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MANOEL DA SILVA DIAS. *In: WIKIPEDIA*. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manoel\\_da\\_Silva\\_Dias](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manoel_da_Silva_Dias). Acesso em: 5 set. 2023.

MARCELO CASTRO. *In: WIKIPEDIA.* [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo\\_Castro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcelo_Castro). Acesso em: 5 set. 2023.

MEIRELES, Flavio. Ex-prefeito de São Raimundo Nonato, Gaspar Ferreira morre aos 81 anos. **CidadeVerde.com**, [s. l.], 2 jan. 2015. Cidades. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/182346/ex-prefeito-de-sao-raimundo-nonato-gaspar-ferreira-morre-aos-81-anos>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MENDEL, Péricles. Coluna de 04/06/2022. **CidadeVerde.com**, [s. l.], 4 jun. 2022. Disponível em: <https://cidadeverde.com/periclesmendel/118644/coluna-de-04-06-2022>. Acesso em: 5 set. 2023.

MORRE AOS 93 ANOS CLOTILDE COSTA E CASTRO, MÃE DE MARCELO CASTRO. **Portaldodia.com**, [s. l.], 12 set. 2018. Política. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/politica/morre-aos-93-anos-clotilde-costa-e-castro,-mae-de-marcelo-castro-331446.html>. Acesso em: 5 set. 2023.

NEWTON DE CASTRO MACÊDO. *In: WIKIPEDIA.* [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Newton\\_Macedo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Newton_Macedo). Acesso em: 12 jul. 2024.

PAI DO VICE-PREFEITO DE SÃO RAIMUNDO NONATO MORRE AOS 76 ANOS. **GP1**, Teresina, 10 dez. 2017. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2017/12/10/pai-do-vice-prefeito-de-sao-raimundo-nonato-morre-aos-76-anos-425236.html>. Acesso em: 5 set. 2023.

PATRIOTA, Gonzaga. Morre pai do ex-ministro Marcelo Castro. *In: BLOG DO GONZAGA PATRIOTA.* 23 fev. 2017. Disponível em: <https://gonzagapatriota.com.br/2017/morre-pai-do-ex-ministro-marcelo-castro/>. Acesso em: 5 set. 2023.

PIAUÍ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Edson Ferreira. *In: SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO.* [s. d.]. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/12>. Acesso em: 11 jul. 2024 a.

PIAUÍ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Hélio Isaías. *In: SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO.* [s. d.]. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/18>. Acesso em: 12 jul. 2024 b.

PIAUÍ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Jose Ferreira Paes Landim Neto. *In: SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO.* [s. d.]. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/232>. Acesso em: 11 jul. 2024 c.

PIAUÍ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Margarete Coelho. *In: SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO.* [s. d.]. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/26>. Acesso em: 12 jul. 2024 d.

PIAUÍ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Waldemar Macedo. *In: SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO.* [s. d.]. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/107>. Acesso em: 12 jul. 2024 e.

RIBEIRO, Samuel. Gaspar e Terezinha Ferreira completam 80 anos. **SãoRaimundo.com**, São Raimundo Nonato, 28 jul. 2013. Disponível em: [https://www.saoraimundo.com/noticias/headline.php?n\\_id=19064](https://www.saoraimundo.com/noticias/headline.php?n_id=19064). Acesso em: 5 set. 2023.

RIBEIRO, Larissa. Prefeita Carmelita decreta Luto Oficial no Município por três dias pelo falecimento do ex-prefeito, Zé de Castro. *In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO*. 23 fev. 2017. Disponível em: <https://saoraimundononato.pi.gov.br/portal/prefeita-carmelita-decreta-luto-oficial-no-municipio-por-tres-dias-pelo-falecimento-do-ex-prefeito-ze-de-castro/>. Acesso em: 5 set. 2023.

WALDIR RIBEIRO DIAS. *In: WIKIPEDIA*. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Waldir\\_Ribeiro\\_Dias](https://pt.wikipedia.org/wiki/Waldir_Ribeiro_Dias). Acesso em: 5 set. 2023.